

## **FAGUNDES, Almeida**

\* dep. fed. RJ 1915-1917.

*João Frederico de Almeida Fagundes* nasceu em Maricá, na antiga província do Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1856, filho de José Manuel Nunes Fagundes e de Maria José Ribeiro de Almeida Fagundes, proprietários rurais.

Tendo concluído a instrução primária em uma escola pública no ano de 1865, somente em 1869 pôde iniciar o curso secundário no Seminário de São José. Contudo, frequentou apenas os três primeiros anos dos seis de estudo preparatório. Deixando o seminário em 1872, dedicou-se à docência e aproveitou o tempo que lhe sobrava para preparar-se para a matrícula na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Iniciou os estudos superiores no ano de 1878, concluindo-os em 1883. Durante essa fase de sua vida, devido à convivência e influência de Raimundo Teixeira Mendes, um dos próceres propagandistas do positivismo do Brasil, também matriculado naquela faculdade, passou a se orientar pela filosofia de Augusto Comte.

Depois de formado, passou a exercer a medicina no estado do Rio de Janeiro. Republicano e abolicionista, tomou parte, com Antônio da Silva Jardim, Aníbal Falcão, Júlio Diniz, Teixeira de Sousa e Sampaio Ferraz, nos movimentos em prol dessas causas. Com alguns desses amigos, redigiu, na sua primeira fase (1887), *O Grito do Povo*, semanário republicano editado por João Ferreira Policarpo. Nomeado médico da Marinha, em 1887 foi designado em comissão para Montevidéu, capital do Uruguai, onde, além das atribuições oficiais, praticou a clínica médica. Nessa época travou amizade com Alberto Baez Conrado, posteriormente cônsul do Brasil naquela cidade, e Alfredo Bastos, correspondente do *Jornal do Comércio* em Buenos Aires.

### **PROFESSOR E POLÍTICO**

Com a proclamação da República em 1889, várias transformações ocorreram nas instituições brasileiras. Entre elas incluiu-se a reforma do ensino nas Escolas Militares. Em face dessa alteração, em 1890 Almeida Fagundes, que fora aprovado em primeiro lugar no concurso para professor da Escola Militar, foi nomeado pelo então ministro da Guerra,

Benjamin Constant, professor da cadeira de biologia do curso superior da unidade daquela instituição em Porto Alegre. Lá, inaugurou e dirigiu o ensino da matéria.

Ligado às forças republicanas que predominaram após o 15 de novembro, durante os anos em que viveu no Rio Grande do Sul lutou em defesa desse grupo. Assim procedeu em novembro de 1891, quando, no dia 3, o então presidente de República, marechal Deodoro da Fonseca, em resposta à aprovação da Lei de Responsabilidades, que reduzia os poderes presidenciais, decretou a dissolução do Congresso Nacional. A ação de Deodoro desencadeou reações exigindo a volta da normalidade institucional. Essa resistência também teve reflexos em nível regional. No Rio Grande do Sul, o então presidente estadual Júlio de Castilhos, tradicional aliado do marechal-presidente, manteve uma posição ambígua em relação ao golpe de Deodoro. As forças oposicionistas gaúchas aproveitaram a situação e pressionaram os detentores do poder até que Júlio de Castilhos fosse deposto. Durante essa crise política, Almeida Fagundes cooperou com Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Aníbal Cardoso e, também, com os militares marechal Cândido Jaques, general Alencastro Guimarães e coronel Celestino de Castro, entre outros republicanos, na ação contra o golpe que levou à deposição de Júlio de Castilhos.

De volta ao estado do Rio de Janeiro, filiou-se ao Partido Republicano Fluminense (PRF), então chefiado por José Tomás da Prociúncula, e em 24 de abril de 1892, enquanto Porciúncula era eleito presidente do estado, elegeu-se deputado estadual para a legislatura 1892-1894. Voltou à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) na legislatura 1898-1900. Fez parte das comissões de Fazenda e Orçamento e de Guarda da Constituição e das Leis e exerceu, ainda, a presidência da Assembleia durante a grave crise política decorrente do conflito entre Porciúncula e Alberto Torres.

Eleito presidente do estado em 15 de julho de 1897, Alberto Torres enfrentou a partir de 1898 um quadro politicamente delicado: no município de Campos, duas facções políticas que disputavam o poder se proclamavam vitoriosas, o que resultou na instalação de duas câmaras municipais. Alberto Torres, inicialmente, procurou manter a isenção diante da questão. Contudo, com o agravamento da crise, determinou que a Câmara Municipal cujo mandato findara em 1897 reassumisse provisoriamente a direção do município. Tal ação resultou no rompimento de relações entre Porciúncula e Torres, antigos aliados políticos, e

na decisão do PRF, por deliberação da maioria, de impetrar um processo de responsabilidade contra o presidente do estado. O confronto entre o chefe do Executivo estadual e o chefe republicano fluminense se agravou, e Almeida Fagundes, como presidente da ALERJ, se esmerou em tentar dirimir o conflito.

Também nesse período, em maio de 1897, os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, revoltaram-se contra o presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898). Tal fato ofereceu a justificativa necessária para a adoção de mudanças no ensino militar. Através da reforma de abril de 1898, executada pelo general João Tomás Cantuária, então ministro da Guerra, foi suprimido o curso superior na Escola Militar de Porto Alegre e foi extinto o ensino de biologia na Escola da Praia Vermelha. Devido a essas alterações, naquele mesmo ano Almeida Fagundes, até então ligado à Escola de Porto Alegre, recebeu o encargo de dirigir na Escola Militar da Praia Vermelha o ensino de física experimental. Cumpriu tal função até o ano de 1904, quando, em novembro, estourou a Revolta da Vacina, movimento contra a campanha do governo Rodrigues Alves (1902-1906) em prol vacinação obrigatória para a prevenção da varíola.

Iniciada por populares no dia 10 daquele mês, e contando com o apoio de positivistas e jornais de oposição, a revolta recebeu, no dia 14, a empenhada adesão da maioria dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha. A participação dos alunos fez com que a Escola fosse fechada e que o governo aprofundasse a reorganização dos institutos militares de ensino. As mudanças estabelecidas pelo Decreto 5.698, de 2 de outubro de 1905, foram postas em execução no ano seguinte. Devido a essa alteração e por não ter aceitado, como lhe permitia a lei, a designação para a Escola de Engenharia no Realengo, Almeida Fagundes entrou em disponibilidade.

Em 21 de abril de 1906, Almeida Fagundes fundou no Rio de Janeiro, juntamente com Demétrio Ribeiro, José Eduardo Teixeira de Sousa, Herculano Inglês de Sousa, Antônio dos Reis Carvalho, A. Miranda Freitas, Paulino van Erven e Orlando Correia Lopes, o Centro Republicano Conservador, sociedade política de tendência positivista. O Centro exerceu sua ação de propaganda principalmente por meio de conferências e representações ao Congresso Nacional sobre questões nacionais, em especial sobre a reforma da instrução pública. Nesse caso, sua posição baseava-se na proposta de abolição de todo ensino oficial,

superior ou secundário, passando tal iniciativa ao setor privado, e na defesa do ensino técnico.

Almeida Fagundes voltou à ALERJ em 1910, em plena crise motivada pela disputa política entre Afonso Pena (1906-1909) e Nilo Peçanha, respectivamente presidente e vice-presidente da República, pela liderança política no estado do Rio de Janeiro. Afonso Pena pretendia constituir, para si e para seu governo, uma base de apoio independente das lideranças políticas tradicionais, a fim de poder enfrentar a oposição que lhe era movida pela corrente liderada por José Gomes Pinheiro Machado. Com esse objetivo, procurou cooptar Alfredo Backer, presidente do estado do Rio (1907-1910). Nilo Peçanha, político próximo de Pinheiro Machado, reagiu à interferência em sua área de atuação política, desentendeu-se com Afonso Pena e Alfredo Backer, e passou a pressionar pela intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. A intervenção federal foi afinal realizada a 31 de dezembro daquele ano, um dia antes do fim do mandato de Backer.

Almeida Fagundes também fez parte da direção do PRF, e em 1913, quando membros do partido se incorporaram ao Partido Republicano Conservador (PRC), foi indicado para fazer parte da comissão executiva dessa agremiação, mas declinou do convite. Posteriormente, como resultado da aproximação dos elementos situacionistas fluminenses com o PRC, teve seu nome apresentado para candidato a deputado federal. Eleito, fez parte, entre 1915 e 1917, da bancada fluminense na Câmara dos Deputados, onde foi figura discreta.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 5 de julho de 1926.

Foi casado com Noêmia da Costa Almeida Fagundes.

*Cláudio Beserra de Vasconcelos*

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 493-496); ABREU, A. *Dicionário*; ALVES, F. 8 (p. 135-150);; CÂM. DEP. *Anais* (1915-1917, 1926); *História da Educação* (n.23, set./dez. 2007, p. 241-260). Documento enviado pelo Centro Republicano Conservador ao Congresso Nacional; *Jornal do Comércio*, RJ (6/7/1926); LUCENA, L. *Breve*; SENADO. *Anais* (1926); SEVCENKO, N. *Revolta*;

TAMBARA, E. *Apresentação* (p. 227-240); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (p. 255-256).

**FAGUNDES, Cirilo de Lemos Nunes**

\*const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893.

*Cirilo de Lemos Nunes Fagundes* nasceu em Itaboraí (RJ), filho de Cirilo Nunes Fagundes.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1869. Ainda durante o Império, foi deputado provincial por quatro legislaturas na província do Rio de Janeiro.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi nomeado terceiro vice-presidente do Rio de Janeiro durante o governo de Francisco Portela (1889-1891). Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado em 15 de setembro de 1890. Empossado em 15 novembro seguinte, participou dos trabalhos de elaboração da Constituição, afinal promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e, com o início, em junho, da legislatura ordinária, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1893, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em 10 de outubro de 1911.

Poeta e literato, escreveu o livro *Suspiros d'alma* e traduziu *O cântico dos cânticos* (1865), de autoria de Ernesto Renan.

*Adrianna Setemy*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

## **FAGUNDES, Rocha**

\* sen. RN 1900.

*Francisco Gomes da Rocha Fagundes* nasceu em Natal no dia 18 de março de 1827, filho de Bartolomeu da Rocha Fagundes e de Florência Gomes de Jesus Fagundes. Seu pai foi cinco vezes deputado provincial no Rio Grande do Norte na legenda do Partido Liberal. Seu irmão, o padre Bartolomeu Fagundes, líder maçom e religioso católico, foi um dos protagonistas da chamada Questão Religiosa, que entre 1872 e 1875 opôs a hierarquia da Igreja Católica aos padres simpáticos à maçonaria; foi ainda quatro vezes deputado provincial no Rio Grande do Norte na legenda do Partido Liberal e sexto vice-presidente da província, tendo chegado a exercer o governo durante um curto período no ano de 1868. Fez carreira como funcionário público e aposentou-se como oficial maior da Secretaria de Governo da província do Rio Grande do Norte. Em 1882 assumiu a presidência da Câmara Municipal de Natal, função que no Império era reservada ao vereador mais votado e que na República corresponderia à de prefeito. Contratou então o dinamarquês Felipe Leinhardt para proceder à instalação do serviço de água encanada em Natal. Eleito deputado provincial na legenda do Partido Liberal em 1884, no final de novembro de 1889 foi um dos signatários da Ata de Proclamação da República no Rio Grande do Norte, alinhando-se, a partir daí, à liderança do chefe republicano Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Em 1899 foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano Federal. Tomou posse em maio de 1900, mas renunciou ao mandato em 10 de julho, apenas dois meses e meio depois. Sua eleição fora articulada pelo governador Joaquim Ferreira Chaves Filho, com o consentimento de Pedro Velho, no intuito de guardar uma vaga no Senado até que se desincompatibilizasse do cargo. Faleceu em Natal em 20 de setembro de 1901.

*Renato Amado Peixoto*

FONTES: CARDOSO, R. *Memórias*; CASCUDO, L. *História da cidade*; CASCUDO, L. *História do Rio Grande*; CASCUDO, L. *História da Assembléia*; CASCUDO, L. *Vida*; LIRA, A. *História*; SOUZA, I. *República*.

## **FALCÃO, Aníbal**

\*const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893.

*Aníbal Falcão* nasceu na cidade do Recife em 1859.

Escritor, participou das campanhas abolicionista e republicana. Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 pelo marechal Deodoro da Fonseca, foi eleito deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891, e com o início em junho da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893.

É atribuído a Aníbal Falcão libreto escrito sob o pseudônimo de Albino Falanca ou Albemo Falanca, que serviu como enredo da ópera *Colombo*, do compositor brasileiro Carlos Gomes (1836-1896).

Faleceu na cidade de Barra Mansa (RJ) em 1900.

*Marcos Paulo Torres/Alan Carneiro*

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FUND. JOAQUIM NABUCO.



**FALCÃO, Gentil**

\*militar; dep. fed. CE 1912-1914.

*Gentil Falcão* nasceu em Crateús (CE) em novembro de 1885, filho de José Joaquim Nunes e Silva e de Beatriz Albuquerque Melo Falcão.

Sentou praça no Exército em 1902, passando a alferes-aluno em março de 1906. Fez o curso de estado-maior e de engenharia, bacharelando-se em matemática e ciências físicas pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi promovido a segundo-tenente em janeiro de 1907 e a primeiro-tenente em maio de 1910.

Em 1912 foi eleito deputado federal pelo Ceará e exerceu seu mandato de maio daquele ano até dezembro de 1914. Tomou parte na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e em 1924 combateu os revoltosos tenentistas paulistas. Atingiu o generalato.

*Kleiton de Sousa Moraes*

FONTES: NOBRE, F. *1001* (p. 147); STUDART, G. *Dicionário* (v.3, p.422).

## **FALCÃO, Hildebrando Martins**

\*jornalista; rev. 1930; dep. fed. AL 1954-1955.

*Hildebrando Martins Falcão* nasceu em Igreja Nova (AL) no dia 25 de outubro de 1904.

Estudou no Colégio Diocesano de Maceió e ingressou em seguida na Faculdade de Direito de Salvador, vindo a bacharelar-se no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ainda estudante iniciou a carreira de jornalista, colaborando com o *Diário da Bahia* e, no Rio de Janeiro, com *A Esquerda* e *A Batalha*. Mais tarde, fundou *O Tempo*, que deixou de circular em 1930.

Ativo militante da Aliança Liberal, ficou extremamente visado no Rio de Janeiro por sua atuação na imprensa oposicionista e em comícios da Aliança, o que lhe valeu várias entradas na prisão. Retornou então a seu estado natal, com a tarefa de lá chefiar o movimento aliancista. Radicado em Penedo (AL), reorganizou o jornal *A Semana*, que pouco depois foi empastelado por situacionistas estaduais, simpáticos ao governo de Washington Luís (1926-1930). Preso e expulso de Alagoas, transferiu-se para Minas Gerais. Nomeado professor da Escola Normal de Rio Branco (MG) pelo presidente mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, colaborou com diversos jornais do estado. No auge da campanha aliancista em Minas, foi encarregado pelo presidente Antônio Carlos de assumir a direção do jornal *O Libertador*, em Mar de Espanha (MG).

Com a eclosão da Revolução de 1930, participou do movimento como oficial combatente. Após a vitória das forças revolucionárias voltou a transferir-se para Alagoas, seu estado natal, onde integrou o governo estadual chefiado pelo interventor Hermilo de Freitas Melro, nomeado em 14 de novembro de 1930. Entretanto, discordando da orientação do interventor, abandonou o cargo que exercia e veio a ocupar uma das secretarias da Prefeitura Municipal de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro.

Fiscal do Imposto de Consumo, nas eleições disputadas em outubro de 1934 elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa alagoana como candidato sem partido, fato inédito na

história das eleições em seu estado. Interrompido seu mandato pela instauração do Estado Novo (10/11/1937), que suspendeu todas as câmaras legislativas do país, retornou às funções de fiscal, trabalhando no estado do Rio, no Rio Grande do Sul (como inspetor-geral) e depois em São Paulo. Com o fim do Estado Novo e a promulgação da nova Constituição (18/9/1946), elegeu-se suplente de senador por Alagoas na legenda do Partido Social Democrático (PSD) no pleito suplementar de janeiro de 1947, como companheiro de chapa do senador eleito, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Nos últimos meses do governo do general Eurico Dutra, em fins de 1950, reeditou o semanário *O ABC*, juntamente com os jornalistas Murilo Marroquim, Joel Silveira e Rafael Correia de Oliveira. Nas eleições de outubro do mesmo ano, embora tivesse sido convocado por Getúlio Vargas, candidato à presidência da República, para reorganizar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Alagoas, candidatou-se a deputado federal por seu estado na legenda do Partido Social Democrático (PSD), ficando com a segunda suplência. Logo após a posse de Vargas na presidência (31/1/1951), foi promovido em sua carreira funcional e removido para o Rio de Janeiro, onde foi nomeado presidente da Fundação Rádio Mauá.

Assumindo uma cadeira na Câmara dos Deputados em julho de 1954, em outubro do mesmo ano tornou a candidatar-se a deputado, dessa vez na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Obteve novamente a suplência e deixou a Câmara em janeiro de 1955 para não voltar na legislatura seguinte (1955-1959). Mais uma vez candidato no pleito de outubro de 1958, na legenda da Coligação Nacionalista Democrática, composta pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), ficou novamente na suplência, não tendo retornado à Câmara.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; MORAIS, T. *Resumo*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (2, 3 e 4).

## **FALCÃO, Luís dos Reis**

\*militar; junta gov. SC 1891-1892.

*Luís dos Reis Falcão* nasceu na cidade de Desterro, atual Florianópolis, no dia 5 de agosto de 1831, filho de Anacleto dos Reis Coutinho e de Luísa Pureza Falcão.

Em 1847 assentou praça como voluntário e fez carreira militar. Tinha a patente de coronel quando, em função da renúncia do governador Lauro Müller em 28 de dezembro de 1891, integrou a junta governativa que assumiu o governo de Santa Catarina no dia 29 seguinte. Formada ainda por Artur Deocleciano de Oliveira e Cristóvão Nunes Pires, a junta permaneceu na chefia do Executivo catarinense até 1º de março de 1892, quando assumiu o governo do estado o interventor Manuel Joaquim Machado.

Em 1893 foi reformado no posto de general de brigada. Por sua participação em várias campanhas militares foi condecorado com o hábito da Ordem da Rosa e com o hábito da Ordem de Cristo.

Faleceu no Rio Grande do Sul em 10 de agosto de 1899.

*Carolina Vianna Dantas*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; Wikipédia.

Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter\\_Piazza](http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza)>;  
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_governadores\\_de\\_Santa\\_Catarina](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_de_Santa_Catarina)>.

Acesso em: 11/5/2010.

## **FARIA, Antônio Gonçalves de**

\*const. 1891; min. Agric. 1891-1892; min. Faz. 1891-1892; rev. 1893.

*Antônio Gonçalves de Faria* nasceu em São Sapé (RS) no dia 17 de janeiro de 1854, filho de Mateus Gonçalves de Faria e de Umbelina Maria do Carmo Gonçalves de Faria.

Iniciou seus estudos no Colégio Gomes, em Porto Alegre, e no Colégio Marinho, na capital do Império. Posteriormente matriculou-se na Escola Naval, mas desistiu da carreira, ingressando na Escola Politécnica no Rio de Janeiro, pela qual se formou em engenharia civil em 1877. À época, a Escola Politécnica – antiga Escola Central, até 1874 – era um ambiente intelectual impregnado de teorias científicas, como o positivismo, que no Brasil foi identificado com uma das mais importantes correntes políticas favoráveis à República, o que certamente o influenciou.

Depois de formado retornou ao Rio Grande do Sul e estabeleceu-se em Caçapava do Sul. Logo começou a participar da vida política gaúcha, ingressando no recém-fundado Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e sendo um dos fundadores, 1884, do jornal *A Federação*, órgão oficial da agremiação. Nesse mesmo ano, tomou parte no lançamento de outro periódico, *O Rio Grande*, diário político de Porto Alegre. Com a proclamação da República em novembro de 1889, foi nomeado superintendente de Obras Públicas no governo do marechal José Antônio Correia da Câmara no Rio Grande do Sul, que durou apenas três meses, de 15 de novembro de 1889 a 11 de fevereiro de 1890. Após a renúncia marechal Câmara, assumiu o governo, também por três meses, até 6 de maio de 1890, o general Júlio Anacleto Falcão, que o nomeou segundo vice-governador, e a Júlio de Castilhos, primeiro vice-governador. Eleito deputado constituinte em 15 de setembro de 1890, exerceu o mandato de 15 de novembro daquele ano a 26 de fevereiro de 1891.

Com o início do governo de Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891, após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República, foi nomeado ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas, e interinamente ministro da Fazenda (até 26 de novembro), entre as gestões de Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, e de Francisco de Paula

Rodrigues Alves. Voltaria ainda uma vez como interino ao Ministério da Fazenda entre 31 de dezembro de 1891 e 10 de janeiro de 1892, em substituição a Rodrigues Alves. Ao longo da sua gestão no Ministério da Fazenda, que se estenderia até 22 de junho de 1892, foi instituída a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil – Missão Cruls –, por meio da Portaria nº 119-A, de 17 de maio de 1892.

Após deixar o ministério, retornou ao Rio Grande do Sul no momento em que se acirravam as contradições entre os grupos políticos locais e o governo federal. O líder republicano gaúcho Júlio de Castilhos, originalmente ligado a Deodoro da Fonseca, renunciara ao governo do estado após a subida de Floriano Peixoto ao poder. Todavia, após alguns reveses, conseguiu voltar em 1893 à chefia do Executivo do Rio Grande do Sul com apoio do próprio Floriano, provocando a sublevação de elementos ligados ao Partido Federalista, como Gaspar Silveira Martins e Demétrio Ribeiro. A este último grupo Antão de Faria se alinhou, tomando parte naquela que ficou conhecida como Revolução Federalista, que só seria debelada em 1895, já no governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Perseguido, exilou-se na Argentina por breve período. Voltou ao Brasil em 1894, e a partir de então abandonou a carreira política.

Morreu em Porto Alegre, no dia 4 de fevereiro de 1936.

*Demian de Melo*

FONTES: BULHÕES, A. *Ministros*; MIN. FAZ. *Ministros*.

## **FARIA, BENTO DE**

\*magistrado; min. STF 1925-1945; proc.-ger. Rep. 1931-1934.

*Antônio Bento de Faria* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 4 de fevereiro de 1875, filho de José Bento de Faria e de Francisca Leite de Faria.

Depois de fazer os estudos básicos nos colégios Internacional e Pedro II, ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Ainda estudante, teve intensa participação em episódios marcantes da época. Com a proclamação da República em 1889, sentou praça no Batalhão Acadêmico para defender o novo regime. Durante a Revolta da Armada, deflagrada em setembro de 1893 contra o governo de Floriano Peixoto, serviu ao lado das forças legais em diversos pontos do Rio e de Niterói. O levante, chefiado sucessivamente pelos almirantes Custódio de Melo e Luís Filipe Saldanha da Gama, envolveu a Esquadra fundeada na baía da Guanabara e incluiu a tomada da capital de Santa Catarina, então chamada Desterro, por destacamentos rebeldes, encerrando-se em março de 1894. Bento de Faria foi citado nominalmente na ordem do dia de 6 de março desse ano, em virtude da sua conduta por ocasião da saída do encouraçado *Aquidabã*, principal navio dos revoltosos, da baía de Guanabara, em dezembro do ano anterior. Em setembro de 1894, Floriano Peixoto concedeu-lhe as honras de alferes do Exército.

Também durante os estudos universitários trabalhou como auxiliar da Carta Cadastral do então Distrito Federal e foi funcionário da Repartição Geral dos Correios. Formado em dezembro de 1894, tornou-se promotor público de Barra do Piraí (RJ) e em 1896 estabeleceu banca de advogado em Bom Jardim (RJ), onde dirigiu o jornal *Bom Jardimense*. De volta à capital federal em 1900, foi delegado auxiliar de polícia. Tornou-se um advogado conhecido e inaugurou em 1903, com vários livros, a publicação de uma extensa série de compêndios de direito, vários dos quais tiveram sucessivas edições. Seu *Código Comercial Brasileiro* representou, juntamente com outras obras contemporâneas sobre o assunto, um marco na evolução do direito comercial no país. Colaborou também em vários órgãos da imprensa carioca, como *O País*, de cuja redação fez parte, *O Tempo*, *Jornal do Comércio* e *A Notícia*. Em 1906, fundou a *Revista de Direito Civil, Comercial e Criminal*, publicação mensal que dirigiu durante mais de 20 anos.

Em 1925, Bento de Faria foi convidado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) para ocupar a vaga do recém-falecido ministro Sebastião de Lacerda no Supremo Tribunal

Federal (STF). Nomeado no dia 4 de agosto, participou de inúmeros julgamentos importantes durante os 20 anos em que permaneceu nesse tribunal. Em setembro de 1930, foi voto vencido no processo em que o STF julgou prescrita a ação movida contra 41 oficiais envolvidos na Revolta de 5 de julho de 1922 que haviam sido condenados anteriormente a um ano e quatro meses de reclusão. O movimento fora deflagrado no Rio e em Mato Grosso, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e contra as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) aos militares. Entre os implicados no processo figuravam o general Clodoaldo da Fonseca, o coronel João Maria Xavier de Brito, o capitão Euclides Hermes da Fonseca, os primeiros-tenentes Eduardo Gomes, Odílio Denis e Juarez Távora, e o segundo-tenente Edmundo de Macedo Soares.

Em 27 de outubro, três dias após o triunfo da Revolução de 1930, o STF recebeu do ministro interino da Justiça, Gabriel Bernardes, comunicação oficial sobre a formação da junta militar que exercia o poder naquele momento. Os ministros divergiram em relação à atitude que deveriam tomar. Bento de Faria e Geminiano da Franca eram favoráveis a que o tribunal se dirigisse diretamente à junta militar, acusando o recebimento da comunicação. Dois outros juízes consideravam que o STF deveria esperar uma comunicação da própria junta para, em seguida, tomar posição. A maioria, entretanto, optou por se dirigir ao ministro interino da Justiça, tomando oficialmente conhecimento da sua comunicação.

No dia 3 de novembro, a junta militar transferiu o poder a Getúlio Vargas, líder civil da revolução que, dessa forma, passou a chefiar o governo provisório. Nessa ocasião, o STF decidiu não receber o pedido de *habeas-corpus* impetrado em favor do presidente deposto, Washington Luís, detido no forte de Copacabana, no Distrito Federal. A decisão baseou-se no fato de que o tribunal, inteirando-se oficialmente da tomada do poder pelos revolucionários, considerava haver uma “notória suspensão das garantias constitucionais, sob o critério político do chefe do governo”. Somente os ministros Leoni Ramos e Pedro dos Santos discordaram do voto da maioria. Washington Luís saiu do forte de Copacabana para o exílio na Europa, de onde só retornaria em 1947.

Em 25 de março de 1931, Bento de Faria foi nomeado procurador-geral da República, cargo que, segundo a Constituição de 1891, ainda em vigor, tinha que ser preenchido por um ministro do STF. Em 14 de julho de 1934, antevéspera da promulgação da nova Carta



Constitucional que suprimiu essa obrigatoriedade, Bento de Faria pediu exoneração dessas funções.

Em 1935, participou dos julgamentos dos dois mandados de segurança impetrados por Herculino Cascardo, presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), contra o decreto de fechamento dessa agremiação por seis meses, assinado em 11 de julho, e sua dissolução definitiva, determinada pelo governo federal em 11 de dezembro. Em ambos os casos os recursos de Cascardo foram negados por unanimidade pelo STF. Em junho de 1936, Bento de Faria foi o relator do *habeas-corpus* — também indeferido por unanimidade — em favor da cidadã alemã Olga Benário Prestes, mulher do líder comunista Luís Carlos Prestes, que foi entregue pelo governo brasileiro às autoridades da Alemanha nazista e morreria em um campo de concentração alemão em 1942. No mês seguinte o STF voltou a se manifestar unanimemente contra a concessão de *habeas-corpus* aos parlamentares oposicionistas João Mangabeira, Abel Chermont, Abguar Bastos, Domingos Velasco e Otávio Silveira, defensores dos presos políticos e detidos pela polícia sob acusação de envolvimento na revolta comunista de novembro de 1935. Bento de Faria e seu colega Eduardo Espínola, antes de entrar no mérito, votaram contra o tribunal tomar conhecimento do pedido.

Em 19 de novembro de 1937, nove dias depois da implantação do Estado Novo, Bento de Faria foi eleito presidente do STF, substituindo o ministro Edmundo Lins, aposentado compulsoriamente no dia 16 por limite de idade. Em 11 de novembro de 1940, um decreto estabeleceu que o preenchimento dos cargos de presidente e vice-presidente do STF passava a ser de competência do chefe do governo. O historiador Hélio Silva assinala que, na época, atribuiu-se a Bento de Faria sugestão a Vargas nesse sentido, argumentando com as condições do regime autoritário.

No dia 19 de novembro de 1940, exatamente três anos depois de ter sido eleito para o cargo, Bento de Faria foi substituído na presidência do STF por seu colega Eduardo Espínola. Ambos se aposentaram em 25 de maio de 1945, na agonia do Estado Novo.

Afastado da vida pública, Bento de Faria faleceu no Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1959.

Escreveu *Nulidades em matéria criminal no processo e no julgamento* (1903), *Processo comercial e civil* (1903), *Código Comercial Brasileiro* (1903), *Anotações teórico-práticas ao Código Penal do Brasil* (1904), *Instruções relativas à pratica do processo concernente*

*à polícia do Distrito Federal* (1905), *Das marcas de fábrica e do nome comercial* (1906), *A criminalidade nos esportes* (1929), *Direito de expulsão* (1929), *Sobre o direito extradicional* (1930), *Da condição dos estrangeiros e o Código de Direito Internacional Privado* (1930), *Pareceres na Procuradoria Geral da República* (2v., 1933-1934), *Aplicação e retroatividade da lei* (1934), *Repertório da Constituição nacional* (1935), *Decisões na Corte Suprema* (2v., 1935-1936), *Da necessidade de uniformizar a ação da polícia dos países sul-americanos* (tese aprovada no III Congresso Científico Latino-Americano).

*Mauro Malin*

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; COSTA, E. *Efemérides*; COSTA, E. *Grandes*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; GUIMARÃES, A. *Dic.*; LAGO, L. *Supremo*; MACEDO, R. *Efemérides*; *Ofensiva*; *Personalidades*; RIBEIRO FILHO, J. *Dicionário*; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945; SOUSA, J. *Índice*; SUP. TRIB. FED. *Supremo*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

## **FARIA, Caetano de**

\* militar; ch. EME 1910-1914; min. Guerra 1914-1918; min. STM 1919-1934.

*José Caetano de Faria* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 21 de março de 1855, filho de Caetano José Faria e de Adelaide Lima de Faria.

Segundo sua fé de ofício, sentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha em 2 janeiro de 1868. Em 1871, seguiu para o Paraguai integrando as tropas de ocupação que, após o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), permaneceram naquele país até 1874. Ao retornar, foi promovido a alferes em 4 de dezembro de 1875, a tenente em 7 dezembro de 1878, e a capitão em 26 de agosto de 1884. Como capitão, comandou o 2.º Esquadrão de Cavalaria. Em 27 de abril de 1891 chegou a major e ainda no mesmo ano assumiu o comando do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Policial, no Rio de Janeiro, já então Distrito Federal. Em seguida, comandou o Regimento Policial do Distrito Federal, de 1892 a 1896. Nesse comando, durante toda a Revolta da Armada, em 1893 e 1894, lutou em defesa da legalidade. Por seu envolvimento no conflito, foi promovido por merecimento a tenente-coronel em 23 de julho de 1894.

Em 24 de outubro de 1902, também por merecimento, foi promovido a coronel. Passou a comandar, então, o 1.º Regimento de Cavalaria do Exército, cargo que deixou por ter sido, em 24 de julho de 1905, promovido a general de brigada. Comandou a seguir o 4.º e o 5.º distritos militares, na capital federal e nos estados de Santa Catarina e Paraná, assim como a 1.ª Brigada Estratégica. Organizou a 9.ª Região Militar, da qual foi inspetor, e em 21 de janeiro de 1909 assumiu o comando da 1.ª Região Militar, permanecendo na função até 25 de novembro do ano seguinte. Pouco antes, a 14 daquele mesmo mês, fora promovido a general de divisão.

Com a ascensão do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República (1910-1914), foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército (EME), cargo que exerceria até 1914. Data dessa época a intensificação de seus contatos com o grupo de jovens oficiais que, tendo cumprido estágio no Exército alemão entre 1906 e 1912, haviam retornado ao Brasil

dispostos a promover uma campanha de modernização do Exército brasileiro. Em 1913, surgiu a revista *Defesa Nacional*, publicada por membros desse grupo, conhecido como “jovens turcos” numa alusão ao movimento ativo no processo de modernização da Turquia. Já no segundo número da revista, iniciou sua colaboração assinando a coluna intitulada “Atualidade militar”. Nela apresentava propostas de remodelação e aperfeiçoamento do Exército que em quase tudo concordavam com as teses defendidas pelos “jovens turcos”, principalmente a instituição do serviço militar obrigatório, a redistribuição das tropas pelo território nacional, o reaparelhamento do Exército e a reforma do orçamento do Ministério da Guerra.

#### MINISTRO DA GUERRA

Quando Venceslau Brás assumiu a presidência da República, em 15 de novembro de 1914, foi nomeado ministro da Guerra, sucedendo ao general Vespasiano de Albuquerque e Silva. Assumindo a pasta com o apoio dos “jovens turcos”, especialmente do grupo responsável pela revista *Defesa Nacional*, escolheu um dos membros de sua redação, o tenente Estêvão Leitão de Carvalho, para oficial de gabinete. Sua gestão, seguindo sua formação positivista, iria procurar promover reformas que resultassem no progresso institucional, e principalmente a mudança no sistema de serviço militar.

Já em 4 de janeiro de 1908, havia sido promulgada a Lei nº 1.860, que instituía o alistamento militar obrigatório e os sorteios militares, com a finalidade de trazer para o Exército elementos de todas as classes sociais, pois até então prestavam serviço militar em suas fileiras apenas os jovens egressos das classes menos favorecidas. Os mais ricos cumpriam o serviço militar na Guarda Nacional, organização criada em 1831 para substituir as milícias locais e que na época se encontrava em franca decadência como corporação militar.

Após dedicar o primeiro ano de sua gestão na pasta da Guerra à remodelação do Exército, redistribuindo as grandes unidades pelo território nacional e cuidando da renovação do equipamento, voltou-se para a questão do serviço militar. Embora previsto na lei de 1908, o

sistema de sorteio militar não havia sido posto em prática até 1916. Concorria para o interesse na implantação do novo sistema a perspectiva da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que atraiu grande número de jovens para a preparação militar. Impulsionada por essa realidade, a Liga da Defesa Nacional (LDN) promoveu uma campanha nacional visando a criar um clima favorável junto à opinião pública com relação à organização do serviço de recrutamento.

Criada em 7 de setembro de 1916, a LDN teve entre seus fundadores o presidente Venceslau Brás e o próprio marechal Caetano de Faria, que se tornaram respectivamente presidente e um dos vice-presidentes da entidade. O poeta Olavo Bilac, secretário-geral da LDN, liderou a campanha do serviço militar, iniciada ainda em 1915, e como resultado, em 10 de dezembro de 1916, sob sua própria direção, e na presença do presidente da República, foi inaugurado o sistema de sorteio militar no Brasil. Ao tentar trazer para o Exército elementos de todas as classes sociais, essa mudança ia ao encontro da noção de “nação em armas” defendida por Caetano de Faria, segundo a qual as forças armadas, além de responsáveis pela defesa nacional, seriam “a escola da nação armada” a professar o sentimento de patriotismo e de civismo nacional, já que recrutariam homens de todos os setores da população e de todas as origens sociais. Em 1918, como consequência dessas mudanças, foi extinta a Guarda Nacional.

Além disso, ainda com o intuito de aprimorar a força humana disponível para o Exército, através do Decreto n.º 12.956, de 10 de abril de 1918, procedeu-se à reforma do regulamento dos colégios militares. A alteração, que não rompia com o regulamento anterior, de 1913, redigido por uma comissão cujo presidente fora o próprio Caetano de Faria, consagrava os ideais de profissionalização defendidos pelos “jovens turcos”. A reforma do regulamento significou mais um importante passo para a realização da meta de modernização do Exército brasileiro.

Ainda na gestão de Caetano de Faria no Ministério da Guerra, foi criado o campo de manobras de Gericinó, o 1º Distrito de Artilharia da Costa, o Serviço Rádio Telegráfico do Exército, e foram dados os primeiros passos para a criação da Aviação Militar e do então

Serviço Geográfico Militar.

Como ministro, Caetano de Faria enfrentou também os dois últimos anos da Guerra do Contestado (1912-1916), conflito ocorrido na região de fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina que posteriormente ganhou um aspecto religioso, mas inicialmente foi decorrente de questões ligadas à regularização de terras e envolveu cerca de 20 mil camponeses que, expulsos de suas propriedades para a construção da estrada de ferro ligando os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, enfrentaram forças militares federais e estaduais.

Caetano de Faria deixou o Ministério da Guerra com o fim do governo de Venceslau Brás, em 15 de novembro de 1918, quando passou a pasta ao general Alberto Cardoso de Aguiar. Por decreto de 28 de junho de 1919 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), atual Superior Tribunal Militar. Tomou posse em 2 de julho, e em 7 de janeiro de 1920 passou para a reserva. A partir de então foi alternativamente eleito presidente e vice-presidente do tribunal: presidente de 29 de novembro de 1920 até 28 de novembro de 1922, vice-presidente no biênio 1923-1924, presidente em 1925-1926, e novamente vice-presidente no biênio 1927-1928. Contudo, em virtude da renúncia do então presidente, marechal Feliciano Mendes de Moraes, assumiu novamente a presidência da corte, de 20 de junho de 1927 a 1928. Daí em diante seria três vezes reconduzido à presidência: em 1929-1930, 1931-1932 e 1933-1934. Em 17 de julho desse último ano, em decorrência dos limites impostos pela nova Constituição à idade dos juízes em exercício, passou o cargo a seu substituto legal, o almirante Pedro Max Fernando de Frontin, e no dia 28 do mesmo mês foi aposentado compulsoriamente.

Comandou, também, a Coudelaria Nacional de Saicã, no Rio Grande do Sul. Foi professor de mecânica, geometria analítica e cálculo integral na Escola Militar do Rio Grande do Sul e presidiu a Comissão do Cavalo Nacional Puro-Sangue. Possuía a grã-cruz do Mérito Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 17 de agosto de 1936.

Casado com Isolina Andrade Neves, teve com ela três filhos.

Com a atenção voltada para o universo militar, publicou o *Regulamento para os exercícios da cavalaria brasileira*, em 1908, e o artigo “O oficial como educador”, no *Boletim do Estado Maior do Exército*, em 1912. Em sua homenagem, o Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do então Distrito Federal passou a chamar-se Regimento Caetano de Faria.

*Robert Pechman / Cláudio Beserra de Vasconcelos*

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, p. 214-215); BIJOS, G. *Clube* (p.134); CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. SUP. TRIB. MIL.; *Diário Oficial da União* (8/8/1908. Seção I, p. 237, 12/4/1918. Seção I, p. 5025); *Encic. Mirador Internacional* (v. 9, p. 4789); EXÉR. BRAS. 11.º CENTRO DE TELEMÁTICA. Histórico. Disponível em: <<http://www.11ct.eb.mil.br/historico/principal.html>>. Acesso em: 5/6/2011; EXÉR. BRAS. . COMANDO DA 3.ª REGIÃO MILITAR. *Histórico do Serviço Militar*. Disponível em: <[http://www.3rm.eb.mil.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=116&Itemid=14](http://www.3rm.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=14)>. Acesso em: 5/6/2011; FAGUNDES, L. *Nação*; FERREIRA, B.; MARTINS JR., C. *Sorteio*; *Fluminense* (18/8/1936, p. 1); GIALLOBEL, R. *Memórias* (p.555); *Globo* (17/8/1936, p. 3); *Grande encic. Delta*. (v. 15); *Jornal do Brasil* (18/8/1936, p. 7); *Jornal do Comércio*, RJ (17/8/1936, 19/8/1936, p. 6); LAGO, L. *Conselheiros* (p. 32); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 52); LIGA DEF. NAC. 1.º *Estatuto*. Disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/primeiroestatuto.htm>>. Acesso em: 5/6/2011; LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros* (p. 174-177); MARCUSO, M. *Escola*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1897, 1907); NOGUEIRA, F. *Supremo* (v.1, p. 77-85); 1.ª REGIÃO MILITAR. “Galeria”. Disponível em: <<http://www.1rm.eb.mil.br/index.php/galeria.html>>”<<http://www.1rm.eb.mil.br/index.php/galeria.html>>. Acesso em: 30/4/2011; RODRIGUES, F. *Anos*; RODRIGUES, F. *Renovação*; SUP. TRIB. MIL. *Mal. José*; SUP. TRIB. MIL. *Ministros do STM* (1808-2011)”. Disponível em: <[http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808\\_2011.pdf](http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf)>. Acesso em: 30/4/2011.

**FARIA, Clemente Soares de**

\*dep. fed. MG 1930.

*Clemente Soares de Faria* nasceu em Curral del Rei (MG), depois Belo Horizonte, em 19 de março de 1891.

Ingressou na política ao ser eleito deputado estadual em Minas Gerais em 1915. Ocupou uma cadeira no Legislativo estadual até 1918. Doze anos depois regressou ao cenário político ao ser eleito deputado federal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 5 de maio de 1930, mas teve mandato interrompido em 23 de outubro pela Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu em Belo Horizonte.

Era casado com Jenny de Andrade Faria e teve dois filhos.

*Ioneide Piffano Brion de Souza*

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; Bio. Gilberto de Andrade Faria. . Disponível em: <[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=1180067](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=1180067)>. Acesso em: 11/11/2010; Bio. Aloísio de Andrade Faria. Disponível em: <[http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=35842&Itemid=241&filter=](http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=35842&Itemid=241&filter=)>. Acesso em 11/11/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Genealogia mineira. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>. Acesso em: 20/7/2010; HORTA, C. *Famílias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.



## **FARIA, João de**

\*dep. fed. SP 1894 e 1915-1930.

*João de Faria* nasceu em Itajubá (MG) em 8 de novembro de 1862.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo.

Fazendeiro da região de Franca, em São Paulo, após a proclamação da República foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para a legislatura 1892-1894. Integrou a Comissão de Justiça, Constituição e Poderes da Câmara estadual, e destacou-se nos debates sobre o Código do Processo, o Regimento Interno da Câmara e a concessão de aposentadoria aos magistrados com mais de dez anos de serviços prestados, a que era favorável. Apresentou diversos projetos visando à instalação de escolas em São Bento do Sapucaí, Batatais, Mococa e Santa Rita do Paraíso. Defendeu ainda a criação de um hospital de isolamento em São Paulo e de um cartório em Mococa e apresentou projeto alterando as divisas do município de São José do Rio Pardo.

Deu continuidade à sua carreira na política ao ser eleito deputado federal para a legislatura 1894-1896. Renunciou no final do primeiro ano de mandato e manteve-se afastado da política por longos anos. Voltou à Câmara dos Deputados em 1915 e foi reeleito seguidamente, sempre pelo PRP, até ter o mandato interrompido pela Revolução de 1930.

Morreu em São Paulo no dia 19 de abril de 1932.

Era casado com Maria Vilela de Andrade Faria, com quem teve seis filhos.

*Carlos Alberto Ungaretti Dias*

**FONTES:** ABRANCHES, D. *Governos* (v. 2); CALIMAN, A. *Legislativo*; Estudo sobre. Disponível em:

<[http://www.estudosobre.com/C%C3%A2mara\\_do\\_Congresso\\_Legislativo\\_do\\_Estado\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo](http://www.estudosobre.com/C%C3%A2mara_do_Congresso_Legislativo_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo)>. *Correio Paulistano* (20/4/1932); FONSECA, A.;

FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; LEME, L. *Genealogia* (v.7); VAMPRÉ, S.  
*Memórias*.

**FARIA, José Bernardes de**

\*dep. fed. MG 1903-1908.

*José Bernardes de Faria* nasceu em Paracatu (MG) no dia 17 de outubro de 1859, filho de Bernardino de Faria Pereira e de Floricena Amélia de Faria Pereira.

Iniciou seus estudos no município mineiro de Mariana e concluiu o curso preparatório no Rio de Janeiro. De volta a Minas Gerais, após realizar estudos livres obteve carta de advogado provisionado em 1887 e assumiu, de então a 1889, a promotoria pública da comarca de Rio Grande. Eleito deputado estadual, exerceu o mandato de 1895 a 1898. Em seguida foi eleito vereador em Formiga e escolhido presidente da Câmara Municipal. Concomitantemente voltou à Assembleia estadual entre 1899 e 1902 e ocupou a vice-presidência da casa.

Em 1903 foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro e em maio do mesmo ano tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito em 1906 e permaneceu na Câmara até dezembro de 1908. Voltou então a atuar em Formiga, onde presidiu a Câmara Municipal entre 1912 e 1913.

Faleceu em Formiga em 9 de maio de 1934.

Casou-se com Maria Amália de Faria Pereira e, posteriormente, com Maria Guilhermina de Faria Pereira. Dois de seus sobrinhos também atuaram na política: Washington Ferreira Pires foi deputado estadual e federal por Minas Gerais, ministro da Educação e Saúde entre setembro de 1932 e julho de 1934 e secretário estadual de Saúde e Assistência durante o governo de José Francisco Bias Fortes. Hilton Ferreira Pires foi vereador e prefeito da cidade de Formiga, e também deputado federal.

*Luciana Pinheiro*

**FONTES:** CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 145); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, p. 239, 554-555); PREF. FORMIGA. Disponível em: <<http://www.formiga.mg.gov.br/>>. Acesso em: 23/8/2010.

## **FARIA, Raul de**

\*dep. fed. MG 1921-1930.

*Raul de Faria* nasceu em Campanha, na então Província de Minas Gerais, no dia 26 de maio de 1885, filho de Fernando Antônio Faria e de Maria Vitória Pereira de Faria.

Cursou o secundário no Colégio Anchieta em Nova Friburgo (RJ) e bacharelou-se em 1906 pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM) e em 1907 foi eleito suplente de deputado estadual em Minas Gerais. Assumiu uma cadeira na Assembleia mineira em outubro desse mesmo ano na vaga aberta com a morte de Gabriel Vilhena Valadão. Foi reeleito em 1911 e permaneceu no Legislativo estadual até 1914. Em 1921 foi eleito deputado federal por seu estado natal. Assumindo, em 3 de maio do mesmo ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1924, quando integrou a Comissão de Instrução da Câmara, em 1927 e 1930. Permaneceu na Câmara até 23 de outubro desse último ano, quando teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Ainda em 1930 substituiu Osvaldo Orico no Departamento de Educação de Minas Gerais.

Em 24 de outubro de 1943, desiludido com a política de Vargas, assinou o *Manifesto dos mineiros*, que representou a primeira manifestação das elites contra o Estado Novo. A reação imediata do governo foi demitir dos cargos públicos todos aqueles que haviam assinado o manifesto.

Foi ainda secretário da Prefeitura de Belo Horizonte, diretor de *O Diário da Tarde* e redator de *O Estado*. No Rio de Janeiro, foi procurador da Saúde Pública, diretor da Instrução Pública, professor da Escola Normal do Distrito Federal e inspetor de ensino.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 26 de agosto de 1944.

Foi casado, em primeiras núpcias, com Diva Sá Freire de Faria e, em segundas, com Vanda Faria.

*Ioneide Piffano Brion de Souza*

FONTES: ACCÁCIO, L. *Formando*; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); Franklin Martins. *Manifesto dos Mineiros: uma virada na luta contra Getúlio*. Disponível em: <[http://www.franklinmartins.com.br/estacao\\_historia\\_artigo.php?titulo=manifesto-dos-mineiros-uma-virada-na-luta-contra-getulio-1943](http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-dos-mineiros-uma-virada-na-luta-contra-getulio-1943)>. Acesso em: 10/10/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 240); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; PAULILO, A. *Reforma*; VASCONCELOS, D. *História*.

## **FARIAS, CORDEIRO DE**

\*militar; rev. 1922; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930; interv. RS 1938-1943; comte. Art. FEB 1944-1945; comte. ESG 1949-1952; comte. Zona Mil. Norte 1952-1954; gov. PE 1955-1958; ch. EMFA 1961; rev. 1964; min. extraord. Coord. Órgãos Reg. 1964-1966.

*Oswaldo Cordeiro de Farias* nasceu em Jaguarão (RS) no dia 16 de agosto de 1901, filho de Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias e de Corina Padilha Cordeiro de Farias. Seu pai, oficial do Exército, fora enviado para o Sul em consequência da Revolução Federalista (1893-1895), incumbido de participar das negociações de paz. De seus sete irmãos, três seguiram também a carreira militar, destacando-se Gustavo Cordeiro de Farias, que participou das revoltas de 1922 e 1924 e exerceu diversos comandos, entre os quais o da 3ª Região Militar (3ª RM), de 1946 a 1948.

Em 1906 Oswaldo Cordeiro de Farias mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e algum tempo depois matriculou-se no Colégio Militar. Graças a uma reforma do ensino realizada nessa época, adiantou-se um ano, concluindo o curso secundário antes do tempo previsto. Assim, já em 1917 sentou praça na 4ª Companhia de Infantaria, no Rio, e em fevereiro do ano seguinte, antes da idade mínima regulamentar, ingressou na Escola Militar do Realengo.

Declarado aspirante a oficial da arma de artilharia em dezembro de 1919, foi lotado em janeiro do ano seguinte no 1º Grupo de Obuses, sediado no bairro carioca de São Cristóvão. Três meses depois foi promovido a segundo-tenente e, em maio de 1921, a primeiro-tenente. Em agosto desse ano iniciou o curso de observador aéreo na Escola de Aviação Militar e, em janeiro de 1922, foi transferido para o 5º Grupo de Obuses. Em junho seguinte concluiu seu curso e foi classificado no 3º Regimento de Artilharia Pesada, ainda no Rio de Janeiro.

## **NAS REVOLTAS TENENTISTAS**

Durante o primeiro semestre de 1922, Cordeiro de Farias integrou um grupo de oficiais do Exército que, após a eleição em março de Artur Bernardes para a presidência da República, se articulava para impedir sua posse, prevista para novembro. Bernardes estava incompatibilizado com as forças armadas desde o episódio das “cartas falsas”, documentos

ofensivos ao Exército, supostamente de sua autoria, publicados em outubro de 1921 no *Correio da Manhã*. Embora tivesse ficado demonstrado que os documentos haviam sido forjados, a animosidade dos militares contra Bernardes se acentuou, dando origem a reuniões na Vila Militar do Rio. Cordeiro de Farias participou desses encontros, sendo incumbido de fabricar bombas caseiras que seriam lançadas de aviões ao se iniciar a rebelião.

As punições impostas aos militares pelo governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca serviram finalmente de estopim para a revolta deflagrada em 5 de julho de 1922 no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, dando início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Nesse momento, Cordeiro de Farias se encontrava na Escola de Aviação Militar. Como não dispunha de tropas para controlar o campo de pouso, permaneceu algum tempo aguardando que chegassem oficiais insurretos da Vila Militar. O movimento foi entretanto rapidamente debelado, e ainda no dia 5 Cordeiro foi preso em casa. Aberto o inquérito militar, foi incluído entre os oficiais que só deixaram de sublevar suas guarnições devido às medidas preventivas tomadas pelo governo, que providenciou o cerco de várias unidades. Embora fosse excluído do processo, permaneceu detido na fortaleza de São João, no Rio, durante três meses. Em fins de setembro foi lotado na 3ª Esquadilha de Observação, sediada em Santa Maria (RS). Nessa cidade, voltou a conspirar contra o governo federal, mantendo contatos com outros militares e com políticos gaúchos.

As conspirações da jovem oficialidade do Exército em todo o país resultaram em novas insurreições, irrompidas em 5 de julho de 1924 em Sergipe, Amazonas e São Paulo. A revolta foi dominada rapidamente nos dois primeiros estados, mas, em São Paulo, os rebeldes comandados por Isidoro Dias Lopes ocuparam a capital durante três semanas até que, expulsos pela ação conjunta das forças policiais e militares mineiras, paulistas e gaúchas, rumaram para o interior, na direção oeste. Alcançando Mato Grosso, foram pressionados pelas forças legalistas e penetraram em território paranaense.

Transferido para o 5º Batalhão de Caçadores, ainda em Santa Maria, Cordeiro de Farias serviu também em Rio Pardo e São Gabriel e ficou relativamente isolado das articulações revolucionárias no Rio Grande do Sul durante o ano de 1924. No mês de outubro, várias unidades militares gaúchas rebelaram-se sob a coordenação geral do capitão Luís Carlos

Prestes, dominando praticamente toda a fronteira com a Argentina, à margem do rio Uruguai. Enviado nesse momento a Porto Alegre em missão administrativa, Cordeiro de Farias tomou ao contrário a direção de Uruguaiana e aí teve rápida participação na sublevação chefiada pelo caudilho Honório de Lemes, na qual se envolveram cerca de três mil homens. No dia 8 de novembro, os rebeldes sofreram sério revés em Guaçu-Boi, localidade situada ao norte de Alegrete, onde foram surpreendidos pelas forças de José Antônio Flores da Cunha, intendente de Uruguaiana, que os dispersou. Cordeiro retirou-se para Uruguaiana com cerca de 30 homens, encontrando a cidade tomada pelas tropas legalistas. Passou então para território argentino, e aí entrou em contato com os tenentes João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, com os quais retornou ao Brasil, alcançando São Luís das Missões (RS).

Ainda em novembro, Prestes escolheu São Luís para concentrar as forças sublevadas e reorganizá-las. O comando do 1º Batalhão Ferroviário foi entregue ao major comissionado Mário Portela Fagundes, o do 2º Regimento de Cavalaria a João Alberto e o do 3º Regimento de Cavalaria a João Pedro Gay e posteriormente a Siqueira Campos. Em fins de dezembro, os rebeldes deixaram São Luís com o propósito de se juntar às forças egressas de São Paulo. Sempre combatendo as tropas legalistas, atravessaram o rio Uruguai e, em abril de 1925, em Foz do Iguaçu (PR), uniram-se finalmente aos paulistas, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes.

### NA COLUNA PRESTES

Unificados os efetivos revolucionários, Isidoro Dias Lopes partiu para a Argentina com a missão de montar uma rede de auxílio externo ao movimento. Enquanto isso, a coluna sofria nova reorganização. Estruturada a 1ª Divisão Revolucionária, seu comando coube a Miguel Costa, ficando Prestes à frente da Brigada Rio Grande. Cordeiro de Farias, comissionado no posto de tenente-coronel, foi designado para substituir o major Mário Portela, morto em combate, no comando do 1º Destacamento. Os outros destacamentos permaneceram com os mesmos comandantes.

Em fins de abril, a coluna atravessou o rio Paraná, tendo o destacamento de Cordeiro de Farias ocupado Porto Mendes. Transpondo as fronteiras do Paraguai, Cordeiro assinou, com os demais comandantes da coluna, um manifesto que foi entregue ao chefe da



guarnição de Porto Adela, explicando que as forças revolucionárias eram levadas, “por motivo de segurança coletiva, a penetrar, armadas, em território da nação irmã, comprometendo-se explicitamente a respeitar suas leis” enquanto lá permanecessem.

Retornando ao Brasil por Mato Grosso, a coluna foi duramente combatida pelas tropas do coronel Péricles de Albuquerque e do major Bertoldo Klinger. Em junho, a chefia do estado-maior revolucionário foi assumida por Prestes passando Juarez Távora à subchefia. Cordeiro de Farias, assim como os demais comandantes, foi mantido em seu posto, sendo criado mais um destacamento cujo comando foi entregue a Djalma Dutra. Em seguida, a coluna atravessou Goiás e, sempre perseguida pelas forças de Klinger e pela polícia do estado, entrou em território mineiro.

Após breve retorno a Goiás em setembro, os revolucionários seguiram para o Maranhão, onde, em novembro, o destacamento de Cordeiro de Farias, o primeiro a chegar, foi festivamente recebido pela população de Carolina. Em dezembro, chegaram ao Piauí, cuja capital foi assediada por Juarez Távora, enquanto Prestes cercava Floriano. No último dia de dezembro, Cordeiro de Farias foi encarregado de articular com Juarez Távora e Miguel Costa o fim do cerco a Teresina e a Floriano. No mesmo dia, contudo, Juarez foi preso enquanto realizava um reconhecimento às margens do rio Parnaíba. Ainda assim, Cordeiro de Farias cumpriu sua missão, pois encontrou-se com as tropas de Juarez em retirada para Vila de Natal, que foi tomada algumas horas depois pelos rebeldes.

A coluna iniciou a marcha para Pernambuco no dia 10 de janeiro de 1926. Passando pelo Ceará, o estado-maior revolucionário efetuou diversas promoções, recebendo Cordeiro de Farias a patente de coronel. Sempre combatendo forças policiais e jagunços, a coluna atravessou o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, voltou a Goiás em agosto e entrou em Mato Grosso em dezembro de 1926.

Em fevereiro de 1927, a maior parte dos efetivos da coluna entrou em território boliviano. Cordeiro de Farias, juntamente com Miguel Costa, João Alberto e alguns auxiliares, seguiu para Santa Cruz de la Sierra e, de lá, para a Argentina, com o objetivo de recolher fundos para o prosseguimento da campanha. Cordeiro foi designado para fixar-se em Santa Cruz, onde havia bancos para receber o dinheiro a ser levantado no Sul do Brasil. Entretanto, os comandantes revolucionários decidiram terminar a marcha, considerando inútil prosseguir-la em função do desgaste sofrido por força da carência de recursos e do cansaço, e em

consequência da posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926. Assim, em março, o destacamento de Siqueira Campos, incumbido de cobrir a retaguarda do grosso da coluna, internou-se no Paraguai.

De acordo com o depoimento que prestou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, Cordeiro de Farias estava na localidade boliviana de Gaiba, na fronteira com Mato Grosso, quando foi informado acerca de um início de conspiração contra o presidente Washington Luís. Decidiu-se então, em 1928, retornar ao Brasil. No Rio Grande do Sul, o processo político contra os militares revolucionários fora instaurado nas unidades em que estes se haviam rebelado. Por mero acaso, o processo de Cordeiro fora enviado para Uruguaiana, constando apenas a inclusão do seu nome num volume que não continha qualquer elemento acusatório, já que sua passagem por aquela cidade fora muito breve. O procurador de Uruguaiana, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, seu amigo, notou o erro, mas não o denunciou, permitindo que Cordeiro escapasse a condenação.

No Rio de Janeiro, Cordeiro de Farias enfrentou um processo militar por deserção, sujeito à pena máxima de sete meses de prisão. Mantendo-se na clandestinidade, viajava constantemente a Minas Gerais e a Goiás em atividade conspiratória contra o governo de Washington Luís. Reconhecido, entretanto, por um soldado, foi denunciado e preso no bairro carioca da Tijuca. Permaneceu detido inicialmente nas fortalezas de São João e de Santa Cruz, no Rio, e em seguida foi transferido para São Gabriel (RS), onde se formara um conselho militar para julgá-lo. Absolvido nessa primeira instância, retornou ao Rio e foi novamente absolvido por sentença do Supremo (hoje Superior) Tribunal Militar, em dezembro de 1929.

#### NOS MOVIMENTOS DE 1930, 1932 E 1935

Resolvida sua situação militar, Cordeiro de Farias se apresentou ao Departamento de Pessoal da Guerra, ao qual ficou adido até julho de 1930, quando iniciou o curso de engenharia do Instituto Geográfico Militar, sempre no Rio de Janeiro. Nessa época, as forças de oposição ao presidente Washington Luís, derrotadas nas eleições presidenciais disputadas em março, entraram na fase final de preparação de um movimento insurrecional para a tomada do poder. Cordeiro de Farias foi para Minas Gerais em setembro e integrou o

comando revolucionário nesse estado, chefiado pelo coronel Aristarco Pessoa. Segundo suas declarações, as condições militares em Minas não eram muito favoráveis aos revolucionários. Havia o apoio da Polícia Militar e da maioria das lideranças políticas, mas não se conseguira penetrar no Exército. Ainda assim, o levante irrompeu no dia 3 de outubro, data convencionada pelo comando geral revolucionário. Preso o comandante dos efetivos militares mineiros, general José Joaquim de Andrade, apenas o 12º Regimento de Infantaria, sediado em Belo Horizonte, apresentou tenaz resistência aos revolucionários, rendendo-se após dez dias de luta.

Com a deposição de Washington Luís, consumada em fins de outubro, e a posse do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas em novembro, Cordeiro de Farias foi promovido a capitão nesse mesmo mês. Serviu como oficial de gabinete do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, de dezembro de 1930 a maio de 1931, quando recebeu patente de major. Transferido em junho de 1931 para o 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, sediado em São Paulo, assumiu em outubro a chefia de polícia desse estado, então governado pelo interventor coronel Manuel Rabelo. Nesse período, entrava numa fase particularmente delicada a disputa entre as facções políticas tradicionais paulistas e as forças tenentistas apoiadas pelo governo federal. O conflito havia se iniciado na verdade com a nomeação, logo após a vitória da Revolução de 1930, do tenente João Alberto Lins de Barros para o governo do estado, o que significou a marginalização do segmento da oligarquia local que havia participado do movimento, em especial o Partido Democrático.

Logo após tomar posse como chefe de polícia, Cordeiro de Farias declarou que não toleraria nem as atividades comunistas nem as tentativas separatistas, referindo-se, no segundo grupo, à tendência que o governo federal afirmava crescer entre a oposição paulista no sentido de uma campanha pela separação de São Paulo da União. Em janeiro de 1932, cerca de 50 entidades representativas de diversos setores da sociedade paulista divulgaram, durante as comemorações da data de fundação da cidade de São Paulo, uma convocação ao povo para “um grandioso comício que seria a exaltação e a apoteose de São Paulo”. Após o comício, em que imensa multidão gritou palavras de ordem de diversas orientações, inclusive separatistas, vários grupos saíram pela cidade, dirigindo-se o maior deles para o Centro Gaúcho, que foi apedrejado. Cordeiro de Farias ordenou que a cavalaria

dispersasse a manifestação. No dia seguinte, declarou-se compreensivo em relação à reivindicação de um interventor paulista para o estado, mas decididamente contra as teses separatistas.

Em junho de 1932, o interventor Pedro de Toledo, nomeado em março para substituir Manuel Rabelo, reorganizou seu secretariado, mantendo apenas Cordeiro de Farias dos integrantes da equipe anterior. Cordeiro renunciou então ao cargo e retornou ao Rio de Janeiro, onde ficou adido ao Departamento de Pessoal da Guerra. Com a deflagração da Revolução Constitucionalista em São Paulo em 9 de julho seguinte, integrou o destacamento do setor sul das forças legalistas, que era comandado pelo general Valdomiro Castilho de Lima e contava com efetivos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Com a derrota dos rebeldes e a assinatura do armistício em outubro de 1932, serviu até dezembro no quartel-general da 2ª RM, sediada em São Paulo. Voltou em seguida à chefia da polícia paulista, exercendo-a de janeiro a julho de 1933, durante o período da interventoria do general Valdomiro Castilho de Lima. Nesse último mês foi promovido a tenente-coronel e, em março de 1934, foi transferido para o 9º Regimento de Artilharia Montada, sediado em Curitiba, onde serviu até fevereiro de 1935. Nessa data, iniciou o curso da Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Em seu depoimento ao Cpdoc, Cordeiro de Farias revelou que, após a eclosão dos levantes organizados pela Aliança Nacional Libertadora em Natal e em Recife nos dias 23 e 24 de novembro de 1935 respectivamente, as autoridades militares da capital federal tomaram medidas preventivas contra uma esperada insurreição no 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na Praia Vermelha. Cordeiro foi um dos convocados pelo ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho, a comparecer ao ministério com os oficiais que pudesse arregimentar. De fato, o movimento foi deflagrado no 3º RI e na Escola de Aviação Militar na madrugada do dia 27. Encarregado de se colocar junto ao quartel amotinado do 3º RI e de impedir que os revoltosos deixassem o local, Cordeiro passou algumas horas trocando tiros, até a chegada das forças comandadas pelo comandante da 1ª RM, Eurico Gaspar Dutra, que iniciou o bombardeio do prédio. Ao meio-dia, os rebeldes, fustigados pelas forças legalistas das três armas, renderam-se.

Concluído o curso da Escola de Estado-Maior em dezembro de 1936, Cordeiro de Farias estagiou na subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), chefiando a Seção de

Motorização de fevereiro a maio de 1937. Em julho foi transferido para o Sul e exerceu a chefia do estado-maior da 5ª RM, sediada em Curitiba, até agosto. Nesse mês, ao mesmo tempo em que o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho assumia o comando da 3ª RM, com sede em Porto Alegre, passou a chefe de seu estado-maior. A nomeação de Daltro Filho para o posto coroou, por sua vez, uma série de medidas de Vargas contra o governador gaúcho José Antônio Flores da Cunha, que se opunha ao continuísmo do presidente e dera seu apoio à candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira nas eleições presidenciais previstas para 1938.

Em outubro de 1937, Cordeiro de Farias foi incumbido de entregar a Flores da Cunha o decreto que federalizava o principal ponto de apoio do governador gaúcho, a Brigada Militar, cujas milícias auxiliares — os corpos provisórios — foram dissolvidas, ficando os efetivos regulares à disposição do Exército. Finalmente, Flores da Cunha não resistiu às pressões federais e renunciou no dia 16 de outubro, buscando exílio no Uruguai. Para substituí-lo, Vargas nomeou Daltro Filho interventor, dando assim um importante passo a caminho do golpe que no dia 10 de novembro instaurou o Estado Novo, fechou os órgãos legislativos do país e suspendeu o processo eleitoral. Por sua atuação nesse período, em dezembro Cordeiro de Farias foi elogiado pelo comandante da 3ª RM e foi promovido a coronel.

#### NA INTERVENTORIA GAÚCHA

Em março de 1938, Cordeiro de Farias foi nomeado interventor no Rio Grande do Sul em substituição a Daltro Filho, que falecera dois meses antes. Já no primeiro mês de seu governo, tomou diversas medidas contra a expansão do nazismo nas áreas de colonização alemã, concitando a população de origem alemã a adotar exclusivamente a nacionalidade brasileira, convidando diretores de jornais a cessarem a propaganda hitlerista e nacionalizando o ensino em todo o estado.

Encontrando-se em maio de 1938 no Rio de Janeiro para tratar de assuntos de interesse pessoal, transformou-se num dos alvos do levante liderado pelos integralistas contra o governo. No dia 11 desse mês, o palácio Guanabara, residência presidencial, vários prédios públicos e casas de membros do governo foram atacados pelos insurretos. Cordeiro não foi encontrado, pois hospedara-se num hotel, de onde ouviu tiroteios pela cidade. Dirigindo-se

à Chefatura de Polícia, encontrou-se com o ministro da Guerra, general Eurico Dutra, que acabava de chegar do palácio Guanabara, onde, após dominar os rebeldes, deixara uma patrulha à espera de reforços. Incumbido por Dutra de coordenar esse auxílio, Cordeiro permaneceu algum tempo com seus soldados no campo de futebol do Fluminense, contíguo ao palácio, aguardando o momento mais adequado para atacar os integralistas que ainda se encontravam no interior do prédio, sem expor ao perigo Vargas e seus parentes. Em seu livro, *Getúlio Vargas, meu pai*, Alzira Vargas do Amaral Peixoto levantou suspeitas acerca da demora de Cordeiro em intervir, que coincidiu com a lentidão da chegada dos reforços solicitados ao chefe de polícia Filinto Müller. Como o ataque integralista não evoluísse, Cordeiro invadiu o palácio, comandando a prisão dos rebeldes que lá se encontravam. As demais tentativas de ataques dos insurretos também fracassaram, resultando na detenção dos envolvidos e no desbaratamento do levante.

Em junho de 1938, Cordeiro de Farias foi chamado de volta ao Rio de Janeiro para participar de uma reunião de interventores destinada a discutir a formação da Legião Cívica Nacional, proposta pelo interventor no estado do Rio de Janeiro, Ernâni Amaral Peixoto, com o propósito de criar um partido político nacional de sustentação ao governo. A idéia encontrou ampla receptividade junto aos interventores Benedito Valadares, de Minas Gerais, Ademar de Barros, de São Paulo, Agamenon Magalhães, de Pernambuco, Landolfo Alves, da Bahia, José Malcher, do Pará, e Fenelon Müller, de Mato Grosso, mas não chegou a concretizar-se, em grande parte em função da resistência encontrada entre as tradicionais facções políticas do Rio Grande do Sul, onde Cordeiro de Farias também não se empenhou em viabilizá-la.

Cordeiro de Farias fechou em maio de 1939 o escritório do Partido Nazista, deportando o seu principal dirigente no Rio Grande do Sul. Conseguiu também que fosse determinada em novembro a saída do país do cônsul-geral da Alemanha no Brasil, Friedrich Ried, envolvido na operação de instalação de radiotransmissores próprios para espionagem em navios alemães ancorados no porto do Rio Grande. Segundo seu depoimento ao Cpdoc, foi interpelado pelo chefe do EME, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, para quem a medida prejudicava as relações diplomáticas do Brasil. Manteve contudo sua posição, conseguindo o apoio de Vargas. Àquela altura, já se havia iniciado a Segunda Guerra Mundial.

No plano propriamente administrativo, a gestão de Cordeiro de Farias destacou-se pela ênfase nos setores sanitário, educacional e rodoviário, onde obteve considerável nível de desenvolvimento.

#### NA FEB

Cordeiro de Farias foi promovido a general de brigada em janeiro de 1942, tornando-se na época o mais jovem general do Exército brasileiro. Nesse mesmo mês, o Brasil rompeu relações com os países do Eixo e Cordeiro passou a solicitar insistentemente a Vargas sua volta à caserna. Finalmente, em agosto, o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo, iniciando os preparativos para a intervenção efetiva no conflito. Em agosto de 1943, Cordeiro foi chamado a integrar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), que ficaria conhecida como Força Expedicionária Brasileira (FEB), comandada pelo general João Batista Mascarenhas de Moraes.

Em setembro de 1943, Cordeiro de Farias transmitiu o cargo de interventor no Rio Grande do Sul ao tenente-coronel Ernesto Dornelles, viajando em seguida para os Estados Unidos, onde estagiou até dezembro em Fort Leavenworth. Em janeiro de 1944 foi nomeado comandante da Artilharia Divisionária da FEB, que reunia efetivos oriundos do 1º Grupo de Obuses, de São Cristóvão, do 1º Grupo de Artilharia de Dorso, de Campinho, e do Grupo Escola, todos do Rio de Janeiro, além do 6º Grupo de Artilharia de Dorso, de Quitaúna (SP). Em setembro embarcou rumo ao teatro de operações militares na Itália, chegando a Nápoles no mês seguinte.

À frente da Artilharia Divisionária, constituída de quatro grupos de artilharia e da Esquadrilha de Ligação e Observação, Cordeiro de Farias participou das principais batalhas em que esteve envolvida a FEB, como as que resultaram na conquista de Montese, Monte Castelo e Castelnuovo, onde, em maio de 1945, renderam-se cerca de 17 mil soldados alemães, número superior aos efetivos brasileiros na Europa. Durante a campanha, aproximou-se de oficiais que mais tarde desempenhariam importantes funções políticas, como o então tenente-coronel Humberto de Alencar Castelo Branco. Finda a participação da FEB na guerra após a tomada de Castelnuovo, Cordeiro permaneceu estacionado ao sul do rio Pó, substituindo o general Mascarenhas de Moraes no comando geral das tropas de julho a agosto, quando retornou ao Brasil.

## NA QUEDA DO ESTADO NOVO

O período entre o fim da guerra e o retorno da FEB ao Brasil foi marcado por importantes acontecimentos na vida política nacional. Enquanto o Estado Novo se enfraquecia, iniciava-se a reorganização partidária, com a formação do Partido Social Democrático (PSD), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da União Democrática Nacional (UDN). Nova lei eleitoral foi promulgada tendo em vista a sucessão de Vargas, bem como a eleição de governadores e parlamentares. Foi concedida a anistia aos presos políticos e exilados e finalmente lançaram-se as candidaturas à presidência da República de Eduardo Gomes, na legenda da UDN, e de Eurico Dutra, na legenda do PSD.

De acordo com algumas versões correntes, Cordeiro de Farias teria liderado, ainda na Itália, uma tendência de opinião entre os oficiais da FEB que se opunham a Vargas. No entanto, em entrevista à revista *Veja* em outubro de 1977, ele refutou essa afirmação, explicando que todos estavam muito envolvidos nos problemas militares e isolados da vida política brasileira. Ainda segundo seu próprio depoimento, logo que retornou ao Brasil, encontrou-se com o presidente, que se teria manifestado favoravelmente a um acordo entre os dois candidatos à sua sucessão, pelo qual ambos desistiriam do pleito em favor de um terceiro nome, que poderia ser escolhido entre o ministro da Guerra, general Góis Monteiro, o ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, o chefe de polícia do Distrito Federal, capitão João Alberto Lins de Barros, e o próprio Cordeiro de Farias. Finda a conversa, ficou acertado que Vargas faria a proposta a Dutra, e Cordeiro consultaria Eduardo Gomes. Entretanto, Cordeiro ponderou com o candidato udenista que talvez Vargas estivesse pretendendo realizar alguma manobra, pelo que o deixava à vontade para se decidir por continuar em campanha.

Em setembro de 1945, Cordeiro de Farias teve seu nome lançado como candidato à presidência da República, numa alternativa aos dois já existentes. Essa iniciativa não teve, porém, consequências. Ainda nesse mês, Cordeiro participou, em casa de João Alberto, de uma reunião de chefes militares lotados no Rio de Janeiro, entre os quais os generais Góis Monteiro, Odílio Denis e Newton Estillac Leal e o coronel Juarez Távora. Preocupados com o momento político nacional, esses oficiais discutiram o crescimento da campanha “queremista”, que defendia a manutenção de Vargas no poder até a convocação de uma



assembleia nacional constituinte e era apoiada pelo PTB e pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Esses militares voltariam a reunir-se, com os mesmos objetivos, nos dias 4 e 22 de outubro.

No dia 29 de outubro, entretanto, a nomeação de Benjamim Vargas para a chefia de polícia do Distrito Federal em substituição a João Alberto desencadeou a mobilização do aparato militar da capital contra Getúlio. Ao mesmo tempo em que várias unidades do Exército eram enviadas para o palácio Guanabara, Góis Monteiro, reunido no quartel-general com diversos generais, nomeou Cordeiro de Farias chefe do EME e encarregou-o de comunicar a Vargas que os chefes militares exigiam sua renúncia. Acompanhado pelo ministro da Justiça Agamenon Magalhães, Cordeiro transmitiu ao presidente o ultimato. Vargas, embora reconhecendo a fragilidade de sua posição, ainda admitiu a hipótese de resistir, chegando a afirmar que morreria lutando contra o golpe, o que tornava Góis Monteiro responsável por sua vida. Cordeiro observou que os chefes militares não desejavam esse desfecho para a situação e que seria preferível uma “renúncia digna” a uma renúncia forçada por falta de suprimentos no palácio. Vargas acabou assentindo em renunciar. No dia seguinte, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a presidência da República.

#### NA ESG

Após a eleição do general Eurico Dutra para presidente da República em dezembro de 1945, Cordeiro de Farias foi nomeado adido militar à embaixada do Brasil na Argentina, cargo que assumiu em fevereiro de 1946. Promovido a general de divisão em agosto desse mesmo ano, deixou a função diplomática em março de 1947 e retornou ao Brasil para assumir em abril o comando da 5ª RM, sediada em Curitiba. Em janeiro de 1949, foi designado presidente da Comissão de Elaboração do Regulamento da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em outubro do ano anterior. Nomeado igualmente primeiro comandante da escola, assumiu o cargo em fevereiro. À frente da ESG, contribuiu para a adoção dos padrões militares norte-americanos pelo Exército brasileiro e para a elaboração da moderna doutrina de participação dos militares na vida do país.

Em 1950, Cordeiro de Farias concorreu às eleições para a diretoria do Clube Militar, tendo como companheiro de chapa o general Emílio Ribas Júnior e como adversário os generais

Newton Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa. A campanha eleitoral foi polarizada pela questão do petróleo. A chapa de Cordeiro de Farias representava a corrente de opinião no interior das forças armadas que considerava necessária a participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera. Juarez Távora era a figura mais ostensiva dessa corrente. Seus adversários, por outro lado, caracterizavam-se por posições nacionalistas e por defenderem a implantação do monopólio estatal nesse setor. A polêmica transcendeu os limites da corporação militar, inserindo-se nas discussões que cercavam as eleições presidenciais, previstas para outubro de 1950. Realizado o pleito do Clube Militar em maio, a chapa nacionalista sagrou-se vitoriosa por ampla margem de votos. Em outubro, Getúlio Vargas conquistou novo mandato na presidência da República.

A derrota nas eleições não fez cessar a influência de Cordeiro de Farias no Clube Militar. Em 1952, apoiou, juntamente com outros oficiais de prestígio, a Cruzada Democrática, movimento organizado por militares de tendência conservadora que lançou a chapa composta pelos generais Alcides Etchegoyen e Néelson de Melo e conquistou a diretoria do clube, derrotando os candidatos considerados nacionalistas.

#### NO GOVERNO DE PERNAMBUCO

Promovido a general de exército em agosto de 1952, Cordeiro de Farias assumiu em dezembro o comando da Zona Militar Norte, sediada em Recife, deixando, por conseguinte, a direção da ESG. Situado na oposição ao governo Vargas, compartilhava, de acordo com seu depoimento, dos temores acerca de uma possível pretensão continuísta do presidente, o que implicaria a supressão das eleições gerais marcadas para outubro de 1954. Assim, inscreveu-se como candidato ao governo de Pernambuco, aprovado pelo PSD e os partidos Democrata Cristão (PDC) e Libertador (PL). Se eleito, passaria a dispor de um importante ponto estratégico para desencadear no Nordeste um movimento contra Vargas.

O suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954, contudo, eliminou as apreensões imediatas que haviam levado Cordeiro de Farias a se candidatar. Em consequência, ainda segundo seu depoimento, propôs a seu adversário, João Cleofas, apoiado pela UDN e pelo PCB, que ambos se retirassem da disputa em favor de um terceiro nome. Não tendo sido possível chegar a um acordo, manteve sua candidatura e venceu o pleito, tomando posse na chefia do governo pernambucano em janeiro de 1955.

Por outro lado, as eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955 deram continuidade à crise política que já resultara na morte de Vargas. As chapas com reais possibilidades de vitória eram as constituídas por Juscelino Kubitschek e João Goulart — apoiados pelo PSD e o PTB, além dos partidos Republicano (PR), Trabalhista Nacional (PTN), Social Trabalhista (PST) e Republicano Trabalhista (PRT) — e por Juarez Távora e Milton Campos — apoiados pela UDN, por dissidentes do PSD, pelo PDC e o PL e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Na medida em que Kubitschek e Goulart avançavam nos prognósticos eleitorais, uma ala da UDN, apoiada por setores militares e liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, passou a preconizar a deflagração de um golpe que impedisse a possível vitória desses candidatos. A questão começou a ser discutida abertamente e, em agosto de 1955, Cordeiro de Farias manifestou-se publicamente, declarando à imprensa: “Não sou o que vulgarmente se denominaria hoje um golpista, mas também não sou um antigolpista. Sou talvez um realista.” Ao mesmo tempo, outros setores políticos e militares se mobilizaram para garantir as eleições e a subsequente posse dos vencedores.

Realizado o pleito sob garantia de tropas do Exército, saíram vitoriosos Kubitschek e Goulart, e imediatamente teve início uma campanha contra sua posse. Argumentando que no próprio governo se conspirava nesse sentido, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, deflagrou um movimento militar no dia 11 de novembro e conseguiu que o Congresso decretasse o impedimento dos presidentes da República Carlos Luz, em exercício, e Café Filho, licenciado. O presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu a chefia da nação, e em janeiro de 1956 deu posse aos candidatos eleitos.

Cordeiro de Farias cumpriu seu mandato de governador de Pernambuco voltando a administração para a assistência à região sertaneja, a construção de rodovias e açudes, a abertura do mercado de trabalho e o incentivo à agricultura de subsistência. Seu governo enfrentou, contudo, acirrada oposição, liderada pela Frente de Recife, formada em 1955 por comunistas, socialistas e trabalhistas, para eleger Pelópidas da Silveira para a prefeitura da capital pernambucana. Com a aprovação do novo Código Tributário estadual em 1957, até mesmo o empresariado pernambucano rompeu com o governo, promovendo no dia 9 de novembro um *lockout* generalizado, que paralisou desde as grandes indústrias até as bancas de jornais e recebeu apoio popular. Na ocasião, um manifesto assinado pela maioria dos dirigentes sindicais de Recife hipotecou “irrestrita solidariedade à greve do comércio...

com o apoio da indústria e à luta que vêm empreendendo contra o regime do escorcho fiscal que se pretende implantar no estado de Pernambuco”. Esse movimento, apoiado pela Frente de Recife, reforçou a liderança do usineiro Cid Sampaio, que em outubro de 1958 elegeu-se sucessor de Cordeiro de Farias.

Em dezembro de 1958, um mês antes do término de seu mandato, Cordeiro renunciou, sendo substituído por Otávio Correia de Araújo. Assumiu então a presidência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que realizou seus trabalhos em Washington, dedicando-se prioritariamente à renovação do acordo militar entre os dois países. De volta ao Brasil em fevereiro de 1961, foi nomeado por Jânio Quadros, que no mês anterior assumira a presidência da República após ser eleito com o apoio de uma coligação liderada pela UDN, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) em substituição ao general João Carlos Barreto.

#### NA RENÚNCIA DE JÂNIO

Após um curto período de governo, em 25 de agosto de 1961 Jânio renunciou. Seu sucessor legal, João Goulart — eleito vice-presidente com o apoio da coligação PTB-PSD — encontrava-se em viagem oficial à República Popular da China, e a presidência foi assumida interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli. Imediatamente, formou-se um poderoso bloco político-militar contra a posse de Goulart, enquanto Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado do vice-presidente, liderava a mobilização para garantir seus direitos constitucionais com o apoio do comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, general José Machado Lopes, que, assim agindo, contrariava a posição do ministro da Guerra, general Odílio Denis.

No dia 29 de agosto, Cordeiro de Farias foi nomeado para o comando do III Exército, enquanto Machado Lopes era convocado à capital federal sob pena de ser considerado desertor. Em resposta, Machado Lopes comunicou ao ministro da Guerra que não mais acataria suas ordens. Em seguida, expediu um comunicado a todos os comandos de grandes unidades, corpos e organizações subordinadas ao III Exército determinando que fossem detidos os oficiais de quaisquer patentes que tivessem sido nomeados de maneira a modificar os comandos da época.

Diante da atitude do comandante do Sul, Cordeiro de Farias não chegou a substituí-lo

efetivamente, ao mesmo tempo em que se mantinha na chefia do EMFA por não ter a quem transferir o cargo de confiança do presidente da República. No dia 30, os ministros militares — além de Odílio Denis, da Guerra, Sílvio Heck, da Marinha, e Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica — lançaram um manifesto vetando a posse de Goulart por razões de segurança nacional. Logo após a divulgação do documento, Cordeiro de Farias participou de uma reunião de generais convocada para tornar oficial a posição expressa no manifesto. Na ocasião, diante do quadro que se formara, com a resistência do III Exército, Cordeiro votou com a maioria dos oficiais no sentido de que, se o Congresso Nacional se decidisse pela legitimidade da posse de Goulart, não haveria outro caminho constitucional senão aceitá-la. Acusado na época pelo governador de Goiás, Mauro Borges, de manipular a opinião dos ministros militares, Cordeiro declarou no citado depoimento ao Cpdoc que não se opunha propriamente à posse do vice-presidente e que aceitou de imediato a proposta de adoção do sistema parlamentarista, surgida no Congresso como solução conciliatória. Finalmente, a crise político-militar foi contornada através da aprovação pelo Congresso, em 2 de setembro, da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo. Cinco dias depois, Goulart, limitado em seus poderes presidenciais, tomou posse. Com a formação do primeiro gabinete parlamentar, Cordeiro de Farias exonerou-se do cargo de chefe do EMFA, no qual foi substituído pelo general Osvaldo de Araújo Mota. Um decreto presidencial assinado no dia seguinte anulou a sua nomeação para o comando do III Exército.

### NA CONSPIRAÇÃO CONTRA GOULART

Com a posse de João Goulart, os ministros militares do período anterior deixaram seus cargos e, sob a liderança do general Odílio Denis, passaram a conspirar contra o novo governo. Cordeiro de Farias, embora fosse o mais antigo oficial das três armas, não foi designado para função alguma. No já citado depoimento ao Cpdoc, explicou que o novo ministro da Guerra, general João de Segadas Viana, chegou a indicá-lo para uma missão no exterior, mas seu nome teria sido vetado pelo chefe do Gabinete Militar, general Amauri Kruel.

Na condição de oficial em disponibilidade, Cordeiro de Farias pôde dedicar-se integralmente às atividades conspiratórias, que se estenderam pelos estados de Minas

Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo. Neste último estado, onde concentrou a maior parte do seu trabalho, comandou clandestinamente a Força Pública, graças ao auxílio do governador Ademar de Barros, desenvolvendo programas de instrução voltados para a possibilidade de confrontos com forças leais a Goulart. Organizou também esquemas de informação para controlar as atividades de autoridades federais em São Paulo. Juntamente com um grupo de senhoras paulistas, articulou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo no dia 19 de março de 1964, à qual compareceram cerca de trezentas mil pessoas. Tendo ainda promovido o entrosamento entre elementos civis e altas patentes militares em reuniões geralmente realizadas na residência de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Cordeiro de Farias foi descrito por Herman de Moraes Barros, ativo conspirador civil paulista, como um “otimista, mesmo admitindo que a luta poderia durar meses”.

A conspiração político-militar resultou na deposição do presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Cordeiro encontrava-se em Curitiba quando, no dia 2 de abril, o general Artur da Costa e Silva, antes mesmo que se formasse um novo governo, assumiu o Ministério da Guerra, alegando sua condição de oficial mais antigo do Exército presente naquele momento no Rio de Janeiro. Em seguida, no dia 11, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi escolhido pelos oficiais para assumir a presidência da República e completar o mandato até 1966.

#### NO PÓS-1964

Depois de recusar vários convites para assumir funções diplomáticas no exterior, Cordeiro de Farias foi nomeado por Castelo Branco, em junho de 1964, para dirigir o recém-criado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), depois transformado em Ministério do Interior. No mês seguinte, seu nome despontou em meio à polêmica gerada pela sucessão presidencial. O governador carioca Carlos Lacerda, um dos líderes civis do movimento que depôs Goulart e forte pretendente à presidência da República, protestou contra a possibilidade de prorrogação do mandato de Castelo Branco, aventada oficialmente. No seu entender, essa medida visava a preparar a candidatura de Cordeiro. A prorrogação do mandato de Castelo por um ano, até março de 1967, foi afinal aprovada pelo Congresso em meados de julho de 1964.

Em agosto de 1965, Cordeiro de Farias foi promovido a marechal e transferido para a reserva de primeira classe. Dois meses depois, realizaram-se eleições para os governos dos estados, nas quais a oposição conseguiu eleger Francisco Negrão de Lima na Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais. Dada a importância política e militar desses estados, ponderáveis setores do Exército sob a liderança da chamada linha dura manifestaram seu descontentamento, abrindo-se um período de grave crise. Em discurso proferido em 1966, Cordeiro de Farias acusaria esse setor do Exército, liderado pelo general Costa e Silva, de ter pressionado Castelo no sentido de aumentar o controle sobre o país. Essa pressão resultou na edição em 27 outubro de 1965 do Ato Institucional nº 2, que, entre outras medidas de fechamento do regime, dissolveu os partidos políticos e instituiu o sistema de eleições indiretas para os governos estaduais.

Dissolvidos os partidos, Cordeiro de Farias desenvolveu intensos contatos políticos no sentido da reorganização partidária. Em princípios de 1966, já estavam devidamente organizados e registrados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), situacionista. Nesse ínterim, seu nome voltou a ser citado como candidato à sucessão de Castelo Branco, tanto no Congresso como em círculos militares. Em março, ele mesmo assumiu publicamente a condição de candidato, após contatos com parlamentares da Arena. Alguns dias depois, participou de uma reunião com o presidente e alguns ministros, quando criticou a candidatura, já lançada, do ministro da Guerra. Ao final do encontro, ficou decidido que seria apresentada uma lista de nomes aos órgãos regionais da Arena, cuja comissão executiva, depois de apurar as preferências, encaminharia o assunto à convenção nacional do partido.

Fortalecia-se, contudo, à margem das articulações parlamentares, a pressão militar em favor da candidatura de Costa e Silva. Em abril de 1966, Cordeiro de Farias retirou-se da disputa sucessória, alegando discordar “dos métodos, prazos e procedimentos estabelecidos para a consulta à definição do candidato do partido e à data da convenção”. Em seguida solicitou a Castelo Branco a sua exoneração do MECOR, não tendo sido atendido pelo presidente. Finalmente, a 26 de maio, a convenção nacional da Arena homologou, por ampla margem de votos, os nomes de Costa e Silva e Pedro Aleixo como candidatos, respectivamente, a presidente e a vice-presidente da República. Diante desse fato, Cordeiro voltou a pedir exoneração do ministério, afinal concedida em junho de 1966. Realizado o pleito indireto,

Costa e Silva e Pedro Aleixo foram empossados em março de 1967.

A chefia do MECOR foi a última função pública exercida por Cordeiro de Farias que, em seguida, tornou-se diretor-executivo do grupo empresarial de João Santos — a quem conhecera quando governador de Pernambuco —, um dos maiores produtores de cimento do país, com investimentos também em celulose e fábricas em diversos estados. No entanto, apesar de marginalizado durante o governo Costa e Silva, Cordeiro continuou sendo uma presença influente na vida política nacional. Em fins de 1968, correram boatos de que o presidente Costa e Silva teria ordenado sua prisão, sob a acusação de conspirar contra o governo. De fato, a revista *Veja*, em sua edição de 14 de dezembro, incluiu seu nome entre os detidos com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado no dia anterior. Em seu depoimento ao Cpdoc, porém, Cordeiro apenas se refere aos boatos relativos à sua prisão.

Cordeiro de Farias discordou da edição do AI-5 e, a partir de então, manifestou-se em diversas ocasiões favoravelmente à institucionalização do regime implantado em 1964. Em 1973, intercedeu junto às autoridades militares pela filha de um ex-auxiliar do seu governo em Pernambuco, presa por atividades políticas na Polícia do Exército do Rio de Janeiro. A pedido dos pais da jovem, obteve do ministro do Exército, general Orlando Geisel, permissão para que se quebrasse a incomunicabilidade em que se encontrava a prisioneira, resultando o episódio na prisão do encarregado do inquérito policial-militar e do oficial de dia, que tentaram obstar a visita. Após a posse do general Ernesto Geisel na presidência da República em março de 1974, Cordeiro, que apoiara sua candidatura, iniciou uma série de contatos com setores oposicionistas no sentido de viabilizar o programa de reformas políticas — na época denominado “distensão” — anunciado pelo novo governo, que incumbira o presidente do Senado, Petrônio Portela, de cumprir essa missão oficialmente.

A exoneração do ministro do Exército, Sílvio Frota, em outubro de 1977, por iniciativa de Geisel, ofereceu a Cordeiro de Farias a oportunidade de considerar, em entrevista ao *Jornal do Brasil* (21/10/1977), que o episódio favoreceu a “consolidação da autoridade do presidente da República e eliminou uma perigosa área de contestação, ampliando as possibilidades para o projeto do governo de institucionalização do país”. No seu entender, o fato serviu para dar à opinião pública nacional “uma clara consciência a respeito dos problemas políticos que o país enfrenta, assim como dos riscos que podem nos ameaçar”.



Após a posse do general João Batista Figueiredo como sucessor de Geisel em março de 1979, Cordeiro manteve seu apoio ao programa de “abertura” do regime. Suas últimas aparições públicas ocorreram em dezembro de 1980, quando prestou solidariedade e ajuda ao pintor Iberê Camargo, seu amigo, que matara a tiros um homem no bairro carioca de Botafogo. Na última entrevista que concedeu à imprensa, no aeroporto de Brasília, Cordeiro de Farias defendeu novamente a abertura política, reafirmando sua confiança na realização de eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Na ocasião, também defendeu o capitão Sérgio Miranda de Carvalho, do Pára-Sar (unidade de busca e salvamento da Aeronáutica), o qual procurara evitar, em 1968, que essa unidade servisse à prática de atos de terrorismo de grandes proporções no Rio de Janeiro, atos esses que seriam atribuídos aos comunistas, justificando assim uma onda repressiva contra a oposição. O capitão fora excluído da Aeronáutica, e Cordeiro alinhou-se com os que defendiam sua reintegração.

Cordeiro de Farias morreu no Rio de Janeiro em 17 de fevereiro de 1981.

Foi casado com Avani Cordeiro de Farias, com quem teve um filho.

O arquivo de Cordeiro de Farias encontra-se depositado no Cpdoc. Suas memórias, baseadas na longa entrevista que concedeu a este centro entre 1976 e 1980, foram organizadas e publicadas em 1981 por Aspásia Camargo e Válder de Góis com o título *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*.

*Renato Lemos*

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. MIN. EXÉRC.; BALEEIRO, A. *Supremo*; BANDEIRA, L. 24; BANDEIRA, L. *Governo*; BARROS, J. *Memórias*; BRAYNER, F. *Verdade*; CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Estado*; CORRESP. ESC. SUP. GUERRA; CORRESP. ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS; CORRESP. GOV. EST. PE; CORRESP. GOV. EST. RS; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; COSTA, M. *Cronologia*; *Diário de Notícias*, P. Alegre; *Cronologia 1943*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ANDRADE, H.; ENTREV. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (18/2/81); FARIAS, O. *Meio*; *Federação* (4/1/1936); FERREIRA

FILHO, A. *História*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Globo* (18/2/1981); *Grande encic. Delta*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (18/2/1981); LANDUCCI, I. *Cenas*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, L. *Coluna*; LOPES, J. *III*; MORAIS, J. *FEB*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; PY, A. *5ª*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1942; SILVA, H. 1944; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1964; SILVA JÚNIOR, J. *Galeria* (1961-1); SODRÉ, N. *História militar*; TÁVORA, J. *Vida*; VIANA FILHO, L. *Governo*; VILAS BOAS, P. *Notas*; VÍTOR, M. *Cinco*; WANDERLEY, N. *História*.

## **FARIAS, GUSTAVO CORDEIRO DE**

\*militar; rev. 1922; rev. 1924; rev. 1930.

*Gustavo Cordeiro de Farias* nasceu em Jaguarão (RS) no dia 20 de junho de 1893, filho de Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias e de Corina Padilha Cordeiro de Farias. Seu pai, oficial do Exército na época da Revolução Federalista (1893-1895), fora enviado ao Sul pelo governo federal, com a incumbência de participar das negociações de paz entre os republicanos e os revoltosos. Seu irmão Osvaldo Cordeiro de Farias seguiu também a carreira militar, engajando-se nos levantes tenentistas da década de 1920 e exercendo, posteriormente, diversas funções públicas, entre as quais a interventoria no Rio Grande do Sul (1938-1943) e o governo de Pernambuco (1955-1958).

Em dezembro de 1911 Gustavo Cordeiro de Farias ingressou no Exército, e em janeiro do ano seguinte iniciou o serviço ativo como terceiro-sargento. Coursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e saiu aspirante em 1915, sendo designado para o 3º Grupo de Obuses, na mesma cidade. Em setembro de 1916, foi promovido a segundo-tenente, passando a estudar na Escola de Artilharia até 1917. Em fevereiro de 1918 atingiu o posto de primeiro-tenente e foi designado para o 6º Regimento de Artilharia Montada, sempre no Rio de Janeiro. De 1919 a 1921 exerceu a função de auxiliar de instrução da Escola Militar, e em agosto desse último ano foi promovido a capitão e transferido para o 11º Regimento de Artilharia Montada, em Campo Grande, no atual estado de Mato Grosso do Sul.

Em 1922, ingressou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e foi preso por envolvimento na Revolta de 5 de Julho daquele ano. Esse movimento, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, irrompeu no Rio de Janeiro e Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa aos militares. A revolta foi debelada em pouco tempo, tendo envolvido, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar, e em Mato Grosso, contingentes do Exército local. Gustavo Cordeiro de Farias foi desligado da escola que cursava e transferido para o 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, em São Paulo.

Em outubro de 1924, como aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, foi novamente

preso e processado por sua participação na chamada Conspiração Protógenes. Liderado pelo capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães, esse movimento visava à sublevação da Esquadra em apoio ao levante paulista de julho de 1924 contra o governo Artur Bernardes. Com a prisão de Protógenes ainda na fase conspirativa, o movimento limitou-se ao levante do encouraçado *São Paulo*. Gustavo Cordeiro de Farias permaneceu detido até 1926, e de 1927 a 1929 voltou a cursar a Escola de Estado-Maior do Exército, estagiando em seguida no Estado-Maior do Exército.

Participou da Revolução de 1930, e em abril de 1931 atingiu o posto de major, assumindo o comando do 6º Grupo de Artilharia da Costa, no Rio de Janeiro. Foi membro do Clube 3 de Outubro, organização criada em 1931 congregando as forças tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930. Atuou na repressão ao movimento constitucionalista de 1932, integrando a 3ª Seção do Estado-Maior da 4ª Divisão de Infantaria, comandada pelo coronel Álvaro de Alencastro. Em dezembro de 1932 foi promovido a tenente-coronel e no ano seguinte assumiu o comando da Escola de Artilharia, cargo que manteve até 1934, quando foi nomeado para o gabinete do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, então ministro da Guerra.

Em abril de 1935, por ocasião da extinção do Clube 3 de Outubro, exercia a presidência da entidade. Em maio de 1937 foi promovido a coronel e assumiu a chefia de gabinete do Estado-Maior do Exército até 1939, quando foi designado para a Diretoria de Material Bélico. Nesse período, chefiou a Comissão Militar Brasileira enviada a Essen, na Alemanha, para comprar material de guerra. Em agosto de 1941, quando comandava a 2ª Brigada de Infantaria, em Natal, foi promovido a general de brigada, e no ano seguinte assumiu o posto de comandante da 14ª Divisão de Infantaria, na mesma capital. Em 1943 foi nomeado diretor do Centro de Instrução Especializada, cargo que exerceu até 1945, quando assumiu o comando da Diretoria de Ensino do Exército. Em maio de 1946, foi promovido a general de divisão e recebeu o comando da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre.

Faleceu em Porto Alegre em 1948.

Foi casado com Noêmia Brasil Cordeiro de Farias, com quem teve quatro filhos.

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARNEIRO, G.  
*História; Jornal do Comércio*, Rio (15/6/1967); MIN. GUERRA. *Almanaque*.

## **FARQUHAR, PERCIVAL**

\*empresário.

*Percival Farquhar* nasceu em York, na Pensilvânia, EUA, em 19 de outubro de 1864, filho de Arthur Briggs Farquhar, um bem-sucedido industrial norte-americano.

Cursou o York Collegiate Institute, ingressando mais tarde na Universidade de Yale, pela qual se formou em engenharia em 1884.

Tendo participado da administração de várias empresas nos EUA, desde 1900 obteve concessões para abastecimento de eletricidade e construção de ferrovias em Cuba e na Guatemala. Iniciou suas atividades empresariais no Brasil em 1904, quando, juntamente com o engenheiro norte-americano F. S. Pearson e o advogado canadense Alexander Mackenzie, fundou a Rio de Janeiro Light & Power. Essa companhia unificou várias concessões de serviços públicos do Rio de Janeiro relativas ao transporte por bondes, à iluminação a gás e à energia hidrelétrica. Em 1905 obteve a concessão para construir e explorar o porto de Belém, iniciando suas atividades na Amazônia.

Em 1906 fundou a Brazil Railway Company, com o projeto de constituir um grande sistema ferroviário unificado na América do Sul, e comprou a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Mais tarde arrendou a Estrada de Ferro Sorocabana e adquiriu a maior parte das ações das estradas de ferro Mojiana e Paulista. Apoiado geralmente em capitais europeus, continuou a expansão de seu império ferroviário no Sul adquirindo outras linhas nessa região e nos países vizinhos. Desenvolveu, ainda, a exploração de madeira na área contestada entre Paraná e Santa Catarina, instalando uma grande serraria em Três Barras (SC), e executou as obras do porto do Rio Grande (RS). Instalou extensas fazendas de gado em Mato Grosso e em Minas Gerais, e fundou também o primeiro grande frigorífico do Brasil, em Osasco (SP).

Obtendo a concessão para construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, iniciou a obra em 1907. Preocupado em melhorar a navegação do rio Amazonas para aumentar as rendas do porto de Belém, administrado pela companhia Port of Pará, de sua propriedade, formou em 1909 a Companhia de Navegação da Amazônia. Ainda nessa região criou a Amazon Development Company e a Amazon Land & Colonization Company, para a qual foram doadas terras que hoje constituem o território do Amapá.

Em 1912, quando acabava a construção da Madeira-Mamoré, foi à Rússia estudar um programa de industrialização do carvão. Nessa época teve início uma campanha de cunho nacionalista contra o grupo econômico que liderava. Seu império também começava a decair em virtude da retração de capitais europeus durante a conjuntura que desembocou, em 1914, na Primeira Guerra Mundial. Pouco tempo depois suas empresas entraram em falência.

Voltando, mais tarde, a atuar no Brasil, apresentou em 1919 um programa para a ativação da Itabira Iron Ore Company, empresa de um grupo britânico para o qual trabalhava como advogado e que passaria ao seu controle. Apesar de ter obtido um contrato vantajoso do presidente Epitácio Pessoa, seu projeto de exploração de minério de ferro seria obstaculizado pela oposição nacionalista encabeçada pelo então presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes. Examinado pelo Congresso e revisto por várias comissões, o contrato da Itabira seria declarado definitivamente caduco em 1939.

Nesse ano, ao lado de empresários brasileiros, Farquhar fundou a Companhia Brasileira de Mineração, na qual detinha 47% das ações. O grupo incorporou parte dos bens da Itabira e arrendou suas jazidas, permanecendo, portanto, todo o patrimônio sob o controle de Farquhar. Em 1942 o governo fundou a Companhia Vale do Rio Doce e comprou todos os direitos e propriedades da Itabira. A última iniciativa de Farquhar no Brasil foi a criação, no período compreendido entre 1946 e 1950, da Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita), cujo controle passou ao Banco do Brasil em 1952.

Faleceu em Nova Iorque no dia 4 de agosto de 1953.

Era casado com Cathya Farquhar, com quem teve três filhos.

Sobre suas atividades, A. F. do Amaral escreveu *Sindicato Farquhar* (1915), e Charles Anderson Gauld publicou *The last titan: Percival Farquhar, American entrepreneur in Latin America* (1964).

FONTES: *Brasil; Encic. Mirador; Estado de Minas* (16/5/1953); *Grande encic. Delta; Quem é quem no Brasil*.

**FAUSTO, Elias**

\*dep. fed. SP 1897-1901.

*Elias Fausto Pacheco Jordão* nasceu em São João do Rio Claro (SP) em 18 de fevereiro de 1849, filho de José Elias Pacheco Jordão e de Maria Marcolina. Seu pai foi deputado provincial em São Paulo.

Após o curso primário em Rio Claro, matriculou-se no Seminário Episcopal, na capital paulista, mas não se adaptou ao clima e mudou-se para Itu. Residiu um breve período no Rio de Janeiro e mais uma vez voltou para Itu, onde estabeleceu uma casa de comércio. Para completar os estudos superiores, viajou para os Estados Unidos e formou-se em engenharia civil na Universidade de Cornell, em 2 de julho de 1874. Propagandista da República, ainda na época de estudante foi redator, de 1873 a 1875, do periódico *Aurora Brasileira*, fundado pelos estudantes paulistas Tomás de Aquino e Castro e Francisco de Assis Vieira Bueno Júnior. De 1876 a 1881 foi diretor de Obras Públicas da província de São Paulo, mas demitiu-se do cargo por razões políticas. Voltou para Itu e fundou *A Imprensa Ituana*, o primeiro jornal organizado para a propaganda republicana na cidade. Em 1883 estabeleceu-se em Santa Rita do Passa Quatro e tornou-se inspetor da Estrada de Ferro Ituana. Fundou o Partido Republicano na cidade.

Após a proclamação da República, iniciou a carreira política elegendo-se vereador na capital paulista em 1892. Várias vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara Municipal até 1899 e integrou as comissões de Obras Municipais, Higiene e Saúde Pública, e de Finanças. Foi também diretor da Companhia Paulista de Estrada de Ferro de 1892 a 1893 e ganhou notoriedade nacional como empresário ousado e inovador ao realizar um complexo plano de urbanização da praia de Pitangueiras, no Guarujá (SP). O projeto começou a ser concretizado com a transformação do povoado em vila balneária, em 4 de setembro de 1893. Para o empreendimento foi criada a Companhia Balneária, que comprou nos Estados Unidos 46 chalés residenciais desmontáveis, um hotel de luxo, um cassino e uma igreja, todos de madeira. A pequena vila apresentava grande sofisticação para a época, com confortos como água encanada, esgoto e luz elétrica, e foi beneficiada com a aquisição de



duas barcas e a construção de um ramal ferroviário interligando-a ao porto de Santos. O empreendimento foi um grande sucesso, e a vila logo foi transformada em ponto de encontro da elite do país, frequentada por figuras como Rui Barbosa, Washington Luís e Santos Dumont, além de personalidades internacionais. O grande êxito trouxe para a região os mais poderosos empreendedores do ramo imobiliário, que promoveram intensa ocupação da praia, pouco restando do núcleo pioneiro.

Também enquanto cumpria o mandato de vereador fundou, em 1895, a Prado & Jordão, embrião da Vidraria Santa Marina, situada no bairro da Água Branca, em área próxima ao rio Tietê rica em jazidas de areia de cor e qualidade ideais para a fabricação de vidro. Tinha como sócio o conselheiro Antônio da Silva Prado, que mais tarde adquiriu sua parte na empresa.

Em 1897 foi eleito deputado federal na vaga de Fernando Prestes, que renunciara. Foi reeleito para a legislatura 1900-1902, mas morreu em Paris no dia 26 de março de 1901, no exercício do mandato.

Ao longo da vida participou da construção de diversas ferrovias no interior do estado de São Paulo, entre elas o ramal da Estrada de Ferro Sorocabana que alcançou o distrito de Cardeal, hoje município de Elias Fausto. Seu nome foi dado também à Escola Estadual Elias Fausto Pacheco Jordão, na cidade de Capivari, e a uma rua no Guarujá.

*Carlos Alberto Ungaretti Dias*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); DAMASCENO, M.; MOTA, P. *Pérola*; Guia Guarujá. Disponível em: <<http://www.guiaguaruja.com.br/vilabalnearia/index.htm>>; Novo milenio. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/guaruja/gh010.htm>>

## **FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO**

Movimento de âmbito nacional organizado no Rio de Janeiro em 1922 com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira. Foi extinto em 1937.

Fruto direto do intenso movimento pró-sufrágio feminino, desencadeado internacionalmente a partir do final do século XIX, e também de toda uma contestação à ordem política e institucional da Primeira República, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) teve sua atuação marcada basicamente pela luta em prol do voto da mulher no Brasil. Tendo como principal articuladora Berta Lutz, a FBPF definia em seus estatutos suas principais reivindicações: além do voto feminino, a instrução da mulher, a proteção às mães e à infância, e uma legislação reguladora do trabalho feminino.

Embora os estatutos da federação expressassem uma preocupação com a mulher trabalhadora, o movimento era integrado quase que exclusivamente por mulheres da alta classe média. Um dos fatores que impediram a maior participação de mulheres operárias foi o acentuado centralismo de sua estrutura organizacional: além de nomear as vice-presidentes, a diretoria — única com direito a voto — elegia a presidente da organização por um período de dois anos. Na prática, a federação era dirigida por Berta Lutz.

Em seus primeiros anos de existência, a FBPF mostrou-se bastante ativa no encaminhamento do movimento sufragista, organizando, ainda em 18 de novembro de 1922, a I Conferência pelo Progresso Feminino. O objetivo da reunião era discutir o voto e as condições de trabalho da mulher. A mesa diretora do encontro era integrada pela diretoria da federação e por três políticos favoráveis ao voto feminino: o vice-presidente da República, Estácio Coimbra, e os senadores Lopes Gonçalves e Lauro Müller. A discussão sobre o voto feminino teve ampla repercussão na imprensa e em algumas entidades, como o Instituto dos Advogados Brasileiros, que chegou a aprovar uma moção favorável à causa. A partir desse congresso, a campanha sufragista ganhou força na sociedade, não conseguindo, porém, constituir um grupo de pressão sobre o Legislativo, em sua maioria contrário ao voto da mulher.

A primeira vitória da campanha sufragista movida pela FBPF ocorreu em 1927, quando o governo do estado do Rio Grande do Norte fez inserir um artigo na Constituição estadual

suprimindo as barreiras ao voto feminino. A despeito dessa medida, os votos das mulheres foram considerados nulos pelo Tribunal Eleitoral do estado. Em lugar de arrefecer a campanha, esse episódio fortaleceu-a. Em todo o país, várias mulheres entraram com pedido de alistamento eleitoral

No final da década de 1920, a FBPF reunia várias associações profissionais de mulheres e possuía núcleos em vários estados. Entre estes, destacavam-se os da Bahia (dirigido por Maria Luísa Bittencourt), de Minas (Elvira Kommel), de Pernambuco (Nícia Sá Pereira), de Sergipe (Maria Rita) e de Alagoas (Lili Lages).

A primeira e única cisão da história do movimento ocorreu em 1930. O engajamento de uma de suas diretoras, Natércia Silveira, na campanha da Aliança Liberal determinou uma tomada de posição da federação, que se definiu como entidade apolítica. Natércia Silveira, excluída da FBPF, fundou em 1931 a Aliança Nacional de Mulheres.

Em julho de 1931, a federação promoveu seu segundo congresso, durante o qual se tratou principalmente de questões trabalhistas: férias, equiparação de salários etc. A comissão organizadora do encontro era composta por Sílvia de Melo Macedo, Anne Borges Ferreira e Alice Pinheiro Coimbra.

A conquista definitiva do direito da mulher ao voto, reconhecido pelo Código Eleitoral de 1932, marcou o início do gradual esvaziamento da federação. Com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, o movimento foi formalmente extinto.

FONTES: ALVES, B. *Em busca*; ARQ. OSVALDO ARANHA; *Correio da Manhã* (15/4/1931, 1/1/1933); *Diário Oficial PE* (14/2/1933); LUTZ, B. 13.

## **FEDERAÇÃO, A**

Jornal gaúcho fundado em 1884 em Porto Alegre como órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em suas páginas, Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe supremo do PRR a partir de 1903, assinou editoriais e publicou declarações sobre os principais acontecimentos da época. Desapareceu junto com o PRR, extinto por decreto a 2 de dezembro de 1937, logo após a decretação do Estado Novo.

Fontes: *Federação*

## **FEIO, AGENOR BARCELOS**

\*militar; rev. 1930; dep. fed. RJ 1955-1959.

*Agenor Barcelos Feio* nasceu em São Jerônimo (RJ) no dia 9 de abril de 1896, filho de Félix Feio e de Maria Fausta de Barcelos Feio.

Sentou praça na Brigada Militar de Porto Alegre em 1913 e, promovido a segundo-tenente em dezembro de 1917, foi classificado no Grupo de Metralhadoras. Em 1923, por ocasião da revolução gaúcha que pôs em confronto os republicanos liderados por Antônio Augusto Borges de Medeiros, eleito pela quinta vez presidente do Rio Grande do Sul, e os federalistas encabeçados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, atuou na guarnição e defesa de Porto Alegre ao lado do coronel Afonso Emílio Massot, comandante-geral da Brigada Militar. A luta estendeu-se de janeiro a novembro e, com a mediação do ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho, encerrou-se pelo Pacto de Pedras Altas (24/12/1923), que estipulou a manutenção de Borges de Medeiros no governo, mas vedou nova reeleição.

Promovido a primeiro-tenente, integrou o Grupo de Batalhões de Caçadores que combateu, em São Paulo e no Paraná, ao lado das forças governistas, os “tenentes” revoltosos chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes que em julho de 1924 haviam ocupado a capital paulista e em seguida se deslocado para o interior. Em abril de 1925 foi promovido a capitão e assumiu o cargo de secretário da Brigada Militar gaúcha, ainda sob o comando do coronel Emílio Massot. Deixando o cargo em janeiro de 1929, passou ao comando do Corpo de Guardas Cíveis de Porto Alegre, no governo estadual de Getúlio Vargas (1928-1930), e modernizou a corporação.

Em outubro de 1930, ao eclodir a revolução que levaria Getúlio ao poder, comandou o Corpo de Guardas Cíveis no assalto e tomada do quartel da 3ª Região Militar (3ª RM) e do Arsenal de Guerra, em Porto Alegre. Promovido no mesmo mês a major e, dois dias depois, a tenente-coronel comissionado, organizou e comandou o 1º Batalhão de Infantaria da Reserva que seguiu para Itararé (SP), onde havia um reduto de resistência à revolução. Esse reduto, entretanto, depôs as armas logo após a renúncia em 24 de outubro do presidente Washington Luís, evitando-se assim o confronto. De volta ao Rio Grande do Sul, no período que se seguiu foi prefeito de Santana do Livramento.

Comandante do 3º Batalhão Policial Militar em Porto Alegre de janeiro de 1933 a dezembro de 1935, deixou esse posto para assumir o comando do 4º Batalhão Policial Militar, do qual foi destituído em dezembro de 1936 pelo comandante-geral da Brigada Militar, general João de Deus Canabarro Cunha, a pedido do governador José Antônio Flores da Cunha. Também a pedido do governador, solicitou reforma em fevereiro de 1937. Por essa época, os desentendimentos entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas começaram a se agravar. Apoiando o governo federal, Agenor Feio informava o presidente da estratégia seguida pelo governador gaúcho. A crise culminou em outubro de 1937, quando Vargas solicitou a Brigada Militar como força auxiliar do Exército e reincorporou o general Canabarro Cunha às forças federais. A brigada, sob o comando interino de Orestes Carneiro da Fontoura, acatou a ordem presidencial, e Flores, sentindo-se pressionado, renunciou no dia 17 daquele mês, exilando-se no Uruguai. Foi então nomeado interventor federal o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, que providenciou o desarmamento da Brigada. Em novembro de 1937 — mês em que Vargas decretou o Estado Novo — o coronel Agenor Feio assumiu o comando da Brigada Militar, empenhando-se em atualizar os regulamentos vigentes, promover reformas e propor a reorganização da Justiça Militar no Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1938 demitiu-se, sendo substituído pelo coronel Ângelo de Melo. Em seu relatório ao governo, criticou a gestão de Flores da Cunha, acusando-o de ter prejudicado a brigada no que se referia ao aparelhamento material, à disciplina e à instrução.

Transferindo-se, em 1942, para o estado do Rio de Janeiro a convite do interventor Ernâni Amaral Peixoto, foi por este nomeado secretário de Justiça e Segurança Pública. Após o desmembramento dessa secretaria, em 1944, nas secretarias de Justiça e de Segurança Pública, teve sua nomeação reiterada para a segunda em outubro de 1945. Entretanto, com a deposição de Getúlio Vargas em 29 desse mês e a nomeação de novo interventor no estado do Rio, foi afastado de suas funções.

Em fevereiro de 1946, foi nomeado membro do Conselho Administrativo do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em março do mesmo ano tomou posse. Eleito deputado estadual em janeiro de 1947 pelo Partido Social Democrático (PSD), do qual foi secretário no estado do Rio de Janeiro, assumiu o mandato em fevereiro seguinte. Em outubro de 1950 reelegeu-se deputado

estadual na mesma legenda, mas não exerceu o mandato na nova legislatura, por ter sido novamente nomeado por Ernâni Amaral Peixoto, eleito governador do estado, secretário de Segurança Pública. Assumiu o cargo em janeiro de 1951 e nele teve que enfrentar o deputado federal Tenório Cavalcanti, da União Democrática Nacional (UDN), opositor de Amaral Peixoto desde que este fora interventor. A luta se acirrou na década de 1950, marcada por vários choques armados e episódios de violência. O mais conhecido deles foi o cerco da polícia, em 1953, à casa fortificada de Tenório, conhecida como “fortaleza”. O deputado da UDN fora responsabilizado pelo assassinato do delegado de polícia de Duque de Caxias (RJ), Albino Martins Imparato, e ameaçado de prisão pelo secretário de Segurança. A invasão da “fortaleza” não chegou a ocorrer porque políticos udenistas fizeram, em seu interior, uma vigília de solidariedade a Tenório, que não foi preso. No inquérito instaurando para esclarecer a morte de Imparato, nada ficou apurado.

Eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em outubro de 1954, na legenda do PSD, Agenor Feio foi nomeado em dezembro do mesmo ano ministro do Tribunal de Contas do estado. Assumiu o mandato de deputado em fevereiro de 1955 e cumpriu-o até o fim da legislatura, em janeiro de 1959. Nesse momento, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi nomeado diretor da Caixa Econômica Federal, cargo que exerceu até 1964.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 15 de dezembro de 1969.

Casou-se com Luísa Soviero Feio.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BORGES, S. *Polícia*; CAGGIANI, I. *Município*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; GURGEL, H. *Governo*; MARIANTE, H. *Crônica*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1, 2 e 3).

**FERNANDES JÚNIOR, Bento José**

\*militar; junta gov. PA 1889.

*Bento José Fernandes Júnior* seguiu carreira militar e, quando da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, era tenente-coronel. Um dia depois, participou da junta provisória que assumiu o poder no Pará com a deposição do então presidente da província, Antônio José Ferreira Braga. A junta era chefiada por Justo Chermont e composta ainda pelo capitão de fragata José Maria do Nascimento. Por ordem do governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 17 de dezembro a junta foi desfeita e Justo Chermont foi nomeado governador do estado, enquanto Gentil Bittencourt era designado vice-governador. Justo Chermont governou até 7 de fevereiro de 1891, quando foi substituído por Gentil Bittencourt.

*Adrianna Cristina Lopes Setemy*

FONTES: CRUZ, E. *História* (v.2); LOBO, L. *História*.



**FERNANDES, Álvaro**

\*dep.fed. CE 1915-1917 e 1930.

*Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes* nasceu em 14 de setembro de 1873 na cidade de Quixeramobim (CE), filho de Cornélio José Fernandes e de Maria das Dores Nogueira Fernandes.

Concluiu os estudos preparatórios no Liceu do Ceará em 1892 e matriculou-se em seguida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde defendeu em janeiro de 1899 a tese “Moral Insanity”, sobre a questão da loucura sob o viés da psicologia, da medicina e do direito, recebendo o grau de doutor ainda em fevereiro do mesmo ano. De volta ao Ceará foi eleito membro efetivo do Instituto Histórico do Ceará e em 1913 e foi um dos fundadores do Centro Médico Cearense, cuja presidência assumiria em 1919.

Foi eleito deputado federal pelo Ceará duas vezes: para as legislaturas 1915-1917 e 1930-1932. Nesta última não conseguiu concluir o mandato em decorrência da Revolução de 1930, que fechou o Congresso Nacional.

Faleceu em Fortaleza em 8 de janeiro de 1953.

Publicou *O mal reinante* (1905) e *Em defesa própria* (1906).

*Kleiton de Sousa Moraes*

FONTES: STUDART, G. *Dicionário* (v.2, p. 44-46).

## **FERNANDES, FRANCISCO DA COSTA**

\*dep. fed. MA 1927-1930; const. 1934; dep. fed. MA 1935-1937.

*Francisco da Costa Fernandes* nasceu em Brejo (MA) no dia 17 de março de 1879, filho de Raimundo da Costa Fernandes e de Amália Fernandes Bacelar, de tradicionais famílias maranhenses.

Iniciou os estudos em sua cidade natal e depois transferiu para a capital do estado, onde cursou o Colégio São Luís e o Liceu Maranhense. Ingressou em seguida na Faculdade de Medicina de Salvador, pela qual se formou em 1903. Mais tarde, aperfeiçoou-se em urologia e em obstetrícia na Faculdade de Medicina de Paris.

Passou 16 anos no estado do Amazonas, clinicando no Hospital Português de Manaus e lecionando química na Faculdade de Farmácia e Odontologia do estado. Tornou-se membro da Sociedade de Medicina de Manaus. De volta ao Maranhão, dedicou-se à clínica e continuou no magistério como professor de física da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís.

Deputado estadual em duas legislaturas, na última das quais chegou à vice-presidência da Câmara do estado, em 1927 elegeu-se deputado federal pelo Maranhão, com mandato até 1929. Reeleito em março de 1930, continuou na Câmara até que a vitória do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís (24/10/1930) viesse a dissolver os corpos legislativos do país. Na ocasião, chegou a ser preso no Rio de Janeiro por forças revolucionárias, ficando detido por 24 horas no quartel do 3º Regimento de Cavalaria.

Em maio de 1933, elegeu-se deputado pelo Maranhão à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Republicana Maranhense, com o apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC). Assumiu o mandato em novembro e participou dos trabalhos constituintes, marcando sua atuação pela defesa das posições da Igreja Católica. Após a promulgação da nova Constituição (16/7/1934) e a eleição (17/7/1934) de Getúlio Vargas para a presidência da República, permaneceu no exercício do mandato, estendido até a diplomação dos deputados que seriam eleitos em outubro de 1934.

Eleito ele próprio deputado federal pelo Maranhão, ainda na legenda da União Republicana, iniciou novo mandato em maio de 1935. Nesse mesmo ano, seu nome esteve envolvido no acordo celebrado entre o Partido Republicano do Maranhão e a União Republicana

Maranhense para a constituição das Oposições Coligadas. O objetivo das oposições era obter maioria na Constituinte estadual de 1935 e, desse modo, eleger o novo governador do Maranhão e os dois senadores do estado. Uma das condições exigidas pela União Republicana para formar o acordo foi a transformação da prefeitura da capital em cargo eletivo, para o qual seria sufragado Francisco da Costa Fernandes. Entretanto, uma vez eleito, o candidato apoiado pelas coligações, Aquiles Lisboa, desrespeitou o trato e nomeou outro prefeito para São Luís. Esse fato levou ao rompimento da coligação entre o Partido Republicano e a União Republicana, o que por sua vez resultou na decretação de intervenção federal no estado em junho de 1936, quando o major Roberto Carneiro de Mendonça assumiu a chefia do governo. Costa Fernandes permaneceu na Câmara até a instauração do Estado Novo (10/11/1937), que suprimiu os órgãos legislativos do país.

Sócio do Centro Dom Vital, dedicou-se também a estudos de história e política. Publicou *O Senado reacionário*, tese apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e *A revolução de Beckmann no Maranhão*.

Casou-se com Luísa Martins Palhano da Costa Fernandes.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes; Cronologia da Assembléia* ; GODINHO, V. *Constituintes; Who's who in Latin*.

**FERNANDES, José Rodrigues**

\*const. 1891; dep. fed. MA 1891-1893 e 1897-1904.

*José Rodrigues Fernandes* nasceu no Maranhão.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, depois de formado, clinicou na cidade de São Luís. Iniciou sua vida política ainda no Império, quando se filiou ao Partido Liberal. Foi eleito deputado geral pelo Maranhão nas eleições realizadas 1889, sob o gabinete de Ouro Preto, mas não pôde assumir o cargo devido à proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

Com início do regime republicano, foi eleito deputado constituinte pelo Maranhão em setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Voltou à Câmara dos Deputados em 1897 e foi sucessivamente reeleito em 1900 e 1903.

Também foi intendente da cidade de São Luís e diretor da Escola de Aprendizes Marinheiros do Maranhão.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 10 de junho de 1904.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MARQUES, C. *Dicionário*.

## **FERNANDES, RAFAEL**

\*dep. fed. RN 1922-1930; gov. RN 1935-1937; interv. RN 1937-1943.

*Rafael Fernandes Gurjão* nasceu em Pau dos Ferros (RN) no dia 24 de outubro de 1891, filho de Abílio Fernandes Gurjão e de Maria Urcicina Fernandes Gurjão. Descendia de uma família de beneficiadores e exportadores de algodão vinculada politicamente ao Partido Republicano Federal (PRF), agremiação à qual esteve tradicionalmente ligada a oligarquia potiguar durante a Primeira República.

Após concluir os estudos secundários em 1904 na cidade de Moçoró (RN), ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e completou o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1912, defendendo a tese *Os desvios do útero*. Passou em seguida a clinicar em Moçoró, onde era também industrial, coproprietário de uma salina e dono de uma grande firma comercial exportadora de algodão. Foi prefeito de Moçoró e dirigiu o semanário *O Moçoroense*.

Em 1918, foi eleito deputado estadual. Reeleito em 1921, nesse mesmo ano tornou-se primeiro-secretário da Câmara estadual. Exerceu o mandato até 1922, quando renunciou para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, em substituição a Francisco Pinheiro de Almeida, então falecido. Encerrando o mandato em 1923, foi sucessivamente reeleito deputado federal até 1930. Durante esse período, esteve particularmente ligado a José Augusto Bezerra de Medeiros, líder do PRF e governador do Rio Grande do Norte entre 1924 e 1928. Com a vitória da Revolução de 1930, o então governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine de Faria, tio de José Augusto, foi deposto e substituído por uma junta integrada pelo major Luís Tavares Guerreiro, o capitão Abelardo Torres da Silva Castro e o tenente Júlio Perouse Pontes. Nos anos seguintes, o estado teve cinco interventores federais.

### **AS ELEIÇÕES DE 1934 E 1935**

Reconstitucionalizado o país em 1934, foram marcadas para outubro desse ano as eleições para a Câmara e para as assembleias constituintes estaduais, às quais caberia escolher os governadores constitucionais dos estados. Rafael Fernandes apresentou-se como candidato ao governo do Rio Grande do Norte na legenda do Partido Popular,

fundado no ano anterior por José Augusto para aglutinar as forças políticas tradicionais antes reunidas no PRF. Seu adversário era o interventor Mário Câmara, líder do Partido Social Democrático (PSD) do Rio Grande do Norte e ligado a Getúlio Vargas. Para disputar as eleições, o PSD aliou-se ao Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte, liderado por João Café Filho, constituindo a Aliança Social.

Após uma campanha marcada por intensa violência, que produziu vítimas em ambos os lados, as eleições deram a vitória à Aliança Social. O Partido Popular denunciou a ocorrência de fraude e recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que determinou a realização de eleições suplementares em fevereiro de 1935. O resultado foi novamente desfavorável ao Partido Popular, mas por ordem do TSE os votos foram recontados, chegando-se a novos resultados: o Partido Popular elegeu três deputados federais e 14 deputados estaduais contra dois e 11, respectivamente, da Aliança Social.

Em maio de 1935, o interventor Mário Câmara retirou sua candidatura, apresentando o desembargador Elviro Carrilho para substituí-lo. O clima de tensão agravou-se de tal forma que o general Manuel Rabelo, comandante da 7ª Região Militar (7ª RM), deslocou seu estado-maior de Recife para Natal. A cidade abrigava ainda o 21º Batalhão de Caçadores (21º BC), que para lá fora transferido em 1931, após ter-se revoltado em Recife. Nessa ocasião, fora deslocado para a capital pernambucana o 29º Batalhão de Caçadores, até então sediado em Natal.

Em 29 de outubro de 1935, a Assembleia Constituinte elegeu Rafael Fernandes para o governo do Rio Grande do Norte. Empossado nesse mesmo dia, o novo governador, segundo a oposição, passou a perseguir seus adversários políticos, desalojando-os de seus postos nos órgãos governamentais. Uma de suas primeiras medidas — a dissolução da Guarda Civil, considerada um foco de oposição — gerou forte descontentamento, que veio somar-se à hostilidade e ao ressentimento dos partidários de Mário Câmara e Café Filho.

### A REVOLTA COMUNISTA EM NATAL

Em meio a essa situação, no dia 23 de novembro o 21º BC se sublevaria, dentro de um plano insurrecional promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a influência determinante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil. O movimento em Natal se antecipou ao plano geral, que teve

prosseguimento com o levante do 29º BC, em Recife, no dia 24, e do 3º Regimento de Infantaria, ao lado da Escola de Aviação Militar, no Rio de Janeiro, no dia 27.

Em Natal, depois de assumir o comando do 21º BC, os soldados, cabos e sargentos revoltosos prenderam o chefe de polícia João Medeiros. Rafael Fernandes e outras autoridades, que assistiam a uma solenidade no Teatro Carlos Gomes, refugiaram-se num navio da companhia francesa Latecoère. A oficialidade legalista da Força Pública, que ofereceu alguma resistência, foi presa e transportada para dois navios de guerra mexicanos fundeados no porto de Natal.

Após dominar a situação, os revoltosos instalaram o Comitê Popular Revolucionário e imprimiram nas oficinas da Imprensa Oficial o jornal *A Liberdade*, contendo um manifesto ao povo baseado no programa da ANL. Além de Natal, assumiram o controle das cidades norte-rio-grandenses de Ceará-Mirim, Baixa Verde, São José de Mipibu, Santa Cruz e Canguaretama, e organizaram três colunas, que partiram na direção de Recife, Moçoró e Caicó (RN). Esta última foi surpreendida pela frota de caminhões do chefe local Dinarte Mariz e foi praticamente dizimada. As demais foram interceptadas pelas tropas do Exército e as polícias dos estados vizinhos, que no dia 27 retomaram o poder das mãos dos revoltosos e o devolveram a Rafael Fernandes.

A revolta do 21º BC recebeu grande adesão civil, inclusive daqueles que julgavam tratar-se de um movimento para repor no governo o ex-interventor Mário Câmara. Nos poucos dias em que ocupou o poder, além disso, o comitê revolucionário tornou o transporte coletivo gratuito e distribuiu pela população parte do dinheiro obtido com o arrombamento do cofre do Banco do Brasil. Segundo Hélio Silva, foi “mais uma festa popular, um carnaval exaltado, do que uma revolução”.

De volta ao governo, Rafael Fernandes deu início à repressão aos revoltosos, estendendo-a porém — segundo a oposição — a antigos adversários que não haviam participado do movimento.

### O GOVERNO DO ESTADO: 1935-1943

Durante sua administração, Rafael Fernandes preocupou-se especialmente com a situação financeira do Rio Grande do Norte. Com a finalidade de beneficiar os exportadores de algodão — segundo João Maria Furtado —, retirou da Recebedoria de Rendas e das

coletorias estaduais o encargo de fixar os preços dos produtos exportados pelo estado. Suprimiu também antigos impostos, substituindo-os por tributos sobre vendas e consignações e sobre a indústria e as profissões. Autorizado pela Lei nº 4, de 7 de outubro de 1936, o governo contraiu um empréstimo junto ao Banco do Brasil, parte do qual foi destinada a saldar dívidas anteriores, sendo o restante aplicado em obras de saneamento, como o abastecimento de água e a rede de esgotos de Natal.

Ainda durante a gestão de Rafael Fernandes, foi iniciada a construção do Grande Hotel de Natal — velho sonho de diversos governadores —, sob a responsabilidade técnica do prefeito da cidade, o engenheiro Gentil Ferreira de Sousa.

Na preparação das eleições presidenciais marcadas para 1938, Rafael Fernandes apoiou a indicação oficiosa de José Américo de Almeida, articulada pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, para se opor à candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira. Compareceu assim à convenção que homologou a candidatura situacionista, realizada no palácio Monroe, no Rio de Janeiro, no dia 25 de maio de 1937.

Entretanto, Getúlio Vargas preparava o golpe que cancelaria as eleições e o manteria no poder. Com propósito de obter apoio, encarregou o deputado Francisco Negrão de Lima de uma missão oficiosa de consulta junto aos governadores. Rafael Fernandes assegurou sua adesão e em 10 de novembro de 1937, ao se inaugurar o Estado Novo, foi confirmado no governo do Rio Grande do Norte com o título de interventor federal.

Durante sua permanência na interventoria, em janeiro de 1938 foi criada a Seção de Cooperativas do Departamento de Agricultura, Viação e Obras Públicas, e a Comissão de Assistência ao Cooperativismo. Por decreto de 5 de março do mesmo ano, a legislação referente ao cooperativismo foi consolidada. Em janeiro de 1939, novo decreto aprovou e ratificou o convênio entre os delegados do Rio Grande do Norte e do Ceará para a delimitação definitiva da fronteira entre os dois estados. Em fevereiro desse ano, a Western Telegraph Company inaugurou em Natal seus serviços telegráficos. Por decreto do dia 3 de agosto, o governo ordenou a encampação da Estrada de Ferro Great Western no trecho norte-rio-grandense, passando este à Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. Ainda em 1939, no dia 9 de dezembro, foi promulgada a Lei nº 72, que, segundo ministros, favoreceu a firma de Rafael Fernandes, criando empecilhos para outras firmas do comércio de algodão.



Em 1940, Rafael Fernandes aprovou o Código de Contabilidade dos Municípios. Em 1942, o governo do estado, aliado a particulares, lançou a Campanha de Assistência aos Flagelados, criando abrigos para as vítimas das secas. Mais tarde, foi criado um órgão destinado a centralizar os serviços assistenciais, o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social, cujo primeiro diretor foi Aluísio Alves. Dentro de uma política de ampliação das comunicações, Rafael Fernandes criou ainda o serviço de rádio da Força Pública Militar, com estações em Natal, Moçoró, Caicó e Pau dos Ferros. Em 1942, a Companhia Rádio Internacional do Brasil (Radional) instalou em Natal um circuito telefônico que funcionaria em caráter experimental até 1944.

Por outro lado, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Rio Grande do Norte desempenhou um papel estratégico importante, tendo sido instaladas em seu território bases militares norte-americanas. Rafael Fernandes foi um assíduo colaborador do governo federal e das forças norte-americanas sediadas na base área de Parnamirim. Foi ainda em Natal que se realizou o encontro entre os presidentes Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt, dos Estados Unidos, nos dias 28 e 29 de janeiro de 1943.

Em 10 de junho de 1943, Rafael Fernandes foi exonerado da interventoria norte-rio-grandense. Segundo João Maria Furtado, essa exoneração teria resultado de pressões militares tanto sobre o interventor como sobre Getúlio Vargas. O general Gustavo Cordeiro de Farias estaria envolvido numa conspiração visando à queda de Rafael Fernandes, tendo em vista criar bases de sustentação para um movimento mais amplo destinado a derrubar Vargas. Este teria sido forçado a destituir Rafael Fernandes, evitando porém que Gustavo Cordeiro de Farias assumisse o governo, ao nomear interventor, “para gáudio dos grupos integralistas locais”, o general Antônio Fernandes Dantas.

Com a formação de novos partidos a partir da desagregação do Estado Novo em 1945, Rafael Fernandes filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), chegando a ser membro do diretório nacional e presidente da representação estadual dessa agremiação.

Foi membro do Sindicato Médico Brasileiro e do Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Norte.

Faleceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1952.

Foi casado com Leonila Fernandes Gurjão.

Escreveu obras sobre medicina, entre as quais *Estudo sobre o problema da lepra no Brasil*.

*Jorge Miguel Mayer*

FONTES: CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *História da Assembléia*; DULLES, J. *Anarquistas*; *Encic. Mirador*; FURTADO, J. *Vertentes*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração brasileira* (12/22); LEVINE, R. *Vargas*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937.

## **FERNANDES, RAUL**

\*dep. fed. RJ 1909-1917 e 1921-1922; pres. RJ 1923; consult.-ger. Rep. 1932; const. 1934; dep. fed. RJ 1935-1937; min. Rel. Ext. 1946-1951 e 1954-1955.

*Raul Fernandes* nasceu na fazenda de São João, em Valença (RJ), em 24 de outubro de 1877, filho de Antônio José Fernandes, educador, médico, proprietário agrícola e senador estadual no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República, e de Isabel Peregrina Fernandes, pertencente à família Werneck, tradicional na região. Era neto, pelo lado materno, de Peregrino José de Américo Pinheiro, visconde de Ipiabas.

Estudou no Colégio Alberto Brandão, em Vassouras (RJ), no Asilo São Francisco, em São João del Rei (MG), e no Colégio Santa Efigênia, em São Paulo. Completou seus estudos preparatórios em 1894, no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, e matriculou-se nessa faculdade em 1895. Bacharelou-se em ciências sociais em 1897 e em ciências jurídicas em 1898, com distinção em todas as cadeiras — por esse motivo, receberia em 1912 o título de laureado, o prêmio de viagem à Europa e o direito de ter seu retrato no panteão da faculdade. Especializou-se em seguida em direito comercial.

Começou a advogar em 1898 em Vassouras e em Barra do Piraí (RJ), num escritório montado com o irmão, José Avelar Fernandes, atraindo as mais importantes causas da época. Logo adquiriu fama como orador no Tribunal do Júri. De 1901 a 1906 foi vereador à Câmara Municipal de Vassouras, e de 1903 a 1909 foi deputado à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, tendo feito parte, em 1903, da chamada Comissão dos Cinco, relatora do projeto de reforma da Constituição estadual.

Depois da morte do irmão, transferiu em 1906 o escritório de advocacia para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ocuparia o cargo de promotor até 1934. Em 1907, apoiou a campanha de oposição movida pelo vice-presidente da República, Nilo Peçanha, ao presidente do estado do Rio, Alfredo Backer. Em maio de 1909 foi eleito deputado federal, como representante do 3º Distrito Eleitoral, que compreendia, entre outros, os municípios de Vassouras e Valença. Reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados durante três legislaturas, até 1917. Foi membro da Comissão dos 21, que ultimou a elaboração do Código Civil, participou das comissões de Finanças e de Constituição e Justiça e tornou-se um dos principais oradores da Câmara. Foi relator dos

orçamentos da Agricultura e do Exterior, líder de sua bancada e relator da comissão especial nomeada para dar parecer sobre a proposição dos deputados Carlos Peixoto e Josino de Araújo de reforma do regimento da Câmara no tocante à verificação de poderes.

Em 1919, com o fim da Primeira Guerra Mundial, foi nomeado delegado plenipotenciário à Conferência de Paz de Versalhes, integrando a delegação chefiada pelo senador Eptácio Pessoa. De 1919 a 1920 representou o Brasil na Comissão de Reparações da Liga das Nações, com sede em Paris, que tratou das reparações de guerra. Foi delegado do Brasil nas assembleias da Liga das Nações em Genebra em 1919, 1920, 1921, 1924 e 1925, tendo sido designado em 1920, pelo conselho da Liga, um dos dez membros do conselho de jurisconsultos encarregado de elaborar o estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional, reunida em Haia (Holanda). Nesse conselho, defendeu o princípio da igualdade jurídica dos Estados e a ampliação da competência da corte.

Em maio de 1921, foi novamente eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Empossado em maio, exerceu o mandato somente até dezembro de 1922.

#### A SUCESSÃO FLUMINENSE DE 1922

Em julho de 1922, Raul Fernandes foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro para o período de 1922 a 1926, recebendo 33 mil votos, contra 16.200 de Feliciano Sodré. Entretanto, ambas as chapas concorrentes ao pleito se declararam vencedoras e, alegando fraude na apuração, proclamaram eleitos seus candidatos. A situação se repetiu em dezembro, nas eleições legislativas estaduais, quando se formaram duas assembleias. Já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência da Assembleia, a dualidade de assembleias ensejou a dualidade de governos.

Seguindo a orientação política do ex-presidente da República Nilo Peçanha, Raul Fernandes temia que o novo presidente Artur Bernardes, que fora empossado em novembro de 1922, e que era adversário de Nilo, decretasse a intervenção federal no estado do Rio. Assim, apresentou ao Supremo Tribunal Federal um pedido de *habeas-corpus* que assegurasse sua posse. Atendido o pedido, foi investido na presidência do estado, recebendo o cargo de Raul Veiga no palácio do Ingá, em Niterói, no dia 31 de dezembro de 1922. Entretanto, Feliciano Sodré também foi empossado por “sua” assembleia no mesmo dia. Logo depois, com a cobertura do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré

depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais sob o controle dos partidários de Nilo Peçanha. Enquanto isso acontecia, a Polícia Militar se recolheu aos quartéis, declarando só acatar ordens do governo central. Alegando a duplicidade de poderes no Rio de Janeiro, Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado e 11 de janeiro de 1923 entregou o Executivo fluminense a Aurelino Leal. Raul Fernandes não lançou nenhum protesto, e o interventor anulou a eleição de julho de 1922, marcando outra para meses depois. Feliciano Sodré concorreu novamente e foi eleito com o apoio de Bernardes para o período de dezembro de 1923 a dezembro de 1927.

Em 1926, Raul Fernandes foi escolhido consultor jurídico do Tribunal de Justiça Internacional de Haia. De julho de 1926 a janeiro de 1927, foi embaixador do Brasil em Bruxelas. Em janeiro de 1928, chefiou a delegação brasileira à VI Conferência Pan-Americana, em Havana.

Como integrante da corrente nilista (ligada a Nilo Peçanha), Raul Fernandes participou da campanha da Aliança Liberal, em cuja legenda, em março de 1930, Getúlio Vargas disputou e perdeu as eleições presidenciais para Júlio Prestes, candidato da situação. Na época, o grupo nilista, que caíra no ostracismo, procurava se rearticular politicamente.

Com a vitória da Revolução de 1930, Raul Fernandes foi nomeado consultor-geral da República, exercendo o cargo de fevereiro de 1932 a novembro do mesmo ano.

## NA CONSTITUINTE

Convocadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a corrente nilista fundou no mês de março de 1933 o Partido Popular Radical (PPR), tendo à frente elementos da oligarquia tradicional, como Raul Fernandes e José Eduardo de Macedo Soares. Em maio, Raul Fernandes foi eleito deputado à Constituinte pelo estado do Rio de Janeiro na legenda do PPR, que elegeu ao todo dez parlamentares, contra oito dos demais partidos do estado.

Os trabalhos da Assembleia foram abertos no dia 15 de novembro de 1933. Já no dia seguinte, foi organizada uma Comissão Constitucional — conhecida como Comissão dos 26 —, formada por um elemento de cada bancada estadual e dos grupos profissionais, num total de 26 membros. Essa comissão tinha a incumbência de, após estudar o anteprojeto de Constituição elaborado pelo governo provisório e as emendas a ele apresentadas, formular

um anteprojeto substitutivo a ser apresentado em plenário para discussão e novas emendas. Raul Fernandes foi escolhido relator-geral da Comissão Constitucional e integrou também a Comissão Revisora Constitucional, que estudou, em janeiro de 1934, em fase final, o capítulo da “Declaração de direitos” da futura Carta.

No dia 19 de janeiro de 1934, Raul Fernandes participou de uma reunião no gabinete do presidente da Assembleia, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, à qual também compareceram Antônio Garcia de Medeiros Neto, líder da maioria, Carlos Maximiliano e José de Alcântara Machado. Com o objetivo de acelerar os trabalhos, pensou-se em extrair do anteprojeto constitucional e das emendas um projeto sucinto, que definisse a organização dos poderes e incluísse meras enunciações de princípios sobre questões econômicas e sociais, simplificando os debates. No dia 22 de janeiro, a Comissão Constitucional iniciou a discussão do substitutivo elaborado por Raul Fernandes e José Pereira Lira, que acompanhava a linha geral do anteprojeto governamental. No dia 25, decidiu-se, para maior eficiência, reduzir a Comissão dos 26 a seis integrantes fixos, entre os quais o relator-geral, Raul Fernandes. Em 31 de janeiro, a chamada Comissão dos 26 concluiu a parte do projeto referente à eleição do presidente da República. Essa questão suscitava debates, sobretudo após a apresentação, também no mês de janeiro, da emenda Medeiros Neto, que propunha a inversão da ordem dos trabalhos da Assembleia, com a eleição do presidente da República antes da aprovação definitiva do texto constitucional. Em fevereiro, a Fórmula Simões Lopes veio propor a aceleração dos trabalhos, com a votação em bloco do anteprojeto substitutivo, seguida da eleição presidencial.

Embora nenhuma dessas previsões tenha chegado a se concretizar, a Assembleia estava politicamente dividida, e a maioria seria definida pelos votos dos representantes classistas, o que Raul Fernandes desaprovava. Anteriormente, como consultor-geral da República, em parecer enviado ao governo provisório, ele já se manifestara contrário à representação classista. A eleição presidencial seria influenciada, argumentava, por deputados que, por definição, não representavam interesses políticos nacionais e sim interesses profissionais.

No dia 3 de março, uma comissão de operários, em nome de diversos sindicatos do Distrito Federal, de São Paulo e do estado do Rio, entregou um memorial ao líder dos representantes profissionais protestando contra a exclusão do projeto de Constituição elaborado pela Comissão dos 26 de medidas referentes à legislação social. Nesse mesmo

dia, Raul Fernandes participou de uma conferência no palácio Rio Negro com o presidente Vargas, Carlos Maximiliano e Levi Carneiro, em que foram tratados assuntos relativos à eleição presidencial e à votação, na Assembleia, da Constituição e da anistia ampla. No dia 8 de março, a Comissão de Revisão Constitucional apresentou, com seu parecer, o substitutivo do anteprojeto de Constituição elaborado por Raul Fernandes. No dia 14, encerraram-se os trabalhos da Comissão dos 26. O substitutivo foi assinado por toda a comissão, sendo que a maioria o fez com restrições. No dia 22 de abril, houve um entendimento entre as principais bancadas para que se estabelecesse acordo em torno dos pontos que não apresentassem divergências essenciais. Constituiu-se uma comissão para retomar, título por título, artigo por artigo, todo o substitutivo. Entre os mais assíduos membros dessa comissão estavam Raul Fernandes, João Guimarães, Odilon Braga, Clemente Mariani e Agamenon Magalhães.

Em 16 de junho, foi designada a comissão de redação da Constituinte: Raul Fernandes, Homero Pires e Godofredo Viana. Onze dias depois, a comissão apresentou à Assembleia a redação final da Constituição, acompanhada de uma pormenorizada exposição do critério seguido. A nova Carta Magna ficou corporificada em 187 artigos e mais as disposições transitórias.

No dia 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição. No dia seguinte realizou-se a eleição indireta para a presidência da República, e Getúlio Vargas foi eleito com 175 votos. Embora não estivesse disputando o pleito, Raul Fernandes obteve um voto simbólico.

#### DE 1934 A 1946

Em outubro de 1934, Raul Fernandes foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro para a legislatura ordinária que se iniciaria no ano seguinte. Nesse momento foram também eleitas em todo o país as assembleias constituintes estaduais, que deveriam eleger em cada estado o governador e dois senadores. No estado do Rio, a União Progressista Fluminense (UPF), liderada pelo general Cristóvão Barcelos e por José Eduardo Prado Kelly, elegeu 19 deputados estaduais, enquanto a coligação formada pelo PPR e o Partido Socialista Fluminense (PSF), liderada por Raul Fernandes e José Eduardo de Macedo Soares, conseguiu fazer 23 representantes.

Na definição do candidato ao governo estadual, o PPR indicou ao PSF cinco nomes, entre os quais um deveria ser escolhido. Eram eles João Guimarães, Levi Carneiro, José Eduardo de Macedo Soares, Oscar Weinschenk e Raul Fernandes. O PSF não aceitou a lista, alegando já ter um candidato próprio, o deputado Alípio Costallat. O PPR vetou Costallat e, com o prosseguimento das negociações, os nomes de Raul Fernandes e Macedo Soares ganharam força, continuando todavia a ser recusados pelo PSF. Finalmente, a Coligação Radical Socialista chegou a um acordo em torno da indicação do almirante Protógenes Guimarães, então ministro da Marinha.

Enquanto isso, Raul Fernandes, escolhido líder da maioria no Congresso, promoveu em março de 1935 a aprovação da Lei de Segurança Nacional, dando ao governo federal poderes especiais para reprimir atividades políticas consideradas subversivas. Em agosto, atuou como advogado do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, num processo de calúnia movido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), por iniciativa do presidente da organização, Herculino Cascardo.

Em outubro de 1935, realizaram-se as eleições para o governo do estado do Rio, marcadas por atos de violência que chegaram a provocar ferimento a bala em um deputado do PSF e no general Cristóvão Barcelos, candidato da UPF. Protógenes Guimarães venceu o pleito, mas a UPF entrou com recurso, alegando falta de segurança durante a votação, e conseguiu que a Justiça Eleitoral anulasse o resultado e convocasse novas eleições. Realizadas estas em novembro de 1935, Protógenes Guimarães foi novamente eleito por maioria de um voto.

Em 1936, Raul Fernandes foi o candidato oficial do governo à presidência da Câmara dos Deputados, concorrendo com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que foi eleito. Apoiou a seguir a candidatura de Armando Sales à presidência da República nas eleições que deveriam realizar-se em 1938 e foram suspensas pelo golpe que implantou o Estado Novo em novembro de 1937.

A partir de então, Raul Fernandes tomou posição contrária ao novo regime. De 1944 a 1946, foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Em 1945, integrou-se à campanha pela redemocratização do país, convocando uma reunião de seus antigos correligionários do PPR para promover a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Como um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), participou da



comissão executiva de partido. Em fevereiro, foi consultado por João Neves da Fontoura, embaixador do Brasil em Portugal, sobre a atitude das oposições, reunidas sob a bandeira da UDN, ante a possível renúncia de Vargas e sua substituição pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército. Raul Fernandes respondeu a João Neves que a entrega do governo a Góis Monteiro “não se lhe afigurava de modo a inspirar confiança às oposições”, já que o general fora um dos coautores do golpe do Estado Novo. Mesmo assim, ficou de discutir a proposta com Eduardo Gomes e outros dirigentes da UDN. Dois dias depois, em novo encontro com João Neves, respondeu negativamente à consulta do embaixador.

Em abril, Raul Fernandes participou da primeira reunião do diretório nacional da UDN, que lançou oficialmente a candidatura Eduardo Gomes à presidência e nomeou diversas comissões, como a de redação do projeto dos estatutos do partido e a comissão política, da qual fez parte. No dia 8 de julho, assumiu a presidência da seção fluminense da UDN.

#### NO MINISTÉRIO DE DUTRA

Em 1946, no governo de Eurico Dutra, Raul Fernandes foi delegado do Brasil à Conferência de Paz, em Paris. Em dezembro daquele ano, Dutra, que fora eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), convidou Raul Fernandes — embora prócer e fundador da UDN — para a chefia do Ministério das Relações Exteriores. Raul Fernandes justificou a colaboração, explicando que nada tinha de pessoal contra Vargas e seus seguidores do PSD, já que sua oposição era ao Estado Novo. Na medida em que este desaparecera, terminavam as discordâncias básicas, porque o PSD pouco diferia da UDN no conteúdo ideológico. Segundo o senador Ernâni Amaral Peixoto, um dos fundadores do PSD, Raul Fernandes manteve entendimentos com ele até a última hora para ingressar no PSD, só não o fazendo devido ao prenúncio de uma conspiração de militares ligados a Góis Monteiro. No dia 9 de dezembro de 1946, o secretário da embaixada do Brasil em Moscou, Soares de Pina, envolveu-se numa discussão num restaurante daquela capital e acabou sendo preso. O incidente provocou um atrito entre os dois países, com troca de notas que resultaram num desgaste de suas relações. Em 10 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cancelou o registro do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), e o embaixador soviético no Rio foi chamado a seu país. Antes de partir, enviou carta ao

ministro Raul Fernandes, lamentando o fechamento do PCB.

Em agosto de 1947, Raul Fernandes presidiu a Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ), em que os países do continente discutiram a assistência que todos deveriam prestar em caso de ataque armado a qualquer uma das nações irmãs. A atuação do chanceler brasileiro nessa conferência foi fundamental para o acordo firmado, que influenciaria depois a elaboração do Pacto do Atlântico Norte, na Europa.

No dia 8 de outubro, o Itamarati informou ao governo norte-americano que uma onda de protestos se levantara no Brasil devido a um artigo publicado na *Gazeta Literária* de Moscou contra o presidente Dutra. O governo brasileiro instruíra seu embaixador em Moscou no sentido de que exigisse uma retratação; se o governo soviético se negasse a satisfazer às exigências, o Brasil romperia relações diplomáticas com a URSS. Seis dias mais tarde, o governo brasileiro encaminhou nota confidencial a Washington, informando que, desde que o governo soviético “se recusara a dar qualquer satisfação pelos insultos publicados em Moscou contra as forças armadas brasileiras e o governo Dutra”, estavam sendo tomadas as primeiras providências para o rompimento, que se consumaria, provavelmente, em dois dias. A nota pedia também que os Estados Unidos se encarregassem dos interesses do Brasil na União Soviética e, especialmente, ajudassem os membros da missão diplomática brasileira a deixar o território russo sem dificuldades. Poucos dias depois, ainda em outubro, o rompimento das relações diplomáticas foi consumado.

Raul Fernandes viajou para a Argentina e o Uruguai em missão oficial por ocasião do encontro entre os presidentes Dutra, Perón e Berreta ainda em 1947. No Uruguai, recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Montevidéu.

Ainda durante o governo Dutra, foi designada uma comissão especial para a elaboração de um anteprojeto de lei sobre o petróleo. Constituída por Raul Fernandes, Clóvis Pestana, ministro da Viação, Morvan Dias Figueiredo, ministro do Trabalho, e Salvador César Obino, chefe do Estado-Maior Geral, essa comissão desenvolveu estudos, tendo por base o anteprojeto do Estatuto do Petróleo. Apesar de inicialmente manifestar-se a favor das proposições básicas do estatuto, a comissão definiu uma série de limitações às concessões contidas no anteprojeto, manifestando ainda a preocupação de que fossem dadas maiores

garantias aos proprietários dos solos onde se encontrassem as jazidas.

Em setembro de 1948, Raul Fernandes chefiou a delegação brasileira à III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris. Nesse mesmo ano, tornou-se presidente da Comissão Nacional do Trigo. Ainda em 1948, falando em nome do chanceler brasileiro, o deputado Heitor Collet apresentou parecer na Câmara, pedindo a aprovação do tratado de paz com a Itália.

Raul Fernandes defendeu o estabelecimento de relações diplomáticas com o governo espanhol do generalíssimo Francisco Franco, assinou na IX Conferência Pan-Americana, em Bogotá, juntamente com os Estados Unidos e o Chile, um projeto de resolução anticomunista, e acompanhou o presidente Dutra em sua visita aos Estados Unidos, em maio de 1949.

Em abril de 1950, durante a reunião dos embaixadores dos países americanos realizada no Rio de Janeiro, o governo brasileiro reivindicou um financiamento norte-americano para um vasto programa de reequipamento dos setores de infraestrutura. Os entendimentos entre os dois governos se processaram na ocasião por intermédio do embaixador norte-americano Herschell Johnson e do ministro Raul Fernandes. A proposta brasileira só viria a ser aceita em dezembro, quando já ocorrera a eleição de Vargas para a presidência e os EUA preparavam a IV Reunião Consultiva de Chanceleres Americanos, convocada para março de 1951 em Washington, com o objetivo básico de coordenar o apoio latino-americano à intervenção norte-americana na guerra da Coreia. Para implementar o acordo então realizado, foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, formada por técnicos dos dois países, com o objetivo de elaborar projetos específicos, favoráveis ao desenvolvimento do potencial econômico brasileiro.

Raul Fernandes deixou o Ministério das Relações Exteriores ao final do governo Dutra, em janeiro de 1951. No ano seguinte, recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade de São Paulo.

## NO MINISTÉRIO DE CAFÉ FILHO

Em agosto de 1954, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, o vice-presidente João Café Filho assumiu o governo e chamou Raul Fernandes para ocupar novamente o Ministério das Relações Exteriores. Na qualidade de chanceler, Raul Fernandes presidiu, de

agosto de 1954 a agosto de 1955, a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos.

O novo governo, aproveitando a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), procurou obter novos créditos nos Estados Unidos, já que os recursos do empréstimo de 80 milhões de dólares feito pela administração anterior no Federal Reserve Bank estavam praticamente esgotados. Em carta ao embaixador brasileiro nos EUA, João Carlos Muniz, Raul Fernandes dizia que a demora no atendimento do pedido era sintoma de que os Estados Unidos não avaliavam a extensão real dos problemas enfrentados pelo governo brasileiro, já que sua ótica era puramente econômico-financeira.

Em janeiro de 1955, Café Filho encontrou-se com o presidente da Bolívia, Victor Paz Estensoro, em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), para discutirem o tratado que os dois países haviam firmado em 1938 para a prospecção e a exploração de petróleo em território boliviano. Segundo esse tratado, ficava reservada ampla faixa de terra para a atuação de empresas mistas dos dois países. Alegando que se haviam passado 17 anos desde a sua assinatura sem que tivesse sido tomada qualquer medida, Estensoro sugeriu o reexame do tratado, de modo a possibilitar a exploração também por empresas exclusivamente bolivianas. Café Filho pediu ao presidente boliviano que mandasse através de sua embaixada uma nota sobre o assunto, de modo que o governo brasileiro, após estudar o caso, pudesse se manifestar.

Após ter sido objeto de estudo pelo Itamarati, a nota foi devolvida por Raul Fernandes com seu parecer: manifestava-se favorável à manutenção do acordo, desde que a exploração da reserva fosse imediata. Caso não houvesse condições para tanto, tornava-se irrecusável a revisão do tratado, embora o Brasil decidisse manter o privilégio de fiscalização e a prioridade no recebimento do petróleo.

No dia 4 de março de 1955, o Conselho de Segurança Nacional debateu a revisão do tratado firmado entre Brasil e Bolívia. O chefe da Casa Militar, Juarez Távora, sustentou que antes de se tomar qualquer decisão era preciso avaliar se o país possuía condições financeiras para iniciar os trabalhos. O ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, declarou então ser praticamente impossível desviar recursos para o setor, já que as emissões de dinheiro tinham sido restringidas e as reservas cambiais eram insuficientes. Em vista disso, o ministro da Guerra, Henrique Lott, manifestou-se a favor da desistência da garantia geográfica obtida com o tratado e do estabelecimento de outro acordo, que assegurasse a

compra do petróleo excedente ao preço do mercado internacional. Posta a questão em votação, Raul Fernandes votou a favor da revisão, sendo esta a opinião vitoriosa. Em vista disso, o Itamarati iniciou gestões junto ao governo boliviano, após as quais o Conselho de Segurança Nacional voltaria a se reunir. Quando o governo Café Filho caiu, em novembro de 1955, o exame do assunto ainda não havia sido concluído. Na verdade, só em 1958 seria assinado o chamado Acordo de Roboré, atualizando o tratado de 1938. No entanto, por abrir espaço à atuação de empresas privadas na exploração do petróleo boliviano, o novo acordo suscitaria controvérsias nos meios políticos do país e jamais seria implementado.

A crise que resultou na queda do governo Café Filho foi precipitada no dia 8 de novembro de 1955, quando o presidente da República, alegando enfermidade grave, transmitiu o governo ao presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Este, na tarde do mesmo dia, reuniu o ministério e informou ser sua intenção manter todos os ministros em seus postos. Entretanto, o governo Carlos Luz foi deposto três dias depois pelo movimento militar liderado pelo general Henrique Lott, que o acusava de manter ligações com a corrente golpista que planejava impedir a posse do presidente eleito em outubro, Juscelino Kubitschek. Com isso, Raul Fernandes foi destituído do Ministério das Relações Exteriores.

Entre 1956 e 1958, Raul Fernandes foi chamado a depor na comissão parlamentar de inquérito da Câmara sobre energia atômica, Presidiu, de 1958 a 1968, a Comissão Jurídica Interamericana. Foi também presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, membro da Comissão Internacional de Jurisconsultos para Codificação do Direito Internacional Público, membro honorário do Institut de Droit International, membro da Academia de Legislação e Jurisprudência de Madri e membro do Instituto para Unificação do Direito Privado, em Roma.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de janeiro de 1968.

Foi casado com Lúcia Fernandes.

Publicou, entre outros estudos e conferências, *Estudo sobre a municipalização dos serviços públicos no Brasil: relatório do II Congresso Jurídico*, *La commission des reparations et le droit du Brésil aux bateaux allemands saisis dans ses ports* (1920), *L'Amérique du Sud et la Société des Nations* (1924) e *O problema do café*. A seu respeito foram publicadas as obras *A política exterior do Brasil na gestão do chanceler Raul Fernandes* (1951) e *Raul*

*Fernandes — homenagens oficiais prestadas pelo seu 90º aniversário* (1967), além dos trabalhos de Antônio Gontijo de Carvalho, *Raul Fernandes, um servidor do Brasil* (1956) e de Ilmar Pena Marinho, *Contribuição de Raul Fernandes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema interamericano*.

Robert Pechman

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CAFÉ, FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; *Câm Dep. seus componentes*; CARONE, E. *República nova*; CARVALHO, A. *Ensaio*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã*; CORRESP. CONSULT. GER. REP.; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; *Diário Oficial*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; ENTREV. PEREIRA, J.; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dic.*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração brasileira* (10/1922); IÓRIO, L. *Valença*; *Jornal do Comércio*, Rio (7/1/1968); LEITE, A. *Páginas*; MIN. REL. EXT. *Anuário* (1950); MOURÃO, M. *Dutra*; *Novo dic. de história*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; RACHE, P. *Outros*; *Rev. Inst. Advogados Bras.*; SALES, D. *Razões*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1945; SOUSA, J. *Índice*; TAVARES, J. *Radicalização*; VAMPRÉ, S. *Memórias*; *Who's who in Latin*.

## **FERRAZ JÚNIOR, Antônio Dias**

\*dep. fed. MG 1894-1896.

*Antônio Dias Ferraz Júnior* nasceu em Minas Gerais na década de 1850, filho de Antônio Dias Ferraz e de Maria Arruda Ferraz. Sua família, radicada em Cristina (MG), produziu importantes políticos da região, como o coronel Silvério Dias Ferraz, líder político em Cristina, e o médico Antônio Dias Ferraz da Luz, senador do Império (1848-1853).

Perdeu a mãe quando criança, em 1857, e cresceu no interior de São Paulo. Formou-se em direito ainda no Império, morou em Itu (SP) e, nos anos de 1870, em Salto (SP).

Ingressou na política em 1894, quando foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, permaneceu no Legislativo até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Em 4 de agosto de 1897 foi nomeado juiz de direito da comarca de São José do Rio Pardo (SP), para onde se mudou. Era amigo do escritor e engenheiro Euclides da Cunha, que havia chegado naquela cidade em 1898 para recuperar a ponte sobre o rio Pardo, que desmoronara um ano antes e precisava ser desmontada e reerguida. Durante a estada de Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo, apresentou o escritor à sociedade local e participou da pequena festa organizada pelo engenheiro para comemorar o encontro da laje sobre o rio Pardo. Em 24 de agosto de 1918, foi indicado, em lista no *Diário Oficial* de São Paulo, juiz de direito da capital paulista.

*Liliane Correa*

Fontes: ARRUDA, M. *João*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CARVALHO, N. *Escravos*; *Diário Oficial de São Paulo* (3/2/1905). Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3673644/dosp-diario-oficial-03-02-1905-pg-316/pdfView>>.

Acesso em: 25/6/2010; *Diário Oficial de São Paulo* (24/8/1918). Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3819613/dosp-diario-oficial-24-08-1918-pg-4269>>. Acesso em: 25/6/2010; ELOS CLUBE UBERABA. Cronologia da vida e obra de Euclides da Cunha, autor de ‘Os sertões’. Disponível em <[http://www.uasites.adm.br/iclas/biblioteca\\_ver.php?Cd\\_Notici=69](http://www.uasites.adm.br/iclas/biblioteca_ver.php?Cd_Notici=69)> Acesso em 25/6/2010, 23:10; MASCHIETTO, C. *Tradição*; MUS. REP. ITU. *Documentos arquivados no Museu Republicano de Itu..* Disponível em:

<[http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/sp/NotasItu\\_OrdemAlfab.pdf](http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/sp/NotasItu_OrdemAlfab.pdf)>. Acesso em: 25/6/2010.



**FERRAZ, Fausto Dias**

\*dep. fed. MG 1915-1920.

*Fausto Dias Ferraz* nasceu no município de Cristina (MG) em 14 de agosto de 1870, filho de Silvestre Dias Ferraz e de Ana Leonísia Ferraz.

Seus primeiros estudos foram feitos em casa e completados em colégio interno. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo por volta de 1888 e continuou na cidade de São Paulo trabalhando como delegado de polícia até 1908, quando regressou a Cristina. Nesse mesmo ano inaugurou em sua cidade um jardim público. Durante o governo de Venceslau Brás em Minas (1909-1910), foi convidado para dirigir o plano de expansão econômica de Minas Gerais.

Em 1915 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumiu o mandato em maio do mesmo ano e no ano seguinte passou a trabalhar em prol da iluminação elétrica para o município de Cristina, feito que conseguiria somente em 1918. Também em 1918 foi reeleito e fundou a Escola de Agricultura e Pecuária de Cristina. Encerrou o mandato em 31 de dezembro de 1920 e foi então nomeado embaixador do Brasil na Conferência Mundial do Trabalho em Washington. Foi ainda cônsul do Brasil na Itália.

Faleceu em São Paulo em 30 de abril de 1960.

Foi casado com Alzira Ribeiro da Luz, filha de Joaquim Delfino Ribeiro da Luz e de Maria Umbelina Santiago, e teve dois filhos.

*Ioneide Piffano Brion de Souza*

FONTES: ARQ. HIST. Senadores e deputados de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 4/5/2010; Bio. Fausto Dias Ferraz. Disponível em: < <http://www.cristinaminas.hpg.com.br/logradouros.htm> >. Acesso em: 5/8/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; COSTA, J. *Toponímia*; Projeto Compartilhar. *Registro Civil de Fausto Dias Ferraz*. Disponível em: < <http://www.projetocompartilhar.org/Familia/MeirellesFreire.htm> >. Acesso em: 5/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; Wikipédia. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Venceslau\\_Br%C3%A1s](http://pt.wikipedia.org/wiki/Venceslau_Br%C3%A1s) >. Acesso em: 5/8/2010.

**FERRAZ, Luís Antônio**

\* militar; gov. CE 1889-1891.

*Luís Antônio Ferraz* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no ano de 1833.

Assentou praça em 1849 e tomou parte no esforço de guerra no Uruguai e no Paraguai, combatendo em Toneleros e Monte Caseros. Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, era tenente-coronel e comandava o 11º Batalhão de Infantaria, sediado em Fortaleza.

Um dos mais ativos na conspiração republicana, logo no dia seguinte ao da proclamação foi aclamado governador do Ceará pelos oficiais que depuseram o então presidente da província, coronel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim. Pouco depois, em 1º de dezembro de 1889, foi efetivado no cargo pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca. Em seu governo foi realizado um recenseamento da população do estado que apurou 805.687 habitantes. Em 22 de janeiro de 1891, adoentado, licenciou-se e viajou para Recife, onde veio a falecer em 11 de fevereiro seguinte. Seu sucessor no governo do Ceará foi Benjamin Liberato Barroso.

*Kleiton de Moraes*

FONTES: MOTA, A. *História* (p. 27-28); STUART, G. *Geographia* (p.228-229).

## **FERRAZ, Sampaio**

\*const. 1891; dep. fed. DF 1891-1893 e 1900-1902.

*João Batista de Sampaio Ferraz* nasceu na cidade de Campinas (SP) no dia 16 de fevereiro de 1857, filho de Joaquim de Sampaio Góis e de Maria Adelaide Ferraz de Sampaio.

Fez os estudos primários na cidade de São Paulo e aí se formou na Faculdade de Direito em novembro de 1878. Depois de formado mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e aí foi promotor público adjunto de 1881 a 1884, e promotor público de 1884 a 1889. Em 1888 fundou, com João das Chagas Lobato, o jornal *O Correio do Povo*, órgão no qual defendeu suas ideias republicanas fortemente influenciadas pela Revolução Francesa.

Proclamada a República por Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, foi nomeado o primeiro chefe de polícia da cidade do Rio de Janeiro. Conhecido pela alcunha de “Cavanhaque de Aço”, marcou sua atuação pela perseguição a grupos sociais marginalizados, em especial aos capoeiras. Combatia esses grupos desde sua atuação na promotoria no Rio de Janeiro e, como chefe de polícia, intensificou a perseguição e realizou diversas prisões. Um dos presos foi José Elísio dos Reis, filho do conde de Matosinhos e praticante de capoeira. Apesar de ter sofrido pressões de políticos influentes, como Quintino Bocaiúva, não soltou José Elísio, que foi deportado para a ilha de Fernando de Noronha.

Abandonou a chefatura de polícia apenas quando foi eleito deputado federal constituinte pelo Distrito Federal em setembro de 1890. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, e durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país tornou-se defensor do presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891). Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados para cumprir o mandato ordinário. Permaneceu Câmara até dezembro de 1893, quando se

encerrou a legislatura.

Voltou a ser chefe de polícia do Distrito Federal em novembro de 1898, no governo do presidente Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902). Permaneceu no cargo até 1900, quando voltou a ser eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Em 26 de junho assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados e nela permaneceu até dezembro de 1902, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Depois disso dedicou-se à advocacia.

No jornalismo, colaborou com os periódicos *Diário Popular*, de São Paulo, e *O País* e *Gazeta de Notícias*, ambos do Rio de Janeiro.

Seu filho Joaquim de Sampaio Ferraz foi cientista e pioneiro na meteorologia no Brasil.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FONSECA, V. *Capoeira*.

## **FERREIRA, Antônio Gonçalves**

\*dep. geral PE 1881-1888; pres. MG 1888-1889; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893; min. Just. 1894-1896; sen. PE 1897-1900; gov. PE 1900-1904; sen. PE 1904-1914; dep. fed. PE 1915-1929.

*Antônio Gonçalves Ferreira* nasceu em Recife no dia 26 de setembro de 1846, filho de Antônio Gonçalves Ferreira Cascão e de Maria Josefa Viana.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1867 e começou a vida pública como delegado da capital pernambucana, sendo logo em seguida nomeado promotor público. A partir de 1872 foi deputado provincial em Pernambuco por várias legislaturas. Em 1881 foi eleito deputado geral e renovou o mandato até 1888. Nesse ano foi chefe de gabinete do visconde de Ouro Preto e, de 1888 a 1889, foi presidente da província de Minas Gerais.

De volta a Pernambuco, após a proclamação da República foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte em setembro de 1890. Tomou posse em novembro seguinte e, após a promulgação da Constituição (24/2/1891), passou a exercer o mandato ordinário, até 1893. Entre 1894 e 1896, no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), esteve à frente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Eleito senador em 1897, renunciou ao mandato para assumir o cargo de governador de Pernambuco em 7 de abril de 1900, sucedendo a Segismundo Antônio Gonçalves. Em 7 de abril de 1904 encerrou seu governo, sendo substituído pelo antecessor. Voltou ao Senado entre 1904 e 1914, e à Câmara dos Deputados entre 1915 e 1929.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1930.

*Pablo Porfírio*

Fontes: GOV. PERNAMBUCO; SENADO.

**FERREIRA, Bernardino**

\*magistrado; min. STF 1893-1905.

*Bernardino Ferreira da Silva* nasceu em Santos (SP) em 1856, filho de Bernardino Ferreira da Silva e de Basilissa Augusta Vieira Ferreira.

Após cursar por algum tempo a Escola Militar, desistiu de seguir carreira no Exército e ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1879. Em 1882, foi nomeado juiz substituto da 2ª vara cível da comarca de São Paulo, sendo daí transferido, em junho de 1889, para o posto de delegado de polícia da Corte. Com o advento da República, foi nomeado, em 1892, chefe de polícia da capital federal, cargo que exerceu até 1893. Sua atuação foi decisiva para a defesa do regime recém- implantado, principalmente no período conturbado de Floriano Peixoto (1891-1894), no combate aos distúrbios de rua.

Ainda em 1893 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar, e a seguir, do Supremo Tribunal Federal (STF). Por decreto de 9 de novembro de 1894, recebeu honras de coronel do Exército. No STF, foi relator do *habeas corpus* 300, no qual Rui Barbosa pretendia a soltura do senador João Cordeiro e outros, desterrados na ilha de Fernando de Noronha, por crime de conspiração durante o estado de sítio decretado ao correr de 1892. Por não aceitar a tese de Rui, que alegava constrangimento ilegal por continuarem os pacientes desterrados após término do estado de sítio, denegou a ordem. Foi ainda relator do inquérito criminal destinado a apurar as circunstâncias do atentado ao presidente Prudente de Moraes (1894-1898) em 1897, no qual morreu o ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 24 de outubro de 1905, no exercício de suas funções no STF.

*Eduardo Junqueira*

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;  
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

**FERREIRA, Dias**

\*pref. DF 1893.

*Antônio Dias Ferreira* nasceu em Macacu (RJ) em 1843.

Médico reconhecido, clinicava no bairro carioca da Gávea e era político dessa região. Em 1889 foi homenageado com a troca do nome da rua do Sapé, no bairro do Leblon, para rua Dias Ferreira.

Como presidente do Conselho Municipal, sucedeu interinamente ao prefeito Barata Ribeiro entre 26 de maio e 26 de junho de 1893, quando Henrique Valadares foi nomeado prefeito. Faleceu no Rio de Janeiro em 1931.

*Cláudia Mesquitta*

FONTES: REIS, J. *Rio de Janeiro*.



**FERREIRA, Felizardo Toscano Leite**

\*dep. fed. PB 1912-1914.

*Felizardo Toscano Leite Ferreira* nasceu na Paraíba, filho de João Leite Ferreira. Seu pai foi chefe do Partido Liberal na Paraíba durante o Império.

Formou-se em medicina e clinicou na cidade de Piancó (PB). Foi eleito deputado estadual na Paraíba para diversas legislaturas e entre os anos de 1908 e 1910 foi presidente da Assembleia Legislativa. Em 1912 foi eleito deputado federal. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio desse ano até o fim da legislatura, em dezembro de 1914.

Também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. PARAÍBA. Disponível em: <<http://www.al.pb.gov.br/>>. Acesso em: 18/11/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; INST. HIST. GEO. PARAIBANO. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/fundacao2.htm>>. Acesso em: 18/11/2010.

## **FERREIRA, Fileto Pires**

\*militar; dep. fed. AM 1893-1896; gov. AM 1896-1898.

*Fileto Pires Ferreira* nasceu no Piauí no dia 16 de março de 1866, filho do capitão Raimundo de Carvalho Pires e de Lídia de Santana Pires. Seu tio Firmino Pires Ferreira, também militar, foi constituinte de 1891, deputado federal pelo Piauí de 1891 a 1893 e senador de 1894 a 1921 e de 1927 a 1930.

Iniciou sua formação militar em Porto Alegre 1884, e no ano seguinte foi transferido para o Rio de Janeiro. Participou do movimento republicano liderado por Benjamim Constant, por quem manifestou grande admiração, e em 15 de novembro de 1889 fez parte da 2ª Brigada, que, sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca, depôs o visconde de Ouro Preto em seu gabinete, num dos episódios do processo que culminou com a proclamação da República.

Chegou ao Amazonas no ano de 1890 para servir ao lado do governador Augusto Ximenes de Villeroy (4/1/1890 a 2/11/1890), e foi nomeado superintendente municipal da cidade de Tefé. Entretanto, pouco tempo depois regressou ao Rio de Janeiro para concluir, em 1891, sua formação militar básica, com o título de bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Após a subida ao poder do marechal Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891, recebeu ordem de voltar a Manaus. No primeiro governo de Eduardo Ribeiro (11/1890 a 5/1891) foi secretário de estado. Já durante o segundo governo de Ribeiro (2/1892 a 7/1896), foi eleito, em 1893, deputado federal pelo Amazonas. Em março do ano seguinte foi reeleito para a legislatura 1894-1896, mas em 1896 foi eleito governador do estado numa eleição articulada pelo próprio Eduardo Ribeiro, que tudo planejou para garantir sua vitória.

Tomou posse no dia 23 de julho de 1896, e durante seu governo o Amazonas conheceu um dos momentos mais prósperos de sua história, a partir do crescimento econômico gerado pela extração e venda da borracha. Em 31 de dezembro de 1896 foi inaugurado o Teatro Amazonas, embora o grande esforço para a construção do edifício tivesse sido realizado por Eduardo Ribeiro. Ainda em seu governo, o Amazonas colaborou com a União na Guerra de Canudos, enviando um batalhão de infantaria da polícia estadual em agosto de 1897.

Deixou o governo em 4 de abril de 1898, quando precisou retirar-se para Paris, ao que tudo

indica para cuidar de problemas de saúde. Pretendia retornar e assumir novamente o cargo, quando soube que uma falsa carta de renúncia, supostamente postada em Paris, havia sido enviada para a Assembleia Legislativa e fora imediatamente aceita. Desse modo seu governo chegou ao fim, apesar de suas tentativas junto ao governo federal de retomar o cargo. Em seu lugar assumiu o vice-governador coronel José Cardoso Ramalho Júnior, que completou seu mandato.

Após deixar o governo do Amazonas dedicou-se inteiramente à vida militar. Entrou para o corpo do Estado-Maior, onde ocupou a chefia da 1ª Divisão, chegando ao posto de general de exército.

Faleceu no dia 11 de agosto de 1917 na cidade do Rio de Janeiro.

Era casado com Maria Lucrecia Gomes de Sousa.

*Maria Eugenia Bertarelli*

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 28/02/2010; TRIB. JUST. AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.tjam.jus.br>>. Acesso em: 20/02/2010.

## **FERREIRA, Firmino Pires**

\*militar; const. 1891; dep. fed. PI 1891-1893; sen. PI 1894-1921 e 1927-1930.

*Firmino Pires Ferreira* nasceu na cidade de Barras (PI) em 25 de setembro de 1848, filho do coronel José Pires Ferreira e de Maria Joaquina de Jesus Castelo Branco Carvalho de Almeida. Sua família, chamada por Leôncio Basbaum de “o numeroso e inesgotável clã dos Pires Ferreira”, exerceu grande domínio político no Piauí durante a Primeira República, aglutinada no Partido Republicano Piauiense.

Aos 17 anos de idade Firmino sentou praça no Exército como soldado raso e já em 1866 seguiu como voluntário para a Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo incorporado ao Batalhão de Engenharia. Na frente de luta, foi responsável pelo transporte de material de construção para a travessia do Chaco e participou das batalhas do Humaitá e Peribebuí. Por sua atuação, recebeu duas promoções durante o conflito: a alferes, em 1868, e a tenente, no ano seguinte. Em 1870 ingressou na Escola Militar da Corte. Promovido a capitão em 1874, no ano seguinte foi designado instrutor do Tiro de Guerra de Campo Grande, em Mato Grosso. Em 1879 foi integrado ao Estado-Maior da Artilharia já no posto de major. Subdiretor do Arsenal de Guerra, foi promovido a tenente-coronel em 1889.

Ingressou na política após a proclamação da República (15/11/1889), sendo eleito em 15 de setembro de 1890 deputado pelo Piauí ao Congresso Nacional Constituinte instalado em 15 de novembro seguinte. Também em 1890 foi promovido a coronel. Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou, em junho, a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Quando, em setembro desse ano, eclodiu a Revolta da Armada (1893-1894) contra o governo do marechal Floriano Peixoto, comandou a 6ª Brigada no Rio de Janeiro.

Em 1894 foi eleito senador pelo Piauí, com mandato de nove anos. Promovido a general de brigada em 1895, passou a quartel-mestre general do Exército em 1897 e a general de divisão em 1901. Reeleito senador pelo Piauí em 1903, três anos depois passou a marechal graduado. Nas eleições de 1912 obteve mais um mandato no Senado. Reformou-se como marechal em 6 de janeiro de 1913 e encerrou seu terceiro mandato no Senado em 1921. Em 1927 conquistou o quarto mandato de senador. Recebeu a metade dos votos de seu concorrente, José Félix Pacheco, mas a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso

garantiu seu diploma. Durante os anos em que esteve no Senado, foi membro das comissões da Marinha, da Guerra e de Constituição e Justiça.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 22 de julho de 1930, no exercício do mandato de senador.

Era casado com sua prima Lina Pires Ferreira. Seu sobrinho Fileto Pires Ferreira, que também seguiu a carreira militar, foi governador do Amazonas entre 1896 e 1898.

*Raimundo Helio Lopes*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos*; BASBAUM, L. *História*; CHAVES, J. *Apontamentos*; GONÇALVES, W. *Grande*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; NASCIMENTO, F. *Revolução*.

## **FERREIRA, Gabriel Luís**

\*gov. PI 1891; dep. fed. PI 1894-1895.

*Gabriel Luís Ferreira* nasceu na cidade de Valença (PI) em 11 de abril de 1847, filho de João Luís Ferreira.

Foi membro do Partido Conservador do Império e deputado provincial no Piauí de 1876 a 1879. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1882, aderiu ao movimento republicano e após a proclamação da República (15/11/1899) continuou a atuar na política piauiense.

Instalada a Assembleia Constituinte do Piauí em 1891, no governo de Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima, foi eleito indiretamente governador do estado e tomou posse em 28 de maio. Entretanto, ficou no poder apenas sete meses. Com a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República e a posse de Floriano Peixoto (23/11/1891), foi deposto do cargo em 21 de dezembro e substituído por uma junta governativa composta pelo tenente-coronel João Domingos Ramos, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. A junta governou até o dia 29 do mesmo mês, quando João Domingos Ramos assumiu sozinho o governo do estado até 11 de fevereiro de 1892, data em que Coriolano de Carvalho e Silva foi nomeado governador.

Em 1894 Gabriel Luís Ferreira foi eleito deputado federal e exerceu o mandato até 1895.

Foi também professor, magistrado, subprocurador da República, juiz da 2ª Vara Cível da cidade do Rio de Janeiro e fundador do Instituto Karnak. No campo jornalístico, colaborou com os jornais *Fiat Lux*, *A Pátria* e *Jornal do Comércio*. Neste último, assinou seus textos sob o pseudônimo de Prevos Paradel.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1895.

Casado com Maria Benedita Cândida da Conceição Pacheco, era cunhado de Teodoro Alves Pacheco, que foi senador constituinte pelo Piauí em 1891. Seu filho Félix Pacheco foi deputado pelo Piauí de 1909 a 1920, senador de 1921 a 1922 e ministro das Relações Exteriores do governo Artur Bernardes, de 1922 a 1926; além disso, dedicou-se ao jornalismo, no *Jornal Comércio*, e à literatura, tornando-se membro da Academia Brasileira de Letras; defensor da introdução no Brasil do método de identificação pelas impressões digitais, teve seu nome dado ao Instituto de Identificação Félix Pacheco. Outro filho, João Luís Ferreira, foi governador do Piauí de 1920 a 1924 e deputado federal de 1925 a 1927.

Publicou *Índice alfabético da legislação da província do Piauí, de 1835 a 1878* (1879).

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

**FERREIRA, Gervásio Fioranti Pires**

\*dep. fed. PE 1915-1920.

*Gervásio Fioranti Pires Ferreira* nasceu em Recife no dia 13 de fevereiro de 1870, filho de Gervásio Campelo Pires Ferreira e de Zelinda Fioranti Pires Ferreira.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1885 e formou-se em 15 de novembro de 1889. De 1890 a 1893, foi promotor público em Recife. Depois dessa atividade passou a advogar e lecionar na mesma cidade e, em 1896, foi aprovado em concurso para professor de direito criminal da Faculdade de Direito. Em 1901 foi um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras, a qual presidiu nos seus primeiros anos.

Em 1915 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Reeleito em 1918, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até 1920.

No campo jornalístico, foi redator dos jornais *A Reforma*, *A República* e *A Ordem* e colaborou com os periódicos *A Província*, *Revista Victor Hugo*, *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, *O Equador*, *Revista Contemporânea*, *A Ilustração*, *Poliantea* e *A cultura acadêmica*, todos de Pernambuco.

Faleceu no dia 13 de agosto de 1936.

Publicou *Reincidência no Código Penal Brasileiro*, *Os meses e Horas marianas*.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.1, 3, 6).



## **FERREIRA, João Cândido**

\*dep. fed. PR 1900-1903; pres. PR 1906-1907.

*João Cândido Ferreira* nasceu na Lapa (PR) no dia 21 de abril de 1854, filho de João Cândido Ferreira e de Leocádia Ferreira.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e cursou humanidades em Curitiba. Transferiu-se depois para o Rio de Janeiro, onde se diplomou pela Faculdade de Medicina. De volta ao Paraná, ingressou na política no início da década de 1890, elegendo-se prefeito de seu município natal. Durante sua gestão na prefeitura ocorreu a ocupação da Lapa pelos revolucionários federalistas, que em fevereiro de 1893 deflagraram a guerra civil no Rio Grande do Sul e nos meses seguintes avançaram sobre Santa Catarina e Paraná. Em 1896 candidatou-se com sucesso a deputado estadual pelo Partido Republicano.

Em 1900 foi eleito deputado federal pelo Paraná. Cumpriu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até 1902. Em 1903 passou a residir em Curitiba e elegeu-se vice-presidente do Paraná ao lado do presidente Vicente Machado da Silva Lima (1904-1906). Em 13 de abril de 1906 assumiu o governo paranaense em substituição a Vicente Machado, que veio a falecer em março do ano seguinte. Permaneceu no governo até 21 de julho de 1907, quando foi substituído por Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Afastado da vida pública desde então, voltou a se dedicar à medicina.

Membro da Academia Nacional de Medicina e da Academia Paranaense de Letras, foi também como professor de clínica médica na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná.

Faleceu em Curitiba em 20 de fevereiro de 1948.

Seu filho João Cândido Ferreira Filho foi secretário da Agricultura do Paraná nos governos de Clotário de Macedo Portugal (1945-1946) e Brasil Pinheiro Machado (1946).

Entre suas publicações, quase todas voltadas para a ciência médica, destacam-se: *Feridas do coração*; *Profilaxia da tuberculose*; *Diagnóstico e tratamento das nefrites periféricas*; *Balanço metapsíquico*; *O álcool não é aperitivo, nem termogênico*; *Gomes Carneiro e o cerco da Lapa*; *A eugenia*; *Elogio de patrono – Vicente Machado*; *Espiritismo*; *Palavras convergentes*; *Charlatanismo*.

**FONTES:** ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em:  
<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 21/10/2010; BIB. NAC.  
Disponível em:  
<[http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cardcatalog\\_pr&db=cardcatalog&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=nicolas,|maria](http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cardcatalog_pr&db=cardcatalog&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=nicolas,|maria)>; CASA CIVIL  
DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em:  
21/10/2010; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 237).

**FERREIRA, João Lopes**

\*const. 1891; dep. fed. CE 1891-1914.

*João Lopes Ferreira Filho* nasceu em Beberibe (CE) em agosto de 1854, filho de João Lopes Ferreira e de Francisca de Paula Façanha Ferreira.

Em seu estado natal, trabalhou na Repartição dos Correios e na Secretaria de Governo, e foi professor do Liceu do Ceará. Foi também secretário do presidente Gama Rosa, em Santa Catarina, e de Teodureto Souto, no Amazonas. Estudou direito na Faculdade do Recife, mas logo abandonou o curso para se dedicar ao jornalismo. Defendeu a causa abolicionista nos jornais *O Cearense*, *Gazeta do Norte*, *Libertador* e *República*. No Rio de Janeiro, trabalhou nos periódicos *Tempo*, *Tribuna*, *Gazeta de Notícias* e *Dia*. Dirigiu também o *Correio Mercantil*.

Com o advento da República, foi indicado secretário do Interior do governo de Luís Antônio Ferraz (1889-1891) no Ceará, sendo posteriormente nomeado chefe intendente de Fortaleza entre janeiro e outubro de 1890. Eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de junho, com o início da legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados. Além de ter presidido a Comissão de Orçamento, presidiu também a Câmara. Renovou o mandato sete vezes, só deixando a Câmara dos Deputados em dezembro de 1914.

Faleceu no Rio de Janeiro em maio de 1928.

Foi casado com Maria Amélia de Sousa, com quem teve quatro filhos.

Publicou *Discurso pronunciado perante o Gabinete Cearense de Leitura na sessão solene de seu 2º aniversário, a 2 de dezembro de 1877*.

*Kleiton de Sousa Moraes*

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.310-311); STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p. 494-495).

## **FERREIRA, João Luís**

\*gov. PI 1920-1924; dep. fed. PI 1925-1927.

*João Luís Ferreira* nasceu em Teresina no dia 23 de abril de 1881, filho de Gabriel Luís Ferreira e de Maria Benedita Cândida da Conceição Pacheco. Seu pai foi governador do Piauí em 1891 e deputado federal de 1894 a 1895. Seu tio, Teodoro Alves Pacheco, foi senador constituinte de 1891 pelo Piauí. Seu irmão, Félix Pacheco, foi deputado pelo Piauí de 1909 a 1920, senador de 1921 a 1922 e ministro das Relações Exteriores de 1922 a 1926; além disso, dedicou-se ao jornalismo, no *Jornal do Comércio*, e à literatura, tornando-se membro da Academia Brasileira de Letras; defensor da introdução no Brasil do método de identificação por impressões digitais, teve seu nome dado ao Instituto de Identificação Félix Pacheco.

Formou-se em engenharia na Escola Politécnica da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1901, e exerceu por muitos anos a profissão de engenheiro. Foi chefe de locomoção da Estrada de Ferro Teresa Cristina, voltou ao Piauí como fiscal das Fazendas Nacionais, retornou à Região Sudeste, trabalhando no prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas e nos estudos de levantamento para o traçado da Estrada de Ferro Transparaguai, e residiu por algum tempo no Paraguai e no estado do Paraná. No estado do Rio de Janeiro, chefiado por Sampaio Correia, atuou na comissão de captação das águas do rio Xerém e foi nomeado por Feliciano Sodré, então prefeito de Niterói, chefe de um dos distritos da cidade para a construção da rede de esgotos. Dirigiu a Comissão de Obras Contra as Secas no Piauí e trabalhou diretamente com o engenheiro Aarão Reis. Trabalhou também na construção da estrada de rodagem que ligou as cidades piauienses de Floriano e Oeiras.

Iniciou sua vida política quando foi nomeado prefeito da cidade de Barra Mansa (RJ) em 1914. Em 1920 foi eleito governador do Piauí, sucedendo a Eurípedes Clementino de Aguiar. Sua administração foi marcada pela construção do primeiro posto de saúde da cidade de Teresina e do edifício da Escola Normal, pela realização do primeiro congresso das municipalidades do Piauí, pela criação da caixa beneficente dos servidores do estado, pelo restabelecimento da Junta Comercial, pela inauguração da estrada de ferro entre as cidades de Teresina e São Luís e do telégrafo Teresina-Rio de Janeiro, pela promulgação do Código de Processo Civil e Comercial do estado e pela compra do prédio do palácio Karnak. Ao fim do quadriênio, em 1º de julho de 1924, passou o governo a Matias Olímpio de Melo e foi eleito deputado federal, exercendo o mandato de 1925 a 1927.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de julho de 1927.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CHAVES, J. *Apontamentos*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

## **FERREIRA, José Ascenço da Costa**

\* magistrado; dep. geral MA 1853-1856; min. STJ 1889.

*José Ascenço da Costa Ferreira* nasceu na província do Maranhão em 10 de fevereiro de 1822, filho de José Ascenço da Costa Ferreira.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de Olinda em 1845. Após receber o grau de bacharel, tornou-se advogado na província natal e foi deputado à Assembleia Geral pelo Maranhão de 1853 a 1856. Ao deixar a política, foi nomeado juiz de direito da comarca de Chapada, no Maranhão, onde serviu durante seis anos. Em 1861 foi removido para Sobral, no Ceará, e em 1864 para a capital da Paraíba. Tornou-se juiz de direito em São Luís do Maranhão em 1871 e foi nomeado desembargador da Relação de Goiás em 1873. Removido para a Relação de Belém em 1876, voltou a São Luís em 1883, agora como desembargador. Ocupou a presidência da Relação maranhense em 1885.

Em abril de 1889, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, preenchendo vaga surgida em decorrência da aposentadoria de José Tavares Bastos, político, jurista, jornalista e escritor de grande relevo, que fora presidente das províncias de Alagoas e São Paulo e deputado em várias legislaturas. Aposentado do cargo em dezembro de 1889, não foi aproveitado quando da instalação do Supremo Tribunal Federal (STF), corte de controle constitucional criada nos moldes da Suprema Corte norte-americana em outubro de 1890, ainda durante o governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 27 de julho de 1897.

*Eduardo Junqueira*

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal* ; MELLO FILHO, J. *Notas*;  
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.



## **FERREIRA, Roberto**

\*militar; junta gov. PR 1891-1892.

*Roberto Ferreira* nasceu na província de Alagoas no dia 30 de setembro de 1834, filho de Joaquim Ferreira da Costa Sampaio.

Fez os primeiros estudos em Alagoas e na Bahia, transferindo-se posteriormente para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde ingressou na Escola Militar em 1858. Antes de ingressar na política fez longa carreira militar. Em 1863 foi promovido a tenente e, iniciada a Guerra do Paraguai (1864-1870), participou do conflito. Em 1866 lutou na batalha do Tuiuti, maior confronto da guerra, e por seu desempenho foi promovido a capitão. Em 1869, por sua participação na Campanha das Cordilheiras, foi promovido a major. Terminada a guerra, passou a residir no Paraná, onde, em 1889, se tornou comandante de um batalhão de infantaria em Curitiba.

Dois anos após a proclamação da República, e estando em vigor a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional, provocando uma reação que o levou a renunciar em 23 de novembro do mesmo ano. O vice-presidente Floriano Peixoto foi então empossado na presidência, e todos os governantes estaduais que haviam apoiado o golpe de Deodoro foram destituídos. Foi o caso do governador do Paraná, Generoso Marques dos Santos. Roberto Ferreira integrou a junta governativa então nomeada por Floriano Peixoto para assumir o governo do estado, composta ainda por Bento José Lamenha Lins e pelo coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. A junta permaneceu no governo de 29 de novembro de 1891 até 25 de fevereiro de 1892, quando tomou posse o governador eleito Francisco Xavier da Silva.

Roberto Ferreira retomou então sua carreira militar, assumindo o comando de dois distritos. Em setembro de 1893 tornou-se comandante superior da Guarda Nacional. No mês seguinte, durante a Revolta da Armada, foi nomeado comandante das forças em operação em Niterói e, posteriormente, comandante da 2ª Divisão das forças da guarnição do litoral da capital federal. Em abril de 1894 assumiu o posto de ajudante-general do Exército, sendo mais tarde reformado como general de divisão.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 6 de março de 1915.

*Luciana Pinheiro*

**Fontes:** ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em: 11/10/2010; CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em: 11/10/2010; PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 11/10/2010.

**FERREIRA, Rodolfo Custódio**

\*dep. fed. MG 1906-1908.

*Rodolfo Custódio Ferreira* nasceu na freguesia de Conceição do Rio Novo, atual Rio Novo, na então província de Minas Gerais, no dia 16 de junho de 1860, filho de José Custódio Ferreira e de Eufrosina Custódio Ferreira.

Fez o curso preparatório em Ouro Preto (MG) e, transferindo-se para São Paulo ingressou na Faculdade de Direito da capital paulista, pela qual se bacharelou em 1886. Retornou, então, à sua terra natal, onde montou sua banca de advogado.

Ingressou na política ingressando no Partido Republicano Mineiro (PRM) e, em 1893, já no período republicano, foi eleito vereador e presidente da Câmara Municipal de Rio Novo. Em 1902 foi eleito senador estadual na vaga de Francisco Luís da Veiga para completar a legislatura que se encerraria nesse mesmo ano.

Foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1906. Assumindo, em 3 de maio do mesmo ano, uma cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1908 renunciou ao mandato por ter sido nomeado diretor da Secretaria da Câmara, cargo que exerceria até se aposentar.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de setembro de 1934.

Era casado com Augusta Ferreira.

*Ioneide Piffano Brion de Souza*

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 251); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*.

## **FIALHO, Anfrísio**

\* const. 1891; dep. fed. PI 1891-1893.

*Anfrísio Fialho* nasceu no Piauí, filho do tabelião Francisco José Fialho.

Ingressou no Exército e fez o curso de artilharia, chegando a segundo-tenente em 1860, a primeiro-tenente em 1865 e a capitão no ano seguinte. Participou da Guerra do Paraguai (1864-1870) e foi condecorado por seus feitos. Abandonou depois disso as forças armadas, mudou-se para a Europa e, na Bélgica, formou-se em ciências políticas e administrativas. Em Bruxelas publicou em 1876 *Dom Pedro, Empereur du Brésil*.

Depois de proclamada a República (15/11/1889) no Brasil, foi eleito deputado constituinte pelo Piauí em setembro de 1890 e assumiu o mandato em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro. Promulgada a nova Carta constitucional em fevereiro de 1891, e iniciada a legislatura ordinária em junho seguinte, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893.

Além da obra citada, publicou *Planos das operações aliadas na Guerra do Paraguai de abril a setembro de 1869* e *História da fundação da República no Brasil*.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

**FIALHO, Antônio**

\*dep. fed. RJ 1900-1902.

*Antônio Fialho* nasceu na então província do Rio de Janeiro.

Sua vida política teve início com a eleição para deputado federal em 1900. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 19 de junho desse mesmo ano e nela permaneceu até 31 de dezembro de 1902.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

*Ioneide Piffano Brion de Souza*

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

## **FIGUEIRA, Raimundo de Amorim**

\*dep. fed. AM 1897-1899.

*Raimundo de Amorim Figueira* nasceu em 1862.

Assentou praça no Exército em 22 de abril de 1879. Declarado alferes em 4 de janeiro de 1886, foi promovido a tenente em 2 de junho de 1890 e nesse posto foi nomeado, em 6 de maio de 1891, para comandar o Batalhão de Polícia do estado do Amazonas. A pedido, foi dispensado do cargo em 10 de setembro do mesmo ano. Em 27 de setembro de 1893 foi promovido a capitão.

Ingressou na política em 1897, quando foi eleito deputado federal pelo Amazonas. Assumiu em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu o mandato até dezembro de 1899, quando se encerrou a legislatura.

Foi também agrimensor pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Faleceu no dia 11 de julho de 1901.

*Inoã Pierre Carvalho Urbinati*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; Blog do Coronel Roberto. Disponível em:

<[http://catadordepapeis.blogspot.com/2011/01/policia-militar-do-amazonas\\_27.html](http://catadordepapeis.blogspot.com/2011/01/policia-militar-do-amazonas_27.html)>. Acesso em: 17 mar. 2011; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

## **FIGUEIREDO JÚNIOR, Joaquim de**

\*magistrado; min. STF 1895-1897.

*Joaquim Antunes de Figueiredo Júnior* nasceu em Araruama (RJ) no dia 9 de agosto de 1844, filho de Joaquim Antunes de Figueiredo.

Graduou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo em 1864. Depois de breve período dedicado à advocacia e ao jornalismo, ingressou na magistratura, em 1867, ao ser nomeado juiz municipal do termo de Araruama. Foi removido para a comarca de Cabo Frio em julho de 1869. Em 1871, deixou a magistratura e transferiu-se para Juiz de Fora, na província de Minas Gerais, onde se dedicou à sua banca de advocacia e ao jornalismo. Proclamado o regime republicano, voltou em 1892 ao agora estado do Rio de Janeiro, sendo nomeado secretário das Finanças pelo presidente estadual recém-eleito José da Porciúncula. Revelou-se então um excepcional adepto da causa republicana, em período particularmente conturbado pelo medo da restauração monárquica. Foi, ainda, aliado do governo Floriano Peixoto (1891-1894) durante a Revolta da Armada deflagrada em 6 de setembro de 1893, fato que lhe valeu receber, em agosto de 1894, as honras de coronel do Exército.

Em novembro de 1895, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em vaga decorrente da aposentadoria de Anfilóbio Botelho Freire de Carvalho. Foi o segundo ministro nomeado para o STF pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Tomou posse em dezembro do mesmo ano, e foi designado procurador-geral da República em agosto de 1897, quando o ocupante do cargo era escolhido entre os membros do STF. Pediu exoneração do cargo de ministro ainda em 1897, para se dedicar à advocacia.

Colaborou na *Revista do Direito* e em outros periódicos, produzindo trabalhos de grande valor.

Faleceu na cidade de Niterói no dia 19 de abril de 1917.

*Eduardo Junqueira*

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;  
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.



## **FIGUEIREDO, Acácio de**

\*dep. fed. PB 1930.

*Acácio de Figueiredo* nasceu em Campina Grande (PB) em 1878, filho de Salvino Gonçalves de Sousa Figueiredo e de Luísa Viana Figueiredo. Durante 20 anos seu pai foi o chefe político da oposição ao coronel Cristiano Lauritzen, que, gozando de prestígio junto ao governo federal, dominou o cenário político de Campina Grande de 1904 a 1923. Sua mãe, descendente da tradicional família paraibana Borges da Fonseca, era prima em segundo grau de Aristides Lobo, republicano histórico que participou da proclamação da República, foi ministro do Interior (1889-1890), constituinte (1890-1891), deputado (1891-1892) e senador pelo Distrito Federal (1892-1896). Seu avô materno, Bento José Alves Viana, também foi deputado federal. Seu irmão Argemiro de Figueiredo foi governador (1935-1937) e interventor na Paraíba (1937-1940), deputado federal (1946-1951) e senador (1955-1971).

Durante a Primeira República, fez forte oposição a Epitácio Pessoa quando este esteve no Senado Federal (1912-1919 e 1924-1930) e na presidência da República (1919-1922), e combateu também o governo de João Pessoa na Paraíba (1928-1930). Em 1930 apoiou a candidatura oficial de Júlio Prestes à presidência da República, enquanto seu irmão Argemiro de Figueiredo aderiu à Aliança Liberal, que defendia a chapa formada por Getúlio Vargas e João Pessoa. No mesmo pleito foi eleito deputado federal por seu estado. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio seguinte, mas teve o mandato interrompido em outubro com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu no ano de 1963.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*;  
ODILON, M. *Pequeno*.

## **FIGUEIREDO, Bernardino de Sena**

\* dep. fed. MG 1903-1920.

*Bernardino de Sena Figueiredo* nasceu em Barbacena (MG). Sua família, juntamente com os Abranches, os Massena e os Gonçalves, compunha um grupo político à parte dentro do Partido Republicano Mineiro (PRM), que se opunha à liderança dos Bias Fortes e dos Andradas no município.

Em 1893 foi delegado no município de Alto do Rio Doce (MG). Eleito pela primeira vez deputado federal por Minas para a legislatura 1903-1905, renovou cinco vezes o mandato e só deixou a Câmara dos Deputados em 31 de dezembro de 1920.

Foi um dos incentivadores da Academia Mineira de Letras. Também foi responsável pela emancipação do município de Mercês (MG), o que fez com que seu nome fosse dado à principal escola estadual do município.

Faleceu em Barbacena.

*Ioneide Piffano Brion de Souza*

FONTES: ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Cavaleiros da Cultura. *Centenário da Academia Mineira de Letras*. Disponível em: <<http://cavaleirosdacultura.org.br/cavalgada2010/artigo/centenario-da-academia-mineira-de-letras>>. Acesso em: 14/6/2010; CEPESLE. *Delegados de alguns municípios de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://cepesle-news.blogspot.com/search?q=%22Bernardino+de+Sena+Figueiredo%22>>. Acesso em: 14/6/2010; LADEIRA, F. *Relações*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

**FIGUEIREDO, Cesário de**

\*pres. MT 1897 e 1898-1899.

*Antônio Cesário de Figueiredo* nasceu em Cuiabá no dia 16 de abril de 1846.

Fazendeiro e coronel da Guarda Nacional, exerceu o governo de Mato Grosso de 17 de setembro a 18 de novembro de 1897 e novamente a partir de 26 de janeiro de 1898, substituindo Antônio Correia da Costa. Em 4 de julho de 1899 abandonou o Executivo estadual, em virtude do cerco armado à Assembleia Legislativa pela chamada “Legião Campos Sales”, comandada por Antônio Pais de Barros, conhecido como Totó Pais, que não aceitou o resultado do pleito realizado em 1º de março anterior para o governo de Mato Grosso. Substituí-o interinamente João Pedro Xavier Câmara. Como todos os substitutos legais se recusassem a assumir o governo, em face da acefalia instalada, no dia 6 de julho de 1899 passou a governar o estado o vereador mais votado da Câmara Municipal de Cuiabá, Antônio Leite de Figueiredo.

Antônio Cesário de Figueiredo faleceu em 26 de fevereiro de 1926.

*João Edson Fanaia*

**FONTES:** CORREIA FILHO, V. *História*; MENDONÇA, R. *História das*; MENDONÇA, R. *História do*; PONCE FILHO, G. *Generoso*.

**FIGUEIREDO, Domingos**

\*dep. fed. MG 1915-1917.

*Domingos Marcelino dos Reis Figueiredo* nasceu em Lavras (MG) no dia 1º de agosto de 1873, filho de João Urbano de Figueiredo e de Inocência dos Reis Figueiredo.

Fez os estudos secundários nos colégios São Luís Gonzaga, no município paulista de Itu, e Moretzsohn, na capital paulista. Ingressou depois na Faculdade de Direito de São Paulo, mas transferiu-se para a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, onde concluiu seu curso universitário em 1894.

Em 1915 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e exerceu o mandato de maio do mesmo ano a dezembro de 1917.

Ao longo de sua trajetória profissional exerceu ainda atividades ligadas à agricultura e ao direito, tendo sido promotor público no município mineiro de Três Pontas.

*Luciana Pinheiro*

**FONTES:** CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 67); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, p. 253).

## **FIGUEIREDO, Elpídio de Abreu e Lima**

\*dep. fed. PE 1900-1905.

*Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo* nasceu em Goiana (PE) no dia 5 de setembro de 1863.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em novembro de 1886 e foi promotor público em Limoeiro (PE) de outubro de 1888 a julho de 1889. Iniciou-se na política depois da proclamação da República (15/11/1889), quando foi eleito deputado estadual em Pernambuco em 1895. Reeleito em 1898, chegou a primeiro vice-presidente e presidente da Assembleia Legislativa.

Em 1900 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano e foi reeleito em 1903. Em agosto de 1905, antes do final da legislatura, renunciou ao mandato, sendo substituído por Domingos de Sousa Leão Gonçalves. De volta ao estado natal, sendo governador Segismundo Gonçalves, foi secretário da Fazenda, secretário da Justiça e, até março de 1908, secretário geral do estado. Já no governo de Herculano Bandeira de Melo, foi diretor do Tesouro estadual a partir de fevereiro de 1909. Quando, em meio à crise sucessória que abalou Pernambuco em 1911, Estácio Coimbra substituiu Herculano Bandeira em setembro, foi mantido no posto. Nele permaneceu até novembro, quando assumiu por um mês a chefia de polícia, até a posse de Dantas Barreto. Depois que Dantas Barreto assumiu o governo pernambucano, afastou-se do estado em solidariedade a seu aliado político Francisco de Assis Rosa e Silva, e passou a advogar no estado de São Paulo. No campo jornalístico, colaborou com o *Jornal do Recife* e foi redator-chefe do *Diário de Pernambuco*. Foi também professor de lógica do Ginásio Pernambucano.

Publicou *Contabilidade pública*, *Preceitos de economia política*, *Princípios elementares da ciência das finanças* e *Manual de lógica*.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História* (v.2, 6).

## **FIGUEIREDO, Francisco de**

\*dep. fed. DF 1891-1893.

*Francisco de Figueiredo*, futuro *conde de Figueiredo*, nasceu no Rio de Janeiro, à época capital do Império, em 15 de novembro de 1843, filho do comendador José Antônio de Figueiredo Júnior, português natural do Porto, e de Joaquina Carlota Pena de Figueiredo, natural do Rio de Janeiro.

Aos 13 anos completou o curso de humanidades e foi trabalhar no comércio com o pai. Assumiu a gerência de um dos estabelecimentos comerciais da família ao completar 18 anos. Em 1879 tornou-se presidente da Companhia Nacional de Paquetes a Vapor e, por seus préstimos na seca que atingiu o Ceará, recebeu o título de visconde de Figueiredo por decreto imperial de 10 de julho daquele ano. Foi presidente do Banco do Brasil e fundador de dois outros bancos, ambos no Rio de Janeiro: o Banco Internacional do Brasil, criado em 1886, e o Banco Nacional do Brasil, fundado em 1889. Também por decreto imperial, em 31 de outubro de 1889 foi elevado a conde de Figueiredo.

Já no período republicano, exerceu o mandato de deputado pelo Distrito Federal de 3 de maio de 1891 a 31 de dezembro de 1893.

Oficial da Ordem da Rosa e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal, foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Faleceu em Paris em 25 de janeiro de 1917.

Foi casado em segundas núpcias com Luísa Bernarda de Figueiredo, condessa de Figueiredo.

Publicou *Estatutos do Banco Internacional do Brasil* (1886); *Estatutos do Banco Nacional do Brasil* (1889); *Allocution prononcée par le président du conseil de l'administration de la Banque Nationale du Brésil à la reunion des actionnaires résidents en France le février* (1890).

*Evelyn Morgan Monteiro Paiva*

FONTES: BARATA, C.; BUENO, A. *Dicionário* (v.1); BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

## **FIGUEIREDO, Jackson de**

\*jornalista; mov. católico.

*Jackson de Figueiredo Martins* nasceu em Aracaju no dia 9 de outubro de 1891, filho de Luís de Figueiredo Martins e de Regina Cândida Jorge de Figueiredo. Seu avô paterno, Jacinto Martins de Almeida, foi duas vezes prefeito de Aracaju e presidente da Associação Comercial de Sergipe.

Ainda estudante, participou de vários grupos que se dedicavam às letras e publicou seu primeiro livro, *Bater de asas*, em 1908. Em 1913 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito da Bahia e logo após a formatura voltou a Sergipe. Em março de 1914 mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e trabalhou como professor e jornalista, colaborando na *Gazeta de Notícias* e em *O Jornal*. Ainda em 1914 foi apresentado ao filósofo Raimundo Farias Brito e começou a publicar livros biográficos ou de análise filosófica. Sob a influência dos escritos de Farias Brito, adotou perspectivas espiritualistas. Segundo Hamilton Xavier, a relação dos dois “foi mais uma influência moral, afetiva, do que propriamente intelectual”. Em 1916 casou-se com Laura Alves, cunhada de Farias Brito.

Ainda em 1916, passou a corresponder-se com o arcebispo de Olinda e Recife, dom Sebastião Leme. Essa aproximação ocorreu após a divulgação da Carta pastoral de dom Leme, por ocasião de sua posse à frente da arquidiocese. Na Carta, dom Leme diagnosticava que “os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política”. Para reverter esse quadro, dom Leme propunha algumas medidas básicas, tais como a realização de obras de estímulo intelectual para os sacerdotes, o desenvolvimento da doutrinação nos centros urbanos e da catequese das populações rurais, a criação do ensino religioso facultativo e de escolas superiores francamente católicas. Segundo Thomas Bruneau, a Carta pastoral de 1916 foi o primeiro passo significativo para a reorientação e mobilização da Igreja no Brasil. Para Antônio Carlos Vilaça, o documento teria um papel fundamental na conversão de Jackson ao



catolicismo. De fato, após ter contraído em 1918 o vírus da gripe espanhola, Jackson converteu-se ao catolicismo entre 1918 e 1919. Dom Leme, por sua vez, assumiria a arquidiocese do Rio, inicialmente como coadjutor, em agosto de 1921, depois como cardeal, e por fim como titular, em 1930.

Politicamente, nesse período Jackson era um entusiasta da causa nacionalista, e combateu especialmente a presença de portugueses em certos setores econômicos brasileiros. No mesmo mês em que dom Leme se tornou coadjutor da arquidiocese do Rio, juntamente com Hamilton Nogueira, Perilo Gomes, José Vicente de Sousa e Durval de Moraes, fundou a revista *A Ordem*. De acordo com Odilão Moura, “o espírito que insuflava a publicação, identificado com a mentalidade do líder do grupo, estava revelado no próprio nome: espírito de ordem, de obediência à autoridade e de justiça”.

Com o agravamento da situação política no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), Jackson poria a revista a serviço da defesa da autoridade. Durante a campanha presidencial de 1921-1922 apoiou a candidatura de Artur Bernardes, tendo sido uma das vozes na imprensa brasileira a reagir quando da publicação pelo *Correio da Manhã*, em outubro de 1921, dos fac-símiles de cartas supostamente escritas por Bernardes contendo graves ofensas ao marechal Hermes da Fonseca e ao candidato adversário Nilo Peçanha. Embora o Clube Militar tivesse atestado a falsificação, as chamadas “cartas falsas” deflagraram uma grave crise e alimentaram o debate até a confirmação da vitória de Bernardes. De acordo com Francisco Iglésias, Jackson, em seus artigos, criticou tanto o recurso da falsificação como a aliança entre os até então adversários Nilo Peçanha e Edmundo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*. Em março de 1922, Bernardes foi eleito.

Com o apoio de dom Leme, em maio seguinte Jackson fundou o Centro Dom Vital, associação civil ligada à Igreja voltada para o estudo, a discussão e o apostolado da religião, e destinada a “catolicizar a inteligência brasileira”. Fundado, portanto, no mesmo ano em que se realizou a Semana de Arte Moderna e se criou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Centro Dom Vital seria o principal núcleo intelectual do catolicismo brasileiro até 1941, quando foi criada a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de

Janeiro. Segundo Thomas Bruneau, foi “através do Centro e de seu órgão, *A Ordem*, que dom Leme e Jackson procuraram estimular, mobilizar e aumentar a influência da Igreja, visando principalmente a elite intelectual do país”.

A vitória de Bernardes em março de 1922 não amainou, contudo, o clima político. A oposição de setores militares à sua posse, prevista para novembro, aumentou ainda mais a tensão, até a eclosão no dia 5 de julho do primeiro levante do ciclo de movimentos tenentistas da década de 1920. A revolta, deflagrada em protesto contra o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca, envolveu o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar, no Rio de Janeiro, e ainda o contingente do Exército estacionado em Mato Grosso, e foi debelada no mesmo dia. Na ocasião Jackson defendeu a repressão ao movimento tenentista e, segundo Odilão Moura, ocupou o cargo de “chefe da Censura da Imprensa do Rio de Janeiro” no governo Bernardes (1922-1926). Na campanha presidencial de 1926, apoiou o nome de Washington Luís, que venceu a disputa.

Jackson de Figueiredo faleceu no Rio de Janeiro no dia 4 de novembro de 1928, ainda como diretor de *A Ordem* e do Centro Dom Vital. Foi substituído nos dois cargos por Alceu Amoroso Lima, um dos mais destacados nomes da crítica literária nacional, que, por influência de Jackson, poucos meses antes se havia convertido ao catolicismo.

De seu casamento com Laura, teve quatro filhos.

Além do livro já citado, publicou *Zíngaros* (1910), *Xavier Marques* (1913), *Garcia Rosa* (1915), *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias de Brito* (1916), *A questão social na filosofia de Farias de Brito* (1919), *Do nacionalismo na hora presente* (1921), *Afirmações* (1921), *A reação do bom senso* (1921), *Auta de Sousa* (1922, biografia da poetiza), *Pascal e a inquietação moderna* (1922), *Literatura reacionária* (1924), *A coluna de fogo* (1924), *Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora* (1925). Após sua morte foi publicado o romance *Aevum* (1932) e parte de sua correspondência, especialmente com Alceu Amoroso Lima. A seu respeito foram publicados os livros *Jackson de Figueiredo* (1976) e *Jackson de Figueiredo: uma trajetória apaixonada* (1989).

*Christiane Jalles de Paula*

FONTES: AZZI, R. *Neocristandade*; BRUNNEAU, T. *Catolicismo*; CPDOC. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 6/6/2009 FERNANDES, C. *Jackson*; IGLÉSIAS, F. *Estudo*; MAINWARING, S. *Igreja*; MOURA, O. *O.S.B*; Netsaber. Disponível em: <<http://www.netsaber.com.br>>. Acesso em: 6/6/2009; NOGUEIRA, H. *Jackson*; ; RODRIGUES, A. *Igreja*; VILLAÇA, A. *Pensamento*.

## **FIGUEIREDO, João Maximiano de**

\*dep. fed. PB 1912-1917.

*João Maximiano de Figueiredo* nasceu na cidade de Paraíba do Norte, posteriormente chamada João Pessoa, no dia 21 de fevereiro de 1868.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1883. Formou-se no dia 28 de novembro de 1887 e no ano seguinte foi nomeado secretário da presidência da província da Paraíba, durante a administração de Pedro Francisco Correia de Oliveira (1888-1889). Ainda nesse período tornou-se promotor público na cidade da Paraíba e inspetor escolar.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, aderiu à República e mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro. Foi nomeado promotor público na cidade de Santo Antônio de Pádua (RJ), e em 1891 tornou-se curador geral dos resíduos do Distrito Federal, posto que ocupou por vários anos. Em maio de 1909 passou a dirigir o jornal *O País*, um dos principais periódicos do Brasil, função que exerceria até agosto de 1915.

Em 1912 foi eleito deputado federal pelo estado da Paraíba para a legislatura 1912-1914. Em 1915 foi reeleito e ocupou uma cadeira na Câmara até 1917. Durante os anos no parlamento fez parte da Comissão de Legislação e Justiça, das comissões especiais que analisaram os códigos Civil, de Contabilidade, Militar, Florestal e das Águas, e da comissão especial responsável pela reforma da Lei das Sociedades Anônimas e dos Títulos ao Portador. Durante sua vida política, foi aliado de Álvaro Lopes Machado, ex-presidente paraibano (1892-1896 e 1904-1905) e ex-senador (1897-1904 e 1905-1912), e foi adversário de Epitácio Pessoa, ex-deputado federal (1891-1893), ex-ministro da Justiça (1898-1901), então senador pela Paraíba (1912-1919) e futuro presidente da República (1919-1922).

Foi também diretor da Companhia de Armazéns Gerais e do Banco do Estado do Rio de Janeiro.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1918.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BARBOSA, S. *Pequeno*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; ODILON, M. *Pequeno*.

## **FIGUEIREDO, Leite de**

\*pres. MT 1899.

*Antônio Leite de Figueiredo* nasceu em Nossa Senhora do Livramento (MT) no dia 10 de dezembro de 1853.

Comerciante, foi um dos chefes do Partido Republicano criado por Generoso Ponce para disputar o governo de Mato Grosso com o Partido Nacional, comandado por Antônio Maria Coelho.

Ocupava uma cadeira de vereador na Câmara Municipal de Cuiabá em 1899, quando, diante do fato de os demais nomes da linha sucessória governamental se recusarem a assumir o governo do estado, por ser o vereador mais votado, assumiu o governo de Mato Grosso por determinação do presidente da República Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), em substituição a João Pedro Xavier Câmara. Exerceu o cargo de 7 de julho a 15 de agosto de 1899, quando foi substituído por Antônio Pedro Alves de Barros.

Foi ainda deputado estadual.

Faleceu em Cuiabá em 1914.

*João Edson Fanaia*

**FONTES:** CORREIA FILHO, V. *História*; MENDONÇA, R. *História das*; MENDONÇA, R. *História do*; PONCE FILHO, G. *Generoso*; Tio Sam. Disponível em:

<[http://www.tiosam.net/enciclopedia/index.asp?q=Lista\\_de\\_governadores\\_de\\_Mato\\_Grosso\\_por\\_per%C3%ADodo](http://www.tiosam.net/enciclopedia/index.asp?q=Lista_de_governadores_de_Mato_Grosso_por_per%C3%ADodo)>. Acesso em: 5/1/2009.

**FIGUEIREDO, Oliveira**

\* pres. MG 1886-1887; dep. fed. RJ 1900-1904; sen. RJ 1904-1911; min. STF 1911-1912.

*Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 4 de novembro de 1837, filho de Manuel Higinio de Figueiredo.

Em novembro de 1858, tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Após período dedicado exclusivamente à advocacia, ingressou no serviço público em 1861, ao ser nomeado para o cargo vitalício de secretário da Relação da Corte, tribunal de julgamento de apelações e agravos do Império. Em março de 1867, foi nomeado coletor das rendas gerais e provinciais do município de Valença, na província do Rio de Janeiro. Ligado ao Partido Conservador, e considerado nome de prestígio e influência na província fluminense, destacou-se como presidente de Minas Gerais de 1886 a 1887, quando o Conselho de Ministros era chefiado pelo barão de Cotegipe. De volta ao Rio de Janeiro nesse último ano, foi eleito juiz de paz e presidente da Câmara Municipal de Valença.

Com a proclamação da República, a convite do presidente do estado do Rio de Janeiro, José Tomás da Porciúncula, teve rápida passagem pelo Tribunal de Contas do Estado e atuou no projeto de organização política do novo ente federado. Deputado federal em 1900, permaneceu na Câmara por duas legislaturas, até 1904, quando foi eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro.

Em novembro de 1911, foi nomeado pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta em decorrência do falecimento de Antônio Augusto Cardoso de Castro. Tomou posse ainda no mesmo mês, sendo obrigado a renunciar à sua cadeira no Senado. Foi relator de um dos diversos *habeas corpus* impetrados por deputados baianos no episódio da transferência da Assembleia Legislativa da Bahia para Jequié, no contexto da crise aberta pela política de combate às oligarquias regionais pelo governo Hermes da Fonseca. Em clima de desordem e resistência, parlamentares de oposição ao governo federal permaneceram em Salvador. Seguiu-se daí o envio de tropas federais à Bahia para debelar o movimento. Da crise

resultou o bombardeio de diversos prédios públicos na cidade.

Foi casado com Francisca Pais Leme de Figueiredo.

Faleceu em 29 de outubro de 1912, na cidade do Rio de Janeiro, no exercício de suas funções no STF.

*Eduardo Junqueira*

Fontes: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.



## **FIGUEIREDO, POPPE DE**

\*militar; rev. 1922; comte Comdo Mil. Brasília 1960-1961; comte III Ex. 1964.

*Mário Poppe de Figueiredo* nasceu em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, no dia 1º de março de 1904, filho de Leopoldo Antunes de Figueiredo.

Frequentou o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressando em seguida na Escola Militar do Realengo, onde sentou praça em março de 1922. Ainda aluno da arma de cavalaria, foi expulso do Exército, acusado de participação na revolta tenentista deflagrada no dia 5 de julho de 1922 em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, como fechamento do Clube Militar e prisão do marechal Hermes da Fonseca. A rebelião foi debelada no mesmo dia, tendo envolvido no Rio o forte de Copacabana e a Escola Militar, e em Mato Grosso, o contingente local do Exército. Depois de preso e desligado da Escola Militar do Realengo, matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, formando-se em engenharia civil e passando a trabalhar em seguida na Companhia Itabira Iron.

Anistiado após a Revolução de 1930, retornou ao Exército ingressando na arma de engenharia. Promovido a segundo-tenente em novembro desse ano, foi designado para a Companhia de Estabelecimentos, onde serviu de dezembro seguinte a março de 1931. Matriculou-se em seguida na Escola Militar Provisória, que frequentou até julho de 1932, interrompendo os estudos para participar da repressão à Revolução Constitucionalista que eclodiu então em São Paulo e foi derrotada em outubro do mesmo ano. Ainda em outubro de 1932, retornou à Escola Militar Provisória para terminar o curso, concluindo-o em março de 1933. Foi nomeado em seguida para o 6º Batalhão de Engenharia e, no mês de julho, foi promovido a capitão. Transferido para o 3º Batalhão de Engenharia em agosto de 1934, aí permaneceu até março de 1936, quando entrou para a Escola de Armas. Em novembro do mesmo ano, tendo já terminado o curso, foi nomeado adjunto da 4ª seção junto à Diretoria de Engenharia, desempenhando a função até julho de 1938. Transferido em agosto desse ano para o 2º Batalhão Ferroviário, em Santa Maria (RS), permaneceu nessa unidade até março de 1940.

Promovido a major nesse mesmo mês, em maio ingressou na Escola de Estado-Maior do

Exército, no Rio de Janeiro, onde esteve até outubro de 1942. Designado em dezembro para servir na 7ª Região Militar (7ª RM), em Pernambuco, aí permaneceria até julho de 1944, um mês depois de haver recebido a patente de tenente-coronel. Em agosto, seguiu para os Estados Unidos para um estágio de quatro meses na Command and General Staff School, dentro do programa de treinamento de oficiais brasileiros em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Retornando ao Brasil, foi designado para servir no Estado-Maior do Exército (EME), no Rio, onde permaneceu até abril de 1947. Assumiu então a chefia da Seção de Tropas Aerotransportadas da Diretoria de Armas, função que desempenhou até julho, e em setembro foi nomeado comandante do 2º Batalhão Ferroviário, em Santa Maria (RS). Permaneceu nesse posto até janeiro de 1950, participando durante esse período dos trabalhos da comissão construtora da Estrada de Ferro Rio Negro (PR)-Bento Gonçalves (RS).

Em março de 1950 retornou ao EME e em dezembro foi promovido a coronel. Em agosto de 1951 foi designado assessor militar da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, função que desempenhou até fevereiro de 1955. Nesse período, foi nomeado, em novembro de 1954, consultor da delegação brasileira à Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia das Repúblicas Americanas, realizada em Petrópolis (RJ). Em fevereiro de 1955 ingressou na Escola Superior de Guerra (ESG), concluindo o curso em dezembro e permanecendo adido à escola até fevereiro de 1956. Em seguida foi designado adjunto da Divisão Executiva do Departamento de Estudos da ESG, função que desempenhou até setembro de 1956, quando foi nomeado presidente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP).

Durante sua gestão no CNP, que se estendeu até maio de 1958, foi implantada a política petrolífera seguida logo depois da criação da Petrobras (1954). Ainda como presidente do CNP, depôs em 1958 na Câmara dos Deputados, frente à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída para investigar as atividades políticas das empresas Esso e Shell no Brasil. Em maio desse ano foi indicado para assumir a subchefia do Departamento de Provisão Geral, cargo que ocuparia até outubro, depois de haver sido promovido em agosto a general de brigada. Assumiu então a Diretoria de Armamento e Munições, desempenhando a função até fevereiro de 1959. Em maio seguinte assumiu o comando da Infantaria Divisionária da 7ª RM e do 31º Batalhão de Caçadores, em Natal. Deixou o batalhão em setembro para comandar interinamente a 7ª RM, comando esse que acumulou

com o da 7ª Divisão de Infantaria até maio de 1960. Com a fundação de Brasília e a transferência da capital federal, foi nomeado comandante militar de Brasília e da 11ª RM em julho desse ano e exerceu o cargo até abril de 1961, quando foi substituído pelo general de brigada Ernesto Geisel.

Promovido a general de divisão em julho de 1963, foi designado comandante da 3ª Divisão de Infantaria sediada em Santa Maria. Exercia essa função quando participou, em março de 1964, do movimento político-militar contra o presidente João Goulart, formando — conforme declararia posteriormente ao jornal *Letras em Marcha* — juntamente com a 2ª Divisão de Cavalaria, sediada em Uruguaiana (RS), sob o comando do general Joaquim de Melo Camarinha, a 3ª Divisão de Cavalaria com, sede em Bajé (RS), comandada pelo general Hugo Garrastazu, e a 3ª Divisão de Infantaria, então sob o comando do coronel Ramão Mena Barreto, o “III Exército Revolucionário”, para se contrapor às tropas legalistas do III Exército comandadas pelo general Ladário Pereira Teles, que apoiava Goulart. Não chegou a haver combates, porém o presidente, depois de permanecer apenas um dia na capital gaúcha, seguiu para o exílio no Uruguai.

Nomeado comandante do III Exército em abril de 1964 pela junta militar que tomou o poder, ocupou o posto até setembro, quando foi substituído pelo general de exército Joaquim Justino Alves Bastos. Em 1966 passou para a reserva, sendo promovido a marechal. Tornou-se mais tarde diretor-geral de Engenharia e Comunicações e, posteriormente, diretor-presidente da Companhia Minas da Passagem, em Mariana (MG).

Durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) manifestou-se favoravelmente à concessão da anistia plena, ao restabelecimento de eleições diretas e à convocação de uma assembleia constituinte, propondo ainda a transformação do Conselho de Segurança Nacional num colegiado dos três poderes da República, com autoridade para apreciar candidaturas aos postos executivos e suspender direitos políticos, garantido o direito de defesa, como forma de superar o impasse político-institucional com que se defrontava o país.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 4 de maio de 1985.

Era casado com Maria Emília de Castro Correia, com quem teve três filhos.

Escreveu *A revolução de 1964: um depoimento para a história pátria* (1970) e *Brasil, um gigante que despertou*.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; *Estado de S. Paulo* (6/3/1977); *Globo* (5/5/1985); *Jornal do Brasil* (6/3, 24/9/1977, 5/5/1985); *Letras em Marcha* (10/3/1977); MONTEIRO, F. *Discurso; Movimento de 5*; SALES, D. *Razões; Veja* (15/5/1985).

## **FILGUEIRAS, Leovigildo**

\* const. 1891; dep. fed. BA 1891-1899 e 1903-1910.

*Leovigildo Ipiranga do Amorim Filgueiras* nasceu em Salvador no dia 7 de setembro de 1856, filho de Francisco Antônio Filgueiras Júnior e de Maria Joana de Seixas. Fez o curso de humanidades e os preparatórios em Salvador e a seguir matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas sociais e em 1878. Ao retornar à Bahia ainda no ano de sua formatura, foi nomeado delegado de polícia em Salvador. Promotor público da comarca de Nazaré (BA) de 11 de setembro de 1879 a 23 de janeiro de 1883, passou então a se dedicar à advocacia e ao jornalismo. Filiado ao Partido Conservador, iniciou sua carreira política como deputado provincial entre 1884 e 1887.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, e instalado o governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, quando das eleições para o Congresso Nacional Constituinte realizadas em 15 de setembro de 1890 logrou conquistar uma cadeira. Empossado em 15 de novembro seguinte, teve uma participação ativa nos trabalhos. Apresentou uma emenda para a organização do Poder Judiciário em que propunha a adoção de um sistema misto americano-suíço, com a criação na capital da República de um Tribunal Federal de Justiça, composto, além do procurador geral da República, de tantos juízes quantos fossem os estados federados e mais um, que representaria o Distrito Federal. Os juízes seriam eleitos pelas assembleias legislativas dos estados entre os magistrados ou jurisconsultos de notável saber e reputação. Já o procurador geral da República seria nomeado pelo presidente da República, e escolhido entre os jurisconsultos notáveis do país, devendo ter as funções que fossem determinadas pelo Congresso Nacional. Quanto ao juiz representante do Distrito Federal, seria indicado pelo Senado. Sua proposta chegou a receber a aprovação do plenário em um dos turnos de votação. Entretanto, tanto a sua, quanto a emenda de organização judiciária proposta por seu colega de bancada Anfilóbio de Carvalho, que se inspirava no sistema alemão, foram

derrotadas. Por fim, o Congresso aprovou a adoção do sistema americano. No discurso que fez para defender seu entendimento da organização judiciária, demonstrou que a organização da Suprema Corte dos Estados Unidos havia sido feita com base em interesses políticos, coisa que nem a Inglaterra ou qualquer outro país europeu haviam feito.

Defendeu também que, em caso de vacância, por qualquer que fosse o motivo, da presidência da República, o vice-presidente deveria assumir o governo e completar o mandato. Na questão da delimitação dos poderes do governo provisório, assinou a moção de Ubaldino do Amaral, que defendia o princípio de que só competia ao governo provisório o papel de Poder Executivo e a administração da República, e apelou ao marechal Deodoro para que aceitasse continuar no poder. Votou a favor da moção corretiva do deputado Ramiro Barcelos, que reservava à Assembleia unicamente poderes constituintes. Colocou-se contra a emenda de Nilo Peçanha, que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sido nomeados para a função pelo governo provisório, que estivessem no cargo no momento do pleito, ou houvessem exercido o governo local até quatro meses antes. Considerava que esse assunto dizia respeito unicamente aos estados e que a Constituinte não possuía condição moral para tratar do tema, pois havia desincompatibilizado o marechal Deodoro. Posicionou-se no sentido de que os estados só poderiam iniciar sua organização 40 dias depois de votada a Constituição federal, e foi contrário à elevação desse prazo para três meses.

Foi a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890. Votou a favor da emenda do deputado José Mariano, que concedia aos estados um adicional de 15% sobre as importações. Posicionou-se contra a inclusão na Constituição, por ser matéria administrativa, do artigo que estabelecia que nenhum funcionário poderia ser demitido a bem do serviço público sem que fossem especificadas as razões de ordem pública que justificavam o ato. Defendeu que ao Congresso Nacional não competia o direito de estabelecer as despesas públicas. Apresentou uma emenda regulando o casamento civil em que estabelecia que: “O casamento é um contrato civil e, como todos os atos concernentes ao estado civil das pessoas, é da

competência exclusiva de funcionários e autoridades da ordem civil nos termos da Lei que regular a sua celebração e com a força e a validade que ela lhe atribuir.” Na questão religiosa, apresentou uma emenda segundo a qual “por motivo de crença religiosa nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e políticos, assim como não poderá recusar-se ao cumprimento de qualquer dever cívico ou a qualquer ônus que as leis da República estabeleçam”.

Promulgada a nova Constituição a 24 de fevereiro de 1891, o marechal Deodoro foi eleito indiretamente presidente da República no dia seguinte, e a legislatura ordinária teve início em junho, com final previsto para dezembro de 1893. Àquela altura, Leovigildo Filgueiras fora nomeado, em 31 de outubro de 1890, professor do Instituto Oficial de Ensino de Salvador, onde viria a ministrar as disciplinas de sociologia e elementos do direito pátrio. Na Faculdade Livre de Direito da Bahia, fundada em 15 de abril 1891, integrou a primeira congregação de professores como catedrático da cadeira de filosofia e história do direito, ao lado de Anfilófilo de Carvalho, Afonso de Castro Rebelo, Inácio Tosta, Tomás Garcez Paranhos Montenegro, Severino Vieira e outros nomes ilustres da Bahia.

Ao final do seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, foi reeleito para as legislaturas 1894-1896 e 1897-1899. Concorreu à eleição para a legislatura 1900-1902, mas não foi eleito, por ter-se apresentado na chapa da Concentração Republicana, grupamento que fazia oposição ao governador Luís Viana (1896-1900) e que não teve seus candidatos reconhecidos pela Comissão Verificadora. Chegou a receber uma proposta para que aceitasse ser reconhecido sem seus companheiros de chapa, mas rejeitou a ideia. Voltou a concorrer nas eleições de janeiro de 1903, para a legislatura 1903-1904, e conquistou então, mais uma vez, uma cadeira no Congresso Nacional. Foi ainda reeleito para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911. Não concluiu seu último mandato, por ter falecido em 30 de janeiro de 1910, quando exercia a liderança da bancada baiana. Na Câmara dos Deputados integrou as comissões de Constituição e Justiça, de Diplomacia e Tratados e de Finanças. Foi também advogado da Santa Casa de Misericórdia e membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Casou-se com Isabela de Seixas Filgueiras, com quem teve seis filhos. Um deles, Herberto de Seixas Filgueiras, foi deputado estadual na Bahia de 1905 a 1906.

Homem de letras, publicou *O céu, poema astronômico e filosófico* (1880); *O associacionismo*; *Teoria psicológica inglesa* (1876); *Ensaio de crítica filosófica* (1878); *A evolução da poesia e a lei dos 3 estados* (1878); *A poesia*; *A música* (poesias); *Estudos de filosofia do direito*; *Imigração europeia* (discurso na Assembleia provincial da Bahia, 1887); *Discurso inaugural da Faculdade Livre de Direito da Bahia* (1892); *Discurso como orador da Loja União e Segredo*; *Projeto de Orçamento Geral da República* (discurso na Câmara dos Deputados, 1896).

*Jaime Oliveira do Nascimento*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); AMARAL, B. *Elogio* (p.126-129); BEVILAQUA, C. *História*; BLAKE, A. *Diccionario*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário de Noticias* (31/1-1/2/1010). Dr. Leovigildo Filgueiras; *Diário Oficial do Estado da Bahia*; *Gazeta do Povo*, *Jornal de Noticias*, GIDI, A. *Anotações* (p. 38); PRAZERES, OTTO. *Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SAMPAIO, C. *Canudos*.



## **FIRMEZA, Hermenegildo**

\*dep. fed. CE 1921-1930.

*Hermenegildo de Brito Firmeza* nasceu no Crato em 7 de maio de 1881, filho de Manuel Rodrigues Firmeza e de Antônia de Brito Firmeza.

Formado em direito, iniciou-se no jornalismo em 1903, escrevendo nos jornais *O Unitário* e *Gazeta de Notícias*, ambos de Fortaleza, em colaboração com o jornalista João Brígido. Em 1912, depois de desavenças com João Brígido, fundou o seu próprio jornal, *Folha do Povo*, no qual defendeu o governo de Franco Rabelo (1912-1914). Entre 1913 e 1914 foi deputado estadual. Em dezembro de 1913 foi nomeado professor de história da civilização do Liceu do Ceará, transferindo-se em 1916 para a disciplina de história do Brasil. Também em 1916 passou a integrar o diretório do Partido Republicano Democrata do Ceará, ao lado de políticos como Moreira da Rocha e Tomás de Paula Rodrigues, e em 1917 voltou a ser eleito deputado estadual.

Em 1921 seu jornal *Folha do Povo* transformou-se no *Diário do Ceará*. Nesse mesmo ano foi eleito deputado federal pelo Ceará, para a legislatura 1921-1923. Reeleito para mais três legislaturas, teve o mandato interrompido em 23 de outubro de 1930 em decorrência da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e fechou o Congresso Nacional.

Foi também membro do Conselho Regional de Justiça do Trabalho, com sede em Fortaleza, e diretor do jornal *Correio do Ceará*. Voltou a ser professor de história da civilização em 1936, com a criação dos cursos noturnos.

Casou-se com Bárbara de Brito Firmeza e teve 14 filhos.

*Kleiton de Sousa Moraes*

FONTES: BORGES, R. *Crato* (p.135-136); GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.257-258).

## **FIRPO, ANACLETO**

\*rev. 1923; rev. 1930; rev. 1932.

*Anacleto Firpo* nasceu em Dom Pedrito (RS) no ano de 1886.

Empregou-se ainda muito jovem como caixeiro numa loja de seu município natal, onde permaneceu até os 19 anos. Em 1905 transferiu-se para Pelotas (RS) e trabalhou sucessivamente como empregado de loja, caixeiro viajante, comerciante e industrial. Também em Pelotas iniciou sua atividade política, tornando-se um dos principais colaboradores de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Em janeiro de 1923, ao terminar no Rio Grande do Sul a apuração dos votos da eleição de novembro de 1922 para a presidência do estado, disputada por Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e Assis Brasil, o primeiro foi proclamado presidente pela quinta vez. Assis Brasil e seus partidários, na maioria antigos caudilhos federalistas, convencidos de que houvera fraude na eleição, rebelaram-se contra o governo estadual. O movimento iniciou-se em 25 de janeiro, dia da posse do presidente eleito, com uma série de levantes regionais. Anacleto Firpo, fortemente ligado a Assis Brasil, teve atuação destacada na chamada Revolução de 1923, que se encerrou em dezembro, após a intervenção do presidente Artur Bernardes, com a assinatura do Pacto de Pedras Altas. Nos termos desse pacto, os partidários de Assis Brasil não conseguiram a almejada deposição de Borges de Medeiros, mas lograram limitar sua autoridade e impedir que viesse a candidatar-se à presidência do estado pela sexta vez em 1926.

Entretanto, o Pacto de Pedras Altas não conseguiu fazer cessar a crise no Rio Grande do Sul, e parte dos elementos oposicionistas, tendo continuado a sofrer perseguições movidas pelas forças de Borges de Medeiros, passou a ingressar no Exército, enquanto outros estabeleciam ligações com a jovem oficialidade revolucionária, os “tenentes”.

No dia 5 de julho de 1924, eclodiu em São Paulo nova revolta tenentista. Quando os rebeldes abandonaram a cidade de São Paulo no final do mês de julho, rumando para o interior, decidiram que seria importante desencadear um movimento no Sul, de modo a dividir as forças legalistas. A insurreição gaúcha foi articulada, ao longo dos meses de agosto e setembro, pelo capitão Luís Carlos Prestes e pelo tenente Antônio de Siqueira Campos. No dia 5 de outubro, realizou-se em Foz do Iguaçu (PR) um encontro entre

representantes dos revoltosos paulistas, entre os quais Juarez Távora e João Francisco Pereira de Sousa, e representantes dos líderes revolucionários civis e militares do Rio Grande do Sul, como Siqueira Campos, Anacleto Firpo (que representava Assis Brasil e o “general” José Antônio Neto, conhecido como Zeca Neto) e Alfredo Canabarro (emissário político do “general” Honório Lemes). Após examinar a situação dos revoltosos paulistas, que se encontravam no oeste paranaense, debateu-se a possibilidade de desencadear um levante de grande envergadura no Rio Grande do Sul.

No dia 8 de outubro, Anacleto Firpo, Siqueira Campos, Alfredo Canabarro e Juarez partiram de Porto Aguirre, na Argentina, para a fronteira gaúcha, e iniciaram a articulação do movimento. Quatro dias depois, encontraram-se com Honório Lemes em Artigas, no Uruguai, onde ficou Canabarro e de onde remeteram carta a Prestes para que este iniciasse os contatos com militares do estado. No dia seguinte, perto de Mello, ainda no Uruguai, reuniram-se com Assis Brasil e Zeca Neto, acertando o apoio dos líderes civis “maragatos” (federalistas) ao levante militar. Após esses contatos, Anacleto Firpo permaneceu junto a Assis Brasil e Zeca Neto, enquanto Juarez e Siqueira se dedicavam à articulação dos militares revoltosos. No dia 29 de outubro, eclodiu o levante que viria a ser o ponto de partida da Coluna Prestes, que percorreu o país até se internar em território boliviano em fevereiro de 1927.

Em 1928, foi fundado o Partido Libertador (PL), sucessor do Partido Federalista. Anacleto Firpo tornou-se um dos líderes do novo partido, e sua zona de influência era o sul do estado. No dia 1º de agosto de 1929, Anacleto participou da reunião do diretório central do PL, realizada em Bajé (RS), na qual o partido decidiu apoiar, juntamente com o outro grande partido do estado, o PRR, a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Tradicionalmente rivais, as duas agremiações se reuniram ainda no mês de agosto, formando a Frente Única Gaúcha (FUG), que integraria a Aliança Liberal.

Com a derrota da Aliança Liberal nas eleições de março de 1930, tiveram início as articulações para preparar uma revolução em vários pontos do país. Envolvido na preparação do movimento juntamente com Assis Brasil, Anacleto Firpo foi procurado em Pelotas no mês de setembro por Paulo Nogueira Filho, representante do Partido Democrático de São Paulo, para troca de informações. Anacleto pôs o paulista a par da situação da aliança revolucionária entre gaúchos e mineiros, enquanto Nogueira Filho, que

acabara de chegar de Montevideu, informou-o de que Luís Carlos Prestes, então radicado na capital uruguaia, recusara-se a qualquer entendimento com os revolucionários, tendo-se mesmo negado a recebê-lo.

Iniciada a campanha revolucionária no dia 3 de outubro, Anacleto Firpo integrou o estado-maior civil de Getúlio Vargas como representante do PL. O estado-maior seguiu junto com Vargas para o Paraná no dia 12. Em Curitiba, onde permaneceu entre os dias 22 e 23, Anacleto convocou Paulo Nogueira Filho, também integrante do estado-maior civil, para um encontro com João Alberto Lins de Barros, a fim de debater a formação do novo governo paulista. Já havia pressões para que João Alberto fosse indicado para governar São Paulo, posição que contava com o apoio de Anacleto Firpo. Paulo Nogueira, entretanto, opôs-se a esta proposta, alegando não crer que o líder tenentista tivesse um conhecimento suficiente da realidade do estado.

Com a vitória da revolução, Assis Brasil foi indicado para a pasta da Agricultura. Anacleto Firpo, Paulo Nogueira e Joaquim Sampaio Vidal acompanharam-no em sua viagem para o Rio de Janeiro, no dia 18 de novembro. No dia seguinte, Assis Brasil tomou posse no cargo, nomeando imediatamente Anacleto Firpo seu secretário. Entretanto, Assis Brasil permaneceu pouco tempo à frente do Ministério da Agricultura: embora só se tenha afastado oficialmente em dezembro de 1932, licenciou-se do cargo uma semana após a posse e no período seguinte dedicou-se simultaneamente à política interna e à embaixada do Brasil na Argentina.

Em 1932, diversos líderes gaúchos aderiram à campanha pela constitucionalização e, mais tarde, à Revolução Constitucionalista, entre eles Assis Brasil. Participando da conspiração no Rio Grande do Sul, Anacleto Firpo foi preso pelas forças do governo em Pelotas durante o movimento.

Retirado por longos anos da vida política, morreu em Pelotas no dia 27 de abril de 1978.

Era casado com Mafalda Firpo, com quem teve três filhos.

*Regina da Luz Moreira*

FONTES: FONTOURA, J. *Memórias*; *Jornal do Brasil* (1/5/1978); *Jornal do Comércio*, Rio (29/4/1978); NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1930.

## **FLAQUER, José Luís**

\*dep. fed. SP 1896-1899.

*José Luís Flaquer* nasceu em Itu (SP) no dia 1º de maio de 1854, filho de Luís Pinto Flaquer e de Zelinda Flaquer. Seu pai, imigrante espanhol, veio para o Brasil perseguido pelo governo da rainha Isabel II por ser republicano.

Iniciou os estudos em sua cidade, no Colégio Joaquim Mariano da Costa, e fez o curso de humanidades no Colégio Isidoro, em São Paulo. Em 1870 fez os estudos preparatórios no anexo a Faculdade de Direito de São Paulo e a seguir foi para o Rio de Janeiro, então capital do Império, para estudar medicina. Em 18 de abril de 1873, foi o mais jovem dos representantes da cidade de São Paulo na Convenção de Itu, quando foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP). Em 1874 foi obrigado a interromper o curso de medicina no Rio por motivo de saúde e retornar à capital paulista. Matriculou-se então na primeira turma da Escola Normal de São Paulo e em 19 de dezembro de 1875 recebeu o diploma de professor. Também em 1875 fez parte, junto com Luís Gama, da redação do *Polichinelo*, jornal ilustrado abolicionista e republicano publicado em São Paulo. Em 1877, restabelecido, voltou ao Rio de Janeiro e pôde concluir o curso de medicina.

Foi então residir em São Bernardo, atual Santo André (SP), contratado para prestar serviços médicos aos empregados da companhia inglesa que administrava a São Paulo Railway (depois Estrada de Ferro Santos-Jundiaí). Exerceu também a função de professor e, como médico, passou a atender de graça a pacientes carentes, o que lhe valeu grande popularidade. Em 1880, quando o PRP disputou pela primeira vez a eleição municipal na capital paulista, obteve uma suplência. Nesse mesmo ano, tornou-se o primeiro juiz de paz de São Bernardo feito pelos republicanos. Pelos serviços prestados durante a epidemia de varíola que em 1881 dizimou grande parte da população de São Bernardo, o governo imperial agraciou-o com a comenda da Ordem de Cristo, que no entanto recusou, alegando não só suas convicções republicanas, como também o fato de ter cumprido seu dever profissional, e, portanto não merecer recompensas.

Já sob o regime republicano instalado em 15 de novembro de 1889, foi eleito, em 30 de abril de 1891, deputado ao Congresso Constituinte paulista. Participou das discussões que levaram à promulgação da Constituição do Estado de São Paulo de 14 de julho de 1891, e exerceu o mandato de deputado estadual até janeiro de 1892, quando a Assembleia estadual foi dissolvida por decreto do presidente do estado em exercício, José Alves de Cerqueira Cesar. Em 1896 seu nome foi escolhido pelo PRP para candidatar-se a deputado federal na vaga aberta com a renúncia de Paulo de Sousa Queirós. Foi eleito e empossado, e em 30 de dezembro foi reeleito para a legislatura 1897-1899. Quando da cisão ocorrida no PRP em 1897, permaneceu ao lado do general Francisco Glicério em oposição ao governo do presidente Prudente de Moraes. Coube-lhe, juntamente com Rodolfo Miranda e Cândido Rodrigues a missão de fazer ressurgir o PRP.

Em 1º de dezembro de 1903 foi mais uma vez eleito deputado estadual, para o biênio 1904-1906. Renovou o mandato nas legislaturas 1907-1909 e 1910-1912, e foi escolhido por seus pares vice-presidente da Assembleia no período 1910-1911. Renunciou à sua cadeira quando foi eleito senador estadual na vaga aberta com o falecimento de Manuel Pessoa de Siqueira Campos. Em 1919 foi reeleito para mais uma legislatura no Senado Estadual.

Interessado por história, promoveu excursões de membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em busca das ruínas da antiga vila de Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho. Além de juiz de paz, foi delegado de polícia e vereador da Câmara Municipal de São Bernardo, ocupando em 1922 sua presidência.

Faleceu em São Bernardo em 5 de dezembro de 1924, em pleno exercício do mandato de senador estadual.

Foi casado com Elisa Meneses Flaquer, com quem teve sete filhos. Seu filho Antônio Flaquer foi prefeito de Santo André e deputado estadual em São Paulo.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio*

*Paulistano* (6/12/1924); *Diário Oficial SP* (30/4/1954); FONSECA, A.; IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo*.

## **FLORES, Tomás**

\*militar; const. 1891; dep. fed. RS 1891-1893.

*Tomás Thompson Flores* nasceu em Porto Alegre no dia 10 de janeiro de 1852.

Assentou praça aos 14 anos para servir na Guerra do Paraguai (1864-1870), de onde voltou com o posto de Alferes. Pela participação nesse conflito, ganhou medalhas conferidas pelos governos do Brasil e da Argentina. Foi promovido a tenente em maio de 1878 e a capitão em abril de 1883. Coursou a Escola Militar, concluindo o curso de Infantaria e Cavalaria em 1883.

Depois de proclamada a República (15/11/1889), chegou ao posto de major em janeiro de 1890 e a tenente-coronel em março do mesmo ano. Em setembro desse ano foi eleito deputado federal constituinte pelo estado do Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), então liderado por Júlio de Castilhos. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) no Rio de Janeiro. Durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país, fez oposição ao presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891). Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, para cumprir o seu mandato ordinário, até o ano de 1893. Ainda em 1891 chegou ao posto de coronel e, por decreto de julho desse ano, foi nomeado comandante do 6º Distrito Militar.

Em novembro de 1891, com a chegada à presidência do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), o poder no estado do Rio Grande do Sul foi entregue a uma junta governativa e, posteriormente, a José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas (1892), que, por sua vez, foi deposto em junho de 1892 por um movimento articulado por Júlio de Castilhos. Esse movimento teve o apoio militar de Tomás Thompson Flores, ainda deputado federal, e do marechal Falcão da Frota.

Após concluir seu mandato de deputado federal em dezembro de 1893, continuou sua carreira militar e tornou-se comandante do 13º Batalhão de Infantaria. Integrado a essa divisão, participou da Guerra de Canudos (1896-1897), rebelião popular de cunho messiânico, liderada por Antônio Conselheiro, iniciada no sertão baiano em novembro de 1896. O governo enviou sucessivas expedições militares para debelar o movimento, até esmagá-lo em outubro de 1897. Foi um dos líderes de uma dessas expedições e tornou-se comandante interino da Brigada de Cláudio do Amaral Savaget, quando este foi ferido em combate. Passou a liderar a 7ª Brigada e, segundo Euclides da Cunha, “era um lutador de primeira ordem. Embora lhe faltassem atributos essenciais de comando e, principalmente, a



serenidade de ânimo, que permite a concepção fria das manobras dentro do afogueamento de um combate, sobravam-lhe coragem a toda prova e um quase desprezo pelo antagonista, por mais temeroso e forte, que o tornavam incomparável na ação”. Ainda segundo Euclides da Cunha, Tomás Flores, em um dos combates, tomou a frente de sua brigada para “pessoalmente ordenar a linha de fogo. Por um requinte dispensável, de bravura, não arrancara dos punhos os galões que o tornavam alvo predileto dos jagunços. Ao reatar-se, logo depois, a avançada, baqueou, ferido em pleno peito, morto.”

Faleceu, assim, em Canudos (BA) no dia 22 de junho de 1897.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CUNHA, E. *Sertões*; McCANN, F. *Soldados*.

## FLORIANISMO

Vocábulo que se aplicou ao primeiro fenômeno político centrado na figura de uma liderança republicana, a de Floriano Peixoto, o vice-presidente que se tornou o segundo presidente da República com a renúncia forçada do presidente Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891.

No governo de Floriano Peixoto (1891-1894) foi construído o protagonismo político que ensejou a adesão de setores militares e civis. Boa parte das tensões por ele enfrentadas decorreu da interpretação da Constituição, cujo texto deu margem a dúvidas quanto à legalidade da posse do vice-presidente decorridos menos de dois anos da posse do titular, ou seja, de Deodoro, que foi eleito pelos constituintes no ato final da promulgação da Constituição, em 25 de fevereiro de 1891. Esse embate interpretativo escondeu, na verdade, interesses a envolver a própria idéia de República, já que naquele momento disputou-se a hegemonia entre duas concepções de republicanismo, e Floriano não foi neutro nesse processo.

Muito embora o florianismo tenha, de fato, se constituído nos meses em que transcorreram a Revolta da Armada (de setembro de 1893 a março de 1894), antes disso a figura de Floriano era objeto de lembranças a enaltecê-lo, desde a época em que era simples cadete. Sua bravura foi então demonstrada, quando enfrentou o temido malandro Manduca da Praia, que atemorizava os alunos da Escola Militar. Por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870), a presença de Floriano já era comentada entre seus camaradas de armas, tanto pela bravura de seu desempenho à frente da tropa como pela capacidade de resistir às mais sérias adversidades próprias de uma guerra. O *Major*, como passou a ser conhecido na corporação, era saudado durante e depois daquele grande conflito.

Com o advento da República, o Exército se projetou como ator político no cenário nacional. De seus quadros saíram dois dos candidatos aos cargos máximos do regime, o de presidente e o de vice-presidente. As eleições os consagraram, e teve início a difícil relação entre os militares, imbuídos dos deveres de defensores da nova ordem, e os civis,

majoritariamente adeptos da fórmula federalista. Nesse confronto ideológico multiplicaram-se os embates, e eles se tornaram mais intensos quando a permanência de Floriano no governo passou a ser questionada por membros da Armada (Marinha), tendo à frente o contra-almirante Custódio de Melo.

Floriano assumiu a defesa de seu governo como se a sobrevivência da República dependesse exclusivamente dele. Com isso, fortaleceu ainda mais sua liderança junto a seus camaradas, com o apoio entusiástico dos alunos da Escola Militar. Diante das ameaças e das pressões, o vice-presidente em exercício – como gostava de ser tratado – transformou seu governo em trincheira na defesa da legitimidade institucional por ele representada. Em paralelo, interveio junto aos atravessadores dos produtos de primeira necessidade, de modo a conter e reprimir a espoliação e a ganância de comerciantes e aproveitadores quando da Revolta da Armada. Seu prestígio cresceu. Nasceu aí o florianismo.

Dado o seu caráter múltiplo, uma vez que não se restringiu à caserna, não sendo uma expressão meramente corporativa dos militares do Exército, é possível identificar no florianismo duas vertentes: o *florianismo de governo* e o *florianismo de rua*. Na primeira, formavam todos os que se alinharam ao governo Floriano, por razões de ordem prática ou mais precisamente de ordem pragmática. Foi o caso dos membros mais ativos da oligarquia cafeeira de São Paulo, ávidos por manter a estabilidade institucional do regime recém-instalado para dela tirar proveito, como de fato ocorreu em seguida, com a eleição para três quadriênios consecutivos de seus líderes mais destacados, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, dando início à hegemonia paulista na Primeira República.

O outro florianismo, o *de rua*, foi espontâneo, surgiu da afinidade dos segmentos populares com Floriano. Para esses contingentes sociais, o *Marechal de Ferro* simbolizava a própria República, e mantê-lo à frente da presidência passou a ser uma tarefa à qual se dispuseram, alheios a interesses que não fossem os da preservação da República ameaçada por seus opositores mais ferrenhos. Não é por acaso que várias outras alcunhas foram atribuídas a Floriano, tais como *Marechal Vermelho* ou *Robespierre brasileiro*, ambas tendo como matriz a Revolução Francesa e, especialmente, seu período de maior

radicalização política, o Terror. Claro está que essas alusões partiram do segmento mais doutrinário do florianismo, o dos jacobinos. Todos ou quase todos eram florianistas, embora nem todos os florianistas fossem adeptos do jacobinismo, como bem salientou a historiadora Suely Robles de Queiroz.

As duas vertentes do florianismo coexistiram sem grandes problemas durante o governo do marechal. Contudo, logo após o término da Revolta da Armada e a proximidade do pleito para a escolha do sucessor de Floriano, essas vertentes passaram a se conflitar. Os florianistas *de governo* abraçaram logo a candidatura sustentada pelos paulistas, de Prudente de Moraes, ao passo que os florianistas *de rua* não só não demonstraram qualquer apreço pelo candidato oficial, como engrossaram a articulação promovida nos bastidores para uma eventual permanência de Floriano no poder. Essa ação golpista realmente existiu, e posteriormente foi objeto de um processo que culminou no arrolamento, como conspirador, do próprio vice-presidente Manuel Vitorino, além do deputado Barbosa Lima e do jornalista Diocleciano Mártir.

Com a morte de Floriano em 1895, o florianismo perdeu sua referência, mas a lembrança de Floriano continuou no imaginário político e na literatura memorialística. Nesta, cabe destacar as memórias de Inocêncio Serzedelo Correia. Não foram poucas as menções à figura e à desenvoltura do marechal em documentos, manifestos, palestras ou efemérides promovidas nos anos subsequentes por destacadas personalidades da vida política do país ou por comandantes militares. Tais menções envolveram desde Luís Carlos Prestes, em comunicado de 1935 a seus companheiros da Aliança Nacional Libertadora (ANL) intitulado “O grande movimento popular nacional”, até o general Artur da Costa e Silva, então ministro da Guerra, na ordem do dia dirigida a seus comandados e datada de 15 de novembro de 1965, logo após o golpe de 1964, portanto de autorias as mais díspares do espectro político e ideológico brasileiro, proclamou-se a herança benfazeja do *Consolidador da República*, epíteto mais recorrente dentre tantos que a ele foram conferidos, não por acaso. .

*Lincoln de Abreu Penna*

FONTES: CORREIA, I. *Páginas*; FREIRE, A. *Capital*; PEIXOTO, S. *Início*;  
PENNA, L. *Progresso*; PRADO, E. *Fastos*; QUEIROZ, S. *Radicais*; VOVELLE,  
M. *Jacobinos*.

## FLUMINENSE, O

Jornal fluminense fundado em Niterói no dia 8 de maio de 1878 pelos maiores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos. Inicialmente era publicado três vezes por semana, às quartas, sextas-feiras e domingos, mas a partir de 1892 passou a ser editado diariamente, permanecendo até hoje em circulação.

### DA FUNDAÇÃO ATÉ 1930

*O Fluminense* começou a circular simultaneamente nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, então capital do Império. Prometendo no editorial de estreia que não se deixariam “cegar pela paixão partidária”, seus fundadores declaravam também que seu objetivo era lutar pelo desenvolvimento da instrução pública, pela melhoria da lavoura e do comércio, pela abertura de novas estradas provinciais e municipais e a boa conservação das existentes, e, finalmente, pelo desaparecimento progressivo do imposto de pedágio, considerado oneroso aos produtos agrícolas, além de “em extremo vexatório”.

Entretanto, o jornal surgira em decorrência de motivos político-partidários. Tanto Miranda quanto Travassos eram membros do Partido Conservador, que havia passado à oposição com a queda do gabinete de Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, ocorrida em 5 de janeiro de 1878. Com a ascensão do Partido Liberal ao poder, caíra também o presidente da província do Rio de Janeiro, o conservador Pinto Lima. Este último teria sido o inspirador do novo órgão de imprensa, surgido com o propósito de defender os interesses do partido deposto.

Enquanto Travassos entrou com o capital, Rodrigues de Miranda já era homem vinculado à imprensa, capaz — segundo depoimento de Alberto Torres — “de redigir a notícia e de imprimir e compor um jornal”. Poucos meses depois da fundação, Travassos deixou *O Fluminense*, permanecendo Rodrigues de Miranda como único proprietário.

A partir desse momento, ocorreu uma alteração no expediente, e o jornal passou a ser oficialmente “o órgão conservador da província do Rio de Janeiro”, desenvolvendo “a mais decidida oposição à política dominante”. Em 1881, um de seus principais redatores, Guilherme Cristino Briggs, foi candidato a deputado provincial pelo Partido Conservador. Durante os dez anos em que o Partido Liberal permaneceu no poder, *O Fluminense* fez-lhe

oposição, denunciando “as perseguições políticas e as arbitrariedades dos governos liberais na província”. Paralelamente à defesa das idéias conservadoras, porém, o jornal lutou pelos interesses locais, chegando a afirmar: “Continuando a militar nas linhas conservadoras, do que muito se ufana, *O Fluminense* ater-se-á, entretanto, mais aos interesses da província que aos da política.” Entre as benfeitorias da cidade de Niterói cuja realização o jornal considerava resultado de suas campanhas, figuravam o aterro de São Lourenço, o porto, o Corpo de Bombeiros e a Biblioteca Pública.

Em seus primeiros anos de vida, o jornal teve grande penetração tanto no município de Niterói quanto na própria Corte, publicando anúncios das melhores casas comerciais do Rio de Janeiro.

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 foi bem aceita por *O Fluminense*, que desde logo apoiou o presidente estadual Francisco Portela. Entre 1890 e 1891, por motivo de doença de Rodrigues de Miranda, o jornal deixou de circular durante alguns meses. A partir de dezembro de 1891, com a queda de Francisco Portela – que por sua vez se seguiu à renúncia do presidente Deodoro da Fonseca –, iniciou-se um período de abstenção de qualquer participação política ostensiva.

Durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), *O Fluminense* esteve ligado à situação. Essa ligação se explicava pelo fato de Luís Henrique Xavier de Azeredo, genro do major Rodrigues de Miranda, haver lutado anteriormente ao lado do novo presidente.

Com a mudança da capital do estado para Petrópolis em 1899, *O Fluminense* desencadeou uma campanha em favor do retorno à situação anterior, o que só ocorreria em 1902. Em 1903, o jornal voltou abertamente às lides políticas, aderindo à candidatura de Nilo Peçanha à presidência estadual. *O Fluminense* se manteria articulado com a oligarquia de Nilo Peçanha durante todo o tempo em que esta existiu.

Quando Nilo Peçanha assumiu a presidência da República, em 1909, devido ao falecimento do presidente Afonso Pena, a ala dissidente do Partido Republicano Fluminense, representada pelo governo estadual de Alfredo Backer, entrou em conflito com a situação. Nessa ocasião, *O Fluminense* foi cercado por elementos da polícia estadual e ameaçado de empastelamento.

Em 1922, o jornal foi partidário da candidatura presidencial de Nilo Peçanha, apoiando a campanha da Reação Republicana. Contudo, com a vitória de Artur Bernardes e a

consequente indicação de Feliciano de Abreu Sodré para a presidência estadual, a oligarquia de Nilo Peçanha começou a se desarticular. *O Fluminense* acabou por apoiar o governo de Feliciano Sodré, mas combateu seu sucessor Manuel Duarte.

Durante o último período presidencial da República Velha, o jornal voltou para a oposição, aproximando-se discretamente dos princípios da Aliança Liberal. Embora permanecesse um órgão mais informativo do que propriamente de análise, *O Fluminense* apoiou a Revolução de 1930, publicando sob o título “A Revolução triunfante” matérias sobre os atos revolucionários.

A Primeira República marcou uma importante fase do jornal, que se preocupava igualmente com temas de ordem cultural. Entre os principais colaboradores de *O Fluminense* durante esse período destacaram-se, além de Guilherme Briggs, Artur e Gastão Briggs, Geraldo Araújo, Joaquim Leitão, Alfredo Lino Maciel Azamor, Joaquim Lacerda, Felisberto de Carvalho, Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro, Ricardo Barbosa, Miranda e Silva, Oliveira Viana e Jônatas Botelho.

Após a morte do major Rodrigues de Miranda em 1919, *O Fluminense* passou às mãos de seu genro, Luís Henrique Xavier de Azeredo, que dirigiria o jornal até 1944.

#### DE 1930 ATÉ 1964

Depois da Revolução de 1930, o jornal apoiou o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, mostrando-se, no entanto, em desacordo com a sucessão de interventorias fluminenses, exceção feita à do almirante Ari Parreiras.

Com o golpe de 10 de novembro de 1937 e a consequente inauguração do Estado Novo (1937-1945), *O Fluminense* passou para a situação, apoiando o governo estadual do comandante Ernâni Amaral Peixoto. A docilidade com que o antigo órgão de imprensa passou a encarar o governo expressava-se na linha adotada de “absoluta isenção em relação aos governantes estaduais e municipais”. A meta de *O Fluminense* era “aplaudir os méritos e criticar os defeitos desses administradores, sem parcialidade de qualquer natureza”. O jornal limitou-se a considerar os feitos da administração pública.

Por outro lado, o período posterior a 1930 assistiu ao declínio do periódico, que mergulhou numa crise financeira de grandes proporções resultante de má administração. Em 1944, Luís Henrique Xavier de Azeredo, por motivo de doença, colocou na direção de



*O Fluminense* seu filho Aurelindo de Miranda Azeredo, tornando a assumir seu cargo apenas em 1948. Luís Henrique deixou o jornal e as máquinas em testamento a seu neto José Luís Azeredo da Silva, o qual, em 1954, convocou Alberto Torres — deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) e líder da bancada de oposição ao segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) — para sanear as finanças da empresa. Alberto Torres aceitou o convite com a condição de assumir a direção de *O Fluminense* através de escritura pública. Seu primeiro editorial, de 16 de fevereiro de 1954, não manifestava declaradamente uma linha política, seguindo a tradição das campanhas em defesa “de nossa cidade e de nosso estado”. Logo, porém, o jornal passou a defender princípios da UDN, opondo-se assim à última fase do governo Vargas e ao governo estadual de Amaral Peixoto, e apoiando o curto mandato presidencial de João Café Filho e a candidatura de Juarez Távora à presidência da República.

Por fim, em 20 de outubro de 1955, José Luís Azeredo da Silva deixou o jornal, passando o controle acionário a Alberto Torres. Desse momento em diante, *O Fluminense* voltou a se preocupar com assuntos de âmbito nacional. Abriu uma agência no estado de São Paulo, uma sucursal em Brasília e passou a valer-se, para o noticiário internacional, dos serviços da France Press e da United Press.

A partir de 1956, o jornal opôs-se ao governo de Juscelino Kubitschek (1966-1961). Por ocasião das eleições estaduais de 1959, quando a UDN, contrariando os preceitos de seus correligionários da capital federal, aliou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em torno da candidatura de Roberto Silveira a governador, *O Fluminense* bateu-se pela vitória deste último. Com o desencadeamento dos debates em torno da sucessão de Juscelino, *O Fluminense* apoiou a candidatura de Jânio Quadros. Embora feroz opositor do vice-presidente João Goulart, o jornal, por ocasião da renúncia de Jânio, defendeu intransigentemente o direito de Goulart à presidência. Após a posse de Goulart, contudo, *O Fluminense*, como órgão da UDN, permaneceu na oposição, atacando igualmente o governo estadual de Badger da Silveira. Através de editoriais diários, Alberto Torres conclamava os militares à reação. Quando do Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, *O Fluminense* afirmou em editorial que “ou as forças armadas agiam rapidamente ou seriam dissolvidas e substituídas por milícias no melhor estilo cubano”. O

jornal apoiou, dessa forma, o movimento militar de 31 de março de 1964, e manteve-se favorável ao regime então instituído.

Desde sua fundação até a década de 1950 *O Fluminense* passou por importante evolução técnica. Nos primeiros tempos, e durante vários anos, na ausência de linotipos, as linhas eram compostas uma a uma e espalhadas pelas colunas do jornal, que era impresso em máquinas planas, unidade por unidade. O trabalho era feito à luz de gás, e na impressão utilizava-se o vapor. Em 1902 o jornal adquiriu sua primeira Marinoni plana, e em 1905 foi introduzida a luz elétrica. A primeira linotipo apareceria apenas em 1952. Em 1957, foi adquirida a primeira rotativa Marinoni, com capacidade de imprimir 25 mil jornais de 32 páginas por hora.

*Carlos Eduardo Leal*

#### DO GOVERNO GEISEL À REDEMOCRATIZAÇÃO

Durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), iniciou-se o processo de redemocratização do país, comandado a partir do interior do próprio regime. Foi a chamada “distensão”, que, segundo o governo, deveria se dar de maneira “lenta, gradual e segura”. *O Fluminense* manteve-se numa posição governista, elogiando o ritmo e a forma das medidas redemocratizantes.

O processo de redemocratização, porém, se realizava enfrentando muitos obstáculos. Em abril de 1977, Geisel fechou o Congresso por alguns dias e impôs uma série de medidas — o chamado “pacote de abril” — que incluía a reforma do Judiciário e algumas regulamentações eleitorais destinadas a restringir a ação dos setores oposicionistas. *O Fluminense* dedicou, então, fartos elogios a Geisel, afirmando que sua atuação era orientada por um “equilíbrio desejável nas atuais circunstâncias”. Dias depois, apontava a “incoercível vocação democrática do governo”. Em 1979, já no governo João Figueiredo (1979-1985), o jornal apoiou cautelosamente a anistia concedida à maioria dos sentenciados pelo regime. Nesse momento, porém, seus editoriais preocupavam-se mais com a reforma partidária que então se iniciava e que poria fim ao bipartidarismo vigente desde 1965.

A abertura política sofreria ainda ameaças no início da década de 1980, quando setores de extrema direita ligados ao regime promoveram atos de terrorismo, numa tentativa de deter

o processo de democratização. No mais grave desses episódios, em maio de 1981, um sargento do Exército morreu por acidente ao tentar colocar uma bomba em um espetáculo de música popular brasileira que reunia milhares de pessoas no Riocentro, em comemoração do Dia do Trabalho. Constrangidos, setores governistas condenaram o atentado, mas evitaram uma apuração rigorosa, enquanto o jornal noticiava o ocorrido sem tecer qualquer comentário nos primeiros momentos. Após alguns dias, contudo, apareceram elogios à postura adotada pelo presidente João Figueiredo, a quem *O Fluminense* atribuía “convicções democráticas”.

No início de 1984, as forças políticas de oposição ao governo militar desencadearam uma campanha popular pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Com esse objetivo, foi apresentada no Congresso emenda de autoria do deputado Dante de Oliveira que estabelecia o pleito direto para a escolha do sucessor do general João Figueiredo, a se realizar ainda no final daquele ano. Em poucos meses, a campanha das diretas ganhou as ruas de todo o país, e até mesmo alguns parlamentares governistas passaram a apoiá-la. Quando a emenda foi colocada em votação no mês de abril, *O Fluminense* defendeu-a timidamente. No dia da votação, 25 de abril, seu editorial aconselhava a abertura de negociações entre a oposição e o governo a fim de “evitar impasses” e apontava o governador mineiro Tancredo Neves como um interlocutor apropriado para tal negociação. Elogiava ainda o presidente Figueiredo por seu papel no processo de redemocratização do país e criticava “os radicalismos que não levam a coisa nenhuma”. Realizada a votação, a emenda Dante de Oliveira não obteve os 2/3 dos votos necessários à sua aprovação. O jornal insistiu, então, na tese da negociação entre governo e oposição. Nesse sentido, a proposta do governo estabelecendo eleições diretas em 1988 recebeu elogios do jornal.

Com a manutenção da eleição indireta, os setores majoritários da oposição optaram por apresentar a candidatura de Tancredo Neves para concorrer no Colégio Eleitoral — composto por deputados e senadores, além de representantes de cada assembleia legislativa estadual — que escolheria o novo presidente. O Partido Democrático Social (PDS), governista, apresentou o nome do então deputado federal paulista Paulo Maluf. Em 13 de janeiro de 1985, *O Fluminense* dirigiu elogios ao candidato oposicionista e apontou-o como a pessoa credenciada “a realizar um governo de união nacional”.

Eleito, Tancredo Neves não pôde, porém, assumir o governo em virtude dos problemas de saúde que o levaram à morte. Assumiu a presidência, então, o vice-presidente eleito, José Sarney. Em fevereiro de 1986, Sarney adotou o Plano Cruzado, conjunto de medidas econômicas cujos aspectos mais importantes foram o congelamento dos preços e a substituição do cruzeiro pelo cruzado como moeda oficial do país. Em 5 de março, *O Fluminense* apoiou o plano, caracterizando-o como um esforço de reconstrução nacional, e afirmou estar sendo travada uma “guerra santa contra a inflação”.

Em fevereiro de 1987, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em novembro do ano anterior. Em 19 de novembro, o jornal apontava a “irrealidade dos benefícios sociais aprovados sem qualquer previsão de recursos para sua cobertura financeira no futuro”, bem como o “excesso de nacionalismo incluído na Carta”.

Nas eleições presidenciais de 1989, *O Fluminense* não apoiou nenhuma candidatura. No dia da votação do primeiro turno, porém, matérias publicitárias do candidato Leonel Brizola foram publicadas com destaque pelo jornal, o que feria a legislação eleitoral vigente. Tal fato motivou a apreensão do jornal, a pedido de partidários da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, lançado pela Frente Brasil Popular. O incidente mereceu protestos da direção do órgão, que na edição do dia seguinte reclamou do tratamento diferenciado que havia recebido, já que, segundo seus diretores, a publicação de anúncios publicitários fora feita por outros órgãos de imprensa que ficaram livres de qualquer sanção. O episódio não teve maiores consequências, e já no mês seguinte, quando se aproximava a data do segundo turno do pleito presidencial, disputado entre Lula e Fernando Collor de Melo, os dirigentes da Frente Brasil Popular em Niterói visitaram a sede do jornal e elogiaram a cobertura das eleições feita pelo órgão.

Vencedor da disputa, Fernando Collor anunciou, no dia seguinte ao de sua posse, em 16 de março de 1990, a adoção de um novo plano econômico, dirigido pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo. O Plano Collor, como ficou conhecido, estabeleceu novo controle de preços como forma de conter a inflação e foi elogiado por *O Fluminense*. O jornal, no entanto, não deixou de apresentar certa cautela ao se referir aos aspectos mais polêmicos do plano, como a retenção da maior parte do dinheiro depositado nas instituições bancárias, incluindo as cadernetas de poupança, com o objetivo de reduzir a moeda circulante e, assim, estabilizar a economia.

Em 1992, Collor seria duramente atingido por graves denúncias que apontavam a existência de um grande esquema de corrupção no governo coordenado por seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. Manifestações públicas a favor do *impeachment* do presidente foram então realizadas, apoiadas por amplo leque de forças políticas. *O Fluminense*, como quase toda a imprensa, mostrou-se favorável ao afastamento de Collor, afirmando em 1º de setembro que “foram os indícios que sensibilizaram os brasileiros e os colocaram contra o governo”. Aprovado o *impeachment*, o vice-presidente Itamar Franco foi efetivado na presidência (1992-1994).

Em 1994, ainda durante o governo Itamar Franco, um novo plano de estabilização econômica foi adotado, o Plano Real, conduzido por Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda. Mais uma vez o jornal apoiou um plano econômico. Este, após ser implantado, impulsionou a candidatura de Fernando Henrique à presidência, vitoriosa em outubro daquele ano. Empossado o novo presidente, *O Fluminense* encampou a tese da necessidade de reformas constitucionais, defendida por setores governistas.

Em 2005, *O Fluminense* lançou a revista de variedades *O Flu*, em formato tablóide e em cores, veiculada inicialmente apenas no primeiro domingo do mês, e mais tarde todo domingo. O jornal lançou também o site *Flu Online*, com informações em tempo real, fotos e textos relevantes de seu acervo.

*André Couto*

**FONTES:** CARONE, E. *República Velha*; ENTREV. TORRES, A.; *Fluminense* (1878-); *Fluminense*. Disponível em : < <http://www.ofluminense.com.br>>. Acesso em: 25/11/2009, 26/09/2011.

## Folha da Manhã

Foi precedido por outros três jornais lançados entre 1921 e 1925, todos pertencentes à Empresa Folha da Manhã S.A., denominados *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*.

As folhas de Olival Costa (1921-1931)

A origem da Empresa Folha da Manhã S.A. remonta ao ano de 1921, quando Olívio Olavo de Olival Costa, juntamente com um pequeno grupo de colegas, montou um jornal, a *Folha da Noite*. Tendo pertencido ao quadro de jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, onde ocupou a função de redator, Olival Costa levou avante o novo empreendimento, contando com a participação de Pedro Cunha, Leo Vaz, Mariano Costa e Artêmio Figueiredo. Foi esse o primeiro grupo diretor do jornal.

Embora prosperasse rapidamente, a *Folha da Noite* teve sua circulação proibida entre 3 e 31 de dezembro de 1924. Seus diretores decidiram então lançar a *Folha da Tarde*, como artifício contra a censura, substituindo a *Folha da Noite*, que só ressurgiria em 1º de janeiro de 1925, com o mesmo nome. A *Folha da Tarde* contou, portanto, de início, em sua direção, com a mesma equipe da *Folha da Noite*. Por outro lado, ainda em janeiro de 1925, no dia 20, Olival Costa e Pedro Cunha lançaram um terceiro jornal, a *Folha da Manhã*, motivados pela prosperidade de seu primeiro empreendimento.

Olival Costa ocupou o cargo de diretor da *Folha da Noite* de 19 de fevereiro de 1921 a 30 de outubro de 1930 e da *Folha da Manhã* de 1º de julho de 1925 a janeiro de 1931, quando foi constituída a Empresa Folha da Manhã S.A. Embora seu nome constasse do quadro de diretores do empreendimento, juntamente com Rubens do Amaral, Otaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos Azevedo, Guilherme de Almeida e Pedro Cunha, Olival Costa não exerceu efetivamente a direção da empresa. Como primeiro redator-chefe da *Folha da Noite*, contudo, imprimiu à linha editorial do jornal uma discreta simpatia pela insurreição de 1922 no Rio de Janeiro, pela revolta de 1924 e pela candidatura de Júlio Prestes à presidência da República em 1930. Isso ocorreu, embora fosse intenção explícita imprimir ao jornal um caráter muito mais informativo do que de opinião, sem detrimento da oportunidade do exercício da crítica. O que o corpo de redatores evitava, isso sim, era imprimir ao jornal uma linha editorial rígida, que implicaria a perda de um campo maior de manobra diante dos fatos acerca dos quais o jornal deveria “informar” e poderia “opinar”. Não obstante, pode-se afirmar que a *Folha da Noite* surgiu como um jornal dirigido para o leitor urbano paulista, conseqüentemente com fortes traços antioligárquicos.

Empreendimento sem capital e infra estrutura prévios, a *Folha da Noite* surgiu como um periódico de formato pequeno, com oito páginas, destinado às camadas médias urbanas: “Honestidade nas informações, além de bom humor nos comentários, constituíam a tônica desse veículo em que as classes médias de São Paulo podiam se mirar e nutrir.” De uma situação financeira absolutamente precária (à edição seguinte cabia pagar o custo da anterior e assim sucessivamente), em 1925 o empreendimento conquistou uma certa estabilidade financeira e instalou-se em oficinas próprias, ao mesmo tempo em que se firmava definitivamente junto ao público leitor. E essa conquista do público ocorreu, entre outros mecanismos, através da utilização do humor e da sátira, para não falar da ironia (haja vista o sucesso da criação de Belmonte, o Juca Pato), hábil instrumento de burla à rígida censura da República Velha.

Também a partir de 1925, passavam a existir dois jornais, dirigidos, cada um deles, para públicos diferentes: a *Folha da Manhã*, com uma linguagem mais sóbria, voltava-se para os pequenos comerciantes e os profissionais liberais, enquanto a *Folha da Noite*, jornal mais popular, voltava-se para a classe trabalhadora, chegando inclusive a conter em suas páginas artigos em várias línguas, dada a origem estrangeira de grande parte do operariado.

Muito embora a emergência das folhas paulistas não tivesse raízes oligárquicas e tampouco operárias, o seu traço marcadamente paulista se refletiria nos acontecimentos de 1930. A Revolução de 1930, movimento de cunho nacional, contou com a oposição das folhas, que nesse momento se aliaram à oligarquia paulista, assumindo posição contrária aos revolucionários. Como resultado, ambos os jornais, *Folha da Noite* e *Folha da Manhã*, foram empastelados na noite de 24 de outubro de 1930. Esses fatos ocorreram a despeito de o ideário defendido pelas folhas em anos anteriores se aproximar bastante dos postulados da Revolução de 1930. Tal era o caso, por exemplo, do combate dado pelas folhas à concepção de que “questão social é um caso de polícia”, ou da defesa da necessidade de os governantes voltarem-se para as questões sociais, pois “neste campo tudo ainda está por fazer. Até hoje temos andado a remendar rasgões e a calafetar rombos. As grandes construções sociais de que se orgulham tantos povos, mesmo americanos, são entre nós miragens longínquas” (FN, 23/11/1926). Da mesma forma, a defesa do voto secreto foi uma constante na linha editorial de ambos os periódicos durante a década de 1920: em 1922 a *Folha da Noite* denunciava a fraude eleitoral e a posição assumida pelo Partido Republicano Paulista (PRP), afirmando que “as eleições são fraudulentas; daí a necessidade do voto secreto. O PRP é contra por considerar que o povo não está preparado para dar esse grande passo” (21/11/1922). Em, 1929, a *Folha da Manhã*, em artigo intitulado “A revolução pacífica” (5/1/1929), voltou à carga, fundando no princípio liberal a defesa de uma reforma eleitoral que contivesse o voto secreto e obrigatório.

Marcadamente antioligárquicas, opositoras do PRP — tido como expressão de um “regime político oligárquico e como princípio das minorias absolutas sem controle algum” (FM, 26/10/1926) —, encarando a eleição de Washington Luís como possibilidade de uma nova etapa, apoiando o Partido Democrático (PD) então emergente, a *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã* pouco se dedicavam aos assuntos da área econômica. Quando o faziam, porém, sendo politicamente liberais para a conjuntura da época, coerentemente defendiam uma política econômica liberal, posicionando-se, portanto, contra o intervencionismo do governo no sentido de preservar os interesses da oligarquia cafeeira, e combatendo o protecionismo alfandegário em defesa da indústria nacional. Tal fato, como apontam C. G. Mora e M. H. Capelato, freqüentemente dá margem à interpretação de que os jornais *Folha da Noite* e *Folha da Manhã* eram, à época, antiindustrialistas. Na realidade, porém, como jornais que se dirigiam às populações urbanas de média renda, o combate a toda e qualquer medida que encarecesse o produto para o consumidor médio era algo inevitável para a manutenção e ampliação de seu público leitor.

Em 1929 Pedro Cunha deixou a sociedade, numa época em que, por coincidência, a linha editorial sofreu uma mudança: a edição de 27 de março de 1929, por exemplo, afirmava que: “Sentimos que não é na mudança da forma de votação que se deve procurar remédio para os males do Brasil político. O mal maior está no indiferentismo, no desconhecimento dos deveres cívicos” (FM). O apoio ao PD era visto agora com desconfiança, como sinal de ingenuidade, e mais tarde a oposição seria identificada como “a esquerda que não correspondeu às esperanças que nela se depositaram, especialmente seu líder Assis Brasil” (FM, 19/3/1929).

No início de 1930 foi marcado, em termos de evolução da linha editorial das folhas, pela crítica aos jornais de oposição, pois o Brasil “reclama ordem, paz e harmonia para realizar novas conquistas” (FM, 1/1/1930). A ordem, agora, era condição de progresso; Getúlio Vargas no poder significaria a ruína da lavoura, e São Paulo era o exemplo a ser seguido: “Nós, São Paulo, onde se cultua a liberdade” (FM, 7/1/1930), pois o povo paulista é “ordeiro” e “disciplinado”, e Getúlio é “um convite à indisciplina” (FM, 1/3/1930).

Otaviano Alves de Lima e Nabantino Ramos

Em 1931 Otaviano Alves de Lima, filho de família tradicional, comprou a empresa. O novo grupo dirigente, do qual faziam parte Rubens do Amaral e Luís Amaral, imprimiu uma nova linha editorial, bem diversa da anterior. Os jornais voltaram sua atenção para o setor rural, procurando dirigir-se aos agricultores, chamados, os “lavradores de São Paulo”. Basta dizer que em várias de suas edições o anúncio de assinaturas era feito compreendendo a possibilidade de pagamento em espécie, isto é, em café.



No início da década de 1930, a revolução era ainda encarada como um momento favorável para a libertação dos lavradores da hegemonia perrepista, assumindo as folhas para si, já então um empreendimento estável e empresarialmente sólido, o papel de principal instrumento de viabilização do novo projeto. Nesse período, a *Folha da Noite* foi perdendo gradativamente sua importância, e desapareceu a proposta de se fazer um jornal popular; conseqüentemente, não só as referências ao operariado urbano e aos funcionários públicos praticamente desapareceram de suas páginas, como aumentou cada vez mais a importância da *Folha da Manhã*. Em termos de linha editorial, ambos os periódicos apresentavam-se como politicamente indefinidos, no sentido de não opor hostilidade a Vargas. Foi somente a partir de 1932 que começou a se definir uma posição claramente de oposição a Getúlio e à revolução, dada a ausência de programas do governo.

Assim, à medida que o movimento constitucionalista tomava corpo, as folhas foram-se definindo a seu favor, em oposição a Vargas. E um dos meios utilizados para tanto era lançar mão da tese, que aqui não importa se correta ou não, de que a Revolução de 1930 não representara uma ruptura com o passado (ao contrário do que afirmavam os revolucionários), haja vista a permanência do caos e o aumento da desordem, o que redundava em “sérios riscos para a sociedade”. Com a eleição da Constituinte, as folhas passaram, a partir de 1933, a acompanhar de perto os trabalhos de elaboração da nova Constituição, defendendo um aperfeiçoamento do texto de 1891, propondo porém a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, pois “o governo parlamentar, por excelência o das elites, o que melhor seleciona os valores humanos, é o que se aplica às tendências liberais do Brasil, coadunando-se com as nossas tradições. No retorno as suas práticas é que encontraremos deliciosos fatores de progresso social e político” (*FM*, 29/8/1933). O resultado final do trabalho da Constituinte, no entanto, não agradou às folhas, que criticaram sobretudo a excessiva centralização no plano econômico e o sindicato único, já que eram a favor do pluralismo sindical. Defendiam também a Lei de Segurança Nacional, garantia da ordem diante das “ameaças extremistas de direita ou de esquerda” (*FM*, 20/2/1935).

A linha antiindustrialista, agora sim, se definiu mais claramente, à medida que as folhas defendiam cada vez mais acirradamente a tese de que o desenvolvimento econômico do país residia nas atividades agroexportadoras (lavoura e comércio do café).

Quanto à queima do café, as folhas foram contra, pois o que havia, a seu ver, não era superprodução, e sim dificuldade na venda do produto, caro e de má qualidade, o que nos levava a uma situação “absurda: produzindo mais barato do que ninguém, vendendo mais caro do que todos, porque entre os centros de produção e consumo se planta o fisco a receber mais do que recebe o fazendeiro por saca de café... O problema do café é o protecionismo” (*FM*, 3/6/1937). Mas a posição contrária à diversificação da atividade econômica brasileira não se limitava à

oposição agricultura *versus* indústria, dizia respeito também à diversificação no interior do próprio setor agrícola. O grande pilar da economia brasileira era o café, e, portanto, este deveria ser o produto privilegiado por qualquer medida econômica.

Não obstante, segundo a linha editorial das folhas, as causas últimas dos males econômicos do país deveriam ser buscadas na política do Estado, intervencionista em detrimento da liberdade econômica e expressa sobretudo no protecionismo cambial. Mas, diante da ameaça da guerra, criou-se uma situação em que “reafirmamos nossa fidelidade em primeiro lugar à democracia. Em seguida, consolidamos os alicerces das culturas nacionais que somam a cultura continental. E, finalmente, organizemos racionalmente e eficientemente nossa economia, buscando a prosperidade não só, mas também a paz social” (*FM*, 27/9/1938).

Quanto ao vespertino *Folha da Noite*, ele continuava agressivo quando se tratava do interesse público. E uma de suas campanhas foi contra a proliferação das siderúrgicas, pois à fala de Vargas sobre a siderurgia nacional seguiu-se a criação em São Paulo de uma série de companhias siderúrgicas vendendo ações para pessoas de baixos recursos. E, segundo depoimento de Hermínio Sacchetta, que compôs o corpo de jornalistas e ocupou o cargo de secretário-geral das folhas durante o período de 1938 a 1945, “as folhas iniciaram o ataque, desmascarando diariamente esses grupos, alguns dos quais eram sem dúvida ligados a pessoas da alta administração estado-novista. Justiça seja feita, pouco tempo depois um decreto de Getúlio fechou todas as possibilidades a esses grupos” (*Folha de S. Paulo*, 10/1/1979).

A guerra representou a grande oportunidade para a América e para o Brasil, e sobretudo para São Paulo, pelo seu potencial e sua organização “agroindustrial” (*FM*, 27/1/1942). O empreendimento de Volta Redonda foi aplaudido, pois com ele “se encerra o ciclo amargo da lavoura itinerante” (*FM*, 5/9/1944).

Em 1945 o jornal cerrou fileiras com os defensores da consolidação da democracia no país, pois, diante do fim do Estado Novo no Brasil e da derrota do totalitarismo na Europa, a “humanidade inteira se enche de esperanças no advento de uma era melhor e mais bela de liberdade e civilização” (*FM*, 26/7/1945).

Também em 1945, no mês de março, juntamente com Alcides Ribeiro Meireles (diretor-presidente) e Clóvis Medeiros Queiroga (diretor comercial), José Nabantino Ramos assumiu a direção das três folhas: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Essa diretoria apresentava a seguinte composição: Meireles tinha suas raízes nos interesses agrários, Queiroga na indústria brasileira, ao passo que Nabantino Ramos era ligado ao governo Dutra através de seu ministro da Justiça. Tinha-se assim a condição ideal, dado o relativo equilíbrio de forças, para

imprimir ao jornal um caráter mais moderno, ao mesmo tempo que se procurava preservar uma relativa liberdade de pensamento. Assim é que a *Folha da Noite* assumiu uma linha editorial eminentemente agrarista até por volta de 1950. Durante esse período, aos sábados, era editada a *Folha Agropecuária*. Já a década de 1950 seria marcada, em termos de linha editorial, pela ênfase nos setores urbanos e industriais.

O propósito de lutar pela imparcialidade política — não confundi-la com neutralidade — era à época explícito, quando grande ênfase era dada ao “bem comum” como marco norteador necessário para as atividades editoriais. Nesse sentido defendia-se o sufrágio universal, em que pese o fato de que a “qualidade será substituída pela quantidade”, e que, “num país de massas incultas como o nosso, a tendência do grande eleitorado é votar no candidato do governo” (*FM*, 20/11/1945). Por essa época a liberdade de imprensa era também veementemente defendida, assim como eram defendidos os trabalhos da Constituinte e o direito de o Partido Comunista Brasileiro (PCB) concorrer às eleições. Em 1947, não obstante, a posição das folhas era outra: passaram a ser favoráveis à extinção do PCB e contrárias à permanência dos parlamentares comunistas no Congresso. E para tanto, a *Folha da Manhã* lançava mão do texto constitucional, que “proíbe a atividade de partidos antidemocráticos e, por extensão, a de seus membros e representantes, como é o caso dos parlamentares comunistas. Ora, é perfeitamente democrático que a vontade da maioria do povo brasileiro, assim expressa na Constituição, prevaleça sobre a vontade da maioria comunista e a impeça de interferir na política” (*FM*, 13/7/1947). Quanto aos outros partidos, eram criticados pela ausência de programas, assim como por seu número excessivo, fato que gerava desordem.

Não é, pois, surpreendente que nas eleições de 1950 as folhas acabassem por apoiar a candidatura do udenista Eduardo Gomes.

A partir de 1952, a oposição das folhas a Vargas tornou-se evidente, embora os jornais defendessem claramente a necessidade de se “adotar qualquer providência que seja capaz de estabelecer a confiança popular na ação governamental, a fim de que as multidões descontentes tenham ânimo de esperar mais uma vez” (*FM*, 9/8/1952). Isso explica por que, diante do suicídio de Vargas, as páginas das folhas condenaram veementemente aqueles que forçaram a renúncia do então presidente, ao mesmo tempo que reafirmavam a postura de que teria sido melhor aguardar o fim de seu mandato, uma vez que as forças armadas já haviam assegurado a ordem.

Para que a ordem fosse assegurada, mais do que nunca, segundo as folhas, ficou clara a necessidade de obstaculizar a reprodução do esquema populista, motivo pelo qual a linha editorial passou a ser de franca oposição à candidatura de Juscelino Kubitschek.

Favorável a participação dos operários nos lucros das empresas (com o que todos ganhariam, dado o maior cuidado e empenho na produção) e a necessidade de implementação de políticas sociais que gerariam um maior bem-estar social. As folhas eram, porém contrárias à interferência política no meio sindical, pois temiam a politização dos sindicatos no sentido de se transformarem em canais efetivos de mobilização da classe operária. E mais ainda com relação aos sindicatos do meio rural, uma vez que “o meio rural é fácil de ser trabalhado por esses elementos (agitadores profissionais), pois o nível cultural é baixo” (FM, 8/11/1956). Da mesma forma, eram também contrárias ao direito de greve, pois “o simples fato de haver greves é uma demonstração de impatriotismo por parte dos que a insuflam e a fazem” (FM, 3/9/1954).

Quanto ao modelo de desenvolvimento econômico, deveria ele ser associado ao capital estrangeiro e adotar a tecnologia mais avançada.

#### *A Folha de S. Paulo*

O início da década de 1960 assistiu a profundas mudanças nas folhas. Uma delas, de ordem mais formal, foi a mudança de nome para *Folha de S. Paulo*.

Amélia Cohn/Sedi Hiranocolaboração especial

Sérgio Montalvão (atualização)

FONTE: ABRAMO, C. *Império; Almanaque Abril* (1995); BARROS, A. *Ética; Exame Vip* (1996); *Folha de S. Paulo* (24, 25, 26 e 27/10/75, 1, 3, 4, 5 e 11/4/77, 16, 18, 23 e 24/3/79, 1/4/80, 1, 10, 17, 18, 19 e 23/4/84, 15, 16 e 17/1/85, 22, 26 e 27/4/85, 12, 13, 15, 17, 18 e 23/11/86, 23/8, 3, 4, 5 e 6/10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19/11/88, 6, 7, 21, 28 e 30/5, 11 e 15/6, 23/7, 20/8, 1, 8, 15 e 22/10, 14, 15, 16 e 17/11 e 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 20/12/89, 16, 17, 18, 23, 27 e 30/3/90, 28 e 30/6, 30/9, 2 e 3/10 e 16, 22, 29, 30 e 31/12/92, 21 e 22/4, 8, 17, 18, 19, 20, 22 e 24/10 e 2/11/93, 2, 3, 17, 19, 25 e 28/2, 1, 2 e 15/3, 1, 6, 10, 15 e 28/7, 3/8, 25/9 e 2 e 3/10/94, 2/1, 3, 8, 9, 10, 11 e 12/3, 4/5 e 2/7/95, 25/2 e 29/4/96); GOLDSTEIN, G. *Folhas*; HABERT, N. *Década; Imprensa* (9/87 e 4/91); LATTMAN-WELTMAN, F. *Imprensa*; MOTA, C. *História; SILVA, C. Mil dias; Veja* (20/8/86 e 20/5/87); *Portal M&M Online* (<http://www.mmonline.com.br>); acessado em 15/10/2009)



## FON FON

Revista ilustrada semanal fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro em 13 de abril de 1907, e extinta em agosto de 1958.

Jorge Schmidt, que também era editor-proprietário das revistas *Kosmos* e *Careta*, fundou a *Fon Fon* porque queria uma publicação mais ligeira e rentável que a *Kosmos*, periódico luxuoso e caro. De início, intelectuais como Gonzaga Duque, Lima Campos e Mário Pederneiras, identificados com o “clima simbolista”, deram direção à revista. Seus ilustradores eram os renomados Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos.

O nome do semanário – onopatopéia do som da buzina dos automóveis – foi criação do cartunista e poeta Emílio de Meneses. Quando fundada, a revista tinha como personagem principal um chofer chamado Fon Fon, o que reforçava a idéia de uma publicação fortemente identificada com os valores da modernidade. A presença marcante de fotografias, charges e caricaturas coloridas, e o recurso às técnicas de ilustração, litografia e xilogravura traduziam visualmente essa identificação. Em seu editorial de lançamento, *Fon Fon* apresentou-se como um semanário alegre, político, crítico e efusivo. Leve, desejava fazer rir e alegrar seus leitores com pilhérias finas e troças educadas.

O repertório temático de *Fon Fon* incluía os costumes e o cotidiano carioca; crítica de arte, teatral e cinematográfica; literatura, partituras, cinema, atualidades; sátira política, crônica social; jogos, charadas, curiosidades; concursos e colunismo social. Trazia flagrantes em fotos de nomes do *jet set* carioca, políticos, artistas e jornalistas brasileiros e internacionais. Oferecia aos seus leitores, ainda, as mais recentes novidades do estrangeiro sobre moda e comportamento.

Em 1915 a *Fon Fon* mudou de proprietário e direção. Sérgio Silva passou a editor-proprietário e assim se manteve até o último número. A Mário Pederneiras, que havia ficado sozinho na direção da revista, juntaram-se Álvaro Moreira (como diretor), Hermes Fontes, Olegário Mariano, Felipe d'Oliveira, Homero Prates, Rodrigo Otávio Filho, Ronald de Carvalho, Paulo Godói, Rui Pinheiro Guimarães e Ribeiro Couto. A revista contou também com a colaboração de Gustavo Barroso, Mario Sette, Oscar D'Alva, Mario Poppe e Bastos Portela. A ilustração passou às mãos de Correia Dias, com eventuais colaborações de outros artistas, como Di Cavalcanti e Fabian. Nesse período se observa na *Fon Fon* uma identificação com a atmosfera do movimento modernista, tendência que se acentuou na década de 1920.

Se até os anos de 1930 havia na revista um espaço significativo para sátira política e crônica social, a partir de então esse tom perdeu força, cedendo lugar à figura feminina e à divulgação de modelos de comportamento, beleza, elegância e luxo. Seções como

*Culinária de bom gosto, Conselhos às mães, Páginas do lar* e *Como ser bela* e moldes para roupas passaram a conviver com a literatura e as notícias do cotidiano, assim como a ilustração perdeu espaço para a fotografia. A partir da Era Vargas, portanto, houve um investimento da publicação em um temário relacionado à afirmação de papéis ideais para a mulher. Nota-se também a intensificação do uso de material (fotografias, textos informativos etc.) sobre a infância, sempre de conteúdo disciplinador.

Com a entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, boa parte dos textos passou a enfatizar o orgulho nacional, o espírito patriótico e guerreiro do brasileiro. Nesse período a tentativa de mudança no direcionamento de conteúdo fez com que *Fon Fon* se aproximasse do gênero do foto-jornalismo de atualidades.

O último número da *Fon Fon* foi publicado em agosto de 1958, pouco tempo depois da morte de Getúlio Vargas, que encerrou a viabilidade de um projeto nacional ao qual a revista esteve ligada, ainda que informalmente, como indicaram Gottardi e Naher.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: BASSANEZI, C. *Revendo*; BRITES, O. *Crianças*; *Fon Fon*; GOMES, A. *Essa*; GOTTARDI, A; NAHER, S. *Revista Fon-Fon*; LINS, V. *Poesia*; OLIVEIRA, C. *Vênus*; SILVA, M. *Caricata*; SODRÉ, N. *História*.

**FONSECA, Antônio Pinto da**

\* dep. fed. MG 1894-1896.

*Antônio Pinto da Fonseca* nasceu no município de Serro (MG) no dia 13 de agosto de 1859, filho de Antônio Pinto da Fonseca, capitão da Guarda Nacional, e de Maria Clara de Ávila Fonseca.

Formou-se na Faculdade de Medicina na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1884. Clinicou em Sant'Ana de Ferros, atual cidade de Ferros (MG), e deixou a medicina por ter sido eleito vereador, presidente da Câmara Municipal e foi também agente executivo municipal, cargo correspondente ao de prefeito da cidade, que assumiu em abril de 1891. Em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exercendo o seu mandato até dezembro de 1896, quando se encerrou a legislatura.

Em 1897 voltou a ser eleito vereador no município de Ferros. Foi reeleito e permaneceu na Câmara Municipal até 1912, quando se afastou da política e voltou a clinicar.

Faleceu em Ferros em agosto de 1929.

*Ioneide Piffano Brion de Souza*

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 4/5/2010; Ferros. Disponível em: <[http://www.ferros.cam.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=section&id=7&Itemid=55](http://www.ferros.cam.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=section&id=7&Itemid=55)>. Acesso em: 7/5/2010; Flogão. Disponível em: < <http://www.flogao.com.br/serromg/foto/109/106258133> >. Acesso em: 7/5/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 240); PREF. FERROS. Disponível em: < <http://www.pmferros.com.br> >. Acesso em: 7/5/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.



**FONSECA, Bento Borges da**

\*dep. fed. PE 1912-1914.

*Bento Borges da Fonseca* nasceu em Pernambuco.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais. Depois de formado, dedicou-se a atividades industriais e passou a morar na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em 1910 apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República e no ano seguinte, a de Dantas Barreto ao governo pernambucano. Por essa articulação política, foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1912. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em maio desse ano, nela permaneceu até dezembro de 1914, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

**FONSECA, Clodoaldo da**

\*militar; gov. AL 1912-1915; rev. 1922.

*Clodoaldo da Fonseca* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 12 de março de 1860, filho de Pedro Paulino da Fonseca e de Francisca Catarina Francioni. Seu pai foi governador de Alagoas de 1889 a 1890, constituinte de 1891 e senador por Alagoas de 1891 a 1893. Seu tio Manuel Deodoro da Fonseca, marechal do Exército, proclamou a República no dia 15 de novembro de 1889 e foi o primeiro presidente do país sob o novo regime, até 23 de novembro de 1891. Dois outros tios também se destacaram nos cenários político e militar nacionais: o marechal Hermes Ernesto da Fonseca foi presidente da província de Mato Grosso de 1875 a 1878 e governador da Bahia em 1890, e o general João Severiano da Fonseca, médico, considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército, foi constituinte de 1891. Seu primo Hermes Rodrigues da Fonseca, filho de Hermes Ernesto, foi ministro da Guerra de 1906 a 1909 e presidente da República de 1910 a 1914.

Como vários membros de sua família, seguiu a carreira militar. Tinha a patente de capitão quando, em 20 de fevereiro de 1892, após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência, e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto, foi preso junto com o primo Hermes da Fonseca por manifestar-se contra a deposição do governador do Amazonas, no curso das represálias de Floriano contra as forças políticas ligadas a Deodoro. Em 1908 esteve na Alemanha como membro da comitiva de Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra, para assistir às grandes manobras do Exército germânico.

Eleito governador de Alagoas em 12 de março de 1912 na sucessão de Euclides Malta – que então passou o governo ao presidente do Congresso Estadual Macário das Chagas Rocha Lessa –, tomou posse no dia 12 de junho do mesmo ano. Em seu governo foi criada mais uma secretaria de estado, a de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi instalada em Maceió uma filial do The London and River Plate Bank Ltd, e foi reorganizada a Instrução Pública, entre outros aspectos com a criação de uma Escola Normal integrada a escolas modelo. Foi assinado um contrato para a “construção e tráfego” de uma estrada de

automóveis entre Maceió e Penedo, e iniciada a substituição do serviço de tração animal, da Companhia de Trilhos Urbanos, pelo de tração elétrica. Sua gestão se encerrou em 12 de junho de 1915, quando tomou posse o sucessor João Batista Acióli Júnior.

Como general de brigada, comandou em 1921 a Região Militar do estado do Pará. Comandava em 1922 a 1ª Circunscrição Militar em Mato Grosso, quando liderou um levante em solidariedade à revolta deflagrada em 5 de julho daquele ano em três pontos do Rio de Janeiro, então Distrito Federal: na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana. O movimento foi um protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março anterior, contra punições de militares – entre os quais o marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar – e contra o fechamento do clube, e constituiu a primeira manifestação do tenentismo.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 24 de março de 1936.

Além das mensagens dirigidas ao Congresso de Alagoas enquanto governador do estado, publicou *Subsídios para um julgamento. No cumprimento de um dever cívico* (1922).

*Reynaldo de Barros*

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); FONSECA, C. *Mensagem* (17/6/1912, 15/4/1913, 15/4/1915).

## **FONSECA, DELSO MENDES DA**

\*militar; rev. 1922; rev. 1930.

*Delso Mendes da Fonseca* nasceu em Florianópolis (PI) no dia 22 de novembro de 1899. Sentou praça em fevereiro de 1917 e, em dezembro de 1919, tornou-se aspirante a oficial de artilharia. Em 1920, promovido a segundo-tenente, foi servir no forte de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em maio de 1921 passou a primeiro-tenente.

### **O REVOLUCIONÁRIO**

Em 5 de julho de 1922, participou do levante ocorrido no forte onde servia. Os rebeldes opunham-se à posse de Artur Bernardes, candidato oficial eleito para substituir Epitácio Pessoa na presidência da República. Contando com o apoio da Escola Militar e da Vila Militar, pretendiam marchar sobre o palácio do Catete, sede da presidência. O movimento foi, contudo, dominado pelas forças legalistas.

Segundo depoimento que prestou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, Delso Mendes da Fonseca foi um dos articuladores da revolta, ao lado de Antônio de Siqueira Campos, Tales de Azevedo Vilas Boas, Eduardo Gomes e Silvino Elvídio Bezerra Cavalcanti, entre outros. Com esse grupo elaborou, ao longo de alguns meses, uma nova tabela de tiro que permitiu disparar com os canhões, preparados apenas para alvos no mar, sobre pontos estratégicos da cidade. Na reunião conspiratória do dia 4 de julho, véspera do movimento revolucionário, assumiu, perante um grupo de oficiais revoltosos, a responsabilidade de dar o primeiro tiro como sinal do levante. No dia 5 de julho cumpriu sua promessa, anunciando o início da revolta com um disparo em direção à ilha de Cotunduba, feito da torre do canhão de 150mm. Atirou depois sobre alguns pontos da praia. Tendo ido repousar, seus companheiros tentaram sem sucesso atingir o Ministério da Guerra. Resolveram então acordá-lo. Baseado nos dados obtidos com o insucesso do tiro anterior, ainda no comando da torre do canhão de 150mm, acertou quatro projéteis na área interna da sede do ministério, fazendo com que seu titular, o ministro João Pandiá Calógeras, se transferisse para o Corpo de Bombeiros.

A narrativa de Delso da Fonseca diverge em alguns aspectos da versão de historiadores que se ocuparam do assunto. Segundo Hélió Silva e Glauco Carneiro, o primeiro disparo do levante do forte partiu do canhão de 190mm, e não do de 150mm. Hélió Silva confirma ter sido Delso o responsável pelo primeiro tiro, mas não lhe atribui a autoria dos que atingiram o Ministério da Guerra. De acordo com ele, tais disparos foram dirigidos pelo capitão Euclides Hermes da Fonseca, que substituíra Delso no comando da torre do canhão de 190mm.

Depois dos disparos, Delso Mendes da Fonseca deixou o forte em companhia de seu subcomandante, tenente Tales Vilas Boas, para tentar atrair ou combater elementos da cavalaria que teriam sido vistos na região do Leblon. Quando voltou, os rebeldes já haviam partido para o confronto com as forças legalistas. Não pôde, portanto, participar da famosa marcha dos 18 do Forte pela praia de Copacabana. Cinco dias depois, entregou-se e foi preso.

Em 1924 estava preso na ilha Grande e não tomou parte no chamado segundo 5 de julho. Mais tarde fugiu da prisão com outros oficiais e, em 2 de maio de 1925, foi um dos que tentaram tomar o quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. O ataque visava a conquistar o apoio dos duzentos soldados do quartel para marcharem juntos sobre o palácio do Catete, mas o golpe fracassou no primeiro momento. Depois de uma rápida troca de tiros, em que morreu o tenente Luís Venâncio Jansen de Melo, os rebeldes debandaram.

Pouco tempo depois, ainda em 1925, participou da Coluna Leonel Rocha, no interior do Paraná e de Santa Catarina, e foi preso em plena ação. Entre 1926 e 1927, refugiou-se por três vezes na casa de saúde de Pedro Ernesto Batista, seu amigo particular e simpatizante dos jovens oficiais revolucionários da década de 1920, os “tenentes”. Em seguida esteve conspirando no Nordeste e em 1928 chegou ao Rio de Janeiro. No mesmo ano foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão por haver participado da Revolta de 1922.

Na fase de preparação da Revolução de 1930, em meados desse ano seguiu para Minas Gerais, ao lado de Pedro Ernesto e Osvaldo Cordeiro de Farias, entre outros, para participar do movimento. Como a deflagração foi adiada, retornou ao Rio de Janeiro a fim de apresentar-se ao quartel-general, já que estava respondendo a processo. Entretanto, quando a revolução eclodiu, no dia 3 de outubro, já estava de volta a Minas.

A primeira determinação do comando da ação militar em Minas Gerais, sob a chefia do coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, foi a de cercar, em Belo Horizonte, o 12º Regimento de Infantaria, comandado pelo tenente-coronel José Joaquim de Andrade. Este, no momento do ataque ao quartel, estava em sua casa e reagiu a tiros quando o foram prender. O tenente Delso, ao lado do coronel Aristarco, mas sem qualquer outro auxílio militar, dirigiu-se então à residência do tenente-coronel Andrade e o convenceu a entregar-se.

Após a rendição do 12º RI, ocorrida depois de alguns dias de combate, o comando da tropa permaneceu nas mãos do coronel Aristarco, e a chefia do estado-maior foi assumida por Delso Mendes da Fonseca. Os revolucionários enfrentaram a reação dos quartéis de Ouro Preto, Três Corações e Juiz de Fora. Em seguida, em São João del Rei, tiveram que improvisar, segundo a narrativa do próprio Delso, um “golpe de mão”, que consistiu em penetrar pela janela do quartel onde os legalistas mais resistiam. Esse combate durou dois dias.

#### NO PÓS-1930

Vitoriosa a revolução, Delso da Fonseca voltou para o Rio de Janeiro, foi promovido a capitão em 15 de novembro e passou a assessorar Juarez Távora, chefe da Delegacia do Norte, órgão coordenador da política revolucionária nas regiões Norte e Nordeste. Nessa época, ingressou no Clube 3 de Outubro, associação tenentista que defendia o aprofundamento das reformas introduzidas no país pela Revolução de 1930. Quando, por motivo de doença, Juarez teve que se ausentar da Delegacia do Norte, coube-lhe a responsabilidade de indicar os interventores em Alagoas, Maranhão e Piauí. Os escolhidos foram os tenentes Tasso de Oliveira Tinoco, Lourival Seroa da Mota e Landri Sales Gonçalves.

Delso da Fonseca recusou os convites de Getúlio Vargas para assumir o governo de seu estado natal. Em 1931, porém, por ordem de Vargas, voltou ao Piauí para resolver conflitos políticos locais. Nesse estado combateu, nos dias 3 e 4 de junho de 1931, um levante armado, cujos integrantes chegaram a tomar a sede da polícia, o telégrafo, a delegacia fiscal, o Tesouro, um escritório de navegação, o centro de comunicações e o palácio do governo. Para auxiliar as forças legalistas, integradas por grande quantidade de civis,

seguiram para o Piauí dois batalhões, um de Fortaleza e outro de São Luís. Dominada a revolta, permaneceu em Delso da Fonseca a impressão, externada em sua entrevista, de que aquele teria sido “o primeiro levante comunista do Brasil”. A mesma afirmação foi feita por Juarez Távora em suas memórias. No entanto, o inquérito instaurado na época não chegou a determinar qualquer ligação do movimento com os comunistas.

Entre 1931 e 1934, foi secretário de Obras do Distrito Federal, no governo de Pedro Ernesto. Em 1932, quando eclodiu a Revolução Constitucionalista, interrompeu sua gestão e dirigiu-se para Belo Horizonte. Na capital mineira incorporou-se ao destacamento legalista comandado pelo coronel Cristóvão Barcelos e passou 90 dias em combate. Inicialmente, lutou no destacamento do setor do Túnel da Mantiqueira, na divisa entre Minas Gerais e São Paulo. Quando a resistência dos constitucionalistas foi vencida, recebeu o comando do destacamento e seguiu para São Paulo, com o objetivo de atacar Campinas.

Sua administração na Secretaria de Obras do Distrito Federal caracterizou-se pela supressão da prática de concorrência pública para a feitura dos trabalhos programados. A própria secretaria passou a executar suas obras, através de um corpo técnico então constituído. Pela primeira vez na história desse órgão, abriu-se concurso público para engenheiros. Foi também criada uma divisão de geologia. Ainda durante sua administração, em 1933, a Secretaria de Obras abriu concorrência, com publicidade no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, para a execução do projeto do metrô do Rio de Janeiro, elaborado por sua comissão técnica. O próprio Delso da Fonseca explicou o fato de não ter havido licitantes: “A Light na época dominava o tráfego do Rio, não tinha interesse... Eu sabia que eles faziam um trabalho contra a apresentação de outros licitantes.”

Em novembro de 1935, participou acidentalmente do combate à Revolta Comunista que, no Rio, conflagrou o 3º Regimento de Infantaria. Passando pelo local do tiroteio, na Praia Vermelha, sugeriu a Newton Estillac Leal que tentasse incendiar o quartel com obuses *shrapnel* (lanterneta), em vez de continuar usando canhões, como vinha fazendo.

Em 1936, seguiu para Paris como chefe da missão militar brasileira na França. Em 1937 foi promovido a major, em 1941 a tenente-coronel, e em 1944 a coronel. Em meados de 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, retornou da Europa. Promovido a general de brigada em 1952, assinou em 1954 o manifesto dos generais pela deposição de Vargas.

Além de ter cursado a Escola Militar, Delso Mendes da Fonseca formou-se em engenharia

industrial e de armamento pela Escola Técnica do Exército, e em engenharia geográfica e civil pela antiga Escola Politécnica do Distrito Federal. Fez, ainda, o curso da Escola Superior de Guerra (ESG).

Ao longo de sua vida, além dos cargos já mencionados, foi diretor-geral de engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, membro da Comissão Militar em Essen, Alemanha, membro da missão de oficiais técnicos estagiários na indústria norte-americana, diretor técnico da Fábrica de Realengo, chefe de fabricação do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, membro da Comissão Central de Defesa da Costa, membro da Comissão de Experiências de Metralhadoras Antiaéreas e chefe da Divisão de Assuntos Nacionais da ESG.

Faleceu em Teresina no dia 5 de janeiro de 1984.

Era casado com Beatriz Cavalcanti da Fonseca, irmã de Temístocles Brandão Cavalcanti, consultor-geral da República (1945-1946 e 1955), procurador-geral da República (1946-1947) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1967-1969).

*Amélia Coutinho*

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. OSVALDO ARANHA; ENTREV. BIOG.; *Jornal do Brasil* (10/1/1984); SILVA, H. 1922.



## **FONSECA, Deodoro da**

\* militar; pres. RS 1886; pres. Rep. 1889-1891.

*Manuel Deodoro da Fonseca* nasceu em 5 de agosto de 1827 na cidade de Alagoas, então capital da província do mesmo nome, filho de Manuel Mendes da Fonseca Galvão e de Rosa Maria Paulina da Fonseca. Seu pai era militar, tendo começado a carreira como anseçada. Ligado ao Partido Conservador, foi também vereador em Alagoas, juiz de paz e chefe de polícia. Em 1839 liderou um motim, rapidamente derrotado, contra a transferência de órgãos do governo imperial de sua cidade para Maceió, em função da qual a capital da província foi transferida para esta cidade. Preso, e logo solto, mudou-se em abril de 1842 para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde já se encontravam seus dois filhos mais velhos, Hermes Ernesto e João Severiano, que se iniciavam na carreira militar. Em agosto ainda de 1842, passaria à reserva com a patente de tenente-coronel.

Dos irmãos de Deodoro, Hermes Ernesto foi presidente da província de Mato Grosso de 1875 a 1878 e governador da Bahia em 1890, João Severiano, médico, considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército, foi constituinte de 1891, e Pedro Paulino foi governador de Alagoas de 1889 a 1890, constituinte de 1891 e senador por Alagoas de 1891 a 1893.

Deodoro matriculou-se em 6 de março de 1843 na Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 25 de fevereiro de 1845 assentou praça como voluntário no 4º Batalhão de Artilharia a Pé, na Corte, e em 18 de abril foi reconhecido como cadete de primeira classe, em virtude da sua condição de filho de oficial superior, como rezava a tradição militar. Após ficar adido a três diferentes unidades, concluiu em 1847 o curso de artilharia, voltando a servir no 4º Batalhão de Artilharia a Pé. Em dezembro do ano seguinte foi designado para servir na província de Pernambuco, onde participou da repressão à Revolta Praieira, como ficou conhecido o movimento promovido por liberais contra a orientação conservadora do Império. Promovido a segundo-tenente em 14 de março de 1849, participou de três combates contra os insurretos, afinal derrotados em 1850.

Em seguida, foi designado para servir na província da Bahia e na Corte. De volta a Recife, foi promovido a primeiro-tenente em 30 de abril de 1852. Nos dois anos seguintes, teve problemas disciplinares que lhe custaram alguns dias de prisão e a transferência para o 9º Batalhão de Infantaria e, em seguida, para o 1º Batalhão de Artilharia a Pé, no Rio de Janeiro, onde serviu na Fortaleza de Santa Cruz. Transferido em 24 de abril de 1855 para o Batalhão de Engenheiros, foi promovido a capitão em 2 de dezembro de 1856. Foi então novamente alocado no 4º Batalhão de Artilharia a Pé, e em seguida retornou a Recife.

Transferido em 1860 para Mato Grosso, com a missão de atuar como ajudante de ordens do presidente da província, tenente-coronel Antônio Pedro de Alencastro, em 16 de abril desse

ano desposou Mariana Cecília de Sousa Meireles , com quem não teria filhos. Em 1862 voltou a servir no Rio de Janeiro. Depois de passar os primeiros meses do ano seguinte em licença médica, retornou ao serviço como instrutor dos guardas nacionais na Fortaleza de Santa Cruz.

#### DA GUERRA DO PARAGUAI À PRESIDÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Em dezembro de 1864, Deodoro foi designado para um dos batalhões da Brigada Expedicionária enviada à região do rio da Prata para reforçar as tropas que havia dois meses participavam de conflitos ligados aos interesses econômicos de brasileiros no Uruguai, onde se desenrolava uma guerra civil. Tendo chegado em 3 de janeiro de 1865 à localidade uruguaia de Fray Bento, seguiu para Santa Luzia, onde se integrou à 2ª Brigada do Exército em operações. Participou do cerco de Montevidéu, afinal submetida em 20 de fevereiro.

Quatro dias depois uniu-se à 1ª Divisão do Exército, incorporando-se às forças mobilizadas contra tropas do Paraguai, cujo presidente, Francisco Solano Lopez, vinha hostilizando o Brasil desde novembro do ano anterior, sob o argumento de que um acordo firmado entre seu país e o Uruguai previa o auxílio mútuo em caso de agressão estrangeira. A decisão de invadir a Argentina, que lhe recusou autorização para cruzar seu território rumo ao Brasil, e a falência da sua política de alianças no Uruguai custaram a Lopez a oposição coordenada desses três países, que, em 1º de maio de 1865, firmaram um acordo secreto. O chamado Tratado da Tríplice Aliança objetivava derrubar o líder paraguaio do governo, redefinir as fronteiras no sul do continente e liberar a navegação dos rios Paraná e Paraguai, da qual dependia o acesso à província de Mato Grosso.

Entre maio e julho de 1865, Deodoro deslocou-se no sentido da Argentina, chegando à província de Entre-Rios. Ali permaneceu até abril do ano seguinte, quando, depois de vitórias no Rio Grande do Sul e em operações navais, o comando das tropas brasileiras ordenou a invasão do território paraguaio. Integrado ao 2º Corpo de Voluntários da Pátria como major comissionado por atos de bravura durante as batalhas travadas em Estero Bellaco e Tuiuti, ambas vencidas pelos aliados, foi efetivado no posto em setembro de 1866. Foi então transferido para o 24º Batalhão de Voluntários da Pátria e participou das operações vitoriosas em Potrero Obella e Taji, que lhe valeram a promoção a tenente-coronel em 18 de janeiro de 1868, novamente por atos de bravura, e a nomeação para o comando do 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Nessa condição, tomou parte no demorado cerco da fortaleza de Humaitá, que só em julho seria tomada aos paraguaios. Assumindo em abril o comando do 24º Corpo de Voluntários da Pátria, atuou nos combates vitoriosos travados em outubro em torno da fortaleza de Angostura e, em dezembro, na passagem do

arroio Itororó, quando foi ferido.

As sucessivas derrotas para os aliados conduziram Lopez a se refugiar em áreas montanhosas do Paraguai, levando o comandante em chefe das forças brasileira, marquês de Caxias, a considerar terminada a guerra em janeiro de 1869. Deodoro foi promovido a coronel em 20 de fevereiro, novamente por atos de bravura. No mês seguinte, o conde D'Eu, genro do imperador dom Pedro II, assumiu o comando das forças brasileiras encarregadas das operações que os aliados entendiam ainda necessárias para a captura do líder paraguaio. Em maio, Deodoro comandou uma coluna em operações de reconhecimento de posições inimigas em Piraju e, em agosto, uma brigada no ataque a Peribeubí, onde Solano Lopez instalara uma capital provisória. Com a morte de Lopez em 1º de março de 1870, a guerra terminou de fato.

À frente do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, Deodoro deixou Humaitá em 14 de julho e chegou ao Rio de Janeiro um mês depois. Em setembro foi transferido para a artilharia montada, permanecendo na Corte. No ano seguinte passou a servir em Porto Alegre, onde foi envolvido numa crítica que um jornalista republicano fez ao presidente da província por tê-lo posto para comandar uma parada militar em homenagem ao aniversário da Constituição imperial. Retornando ao Rio de Janeiro, assumiu o comando do 1º Regimento de Artilharia Montada, que exerceria até 1874. Em outubro desse ano foi promovido a brigadeiro. Exercia a função de inspetor na Bahia quando foi nomeado, em junho de 1879, comandante interino das armas da província, a mais alta autoridade militar, subordinada ao presidente provincial. Em seguida, fiscalizou tropas e quartéis no Rio Grande do Sul e em Pernambuco e, em 1880, o Laboratório Pirotécnico de Campinho, na Corte.

Ainda em 1879, uma tentativa de cortes nos orçamentos da Armada e do Exército, feita pela Câmara dos Deputados, açulou os ânimos de oficiais das duas forças. A mobilização militar resultou em algumas punições, mas conseguiu que a proposta parlamentar fosse abandonada, embora já aprovada em segunda discussão. Em 1881, a defesa de interesses corporativos levou os militares a tentar, na primeira experiência de eleições diretas no país, o envio de um representante ao Congresso. Os dois candidatos apresentados no Rio de Janeiro – um deles, o tenente-coronel Alfredo de Sena Madureira – foram derrotados, mas a campanha revelou forte hostilidade de setores militares aos políticos imperiais. Os problemas pelos quais estes eram responsabilizados diziam respeito, principalmente, ao pagamento incerto de pensões a órfãos, viúvas e inválidos e, até mesmo, dos soldos; ao baixo valor dos soldos; à lentidão nas promoções; à inexistência de uma lei de aposentadoria compulsória que permitisse a abertura de vagas para oficiais jovens; ao descumprimento da promessa imperial de dar prioridade aos veteranos da Guerra do Paraguai no preenchimento de vagas no serviço civil, e às más condições de trabalho. Ao

mesmo tempo, setores do Exército formulavam críticas ao próprio regime político vigente. Jornais publicados por oficiais exigiam a abolição da escravidão, uma política imigratória, a construção de ferrovias e o protecionismo industrial. O mais poderoso fator de politização dos militares eram as divergências em torno da escravidão e da disciplina, que se tornavam faces de uma mesma moeda, já que a ampla simpatia de oficiais, inclusive de alta patente, pelo abolicionismo ia de encontro à orientação política das autoridades militares do Império escravocrata.

Em 1882, Deodoro tornou-se membro da Comissão de Promoções do Exército. Em março do ano seguinte, foi novamente nomeado comandante das armas de uma província, agora a do Rio Grande do Sul. Permaneceu no posto por apenas dois meses, retornando ao Rio de Janeiro para proceder a inspeções no Depósito de Aprendizes Marinheiros, da Fortaleza de Santa Cruz, e depois nas guarnições militares de Santa Catarina, São Paulo e Paraná.

Em meados de 1883, foi apresentado no Senado projeto de lei que criava um montepio compulsório para os funcionários civis e militares, alterava as condições de reforma nas duas armas e tornava os empregados públicos passíveis de demissão a bem do serviço público. Houve nova mobilização militar, envolvendo oficiais, professores e alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro. O projeto, contudo, era inconstitucional, pois os funcionários públicos militares só podiam perder suas patentes por sentença proferida em juízo especial, e não vingou no Senado, o que propiciou o fim do conflito. Ainda em 1883 revigorou-se a tensão entre militares e autoridades civis, quando, em outubro, soldados da guarnição da Corte assassinaram o jornalista Apulcro de Castro, por considerarem que seu jornal – *O Corsário* – os estava difamando sistematicamente. A visita que, poucos dias depois do episódio, o imperador fez à unidade militar onde serviam os assassinos foi interpretada, por uns, como o reconhecimento da dignidade militar e, por outros, como a humilhação da Coroa perante a rebelião vitoriosa.

Em abril de 1884, a Escola de Tiro de Campo Grande, comandada pelo agora coronel Sena Madureira, recebeu com festas o jangadeiro Francisco do Nascimento, que se destacara na luta contra a escravidão no Ceará, abolida no mês anterior. Interpelado pelo ajudante-general do Exército, maior autoridade depois do ministro da Guerra, Sena Madureira recusou-se a dar-lhe informações sobre o episódio, alegando que só devia satisfações ao conde d'Eu, comandante-geral da artilharia, à qual a escola era subordinada. Demitido do comando e repreendido em ordem do dia, Madureira foi transferido para o Rio Grande do Sul. O caso despertou polêmica nos jornais, e, no Senado, o visconde de Pelotas, também militar, assumiu a defesa do oficial. A agitação envolveu a Escola Militar do Rio de

Janeiro, onde o abolicionismo, em especial, e o republicanismo empolgavam um número crescente de alunos.

De volta à Comissão de Promoções do Exército desde janeiro de 1884, Deodoro foi promovido a marechal de campo em agosto, e no mês seguinte foi escolhido para integrar a comissão encarregada de elaborar um projeto de regulamento para o serviço das tropas em campanha, que deveria inspirar-se nas disposições vigentes a esse respeito na França e na Alemanha. Em 1885 assumiu, por nomeação datada de maio, o posto de quartel-mestre general do Exército. Em dezembro, foi mais uma vez nomeado comandante das armas da província do Rio Grande do Sul. Em seguida, foi nomeado primeiro vice-presidente da província, passando a acumular os dois postos. Tal nomeação resultou de sugestão do barão de Lucena, então presidente da província, ao barão de Cotegipe, então presidente do Conselho de Ministros e líder do Partido Conservador. Deodoro e a esposa batizaram um filho de Lucena – eram, portanto, compadres. Com a partida de Lucena para a Corte, em maio de 1886, para assumir uma cadeira na Assembleia Geral, Deodoro tornou-se presidente em exercício do Rio Grande do Sul, sempre acumulando a função com as de quartel-mestre general e de comandante das armas da província.

#### AS QUESTÕES MILITARES

Por essa época, um novo problema veio acirrar os ânimos dos militares contra as autoridades civis. Em junho de 1886, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos publicou na imprensa um artigo em que se defendia de violentas restrições, inclusive à sua dignidade pessoal, que um deputado piauiense lhe fizera na Câmara. O ministro da Guerra, Alfredo Chaves, o advertiu de que, por força de um aviso de 1859, não podia discutir assuntos políticos ou militares através da imprensa. O oficial pronunciou-se contra essa interpretação do aviso e foi punido com censura e prisão disciplinar por dois dias. Em agosto, o visconde de Pelotas, filiado ao Partido Liberal e igualmente militar, saiu em sua defesa no Senado, considerando a atitude do ministro uma ofensa a todos os oficiais do Exército, o que conferiu ao problema dimensões de questão nacional.

Nesse ínterim, Deodoro foi acusado, em denúncia apresentada ao Superior Tribunal de Justiça pelo deputado provincial gaúcho e ex-ministro da Guerra Antônio Eleutério de Camargo, de prevaricação, por desviar dinheiro público em favor de um protegido, processo em que seria absolvido.

Logo em seguida ao pronunciamento do visconde de Pelotas, o coronel Sena Madureira, agora comandante da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (RS), publicou no jornal republicano *A Federação*, de Porto Alegre, um artigo em que relacionava o caso Cunha Matos com a situação que acontecera com ele próprio em 1884. Sua tese era que ambos

havia sido punidos com base em avisos ministeriais que iam contra o direito de livre manifestação do pensamento, garantido pela Constituição a todos os brasileiros. O ministro da Guerra quis saber se Deodoro, superior de Sena Madureira, lhe dera autorização para publicar o artigo. Em 3 de setembro Deodoro respondeu que não, mas que enviaria a Alfredo Chaves um ofício sobre a questão. Antes que lhe chegasse o ofício, no qual Sena Madureira era defendido, o ministro determinou a Deodoro que informasse a Sena Madureira que este havia sofrido pena de repreensão em ordem do dia. A instrução não foi cumprida. Punido assim mesmo, o oficial manifestou seu inconformismo com a pena, expresso no “Protesto” que publicou no mesmo jornal, e foi exonerado do comando que exercia.

As punições sofridas por Sena Madureira mobilizaram a oficialidade da guarnição de Porto Alegre, que recebeu o apoio de várias outras, sediadas em diversos pontos da província, e do visconde de Pelotas, que voltou a discursar no Senado contra o ministro da Guerra. O conflito aproximava Pelotas, liberal, e Deodoro, ligado aos conservadores. A *Federação* apoiava os oficiais, inclusive Deodoro, tentando capitalizar politicamente o conflito entre eles e o governo de Cotegipe. Autorizados por Deodoro, os oficiais realizaram em 30 de setembro uma reunião para anunciar que aderiam à tese da inconstitucionalidade dos avisos ministeriais que vinham sendo usados como base para as sanções.

Na Corte, expressivos setores da jovem oficialidade, em especial a acadêmica, se mostravam sensíveis à mobilização dos oficiais no Sul. Crescia entre eles a liderança do major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática na Escola Militar. Em 10 de outubro vários alunos promoveram uma reunião na Sociedade Francesa de Ginástica para discutir a questão. Benjamin Constant dirigiu inicialmente os trabalhos e apresentou uma moção em que os oficiais do Exército e da Armada presentes deixavam claro que a luta dos colegas do Rio Grande do Sul visava à defesa de seus direitos constitucionais. A moção, aprovada quase unanimemente por uma plateia constituída por maioria esmagadora de estudantes militares, desencadeou uma onda de manifestações de solidariedade de guarnições de vários pontos do país, bem como a reação do governo, que determinou a prisão de Sena Madureira. No dia 18, contudo, o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ), órgão máximo da Justiça Militar, reconheceu que os oficiais tinham o direito de discutir qualquer assunto que não se referisse a matéria de serviço, interpretação reforçada alguns dias mais tarde pelo imperador ao anunciar que os militares podiam manifestar-se sem restrições pela imprensa. Dois dias depois, Deodoro e o visconde de Pelotas encabeçaram uma nota, publicada n’*A Federação*, em que a oficialidade do Rio Grande do Sul reafirmava não estar em discussão a disciplina militar, mas o respeito aos seus direitos e ao brio da corporação.

Em 3 de novembro de 1886, o governo reconheceu, com base em parecer do CSMJ, que os avisos em que se baseara para punir Cunha Matos e Sena Madureira eram inconstitucionais e informou que suspenderia as notas de repreensão se os oficiais atingidos requeressem a medida. No dia 15, Sena Madureira publicou um memorial em que pedia a convocação de um Conselho de Guerra – primeira instância da Justiça Militar – para provar que fora punido injustamente. A recusa do governo em convocar o conselho e a intransigência de Sena Madureira e Cunha Matos, que não aceitavam fazer o requerimento, ensejaram a radicalização do engajamento de oficiais, inclusive Deodoro e Benjamin Constant, na Questão Militar, como o conflito começou a ser chamado.

A reivindicação, pelos militares, de direitos políticos análogos aos exercidos pelos cidadãos civis implicava a contestação dos padrões disciplinares e hierárquicos que presidiam as relações entre os militares. Tal padrão baseava-se na ideia da “obediência passiva e inconsciente”, e os sucessivos conflitos entre oficiais e autoridades militares, que o vinham erodindo desde a década anterior, abriam caminho para a inserção de novos grupos das forças armadas na vida política nacional. Desde 1871, discutia-se na imprensa republicana o papel do Exército no desenvolvimento nacional. Uma das ideias então elaboradas referia-se à possibilidade de uma nova forma de governo propiciar o surgimento de uma classe de “soldados-cidadãos”, que substituiria os “cidadãos servis” que compunham o Exército permanente. A corrente de opinião que, a partir dessa perspectiva, se desenvolveu entre os republicanos – que no ano anterior haviam fundado o seu partido em âmbito nacional – evoluiu no sentido da formulação de uma estratégia de aliança com os militares na luta contra a Monarquia. A radicalização dessa tendência foi significativamente alimentada na década de 1880 por alguns órgãos da imprensa republicana – em especial, *O País*, de Quintino Bocaiúva, *A Federação*, do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, e *O Diário de Notícias*, onde se destacava Rui Barbosa, que, embora monarquista, se aproximava das teses republicanas ao defender a adoção do federalismo. Esses jornais intervinham de maneira sistemática nas crises militares, procurando politizá-las ao bater na tecla de que os militares tinham o direito de questionar as normas disciplinares sempre que aplicadas contra a sua consciência.

Em consequência de suas atitudes em Porto Alegre, Deodoro passou a sofrer fortes críticas do Partido Liberal gaúcho, em especial do senador Gaspar Silveira Martins, o que lhe valeu manifestações de solidariedade por parte de oficiais da guarnição local. Depois de tensa troca de cartas com o barão de Cotegipe, em 22 de dezembro de 1886 foi demitido dos cargos que ocupava no Rio Grande do Sul. Rompia-se, assim, mais do que uma relação política. Era voz corrente, na época, que Cotegipe pretendia que Deodoro ocupasse o lugar simbólico do grande chefe militar conservador deixado vago pelo duque de Caxias, falecido

em 1880. Ainda na capital gaúcha, em janeiro de 1887, Deodoro foi um dos oradores em homenagem prestada a Sena Madureira – afastado do comando da Escola de Tiro de Rio Pardo –, com quem, dois dias depois, viajou para o Rio de Janeiro.

A chegada de Deodoro à Corte, em 26 de janeiro de 1887, teve importante sentido político. Alunos da Escola Militar, dirigida por seu irmão marechal Severiano da Fonseca, compareceram em grande número ao cais para prestigiá-lo, contrariando ordens do ministro da Guerra. O ato, que resultou na demissão de Severiano, prenunciou o papel central que Deodoro cumpriria na crise política entre segmentos militares e o governo.

Uma nova reunião de oficiais sediados no Rio de Janeiro foi realizada, no dia 2 de fevereiro de 1887, agora no Teatro Recreio Dramático. Deodoro presidiu a mesa diretora, integrada também por Sena Madureira e Benjamin Constant. A assembleia, composta por cerca de duzentos oficiais, aprovou unanimemente uma moção cujo conteúdo pode ser reduzido a quatro deliberações: exigiam a anulação dos efeitos dos avisos; rejeitavam qualquer medida de punição aos oficiais envolvidos na Questão Militar; recorriam à intervenção do imperador para dirimir o conflito com o governo, e delegavam poderes a Deodoro para negociar uma solução completa do conflito. A reunião teve forte impacto no cenário político nacional, levando órgãos de imprensa a afirmar que, naquele dia, o país ficara sem autoridade governamental.

No dia 5 de fevereiro, data em que foi publicada sua exoneração do cargo de quartel-mestre general, Deodoro encontrou-se com o imperador. Na ocasião, entregou-lhe um longo documento, em apontava nos atos de repreensão a Cunha Matos e Sena Madureira o propósito de desprestigiar o Exército, considerando-os um “insulto à classe militar”. Ao final, pedia ao imperador que fizesse cumprir o parecer do CSMJ, por ele mesmo mandado executar em 3 de novembro do ano anterior. A visita não alterou o quadro, e o ministro da Guerra continuou prestigiado. Uma semana depois, Deodoro, adoentado, enviou ao imperador novo apelo, agora permeado de alusões à gravidade da situação política.

Afirmava o apoio popular à causa dos militares, o que tornava a “coisa” mais séria, assegurando que apenas quem não tivesse a “intuição do brio e do pundonor natural” e não cogitasse “das consequências a advir” poderia “encarar descuidoso a tormenta que se anuncia”, graças ao ministério que “atraíçava” o imperador na Questão Militar. Finalizava a carta informando que, se não fosse feita justiça aos militares, passaria a sentir vergonha da farda que vestia e pediria demissão do Exército. Nesse mesmo dia, Alfredo Chaves foi substituído por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz à frente do Ministério da Guerra.

Em face da mudança, Deodoro considerou encerrada a Questão Militar. O novo ministro, contudo, manteve a posição de que só seriam cancelados os registros das punições a Cunha Matos e Sena Madureira se os interessados requeressem o “trancamento das notas”. Não



houve consenso entre os militares envolvidos diretamente na questão. Em reunião realizada no escritório de Alfredo Sena Madureira, irmão do tenente-coronel, este, contrário à exigência do governo, se desentendeu, em particular, com Benjamin Constant, que o enquadrava entre os “turbulentos que querem fazer a república”. Os oficiais atingidos com base nos avisos defendiam a tese de que se tratava de atitudes inconstitucionais e que, portanto, deveriam ser revertidas por iniciativa das autoridades que as haviam adotado. Percebendo que se equivocara ao considerar resolvida a Questão Militar, Deodoro anunciou, pelas páginas d’*O País*, que mantinha suas posições em relação ao governo. Do Rio Grande do Sul, o visconde de Pelotas proclamou-se solidário com essa atitude, afirmando que não poderiam “mais parar sem que seja resolvida honrosamente a questão, porque isso importaria em recuar, trazendo como consequência o nosso aniquilamento moral”. Chegado à Corte em inícios de maio de 1887, no dia 14 o visconde publicou n’*O País*, com Deodoro, um longo manifesto, cuja redação há quem atribua ao jornalista Rui Barbosa, instruído pelo senador liberal Manuel Pinto de Sousa Dantas, ex-presidente do Conselho de Ministros (1884-1885). No documento faziam ameaças veladas, reivindicando a condição de “cidadãos armados” e alertando para o fato de que o que se agitava não era uma questão de classe, porque o aviltamento do Exército envolveria a sociedade, que tinha nele a “mais estável segurança da paz, da legalidade, da organização civil do Estado”. O apelo que faziam à “opinião do país” era a derradeira declaração de que se manteriam no “posto de resistência à ilegalidade (...) enquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena” e haveriam de ser consequentes, “como quem não conhece o caminho por onde se recua sem honra”.

O documento teve impacto na Corte. Atividades parlamentares e negócios foram suspensos, enquanto circulavam pela cidade os mais variados boatos acerca da gravidade dos fatos. Em reunião realizada alguns dias depois entre Deodoro, Pelotas, Benjamin Constant e outros, avançou-se na ideia de que estavam dadas as condições para um movimento militar com o fim de depor o governo de Cotegipe – apodado pela imprensa oposicionista de “imperador interino” –, já que todos entendiam estar o imperador, mal de saúde, sem controle sobre o seu chefe de Gabinete.

Em 18 de maio, Pelotas discursou no Senado, na sessão que, para muitos observadores, ficaria registrada como uma das mais tensas na história da casa, para atacar mais uma vez o governo. Lembrou a Cotegipe, presente, que uma revolução depusera dom Pedro I em 1831 e aquele já era um fato bem aceito por todos. Apelava ao chefe de governo no sentido de que recuasse de sua posição de maneira que a Questão Militar se resolvesse de modo honroso e digno. Caso contrário, não se podia saber “o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar o nobre presidente do Conselho na força armada que tem à sua

disposição”.

Seguiram-se negociações entre líderes do Partido Liberal, Cotegipe e Pelotas, das quais Deodoro não participou por estar doente, embora tenha sido consultado. Chegou-se a um acordo pelo qual seria apresentada no Senado uma proposta de convite ao governo para suspender os efeitos dos avisos considerados inconstitucionais pelo Conselho Superior Militar e de Justiça. A indicação foi apresentada em 20 de maio, na forma de moção, por Silveira Martins. A discussão que se seguiu indicou, principalmente na intervenção do visconde de Taunay e na autodefesa de Cotegipe, a percepção da gravidade da crise política. Mais do que a autoridade do governo, estava em jogo a estabilidade do regime. A forte mobilização política de um expressivo segmento do Exército deixava o país sob a ameaça da guerra civil. Contra um pequeno número de votos, a indicação foi aprovada pelo Senado. Em seguida, o governo cancelou as notas de punição a Cunha Matos e Sena Madureira. Estava resolvida a pendência com os oficiais, mas o governo saía da crise gravemente desgastado.

Já os setores militares que se haviam envolvido no conflito resolveram organizar-se em âmbito nacional. Deodoro engajou-se, com Benjamin Constant e Sena Madureira, no projeto de organização, na Corte e em todas as guarnições importantes do país, de centros ou clubes militares análogos ao Clube Naval, fundado três anos antes. Em 2 de junho, oficiais do Exército reuniram-se na residência do capitão Inocêncio Serzedelo Correia, para, sob a presidência do coronel Cândido José da Costa, discutir um anteprojeto de estatutos apresentado por Marciano Augusto Botelho de Magalhães, irmão de Benjamin Constant. Para elaborar um parecer, elegeu-se uma comissão, composta por Deodoro, Benjamin Constant e Sena Madureira. Este último se encarregou de elaborar uma versão definitiva do projeto de estatutos, afinal aprovada em assembleia geral realizada em 4 de julho de 1887 na sede do Clube Naval. Ficaram definidos como fins do Clube Militar estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais do Exército e Marinha e defender pela imprensa, e junto aos poderes do Estado, os direitos e legítimos interesses da “classe militar”. Nas “Disposições Transitórias”, determinou-se a formação de uma comissão para estudar a criação de um montepio geral dos militares. A diretoria do clube ficou constituída por Deodoro (presidente), capitão de mar e guerra Custódio José de Melo (vice-presidente), coronel José Simeão de Oliveira (primeiro-secretário), Marciano Magalhães (segundo-secretário) e Benjamin Constant (tesoureiro, cargo que trocava, em agosto, pelo de vice-presidente). Uma comissão de imprensa foi constituída pelos capitães de mar e guerra José Marques Guimarães e Eduardo Wandenkolk e Sena Madureira. Simultaneamente à criação do Clube Militar, surgiu a proposta de lançar-se uma candidatura militar à vaga aberta no Senado pela morte de um representante da província do

Rio de Janeiro. Deodoro foi o nome escolhido. Benjamin Constant declarou que, jamais tendo votado, votaria em um candidato militar que não tivesse vínculos partidários e adotasse como programa a abolição da escravidão, a autonomia das províncias, o casamento civil, a separação da Igreja e do Estado e a secularização dos cemitérios, pontos comuns a republicanos e a alguns setores liberais. Deodoro, declarando-se apartidário e defendendo esse programa, recebeu o apoio de republicanos e da Confederação Abolicionista. Realizado o pleito em 17 de julho, ficou em último lugar, mas os pouco mais de mil votos recebidos, em grande parte concentrados na Corte, foram entendidos como um sinal do forte impacto das crises militares e do abolicionismo sobre o eleitorado, uma vez que a consulta fora feita no mais sólido reduto conservador escravista do país.

Em manifestação promovida por abolicionistas em sua homenagem logo depois a eleição, Deodoro declarou-se adepto da causa de longa data, informando que havia concorrido para a obtenção de grande número de cartas de alforria. Em fins de setembro, enviou ao barão de Cotegipe carta de protesto contra a prisão disciplinar de alunos da Escola Militar de Porto Alegre que haviam publicado uma nota de boas-vindas a Joaquim Nabuco, líder abolicionista que regressava de viagem à Inglaterra.

A abolição foi a primeira grande questão nacional em que o Clube Militar interveio. O movimento social contra a escravidão ampliava-se, desenvolvendo novas formas de luta, principalmente nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Aumentava rapidamente o número de casos de fugas de escravos das propriedades rurais, nem sempre pacíficas. As forças públicas provinciais e o Exército estavam sendo chamados a colaborar na perseguição aos evadidos das fazendas. Essa atribuição entrava em choque com a ampla tendência abolicionista existente entre os militares. Na primeira reunião do Clube Militar, realizada poucos dias após violento episódio de fuga de escravos em Itu (SP), Benjamin Constant propôs a Deodoro que o clube adotasse a bandeira da abolição. Nasceu aí a petição, datada de 25 de outubro de 1887, em que os membros do Clube Militar solicitaram à princesa Isabel – o imperador estava na Europa desde junho, tendo deixado a filha como regente – que não consentisse o emprego de forças do Exército na captura de escravos fugidos, isto é, como capitães do mato. A atitude teve ampla repercussão pública e, embora continuassem sendo enviados para operações de captura, os militares passaram a boicotar as missões. Neste momento, como aponta Carla Nascimento, a crise política em torno da liberdade de expressão dos militares passou a cruzar-se com a crise do próprio regime monárquico, expressa pela desagregação do quadro partidário e pela contestação ao trabalho escravo. A moção do Clube Militar indicava que o setor estatal encarregado de sustentar a ordem escravista se tornava um elemento da sua própria desagregação.

Novo atrito entre militares e o governo aconteceu em fevereiro de 1888, quando a polícia

da Corte prendeu o capitão-tenente da Armada Antônio José Leite Lobo, que reclamou de maus tratos na prisão, pelos quais responsabilizou o alferes comandante da unidade policial. O Clube Naval exigiu uma reparação do governo, que se comprometeu apenas a abrir um inquérito. Enquanto grupos de policiais e militares se enfrentavam nas ruas da cidade, no primeiro dia de março o Clube Militar constituiu, em assembleia geral, uma comissão para manifestar a adesão do Exército ao procedimento da Armada no caso. Mais uma vez o governo cedeu às pressões dos militares, demitindo, sucessivamente, o alferes, o chefe de polícia e, por fim, o próprio chefe do governo, barão de Cotegipe, escravocrata ardoroso, que foi substituído pelo conselheiro João Alfredo, igualmente do Partido Conservador, mas defensor da abolição da escravatura.

A Câmara dos Deputados recebeu, no dia 8 de maio, o projeto de João Alfredo que determinava a imediata abolição da escravidão. Depois de discutido por três dias, o projeto foi aprovado e remetido incontinentemente ao Senado, onde foi também sancionado. No dia 13 de maio de 1888, à tarde, foi tornado lei e referendado pela princesa Isabel.

Deodoro participou das comemorações que se seguiram ao fim da escravidão, inclusive do banquete que, em junho, homenageou o conselheiro João Alfredo. Mas, ao que tudo indica, a turbulenta conjuntura política vivida pela monarquia não o fizera deixar-se seduzir pela alternativa republicana. Em correspondência trocada em fins de 1888 com seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca, aluno da Escola Militar de Porto Alegre e republicano, sustentou a tese de que a monarquia, com todos os seus problemas, era o “único sustentáculo” do país, e a república constituiria, no Brasil, uma “verdadeira desgraça”, por não estarem os brasileiros preparados para ela. Entre as exceções, apontava Júlio de Castilhos, líder republicano no Rio Grande do Sul.

Provavelmente para afastá-lo do centro político do país, o ministro da Guerra Tomás Coelho convidou Deodoro para assumir o posto de comandante das armas de Mato Grosso. Para aceitar o cargo, Deodoro impôs a condição de assumir também a presidência da província e receber poderes para organizar três brigadas militares, que considerava necessárias para o controle da zona de fronteira. Recebeu do ministro resposta que lhe ampliava grandemente as responsabilidades militares, mas não a nomeação para o Executivo provincial. No dia 27 de dezembro, embarcou para Mato Grosso. Chegou a Corumbá em 30 de janeiro de 1889 e assumiu o comando que lhe fora destinado. Lá, esteve cercado de oficiais republicanos. Quando seu irmão Severiano da Fonseca faleceu, em 19 de março, teria declarado, segundo seu biógrafo, que havia morrido a única pessoa que ainda o podia conter. Em resposta à homenagem que oficiais lhe prestaram quando do primeiro aniversário da abolição da escravidão, afirmou que nada mais o detinha e que se enganavam aqueles que o julgavam preso, porque as teias que o envolviam eram de aranha.

e ele poderia libertar-se delas facilmente.

Em 11 de junho, um novo gabinete de ministros tomou posse, sob a chefia do visconde de Ouro Preto, senador pelo Partido Liberal. Seu programa de governo incluía várias propostas de reforma do regime monárquico, que, no seu entender, deveria assumir a feição de uma monarquia constitucional representativa. Reduzia o caráter altamente centralizado do Império, sem, contudo, implantar o federalismo, e contemplava os republicanos com o fim da vitaliciedade do Senado e a adoção da liberdade de culto. Acusado na Câmara de estar dando início à república, Ouro Preto retrucou que, ao contrário, seu programa levaria à inutilização da república. Durante os debates, recebeu críticas dos liberais, pela timidez em relação ao problema do federalismo, e dos conservadores, opositores.

#### O GOLPE REPUBLICANO

Com a posse do gabinete Ouro Preto e a nomeação do visconde de Maracaju para o Ministério da Guerra, Deodoro exonerou-se do cargo que ocupava em Mato Grosso. Chegou ao Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1889, constituindo seu desembarque, novamente, motivo de grande mobilização política. No mesmo dia, novo atrito com autoridades civis realimentou a oposição de segmentos militares ao governo. Aconteceu de Ouro Preto chegar ao prédio do Ministério da Fazenda e não encontrar no posto o chefe da guarda, tenente Pedro Carolino Pinto de Almeida. Entendendo que o oficial dormia em serviço, ordenou a sua prisão. O tenente explicou que se ausentara para satisfazer necessidades fisiológicas, mas a ordem foi mantida.

O “incidente Carolino” teve, desde o início, suas dimensões potencializadas pela ação política de setores civis e militares. A nomeação do conselheiro Cândido de Oliveira para a pasta da Guerra, embora em substituição temporária ao titular, visconde de Maracaju, desagradara profundamente aos grupos ainda marcados pela Questão Militar, durante a qual se haviam antagonizado com ele. Ao mesmo tempo em que a imprensa opositora tomava o caso como pretexto para fustigar o governo, o ministro da Guerra interino confirmou a prisão do tenente, fixando a duração da pena em oito dias.

A atitude do ministro provocou movimentações militares. No dia 15 de setembro, um grupo integrado por alunos da Escola Superior de Guerra e outros jovens oficiais, num total de 40 membros do Clube Militar, solicitou a Deodoro, presidente do clube, a convocação de uma sessão extraordinária para tratar do “caso Carolino”. A resposta foi que naquele momento não havia necessidade de realizar tal sessão. De acordo com os estatutos do Clube Militar, contudo, o número de assinaturas garantia a convocação da sessão, e os oficiais recorreram a Benjamin Constant, que fez gestões junto a Deodoro para realizar uma sessão de protesto. Estando Deodoro doente, Benjamin Constant se dispôs a presidir a sessão solicitada.

Ainda doente, Deodoro estava sendo substituído por Benjamin Constant na presidência do Clube Militar quando eclodiu mais um conflito entre o ministro da Guerra e um oficial. Desta vez, o pivô foi o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, comandante da Escola Militar do Ceará. Disputas em torno do preenchimento de uma vaga de instrutor, resolvidas por força de empenhos políticos, fizeram com que, sentindo-se desprestigiado, Mallet anunciasse que pediria demissão. A reação do ministro da Guerra, ainda o conselheiro Cândido de Oliveira, foi violenta: no dia 23 de outubro, demitiu-o “a bem do serviço público” e ordenou que fosse submetido à justiça castrense por infração das regras de disciplina e desrespeito à hierarquia militar.

Na manhã desse mesmo dia, o agora tenente-coronel Benjamin Constant foi à Escola Militar, onde as autoridades ofereciam uma festa aos oficiais do cruzador chileno *Almirante Cochrane*, chegado havia pouco ao Rio de Janeiro em visita de cortesia. Fora convidado pelos alunos, já que, tendo sido recentemente nomeado professor da Escola Superior de Guerra, não integrava mais o quadro docente daquela escola. Fizeram-se brindes às autoridades presentes, e em seguida um aluno propôs que se brindasse a ele. Benjamin Constant discursou por mais de uma hora, criticando o governo, ali representado pelo ministro interino da Guerra, e responsabilizando-o pelos conflitos entre o Exército e o poder civil.

Rumores de que o governo puniria Benjamin Constant deixaram a mocidade militar em pé de guerra e ansiosa por demonstrar-lhe solidariedade. Na Escola Superior de Guerra foi preparada uma festa surpresa. No dia 26, ao fim da aula, alunos e oficiais invadiram sua sala e o homenagearam pelo discurso do dia 23. Três oradores ressaltaram, em apaixonados discursos, a defesa que fizera “dos direitos e brios do Exército e Armada nacionais”. Ainda na Escola, Benjamin Constant recebeu um bilhete de Quintino Bocaiúva, chefe nacional do Partido Republicano, que lhe pedia um encontro. No almoço, recebeu uma mensagem assinada no mesmo dia por 39 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, primeira de uma série de seis declarações de teor análogo que receberia antes de 15 de novembro e que ficariam conhecidas como “pactos de sangue”. O texto denunciava os políticos como inimigos da nação, proclamava a solidariedade a Benjamin Constant e lhe pedia que liderasse os signatários na luta pela liberdade.

O encontro solicitado por Quintino Bocaiúva aconteceu no dia seguinte, 27 de outubro, na residência de Benjamin Constant. Convieram que seria adequada a publicação de artigos que acirrassem o ânimo do Exército contra o governo, atribuindo-lhe medidas para abater o moral e a economia pessoal dos militares, bem como seus direitos à estabilidade e vitaliciedade no cargo. Nos dias seguintes, *O País* publicaria vários artigos na linha acertada, um dos quais acusava o governo de pretender reapresentar ao Parlamento a lei do

montepio obrigatório, considerada pelos militares lesiva aos seus direitos e brios. Esse artigo, comentado e endossado em seguida por Rui Barbosa nas páginas do *Diário de Notícias*, teria repercussão explosiva entre a oficialidade do Exército.

Enquanto as autoridades distribuíam algumas punições – demissão do comandante da Escola Superior de Guerra e censura aos oradores –, Benjamin Constant encontrou-se no dia 30 de outubro com o líder republicano Aristides da Silveira Lobo em seu escritório, no centro da cidade. Conspiravam intensamente, mas o imperador não parecia dar-se conta da gravidade da situação. Do palácio de São Cristóvão, o que transpirava era o empenho com que estava sendo organizado um baile, marcado para o dia 9 de novembro na ilha Fiscal, próxima do cais da cidade. Seria mais uma homenagem – a mais exuberante, esperava-se – à oficialidade do *Almirante Cochrane*.

Deodoro, que convalescia em casa, recebeu, no dia 4 de novembro, a visita de alguns jovens oficiais republicanos. Na presença de seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca, ouviu argumentos em favor da derrubada da monarquia. Embora ainda reticente, segundo seu biógrafo, ao fim da reunião admitiu a necessidade de mudar a forma de governo, em benefício da pátria e do Exército.

No dia 6 de novembro Deodoro foi visitado por Benjamin Constant, que, depois, se reuniu com seu filho, seu irmão Marciano e alguns jovens oficiais para discutir a Questão Militar. O grupo combinou uma reunião secreta de alguns membros do Clube Militar para o dia 8 e outra, aberta, para o dia 9, mesma data do baile programado pela Coroa. Resolveu, também, tomar providências para evitar suspeitas por parte do governo: a reunião do Clube Militar deveria realizar-se com toda discrição; como demonstração de disciplina, dariam um jeito de tornar público que aceitavam o anunciado embarque do 22º Regimento de Infantaria para o Amazonas, que os militares estavam entendendo como uma medida tomada pelo governo para dividi-los. No dia seguinte, nova reunião, agora com a presença de Quintino Bocaiúva, decidiu que era hora de encontrarem-se os chefes republicanos com Deodoro para definir a organização do futuro governo provisório.

O *Diário de Notícias* publicou no dia 8 o artigo “Questão Militar”, de Rui Barbosa, altamente elogioso a Benjamin Constant. À noite, realizou-se no Clube Militar a reunião secreta combinada no dia 6. Neste encontro ficou decidido o encaminhamento que se daria ao problema da direção do trabalho de organização política e militar do golpe republicano. No dia seguinte, quando se faria a reunião pública do Clube Militar, a cidade vivia a expectativa do baile na ilha Fiscal. O *Diário de Notícias* publicou o artigo “Plano contra a Pátria”, também de Rui Barbosa, que foi procurado por Benjamin Constant em seu escritório, onde conversaram sobre a situação política, que caracterizaram como de “explosão iminente”.

Ainda impedido Deodoro por seu estado de saúde, a presidência da sessão do Clube Militar coube a Benjamin Constant. Embora a entidade estivesse um tanto abandonada, contando então com apenas cerca de 120 sócios e participação insignificante de oficiais superiores, havia 116 presentes à reunião, graças ao esforço de filiação desenvolvido nos dias anteriores. Benjamin Constant levantou o problema da direção do movimento, solicitando que “que lhe fossem dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com sua honra e dignidade”. Aprovado por unanimidade o pedido, o vice-presidente do clube fez um pronunciamento final, pedindo alguns dias para desincumbir-se da missão.

No dia seguinte, Benjamin Constant iniciou o cumprimento do mandato recebido no Clube Militar. Não tomou, contudo, qualquer iniciativa de contato com o governo. Ao invés, depois do almoço e ainda sob o impacto da partida, pela manhã, do 22º Batalhão para o Amazonas, procurou Deodoro em sua residência e, segundo relatos feitos por ele mesmo, conseguiu convencê-lo a liderar um movimento pela implantação da República no país. No dia 11, organizou uma reunião entre Deodoro, Quintino, Rui Barbosa, Francisco Glicério, representante dos republicanos paulistas, e alguns oficiais, inclusive da Marinha. Na ocasião, defendeu a proposta de uma intervenção militar no cenário político voltada para a destruição da monarquia, após o que o Exército se recolheria aos quartéis, entregando o governo da nação ao poder civil. Deodoro, diante do apelo que lhe foi feito para que assumisse a chefia do movimento, declarou-se convencido de que o imperador já não governava e aceitou o encargo. Selava-se, assim o acordo entre o mais prestigiado chefe militar e a direção do Partido Republicano em torno do projeto de substituição da Monarquia pela República. Por iniciativa de Quintino Bocaiúva, discutiu-se, também, a formação do novo governo. O líder republicano propôs que a presidência fosse atribuída a Deodoro, que defendeu o nome de Benjamin Constant, que também recusou a posição. Afinal, ficou acertado que Deodoro seria o primeiro presidente do Brasil republicano, ficando Quintino Bocaiúva encarregado de indicar os nomes dos futuros ministros. Enquanto essas manifestações aconteciam, um emissário de Benjamin Constant fazia contato com o grupo republicano de tendência positivista e divergente da direção nacional do Partido Republicano, liderado por Antônio da Silva Jardim e Aníbal Falcão. Em curta entrevista com Aníbal Falcão, Benjamin Constant o pôs a par do movimento, que garantiu ser federalista e civil-militar. Oficiais de altas patentes também foram sondados quanto à possibilidade de aderirem ao movimento. O general Floriano Peixoto, então no cargo de ajudante-general do Exército, foi um deles, mas nas oportunidades em que foi procurado em casa estava sempre com visitas. Deodoro conseguiu, contudo, reunir-se com ele e ouviu a opinião de que nada deveria fazer antes de esgotar as possibilidades de entendimento com



o governo.

Avisos chegaram ao governo, muitos deles anônimos, dando conta de que algo se tramava em corpos militares. Mas o ministro da Guerra e o ajudante-general sempre tranquilizavam o governo. No dia 12 de novembro, enquanto se realizava uma reunião do Gabinete, Benjamin Constant consolidou o apoio da Armada ao movimento em contatos com o contra-almirante Eduardo Wandenkolk e outros oficiais.

Dois dias depois, em reunião entre Benjamin Constant, Aristides Lobo, o tenente Lauro Sodré, o general Almeida Barreto, o coronel Cândido José da Costa e o major Sólon Ribeiro, acertou-se que a insurreição aconteceria no dia 16 de novembro e que se tomariam as seguintes providências: assaltar a Secretaria de Estado onde estivessem reunidos os ministros, que seriam presos; enviar o 7º Regimento de Infantaria para o Arsenal de Guerra, com o objetivo de tomá-lo e dali enviar recursos para as demais forças; provocar a saída das tropas aquarteladas no Campo de Santana (Campo da Aclamação); fazer marchar o Batalhão de Engenheiros de Realengo com as metralhadoras e a munição que se pudesse reunir. À noite, Deodoro reuniu-se com Benjamin Constant. Suas péssimas condições de saúde e a imprecisão das informações militares os levaram a decidir pelo adiamento da ação insurrecional por alguns dias.

O governo teve notícia de que circulavam na cidade rumores de que pretendia prender Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Tratava-se, na verdade, de um boato que o major Sólon resolvera disseminar para precipitar os acontecimentos. Informado de que o 1º Regimento de Cavalaria estava em armas, o visconde de Ouro Preto convocou os ministros para uma reunião, por volta das 11 horas da noite, no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana. No pátio interior do quartel e em frente ao prédio, foram postados cerca de dois mil homens, pertencentes ao 7º e ao 10º batalhões de Infantaria de Linha, ao Corpo Policial da Corte, ao Corpo de Bombeiros e à Armada.

De fato, instigados pelos boatos, os corpos aquartelados no bairro de São Cristóvão haviam decidido pôr-se em armas e aguardar a chegada dos chefes. Na madrugada do dia 15 de novembro, Benjamin Constant foi buscado em sua residência no Instituto dos Cegos e conduzido ao Quartel-General do Exército para tomar a frente das forças rebeldes – 1º e 3º regimentos de Cavalaria e 2º Regimento de Artilharia de Campanha, que formavam a 2ª Brigada do Exército.

Neste ínterim Deodoro recebera um aviso de Benjamin Constant e, apesar das precárias condições físicas em que se achava, seguira para o Campo de Santana, bem próximo à sua residência. Ali assumiu o comando das tropas rebeldes. Aconteceu nesse momento o único episódio sangrento do dia: o ministro da Marinha, barão de Ladário, dirigia-se ao Quartel-General quando recebeu ordem de prisão de um tenente e reagiu, sendo ferido. Em poucos

minutos a força que guarnecia o Quartel-General foi cercada, sem reação, pelo 9º Regimento de Cavalaria. Alinhadas as tropas de artilharia em frente ao prédio, as da Armada e da Polícia confraternizaram com os rebeldes.

#### O GOVERNO PROVISÓRIO

Deposto o Gabinete Ouro Preto, Deodoro, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e outros líderes do movimento reuniram-se para acertar as bases do governo provisório republicano, enquanto na Câmara Municipal José do Patrocínio, na condição de vereador mais moço, dava por oficialmente proclamada a República. No dia seguinte, o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* informava a composição do novo governo: Deodoro da Fonseca (presidente), Benjamin Constant (Guerra), Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores, cumulativamente com Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto o futuro titular, Demétrio Ribeiro, não chegasse do Rio Grande do Sul). Também ainda não se encontrava no Rio de Janeiro o futuro ministro da Justiça, Manuel Ferraz de Campos Sales, de São Paulo. Na tarde do dia 16, o governo provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

O primeiro decreto do novo governo, datado do dia 15 e também publicado no *Diário Oficial* do dia 16, determinava a adoção, a título provisório, da forma republicana federativa no país, enquanto não se organizasse uma assembleia constituinte. Transformava as províncias em estados, com direito a constituição própria, e colocava sob a administração do governo provisório, também provisoriamente, o município neutro, correspondente à cidade do Rio de Janeiro, sede do poder federal. Estavam dados, assim, os primeiros passos, a serem continuados pelo futuro Congresso Constituinte, em direção ao tipo de Estado federativo que, a partir de 1868, unira a dissidência do Partido Liberal aos republicanos, em particular os paulistas, na luta contra a monarquia centralizada.

O Decreto nº 7, de 20 de novembro, dissolveu as assembleias legislativas provinciais e definiu as atribuições dos governadores provisórios, a serem nomeados pelo governo federal. Em alguns estados formaram-se governos imediatamente após a deposição da Monarquia, em torno dos líderes que depuseram os presidentes provinciais. Em outros, assumiram, por nomeação, oficiais ligados principalmente a Deodoro – o governo de Alagoas coube a seu irmão Pedro Paulino da Fonseca, então tenente reformado – e a Benjamin Constant. Em outros ainda, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, civis assumiram o governo.

A aceitação internacional do novo regime foi rápida, uma vez que foi assegurado o cumprimento de todos os compromissos externos. Em dois meses, praticamente todos os

países da América e da Europa já haviam normalizado as relações oficiais com o Brasil.

A composição heterogênea do governo provisório logo gerou desentendimentos entre os seus membros. Para equacionar o problema, foi criado o Conselho de Ministros. Uma das questões capitais a enfrentar era a natureza do Estado a ser construído sob a forma republicana. Predominava entre os republicanos o modelo liberal-federalista, mas a presença no governo de dois positivistas conhecidos – Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro – era vista por muitos como uma ameaçadora possibilidade de solução ditatorial. Entretanto, o governo provisório, constituído como uma ditadura por força da sua própria origem, estabeleceu desde logo um plano de reorganização política do país que tinha como objetivo máximo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

O primeiro passo nesse sentido foi a promulgação, em 19 de novembro, do Decreto nº 6, que considerava eleitor todo cidadão brasileiro que soubesse ler e escrever, a despeito da renda que auferisse, substituindo, portanto, o critério censitário econômico prevalecente no Império pelo critério educacional. Pelo Decreto nº 29, de 3 de dezembro, foi nomeada uma comissão especial para elaborar o projeto de Constituição que serviria de ponto de partida para os trabalhos dos futuros constituintes. No dia 14 de dezembro, o Decreto nº 58-A determinou que passariam a ser considerados brasileiros todos os estrangeiros residentes no país que não manifestassem, no prazo de seis meses, o propósito de conservar a nacionalidade originária, medida que ficaria conhecida como a “grande naturalização”. A convocação da Assembleia Nacional Constituinte pelo Decreto nº 78-B, de 21 de dezembro de 1889, para 15 de setembro do ano seguinte, foi uma séria derrota para os defensores do adiamento *sine die* da democratização do país.

O programa de institucionalização republicana não seria implementado, entretanto, sem enfrentar um fantasma político: a reação monarquista. O receio resultava do clima alimentado interna e externamente por uma onda de boatos que anunciavam a iminência de graves perturbações da ordem pública.

Houve, de fato, focos de resistência em alguns pontos do país, mas eram casos isolados que não serviam de base à formação de um partido restaurador. Eram poucos os chefes monarquistas que não haviam aderido à República. Ainda assim, a hipótese de reação monarquista deu ensejo a uma série de medidas preventivas que acentuaram a face ditatorial do governo provisório. No dia 23 de dezembro foi baixado um decreto, de nº 85-A, que a oposição logo apelidaria de “decreto-rolha”, pelo qual poderia ser julgado militarmente, por uma comissão formada pelo ministro da Guerra, e punido com as “penas de sedição” qualquer indivíduo que conspirasse ou atentasse contra a República. Para executar o decreto, organizou-se a Comissão Mista Militar de Sindicâncias, que agiu com severidade e aplicou pesadas penas, inclusive a de morte, em geral comutadas por outras

mais leves. A imprensa foi duramente atingida pelo “decreto-rolha”. A *Tribuna Liberal*, monarquista, foi impedida de circular, enquanto outros jornais, ameaçados, restringiram drasticamente o noticiário político.

A piora do estado de saúde de Deodoro levou à criação, no dia 31, dos cargos de vice-chefes do governo provisório. Rui Barbosa foi nomeado primeiro vice-chefe, e Benjamin Constant, segundo vice-chefe. Embora a nomeação tivesse cabido a Deodoro, como chefe do governo, as relações entre ele e Benjamin Constant estavam se tornando extremamente tensas. Um dos principais motivos da crise residia no tratamento dado às reivindicações dos militares em geral e, em particular, daqueles que haviam participado ativamente do golpe republicano. Deodoro quis conceder promoções de forma generalizada nas forças armadas, enquanto Benjamin Constant, que se demonstrara pródigo na decretação de substantivos reajustes nos soldos, as queria seletivas. A divergência se estendeu às respectivas áreas de influência na oficialidade, com acusações mútuas de favorecimento. Ao fim, as promoções foram concedidas em massa e a título de recompensa por “serviços relevantes” à proclamação da República, beneficiando oficiais ligados a ambos os líderes. As virtudes republicanas desses oficiais também seriam premiadas em 15 de janeiro de 1890, quando, durante uma festividade pública, foram promovidos “por aclamação” os três principais militares integrantes do governo provisório: Deodoro, a marechal; Benjamin Constant, a general de brigada, e Eduardo Wandenkolk, a vice-almirante.

Em pouco tempo, Deodoro viu-se envolvido em conflitos relacionados à política financeira do governo provisório, conduzida por seu primeiro vice-presidente. Por iniciativa de Rui Barbosa, em 17 de janeiro foi publicado um decreto que facilitava a criação em alguns estados de bancos que poderiam emitir moeda, sem lastro em ouro e prata, a fim de conceder empréstimos destinados a financiar indústrias novas, em especial na forma de sociedades anônimas, que poderiam captar recursos privados pela venda de ações. O decreto incluía medidas que foram entendidas como prejudiciais a alguns estados, gerando oposição de seus representantes no governo e na imprensa. As novas determinações, que tinham antecedentes na política financeira do gabinete Ouro Preto, desencadeariam intensa atividade especulativa, apelidada de “Encilhamento” – por analogia com o momento em que se colocam as selas nos cavalos antes das corridas nos hipódromos, quando se intensifica o movimento de apostas –, e uma escalada inflacionária.

Em torno do decreto se antagonizaram, fundamentalmente, Rui Barbosa e Demétrio Ribeiro, que acabaria por renunciar à pasta da Agricultura. Deodoro apoiou Rui Barbosa e tentou resolver a crise de governo ameaçando deixá-lo. Ainda em janeiro, propôs a renovação do “decreto-rolha” para reprimir a *Gazeta de Notícias*, que criticava a política bancária. Benjamin Constant foi contrário à proposta. Declarou defender um governo forte

– uma “ditadura progressista” –, porque entendia que o fortalecimento da autoridade era condição para a estabilidade da República, mas não o exercício centralizado de poderes por Deodoro. Para ele, os membros do governo provisório eram ministros, não simples secretários do chefe, e deveriam ter responsabilidades de governo. Inseguro quanto à disposição de Deodoro de manter a agenda reconstitucionalizadora, declarou publicamente que o governo provisório manteria a data das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 15 de setembro. A crise foi superada, afinal, com a adoção de algumas alterações no texto original da “lei bancária”, anunciadas em 1º de fevereiro por decreto que incluía São Paulo e Goiás nas áreas beneficiadas e fixava novos limites para a emissão dos bancos.

Reunido o Conselho de Ministros em 15 de março, Deodoro declarou-se contrariado com algumas irregularidades que estariam ocorrendo na administração. Referia-se a episódios que envolviam ex-alunos e seguidores de Benjamin Constant. Irritado, observou que já havia chamado a sua atenção para esses problemas: “parece, porém, que as providências tomadas não foram bastante enérgicas e não produziram o efeito desejado”. Se não fossem tomadas, pelo ministro da Guerra, medidas mais severas, ele mesmo as tomaria, porque, a haver um Exército desmoralizado, era preferível não haver Exército: dissolvê-lo-ia, portanto, se a isso fosse levado pela “anarquia e desrespeito ao princípio militar”. Benjamin Constant deu conta das medidas que vinha tomando “para evitar as revoltas e manifestações de indisciplina”, asseverando que, para abafar “qualquer tentativa reacionária”, dispunha de elementos previstos em lei que eram suficientes, pelo que se eximia de propor a criação de novas medidas.

Os conflitos entre os dois principais líderes militares do governo provisório – que chegaram à iminência de um duelo – levariam a uma mudança na estrutura governamental. Desde o Império já se cogitava a criação de um ministério voltado prioritariamente para a instrução pública. Nos primeiros meses do novo regime, os assuntos da área permaneceram na jurisdição do Ministério do Interior. No dia 12 de abril, Benjamin Constant apresentou ao Conselho de Ministros o projeto de reforma do ensino nas escolas do Exército, que foi transformado no Decreto nº 330. O novo regulamento do ensino militar deu continuidade às suas preocupações com a formação dos futuros oficiais, que deveriam receber uma educação integral positivista, baseada na classificação enciclopédica das ciências, que os prepararia para o exercício dos deveres de “cidadão-armado”. Tais diretrizes visavam à modernização moral e teórica do soldado brasileiro, sem, contudo, “desviá-lo de seus deveres como cidadão no seio do lar e no seio da Pátria”. Para que o futuro oficial tivesse uma sólida preparação científica, introduziram-se no currículo as cadeiras de biologia, sociologia e moral. Depois, viria a formação estritamente profissional. Em geral, acusou-se

o regulamento de ter valorizado excessivamente o aspecto científico do plano de ensino e descuidado da formação militar dos alunos. O Apostolado Positivista, por seu turno, o questionou radicalmente, considerando-o incompatível com a doutrina positivista. Uma semana depois, no dia 19, o Conselho de Ministros decidiu afastar Benjamin Constant do Ministério da Guerra e criar a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios de Telégrafos, nomeando-o para dirigi-la.

A remoção de Benjamin Constant – considerado incapaz de enfrentar as questões disciplinares no meio militar, principalmente aquelas que envolviam os jovens oficiais aos quais era ligado – da pasta da Guerra constituiu um problema delicado, tendo em vista a posição política e simbólica que ocupava desde o golpe republicano. Assim, os membros do governo provisório – que seriam todos, inclusive os civis, portadores da patente de general de brigada por iniciativa de Deodoro, através de decreto datado de 25 de maio – arquitetaram uma transferência considerada honrosa, já que no novo ministério Benjamin Constant poderia dedicar-se à área para a qual se demonstrava verdadeiramente vocacionado. Em junho, a pasta da Guerra seria passada para o marechal Floriano Peixoto, mais experiente em assuntos da caserna.

#### PRESIDENTE CONSTITUCIONAL

O trabalho da comissão de juristas encarregada de elaborar o projeto de Constituição foi entregue em 29 de maio de 1890 ao Conselho de Ministros, que procedeu à sua revisão, da qual Deodoro participou ativamente, em especial na defesa da forma federativa do regime. Em 22 de junho o projeto constitucional do governo se transformou no Decreto nº 510, mas ainda sofreria alterações, recebendo em 23 de outubro o nº 914-A, com o qual seria enviado à apreciação da Assembleia Nacional Constituinte. Realizadas em 15 de setembro as eleições, o Congresso Constituinte foi instalado em 15 de novembro. Contra a posição de Deodoro, que entendia deverem seus ministros optar entre a posição no governo e o mandato constituinte, todos, com exceção de Benjamin Constant, participaram do Congresso como senadores ou deputados.

Enquanto se iniciavam os trabalhos constituintes, Deodoro enfrentou grave crise governamental. Vinha sendo fustigado por jornalistas ligados ao regime deposto, e diante disso partidários seus, o major Clodoaldo da Fonseca, seu sobrinho, à frente, decidiram retaliar, empastelando a redação do jornal *A Tribuna*, remanescente da imprensa liberal. Deodoro assumiu oficialmente posição contrária à ação, mas, no dia 29 de novembro, o jornal foi depredado, e seus funcionários, agredidos. Em consequência, os ministros apresentaram pedido de demissão coletiva, recusada por Deodoro, que chegou a ameaçar com a renúncia caso insistissem na ideia. Em janeiro de 1891, a insistência de Deodoro em

deferir o pleito que vinha fazendo um amigo seu para que lhe fosse concedida garantia de juros para a construção e exploração de um porto em Torres, no Rio Grande do Sul, levou a nova crise, já que o pedido encontrou resistência generalizada entre os ministros. O impasse se resolveu com a renúncia coletiva do ministério em 20 de janeiro de 1891. Para reorganizar o governo, Deodoro convidou Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena, seu amigo de longa data e político monarquista recém-convertido à República. As pastas foram atribuídas inicialmente ao próprio Lucena (Justiça e, cumulativamente, Agricultura, Comércio e Obras Públicas), ao general Antônio Nicolau Falcão da Frota (Guerra), ao contra-almirante Fortunato Foster Vidal (Marinha), a Tristão de Alencar Araripe (Negócios Estrangeiros, interinamente, Fazenda e Negócios do Interior, cumulativamente) e João Barbalho Uchoa Cavalcanti (Instrução Pública, Correios e Telégrafos, interinamente). De todos, exigiu-se o compromisso prévio de apoiar a posição de Deodoro em relação ao porto de Torres.

Quando, ainda durante os trabalhos da Constituinte, se iniciaram as negociações para a eleição dos futuros presidente e vice-presidente da República, a serem escolhidos pelo voto dos deputados e senadores constituintes, o nome de Deodoro despontou como a alternativa situacionista, tendo como companheiro de chapa o vice-almirante Eduardo Wandenkolk. Floriano Peixoto, então senador, candidatou-se a vice-presidente na chapa oposicionista, encabeçada por Prudente de Moraes, presidente do Congresso. Promulgada a primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, no dia seguinte procedeu-se à eleição presidencial em ambiente de grande tensão, provocada por boatos segundo os quais a guarnição militar fecharia o Congresso se Deodoro perdesse. Deodoro saiu vitorioso, recebendo 129 votos contra 97 de Prudente. Floriano Peixoto foi eleito vice-presidente com 153, superando Wandenkolk, que obteve 57. Como a Constituição permitisse a eleição de candidatos de chapas diferentes, Deodoro e Floriano foram consagrados, respectivamente, os primeiros presidente e vice-presidente constitucionais do Brasil republicano e empossados no dia 26. Em seguida, a Assembleia Nacional Constituinte se transformou em Congresso ordinário. Pelo Artigo 17 da Constituição, as legislaturas durariam três anos, e o Congresso deveria se reunir a 3 de maio de cada ano. Mas segundo as Disposições Transitórias, Artigo 1º, § 4º, a primeira legislatura republicana começaria em 15 de junho de 1891.

Deodoro formou seu governo com o barão de Lucena (Justiça e, depois, Fazenda), Antônio Nicolau Frota (Guerra), Foster Vidal (Marinha), Justo Leite Chermont (Relações Exteriores), Tristão Araripe (Fazenda e, depois, Interior) e João Barbalho Uchoa Cavalcanti (Agricultura, Comércio e Obras Públicas). O barão de Lucena continuaria na condição de nome mais forte entre os ministros, atraindo para o governo a oposição dos que nele viam

um representante da política monárquica.

Iniciando-se a primeira legislatura do Congresso Nacional em 15 de junho, Deodoro passou a sofrer intenso combate tanto na Câmara quanto no Senado. Republicanos históricos, mas também parlamentares eleitos com a sua ajuda, o acusavam, principalmente, de submeter-se à orientação de Lucena, sempre visto como um monarquista. No uso de seus poderes específicos, Deodoro, chefe do Executivo, e Prudente de Moraes, do Congresso, obstavam reciprocamente suas iniciativas.

A situação econômica do país contribuía para o agravamento da crise política. Os efeitos do “Encilhamento” se faziam notar na forma de grande especulação na Bolsa de Valores.

Empresas surgiam e desapareciam em muito curto espaço de tempo, acarretando imensos prejuízos para investidores, principalmente os pequenos e menos experientes, e desemprego. No setor externo, registrava-se forte queda da taxa de câmbio, que levava a grandes variações na área monetária. Era, portanto, geral o clima de incerteza econômica no país.

O vice-presidente Floriano Peixoto mantinha-se em posição discreta em face de Deodoro. Empenhava-se, contudo, em solapar as bases do presidente no meio militar, formando uma corrente oposicionista. Em 1º de novembro de 1891, foi procurado pelo barão de Lucena, que lhe solicitou que assumisse a presidência do Senado – que cabia constitucionalmente ao vice-presidente da República –, para evitar o avanço de um projeto de lei sobre responsabilidade do presidente que não convinha ao governo. Floriano alegou estar doente e não o atendeu.

Sofrendo contestações no Parlamento e na caserna e com problemas de sustentação em estados importantes, como Minas Gerais e São Paulo, Deodoro dissolveu o Congresso no dia 3 de novembro de 1891, esperando reverter a situação. Inconstitucional, a medida foi logo apelidada de “golpe Lucena”. No dia seguinte, Deodoro decretou o estado de sítio para o Distrito Federal e Niterói. Em “Manifesto à nação”, defendeu seu governo, criticou a oposição parlamentar e explicou a atitude que tomara, argumentando com a necessidade de retificar a Constituição, principalmente para fortalecer os poderes do Executivo da União. Para isso, decretou a convocação de eleições de deputados para novo Congresso constituinte. Em resposta, 114 parlamentares, entre deputados e senadores, lançaram um “Manifesto à nação brasileira”, denunciando a violência cometida pelo governo.

Dos governadores, apenas Lauro Sodré, do Pará, manifestou-se publicamente contra o golpe no dia seguinte. Pouco tempo depois, contudo, estava estruturada a resistência em vários estados, em setores militares e no meio sindical de Santos (SP) e da capital federal. Floriano Peixoto participava de reuniões com a oposição. Cauteloso, insistia na necessidade de conquistar a adesão de mais tropas antes de desencadear o contragolpe. Finalmente, os ferroviários deflagraram uma greve no Rio de Janeiro, enquanto se concluíam os preparativos para a ação militar, iniciada na madrugada de 23 de novembro: revolta de unidades da Marinha fundeadas na baía da Guanabara, apoiada por contingentes do Exército em terra. Doente, Deodoro ainda esboçou uma reação, mas acabou renunciando



nessa mesma manhã. Floriano Peixoto foi buscado em casa para receber o cargo de presidente da República. Ao se encontrarem, Deodoro lhe anunciou que pediria a reforma, desligando-se do Exército.

As primeiras medidas políticas tomadas pelo novo governo foram a revogação do estado de sítio e a reabertura do Congresso Nacional. Em seguida, respaldado na progressiva ativação popular antideodorista e no Partido Republicano Paulista, Floriano Peixoto investiu, em dezembro, contra os governantes estaduais que, de alguma maneira, haviam apoiado – todos, com exceção do Pará – o golpe do mês anterior. Pacífica ou violentamente, foram todos sendo derrubados por facções internas, com o apoio do governo federal.

A reação de setores deodoristas e oposicionistas independentes fez-se, de um lado, no Congresso, onde a minoria tentou barrar a ação intervencionista do governo federal. De outro, segmentos militares, principalmente oficiais do Exército e praças da Marinha, lançaram, no Rio de Janeiro, movimentos de oposição armada a Floriano, todos de pouca expressão. Outra estratégia da oposição foi a contestação da legalidade do mandato presidencial do vice-presidente. A Constituição Federal estabelecia que, se o cargo de presidente da República ficasse vago antes de cumpridos dois anos do mandato, haveria nova eleição, direta. Entretanto, as suas “Disposições Transitórias” davam margem ao entendimento de que isso não se aplicava ao primeiro mandato republicano, já que definiam que o presidente e o vice-presidente seriam escolhidos por eleição indireta e exerceriam os cargos durante o primeiro período presidencial. Em torno dessa questão hermenêutica organizaram-se os campos políticos contra e a favor de Floriano. A oposição exigia o seu impedimento ou renúncia, o que abriria caminho para novas eleições presidenciais, consideradas necessárias, também, por alguns setores favoráveis ao governo, militares e civis.

Em dezembro ainda de 1891, houve motins em unidades da Armada no Rio de Janeiro, reprimidos com violência pelo governo. Em 6 de abril de 1892, 13 oficiais-generais das duas armas – entre os quais João Severiano da Fonseca e vários amigos de Deodoro – publicaram um manifesto a Floriano Peixoto, em que faziam críticas severas à condução do governo na crise dos estados, afirmavam não querer passar por corresponsáveis pela desorganização em que as unidades federadas se encontravam e, por fim, defendiam a realização de eleições para o cargo de presidente como o único caminho para superar a crise. No dia seguinte, também recorrendo a um manifesto, Floriano criticou a atitude dos oficiais e garantiu que usaria dos poderes extraordinários a ele conferidos pelo Congresso para salvar a autoridade presidencial e a honra da República. E, ato contínuo, demitiu de suas comissões e reformou compulsoriamente os 13 signatários do manifesto, que também

seriam expulsos do Clube Militar. Deodoro acabara de retornar de Petrópolis (RJ), onde, a conselho médico, fora procurar melhores ares para a sua saúde.

A oposição tentou pressionar o governo também a partir das ruas. No dia 10 de abril, foi organizada no centro do Rio de Janeiro uma manifestação em homenagem a Deodoro e contra Floriano, frustrada pelo mau estado de saúde do ex-presidente. O governo a usou como pretexto para a decretação, no dia 12, do estado de sítio e a suspensão dos direitos constitucionais na capital federal por 72 horas. Sob a acusação de crime de sedição, oposicionistas civis e militares foram presos, e muitos deles, com base em decreto baixado dois dias depois, foram condenados ao desterro em pontos longínquos do país. Em 8 de junho, a proposta de anistia feita pela oposição foi aprovada no Congresso, beneficiando todos os atingidos pelo decreto florianista do dia 12 de abril. Enquanto isso, a saúde de Deodoro se agravava irreversivelmente.

Deodoro da Fonseca morreu em 23 de agosto de 1892, no Rio de Janeiro.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido Grão-Mestre do Grande Oriente. Em sua homenagem, a cidade de Alagoas passou a chamar-se Marechal Deodoro.

Sobre a sua vida, foram escritos, entre outras obras, *Deodoro: subsídios para a história*, de Ernesto Sena (artigos de jornal datados de 1911 e 1912, republicados como livro em 1913 e 1981), e *Deodoro. A Espada contra o Império*, de Raimundo Magalhães Jr. (São Paulo, 1957). Sua vida foi abordada, também, na minissérie televisiva *República* (1989).

Seu sobrinho Hermes Rodrigues da Fonseca, filho de Hermes Ernesto, foi ministro da Guerra de 1906 a 1909 e presidente da República de 1910 a 1914. Outro sobrinho, Clodoaldo da Fonseca, filho de Pedro Paulino, foi governador de Alagoas de 1912 a 1915 e revolucionário de 1922.

*Renato Lemos*

Fontes: CARONE, E. *República Velha*; FRANCO, G. *Primeira* (p. 11-30); LEMOS, R. *Benjamin Constant*; MAGALHÃES JR., R. *Deodoro* (v.2); Memória Globo.

Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-234287,00.html>>. Acesso em: 20/11/2011; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1891); NASCIMENTO, C. *Questão* (p.7-22); Wikipédia. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Deodoro\\_da\\_Fonseca](http://pt.wikipedia.org/wiki/Deodoro_da_Fonseca)>. Acesso em: 19/11/2011.

**FONSECA, Edmundo da**

\*dep. fed. SP 1896-1902.

*Edmundo Guaianaz da Fonseca* nasceu em Itu (SP), filho de Antônio Augusto da Fonseca.

Estudou na Europa, formando-se em medicina pela Faculdade de Nápoles, na Itália. Fez cursos de aperfeiçoamento em Genebra, na Suíça, e em outras cidades da Europa e da América do Norte. De volta a São Paulo estabeleceu uma clínica em Moji Mirim e ganhou notoriedade na região após os relevantes serviços prestados durante a epidemia de febre amarela que acometeu a cidade. Também clinicou na cidade de Campinas (SP) por um breve período.

Foi propagandista da República, juntamente com seu pai, conhecido defensor do regime. Apoiou assim os governos dos marechais Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), e, ao ter início a Revolta da Armada em 6 de setembro de 1893, ofereceu seus serviços médicos a este último. Embarcou na esquadra legal e com ela rumou para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde se desenvolveram vários embates.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Paulista (PRP), em cuja legenda foi eleito deputado federal por São Paulo no último ano da legislatura 1894-1896. Reeleito para as duas legislaturas seguintes, 1897-1899 e 1900-1902, fez oposição na Câmara ao presidente da República Manuel Ferraz de Campos Sales (1896-1898) e à sua “política dos governadores”, que abriu caminho para o estabelecimento, por três décadas, da hegemonia política dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Durante o governo de Jorge Tibiriçá (1904-1908), foi comissionado para estudar a colonização asiática na Califórnia e nas ilhas do Havaí, tendo em vista a chegada de imigrantes japoneses em São Paulo, que seria iniciada em 1907. Serviu como médico na expedição organizada pela Comissão Geográfica e Geológica que realizou a exploração do rio do Peixe, em 1906, com o objetivo de dar início à ocupação do oeste do estado de São Paulo. Mais tarde, dirigiu o comissariado de propaganda do estado de São Paulo instalado em Bruxelas, na Bélgica.

Faleceu em Moji Mirim (SP) no dia 17 de abril de 1915, aos 59 anos.

Era solteiro.

*Carlos Alberto Ungaretti Dias*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); *Correio Paulistano* (18/4/1915); *Diário Oficial da União* (20/4/1915); Genealogia Familiar. Disponível em: <[http://buratto.org/paulistana/Prados\\_1.htm](http://buratto.org/paulistana/Prados_1.htm)>; LEME, L. *Genealogia* (v.7).

## **FONSECA, EUCLIDES HERMES DA**

\*militar; rev. 1922.

*Euclides Hermes da Fonseca* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 8 de março de 1883, filho de Hermes Rodrigues da Fonseca, depois marechal e presidente da República de 1910 a 1914, e de Orsina Hermes da Fonseca. Tinha o apelido de “Chiru”, provavelmente devido à cor de sua pele, já que o termo, no Rio Grande do Sul, designa o índio ou caboclo.

Sentou praça em 1902 e desse ano até 1905 foi aluno da Escola Preparatória e de Tática do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ainda em 1905 serviu no 2º Batalhão de Infantaria, em Recife. Entre 1906 e 1908 cursou a Escola de Guerra em Porto Alegre, tornando-se aspirante em 1909. Desse ano até 1912 frequentou a Escola de Engenharia e Artilharia de Montanha, no Distrito Federal. Em janeiro de 1913 foi promovido a segundo-tenente. Entre 1913 e 1915 serviu no 1º Regimento de Artilharia de Montanha, no Distrito Federal e durante parte desse período foi posto à disposição do presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1913-1914), e foi ajudante de ordens do diretor do Arsenal de Guerra (1914-1915).

Em 1915 passou a servir no forte de Copacabana, em 1917 foi promovido a primeiro-tenente e, em 1919, a capitão. Era o comandante do forte quando liderou a Revolta de 5 de Julho de 1922.

As divergências existentes entre as correntes políticas dividiam então a opinião dos militares. O marechal Hermes da Fonseca, na época presidente do Clube Militar, opunha-se à candidatura oficial de Artur Bernardes à sucessão de Epitácio Pessoa na presidência da República e colocava-se ao lado de Nilo Peçanha, candidato da Reação Republicana. Com a eleição de Bernardes em março de 1922, formou-se um amplo movimento contra sua posse, marcada para novembro. Em meio a vários acontecimentos, no dia 29 de junho o marechal Hermes enviou ao comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife, um telegrama em que o exortava a não compactuar com as ameaças do governo federal à autonomia do estado, configuradas na intervenção de Epitácio Pessoa na política pernambucana, advertindo-o para que o Exército não se tornasse “algoz” do povo. Severamente repreendido pelo presidente através do ministro da Guerra João Pandiá

Calógeras, o marechal Hermes enviou a Epitácio, no dia 2 de julho, um ofício em que reafirmava o conteúdo de seu telegrama, o qual havia sido aprovado pela direção do Clube Militar. Declarava, ainda, não poder “aceitar a injusta e ilegal pena” de repreensão severa que lhe havia sido imposta. Considerando essa atitude do marechal Hermes uma reiteração da sua indisciplina, Epitácio Pessoa ordenou sua prisão. Ao mesmo tempo, foi decretado o fechamento, por seis meses do Clube Militar.

Diante desses fatos, acentuou-se o clima de tensão político-militar. Em 3 de julho, o capitão Euclides Hermes da Fonseca enviou a seu pai uma mensagem na qual informava que o forte decidira revoltar-se em protesto contra sua prisão e contra a atuação do governo federal e do Exército em Pernambuco. Devido à indecisão do marechal Hermes, Euclides resolveu, com o apoio de Antônio de Siqueira Campos e Delso Mendes da Fonseca, protelar o levante para o dia 5.

O ministro da Guerra suspeitou das articulações e enviou ao forte, com a missão de substituir Euclides Hermes no comando, o capitão José da Silva Barbosa, acompanhado do general Bonifácio da Costa, comandante do 1º Distrito de Artilharia da Costa, a quem caberia fazer a transmissão do posto. Euclides, depois de tentar inutilmente protelar essa transmissão para o dia seguinte, desobedeceu às ordens recebidas e prendeu os dois militares. Contando com o apoio da Vila Militar e da Escola Militar, os rebeldes pretendiam marchar sobre o palácio do Catete sob o comando do marechal Hermes. Mas os levantes da Vila e da Escola foram rapidamente sufocados, e o forte se viu sozinho. Os revoltosos do forte de Copacabana iniciaram o ataque com um disparo do primeiro-tenente Delso Mendes da Fonseca, logo substituído, no comando da torre do canhão de 190mm, por Euclides Hermes da Fonseca. Este procurou atingir o Ministério da Guerra, inicialmente sem sucesso: como o canhão não fora freado, o projétil teve sua trajetória desviada e caiu nas imediações do quartel. Apesar de ter recebido um telefonema de protesto de Pandiá Calógeras, Euclides Hermes, segundo a narrativa de Hélio Silva, providenciou a retificação da falha, e os disparos subsequentes chegaram a seu alvo, fazendo com que Calógeras se transferisse para o quartel-general do Corpo de Bombeiros.

Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, Delso Mendes da Fonseca deu de tais fatos uma versão diferente. Segundo esse depoimento, o próprio Delso, comandando a torre do

canhão de 150mm, teria sido o autor dos tiros que atingiram o Ministério da Guerra.

Depois de algumas horas de disparos e antes que as tropas legais iniciassem o bombardeio pelo mar, o ministro da Guerra enviou aos rebeldes um comunicado em que garantia a vida dos que abandonassem o forte. Após muitas deserções, Euclides Hermes e Siqueira Campos incitaram aqueles que constituíam arrimo de família a deixar o local. Restaram apenas 29 rebeldes: o capitão Euclides Hermes, os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Tamarindo Carpenter e Newton Prado, dois sargentos, um cabo, 16 praças e cinco voluntários. Os oficiais, reunidos, decidiram enviar ao ministro da Guerra um documento a ser entregue pelo próprio capitão Euclides, que incluía três condições para sua rendição: respeito à vida dos revolucionários, demissão do Exército e livre saída para o exterior. Euclides Hermes passou o comando a Siqueira Campos e saiu com a proposta de rendição, mas foi preso e levado para o palácio do Catete. O chefe da Casa Militar, general Hastínfilo de Moura, telefonou em seguida para o forte e intimou os rebeldes a se entregarem, sob ameaça de fuzilamento do capitão Euclides. Este, também por telefone, informou a Siqueira Campos que as condições da rendição não tinham sido aceitas e lhe sugeriu fazer o que achasse necessário. Os revolucionários decidiram, então, sair às ruas rumo ao Catete, enfrentando as forças legalistas.

Sob o comando de Siqueira Campos, os revoltosos caminharam pela avenida Atlântica em direção ao Leme. Algumas deserções reduziram o número dos que combatiam as forças legais. No fim do combate, às 15:15h, apenas três estavam ilesos ou apresentavam ferimentos leves. Cinco morreram na areia da praia ou no hospital, mais tarde; dois sucumbiram meses depois, em consequência dos ferimentos. Siqueira Campos e Eduardo Gomes, gravemente feridos, foram hospitalizados. Em 18 de novembro de 1922, ambos enviaram a Euclides Hermes, preso no 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, uma carta em que relatavam a luta e justificavam sua saída do forte: tinham querido evitar que o Exército e a imprensa pudessem acusar Euclides Hermes de haver abandonado o movimento.

Em 4 de fevereiro de 1928, o capitão Euclides foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão por ter participado do levante de 1922. Em seu depoimento declarou que, segundo dissera na época ao general Augusto Tasso Fragoso, estivera disposto a abandonar o forte após o comunicado em que Calógeras dava garantias de vida aos rebeldes, mas que teria

sido o último a fazê-lo. Anistiado depois da Revolução de 1930, desse ano até 1933 foi subcomandante do 1º Grupo de Artilharia Pesada, no Distrito Federal. Durante esse período, foi promovido a major, em 1931, e combateu a Revolução Constitucionalista de 1932, após o que, ainda em 1932, recebeu a patente de tenente-coronel. Em 1934 cursou a Escola de Artilharia e de 1935 a 1936 comandou o 9º Regimento de Artilharia Montada, em Curitiba. Em seguida, em 1936, passou a comandar o 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu (SP), de onde saiu para servir na Diretoria do Pessoal do Exército, no Rio de Janeiro, até 1937.

Promovido a coronel em 1938, foi nomeado subcomandante da Diretoria Provisória de Armas, também no Rio de Janeiro. Deixou esse posto para chefiar, até 1939, a 22ª Circunscrição de Recrutamento, em Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul. Entre esse ano e 1940, voltou a comandar o 9º Regimento de Artilharia Montada. De 1940 a 1941, serviu na Diretoria de Artilharia, no Distrito Federal, e de 1941 a 1942 novamente comandou o 4º Regimento de Artilharia Montada. Em 1943, passou para a reserva.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 11 de outubro de 1962.

Foi casado com Leolina de Ovalle Fonseca.

*Amélia Coutinho*

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CARNEIRO, G. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador*; MACEDO, R. *Efemérides*; SILVA, H. 1922; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (8).



## **FONSECA, Hermes da**

\* militar; min. Guerra 1906-1909; pres. da Rep. 1910-1914.

*Hermes Rodrigues da Fonseca* nasceu em São Gabriel (RS) em 12 de maio de 1855, filho de Hermes Ernesto da Fonseca e de Rita Rodrigues Barbosa. Seu pai foi militar e chegou a marechal do Exército; ligado ao Partido Conservador do Império, foi presidente da província de Mato Grosso e, já na República, governador da Bahia em 1890. Vários de seus tios também foram militares e tiveram papel destaque: Manuel Deodoro da Fonseca, também marechal, foi o proclamador da República em 15 de novembro de 1889 e o primeiro presidente do Brasil, até 1891; João Severiano da Fonseca chegou a general, foi médico, é considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército, e foi também senador constituinte pelo Distrito Federal de 1890 a 1891; Pedro Paulino da Fonseca reformou-se como tenente, mas recebeu a patente de coronel honorário e foi governador de Alagoas de 1889 a 1890 e senador de 1891 a 1893. Seu primo Clodoaldo da Fonseca, filho deste último, também militar, foi governador de Alagoas de 1912 a 1915.

Quando seu pai seguiu para a guerra contra o Paraguai (1865-1870), transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro. Educado até então em casa, ingressou em 1866 no Colégio Saint Louis, mas no mesmo ano foi expulso por indisciplina. Passou, então, a estudar no Imperial Colégio de Pedro II e no curso noturno do Liceu de Artes e Ofícios. Em 1871 obteve o bacharelado em ciências e letras e, em 20 de setembro, assentou praça no 1º Batalhão de Artilharia. Em 19 de outubro, matriculou-se na Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, onde foi aluno de Benjamin Constant, um dos divulgadores da filosofia positivista no Brasil, que influenciou sua formação intelectual. Concluiu em 1876 o curso de infantaria e cavalaria, sendo promovido a segundo-tenente em 13 de junho do mesmo ano. Segundo registros da maçonaria, foi, em 6 de outubro, iniciado na Loja Ganganelli do Rio, então sob a jurisdição do Grande Oriente Unido – ao qual era ligado Joaquim Saldanha Marinho, um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870 –, mas que acabaria sendo incorporada em 1883 ao Grande Oriente do Brasil. Mais tarde, se tornaria membro efetivo da Loja Amor ao Trabalho e filiando livre da Loja 2 de Dezembro, também no Rio de Janeiro.

Em 1877 casou-se com Orsina Francioni da Fonseca, sua prima, filha de Pedro Paulino. Em 1878, terminou o curso de artilharia. Promovido a primeiro-tenente em 18 de janeiro de 1879, passou a exercer a função de ajudante de ordens do pai, então comandante das armas da província do Pará. De volta ao Rio de Janeiro no mesmo ano, assumiu o comando da 1ª Bateria do 2º Regimento de Artilharia. Serviu, a seguir, como ajudante de ordens do conde d'Eu, genro de dom Pedro II e comandante-geral da artilharia do Exército imperial. Passou a capitão em 30 de julho de 1881. Em fins da década de 1880, participou principalmente como elemento de ligação com Deodoro da Fonseca, das articulações político-militares que resultaram, em 15 de novembro de 1889, na deposição da monarquia brasileira e na instalação do governo provisório da República, sob a chefia do próprio Deodoro. De imediato, seu pai, principal comandante militar na Bahia, esboçou defender o regime monárquico, mas logo aderiu à República, assumindo o governo do estado.

Por suas relações de parentesco com Deodoro, do qual se tornou secretário-militar, Hermes da Fonseca viu-se no centro de uma das primeiras crises políticas do novo regime. Nos primeiros dias de janeiro de 1890, Deodoro anunciou a seus colegas de governo que pretendia efetuar promoções generalizadas nas forças armadas, mas encontrou oposição por parte de Benjamin Constant, ministro da Guerra. A divergência se estendeu às respectivas áreas de influência, que alcançavam muitos postos de governo. Nesse ínterim, Deodoro teve agravados problemas de saúde vindos já de algum tempo, o que foi relacionado por seu médico ao impasse no caso das promoções. Temendo que a situação gerasse instabilidade no regime, ainda em implantação, Benjamin Constant recuou, e, a título de recompensa por serviços prestados à República, foram amplamente beneficiados oficiais ligados a ambos. Entre eles estava Hermes da Fonseca, que foi promovido a major em 7 de janeiro. Em 8 de outubro, ainda de 1890, chegou a tenente-coronel, assumindo o comando do 2º Regimento de Artilharia de Campanha, no Rio de Janeiro. No mês seguinte seria instalada a Assembleia Nacional Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891 seria promulgada a primeira Constituição republicana, e no dia seguinte Deodoro seria eleito indiretamente presidente constitucional da República.

Sofrendo contestações na área política e na caserna e com problemas de sustentação em estados importantes como Minas Gerais e São Paulo, no dia 3 de novembro de 1891 Deodoro fechou o Congresso Nacional, esperando reverter a situação. No dia seguinte,

decretou o estado de sítio no Distrito Federal e em Niterói. Em manifesto aos brasileiros, explicou sua atitude, argumentando com a necessidade de retificar a Constituição, principalmente para fortalecer os poderes do Executivo da União. Nesse sentido, convocou eleições de deputados para novo Congresso constituinte. Em resposta, o Congresso lançou, no mesmo dia e assinado por 114 parlamentares, entre deputados e senadores, o Manifesto à Nação Brasileira, denunciando a violência do governo.

Dos governadores, apenas Lauro Sodré, do Pará, manifestou-se publicamente contra o golpe no dia seguinte. Pouco tempo depois, contudo, estava estruturada a resistência em vários estados, em setores militares e no meio sindical de Santos (SP) e da capital federal. O vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, participava de reuniões com a oposição. No dia 21 de novembro, finalmente, os ferroviários deflagraram uma greve no Rio de Janeiro, enquanto se concluíam os preparativos para a ação militar, iniciada na madrugada de 23: revolta de unidades da Marinha fundeadas na baía da Guanabara, apoiadas por contingentes do Exército em terra. Doente, Deodoro ainda esboçou uma reação, mas acabou renunciando nessa mesma manhã. O vice-presidente Floriano Peixoto foi buscado em casa para receber o cargo de presidente da República.

Em 20 de fevereiro do ano seguinte, 1892, Hermes da Fonseca foi preso, juntamente com o capitão Clodoaldo da Fonseca, seu primo, por manifestar-se contra a deposição do governador do Amazonas, no curso das represálias que o novo presidente impôs às forças políticas que haviam apoiado o golpe de Deodoro. Superado o episódio, assumiu o cargo de diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, que exerceu até setembro de 1893, quando foi transferido para o comando da guarnição de Niterói. Por ocasião da Revolta da Armada – movimento sustentado por setores da Marinha contra Floriano Peixoto entre setembro de 1893 e março de 1894 –, destacou-se em Niterói, onde ocorreram alguns dos mais violentos combates, na defesa do governo que o prendera. Promovido a coronel em março de 1894, comandou até 1896 o 2º Regimento de Artilharia Montada, na capital federal.

Durante a gestão do vice-presidente Manuel Vitorino ( 10 de novembro de 1896 a 4 de março de 1897), que substituiu o presidente Prudente de Moraes (1894-1898), doente, foi nomeado, ainda em 1896, chefe da Casa Militar da Presidência da República, o que o colocou em contato com o meio político nacional. Nessa condição, integrou em 1897 a comissão redatora do primeiro regulamento do Estado-Maior do Exército (EME), criado

em 24 de outubro do ano anterior como medida de modernização operacional e administrativa da força militar. Com o retorno de Prudente de Moraes à presidência, voltou ao comando do 2º Regimento de Artilharia Montada. Reprimiu, em 26 de maio de 1897, uma rebelião de alunos da Escola Militar contra o presidente, a quem acusavam de contrário aos militares e complacente com os sertanejos de Canudos (BA), contra os quais o governo federal moveu, em 1896 e 1897, uma guerra de extermínio.

Em 1899, tornou-se comandante da Brigada Policial do Rio de Janeiro. Promovido a general de brigada em 13 de julho de 1900, assumiu em 1904 o comando da Escola Preparatória e Tática do Realengo, cujo plano de ensino tornaria mais voltado para a prática militar, revertendo a tendência à orientação científica. Em novembro, reprimiu a participação de alunos no movimento que ficaria conhecido como Revolta da Vacina. Desencadeado na cidade do Rio de Janeiro pela imposição, por parte do governo federal, da obrigatoriedade da vacina contra a varíola, a rebelião catalisou outras tensões, envolvendo setores populares e militares de várias patentes. De imediato, o governo suspendeu a obrigatoriedade da vacina e decretou o estado de sítio, mas, depois de conter a rebelião, fazendo mortos, feridos e presos, retomou a vacinação, que conseguiu erradicar a doença na cidade.

General de divisão desde 24 de julho de 1905, tornou-se, nesse ano, comandante do 4º Distrito Militar, com sede na capital federal e jurisdição sobre os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. Como comandante do distrito promoveu, ainda em 1905, grandes manobras do Exército. No comando de uma divisão composta de elementos de artilharia, cavalaria e infantaria, realizou exercícios em Santa Cruz de 16 de setembro a 8 de outubro. Em balanço feito no relatório que dirigiu ao ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo, concluiu que as manobras haviam evidenciado o estado de precariedade material em que operava a tropa: fardamento, barracas, alimentos e equipamentos disponíveis eram insuficientes e de má qualidade. Também o material humano apresentou problemas, em especial nos combates simulados: soldados indecisos, comando incompetente, desperdício de munição etc. O Exército carecia, portanto, de reformas profundas para habilitar-se ao cumprimento efetivo de seus fins militares.

MINISTRO DA GUERRA

Hermes da Fonseca foi promovido a marechal em 6 de novembro de 1906. Com a posse de Afonso Pena na presidência da República no dia 15 seguinte, foi nomeado ministro da Guerra, em substituição ao general Argolo. Dado o seu empenho na modernização do 4º Distrito Militar, a nomeação era coerente com as preocupações que o novo presidente anunciava com a industrialização e o fortalecimento militar do país.

Aproveitando a experiência no comando anterior, sua gestão se caracterizaria por iniciativas modernizadoras do Exército nacional. Já havia algum tempo que países da América do Sul, como Argentina, Bolívia e Chile, promoviam reformas doutrinárias e organizacionais em suas forças armadas. No Brasil mesmo, desde o século XIX, embora de maneira descontínua, vinham sendo feitas propostas de teor semelhante, destacando-se as formuladas por João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro da Guerra de 1898 a 1902. Hermes procurou, portanto, sintonizar o Exército brasileiro com as tendências mais modernas no plano militar internacional. Estreitou as relações diplomáticas com a Alemanha com a intenção de adotar no Brasil o modelo de instrução militar daquele país, então considerado modelar. A Lei do Orçamento da Guerra para 1906 autorizou a ida de oficiais à Europa para aperfeiçoarem seus conhecimentos militares. Por sugestão do ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, um grupo de oficiais foi para a Alemanha ainda em 1906 e outros dois viajavam para lá em 1908 e 1910. No Brasil, eles se tornariam paladinos da modernização do Exército segundo o modelo alemão e receberiam o apelido de “jovens turcos”, por associação aos partidários de Mustafá Kemal que, após estágio semelhante, retornaram à Turquia para efetuar reformas no Estado e nas forças armadas.

Tendo reiterado, no relatório do Ministério da Guerra de 1907, sua visão pessimista das condições de funcionamento do Exército, viajou no ano seguinte à Alemanha, convidado pelo imperador Guilherme II para assistir a manobras do Exército de seu país. Na ocasião, acertou a contratação de uma missão militar germânica para supervisionar a reorganização do Exército brasileiro, o que, contudo, não se concretizaria. Os contatos teriam resultados efetivos no setor de armamentos, com a afirmação da empresa alemã Krupp como principal fornecedora de equipamentos de artilharia.

Tornou-se, em 10 de dezembro de 1908, ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), posto que acumularia com a pasta da Guerra. Em 27 de maio de 1909, deixou o

cargo para candidatar-se à presidência da República, sendo substituído pelo general Luís Mendes de Moraes. O balanço da sua gestão à frente do Ministério da Guerra indica que a preocupação com a modernização do Exército produziu alguns resultados. De imediato, no entanto, entre as medidas de alcance geral, apenas a implantação de grandes unidades permanentes – brigadas estratégicas, depois renomeadas divisões de infantaria e cavalaria – e a política de aquisição de armamentos se concretizaram. Resistências oriundas do próprio meio militar e da área política, sensível aos custos financeiros das reformas, inviabilizaram algumas medidas e retardaram a execução de outras. A reforma do Estado-Maior do Exército demoraria quase dez anos para se concluir. A Lei do Serviço Militar Obrigatório (1908), que regulou o alistamento e implantou o sorteio militar, além de estabelecer as bases gerais de reorganização do Exército, só entraria de fato em vigor, na parte referente à conscrição, em 1916.

#### PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tido na época como o mais prestigiado e popular chefe militar, Hermes da Fonseca teve seu nome lançado por jovens oficiais e civis à sucessão de Afonso Pena, por sua vez empenhado na candidatura de Davi Campista, seu ministro da Fazenda, que, no entanto, encontrava muitas resistências no meio político. Em face de fortes restrições ao seu nome, derivadas da sua condição de militar, enviou ao presidente uma carta em que negava que fosse candidato, mas sustentava que os militares tinham o direito de aspirar à presidência da República. Outras cartas foram enviadas ao barão do Rio Branco e a Rui Barbosa – jurista e senador baiano de grande projeção e também potencial candidato –, consultando-os sobre a conveniência da candidatura. Do primeiro, não obteve resposta; do segundo, uma negativa pública, posta em termos de conflito entre o poder civil e as forças militares.

Seu nome foi lançado oficialmente, como candidato da oposição, em convenção de senadores e deputados organizada em 22 de maio de 1909 pelo senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, um dos mais influentes políticos do momento e de quem fora, em 1906, padrinho em duelo travado com Edmundo Bittencourt, proprietário do jornal carioca *Correio da Manhã*. O anúncio da candidatura, apoiada pelas maiorias situacionistas em vários estados, foi recebido com entusiasmo em meios militares e civis, com apoio explícito do Clube Popular do Rio de Janeiro e dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo.

Diante da desistência de Davi Campista, Rui Barbosa surgiu em agosto como seu adversário, patrocinado pelos grupos políticos dominantes nos estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro e parte do situacionismo mineiro. Com a morte de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e a posse do vice-presidente Nilo Peçanha, aliado de Pinheiro Machado, a candidatura de Hermes da Fonseca se tornou situacionista, passando a se beneficiar do apoio da máquina federal. Sua plataforma eleitoral deu grande ênfase à necessidade de atuar contra os situacionismos estaduais para renovar os quadros políticos e eliminar a corrupção do país, meta que expressou na adoção da vassoura como símbolo de campanha. Rui Barbosa, por seu turno, estruturou sua campanha, que chamou de civilista, em torno do combate ao militarismo, ao qual associava o seu adversário.

A competição eleitoral que se travou entre os dois candidatos marcou um ponto de inflexão na história política brasileira, graças, em particular, aos métodos usados por Rui Barbosa, que tinha Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, então presidente do estado de São Paulo, como candidato a vice-presidente. Enquanto Hermes se sustentava no prestígio militar e nos dispositivos eleitorais de muitos estados, em especial de Minas Gerais, que lhe dera o candidato a vice-presidente, Venceslau Brás, a Campanha Civilista exibiu perfil diverso, refletindo alterações na composição do eleitorado, cuja parcela urbana crescia. Os civilistas organizaram caravanas que percorreram o país realizando comícios e mobilizações em ruas e praças públicas. Inaugurava-se no Brasil um estilo de campanha então conhecido como “americano”, distinto daquele até então predominante, restrito a acordos fechados entre chefes de máquinas políticas. Realizado o pleito em 1º de março de 1910, de resto marcado por denúncias recíprocas de fraude, as urnas deram a vitória a Hermes da Fonseca, com 403.867 votos, contra 222.822 votos recebidos por Rui Barbosa.

No mês seguinte à eleição, Hermes viajou para a Europa, visitando Portugal, Inglaterra e Suíça. Na França, onde permaneceu por dois meses, conheceu instalações militares, fábricas e universidades. Na ocasião, foi alvo de intensa campanha por parte de diversos setores da sociedade, empenhados em convencê-lo a preferir a França à Alemanha para acordos de instrução militar e venda de equipamentos bélicos ao Brasil. Em 23 de julho, chegou à Alemanha, novamente a convite do imperador Guilherme II, agora para visitar as instalações do Exército e assistir a grandes manobras militares em Tempelhoff, histórico centro de concentração de tropas prussianas. Durante toda a estada na Europa, embora

sempre frisasse que sua viagem não tinha caráter oficial, foi pressionado pela imprensa a manifestar-se favoravelmente a contratos de assistência militar com um dos dois países. De volta ao Brasil em outubro, recebeu da Loja Amor ao Trabalho, em 7 de novembro, o título de membro remido. Na sessão que se realizou em sua homenagem, anunciou grande preocupação com o operariado, prometendo dirigir-lhe políticas de habitação e instrução. Foi, provavelmente, o primeiro presidente eleito no Brasil a mencionar o assunto em discurso político.

Empossado em 15 de novembro de 1910, Hermes da Fonseca teria como ministros ao longo de seu governo: na Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Correia (15/11/1910 a 12/8/1913) e Uladislau Herculano de Freitas Guimarães (12/8/1913 a 15/11/1914); na Marinha, contra-almirante Joaquim Marques Batista de Leão (15/11/1910 a 11/11/1912), vice-almirante Manuel Inácio Belfort Vieira (11/11/1912 a 12/7/1913) e vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar (2/8/1913 a 15/11/1914); na Guerra, general de divisão Emídio Dantas Barreto (15/11/1910 a 12/9/1911), general de divisão Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto (12/9/1911 a 30/3/1912) e general de divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (30/3/1912 a 15/11/1914); nas Relações Exteriores, o barão do Rio Branco (15/11/1910 a 10/2/1912) e Lauro Severiano Müller (14/2/1912 a 15/11/1914); na Fazenda, Francisco Antônio de Sales (15/11/1910 a 9/5/1913) e Rivadávia da Cunha Correia (9/5/1913 a 15/11/1914); na Viação e Obras Públicas, José Joaquim Seabra (15/11/1910 a 26/1/1912) e José Barbosa Gonçalves (26/2/1912 a 15/11/1914); na Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro Manuel de Toledo (16/11/1910 a 18/11/1913) e Manuel Edwiges de Queiroz Vieira (19/11/1913 a 15/11/1914).

No poder, formou um círculo político que tinha como núcleo militares e membros de grupos dominantes estaduais. Familiares seus também teriam importante papel político: seu irmão marechal Fonseca Hermes foi deputado e líder da maioria na Câmara; seu filho tenente Mário Hermes foi seu ajudante de ordens e depois deputado pela Bahia; o general Percílio da Fonseca foi chefe da Casa Militar; José Olímpio da Fonseca foi comandante da 1ª Brigada.

Um de seus primeiros atos como presidente foi visitar o Supremo Tribunal Federal (STF), dois dias após a posse. Na ocasião, um membro da sua comitiva pediu que se registrasse em ata ser a primeira vez que um presidente da República visitava aquela corte.



Na primeira semana do novo governo, estourou, no dia 22, um motim de marinheiros de várias embarcações ancoradas na baía de Guanabara, entre elas os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, as mais poderosas unidades da esquadra brasileira. Sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto, a Revolta da Chibata, como ficaria conhecida, visava conseguir o fim dos castigos físicos na Marinha – embora abolidos legalmente nos primeiros dias da República, permaneciam sendo praticados nos conveses –, melhores condições de trabalho e acesso aos direitos de cidadãos. O poder de barganha dos marinheiros, que exigiam, também, anistia, era constituído por sua capacidade de, uma vez assumido o comando das embarcações, bombardear a cidade e os navios cujas tripulações não aderissem ao movimento. No dia 26, o governo anunciou aceitar as exigências dos amotinados, decretando a extinção dos castigos físicos e a concessão da anistia aos que se entregassem. Seguir-se-iam, contudo, atitudes repressivas contra os marinheiros do Batalhão Naval, na ilha das Cobras, que se sublevariam em 9 de dezembro. O governo bombardearia a ilha, provocando a morte de centenas de marinheiros. Muitos outros morreriam na prisão ou no desterro nos seringais do Norte, a que seriam condenados. O governo de Hermes da Fonseca se caracterizaria pela “política das salvaçãoes”, que, a pretexto de defender a pureza das instituições republicanas, procurou substituir, por manobras eleitorais ou pelo uso da força militar, os grupos no poder nos estados por outros, da sua confiança, muito deles militares. Tal orientação, que não implicava modificar a ordem econômica e social dos estados, o levaria a frequentes atritos com Pinheiro Machado, aliado a forças políticas estaduais cujas posições pretendia preservar. Entre os inúmeros conflitos desencadeados pelo intervencionismo federal nos estados se destacaria o registrado no Ceará a partir de dezembro de 1913. Grupos tradicionais desalojados do poder, apoiados por Pinheiro Machado, aliaram-se a um líder religioso extremamente popular, o padre Cícero Romão Batista, e, depois de violentos embates, conseguiram recuperar o poder estadual em março de 1914. Bem-sucedida, num primeiro momento, na maioria dos estados do Norte/Nordeste, a “política das salvaçãoes” não abalaria os situacionismos nos estados mais poderosos, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Oficiais politicamente importantes se dividiram em relação à intervenção do Exército na política cearense. A crise, que envolveu o Clube Militar – crítico da ligação de militares

com políticos estaduais –, a imprensa e setores oposicionistas, acabaria levando o governo federal, em 4 de março, a decretar o estado de sítio no Distrito Federal e Niterói. Seguiu-se a prisão de oficiais, inclusive três generais, e vários civis, e o fechamento de jornais. Com validade, de início, até o dia 31 de março, o estado de sítio seria prorrogado até 30 de abril e, depois, 30 de outubro de 1914.

Ainda em 1912, o governo se defrontou com um movimento armado de cunho popular em zona territorial disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, conhecida como Contestado. Rica em madeiras e erva-mate, a área era palco de intensas disputas pela posse da terra, agravadas pela presença de capitais estrangeiros e pela pobreza generalizada que atingia os trabalhadores rurais. Estes, organizados em comunidade religiosa de tipo messiânico, despertaram o receio de grandes proprietários rurais, que mobilizariam contra eles a repressão estadual. A dificuldade encontrada para derrotá-los levaria à intervenção do Exército, que testaria em campo as medidas modernizadoras até então adotadas. Após sucessivas e sangrentas batalhas, as forças repressivas só submeteriam os sertanejos definitivamente em 1916.

Em meio a crescentes mobilizações sindicais no Rio de Janeiro, também em 1912, Hermes da Fonseca tomou uma iniciativa inédita até aquele momento na política brasileira, tendente, preferencialmente, à repressão ao movimento sindical: patrocinou a realização, no Rio de Janeiro, do IV Congresso Operário Brasileiro. Organizado pelo seu filho, o então deputado Mário Hermes, o evento foi visto com desconfiança pela maioria dos líderes operários, que o associavam à corrente sindicalista “amarela”, defensora da cooperação com o Estado. Os 187 delegados inscritos foram transportados em navios do Lloyd Brasileiro – empresa em processo de incorporação ao Estado – ou tiveram passagens de trem pagas pelo governo, que também cedeu o palácio Monroe para as reuniões, realizadas de 7 a 15 de novembro. Na ocasião, decidiu-se criar a Confederação Brasileira do Trabalho, tendo sido Mário Hermes eleito seu presidente de honra. Hermes da Fonseca, cumprindo o que prometera durante a homenagem que recebeu da Maçonaria, investiu em habitações para operários, construindo vilas em área suburbana do Rio de Janeiro que seria batizada com seu nome, e na Gávea, bairro da Zona Sul da cidade.

O programa de obras públicas foi, de resto, um dos fatores do grande aumento dos gastos do governo em sua administração. Além das vilas operárias, podem ser citadas a expansão

da malha ferroviária, com destaque para a conclusão da ferrovia Madeira-Mamoré (RO); a criação de escolas técnico-profissionais, de acordo com programa iniciado no governo anterior; a instalação da Universidade do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná; a conclusão da reforma da Vila Militar e do Hospital Central do Exército, ambos no Rio de Janeiro. Também a retomada da amortização da dívida externa, congelada desde o *funding loan* – renegociação da dívida externa – praticado pelo presidente Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), contribuiu fortemente para pressionar as contas do governo.

Hermes da Fonseca pôde, durante os seus dois primeiros anos de governo, administrar sem maiores problemas o déficit público, graças ao momento favorável vivido pela economia brasileira. O crescimento das exportações de café e borracha entre 1909 e 1912 se combinou com uma forte afluência de capitais estrangeiros para dar ao governo margem de manobra em face do desequilíbrio orçamentário.

Entretanto, alterações no quadro internacional, algumas das quais conduziram à guerra européia de 1914-1918, afetaram crucialmente as exportações brasileiras a partir de 1912. A concorrência da produção asiática quebrou o monopólio brasileiro da borracha, enquanto a guerra dos Bálcãs (1912) e a crise econômica mundial de 1913 abalavam o mercado do café, rebaixando preços e patamares de consumo. Por outro lado, à medida que a guerra ia se anunciando, cresciam as importações, tornando deficitária a balança comercial brasileira, que nos últimos anos vinha acumulando saldos positivos.

Fácil até esboçar-se a crise, a obtenção de capitais no exterior tornou-se problemática. À medida que países europeus se preparavam para a guerra, os capitais da área se retraíam fortemente, tornando difícil o lançamento de títulos brasileiros. As previsíveis dificuldades do governo brasileiro para continuar pagando a dívida externa geraram pressões por parte dos credores internacionais. No segundo semestre de 1913, o governo iniciou tratativas visando a uma renegociação da dívida. Depois de tortuosas negociações com o sindicato de credores estrangeiros, chegou-se perto de um acordo de reestruturação da amortização e serviço da dívida. Em 27 de julho de 1914, as negociações foram interrompidas, dada a iminência da eclosão da guerra, de fato iniciada no dia seguinte. Em 1º de agosto, suspendeu-se o pagamento do serviço da dívida externa. No mesmo mês, em face dos reflexos dos problemas no setor externo da economia sobre a taxa de câmbio, elevando a demanda por moeda estrangeira, o governo determinou o fechamento das operações

cambiais da Caixa de Conversão, criada em 1906 exatamente para administrar o poder de troca da moeda brasileira no comércio internacional. No mês seguinte, acertou-se novo *funding loan*, com cláusula de proibição de novos empréstimos externos por três anos e as rendas futuras das alfândegas brasileiras por garantia.

Na área militar, Hermes da Fonseca não conseguiu pôr em prática a lei do alistamento de 1908. No balanço que fez ao fim de seu governo, explicou que havia pontos da lei carecendo de modificação, o que era da competência do Congresso Nacional. O primeiro se referia aos períodos de fixação dos contingentes de cada estado e determinação dos dias de sorteio e incorporação dos sorteados, que deveriam ser fixados para datas posteriores à votação anual do efetivo orçamentário das forças de terra. O segundo, à divisão do território nacional em 13 regiões de inspeção, número que propunha reduzir para melhor adaptar a organização à realidade geográfica da cada estado. De concreto, inaugurou a Escola Brasileira de Aviação em fevereiro de 1913, quando se matricularam 35 oficiais, aspirantes e inferiores do Exército, além de oficiais e praças da Marinha. Foi reformado o curso da Escola Naval, com a fusão dos oficiais e maquinistas, e criada a Escola de Guerra Naval, destinada a formar oficiais para o alto comando.

No último ano de seu governo, tendo enviuvado de Orsina da Fonseca, casou-se, em 8 de dezembro de 1913, com Nair de Tefé von Hoonholtz, filha do almirante de Tefé, caricaturista conhecida e considerada uma mulher de costumes avançados para a época.

## **ENVOLVIMENTO COM O TENENTISMO**

Transmitido, em 15 de novembro de 1914, o cargo presidencial para Venceslau Brás, eleito em 1º de março, Hermes da Fonseca retirou-se para Petrópolis (RJ), onde residiam seus sogros. Em fins de junho do ano seguinte, teve seu nome articulado por Pinheiro Machado, junto ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), para a vaga no Senado Federal aberta pela renúncia de Joaquim Assunção. Embora a indicação tenha gerado importantes resistências no interior do partido, seu nome saiu vitorioso do pleito realizado em agosto. Antes que tomasse posse, contudo, Pinheiro Machado foi assassinado, ao mesmo tempo em que recrudesciam as manifestações contra o seu nome. Alegando amargura pela maneira como vinha sendo tratado, desistiu do mandato no dia da diplomação, em setembro de 1915, e viajou para a Alemanha no mês seguinte.

Viveu na Suíça até outubro de 1920, quando retornou ao Brasil. Em seu desembarque, no dia 4 de novembro, foi recepcionado por representantes do Ministério da Guerra, pelos chefes do Estado-Maior do Exército e da Armada, por delegações do Congresso Nacional, do STF e do Clube de Engenharia, entre outros, que lhe ofereceram um banquete. Em dezembro, teve seu nome lançado por oficiais à sucessão do general Crispim Ferreira como presidente do Clube Militar, cargo de que tomaria posse em maio do ano seguinte.

Transcorria, então, a campanha eleitoral para a sucessão do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Artur Bernardes, do Partido Republicano Mineiro (PRM), se apresentava como candidato do eixo Minas Gerais-São Paulo. Sondado por representantes de Bernardes em fevereiro de 1921 – um mês antes da oficialização da candidatura – sobre a possibilidade de apoiá-lo, esquivou-se, alegando não ser político militante. Entretanto, foi ele próprio lançado candidato em comício realizado no Rio de Janeiro em 26 de maio. Na ocasião se formou um diretório para organizar a campanha, composto pelos generais Camilo Holanda e Francisco Flary, o marechal reformado Firmino Pires Ferreira – senador pelo Piauí –, o marechal Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro – ex-prefeito do Distrito Federal –, o contra-almirante Francisco de Matos e os deputados socialistas Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento. Sua candidatura, entretanto, morreu no nascedouro, porque não recebeu apoios politicamente importantes, apesar das tentativas de divulgá-la feitas pelo diretório, que organizou banquetes e comícios.

Em junho, finalmente, políticos dissidentes do eixo Minas Gerais-São Paulo lançaram o movimento da Reação Republicana, em torno das candidaturas de Nilo Peçanha – senador pelo estado do Rio de Janeiro – e José Joaquim Seabra – presidente da Bahia – a presidente e vice-presidente da República. A coligação oposicionista recebeu também o apoio dos grupos dominantes no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. Seu programa defendia mais atenção para os setores econômicos que não o cafeeiro, maior independência para o Poder Legislativo em relação ao Executivo, o revigoramento das forças armadas e políticas sociais para a população urbana. Entre os militares, a chapa oposicionista ganhou terreno, em grande parte pelo desgaste que o presidente Epitácio Pessoa enfrentou em suas relações com as forças armadas, principalmente por ter nomeado civis para os ministérios da Guerra e da Marinha.

A Reação Republicana evidenciou a realidade política que a Campanha Civilista já indicara: a dificuldade progressivamente maior que os grupos dominantes nos principais estados encontravam para impor aos representantes de áreas menos poderosas suas conveniências nos processos sucessórios. Assim como em 1910, o eleitorado urbano se destacou como elemento potencialmente decisivo na disputa eleitoral, agora na esteira do impulso que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) dera às atividades industriais e ao processo de urbanização no Brasil. Os métodos adotados pelos candidatos oposicionistas, sem desprezar os acordos de gabinete com líderes políticos dissidentes, seguiram a tendência moderna, com a realização de grandes comícios urbanos.

Em plena campanha, Hermes da Fonseca viu-se no centro de um acontecimento que teria importantes desdobramentos na vida política nacional. Em 11 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publicou o fac-símile de uma carta em que era seriamente ofendido, tanto profissional quanto pessoalmente. Seguiu-se, no dia seguinte, outra, agora com ofensas a Nilo Peçanha. Ambas eram, supostamente, assinadas por Artur Bernardes e provocaram grave crise política. Como o candidato mineiro negasse qualquer relação com os documentos, chegando a contratar peritos para verificar sua autenticidade, membros do Clube Militar se mobilizaram para examiná-los, concluindo que eram falsos, opinião endossada por Hermes da Fonseca. Apesar disso, sócios do clube conseguiram que se realizasse nova perícia que, após muitas atribulações e crises, declarou autênticas as cartas, embora reconhecendo que o laudo não era concludente e, por isso, recomendando que se encerrasse definitivamente o caso. Mas o episódio das “cartas falsas”, como ficou conhecido, acirrou os ânimos de segmentos militares contra o candidato situacionista, aproximando-os mais de Nilo Peçanha.

Realizado o pleito em março de 1922, Artur Bernardes teve 466.877 votos contra 317.714 dados ao candidato da Reação Republicana. O resultado foi questionado pela oposição, que exigiu a recontagem dos votos e, por proposta do Clube Militar e de Antônio Borges de Medeiros, líder do PRR, a formação de um tribunal de honra para legitimá-lo. Em maio, Hermes da Fonseca, juntamente com outros militares, pediu ao STF *habeas corpus* para não ser obrigado a reconhecer a autoridade de Artur Bernardes, mas não obteve decisão favorável. Ao final, em junho, a chapa situacionista teve a vitória reconhecida oficialmente. Continuou, porém, a resistência da oposição a aceitar a derrota, registrando-se

em Pernambuco movimentos populares de protesto contra a eleição no estado, que o governo federal reprimiu com tropas do Exército. Na condição de presidente do Clube Militar, Hermes da Fonseca enviou em 29 de junho um telegrama à guarnição federal da capital pernambucana conclamando os soldados a não reprimirem o povo. Inquirido pelo presidente da República acerca da autoria do telegrama, assumiu-a e foi preso no dia 2 julho de 1922, ao mesmo tempo em que o clube era fechado por ordem presidencial. Na ocasião, sofreu um ataque cardíaco. Após passar a noite no quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, foi libertado no dia seguinte.

Em consequência da crise, aprofundou-se o descontentamento de segmentos militares, principalmente jovens oficiais, com o presidente da República e o sucessor eleito. Em algumas unidades militares da capital federal articulou-se um levante que tinha como objetivo imediato impedir a posse de Artur Bernardes. Hermes da Fonseca foi procurado pelo tenente-aviador Eduardo Gomes, portador de uma mensagem de seu filho, capitão Euclides Hermes, comandante do Forte de Copacabana, informando-o de que a unidade se rebelaria. Visitou na madrugada do dia 4 a Vila Militar, disposto a comandar os alunos da Escola Militar do Realengo. Na madrugada seguinte, 5 de julho, militares se rebelaram na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana. Um foco rebelde surgiu, também, em Mato Grosso, liderado pelo general Clodoaldo da Fonseca, seu primo e comandante da 1ª Circunscrição Militar. O governo federal reprimiu o movimento, prendendo vários oficiais, inclusive, novamente, Hermes da Fonseca. O episódio constituiu a primeira manifestação do tenentismo, que se repetiria, embora com outras características, no movimento de 5 de julho de 1924 em São Paulo e na coluna Miguel Costa-Prestes, em 1925-1927.

Com o país sob estado de sítio, solicitado por Eptácio Pessoa e concedido pelo Congresso Nacional, Artur Bernardes foi empossado em 15 de novembro de 1922. Em 6 de janeiro do ano seguinte, o advogado Evaristo de Moraes impetrou junto ao STF pedido de *habeas corpus* em favor de Hermes da Fonseca e outros militares, alegando que todos se encontravam presos sem culpa formada e mandado de autoridade competente, já que os crimes de que eram acusados, tipificados como militares, eram, na verdade, políticos. A ordem foi concedida, e Hermes, que estava doente, foi libertado.

De seu casamento com Orsina Francioni da Fonseca teve seis filhos, três dos quais também

seguiram a carreira militar. Além dos já mencionados, Leônidas Hermes da Fonseca chegou a coronel.

Encontrava-se em Petrópolis, na residência de seus sogros, pais de Nair de Tefé, quando faleceu em 9 de setembro de 1923.

É patrono da cadeira nº 24 da Academia Paranaense de Letras Maçônicas.

*Renato Lemos*

**FONTES:** ABREU, M. *Funding* (v.32, p. 515-540); BELLO, J. *História*; CARONE, E. *República*; CARVALHO, J. *Forças* (p. 13-61); CHAGAS, C. *Brasil* (v. 1); DOMINGOS NETO, M. *Influência* ; DOMINGOS NETO, M. *Partidos*; Duplipensar. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-eleicoes/presidente-hermes-da-fonseca.html>>. Acesso em: 27/7/2010; *Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/cem-anos-atras/quinta-feira-28-de-julho-de-1910>>. Acesso em: 28/7/1910; KOIFMAN, F. *Presidentes*; LEMOS, R. *Benjamin Constant*; MCCANN, F. *Soldados*; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Deodoro; Mensagens presidenciais, 1911-1914*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1920); MIN. GUERRA, *Relatório(1906,1907)*; MUELLER, C. *Oligarquias*; MUS. MAÇÔNICO PARANAENSE. Disponível em: <[http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP\\_ImagensAbertura/AcademiaPML/Patro-24.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP_ImagensAbertura/AcademiaPML/Patro-24.htm)>. Acesso em: 28/7/2010; RODRIGUES, F. *Uma carreira*; RODRIGUES, L. *História* (v. 3); RODRIGUES, R. *Veredas*; SENNA, E, *Deodoro*; (p. 43-70); PINHEIRO, P.; HALL, M. *Classe* (v. 2); Wikipédia. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes\\_da\\_Fonseca](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes_da_Fonseca)>. Acesso em: 20/7/2010.



**FONSECA, Hermes Ernesto da**

\* pres. MT 1875-1878; gov. BA 1890.

*Hermes Ernesto da Fonseca* nasceu na cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, a 11 de setembro de 1824, filho de Manuel Mendes da Fonseca e de Rosa Maria Paulina da Fonseca. Seu irmão Manuel Deodoro da Fonseca, marechal do Exército, proclamou a República em 15 de novembro de 1889 e foi o primeiro presidente do Brasil sob o novo regime, até 23 de novembro de 1891. Dois outros irmãos também se destacaram como militares e políticos: o general João Severiano da Fonseca, médico, considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército, foi senador pelo Distrito Federal de 1890 a 1891; e Pedro Paulino da Fonseca reformou-se como tenente, mas recebeu a patente de coronel honorário e foi governador de Alagoas de 1889 a 1890 e senador de 1891 a 1893.

Aos 17 anos de idade, Hermes Ernesto assentou praça no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, matriculando-se depois na Escola Militar da Corte. Em 1844 foi promovido a alferes-aluno e logo depois a segundo-tenente. No ano seguinte, chegava à Bahia, incorporado ao 4º Batalhão de Artilharia a Pé. Quando estalou a revolução Praieira em Pernambuco (1848-1850), integrava o 3º Batalhão de Artilharia a Pé, tendo estado presente nos ataques de Camaragibe, Serrinho, Recife e Pau Amarelo (13 de fevereiro de 1849) em Pernambuco, e Brejo de Areias, na Paraíba. Ainda em 1849 foi promovido a primeiro-tenente, em 1852 passou a capitão e em seguida foi transferido para o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, sediado em São Gabriel, Rio Grande do Sul, onde permaneceu por quase sete anos. Em 1856 comandava a 6ª Bateria destacada na Divisão de Observação, na fronteira do Rio Grande do Sul.

Junto com seis de seus irmãos, teve participação expressiva na Guerra do Paraguai (1864-1870). A 1º de dezembro de 1864 marchou para Paissandu, tomando parte nos combates até a rendição final. Daí seguiu para Vila União, onde participou da capitulação de Montevideú. Em 22 de janeiro de 1866 foi promovido a major e, pelos serviços prestados em combate em 17 de abril, 2 de maio e 24 do mesmo mês – data da primeira batalha de Tuiuti, vencida pelos aliados – foi condecorado com o hábito da Imperial Ordem do

Cruzeiro.

Após a primeira [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_de\\_Tuiuti"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Tuiuti) \o "Batalha de Tuiuti" batalha de Tuiuti, o comandante Mitre aproveitou as reservas de dez mil homens trazidos pelo [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Bar%C3%A3o\\_de\\_Porto\\_Alegre"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bar%C3%A3o_de_Porto_Alegre) \o "Barão de Porto Alegre" barão de Porto Alegre para atacar as baterias dos [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte\\_de\\_Curuzu"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_de_Curuzu) \o "Forte de Curuzu" fortes do Curuzu e de Curupaiti, que guarneciam a posição de Humaitá, às margens do [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio\\_Paraguai"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Paraguai) \o "Rio Paraguai" rio Paraguai. Nessa ação, Hermes Ernesto perdeu dois irmãos: o alferes Afonso Aurélio, do 34º Batalhão dos Voluntários da Pátria, no combate de Curuzu, em 3 de setembro de 1866, e o capitão Hipólito Mendes da Fonseca, do 36º Batalhão de Voluntários da Pátria, em Curupaiti, a 22 do mesmo mês. Ainda assim continuou na luta, com os irmãos Severiano, Manuel Deodoro, João Severiano e Eduardo Emiliano. Já promovido a tenente-coronel, no comando do 8º Batalhão, ao lado de Manuel Deodoro, que comandava o 24º Batalhão, participou da tomada de Taji e da segunda batalha de Tuiuti, nos dias 2 e 3 de novembro de 1867, respectivamente. No combate de Itororó faleceu-lhe o terceiro irmão, Eduardo Emiliano, comandante do 40º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Em 1875 foi nomeado pelo visconde do Rio Branco presidente da província do Mato Grosso e, cumulativamente, comandante das armas, tomando posse no dia 5 de julho. Na condição de presidente da província, assinou, no dia 13 de fevereiro de 1878, o Regulamento da Instrução Pública, no qual foram estabelecidos o ensino primário (três classes de escolas, com pagamento diferenciado dos professores e com o ensino dado em dois graus) e o ensino secundário (dado no Liceu Cuiabano em dois cursos de humanidades: o curso normal misto, em três anos letivos, para preparar professores e professoras para o magistério primário, e o curso de línguas e ciências preparatórias, para habilitar os aspirantes às matrículas nos cursos superiores do Império). O ensino seria ministrado em estabelecimentos públicos e em colégios particulares – além do ensino

privado, que seria ministrado no lar dos alunos pelos próprios chefes de família ou por professores por eles estipendiados –, e seria dirigido pelo diretor-geral dos Estudos, de exclusiva nomeação da presidência da província. Em 2 de março de 1878 encerrou seu governo. Em fevereiro de 1880 foi promovido a marechal de campo e recebeu o comando das armas da província da Bahia, cargo no qual permaneceria até 1890. Nesse ínterim, foi proclamada a República e instalado o governo provisório da União, sob a chefia de seu irmão Deodoro da Fonseca.

Em 21 de janeiro de 1890 foi promovido a tenente-general. Pelo Decreto nº 350, de 15 de abril do mesmo ano, que modificou os postos da hierarquia militar, foi, juntamente com os tenentes-generais Floriano Peixoto, José de Miranda da Silva Reis e Salustiano Jerônimo dos Reis, considerado marechal do Exército, o mais alto posto da carreira militar.

Por nomeação do governo provisório, em 27 de abril de 1890 assumiu o cargo de governador do estado da Bahia perante o Conselho Municipal, sucedendo a Manuel Vitorino, mas pouco governou. No segundo semestre de 1890 adoeceu gravemente e, acompanhado por seu médico, foi levado ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para tratamento de saúde. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 7 de fevereiro de 1891, aos 67 anos. Substituiu-o no governo da Bahia Virgílio Damásio, até a posse de José Gonçalves.

Casou-se com Rita Rodrigues Barbosa, com quem teve oito filhos. Um deles, Hermes Rodrigues da Fonseca, foi presidente da República de 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914. Um outro, João Severiano da Fonseca Hermes, foi constituinte de 1891, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro de 1891 a 1893, e pelo Rio Grande do Sul de 1911 a 1914 e de 1924 a 1926. Seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca, também militar, foi governador de Alagoas de 1912 a 1915.

*Liliane de Brito Freitas*

**FONTES:** *Jornal de Notícias* (9/2/1891). Marechal Hermes; KOIFMAN, F.

*Presidentes*; MELLO, A. *Cartilha*; NUNES, A. Hermes; *Revista da Fundação Pedro Calmon* (n.6, ano VI, 2001); Wikipedia. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes\\_Ernesto\\_da\\_Fonseca](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes_Ernesto_da_Fonseca). Acesso em: 8/6;2010.

## **FONSECA, João Elísio de Castro**

\*dep. fed. PE 1915-1930.

*João Elísio de Castro Fonseca* nasceu em São José (SC), filho de Augusto Elísio de Castro Fonseca e de Maria Rita de Aguiar Fonseca.

Seu pai foi juiz municipal na cidade de Codó (MA), o que fez sua família se transferir para o Maranhão quando ainda era criança. Aí iniciou os estudos, mas logo depois acompanhou a família, que se mudou para Pernambuco e se estabeleceu em Recife. Em março de 1879 ingressou na Faculdade de Direito do Recife e em 1883 bacharelou-se. No ano seguinte foi nomeado promotor público em Manaus. Permaneceu pouco meses no cargo por ter sido nomeado chefe de seção da Secretaria de Governo da província do Amazonas, posto que ocupou até o ano de 1885. Voltou então para Pernambuco, onde advogou e lecionou. Em 1889 recebeu o grau de doutor pela Faculdade de Direito do Recife e em 1890 foi nomeado professor substituto da mesma faculdade. No ano seguinte, tornou-se professor catedrático de teoria do processo civil, comercial e criminal.

Em 1901 foi eleito deputado estadual em Pernambuco. Assumindo sua cadeira na Assembleia Legislativa, foi reeleito para mais duas legislaturas. Durante esses anos foi líder da bancada que apoiou os governos estaduais ligados à facção política liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva. Permaneceu na Assembleia estadual até 1909 e no ano seguinte foi eleito senador estadual. Foi reeleito em 1913 e nessa segunda legislatura, que se estenderia até 1915, fez oposição ao governo de Dantas Barreto.

Em 1915 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e foi reeleito para as legislaturas subsequentes. Permaneceu na Câmara até outubro de 1930, quando da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

No campo jornalístico, colaborou com os periódicos *Folha do Norte*, *Opinião*, *Jornal do Recife* e *Pernambuco*, todos na capital pernambucana. Foi um dos fundadores do jornal *Estado de Pernambuco*.

Publicou *Interpretação das leis*, *Erro e ignorância do direito*, *Diferença entre a guerra continental e marítima*, *Adoção em nosso direito* e *Fundamento da propriedade*.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*.

## **FONSECA, João Severiano da**

\*militar; const. 1891; sen. DF 1891.

*João Severiano da Fonseca*, que ficaria conhecido como *general Severiano*, nasceu na vila de Alagoas, hoje município de Marechal Deodoro (AL), no dia 27 de maio de 1835, filho de Manuel Mendes da Fonseca e de Rosa Maria Paulina Barros Cavalcanti da Fonseca. Seu irmão, o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, foi o chefe do movimento militar que proclamou a República em 15 de novembro de 1889 e o primeiro presidente do Brasil no novo regime, até 23 de novembro de 1891. Dois outros irmãos também se destacaram no cenário político nacional: o marechal Hermes Ernesto da Fonseca foi presidente de Mato Grosso de 1875 a 1878 e governador da Bahia em 1890, e Pedro Paulino da Fonseca, também militar, foi governador de Alagoas de 1889 a 1890, constituinte de 1891 e senador por Alagoas em 1891.

Fez os primeiros estudos em sua vila natal e concluiu o curso de humanidades no Rio de Janeiro, então capital do Império. Ingressando na Faculdade de Medicina, em 1854 participou como acadêmico dos trabalhos de combate à epidemia de cólera-morbo. Concluiu seu curso em 1860 e doutorou-se em 1862 ao defender a tese *Da moléstia em geral* (segundo apontamentos manuscritos na Academia Nacional de Medicina, o título de sua tese seria *Da morte real e da morte aparente*).

Ainda em 1862 ingressou no Corpo de Saúde do Imperial Exército Brasileiro. Participou da Campanha do Uruguai em 1864, e foi chefe do Corpo de Saúde do Exército e legionário na Guerra do Paraguai (1864-1870), de onde só regressaria em 1871, após o transporte dos soldados feridos. Em 1875 foi posto à disposição do Ministério dos Estrangeiros, como integrante da Comissão Demarcadora de Limites Brasil-Bolívia. A viagem com a comissão duraria cerca de cinco anos. Saindo da Corte em direção à província do Mato Grosso, pelo rio Paraguai, o grupo alcançou o rio Apa, o forte Coimbra e Corumbá, daí seguiu para o rio Verde, chegando ao forte Príncipe da Beira e ao rio Mamoré, até Manaus. Dessa cidade voltou ao Rio de Janeiro pelo litoral.

Em 22 de abril de 1880 ingressou na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese *Climatologia de Mato Grosso*, tendo sido o primeiro médico militar a entrar para seus quadros e o primeiro cirurgião militar da Corte. Prosseguiu na carreira como médico do Hospital Militar. No dia 1º de outubro do ano seguinte ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com o trabalho *A Gruta do Inferno*.

Após a proclamação da República por Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, foi promovido no ano seguinte a general de brigada. Ainda em 1890, em 15 de setembro, foi eleito senador constituinte pelo Distrito Federal. Assumindo sua cadeira no Congresso Nacional Constituinte, no Rio de Janeiro, em 15 de novembro, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, afinal promulgada em 24 de fevereiro de 1891. No dia seguinte Deodoro foi eleito o primeiro presidente da República. Com o início, em junho, da legislatura ordinária, João Severiano assumiu sua cadeira no Senado Federal e passou a integrar as comissões de Saúde Pública e de Estatística e Colonização. Exerceu seu mandato até 29 de dezembro de 1891, quando renunciou em solidariedade a Deodoro, que no dia 23 de novembro anterior havia renunciado à presidência da República, sendo substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

Foi reformado no posto de general de divisão em 7 de abril de 1892, por ter assinado, juntamente com outros 12 generais, o manifesto que solicitava a Floriano Peixoto que mandasse proceder a novas eleições. Em 1895, já no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), foi reintegrado ao Exército por força de ato do Supremo Tribunal Federal, com a função de inspetor geral do Serviço Sanitário do Exército. Tornou-se o primeiro médico a atingir o posto de general no Exército brasileiro.

Foi também inspetor geral da Repartição do Exército e professor de ciências físicas e naturais no Imperial Colégio Militar e no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Colaborou nas revistas da Academia Nacional de Medicina, da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, da Sociedade Geográfica de Lisboa, da Sociedade Geográfica de Madri e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Foi fundador do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, patrono da cadeira nº 44 do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas



(IHGA) e da cadeira 21 da Academia Alagoana de Letras (AAL).

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1897. Em sua homenagem, o nome General Severiano foi dado a uma rua em Botafogo, no Rio de Janeiro. Em 1940 foi escolhido patrono do Serviço de Saúde do Exército. Foi, ainda, escolhido patrono da cadeira 27 da Academia Brasileira de Medicina Militar.

Dois de seus sobrinhos também se destacaram no cenário político nacional: o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca foi ministro da Guerra de 1906 a 1909, durante o governo de Afonso Pena, e presidente da República de 1910 a 1914, e Clodoaldo da Fonseca foi governador de Alagoas de 1912 a 1915.

Publicou: *Moléstias em geral* (1858); *Índios do Guaporé; As savanas e as florestas; Origens das sociedades de estudo* (Anais da Academia Filosófica, 1858); *Origens das sociedades de estudo* (1861); *Raças e povos, origens, afinidades, identidades, distinções* (1864); *Origem de alguns nomes patronímicos da província das Alagoas* (Revista do IAGA, 1876); *Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878* (2 v., 1880- 1881); *A Gruta do Inferno na província de Mato Grosso* (1882); *Relatório do quinquenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Climatologia de Mato Grosso* (1818-1882); *O celibato clerical e religioso, contestação à carta pastoral do bispo de Cuiabá* (1883); *Novas investigações sobre Mato Grosso* (1888); *Dicionário geográfico da província de Mato Grosso* (1888); *Dicionário de brasileirismos; Diário da Campanha do Paraguai; Novas investigações sobre o Mato Grosso* (1888); *Brasões da cidade do Mato Grosso* (1861). Alberto Martins da Silva, na *Revista do IHGB* (1991), apresenta um inédito, que teria chegado às suas mãos por intermédio de familiares do autor, intitulado *Serafim Moreira da Silva Júnior, um herói de Diamantina (1850-1868)*.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F A B C *das Alagoas* (v.2); DEP. ENG. CIVIL. Disponível

em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoSeveano.htm>>. Acesso em: 4/0/2009;

LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p. 1343/4/5).

## FONSECA, LEOPOLDO NÉRI DA

\*militar; rev. 1922; rev. 1930.

*Leopoldo Néri da Fonseca Júnior* nasceu no Amazonas em 6 de janeiro de 1885.

Sentou praça em 1901, tornou-se aspirante em 1908 e foi sucessivamente promovido a segundo-tenente (1909), primeiro-tenente (1914) e capitão (1919), bacharelando-se ainda em ciências físicas e matemáticas durante esse período.

Em 5 de julho de 1922, participou do levante do forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, deflagrado em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas a militares pelo governo de Epitácio Pessoa. Não chegou, porém, a participar da marcha dos 18 do Forte pela praia de Copacabana, por ter sido incumbido de vigiar o general Bonifácio da Costa, comandante do 1º Distrito de Artilharia da Costa, que estava detido no forte. Debelada a revolta no mesmo dia, foi preso e enviado para o Hospital Central do Exército, de onde conseguiu fugir. Reintegrou-se então ao movimento tenentista, conspirando sob os cognomes de Marcos da Frota e Clóvis Garcez. Preso novamente, mais uma vez conseguiu evadir-se.

Em 2 de maio de 1925, junto com outros oficiais, atacou o quartel do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, no Rio, visando a conquistar seus efetivos para uma marcha sobre o palácio do Catete, sede do governo federal. O golpe fracassou logo na fase inicial, com a debandada dos soldados do 3º RI. Durante a rápida troca de tiros, morreu o tenente rebelde Jansen de Melo.

Em 1928 foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão pelos acontecimentos de 1922. Na fase de preparação da Revolução de 1930, foi convidado para a chefia militar do movimento em Minas Gerais, em substituição ao coronel João Maria Xavier de Brito, gravemente doente. Aceito o convite, demitiu-se do cargo de diretor da 4ª Seção das Obras de Saneamento, em Campos (RJ), e rumou para Minas Gerais.

Segundo seu próprio relato, nas vésperas da eclosão do movimento recebeu de Lindolfo Collor, um dos líderes gaúchos da revolução, uma missão secreta que exigia sua presença na capital federal. Assim, encarregou Aristarco Pessoa de substituí-lo nas suas funções em Minas Gerais. Sua ausência de Minas durante a revolução deu margem a que fosse acusado de traição, o que, entretanto, foi desmentido posteriormente por vários revolucionários,

como Virgílio de Melo Franco, José Antônio Flores da Cunha e Aristarco Pessoa. Todos confirmaram a existência da missão de Néri na capital federal, sem que, entretanto, tenha sido revelada sua finalidade.

Com a vitória da Revolução de 1930, foi promovido a major em 15 de novembro do mesmo ano e, logo depois, nomeado ajudante de ordens de Afrânio de Melo Franco no Ministério das Relações Exteriores. Em 1932, combateu a Revolução Constitucionalista em Mato Grosso. Em 1933, foi eleito suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da Aliança Trabalhista Liberal do Amazonas.

Em 1934, escreveu a obra *Agora, eu!... Defesa do major Néri da Fonseca*.

*Helena Faria*

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; FONSECA, L. *Agora*; FRANCO, V. *Outubro*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1930.

**FONSECA, Mário Alves da**

\*dep. fed. AL 1930.

*Mário Alves da Fonseca* fez carreira política em Alagoas.

Após ter sido secretário estadual da Fazenda no governo de Pedro da Costa Rego (1924-1928), foi eleito em março de 1930 deputado federal por Alagoas. Assumindo em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exerceu seu mandato até 23 de outubro, em decorrência da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

*Reynaldo de Barros*

**FONTES:** BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

## **FONSECA, Mário Hermes da**

\* dep. fed. BA 1912-1923.

*Mário Hermes da Fonseca* nasceu em Fortaleza no dia 25 de abril de 1880, filho do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e de Orsina Francioni da Fonseca. Seu avô paterno, Hermes Ernesto da Fonseca, marechal do Exército, foi presidente da província de Mato Grosso durante o Império (1875-1878) e governador da Bahia na República (1890). Eram irmãos de seu avô o marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República em 15 de novembro de 1889 e primeiro presidente do Brasil sob o novo regime, até 1891; João Severiano da Fonseca, o primeiro general médico e patrono do Serviço de Saúde do Exército brasileiro, constituinte e senador pelo Distrito Federal em 1891; e Pedro Paulino da Fonseca, coronel honorário, governador de Alagoas de 1889 a 1890, também constituinte e senador em 1891. Seu pai foi ministro da Guerra no governo de Afonso Pena (1906-1909), ministro do Supremo, depois Superior Tribunal Militar (STM) (1908-1909) e presidente da República (1910-1914). Seu irmão, o também militar Euclides Hermes da Fonseca, era comandante do forte de Copacabana quando do episódio dos 18 do Forte, em julho de 1922.

Em março de 1890 Mário Hermes da Fonseca foi admitido, por ordem do ajudante general do Ministério da Guerra, como aluno interno gratuito no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Também aos dez anos de idade seria retratado no quadro do artista espanhol Gustavo Hastoy, que se encontra no salão nobre do Congresso Nacional em Brasília, registrando a assinatura do primeiro projeto de Constituição republicana pelo marechal Deodoro da Fonseca, que recebe das mãos do menino Mário a pena de ouro oferecida pelos ministros. Sentou praça em 17 de março de 1897, sendo classificado no 1º Regimento de Artilharia. Por ato do ajudante general do Ministério da Guerra de maio de 1898, foi colocado à disposição do comandante do Colégio Militar para servir como primeiro-sargento da 1ª Companhia de Alunos. Em 11 de março de 1899, autorizado pelo Ministério da Guerra, prestou exame para a Escola Naval e foi aprovado. No dia 29 de julho de 1899, a seu pedido, foi-lhe concedida a baixa do serviço ativo do Exército. Entretanto, em 7 de abril de 1900 resolveu se apresentar novamente ao Exército. Em dezembro foi autorizado a matricular-se na Escola Militar no exercício de 1901. Em fevereiro de 1904, foi aprovado

por merecimento na Escola Militar em exame de mecânica balística. Dois meses depois, por sua classificação, o comandante da unidade ordenou sua matrícula.

Jovem cadete do Exército, por ocasião da Revolta da Vacina, em novembro de 1904, tomou posição ao lado de seu pai, então comandante da Escola Preparatória e Tática do Exército, na defesa do governo Rodrigues Alves (1902-1906). Sendo seu pai promovido a general de divisão em julho de 1905, e nomeado para comandar o 4º Distrito Militar, sediado no Rio de Janeiro, foi designado para prestar serviço junto ao seu estado-maior. Em 30 de outubro do mesmo ano foi declarado aspirante a oficial.

Já como segundo-tenente, na chamada Revolução de 1906 desencadeada em Mato Grosso por Generoso Ponce contra o coronel Antônio Pais, conhecido como Totó Pais, fez parte da expedição militar comandada pelo general Emídio Dantas Barreto, enviada em maio pelo governo federal para pacificar o estado. Restabelecida a paz, foi dispensado de suas funções em 7 de agosto de 1906 e, de volta ao Rio de Janeiro, foi destacado para o 2º Regimento de Artilharia. Com a posse de Afonso Pena na presidência da República e de seu pai no Ministério da Guerra em 15 de novembro do mesmo ano, foi nomeado seu auxiliar de gabinete e ajudante de ordens.

No dia 10 de agosto de 1908, embarcou a bordo do navio alemão *Cap Blanc* em viagem à Europa, fazendo parte do grupo de oficiais que acompanhou o ministro da Guerra, marechal Hermes. Na ocasião ficou adido ao 13º Regimento do Exército alemão, conhecido como Hussardos da Morte, onde participou de um curso de aperfeiçoamento da instrução militar. Ainda se encontrava na Europa quando foi promovido a primeiro-tenente em 6 de outubro de 1908, com antiguidade a contar de 27 de agosto do mesmo ano. A visita do ministro Hermes da Fonseca à Alemanha resultaria na ideia do contrato de uma missão estrangeira para instrução do Exército brasileiro, o que viria a acontecer somente em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial.

Em janeiro de 1909, foi classificado no 1º grupo do 1º Regimento de Artilharia de Campanha, sediado na cidade de São Gabriel (RS), mas retornou à Europa logo depois, a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos e de participar da comissão de compras de material bélico. Por aviso do Ministério da Guerra, em 27 de novembro de 1909 foi classificado no 1º Regimento de Artilharia, do qual era o comandante seu tio, coronel Percílio de Carvalho Fonseca. Integrado na Casa Militar da presidência, chefiada pelo

coronel Percílio, Mário Hermes foi nomeado ajudante de ordens do pai quando esse assumiu a chefia da nação, em 15 de novembro de 1910.

#### DEPUTADO FEDERAL

No início de 1911, o nome do ministro da Viação e Obras Públicas, José Joaquim Seabra, começou a ser cogitado para o governo da Bahia. As adesões começaram a chegar no mês de maio ao palácio do Catete, através de telegramas de cidades do interior baiano endereçados ao presidente da República, e também a Mário Hermes, que desde o início apoiou a candidatura. Em 11 de julho, Mário Hermes fez parte da comitiva que acompanhou o marechal Hermes em visita a Salvador. A viagem tinha a finalidade de prestigiar o ministro J. J. Seabra, candidato declarado à sucessão estadual nas eleições de janeiro de 1912.

Apesar do respeito que tinha por seu pai, Mário Hermes não tardou a divergir de sua orientação política, hostilizando especialmente o senador gaúcho e general José Gomes Pinheiro Machado, que tinha poder no Congresso Nacional e ascendência sobre o presidente da República. Resolveu assim se afastar do governo e foi para Salvador, onde teve seu nome incluído como candidato a deputado federal na chapa do Partido Republicano e recebeu o apoio explícito de J. J. Seabra. A disputa pelo governo da Bahia acabou envolvendo o então chefe do Executivo Aurélio Viana, que entrou em choque com a oposição e decidiu transferir a sede da Assembleia Legislativa para Jequié e mandar cercar o prédio da Assembleia em Salvador por tropas policiais. O governo federal determinou a retirada das tropas, mas Viana recusou-se a acatar a exigência, o que resultou, em 11 de janeiro de 1912, no bombardeio de Salvador. Em 25 de janeiro houve violentas manifestações populares nas ruas de Salvador e Aurélio Viana que se viu obrigado a refugiar-se e a renunciar. Mário Hermes participou da reação na capital baiana, luta de que saiu vitoriosa a candidatura de Seabra ao governo, apoiada pelos militares e pelo poder central.

Mário Hermes também acabou eleito deputado federal pelo 1º distrito da Bahia, com mandato de 1912 a 1914. Em 3 de maio de 1912 assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e logo foi escolhido líder da bancada baiana por J. J. Seabra. Pouco tempo depois presidiu o 4º Congresso Operário Brasileiro,



instalado em 7 de novembro de 1912 no palácio Monroe, no Rio de Janeiro. A realização dessa reunião foi muito comentada pela imprensa, principalmente pelos protestos que ocasionou entre o operariado carioca. A censura maior deveu-se ao fato de o evento ter sido sugerido pelo filho do presidente da República, e de muitos trabalhadores serem contra a vinculação do governo na obtenção de melhorias em suas condições de vida.

No pleito realizado em 30 de janeiro de 1915, foi reeleito deputado federal pela Bahia para a legislatura 1915-1917. Foi reconduzido mais uma vez à Câmara na legislatura 1918-1920, e em março de 1919 foi promovido a capitão. Concorreu e saiu vitorioso nas eleições de 20 de fevereiro de 1921, para a legislatura 1921-1923. Foi integrante da Comissão de Marinha e Guerra durante todo o mandato e defendeu o Exército no plenário e nas reuniões das comissões técnicas, pronunciando discursos, apresentando projetos, pareceres e emendas. Obteve, com sua influência, a realização pelo governo federal de importantes obras na capital baiana, como o alargamento da parte baixa da cidade, a construção do cais do porto de Salvador e do edifício sede dos Correios e Telégrafos.

A sucessão presidencial de 1922 foi marcada por conflitos que envolveram de perto a família de Mário Hermes. Já em outubro de 1921, o jornal carioca *Correio da Manhã* divulgou cartas supostamente escritas pelo candidato oficial, Artur Bernardes, contendo acusações ao Exército e ofensas ao marechal Hermes, então presidente do Clube Militar, que depois se provaria serem falsas. Eleito Bernardes em março de 1922, três meses depois o governo federal interveio na sucessão estadual de Pernambuco, em ação que foi duramente criticado pelo marechal Hermes. Em represália, o governo ordenou a prisão do marechal e o fechamento do Clube Militar, no dia 2 de julho de 1922. Em reação, na madrugada de 5 de julho, eclodiu uma série de levantes militares. Na capital federal, revoltaram-se o forte de Copacabana, que era comandado pelo capitão Euclides Hermes da Fonseca, irmão de Mário Hermes, guarnições da Vila Militar, o Forte do Vigia, a Escola Militar do Realengo e o 1º Batalhão de Engenharia; em Niterói, membros da Marinha e do Exército; em Mato Grosso, a 1ª Circunscrição Militar, comandada pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes. O governo, já prevenido, agiu rápido e conseguiu sufocar a revolta em quase todas as unidades militares. Mário Hermes viu seu pai, irmãos e parentes serem presos, mas por sua condição de deputado federal, amparado pelas imunidades constitucionais, foi o único a não ser detido.

Empossado Bernardes em 15 de novembro de 1922, Mário Hermes não foi reeleito para a legislatura 1924-1926 e, ao término do seu mandato em 31 de dezembro de 1923, deixou a Câmara dos Deputados, sendo reintegrado às fileiras do Exército. Em 1925 estava servindo como ajudante de ordens no 7º Regimento de Artilharia Montada, sediado na cidade mineira de Pouso Alegre, e mais tarde como adido ao 18º de Infantaria, em São João Del Rei, em Minas Gerais. Em maio de 1926 foi promovido a major e em agosto seguinte foi classificado no 2º grupo do 4º Regimento de Artilharia Montada, com sede na cidade paulista de Itu. Pertenceu também ao 2º Regimento de Artilharia de Campanha, da mesma unidade militar. Dois anos depois, em 1928, foi transferido para o 1º grupo do 4º Regimento de Artilharia Montada em Curitiba, no Paraná, contra sua vontade. Não concordando com as várias remoções que lhe eram impostas pelos seus superiores, resolveu requerer sua passagem para a reserva e, por decreto de 19 de julho de 1928, do presidente da República Washington Luís, foi concedida, a pedido, sua reforma do Exército no posto de tenente-coronel, por contar com mais de 25 anos de serviço.

#### NO PÓS-1930

Nas eleições presidenciais de março de 1930, Mário Hermes apoiou o candidato da Aliança Liberal Getúlio Vargas, que seria derrotado nas urnas pelo candidato governista Júlio Prestes. Com a vitória da Revolução de 1930 e a chegada de Vargas ao poder como chefe do governo provisório, assumiria o Comando da Legião de Outubro na capital da República, entidade de apoio a Vargas e a seu governo.

Por decreto assinado por Vargas em 28 de junho de 1932, foi autorizado, sem privilégio, a contratar a pesquisa e lavra de jazidas de ouro nos municípios de Bonfim e Ouro Fino, no estado de Minas Gerais. Em 1935, iria requerer do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura a prorrogação do prazo para início da exploração de minas de ouro.

Em 15 de novembro de 1937, com a presença do presidente Getúlio Vargas, ministros, autoridades civis e militares, foi inaugurado na praça Paris, no Rio de Janeiro, o monumento de bronze em memória do marechal Manuel Deodoro da Fonseca, de autoria do escultor Modestino Kanto, mandado erigir pelo governo federal. Na solenidade coube a Mário Hermes da Fonseca proferir em nome da família o discurso de agradecimento pela

homenagem.

Em junho de 1939, participou como sócio cotista da Empresa de Carnes Verdes Higienizada Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Por iniciativa do deputado federal José Augusto Bezerra de Medeiros, da União Democrática Nacional (UDN) do Rio Grande do Norte, foi apresentado na Câmara dos Deputados, em 12 de abril de 1950, projeto de lei determinando a reversão ao serviço ativo do Exército do tenente-coronel Mário Hermes da Fonseca. Pela propositura, seria promovido a general de divisão. Durante a tramitação no Congresso Nacional o projeto sofreu alteração, e uma emenda, que acabou aprovada, concedeu-lhe a patente de general de brigada. A norma legal sancionada pelo presidente do Senado e do Congresso, João Café Filho, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 1953, finalmente concedeu as honras e demais vantagens a Mário Hermes da Fonseca, como general do Exército brasileiro.

Faleceu no Rio de Janeiro em 27 de setembro de 1955.

Casou-se a primeira vez com Amanda Velho da Mota Maia, filha dos condes de Mota Maia; viúvo, casou-se com Ana de Almeida Bispo, com quem teve dois filhos.

Publicou *Os Exércitos das principais potências* (1914); *Deodoro (1827-1927)*; *A verdadeira política* (1931); *Primórdios da organização da defesa nacional* (em colaboração com o capitão Ildefonso Escobar, 1943); e *Plano de salvação nacional* (trabalho sobre mineração e siderurgia, 1946).

*Antônio Sérgio Ribeiro*

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; ARARIPE, T. *Tasso Fragoso*; BRASIL. *Coleção das Leis*; *Diário Oficial da União*; *Diário do Congresso Nacional* (13/4/1950, 28/9/1955); FONSECA FILHO, H. *Marechal Hermes*; SILVA, H. 1922.

## **FONSECA, Pedro Paulino da**

\*militar; gov. AL 1889-1890; const. 1891; gov. AL 1891; sen. AL 1891.

*Pedro Paulino da Fonseca* nasceu na cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, no dia 6 de julho de 1829, filho de Manuel Mendes da Fonseca e de Rosa Maria Paulina Barros Cavalcanti da Fonseca. Seu irmão Manuel Deodoro da Fonseca proclamou a República em 15 de novembro de 1889 e foi o primeiro presidente do Brasil, até 23 de novembro de 1891. Dois outros irmãos também se destacaram como militares e políticos: o marechal Hermes Ernesto da Fonseca foi presidente da província de Mato Grosso de 1875 a 1878 e governador da Bahia em 1890, e o general João Severiano da Fonseca, médico, considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército, foi senador constituinte pelo Distrito Federal em 1891.

Em 1842 mudou-se com parte da família para o Rio de Janeiro, então capital do Império. Em julho de 1846 sentou praça no Exército. Coursou a Escola Militar, mas em 1859 reformou-se por motivo de saúde como segundo-tenente. Era especializado em estudos de estatística. Em 1872 tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, e em 1883 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Com a proclamação da República, foi nomeado por decreto de 19 de novembro de 1889 coronel honorário e governador de Alagoas. Tomou posse a 2 de dezembro, substituindo Tibúrcio Valeriano de Araújo. Em seu governo, fez gestões para a criação da vara privativa de juiz de direito dos casamentos, cumprindo assim as exigências para a institucionalização do casamento civil, criado pela República. Incentivou a extensão da ferrovia que cortava o estado pelo centro, buscando alcançar a cidade de Palmeira dos Índios, e deu concessão para o início da construção de uma ferrovia em direção ao norte do estado, que nunca chegou a ser construída. Contratou, ainda, os serviços de navegação a vapor das lagoas Manguaba e Mundaú. Tentou criar o Banco do Estado de Alagoas e lutou também pela criação de uma agência do Banco Colonizador e Agrícola, para diminuir as dificuldades dos agricultores na aquisição de capitais para a modernização do setor, mas não teve êxito.

Em 1890 promoveu o alistamento eleitoral em Alagoas e a realização das eleições, em 15 de setembro, em que foram escolhidos os representantes do estado no Congresso Nacional Constituinte – e ele próprio foi eleito senador. Em 13 de outubro nomeou também a comissão encarregada do esboço da futura Constituição do estado, a ser aprovada pela Constituinte estadual. Deixou o governo a 25 de outubro de 1890, pouco antes de tomar posse na Constituinte em 15 de novembro, sendo substituído pelo vice-governador Roberto Calheiros – que, por seu turno, passaria o governo em 18 de dezembro a Manuel de Araújo Góis. Após a promulgação da Constituição federal em 24 de fevereiro de 1891, a que se seguiu a eleição de Deodoro para presidente da República, voltou ao estado natal.

Em 12 de junho de 1891, um dia depois da promulgação da Constituição estadual, foi eleito governador de Alagoas, substituindo Manuel de Araújo Góis, então eleito vice-governador. Chegou a tomar posse, mas permaneceu no governo somente por quatro dias, até 16 de junho, sendo substituído por Araújo Góis e reassumindo sua cadeira de senador na legislatura ordinária que então se iniciava. Em 21 de outubro de 1891, contudo, renunciou ao Senado pelo fato de aquela casa legislativa ter decidido excluir seu voto, tendo em vista o fato de que era ao mesmo tempo senador e governador de estado – cargo a que também renunciou na ocasião. Na época, a tensão entre Deodoro e o Congresso já era evidente. O fechamento do Congresso determinado pelo presidente em 3 de novembro provocou reações, e o desfecho da crise se daria 20 dias depois, com a renúncia de Deodoro e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto.

Já no governo Floriano, foi chamado por seu íntimo amigo Antônio Paulino Limpo de Abreu, quando ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (dezembro de 1892 a abril de 1893), para exercer um cargo subalterno no ministério, a fim de poder manter-se e à família.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de novembro de 1902, como coronel honorário do Exército brasileiro e diretor da Casa de Correção.

Era casado com Francisca Catarina Francioni. Seu filho Clodoaldo da Fonseca foi governador de Alagoas de 1912 a 1915. Sua filha Orsina Francioni da Fonseca casou-se

com seu sobrinho Hermes da Fonseca, que foi ministro da Guerra de 1906 a 1909, durante o governo Afonso Pena, e presidente da República de 1910 a 1914.

Patrono da cadeira nº 54 do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e da cadeira nº 2 da Academia Alagoana de Letras, publicou grande número de textos sobre a história alagoana na *Revista do IHGA* e no *Diário das Alagoas*.

*Reynaldo de Barros*

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); FONSECA, P. *Relatório*.

**FONTENELE, Oscar Pena**

\* dep. fed. RJ 1928-1930.

*Oscar Pena Fontenele* foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e exerceu o mandato de 9 de maio de 1928 a 31 de dezembro de 1929. Novamente eleito em 1930, teve o mandato interrompido em outubro pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu os órgãos legislativos do país.

Em 1946, já no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), foi diretor do Departamento Nacional de Informações (DNI), que desde maio de 1945 substituíra o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Vargas. O DNI esteve, inicialmente, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Era composto por quatro divisões, e todo o seu quadro de funcionários fora transferido do antigo DIP, assim como algumas de suas atribuições, como a de executar a censura cinematográfica no Brasil. O DNI só foi extinto meses depois da posse do presidente Dutra.

*Izabel Pimentel da Silva*

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; PEROSA, L. *Hora*; SIMIS, A. *Estado*.

## **FONTENELLE, Bezerril**

\*militar; const. 1891; dep. fed. CE 1891-1892; pres. CE 1892-1896; dep. fed. CE 1897-1898; sen. CE 1898-1903; dep. fed. CE 1903-1908; sen. CE 1908-1909; dep. fed. CE 1909-1914.

*José Freire Bezerril Fontenelle* nasceu em Viçosa (CE) em 9 de março de 1850, filho de Veríssimo Bezerril e de Maria Fontenelle Bezerril.

Ingressou na Escola Militar no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1871, e aí fez o curso de engenharia e bacharelou-se em matemáticas e ciências físicas. Foi promovido a tenente em 1877 e a capitão em 1879.

Personagem ativo da instalação da República no Ceará, foi secretário de Agricultura do primeiro governo republicano no estado, chefiado pelo tenente-coronel Luís Antônio Ferraz (16/11/1889-16/1/1891). Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro seguinte, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891 e o início, em junho, da legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até 1893. Já em 1892, porém, tornou-se membro da intendência municipal de Fortaleza e foi eleito para o Congresso estadual. Também sua carreira militar prosseguiu nesse período: foi promovido a major em 1890, a tenente-coronel graduado em 1891 e efetivo em 1892.

Ainda em 1892, após o episódio da deposição de José Clarindo de Queirós, foi eleito presidente do Ceará, tendo como vice-presidente Nogueira Acióli. Este tomou posse em seu lugar em 12 de julho e transmitiu-lhe o cargo em 27 de agosto. Governou até o fim do quadriênio, em 12 de julho de 1896, quando transferiu o governo novamente a Nogueira Acióli, agora eleito presidente do estado. Em 1894 foi promovido a coronel. Em sua administração, além de terem sido criados o Liceu do Ceará e a Repartição da Alfândega, foi instalada a Caixa Filial do Banco de Pernambuco no Ceará.

Eleito deputado federal em 1897, exerceu o mandato até o ano seguinte, quando passou a ocupar uma cadeira no Senado. Voltou à Câmara dos Deputados entre 1903 e 1908, ao



Senado de 1908 a 1909, e novamente à Câmara entre 1909 e 1914. Nesse último período, foi promovido a general de brigada em 1911 e reformou-se em março de 1912 como marechal graduado.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 30 de março de 1926.

Casou-se no Pará com Maria Joaquina Paranhos, filha do capitão Caetano da Silva Paranhos e de Joaquina Rosa da Silva Paranhos.

*Kleiton de Moraes*

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p. 73-74); STUDART, G. *Dicionário* (v.2, p.116-117).

## **FONTES JÚNIOR, Antônio Martins**

\* def. fed. SP 1930.

*Antônio Martins Fontes Júnior* nasceu em Santos (SP) no dia 2 de outubro de 1866, filho do coronel Antônio Martins Fontes e de Maria Antônia.

Após fazer os estudos preparatórios no Colégio de Itu, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1885 e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em novembro de 1889. Ainda estudante colaborou no *Correio de Santos*, jornal em que defendia a adoção da república no Brasil. Colaborou ainda nos jornais *Reação* e *Paulista*, folha que se identificava com o espírito revolucionário e doutrinário do republicanismo radical. Depois de formado instalou-se em Pindamonhangaba e em 30 de agosto de 1892 foi eleito vereador municipal na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP), mas não assumiu o mandato.

Em 30 de dezembro de 1894 foi eleito pela primeira vez deputado estadual em São Paulo, sendo reeleito no pleito seguinte. Usou seu posto de deputado para realizar benfeitorias em Pindamonhangaba. Melhorou o sistema de abastecimento de água, construiu a ligação férrea entre Pindamonhangaba e Campos do Jordão, construiu o Grupo Escolar e ajudou a criar a Escola de Farmácia e Odontologia. Ocupou durante nove anos ininterruptos a presidência da Comissão de Instrução Pública do Congresso Estadual. Destaques de sua carreira parlamentar foram a luta contra o monopólio das carnes verdes e a reforma do Ginásio da Capital, equiparando-o ao Ginásio Nacional. Foi ainda autor de dois projetos de criação da Força Pública em São Paulo. Foi eleito pela primeira vez para o Senado Estadual em fevereiro de 1916.

Em março de 1930 foi eleito deputado federal por São Paulo. Tomou posse em maio seguinte, mas teve o mandato interrompido em 23 de outubro com a vitória da Revolução de 1930, que fechou todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu em São Paulo no dia 16 de março de 1939.

Casou-se duas vezes: a primeira com Amélia Pestana, com quem teve três filhos, e a segunda com Maria Antonieta Gavinho, com a qual gerou mais três filhos.

*Dirceu Franco*

**FONTES:** CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FONSECA, A.; FONTES JR., A. *Senado*.

## **FONTES, Fiel**

\*dep. fed. BA 1924-1930.

*Fiel de Carvalho Fontes* nasceu em Salvador no dia 8 de junho de 1893, filho de Paulo Martins Fontes e de Elvira Fiel de Carvalho. Seu pai, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife e juiz federal, disputou o governo da Bahia em 1919 com J. J. Seabra. Entre os muitos membros de sua família que se destacaram estão seu avô materno, Fiel José de Carvalho e Oliveira, que foi deputado provincial; seu tio-avô e primo em segundo grau Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, que foi também deputado provincial, deputado geral e senador estadual; seu primo em segundo grau Antônio da Costa Pinto Dantas, que foi deputado estadual e federal (1909-1911); e ainda outro primo em segundo grau, João da Costa Pinto Dantas, que foi deputado estadual e federal (1903-1905 e 1935-1937).

Fez o curso de humanidades e os preparatórios em Salvador. Diplomou-se em ciências e letras em 1911, e em ciências sociais e jurídicas em 1916, pela Faculdade Livre de Direito da Bahia. Iniciou a carreira política elegendo-se deputado estadual para a legislatura 1915-1916. Terminado o primeiro mandato, reelegeu-se para os períodos 1917-1918 e 1919-1920. Quando da reestruturação do Partido Republicano Democrata da Bahia em assembleia realizada a 17 de junho de 1919, foi indicado para integrar o conselho geral do partido.

Nas eleições para a legislatura 1924-1926, conquistou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Renovou o mandato para as duas legislaturas seguintes, 1927-1929 e 1930-1932, mas nesta última teve o mandato interrompido devido à dissolução do Congresso Nacional em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Fixou então residência no Rio de Janeiro, onde passou a se dedicar à atividade empresarial, como presidente da Companhia de Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

Casou-se com Maria Balalai Duarte Fontes e teve três filhos.

*Jaime Oliveira do Nascimento*

**FONTES:** ABREU, A. *Dicionário*; ABRANCHES, J. *Governos*;. *Bahia Ilustrada* (ano v, n.33, dez. 1920). Dr. Paulo Fontes; BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (55-86); DANTAS, J. *Descendência*; *Diário Oficial do Estado da Bahia* ; MELLO, A. *Cartilha*;. SAMPAIO, C. *Canudos*; SAMPAIO, C. *Partidos*.

## **FONTOURA, JOÃO NEVES DA**

\*dep. fed. RS 1928-1930; rev. 1930; rev. 1932; dep. fed. RS 1935-1937; emb. Bras. Portugal 1943-1945; min. Rel. Ext. 1946 e 1951-1953.

*João Neves da Fontoura* nasceu em Cachoeira do Sul (RS) no dia 16 de novembro de 1889, filho do coronel Isidoro Neves da Fontoura e de Adalgisa Godói da Fontoura. Seu pai, sobrinho de José Joaquim de Andrade Neves, barão do Triunfo, fundou em 1901 a seção do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em Cachoeira do Sul e foi várias vezes eleito membro do Conselho Municipal e intendente (cargo correspondente ao do atual prefeito) da cidade. Após realizar os primeiros estudos em escolas públicas, João Neves frequentou o Ginásio Cachoeirense, de seu tio Artur Godói. Em 1898 foi matriculado, junto com seu primo Jacinto Godói, no Colégio dos Jesuítas de São Leopoldo (RS), na época denominado Ginásio Nossa Senhora da Conceição. Aí veio a ser companheiro de turma de Nereu Ramos, que mais tarde se destacaria na política nacional.

### **O BLOCO ACADÊMICO CASTILHISTA E A INICIAÇÃO POLÍTICA**

Em 1905, João Neves ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, na época centro de debates políticos e culturais estudantis. Na capital gaúcha, passou a frequentar diariamente, após as aulas, a casa de seu tio Olavo Godói, então diretor do jornal republicano *A Federação*. Nessas visitas, foi adquirindo alguma vivência dos problemas internos do PRR. De acordo com suas memórias, numa dessas tardes foi apresentado a Antônio Augusto Borges de Medeiros, que, na época, além de chefe do PRR, exercia também a presidência do Rio Grande do Sul.

Na faculdade, João Neves participou da chamada “geração 1907”, junto com Getúlio Vargas, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho, entre outros, que ganharam projeção nacional com as revoluções de 1923 e 1930. A iniciação política desse grupo se deu em 1907, quando da disputa pela sucessão no Rio Grande do Sul. Decididos a estender a campanha sucessória ao meio estudantil, Maurício Cardoso, João Neves e seu primo Jacinto Godói empenharam-se em organizar a mobilização política dos estudantes em apoio a Carlos Barbosa Gonçalves, o candidato indicado por Borges de Medeiros. Sua intenção era também incorporar ao PRR uma ala jovem, de modo a renovar um quadro que já vinha

apresentando sinais de desgaste.

Juntos, Neves, Cardoso e Godói redigiram um manifesto que resultou na criação do Bloco Acadêmico Castilhistas, apoiado ainda por Vargas e Paim Filho. Desse bloco participaram também alguns estudantes da recém-criada Escola de Guerra de Porto Alegre, que obteriam mais tarde renome no Exército e na política, como Eurico Gaspar Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Salvador César Obino. Durante a campanha, o PRR organizou para o Bloco Acadêmico um jornal diário, visando com isso a dar maior solidez ao movimento estudantil republicano. Paim Filho foi escolhido diretor do novo jornal, *O Debate*, cujos redatores seriam João Neves, Maurício Cardoso, Jacinto Godói e Odon Cavalcanti. Às vésperas do lançamento do jornal, porém, no início de junho de 1907, João Neves foi acometido de pleurisia, o que forçou seu afastamento e o retorno a Cachoeira do Sul. Realizado o pleito em novembro, Carlos Barbosa Gonçalves foi eleito, e, com o início das férias escolares, os principais componentes do Bloco Acadêmico se dispersaram, embora *O Debate* continuasse a ser publicado por mais alguns meses.

Em março de 1909, ainda quintanista de direito, João Neves foi convidado a ocupar o cargo de segundo promotor público da capital gaúcha, em substituição a Getúlio Vargas, que acabara de ser eleito deputado para a Assembleia dos Representantes. Segundo Héglio Trindade, esse posto, cujos ocupantes eram designados pelo governo do estado, era um dos estágios de aprendizado político pelo qual passavam as novas lideranças do PRR, já que as funções de um promotor “proporcionavam condições de destaque público..., sendo que o cargo na capital vinha se constituindo um lugar que os governos republicanos caprichavam em preencher com valores comprovados”. Antes de sua nomeação, João Neves havia sido escolhido um dos representantes que a Faculdade de Direito enviaria ao I Congresso de Estudantes, a ser realizado em São Paulo. Com a publicação, a 4 de maio, do ato governamental nomeando-o para a promotoria, viu-se impossibilitado de cumprir aquele compromisso. No final de maio passou a exercer as novas funções, pelas quais responderia nos dez meses seguintes.

Ainda em 1909, João Neves, junto com grande parte de seus antigos companheiros do Bloco Acadêmico, se recusou a participar da campanha eleitoral pela candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República, que tivera o apoio do PRR garantido por Borges de Medeiros, contra a candidatura civil de Rui Barbosa. Alegando que

Hermes nem ao menos pertencia ao PRR, João Neves se absteve de participar dos trabalhos de propaganda eleitoral, só não tendo tomado posição contrária em consideração à direção de seu partido.

Em dezembro de 1909, João Neves colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. A decisão que tomou então com respeito à sua vida profissional foi grandemente influenciada por Borges de Medeiros, que foi taxativo ao lhe afirmar que seu destino estava em Cachoeira do Sul. Decidido a voltar à cidade natal, João Neves ainda exerceu a promotoria por algum tempo, participando dos julgamentos do júri. No dia 16 de março de 1910 apresentou seu pedido de demissão e na semana seguinte partiu para Cachoeira do Sul. Pouco depois de sua chegada, começou a colaborar nos jornais locais *O Comércio* e *Rio Grande*, do qual mais tarde seria diretor.

Em 1912, Cachoeira do Sul, tradicionalmente dominada pelo PRR, teve sua vida política agitada pela renúncia do coronel Isidoro Neves da Fontoura ao novo mandato de intendente (1912-1916) para o qual fora eleito. Coube a João Neves substituir o pai — que manteve sua decisão de não voltar à política — na tentativa de reagrupar os republicanos locais. Desde então, passou a conjugar a liderança política local com a prática forense, o que o obrigava a constantes viagens pelo estado.

Em fins de 1917, sua saúde começou a apresentar sinais de debilidade. Aproveitando a trégua que se estabelecera na política do município, João Neves foi convencido pelo pai a ir ao Rio de Janeiro, então capital federal, para uma consulta médica. Viajou nos primeiros dias de janeiro de 1918 em companhia de seu médico, Baltasar de Bem, que à época já era um dos líderes do PRR em Cachoeira do Sul, e pouco depois teve confirmado o diagnóstico de tuberculose. A conselho médico, viajou então para São João del Rei (MG). Em fins de abril, após nova consulta, ficou decidido que deveria passar mais algum tempo em clima de montanha. Transferiu-se então para Belo Horizonte, onde, em companhia da família, permaneceu até o início de janeiro de 1919. Em meados de fevereiro, já se achava instalado de volta em Cachoeira do Sul. Pouco depois, reiniciava as atividades forenses.

Em meados de 1920, João Neves foi procurado por Baltasar de Bem — que desde a morte de Horácio Borges vinha exercendo a chefia política efetiva do município, embora não aceitasse a direção oficial do PRR —, o qual lhe propôs a eleição para a intendência, bem como a designação para a direção local do partido. Embora tenha recusado tais indicações,



João Neves se mostrou disposto a auxiliá-lo na elaboração de uma fórmula, da qual resultou a nomeação de Aníbal Loureiro como intendente provisório. A política local passou então a ser conduzida por uma comissão executiva formada por Neves, Baltasar de Bem e Loureiro, que foi mantida mesmo depois da eleição deste último para intendente efetivo da cidade.

#### NA ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES

Em 1921, João Neves da Fontoura teve seu nome incluído na chapa dos candidatos do PRR à Assembleia dos Representantes, cuja sessão ordinária se iniciaria em Porto Alegre a 20 de setembro para se encerrar dois meses depois — era essa a prática no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Conseguiu ser eleito, e sua estreia como tribuno constou da apresentação, junto com Baltasar de Bem, de um projeto de lei autorizando um empréstimo a Cachoeira do Sul no valor de dois mil contos de réis, para a execução dos serviços de água e esgotos.

Ainda em 1921, acompanhando a posição do PRR, João Neves participou da campanha da Reação Republicana, movimento que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Após o pleito, os republicanos gaúchos cessaram a oposição, atitude reforçada depois que, ainda no governo de Epitácio Pessoa, o Congresso aprovou a adoção de subsídios aos preços da carne, uma das medidas econômicas pleiteadas pela chapa derrotada.

Em 1922, a Assembleia dos Representantes só iniciou seus trabalhos em 17 de outubro. João Neves, como todos os demais deputados mais chegados aos chefes políticos republicanos, não esteve presente às sessões transcorridas antes do pleito de novembro, que escolheria o novo presidente do estado: nessa eleição defrontar-se-iam Borges de Medeiros, que se candidatava ao quinto mandato, e Joaquim Francisco de Assis Brasil, apoiado pela oposição. Durante a campanha eleitoral, os deputados republicanos permaneceram em seus municípios, participando dos serviços de alistamento e de visitas a correligionários. João Neves, por seu lado, não se limitou a colaborar com a comissão executiva de Cachoeira. Percorreu o município e algumas cidades vizinhas, promovendo reuniões e comícios e coordenando a ação dos cabos eleitorais.

Assim, os trabalhos da Assembleia só foram normalizados no início de dezembro, ao

mesmo tempo que a Comissão de Constituição e Poderes procedia ao exame das eleições. Em janeiro de 1923, encerrou-se a apuração: pela quinta vez, Borges de Medeiros conquistava a presidência do estado. Logo após a divulgação do resultado, Assis Brasil ainda tentou a criação de um tribunal arbitral, constituído de quatro deputados estaduais de cada facção, um deputado federal e um senador também de cada lado, sob a presidência de Bernardes — já empossado na chefia da nação —, para decidir sobre a validade das eleições. Borges de Medeiros aceitou em parte a proposta, exigindo porém que Bernardes fosse o único árbitro. A João Neves coube defender tal posição ao longo dos debates que se travavam. Do convívio com a oposição nesse período, resultou-lhe a certeza da proximidade de uma revolta, parecer que transmitiu a Borges pouco antes de sua posse.

Convictos de que houvera fraude, e procurando provocar a intervenção federal, Assis Brasil e seus partidários rebelaram-se contra o governo estadual. O movimento iniciou-se a 25 de janeiro de 1923, dia da posse do presidente estadual eleito, com uma série de levantes regionais que se espalharam rapidamente pelo estado. Na Assembleia dos Representantes, João Neves, juntamente com Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, pronunciou diversos discursos destinados a demonstrar que o PRR estava unido e solidário com Borges de Medeiros.

Em meados do ano, com a ida de Getúlio Vargas para a Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, João Neves foi indicado por Borges para substituí-lo na coordenação da maioria na Assembleia. Essa função fora desempenhada pela primeira vez, embora sem diploma expresso, por Getúlio, pois até 1921 o PRR vinha elegendo todos os deputados, o que dispensava a função do coordenador. A escolha de João Neves foi ratificada em reunião dos deputados republicanos, principalmente porque ele se destacara auxiliando Vargas durante a crise que se seguira às eleições de novembro de 1922, num desempenho que muito se aproximava do de um vice-líder.

Quando a luta armada já havia ultrapassado os primeiros seis meses de duração, os dirigentes republicanos começaram a discutir a conveniência da realização de um congresso partidário, o que não era feito desde 1889. Decidida sua convocação, marcou-se o início dos trabalhos para o dia 12 de outubro de 1923. Durante o congresso, João Neves — a quem coube pronunciar o discurso inaugural, explicando as razões do encontro —, Maurício Cardoso e Collor, por seus discursos e manifestos inflamados, tornaram-se figuras

destacadas. Nesse encontro, Borges de Medeiros — que não compareceu às reuniões — foi autorizado por seus correligionários a fazer algumas concessões ao general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, encarregado pelo presidente Artur Bernardes de pacificar o estado. A essa altura, contudo, a mediação de Setembrino já vinha tomando forma definitiva: no início de dezembro, o fim do conflito foi selado com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, que garantia a permanência de Borges no governo até o final do mandato, mas impedia nova reeleição.

No ano de 1924, em quase todos os municípios em que se realizaram eleições, o PRR conseguiu eleger seus candidatos. Em Cachoeira do Sul, foram eleitos o major Francisco Gama, prefeito, e Baltasar de Bem, vice-prefeito. João Neves teve seu mandato renovado na Assembleia dos Representantes, que só deu início às atividades em fins de outubro.

Ainda em outubro, no dia 29, sublevaram-se elementos das guarnições federais sediadas nas cidades gaúchas de Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, São Borja, Uruguaiana e Alegrete, sob a coordenação do então capitão Luís Carlos Prestes: esse novo movimento revolucionário, vinculado ao levante paulista de 5 de julho do mesmo ano, contou ainda com o apoio de diversos políticos da oposição gaúcha. A 10 de novembro, eclodiu em Cachoeira do Sul a rebelião do 2º Batalhão de Engenharia, combinada previamente com esses políticos. O levante ocorreu de madrugada sem que lhe fosse dado combate, já que a cidade não possuía força legal para tanto. Para impedir o avanço dos rebeldes pela campanha gaúcha, foi necessário o deslocamento, de Santa Maria (RS), da 2ª Companhia do 1º Regimento da Brigada Militar. A essa unidade se juntaram inúmeros civis, entre os quais João Neves da Fontoura, que teve destacada participação nos combates. A derrota das forças rebeldes ocorreu na localidade de Barro Vermelho.

#### NA INTENDÊNCIA DE CACHOEIRA DO SUL

A morte de Baltasar de Bem nesse combate acabou por deixar João Neves, que o substituiu na vice-intendência, sozinho na direção política de Cachoeira do Sul, já que Aníbal Loureiro pouco depois se transferiu para Itaqui (RS). Neves, contudo, só pôde retornar à sua cidade no início de 1925, pois os debates na Assembleia exigiam constantemente a presença do novo líder da maioria nas sessões e na tribuna.

Em meados de janeiro de 1925, com a doença de Francisco Gama, que se licenciou, João

Neves assumiu pela primeira vez, por um período de três meses, a intendência de Cachoeira. Em setembro, tornou a substituí-lo, dessa vez permanecendo no cargo até o final do período, em julho de 1928. Num primeiro momento, João Neves esteve propenso a forçar a renúncia de Gama, de modo a processar novas eleições, já que a sobrecarga de trabalho vinha forçando seu afastamento do escritório de advocacia. Após consulta a Borges de Medeiros, no entanto, convenceu-se da necessidade, para o PRR, de sua permanência à frente da intendência, o que o levou a abandonar o exercício da advocacia ao longo dos três anos em que ocupou o cargo. Nesse período, acumulou a intendência com a Assembleia de Representantes.

De modo geral, sua administração teve como preocupação principal a implantação do sistema de água e esgotos, com base no projeto desenvolvido pelo engenheiro fluminense Saturnino de Brito. Outros trabalhos realizados foram a pavimentação de ruas, a melhoria das vias de comunicação com as áreas rurais, a criação de um dispensário público e o aumento do número de escolas. Do governo estadual, João Neves conseguiu a criação da Escola Complementar, que, a partir de 1931, por ato do interventor José Antônio Flores da Cunha, passaria a se chamar Escola Normal João Neves da Fontoura.

Com relação à Assembleia dos Representantes, em 1925 os trabalhos da legislatura se iniciaram a 21 de setembro. Poucos dias depois, o caudilho Honório Lemes, até então foragido, invadiu a fronteira do Rio Grande do Sul, levando o governo de Borges de Medeiros a mobilizar tropas. Cada combate travado tinha forte repercussão nos debates da Assembleia, obrigando João Neves a constantes intervenções na tribuna em defesa dos pontos de vista do governo. Ao diminuírem as possibilidades de êxito de Honório Lemes, o deputado oposicionista Demétrio Xavier, ligado à Aliança Libertadora, apresentou à Assembleia uma indicação solicitando que a casa transmitisse ao governo da República seus votos a favor da decretação da anistia. Como líder da maioria, João Neves opôs reservas quanto à oportunidade e à forma de tal mensagem, embora afirmasse que era aos republicanos gaúchos que cabia estender a mão à oposição libertadora, de modo a buscar a pacificação política do estado. Ressaltou, contudo, que a anistia só poderia ser decretada pelo Congresso Nacional.

Em fins de 1926, no dia 15 de novembro, eclodiu no Rio Grande do Sul novo movimento armado, conhecido como Coluna Relâmpago, visando a impedir a posse de Washington

Luís na presidência da República: concentrada basicamente numa unidade do Exército em Santa Maria, a revolta foi liderada pelos irmãos Néelson e Alcides Etchegoyen, os quais, sem conseguir controlar a cidade, acabaram por abandoná-la.

Na manhã seguinte, João Neves, que então se encontrava em Porto Alegre, telegrafou para o delegado de Cachoeira do Sul, mandando que reunisse trezentos companheiros e formasse um corpo provisório (tropa irregular, composta de civis recrutados). Nesse mesmo dia, o próprio líder da maioria embarcou para sua cidade natal, levando consigo elementos da Brigada Militar, armas e munições para o corpo provisório. Reunidas as forças, no dia 17 os legalistas rumaram para Caçapava do Sul, por onde as tropas rebeldes, que então já haviam recebido a adesão de diversos elementos libertadores, forçosamente passariam em sua retirada em direção à campanha gaúcha. Após violento combate, os rebeldes se retiraram até a fronteira.

Dias depois, João Neves da Fontoura foi chamado a Porto Alegre para reassumir seu lugar na Assembleia dos Representantes, já que os debates exigiam o esclarecimento dos fatos pelo porta-voz do governo. Ao término dos trabalhos legislativos, João Neves, antes de retornar à sua cidade, entrevistou-se com Borges de Medeiros, que o informou de que o seu nome constaria da chapa a ser elaborada por ele, em meados de janeiro de 1927, já visando às eleições para a Câmara dos Deputados. Dias mais tarde, em carta a Borges, João Neves recusou sua candidatura, alegando ser seu objetivo retornar, após o término do mandato na intendência, a seu escritório de advocacia.

Em abril de 1927, foi realizada uma assembleia do PRR em Cachoeira do Sul, durante a qual João Neves da Fontoura foi eleito, por unanimidade, chefe único do partido no município. Essa escolha foi homologada logo em seguida por Borges e veio regularizar uma situação de fato vigente desde 1924.

Também em 1927, tiveram início as articulações visando à sucessão do presidente gaúcho. Embora impossibilitado pelo Pacto de Pedras Altas e pela emenda constitucional de se candidatar à reeleição, Borges de Medeiros havia conservado a chefia do PRR, o que lhe garantia a escolha de seu substituto. No início de agosto, o líder republicano comunicou oficialmente a Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda de Washington Luís, e a João Neves a escolha de seus nomes para compor a chapa que a direção do PRR apresentaria à convenção estadual.

A João Neves, o convite foi feito por intermédio de Sinval Saldanha, genro de Borges, que a 14 de agosto chegou a Cachoeira do Sul. Diante da recusa inicial de Neves, Sinval transmitiu-lhe a decisão do líder republicano de só aceitar sua negativa caso concordasse em ocupar uma das vagas de deputado que se abriria na bancada federal gaúcha com a composição do secretariado de Vargas. E nesse caso, João Neves seria designado líder da representação republicana gaúcha na Câmara. Assim pressionado, João Neves escreveu a Borges de Medeiros aceitando a indicação à vice-presidência.

No dia 12 de outubro, foi realizada a convenção do PRR que aprovou por unanimidade a chapa elaborada por Borges. O lançamento da chapa republicana alcançou também boa receptividade entre os libertadores, apesar de Vargas e João Neves terem sido líderes da maioria republicana na Assembleia dos Representantes no período em que as relações do PRR com as oposições atingiram seu nível mais crítico.

No dia 24 de novembro de 1927, foi realizado o pleito para o governo do estado, para o qual os libertadores não apresentaram candidato. Nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte, João Neves retornou a Porto Alegre para participar da apuração das eleições e da posse do novo presidente, a serem realizadas durante as sessões extraordinárias da Assembleia. Por volta do dia 10, contudo, caiu doente com pneumonia, o que acabou por afastá-lo da capital, não lhe permitindo participar das solenidades de posse de Getúlio Vargas, declarado eleito pela Assembleia no dia 1º de janeiro.

No início do mês seguinte, embora João Neves ainda estivesse em convalescença numa estância em Tarumã (RS), Getúlio convidou-o para ocupar uma das cadeiras vagas na Câmara dos Deputados com a ida de Osvaldo Aranha e Paim Filho para o secretariado do estado. Vargas alegava que seu governo vinha-se ressentindo da falta de um líder que tivesse autoridade tanto na política estadual quanto na federal. Mais uma vez alegando sua decisão de retornar à advocacia tão logo terminasse seu mandato, João Neves — que nos últimos anos havia-se tornado o homem público com maior acesso a Borges de Medeiros — recusou a indicação. No início de março, contudo, Getúlio voltou a insistir na questão, motivado principalmente pelo fato de que Otávio Rocha, escolhido para uma das vagas, acabara de falecer. Assim pressionado, João Neves aceitou a indicação. No início de abril voltou a Cachoeira do Sul, quando já se aproximavam as eleições que escolheriam seu sucessor na intendência. Logo após seu retorno, deu início às articulações junto a Borges de

Medeiros e a seus correligionários para a escolha de seu candidato.

### NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em maio de 1928 João Neves foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, passando a acumular o mandato parlamentar com a vice-presidência do estado: pela Constituição castilhista de 1891, a opção entre os dois cargos só se faria necessária se o vice-presidente fosse chamado a assumir o governo. Foi também designado líder da bancada do PRR na Câmara dos Deputados.

João Neves só deixou Cachoeira do Sul em julho, após ter inaugurado as obras de saneamento urbano resultantes de sua administração e ter assistido à vitória de seu candidato nas eleições para a intendência municipal. Antes de embarcar com a família para o Rio, passou alguns dias em Porto Alegre, onde procurou acertar com Vargas as linhas básicas da atuação da bancada republicana gaúcha diante do governo federal e conhecer sua opinião sobre as questões políticas que em breve deveriam se tornar o centro dos debates — como a questão da sucessão presidencial — embora a orientação da bancada nesse plano dependesse basicamente de Borges de Medeiros.

Como naquele momento já se falasse na possibilidade de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, ser apresentado como candidato de Washington Luís, João Neves — que via na indicação do paulista uma “quebra da tradicional alternância entre Minas e São Paulo, só interrompida por motivos excepcionais (Hermes da Fonseca e Eptácio Pessoa)” — procurou saber de Getúlio qual seria a posição do Rio Grande do Sul. Para o presidente gaúcho, naquele primeiro momento, a candidatura do político paulista se apresentava como inevitável, opinião que o novo líder da bancada não aceitou antes de proceder a um exame geral da situação. Diante do argumento de Vargas de que o estado não poderia e nem deveria liderar um movimento destinado a colocar um gaúcho no Catete, João Neves, segundo suas memórias, decidiu desenvolver na Câmara dos Deputados uma atuação que visasse ao lançamento, por forças políticas de outros estados, de uma candidatura gaúcha, de modo que ela pudesse ser aceita pelo governo do Rio Grande do Sul.

Em 22 de julho João Neves seguiu com a família para o Rio, a fim de assumir seu mandato na Câmara. Passando por São Paulo, encontrou-se com Júlio Prestes, que se mostrou vivamente preocupado com a reforma eleitoral defendida pelo Partido Democrático

Nacional (PDN), e com a questão da anistia aos revoltosos de 1922, 1924 e 1926. João Neves tranquilizou-o, afirmando que o governo gaúcho, embora favorável à adoção do voto secreto e à concessão da anistia, esperaria o amadurecimento dessas questões antes de assumir uma posição definitiva.

Ao prestar o compromisso regimental, no término da sessão do dia 30 de julho de 1928, João Neves era um político sem maior projeção nacional. Contudo, sua ambientação parlamentar foi rápida: alguns meses após sua estreia na Câmara, foi homenageado por outros parlamentares com um banquete no Jockey Clube do Rio. No final do ano, já acompanhava, na Câmara dos Deputados, as primeiras articulações feitas em torno da sucessão presidencial, mantendo Borges de Medeiros e Getúlio Vargas permanentemente informados: iniciava assim sua atividade de articulador político, como elo de ligação entre a chefia do PRR, o governo gaúcho e seus interlocutores nacionais.

Logo nos primeiros meses de seu mandato, João Neves observou que o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, vinha se comprometendo cada vez mais com declarações que traduziam seu desejo de se candidatar, apesar de não possuir condições objetivas para fazê-lo por não dispor, na máquina eleitoral dos estados, do apoio de elementos de prestígio para enfrentar o Catete. Já nesse momento, o novo líder da bancada republicana gaúcha vislumbrou a oportunidade de Minas vir a patrocinar uma candidatura gaúcha. Assim, no dia 6 de novembro de 1928, ao lhe ser prestada uma homenagem oficial, pronunciou um discurso aprovado por Borges e Vargas em que colocava o Rio Grande do Sul numa posição independente em relação à sucessão presidencial.

Poucos dias depois, foi realizado outro banquete, dessa vez em São Paulo, reunindo a direção do Partido Republicano Paulista (PRP), ao qual compareceu também o deputado do PRR José Antônio Flores da Cunha. Em seu discurso Flores acabou por se solidarizar com a candidatura presidencial de Júlio Prestes, afirmando ao final que paulistas e gaúchos marchariam “unidos, ombro a ombro”. Esse discurso provocou o protesto, junto a Borges de Medeiros e a Vargas, de João Neves, que considerou a presença de Flores no banquete parte do esforço paulista para neutralizar a repercussão obtida por seu discurso do dia 6. Motivou-o também o desejo de reforçar sua autoridade como líder da bancada junto aos demais deputados, já que tal tipo de pronunciamento só deveria ser feito através da liderança.



Desse incidente, resultou o pedido de renúncia de Flores, que foi recusado por Getúlio, e a assinatura pela bancada republicana de uma declaração reconhecendo João Neves como “legítimo líder”. Segundo o historiador Hélio Silva, o episódio não consistiu num choque entre dois homens, mas sim entre duas tendências: enquanto Neves só via a possibilidade de uma reação através da aliança do Rio Grande do Sul com Minas contra o Catete, Flores acreditava numa solução que conciliasse Washington Luís e Getúlio Vargas. Ultrapassada a crise, verificou-se na política gaúcha uma predominância da tendência de oposição a Washington Luís. “Apresentava-se”, escreve Héglio Trindade, “a possibilidade, ao Rio Grande do Sul, de participar do jogo de poder nacional colocando-se não como uma terceira força dependente de Minas Gerais ou São Paulo, mas de adquirir peso de peça-chave no desencadeamento do processo.”

Com o término do ano legislativo, João Neves retornou a Cachoeira do Sul. Em fevereiro de 1929, encontrou-se com Borges de Medeiros e discutiu a questão da sucessão presidencial com base nas observações feitas durante sua estada no Rio. Ao término do encontro, ficou decidido que, se consultados sobre a “solução paulista” — ou seja, a indicação de Júlio Prestes —, os gaúchos deveriam não só condicionar a aceitação ao voto da maioria real das forças políticas, mas também exigir a apresentação prévia do programa do candidato, que deveria incluir medidas de apaziguamento e de anistia. Para Borges, a candidatura de Getúlio era plenamente viável.

Ao retornar ao Rio, João Neves encontrou a candidatura de Júlio Prestes mais claramente definida — embora ainda não oficializada —, o que provocou a cisão entre São Paulo e Minas. A partir de então, o governo mineiro se aproximou do Rio Grande do Sul — cujo peso nas eleições seria considerável —, visando com isso a lançar um candidato de oposição. Como líder da bancada republicana, coube a João Neves representar o governo gaúcho e a chefia do PRR durante as negociações, o que intensificou a correspondência trocada com Getúlio Vargas e Borges de Medeiros.

#### NO PACTO DO HOTEL GLÓRIA E NA ALIANÇA LIBERAL

Em 17 de junho de 1929, João Neves da Fontoura firmou, junto com Francisco Campos e José Bonifácio de Andrada e Silva, ambos representantes do Partido Republicano Mineiro (PRM), um pacto — conhecido como o Pacto do Hotel Glória, documento base da

Aliança Liberal — onde ficaram acertados, entre outros pontos, o veto de Minas ao nome de Júlio Prestes, a retirada da candidatura de Antônio Carlos e o lançamento de um gaúcho, Borges de Medeiros ou Vargas, para encabeçar a chapa oposicionista. Ficou decidido, também, que o pacto só vigoraria para o Rio Grande do Sul após a aprovação de Borges. Para tanto, João Neves confiou aos irmãos João e Filipe Daudt de Oliveira — seus amigos desde os tempos da Faculdade de Direito — a tarefa de levar o acordo para o líder do PRR no Rio Grande do Sul.

Para referendar o pacto, contudo, Borges de Medeiros estabeleceu algumas condições: 1) o lançamento da candidatura oposicionista deveria ser feito por Minas; 2) Washington Luís deveria ser comunicado oficialmente das articulações (essa condição seria posteriormente retirada); 3) deveria ser realizada uma convenção nacional para a homologação da chapa; e 4) o candidato deveria ser Vargas, e não o próprio Borges. Considerando inoportuna a realização da convenção nacional, João Neves, juntamente com Antônio Carlos, conseguiu convencer Borges de Medeiros, que concordou com sua substituição por uma convenção simples do PRM em Belo Horizonte. Quanto a Getúlio Vargas, Neves recebeu carta datada de 1º de julho de 1929 em que este afirmava não ter objeções ao acordo e tampouco a uma candidatura gaúcha lançada por Minas, mas declarava também não desejar ser ele próprio o candidato. Por fim, após muita hesitação, João Neves obteve a aprovação de Borges e de Vargas para os termos do acordo.

Segundo Héglio Trindade, a condução das articulações secretas feitas por João Neves e os políticos mineiros teve de ser desenvolvida de forma cuidadosa, “especialmente no interior do próprio PRR, em função, de um lado, das hesitações de Getúlio, que temia as consequências econômicas para o estado no caso de uma ruptura aberta com o governo federal; de outro, da divergência de orientação com outros líderes do partido (Flores da Cunha e Paim Filho) e com a própria bancada na Câmara de Deputados”.

Durante o mês de julho, João Neves desenvolveu várias iniciativas de modo a definir um nome para a vice-presidência da chapa oposicionista. Após algumas tentativas, obteve, por intermédio de Epitácio Pessoa, a concordância do presidente da Paraíba, João Pessoa. Também nesse mês, convocou a bancada gaúcha, colocando-a a par do pacto.

Em 30 de julho, a comissão executiva do PRM lançou a candidatura de Getúlio Vargas e de João Pessoa, respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. Vargas,

contudo, condicionou sua indicação à obtenção do apoio do Partido Libertador (PL) gaúcho, o que foi garantido através da formalização da Frente Única Gaúcha (FUG), integrada pelo PRR e pelo PL, a 1º de agosto. No dia seguinte, realizou-se no Distrito Federal a primeira reunião dos parlamentares de oposição, ocasião em que João Neves apresentou as linhas de atuação a serem adotadas e propôs com êxito que a liderança oposicionista na Câmara coubesse ao deputado José Bonifácio. No encontro foi ainda constituída uma comissão executiva para dirigir a campanha eleitoral da oposição, tendo surgido aí a designação “Aliança Liberal”, que só seria lançada oficialmente no dia 21 de setembro.

O rompimento oficial com o governo ocorreu durante a sessão legislativa da Câmara de 5 de agosto, ocasião em que os deputados aliancistas procuraram justificar o rompimento dos mineiros com o argumento da interferência de Washington Luís em sua própria sucessão. Discursando após a intervenção de José Bonifácio, João Neves justificou a candidatura de Getúlio Vargas e esclareceu a opinião pública sobre a luta sucessória. Nessa ocasião, teve de enfrentar — pela primeira vez desde sua ida para a Câmara dos Deputados — cerrado debate com o líder da maioria, o paulista Manuel Vilaboim, e outros parlamentares ligados ao situacionismo. Esse seu pronunciamento tornou-se o marco inicial da campanha da Aliança Liberal. Ainda em agosto, João Neves renunciou à Comissão de Finanças da Câmara, na qual era o relator do orçamento da Guerra.

Cerca de um mês depois do início da campanha liberal — iniciada oficialmente durante a convenção de 21 de setembro —, Fernando de Melo Viana, vice-presidente da República e mineiro, rompeu com o PRM por discordar da indicação de Olegário Maciel para o governo de Minas, indispondo-se em seguida com a Aliança Liberal. Ainda em outubro, em reunião com João Neves, Paim Filho e Flores da Cunha, Vargas mostrou-se favorável a uma conciliação, sobretudo diante da cisão que se verificara na política mineira, reduzindo as possibilidades eleitorais no estado. O presidente gaúcho afirmou não ver inconveniência em abrir mão de sua candidatura, desde que Júlio Prestes aceitasse os principais pontos do programa da Aliança Liberal.

No início de novembro, enquanto Vargas procurava estabelecer a conciliação com Washington Luís — já contando para isso com a concordância de Antônio Carlos, visando à escolha de um *tertius* —, João Neves viajou para Belo Horizonte em companhia dos

deputados gaúchos Ildefonso Simões Lopes, vice-presidente da Aliança Liberal, e Lindolfo Collor a fim de discutir com os líderes mineiros as consequências do rompimento de Melo Viana com o PRM. Retornando de Minas, os três gaúchos mostraram-se decididos a dar novo impulso à campanha, aproveitando a crise em que se encontrava a cultura do café.

Em dezembro, enquanto Vargas enviava Paim Filho a São Paulo e ao Rio para negociar o acordo com Júlio Prestes e Washington Luís, a campanha eleitoral assumia novo ritmo, principalmente porque a maioria governista decidira não dar *quorum* às sessões da Câmara, impedindo, assim, o pronunciamento dos deputados oposicionistas. Em resposta a essa decisão, os integrantes da Aliança Liberal resolveram promover comícios públicos nas escadarias do palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados.

Já em meados do mês, Paim Filho estabelecia, sigilosamente, um *modus vivendi* entre o governo federal e o Rio Grande do Sul, através do qual Vargas assumia os compromissos de não fazer propaganda eleitoral fora de seu estado, conformar-se com o resultado das eleições, apoiar o governo federal, e, caso fosse eleito, manter boas relações com São Paulo. Por sua vez Washington Luís e Júlio Prestes, entre outros pontos, concordaram em reconhecer, na apuração das eleições de representantes ao Congresso Nacional, os candidatos gaúchos diplomados, aceitar a possível eleição de Vargas e, no caso da vitória de Prestes, restabelecer as relações entre o governo federal e o Rio Grande do Sul nos termos anteriores à crise sucessória. Segundo João Neves da Fontoura, esse acordo foi responsável pelo fato de não ter havido “depuração” na bancada gaúcha eleita em 1930, ao contrário do ocorrido em Minas Gerais e na Paraíba.

Apesar do sigilo em que foram envolvidas as negociações com Washington Luís e Prestes, a ida de Paim Filho a São Paulo, Minas e Rio logo despertou em João Neves a certeza de que o objetivo dessa viagem fora entrar em entendimento com o governo federal. Sendo contrário a qualquer tipo de acordo, como líder da bancada republicana gaúcha procurou impedir, de todas as formas, esse entendimento, tendo mesmo solicitado a Vargas que desmentisse os boatos que vinham surgindo sobre a natureza da “missão Paim”. O presidente gaúcho, contudo, se recusou a fazê-lo.

No entanto, em 30 de dezembro de 1929, rompendo o acordo estabelecido com Washington Luís, Getúlio Vargas chegou ao Rio de Janeiro, e aí, três dias mais tarde, leu a plataforma da Aliança Liberal. O início de 1930 foi marcado, assim, pela intensificação da campanha

aliancista, em especial com a organização de caravanas para percorrer os estados. João Neves da Fontoura integrou o grupo que, no dia 23 de janeiro, deixou o Rio para percorrer os estados do Norte e Nordeste. Chefiada por João Pessoa, essa caravana, após passar pelos estados de Pernambuco e Paraíba, subdividiu-se, tendo o político gaúcho ficado com o grupo que percorreu ainda Alagoas e Bahia.

No pleito de 1º de março de 1930 João Neves teve seu mandato renovado. Com a vitória de Júlio Prestes nas eleições presidenciais, entretanto, ocorreu uma divergência entre os integrantes da Aliança Liberal, em especial dentro do PRR, que manteve uma posição indefinida: enquanto o grupo liderado por João Neves e Osvaldo Aranha passou a lutar pela organização de um levante armado, outros aliancistas, entre eles Borges de Medeiros, deram por encerrada a tarefa da coalizão. Essa divergência ficou evidenciada ainda em março, quando Borges declarou, em entrevista publicada pelo jornal *A Noite* no dia 19, que “a campanha eleitoral e a FUG foram encerradas em 1º de março”. Tais declarações provocaram forte reação em alguns aliancistas, que, tendo à frente João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha, passaram a protestar contra os resultados eleitorais, tachando-os de fraudulentos. João Neves, que então se encontrava em Cachoeira do Sul, chegou a desmentir o abandono da luta, ao mesmo tempo em que Borges, pressionado, voltava a admitir a continuidade da Aliança Liberal através da ação parlamentar e da pregação doutrinária.

A crise vivida pelo PRR e a indefinição política do governo gaúcho se refletiram sobre a FUG e a Aliança Liberal: sem uma posição definida de Vargas, os aliancistas dificilmente poderiam se manifestar, fechando-se, assim, a única área de atuação da FUG. A maioria da bancada do PRR eleita para a Câmara se mostrava desorientada, tendendo a aceitar a situação. Borges, por seu lado, encontrando-se ausente de Porto Alegre, encarregou o presidente gaúcho de fixar, junto com os deputados e senadores, a linha de conduta a ser adotada pela bancada.

Durante as articulações para a definição da linha política da bancada republicana na legislatura que se iniciaria em maio, Osvaldo Aranha, como representante de Vargas, encontrou-se algumas vezes com Borges. Numa dessas ocasiões, depois de se mostrar de acordo com o prosseguimento da luta, condenando mesmo a adesão à política dominante, Borges insistiu para que João Neves fosse à sua fazenda. Assim, no início de abril, João

Neves dirigiu-se a Irapuazinho, tendo antes preparado — com base nas conversações que tivera ao longo do mês anterior com Aranha, Collor e Vargas — um memorando em que fixava algumas ementas relativas às principais normas pelas quais, no seu entender, a bancada republicana deveria pautar sua atuação.

Conhecido como *Heptálogo do Irapuazinho*, esse documento, que contou com a aprovação de Borges, estabelecia que: 1) o governo do Rio Grande do Sul deveria manter relações apenas oficiais com o governo de Washington Luís e com o de Júlio Prestes; 2) a bancada republicana gaúcha na Câmara deveria manter-se em oposição não sistemática ao governo, defendendo a plataforma aliancista e apresentando projetos de lei de reforma eleitoral; 3) a bancada deveria manter estreito contato com outros elementos aliancistas, visando a constituir o núcleo de um futuro partido; 4) a bancada deveria defender os parlamentares de Minas Gerais e Paraíba que haviam sido eleitos, mas não foram reconhecidos pelas juntas apuradoras; 5) a bancada deveria dar assistência aos governos de Minas e da Paraíba para que resistissem à intervenção federal, além de fornecer armas para que este último estado sufocasse a rebelião de Princesa (movimento iniciado em fevereiro de 1930 contra o governo de João Pessoa); 6) a bancada deveria reconduzir à sua liderança o antigo titular do posto, e 7) todos os representantes republicanos na Câmara e no Senado deveriam observar integral subordinação às determinações vindas da chefia suprema do partido (Borges) e da presidência do estado (Vargas).

Ao término do encontro, Borges de Medeiros recomendou apenas que João Neves enviasse o memorando a Getúlio — o que foi feito dois dias depois, por intermédio de Collor —, para que ele opinasse. Em fins de abril, João Neves recebeu a resposta do presidente gaúcho, que se mostrou contrariado com a inversão das praxes até então adotadas pelo partido: no entender de Vargas, com esse documento a bancada estava determinando a orientação a ser adotada pelo partido e pelo governo gaúcho.

Enquanto, em Cachoeira do Sul, João Neves preparava um manifesto de renúncia ao mandato, no Rio de Janeiro o recém-eleito senador Paim Filho prestava declarações discordando da diretriz adotada pela bancada do PRR — de continuação da luta da Aliança Liberal —, informando ainda que ela, além de resultar da interferência de João Neves, não contava com o apoio de Vargas. Em suas memórias, João Neves afirma que a discordância do presidente gaúcho se limitava apenas ao aspecto formal da questão, de como fora

encaminhada a decisão, e não dizia respeito à diretriz adotada, tendo sido a divergência entre os dois eliminada por intermédio de Osvaldo Aranha, que o convenceu a reassumir a liderança da representação gaúcha.

Em maio, Borges de Medeiros ainda se mantinha numa posição conciliadora, procurando evitar a cisão no interior do PRR, já que a existência das duas correntes antagônicas tornava-se cada vez mais visível. Com o propósito de contornar a crise, Paim Filho sugeriu ao líder republicano a realização de uma convenção, a que deveriam comparecer senadores, deputados federais e estaduais, intendentes e chefes locais. Borges, contudo, preferiu discutir apenas com Vargas a atuação da bancada republicana gaúcha na Câmara. Desse encontro, ficou decidido que João Neves, que àquela altura já vinha falando abertamente nos preparativos de um movimento armado, continuaria como líder da bancada, embora só pudesse agir com seu consenso: em caso de divergências sobre questões políticas, o consultado seria Borges e, em caso de dúvida sobre a administração, as consultas seriam feitas a Vargas.

Com a aprovação do *Heptálogo*, João Neves retornou afinal ao Rio de Janeiro e aí, no dia 21 de maio, tomou posse na Câmara dos Deputados. Assumiu, então, a liderança da luta parlamentar contra o não reconhecimento dos deputados aliancistas eleitos pela Paraíba e por Minas, denunciando fraudes nas eleições. Por outro lado, o prosseguimento do conflito desencadeado em Princesa levou João Neves e José Bonifácio a concentrarem seus protestos nas arbitrariedades cometidas na Paraíba, em especial na tentativa de intervenção feita pelo governo federal.

A situação do PRR complicou-se quando Borges de Medeiros, em nome da comissão central, enviou aos chefes locais uma carta-circular dando por extinta a FUG e ameaçando de repressão as manifestações em contrário. Enquanto isso, Luís Aranha era enviado ao Rio e a Belo Horizonte para informar aos líderes aliancistas que o PRR e o governo gaúcho estavam “decididos à luta até as últimas consequências”, o que incluía o apoio ao movimento armado. Borges afirmava, por seu lado, que deveriam ser feitos todos os esforços para evitar o desencadeamento da revolução. A Getúlio Vargas, Borges aconselhou, caso fosse inevitável a revolução, não apoiar o governo federal, mas, ao mesmo tempo, não envolver o Rio Grande do Sul no movimento. Sua sugestão, em resumo, era para que Vargas se mantivesse diante da revolução em “atitude passiva, mas simpática”.

Em fins de junho, decepcionado com a vacilação de Vargas, Osvaldo Aranha pediu demissão da Secretaria do Interior, o que motivou a ida de João Neves a Porto Alegre, visando a intensificar a articulação do movimento armado. João Neves foi provisoriamente substituído por Lindolfo Collor na liderança dos republicanos na Câmara.

No dia 26 de julho, João Pessoa foi assassinado em Recife. Interpretado como um ato político de seus adversários, o assassinato reagrupou as forças de oposição a Washington Luís em torno da idéia revolucionária, principalmente depois que o Ministério da Justiça decretou a intervenção federal na Paraíba a fim de pacificar o estado. No início de agosto, Maurício Cardoso foi enviado a Porto Alegre para participar dos entendimentos com Borges de Medeiros a fim de conseguir sua adesão ao movimento armado. Até então, João Neves, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor — que continuava a substituir o primeiro na liderança da bancada republicana —, Maurício Cardoso e o tenente João Alberto Lins de Barros se dispunham a detonar o movimento armado mesmo sem possibilidade de êxito, de modo a cumprir os compromissos assumidos. Chegaram a marcar o início do levante para o dia 26 de agosto, mas essa data foi adiada pelo Rio Grande do Sul, já que a 25 de agosto Borges de Medeiros se decidiu em favor do movimento, que teve assim sua eclosão marcada para o dia 3 de outubro simultaneamente no Rio Grande do Sul, em Minas e na Paraíba.

### NA REVOLUÇÃO DE 1930

A João Neves da Fontoura coube a organização do movimento em Cachoeira do Sul. Para tanto, manteve frequente contato com Borges de Medeiros, com oficiais do 3º Batalhão de Engenharia e do 3º Grupo Independente de Artilharia Pesada, além de participar das articulações com elementos de todos os estados. A partir de meados de setembro, a preparação do movimento aumentou de intensidade, embora os conspiradores ainda não contassem com o apoio de muitos oficiais da guarnição federal.

Em Cachoeira do Sul, o levante se desenrolou sem qualquer contratempo: no entardecer do dia 4 de outubro, as unidades federais da cidade já se achavam reorganizadas pelos revolucionários, prontas para seguir para o norte do estado, de onde rumariam para São Paulo e Rio. O sucesso da revolução no Rio Grande do Sul, contudo, dependia do controle de Porto Alegre, sede da 3ª Região Militar (3ª RM), onde algumas das guarnições ainda



resistiam. Depois de controlada a situação em todo o estado, as forças revolucionárias foram reestruturadas em batalhões, formados pelas tropas federais e por voluntários. Assim, já no dia 5 partia o primeiro batalhão gaúcho, sob o comando de Alcides Etchegoyen.

Decidido a assumir o comando revolucionário, Getúlio Vargas transferiu o governo do estado a Osvaldo Aranha e não ao vice-presidente, João Neves. Em carta datada de 7 de outubro, Vargas informou a este último que, dada a incerteza do desfecho do movimento, não poderia prescindir do líder da bancada na Câmara, o que fatalmente ocorreria caso João Neves viesse a substituí-lo. Recomendou, ainda, que o deputado permanecesse no Rio Grande do Sul e evitasse se pronunciar sobre o movimento.

Essa carta provocou o descontentamento de João Neves, que, decidido a embarcar com as tropas revolucionárias, enviou telegrama a Vargas. Na mensagem, após afirmar que não se oporia às medidas por ele determinadas, João Neves apresentava seu pedido de renúncia à vice-presidência e informava-o ainda de que seguiria com as forças gaúchas. Para resolver o problema que se estabelecera entre Vargas e João Neves, e entre este e Aranha, foram feitas diversas tentativas, sem que fossem obtidos maiores resultados. O incidente foi dado por encerrado por João Neves ao receber carta de Vargas afirmando a continuidade da amizade entre ambos a despeito da divergência política. Quanto a Aranha, contudo, permaneceu a incompatibilidade. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, a “latente rivalidade de João Neves com Osvaldo Aranha prejudicou-o mais do que ele queria admitir”.

Em 12 de outubro, Neves incorporou-se às tropas que, acompanhadas do estado-maior revolucionário, seguiam rumo ao Distrito Federal. Em Ponta Grossa (PR), o estado-maior decidiu permanecer estacionado, até que a marcha das operações aconselhasse novo deslocamento. Nessa ocasião, ao ser convidado por Vargas a permanecer junto ao alto comando, João Neves preferiu seguir com o restante da tropa para a frente de combate, o que o levou a se integrar à coluna comandada por Flores da Cunha. Composta pelo 8º Regimento de Cavalaria do Exército, pelo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e por voluntários, a coluna seguiu para Sengés (PR), onde se incorporou ao destacamento de Miguel Costa, general comissionado pela revolução. Sob o comando de Miguel Costa se achava o setor militar que preparava o ataque a Itararé, cidade paulista próxima à fronteira do Paraná onde se situava a mais importante frente legalista,

comandada pelo coronel Arnaldo de Sousa Pais de Andrade, e que apresentava forte concentração militar, apoiada por canhões e artilharia.

Em 23 de outubro, foi ordenada a preparação da ofensiva sobre São Paulo, marcada a princípio para o dia 25, tendo cabido ao destacamento Flores da Cunha envolver Itararé pelo norte, de modo a impedir a retirada das forças governistas pela estrada de ferro. Nessa ocasião, João Neves foi convidado por Miguel Costa a ocupar o posto de conselheiro político de seu estado-maior. Alegando preferir permanecer afastado de qualquer compromisso, o político gaúcho escusou-se do convite. Sua colaboração com o comando restringiu-se a uma participação esporádica no *Jornal do Soldado*, panfleto impresso e distribuído pelas diversas colunas militares.

O combate de Itararé, no entanto, não veio a ocorrer, já que no dia 24 chegou ao acampamento revolucionário a notícia da deposição de Washington Luís no Rio por uma chamada junta pacificadora, formada pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto, e pelo almirante Isaías de Noronha. Confirmada essa informação, o comando revolucionário decidiu parlamentar com as tropas legalistas de modo a evitar um combate desnecessário. Coube a João Neves redigir uma mensagem, assinada por Miguel Costa e Flores da Cunha, propondo o entendimento. O documento foi levado a Itararé por Glicério Alves, que retornou em companhia do coronel Pais de Andrade. Durante as conversações que se seguiram, foi decidido que as tropas legalistas apresentariam uma convenção militar de capitulação, assinada ainda na tarde do dia 25.

Nessa mesma noite, João Neves da Fontoura partiu para São Paulo junto com os emissários de Vargas. Enquanto isso, a junta militar, num de seus primeiros atos, nomeava para o governo paulista o general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª RM e amigo de Júlio Prestes, medida vista com desconfiança pelos políticos gaúchos. Ainda durante a viagem, Getúlio Vargas enviou a João Neves diversos telegramas, pedindo-lhe que o aguardasse em São Paulo.

Quando João Neves chegou à capital paulista, Hastínfilo de Moura já havia regressado ao Distrito Federal, e a junta havia indicado o nome de Francisco Morato, líder do Partido Democrático (PD), de São Paulo, para substituí-lo. A questão do governo de São Paulo atingiu o impasse com o telegrama de Vargas a Morato, pedindo-lhe que não tomasse posse antes de se entender com João Alberto, designado delegado militar da revolução em São

Paulo, e com Miguel Costa. João Neves, por seu lado, desde que a questão se colocara, vinha defendendo a entrega do governo paulista ao PD, principalmente porque esse partido fora um dos aliados dos gaúchos e mineiros tanto durante a campanha da Aliança Liberal quanto na revolução.

Por insistência de Virgílio de Melo Franco e de João Alberto, João Neves, que até então vinha tentando evitar qualquer pronunciamento sobre a questão, encontrou-se com Morato. Na ocasião, embora não chegasse a pedir-lhe que desistisse do governo de São Paulo, conseguiu que Morato aguardasse a chegada de Vargas antes de tomar qualquer decisão. Ainda a pedido de João Alberto, João Neves reuniu-se também com o secretariado paulista que se havia formado desde a queda de Washington Luís. Procurando evitar uma segunda crise, Neves conseguiu desvincular o problema do secretariado do caso Francisco Morato: o secretariado permaneceria em seu posto, aguardando que Getúlio decidisse o caso, enquanto João Alberto continuaria a desempenhar a função de delegado militar da revolução no estado. Após a reunião, foi divulgada nota oficial consignando aquela deliberação.

Na noite do dia 28, participando das comemorações que se seguiram à chegada de Vargas, João Neves, em discurso onde justificava o movimento revolucionário, declarou que as tropas gaúchas que haviam chegado a São Paulo tinham por lema a entrega do governo do estado aos próprios paulistas. Pouco mais tarde, em conversa com Vargas, foi indagado sobre quando partiria para o Rio Grande do Sul para assumir o governo do estado. João Neves informou a Vargas que não assumiria o cargo, já que seu pedido de renúncia, feito quando ainda se encontrava em Cachoeira do Sul, era definitivo. Comunicou-lhe também sua decisão de seguir para o Rio. A partir desse momento, João Neves procurou se afastar dos círculos oficiais, vindo a tomar conhecimento da instauração do governo provisório de Vargas em 3 de novembro somente através da imprensa.

## O GOVERNO PROVISÓRIO E A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

No dia 4 de novembro, já no Rio, João Neves da Fontoura enviou telegrama ao presidente da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul comunicando sua renúncia à vice-presidência do estado. Nesse mesmo sentido, redigiu manifesto ao povo gaúcho e enviou comunicado a Borges de Medeiros e a Assis Brasil, onde afirmava, ainda,

que a divergência com Vargas remontava à época do *Heptálogo*. Dois dias depois, foi chamado por Getúlio, que lhe ofereceu, num primeiro momento, o governo do Rio Grande do Sul e, em seguida o Ministério da Justiça. Após ter recusado os dois cargos, João Neves acabou por aceitar a consultoria jurídica do Banco do Brasil, função que acumularia com o escritório de advocacia que instalou no Rio. Poucos dias depois, em entrevista à imprensa, o ex-vice-presidente gaúcho afirmou que a revolução de 3 de outubro deveria marcar para o Brasil o início da renovação política e social, devendo a população participar da “reconstrução nacional”, cuja orientação estaria no programa da Aliança Liberal.

Após a vitória da revolução, a atuação dos partidos políticos gaúchos ainda se mostrou estreitamente ligada à FUG, tendo o governo tentado evitar, a todo custo, a concretização de um movimento de oposição que viesse a receber apoio de outros grupos oposicionistas que vinham se articulando nos demais estados. Dentro do PRR, no entanto, verificaram-se desde logo algumas divergências quanto ao encaminhamento do processo nacional. Enquanto Borges de Medeiros, ainda na chefia do partido, se mostrava preocupado em apressar o fim do regime de exceção que se estabelecera com o governo provisório, Flores da Cunha — nomeado interventor no Rio Grande do Sul em 28 de novembro — e uma parte do partido encaravam com otimismo os rumos tomados pela revolução e mostravam-se confiantes na atuação de Getúlio Vargas à frente do governo. Já no início de dezembro de 1930, João Neves, em carta a Borges, alertava para o que considerava os dois principais erros do governo provisório: por um lado, a nomeação dos interventores e a instituição do Tribunal Revolucionário e, por outro, a criação do Vice-Reinado do Norte, tendo à frente Juarez Távora.

Segundo Hégio Trindade, nos dois anos seguintes à revolução, João Neves desenvolveria uma ação informal na chamada “política dos bastidores”, atuando como “articulador das forças políticas estaduais que apoiaram a Aliança Liberal, e, ao mesmo tempo, interlocutor destes grupos junto ao chefe do novo governo (...). Sua ação, embora coerente com sua pregação revolucionária, [entrava] em conflito com a nova ordem na medida em que, contraditoriamente, [ajustava-se] mais com o estilo dos regionalismos da Velha República do que com a direção centralizada e nacional infundida pelo governo provisório, sob a inspiração dos ‘tenentes’ e do ministro da Justiça, Osvaldo Aranha”.

No início de 1931, foram criadas diversas legiões revolucionárias no país. No Rio Grande

do Sul, a idéia de criar a Legião de Outubro gerou o receio de que a vida partidária do estado sofresse um desequilíbrio. João Neves foi um dos políticos do PRR que, juntamente com Borges de Medeiros, se empenhou no combate à criação de tais agremiações, enquanto Flores da Cunha, ao contrário, as considerava movimentos destinados à defesa, à fiscalização e à execução dos princípios da revolução.

Ao longo do ano, essas diferenças de opinião quanto ao papel dos partidos políticos indicavam que o centro do debate político estava sendo dirigido para o problema da convocação de uma constituinte. No Rio Grande do Sul, até fins de 1931, tanto o PRR quanto o PL, embora defendendo a constitucionalização, não chegaram a hostilizar o governo provisório. Em novembro, João Neves conseguiu promover a reaproximação das forças políticas gaúchas, reunindo em sua residência, em Cachoeira do Sul, Borges de Medeiros, Raul Pilla (líder do PL) e o interventor Flores da Cunha. Desse encontro, resultou o início de um movimento de solidariedade aos paulistas do PD, que desde o princípio do ano haviam entrado em choque com os “tenentes”, favoráveis ao centralismo e à continuidade do governo provisório como meio de garantir e aprofundar as reformas introduzidas pelo movimento de 1930. Após a reunião, Flores escreveu a Vargas informando-o das resoluções adotadas, cujo ponto comum era a defesa da reconstitucionalização do país, em função da qual deveriam ser tomadas as providências jurídicas e políticas necessárias. Pouco depois, João Neves retornou ao Rio de Janeiro.

No início de 1932, após o rompimento do PD com o governo de Vargas, o PL lançou uma nota de solidariedade aos democráticos paulistas, sendo imediatamente seguido pelo PRR. Em fevereiro, no dia seguinte à promulgação do novo Código Eleitoral, elementos vinculados ao Clube 3 de Outubro empastelaram o jornal *Diário Carioca*, um dos órgãos que mais se destacavam na luta pela constitucionalização do país. Maurício Cardoso, então no Ministério da Justiça, e João Batista Luzardo, chefe de Polícia do Distrito Federal, determinaram a apuração das responsabilidades, sendo entretanto desautorizados pelo governo provisório, que não apoiava integralmente as medidas tomadas pelo ministro a fim de apressar a constitucionalização. O episódio provocou a renúncia coletiva, apresentada no dia 3 de março de 1932, dos representantes do Rio Grande do Sul no governo provisório, entre os quais estava também Lindolfo Collor, além de João Neves da Fontoura, Luzardo e Maurício Cardoso.

A partir de então, a liderança gaúcha decidiu assumir definitivamente uma aliança político-militar com as tradicionais forças políticas paulistas em torno da defesa da constitucionalização, iniciando os preparativos para um enfrentamento com o governo federal, sem prejuízo da continuação das negociações com Vargas. João Neves partiu para o Sul junto com os outros demissionários. Na escala feita em São Paulo, pediram que a Frente Única Paulista (FUP) — coligação entre o PD e o Partido Republicano Paulista (PRP), que preparava um levante contra o governo federal — enviasse emissários ao Rio Grande do Sul para acertarem a participação gaúcha no movimento. Entretanto, nas reuniões realizadas em Porto Alegre, não chegou a ser definido o compromisso oficial dos líderes da FUG com os paulistas.

Ainda durante o mês de março, os líderes gaúchos fizeram tentativas frustradas de conciliação com Vargas através de dois documentos: o primeiro, conhecido como *Heptálogo*, por iniciativa de Assis Brasil, e o outro, o *Decálogo*, patrocinado por Borges de Medeiros e Raul Pilla. Ambos os documentos apresentavam as reivindicações da FUG, que foram recusadas pelo chefe do governo provisório. No dia 28 do mesmo mês, João Neves participou de um encontro realizado em Cachoeira do Sul, com a presença de Borges de Medeiros, Assis Brasil, Flores da Cunha, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor e Batista Luzardo, entre outros, onde ficou decidido o apoio às reivindicações contidas no *Decálogo*, o afastamento do PRR e do PL do governo federal e a indicação de Flores da Cunha para representar a FUG junto a Vargas.

Diante do fracasso de todas as tentativas anteriores, João Neves decidiu concretizar uma aliança entre os partidos do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas e outras agremiações políticas, de modo a estabelecer uma força de opinião capaz de pressionar o governo provisório. Nesse sentido, no início de junho, como representante da FUG, assinou com os líderes paulistas um “entendimento preliminar”, pacto que vigoraria até ser empossado o primeiro presidente constitucional e pelo qual a FUG e a FUP comprometiam-se a não aceitar qualquer acordo com o governo provisório sem prévia anuência mútua. Esse documento foi também aceito por Minas Gerais. Por outro lado, as respostas evasivas de Vargas às exigências até então apresentadas e a radicalização dos constitucionalistas de São Paulo fizeram com que João Neves, Pilla, Collor e Luzardo lançassem, no dia 15 de junho, um manifesto reafirmando seus compromissos com os paulistas e colocando a saída

revolucionária como a única capaz de garantir a manutenção e a autonomia do governo daquele estado.

Ainda em junho, enquanto se ultimava a conspiração paulista, João Neves, após entendimento com Francisco Morato, deu início, como representante da FUG e da FUP, a uma última negociação junto a Vargas visando à organização de um “gabinete de concentração”. Em seus encontros com Vargas — que lhe afirmava ter perdido a confiança nos “outubristas” —, João Neves procurou convencê-lo da necessidade de realizar a reforma ministerial, já preparando o governo para uma futura eleição, pois caso contrário provavelmente eclodiria nova revolução. Num primeiro momento, Vargas mostrou-se favorável à fórmula, chegando mesmo a manifestar seu desejo de remodelar todo o ministério.

O fracasso dessa tentativa, contudo, ficou evidenciado com a demissão, a 27 de junho, do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, e sua substituição pelo general reformado Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso: a indicação deste militar desagradou tanto a FUG quanto a FUP, que pretendia a nomeação do general Tasso Fragoso. Com a escolha de Vargas, João Neves decidiu consultar a liderança política gaúcha sobre se deveria dar prosseguimento às negociações com o chefe do governo provisório. Tendo sido negativa a resposta, João Neves, em carta dirigida a Vargas no dia 29 de junho, comunicou que os partidos gaúchos, naquele momento, davam por findas as negociações visando à constituição de um governo de concentração nacional e que a FUG retirava seu apoio ao governo federal.

A partir de então, João Neves dedicou-se por completo à conspiração paulista, procurando articular mais solidariamente os elementos de ação. A 9 de julho, eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo, antes da data pretendida pela liderança política gaúcha, que desejava fins de julho. Surpreendido, João Neves, cuja viagem para São Paulo — a bordo do *Orania*, que partiria para Santos no dia 12 — já havia sido amplamente divulgada, viu-se obrigado a adiá-la. Retido desse modo no Rio, escreveu, a 20 de julho, uma carta a Borges de Medeiros explicando as razões de sua adesão ao movimento paulista: já naquele momento, o interventor Flores da Cunha, rompendo os compromissos assumidos com os paulistas, havia determinado o deslocamento de tropas da Brigada Militar para a frente de combate, em apoio ao governo provisório.

Escapando do Distrito Federal clandestinamente — a bordo de um avião teco-teco, que sobrevoava a cidade todas as tardes fazendo propaganda —, João Neves chegou a São Paulo no anoitecer de 23 de julho, sendo recebido pelos líderes revolucionários. Já no dia seguinte, enviou telegrama a Borges de Medeiros e a Raul Pilla concitando-os a apoiarem rapidamente a revolução. Durante sua permanência em São Paulo, pronunciou diversos discursos que mais tarde seriam reunidos no livro *Por São Paulo e pelo Brasil* (1932). Por sua atuação nesse episódio, acabaria por se tornar o tribuno das oposições.

Poucos dias depois, Vargas solicitou a presença de Maurício Cardoso no Distrito Federal, a fim de torná-lo intermediário de uma proposta de pacificação. Desse encontro, resultou a chamada “missão Maurício Cardoso”, que incluiu duas viagens do político gaúcho a São Paulo, a primeira ainda em julho (sem resultado) e a segunda em 10 de agosto. Nessa última, Maurício Cardoso apresentou aos revolucionários, em nome de Vargas, uma proposta de paz cujos principais pontos eram a outorga imediata de uma constituição provisória, a permanência de Vargas no poder, a anistia parcial, o desarmamento da Força Pública paulista e a convocação de eleições para uma assembleia nacional constituinte em 3 de maio de 1933. Nas duas ocasiões, João Neves procurou auxiliar Maurício Cardoso em sua missão, esforçando-se para diminuir as dificuldades de modo a facilitar a elaboração de “uma fórmula digna de todos e útil à nação”. Na segunda tentativa, contudo, os revolucionários, através de Valdemar Ferreira, responderam que só aceitavam depor as armas caso fosse constituído um “governo coletivo”, que correspondesse às expectativas do país.

Diante da evolução dos acontecimentos, e discordando do apoio de Flores da Cunha ao governo provisório, Borges de Medeiros e Raul Pilla articularam a eclosão no Rio Grande do Sul de um movimento solidário com a causa constitucionalista, visando com isso a diminuir a pressão das tropas gaúchas sobre São Paulo. No dia 20 de setembro, contudo, o levante gaúcho foi esmagado.

Poucos dias depois, João Neves da Fontoura foi chamado com urgência ao quartel-general do coronel Euclides Figueiredo, um dos comandantes militares do movimento em São Paulo e responsável pelo setor norte das forças revolucionárias. Um dia antes da chegada de João Neves a Aparecida do Norte, em 28 de setembro, o coronel Euclides participara de uma reunião com o coronel Herculano de Carvalho e Silva, comandante do setor de



Campinas, que defendera, junto com o tenente-coronel Alexandrino Gaia, comandante de um subsetor da região norte, o fim da luta. Em seu encontro com João Neves, presenciado por Eurico de Sousa Leão, Euclides Figueiredo expôs-lhe a gravidade da situação e a tendência de parte da liderança militar constitucionalista a solicitar o armistício. Decidido a assegurar a manutenção das tropas em suas posições, Figueiredo solicitou a João Neves que apressasse os entendimentos que vinham sendo realizados com as forças gaúchas que então enfrentavam os paulistas na frente sul, de modo a formar ao menos um pelotão de constitucionalistas gaúchos, o que já daria novo ânimo na resistência.

Aprovando a idéia, João Neves, segundo Euclides Figueiredo, acertou seu retorno a São Paulo, de onde procuraria apressar a vinda das tropas gaúchas. Mostrou-se disposto também a ir à frente de combate, principalmente nas áreas onde houvesse elementos da Força Pública, para assegurar-lhes a próxima cooperação dos gaúchos que adeririam à causa constitucionalista. No dia seguinte, contudo, o general Bertoldo Klinger, comandante militar das forças constitucionalistas, telegrafou a Getúlio Vargas, solicitando o armistício. Diante dessa notícia, João Neves ainda tentou, a 30 de setembro, junto com o coronel Figueiredo, promover uma reunião com os chefes militares. Logo no início do encontro, contudo, Klinger apresentou o telegrama que recebera do general João de Deus Mena Barreto, pelo qual o governo provisório aceitava o armistício.

Avisado de que até mesmo os militares legalistas que haviam sido presos em São Paulo pelos rebeldes estavam sendo postos em liberdade, João Neves, junto com outros revolucionários, partiu para o Mato Grosso, de onde seguiu para o exílio na região do Prata. Em outubro, João Neves, Pilla, Collor e Luzardo divulgaram em Buenos Aires um manifesto “ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e à nação” acusando Flores da Cunha de traição e responsabilizando-o pela derrota da revolução, consumada com a assinatura do armistício, em São Paulo, no dia 2 daquele mês. Em novembro, Flores da Cunha fundou o Partido Republicano Liberal (PRL). João Neves permaneceu no exílio durante cerca de dois anos.

## O RETORNO À CÂMARA DOS DEPUTADOS: AS OPOSIÇÕES COLIGADAS

Embora tendo derrotado os paulistas, o governo provisório empenhou-se no processo de constitucionalização do país, confirmando a convocação de eleições para uma

assembleia constituinte. As eleições se realizaram em maio de 1933, e no Rio Grande do Sul o grande vencedor foi o PRL. A Assembleia se instalou em 15 de novembro de 1933 e encerrou seus trabalhos em 16 de julho de 1934, elegendo Vargas presidente constitucional no dia seguinte e convocando para dentro de 90 dias eleições para a legislatura ordinária. Graças à anistia aos revolucionários de 1932 concedida por Vargas em 28 de maio de 1934, João Neves tornou-se elegível.

Retornando à atividade política, João Neves — que desde o início de agosto de 1934 vinha colaborando com o semanário integralista *A Ofensiva* — teve seu nome apresentado como um dos candidatos à Câmara dos Deputados no manifesto lançado pela FUG no dia 24 de setembro. Realizado o pleito em outubro, no Rio Grande do Sul a vitória coube novamente ao PRL. Foram ainda eleitos para a Câmara dos Deputados cinco libertadores e um republicano, e, para a Assembleia Constituinte estadual, três libertadores e oito republicanos, não tendo João Neves conseguido assegurar sua vaga. Devido a esse resultado geral, a FUG decidiu alterar sua representação de modo a manter a igualdade numérica entre o PRR e o PL. Assim, no dia 9 de maio de 1935, portanto quatro dias após o início da legislatura, os deputados federais eleitos pelo PL Válder Jobim, Alberto de Araújo Cunha e Francisco Simões renunciaram. Para substituí-los, foram indicados, respectivamente, João Neves da Fontoura, do PRR, Oscar Carneiro da Fontoura, do PL, e Nicolau Vergueiro, do PRR.

A vitória da situação em todo o país nas eleições de 1934 reforçou a aliança entre as oposições, consolidada com a formação, já em janeiro de 1935, dentro da Câmara dos Deputados, da minoria parlamentar, as Oposições Coligadas. A união das oposições vinha sendo articulada desde 1934 pelos líderes oposicionistas estaduais Borges de Medeiros e João Neves, da FUG, Artur Bernardes, do PRM, e Otávio Mangabeira, da Liga de Ação Social e Política da Bahia (LASP), com o objetivo de criar um partido nacional. Iniciando seu mandato de deputado federal em 11 de maio de 1935, João Neves foi escolhido líder da minoria parlamentar na Câmara, enquanto Borges passou a integrar o diretório nacional das Oposições Coligadas. Poucos dias depois, João Neves pronunciou seu primeiro discurso — publicado mais tarde no livro *A voz das oposições brasileiras* (1935) —, no qual, após demonstrar seu desencanto com o governo de Vargas, a quem acusava de não ter cumprido os ideais da Revolução de 1930, propunha uma nova atitude de luta e de não acomodação.

João Neves iniciou também uma forte campanha contra Flores da Cunha no governo do Rio Grande do Sul.

O ano de 1935 foi marcado pelo desenvolvimento no país de movimentos de direita, com a Ação Integralista Brasileira (AIB), e de esquerda, com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que teve seu fechamento decretado pelo governo no dia 11 de julho. Essa medida provocou o protesto da minoria parlamentar, através de João Neves. A decretação do estado de sítio em 26 de novembro, logo após a deflagração da Revolta Comunista em Natal e Recife, também provocou a imediata reação das Oposições Coligadas, que denunciaram o perigo do poder indiscriminado concedido ao Executivo: isto não impediu, contudo, que o governo acrescentasse em dezembro novos dispositivos à Lei de Segurança Nacional.

No Rio Grande do Sul, o medo do comunismo, do integralismo e do governo central forte fez com que, em fins de 1935, a FUG e Flores da Cunha — que vinha reagindo à ação centralizadora do governo federal — iniciassem um movimento de pacificação política no estado que resultou na formação de um gabinete misto de governo, responsável pelo estabelecimento do *modus vivendi* gaúcho. Entretanto, nessa época, já existia uma corrente política, formada por elementos do PRR, do PL e do PRL, que pretendia apoiar o governo federal contra Flores. Principalmente a partir de março de 1936, João Neves, forte opositor do acordo entre a FUG e Flores, passou a atuar em consonância com a orientação de Vargas, sendo incumbido de desenvolver, junto com Maurício Cardoso, planos para a “pacificação da política nacional” — cujo objetivo principal era conseguir a submissão de Flores ao governo federal — e para a reformulação do ministério, no qual a FUG deveria ter papel preponderante. Ainda em março de 1936, João Neves foi eleito para ocupar a cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Letras.

A prisão de quatro deputados e um senador, também em março de 1936, acusados de ligação com o levante comunista deflagrado pela ANL no ano anterior, provocou forte reação entre os membros da minoria parlamentar. Tentando obter apoio para sua atuação no episódio, o governo enviou à sessão de abertura do Congresso, no dia 3 de maio, um projeto em que propunha a suspensão das imunidades daqueles parlamentares. Buscando demonstrar a incongruência dessa medida, a minoria propôs reunião com Vargas, à qual compareceram, como seus representantes, João Neves, Maurício Cardoso, Batista Luzardo e Paim Filho, que apresentaram um documento reivindicando, entre outros pontos, uma

trégua política até janeiro de 1937, o respeito às imunidades parlamentares e o direito de as oposições fiscalizarem as eleições municipais. Depois da recusa de Vargas, a oposição apresentou novo documento, também rechaçado pelo presidente, o que provocou o aprofundamento de suas divergências com o governo: em junho, Vargas obteve a aprovação da prorrogação do estado de guerra decretado em março, e em julho a Câmara aprovou a suspensão das imunidades parlamentares por 190 votos contra 59.

Já nesse momento, os partidos que compunham a minoria parlamentar divergiam entre si: enquanto a FUG continuava a defender a aproximação com Vargas, a Concentração Autonomista da Bahia e o PRP se opunham a qualquer acordo com o governo central. A divergência só diminuiu quando, em fins de julho, João Neves, Maurício Cardoso e Pilla interromperam o processo de negociações com Vargas. Bernardes conseguiu então restabelecer a harmonia entre as oposições, garantindo a liderança de João Neves.

A articulação de interesses em torno das eleições para a presidência da República prevista para 1938 levou, contudo, à retomada das negociações entre a FUG e o governo central, embora os demais partidos que compunham a minoria parlamentar continuassem a discordar do projeto de pacificação nacional. No Rio Grande do Sul, enquanto Flores da Cunha atuava de modo a influir decisivamente na escolha do sucessor de Vargas, este incentivava as dissidências na política estadual a fim de enfraquecer o governador, ao mesmo tempo em que tentava se aproximar das oposições gaúchas, principalmente através de João Neves, Maurício Cardoso e Batista Luzardo, contrários ao acordo entre a FUG e Flores e partidários da pacificação em nível nacional.

A fórmula proposta pela FUG — conhecida como *Octólogo* — para a pacificação nacional consistia basicamente na criação de uma comissão mista, presidida por Vargas, que teria direito a voto, e composta pela maioria e a minoria parlamentares, com o objetivo de examinar e organizar um programa político, administrativo e de reformas constitucionais. Esse programa seria a plataforma em que as forças políticas fundamentariam a escolha de um nome para a presidência da República. O *Octólogo* foi aceito por Flores, embora com restrições, mas a minoria parlamentar fez algumas contrapropostas, sugerindo que a escolha do candidato precedesse à elaboração do programa de governo em torno do qual seria firmada a pacificação política, o que acabou por dificultar a tarefa de João Neves. Essa contraproposta foi no entanto recusada por Vargas.

No dia 12 de setembro de 1936 João Neves apresentou sua renúncia ao cargo de líder da minoria parlamentar. Apesar da recusa das oposições em aceitar seu pedido, o político gaúcho o manteve. Para solucionar o impasse, as Oposições Coligadas aceitaram o *Octólogo*, e, no dia 19, escolheram seu novo líder, Batista Luzardo. Nessa ocasião, João Neves foi indicado para desempenhar as funções de representante da FUG na comissão mista, que, no entanto, não chegou a funcionar.

Os sucessivos desentendimentos ocorridos entre a FUG e Flores da Cunha, ligados não só aos problemas internos gaúchos, mas também à disputa entre o governo central e o do Rio Grande do Sul levaram, em outubro, ao rompimento do *modus vivendi*: alguns membros do PL e do PRL se alinharam com Flores, e parte do PRL se aliou à FUG. As discussões sobre a sucessão presidencial, contudo, prosseguiram. No dia 11 de novembro, a direção da minoria parlamentar reiterou suas restrições ao *Octólogo* — exigindo, entre outras coisas, que Vargas não participasse da comissão mista — e mais tarde acabou por vetar a própria organização da comissão por seus vícios de origem. Por essa razão, a FUG, a despeito das tentativas de acordo de João Neves, decidiu se desligar das Oposições Coligadas, o que foi anunciado por ele no dia 27 de novembro.

No ano de 1937, o problema da sucessão presidencial foi o catalisador de todos os debates, alianças e crises políticas no país. A candidatura de Armando Sales, lançada pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, reuniu as oposições a Vargas, enquanto a candidatura de João Américo de Almeida — de cuja convenção de lançamento, realizada em 26 de maio de 1937, João Neves participou como representante do PRR — recebeu o apoio das correntes situacionistas. No Rio Grande do Sul, a campanha sucessória encontrou o *modus vivendi* rompido e os três partidos cindidos. Durante o ano, o PRR votou na Câmara ao lado dos partidos situacionistas, tendo ainda apoiado as medidas tomadas por Vargas contra Flores, que em meados de outubro, ante a pressão federal, renunciou ao governo gaúcho e partiu para o exílio.

A 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado liderado pelo próprio Vargas instaurou o Estado Novo, suspendendo as eleições previstas para o ano seguinte e suprimindo todos os órgãos legislativos do país. Nessa ocasião, o PRR hipotecou solidariedade a Getúlio, e, em dezembro, quando foi proibido o funcionamento dos partidos políticos, recomendou a todos

os seus membros que se abstivessem de quaisquer atividades político-partidárias até a promulgação do novo código eleitoral.

### ATUAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO

Com a extinção dos partidos políticos decretada pelo Estado Novo, João Neves da Fontoura retornou a seu escritório de advocacia no Rio e reassumiu a consultoria jurídica do Banco do Brasil.

Em 1940, foi nomeado membro da delegação brasileira que participou, em fins de julho, da II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, realizada em Havana. Nessa ocasião, por impedimento do chanceler Osvaldo Aranha, a missão brasileira foi chefiada pelo embaixador Maurício Nabuco. Ainda em 1940, como embaixador em missão especial, João Neves representou o governo brasileiro na posse dos presidentes do Panamá (Arnulfo Arias) e de Cuba (Fulgencio Batista).

Em novembro de 1942, João Neves foi designado para integrar o conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica, então dirigida por João Alberto Lins de Barros. O órgão fora criado em setembro anterior para suceder às comissões de Defesa da Economia Nacional e do Abastecimento, já que a declaração de guerra ao Eixo, medida que representou na realidade a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, exigia um controle mais amplo do Estado sobre a economia. Assim, a principal tarefa confiada à Coordenação, em cujo conselho consultivo João Neves permaneceu até meados de 1943, foi mobilizar a economia do país em função da emergência provocada pela guerra.

### A QUEDA DE VARGAS E A ELEIÇÃO DE DUTRA

Em fins de maio de 1943, João Neves da Fontoura foi nomeado embaixador do Brasil junto ao governo português, função que exerceu até fevereiro de 1945, embora ainda permanecesse oficialmente vinculado ao posto até outubro, quando foi substituído por Henrique Dodsworth.

Em fevereiro de 1945, após receber telegrama informando da gravidade do estado de saúde de sua mãe, João Neves viajou para o Brasil. Ao chegar ao Rio de Janeiro no dia 26 desse mês, já se falava no movimento que vinha sendo articulado nos quartéis para depor Vargas. Assim que chegou, João Neves foi a Petrópolis (RJ) em companhia de Batista Luzardo e

entrevistou-se com Vargas. Nesse encontro, após o presidente ter exposto a situação política do país, João Neves mostrou-lhe que, no seu entender, a única solução seria acelerar os preparativos para a convocação da Constituinte, e, paralelamente, escolher um nome para concorrer com o brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições para a presidência da República. Afirmou ainda que no seu entender, dadas as condições, a escolha só poderia recair sobre o general Eurico Gaspar Dutra. Concordando com sua exposição, Vargas solicitou-lhe que ao chegar ao Rio Grande do Sul consultasse Borges de Medeiros e os antigos dirigentes do PRR. Ao fazê-lo, contudo, João Neves teve a impressão de que a situação já se acalmara, principalmente após a decretação do Ato Adicional nº 9, fixando o calendário eleitoral e constituindo legalmente os partidos.

De volta ao Distrito Federal, João Neves informou a Vargas que retornaria a Lisboa, já que o estado de saúde de sua mãe melhorara e a situação política não mais se apresentava tão tensa. O presidente, contudo, se recusou a autorizar sua partida, pretextando a necessidade de se concluírem os acordos relativos ao projeto do Estatuto dos Portugueses no Brasil, iniciado por João Neves, e suspenso devido a algumas restrições impostas pelo ministro da Justiça, Alexandre Marcondes Filho. Poucos dias depois, João Neves voltou a solicitar a Vargas permissão para retornar a Portugal, onde haviam ficado suas filhas. Devido à resistência do presidente, chegou a apresentar-lhe seu pedido de renúncia, recusado por Vargas, que insistia em sua permanência no país.

Permanecendo no Distrito Federal, João Neves passou a frequentar diariamente o palácio Guanabara, onde, junto com Vargas, analisava cada novo dado que se apresentava. A certa altura, quando a candidatura de Dutra já havia sido lançada (em fins de março), João Neves, segundo seu depoimento publicado no jornal *O Globo* em 1960, propôs a Vargas que entregasse o governo ao ministro da Guerra, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, para que este presidisse as eleições de modo a acabar com a certeza da oposição de que Vargas estaria manobrando para permanecer no poder. Com a criação de novos partidos nesse período, João Neves ingressou no Partido Social Democrático (PSD).

Com a concordância de Vargas e mais tarde de Góis Monteiro, João Neves, devidamente credenciado por ambos, procurou Raul Fernandes, amigo pessoal de Eduardo Gomes, para tentar obter apoio para seu projeto. Nesse encontro, Fernandes afirmou que dificilmente a presença de Góis Monteiro à frente do governo daria maior confiança às oposições, já que

ele havia sido um dos responsáveis pela implantação do Estado Novo. Neves, por seu lado, contra-argumentou afirmando que naquele momento Góis representava as forças armadas, que se mostravam confiantes na realização do pleito. Ao término do encontro, Raul Fernandes se comprometeu a levar a proposta ao brigadeiro e à liderança da União Democrática Nacional (UDN), que não a aceitaram.

Em 29 de outubro de 1945, quando os partidos se achavam em plena campanha eleitoral, um movimento militar chefiado por Góis Monteiro depôs Vargas e entregou o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares. Logo em seguida à queda do presidente, João Neves apresentou seu pedido de demissão do cargo de embaixador do Brasil em Portugal, que só foi aceito 15 dias depois. Nesse momento, contudo, João Neves já estava empenhado na candidatura Dutra: a 2 de novembro, ao chegar a Porto Alegre, fizera com os líderes pessedistas um demorado exame da situação, que levava o PSD gaúcho a se decidir a apoiar a candidatura Dutra e a entregar a liderança da campanha ao político cachoeirense.

Segundo Hélio Silva, a candidatura de Dutra, ao contrário da de Eduardo Gomes, não lucrou com a deposição de Vargas: a impressão dominante era de que a deposição havia representado o enfraquecimento das forças que apoiavam Getúlio, ou seja, o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Consequentemente, a UDN e o brigadeiro teriam ampliado sua esfera de ação, passando a basear sua campanha no combate à continuidade do sistema de Vargas, que tivera em Dutra seu principal apoio. Se, por um lado, alguns setores pessedistas já pensavam na substituição de Dutra — em determinado momento chegaram mesmo a cogitar a indicação de João Neves, o que foi lançado inicialmente pelo próprio Vargas —, dentro do PSD predominava outra orientação, no sentido de obter o pronunciamento de Vargas a favor de Dutra.

Como um dos líderes do PSD, João Neves da Fontoura, após examinar a situação política do país, concluiu ser impossível o partido apoiar outro nome que não o de Dutra. Assim sendo, tornava-se necessário um impulso ainda maior à sua candidatura. Nesse sentido, empenhou-se em obter de Vargas, por intermédio de Hugo Borghi e José Junqueira, uma carta de apoio a Dutra: apesar de pressionado por pessedistas e trabalhistas, o ex-ditador ainda evitava pronunciar-se sobre qualquer uma das candidaturas, alegando não ter liberdade para se manifestar publicamente.



Em 12 de novembro, João Neves, em companhia de Dutra, de José de Segadas Viana, secretário-geral da comissão executiva nacional do PTB e líder da ala que em determinado momento se mostrou favorável ao apoio à candidatura de Eduardo Gomes sem qualquer consulta prévia a Vargas, e de Paulo Baeta Neves, presidente da comissão executiva nacional do PTB, entre outros, dirigiu-se à casa do petebista Napoleão Alencastro Guimarães, que vinha também procurando obter a definição de Vargas em favor da candidatura de Dutra. Nesse encontro, pressionados pelo tempo — já que naquele mesmo dia o PTB se reuniria para decidir o registro da candidatura presidencial —, discutiram a possibilidade do apoio do PTB a Dutra. Durante a reunião, segundo a carta enviada por Alencastro Guimarães a Vargas, foi proposto que, em troca da adesão do PTB ao general Dutra, este asseguraria ao partido a pasta do Trabalho em seu ministério, mais um número de pastas proporcional ao número de votos obtidos em comparação com o PSD; e garantiria também o direito de escolha, pelo PTB, dos prefeitos e interventores nas áreas em que obtivesse maioria. Essa proposta, defendida por João Neves e Alencastro Guimarães, não encontrou receptividade entre os demais líderes petebistas, que preferiram deixar a decisão para a convenção do partido. Esta deliberou, por fim, não registrar candidato próprio.

Durante toda a primeira metade de novembro, portanto, João Neves procurou articular o PSD e o PTB em torno da candidatura de Dutra. Nesse período, também, através de diversas cartas, tentou obter o apoio de Vargas para o candidato do PSD, alegando que, para a vitória deste, tornava-se necessária uma votação maciça no Rio Grande do Sul, o que não ocorreria sem seu pronunciamento.

Ainda em novembro, cedendo às pressões, Getúlio Vargas divulgou um manifesto determinando a seus correligionários o apoio à candidatura de Dutra, finalmente eleito em 2 de dezembro de 1945. Também nesse pleito, João Neves foi eleito deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PSD, tendo recebido 20.176 votos. Antes, contudo, que os trabalhos da Constituinte se iniciassem, o que estava previsto para o início de fevereiro de 1946, renunciou ao mandato, pois foi convidado por Dutra para ocupar a pasta das Relações Exteriores de seu governo.

## MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: DUTRA E GETÚLIO

Tendo tomado posse no ministério no dia 31 de janeiro de 1946, poucos meses depois João Neves da Fontoura chefiou a delegação brasileira que participou da Conferência das 21 Nações relativa aos tratados de paz. Realizada em Paris, a conferência estendeu-se de 29 de julho a 15 de outubro de 1946, quando João Neves retornou ao Brasil. Durante o período em que permaneceu no exterior, foi substituído interinamente pelo secretário-geral do ministério, embaixador Samuel de Sousa Leão Gracie.

Sua chegada ao Brasil coincidiu com as articulações iniciadas logo após a promulgação da nova Constituição em setembro de 1946, por Dutra, o PSD, a UDN e o Partido Republicano (PR), para a concretização de um acordo que garantisse o apoio ao governo no Congresso. Em decorrência desses entendimentos, João Neves apresentou em novembro seu pedido de exoneração. As negociações prosseguiram com êxito, e em janeiro de 1948 foi homologado o Acordo Interpartidário, que reuniu aqueles partidos em apoio a Dutra.

A discussão da sucessão de Dutra começou em 1948, ano em que João Neves chefiou a delegação brasileira à IX Conferência Internacional Americana, reunida em Bogotá. Vários nomes foram aventados no interior do PSD, até que, em maio de 1950, o partido decidiu lançar a candidatura de Cristiano Machado. Partidário da candidatura de Nereu Ramos, João Neves criticou a escolha e acabou por encampar a candidatura de Getúlio Vargas, de modo a impedir a vitória da UDN. Lançado pelo PTB com o apoio do Partido Social Progressista (PSP), Vargas venceu a eleição realizada em 3 de outubro de 1950 e logo em seguida convidou João Neves a voltar ao Ministério das Relações Exteriores. Em 31 de janeiro de 1951, Vargas assumiu o governo e empossou oficialmente seu ministério. Segundo Maria Celina d'Araújo, a atuação de João Neves no Ministério das Relações Exteriores, bem como a de Horácio Lafer na pasta da Fazenda, iria enquadrar de forma definitiva, através da “colaboração recíproca, o Brasil no âmbito dos interesses considerados fundamentais aos EUA”.

Em 26 de março de 1951, ao se iniciar em Washington a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, o chanceler João Neves alertou em seu discurso para o “perigo comunista”, revigorado após a guerra, o que impunha um combate mais intenso às “ideologias subversivas”. Abordou ainda a situação econômica crítica da América Latina, cuja saída estaria numa ajuda de emergência e, principalmente, na criação de um plano de “colaboração econômica recíproca”. Para o governo brasileiro, a IV Reunião, encerrada em

7 de abril, favoreceu as negociações bilaterais que seriam desenvolvidas pela Comissão Mista Brasil-EUA, cuja formação João Neves procurou agilizar desde os primeiros dias do encontro. Paralelamente a essas negociações, ao longo do primeiro semestre de 1951 os norte-americanos pressionaram o governo brasileiro para que este concordasse em enviar uma divisão militar à Coreia, onde os EUA estavam empenhados numa guerra contra o regime comunista da Coreia do Norte. A Comissão Mista foi oficialmente instalada em 17 de junho, mas seus trabalhos foram formalmente desvinculados da questão militar da Coreia, que no entanto continuou a ser discutida pelos representantes dos dois países. Do lado brasileiro, João Neves foi um dos principais defensores do envio de tropas.

Em meio às conversações, o governo dos EUA propôs ao Brasil um acordo militar nos moldes do que fora assinado entre os dois países em 1942, dando prioridade à defesa continental e à preparação de tropas que ficariam à disposição da ONU para interferir não só na Coreia, mas onde se fizesse necessário. No início de 1952, para prosseguirem as negociações, foi nomeada uma comissão presidida por João Neves e composta pelos chefes do EMFA e dos estados-maiores das três armas. A assinatura do acordo, em 15 de março de 1952, acabou por provocar o pedido de demissão do ministro da Guerra, general Estillac Leal, que alegava ter sido marginalizado das negociações. Embora tenha sido enviado por Vargas ao Congresso em abril de 1952, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos só seria referendado no ano seguinte, tal a obstrução que lhe foi feita.

No primeiro semestre de 1953, o prestígio político do governo Vargas apresentava sinais de acentuado declínio, o que tornava indispensável o estabelecimento de uma nova estratégia política para reconquistar o apoio popular. Nos meses de junho e julho, Vargas dedicou-se à renovação de seu ministério, numa tentativa de obter uma coesão até então inexistente. Desse modo, no dia 19 de junho de 1953, João Neves da Fontoura apresentou seu pedido de demissão, tendo sido substituído então por Vicente Rao. Ao se afastar do ministério, João Neves colocou-se em oposição ao governo, principalmente em função da falta de apoio político que recebera em sua gestão, e por discordar das restrições feitas ao capital estrangeiro.

Nesse sentido, em abril de 1954, quando a crise de confiança no governo, motivada pelo temor de que Vargas não fosse capaz de manter a ordem constitucional e de resistir ao comunismo, atingia o momento de maior tensão, João Neves anunciou à imprensa estar

ciente da existência de um acordo secreto estabelecido entre Vargas e Juan Perón, presidente argentino. Esse acordo teria por objetivo a formação de um bloco continental denominado ABC, formado pela Argentina, Brasil e Chile, para se opor à hegemonia norte-americana no continente. O pronunciamento do ex-ministro foi explorado pela imprensa e pela oposição, numa tentativa de provar que Vargas, a exemplo do que Perón realizara na Argentina, pretendia implantar uma república sindicalista no país.

A desestabilização do governo Vargas chegou ao clímax em agosto de 1954, quando, no dia 24, o presidente se suicidou. Aproximando-se as eleições de 1955, João Neves apoiou a chapa Juarez Távora-Milton Campos, lançada pela UDN. Realizado o pleito, contudo, saíram vitoriosos Juscelino Kubitschek, do PSD, e João Goulart, do PTB.

Embora afastando-se da atividade política, João Neves ainda manteve certo vínculo com o mundo político através dos editoriais e artigos que redigia para o jornal carioca *O Globo*, nos quais transmitia um conservadorismo cada vez mais intransigente. Ao longo da vida participou de diversas entidades, entre as quais a Academia Rio-Grandense de Letras, a Academia de Letras do Uruguai, a Academia de Ciências de Lisboa (como sócio-correspondente) e a Academia Portuguesa de História.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 31 de março de 1963.

Era casado com Iracema Barcelos de Araújo, com quem teve três filhos. Seu sobrinho, o general Carlos Alberto Fontoura, foi chefe do Serviço Nacional de Informações entre 1969 e 1974, e embaixador brasileiro em Portugal no período de 1974-1978.

Além dos livros já citados, de pareceres para o Banco do Brasil, de diversas conferências e exposições de motivos, João Neves deixou publicados *A jornada liberal* (1930, 2v.), *Acuso!* (libelo político, 1933), *Dois perfis: Silveira Martins e Coelho Neto* (ensaio, 1938), *A serviço do Itamarati* (1948), *Depoimento de um ex-ministro* (1957), *Feitos e figuras* (ensaios, 1959), *Uma figura da República: Serzedelo Correia* (1959), *Memórias*, 1º v.; *Borges de Medeiros e seu tempo* (1958), 2º v.; *A Aliança Liberal e a Revolução de 1930* (1963). Em 1978 foi publicado o livro *João Neves: discursos parlamentares* (org. Héglio Trindade).

*Regina da Luz Moreira*

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; AUTUORI, L. *Quarenta*; BEHAR, E. *Vultos*;

BITTENCOURT, L. *Homens 1*; *Boletim Min. Trab.* (5/36); BRINCHES, V. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; COELHO, J. *Dic.*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. CONF. NAC. TRAB. TRANSP. MARÍTIMOS; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil*; D'ARAÚJO, M. *Segundo*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. BARRETO, A.; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; *Folha de S. Paulo* (28/8/1977); FONTOURA, J. *João*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; *Globo* (15/2/1960); *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Comércio*, Rio (1, 2/4, 5/5/1963); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; LOVE, J. *Regionalismo*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MELO, L. *Subsídios*; MENESES, R. *Dicionário*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; NEVES, F. *Academia*; *Novo dic. de história*; PEREIRA, J. *Petróleo*; *Personalidades*; RACHE, P. *Outros*; *Relação dos ministros*; SALES, D. *Razões*; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937, SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1954; SODRÉ, N. *História militar*; TIMM, O.; GONZALEZ, E. *Álbum*; VILAS BOAS, P. *Notas*.

## **FORTES, BIAS**

\*dep. fed. MG 1925-1926 e 1930; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1950; min. Just. 1950-1951; gov. MG 1956-1961.

*José Francisco Bias Fortes* nasceu em Barbacena (MG) no dia 3 de abril de 1891, filho de Crispim Jacques Bias Fortes e de Adelaide de Araújo Bias Fortes. Seu pai, importante chefe político mineiro, foi deputado à Assembleia Provincial de 1882 a 1889, participou da fundação do Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1888, foi senador estadual de 1891 a 1894 e presidente de Minas Gerais de 1894 a 1898.

Após cursar o primário no Colégio Gonçalves e o secundário no Ginásio Mineiro, ambos em sua cidade natal, José Francisco seguiu para Belo Horizonte, matriculando-se em 1908 na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Durante o curso universitário foi eleito o primeiro presidente da Confederação Acadêmica, entidade que congregava todas as associações estudantis do Brasil. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1912.

Retornando à sua cidade natal, passou a exercer a advocacia e fundou uma companhia de seguros, além de iniciar sua carreira política elegendo-se vereador na legenda do PRM. Após ter chegado a vice-presidente da Câmara Municipal de Barbacena, no pleito de 1914 elegeu-se deputado estadual na legenda do PRM, tendo sido o candidato mais votado, com 35 mil votos. Assumindo o novo mandato, passou a representar a Câmara Estadual junto ao Tribunal Misto de Senadores e Deputados, bem como junto ao Poder Judiciário para o julgamento de recursos das eleições municipais, participando ainda da Comissão de Legislação e Justiça. Foi reeleito em 1918 e, nessa legislatura, exerceu a vice-presidência da Câmara Estadual. Em 1922, ao conseguir nova reeleição para o período legislativo seguinte, tornou-se presidente da casa e membro das comissões de Legislação, Constituição e Justiça, de Orçamento e Finanças e Mista de Recursos Municipais.

Em 1924 o deputado federal Antônio Carlos Ribeiro de Andrada elegeu-se senador, deixando assim uma vaga na bancada mineira da Câmara dos Deputados. Bias Fortes candidatou-se a ocupá-la, desta feita na legenda do Partido Libertador de Minas Gerais. Eleito, renunciou à sua cadeira na Câmara Estadual e assumiu o mandato de deputado federal em agosto de 1925. Embora a legislatura findasse em dezembro de 1926, deixou a Câmara em setembro desse ano, aceitando o convite de Antônio Carlos, que então assumia

a presidência de Minas Gerais, para ocupar a recém-criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública. No exercício desse cargo respondeu também, a partir de outubro de 1928, pelo expediente das secretarias do Interior e de Agricultura.

### NA REVOLUÇÃO DE 1930

Na preparação das eleições de 1930 para a presidência da República, contra a candidatura de Júlio Prestes, que era apoiada pelo presidente Washington Luís, formou-se em julho de 1929 o movimento da Aliança Liberal, que reuniu os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba em torno das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, presidentes dos dois últimos estados, respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. Seguindo a posição de Antônio Carlos e a orientação do PRM, Bias Fortes apoiou a Aliança Liberal.

Por essa época, debatia-se também intensamente a sucessão governamental mineira, firmando-se dentro do PRM a candidatura de Fernando de Melo Viana, então vice-presidente da República. Embora apoiasse essa candidatura, Bias Fortes sustentava que a unidade das correntes políticas mineiras dependia da convocação de todos os diretórios municipais, que deveriam indicar o candidato à presidência do estado. Sua fórmula, entretanto, não foi aceita, e em outubro de 1929 o PRM, por sugestão de Antônio Carlos, indicou Olegário Maciel, presidente do Senado estadual, como candidato à sucessão. Diante de sua preterição, Melo Viana rompeu com o PRM e aderiu à Concentração Conservadora, movimento que se encarregou tanto de sua campanha ao governo mineiro, quanto da de Júlio Prestes em Minas Gerais. Ainda no mês de outubro, em solidariedade a Melo Viana, Bias Fortes demitiu-se da Secretaria de Segurança. Continuou, no entanto, a apoiar o programa da Aliança Liberal e candidatou-se a deputado federal na legenda do PRM. Outra consequência da cisão no PRM foi o início do conflito entre os Bias Fortes e os Andradas em Barbacena, onde, desde então, as duas famílias passaram a disputar a hegemonia da política municipal.

Nas eleições de 1º de março de 1930 Júlio Prestes saiu vitorioso, mas, em Minas Gerais, Olegário Maciel derrotou Melo Viana. Como em outros estados, também aí o processo de apuração dos votos foi bastante tumultuado, sendo concluído sem a proclamação dos candidatos eleitos para a Câmara e o Senado Federal. Assim, em 3 de maio de 1930 o

Congresso reiniciou seus trabalhos sem a presença da bancada mineira. No dia 21 seguinte a Câmara dos Deputados discutiu o parecer da comissão de inquérito sobre as eleições em Minas Gerais, concluindo pela depuração de 14 candidatos do PRM e a diplomação em seu lugar de representantes da Concentração Conservadora. Entretanto, foi reconhecida a vitória de Bias Fortes, que assumiu seu mandato naquele mesmo dia.

Com a derrota nas urnas e o assassinio de João Pessoa em julho de 1930, os aliancistas intensificaram as articulações para um movimento armado destinado a depor Washington Luís. Como ex-secretário de Segurança, Bias Fortes colaborou com os aliancistas preparando a Força Pública mineira para a revolução, que eclodiu em Porto Alegre e em Belo Horizonte no dia 3 de outubro. No estado de Minas Gerais a resistência legalista só cessou por completo com a queda de Washington Luís, em 24 desse mês, quando uma junta militar tomou o poder. Com o consequente fechamento do Congresso Nacional, Bias Fortes teve o mandato interrompido.

Assumindo a chefia do governo provisório em 3 de novembro, Getúlio Vargas manteve Olegário Maciel à frente do Executivo mineiro. Como encontrasse dificuldades em contar com o apoio do PRM para seu governo e entrasse em conflito com o chefe perremista Artur Bernardes, em fevereiro de 1931 Olegário apoiou a criação da Legião Mineira, cujo programa propunha aprofundar as reformas instituídas pela Revolução de 1930. A Legião recebeu a adesão de diversos perremistas contrários a Bernardes, mas não contou com o apoio de Bias Fortes, que se manteve solidário ao antigo líder e permaneceu no PRM, tornando-se inclusive membro de sua comissão executiva. Isso não impediu Bias Fortes de se filiar ao Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931 e que, à margem dos partidos, constituía um núcleo de debates e defesa do programa da Revolução de 1930.

Em junho de 1931 o ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, rompeu publicamente com a Legião Mineira, criando dentro do governo provisório um foco de oposição a Olegário Maciel. Em 15 de agosto de 1931 o PRM instalou um congresso em Belo Horizonte, ocorrendo então uma série de pronunciamentos e denúncias contra atos do governo estadual. Nesse clima de tensão, no dia 18 seguinte ocorreu uma tentativa de deposição de Olegário promovida por alguns congressistas, entre eles Bias Fortes e Cristiano Machado, com o apoio velado de Osvaldo Aranha. Repelido o golpe com facilidade devido à pronta intervenção da Força Pública, vários perremistas, entre os quais Bias Fortes, foram presos e



recolhidos durante dois dias na Secretaria do Interior.

Após essa crise, Vargas procurou reforçar seus vínculos com o governo mineiro, promovendo um entendimento entre as forças políticas estaduais. Para tanto, Olegário Maciel impôs como principal condição a fusão da Legião Mineira com o PRM num partido único de apoio aos governos estadual e federal. Essa conciliação, chamada de Acordo Mineiro, foi acertada em fevereiro de 1932 com a formação do Partido Social Nacionalista (PSN), de cujo conselho executivo Bias Fortes participou.

#### NA CONSTITUINTE DE 1934

Com a extinção do PSN em decorrência das posições divergentes assumidas por seus membros frente à Revolução Constitucionalista, ocorrida em São Paulo de julho a outubro de 1932, Bias Fortes organizou, ao lado de Antônio Carlos Venceslau Brás, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, o Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, fundado em janeiro de 1933. Bias Fortes tornou-se membro de sua comissão diretora, elegendo-se em maio seguinte deputado à Assembleia Nacional Constituinte com a maior votação do estado. Nesse pleito o PP obteve ampla vitória, conquistando 31 cadeiras contra seis obtidas pelo PRM que, embora tivesse apoiado a Revolução Constitucionalista, se preservara como partido.

Detentora da maior bancada estadual, Minas Gerais constituía-se em poderosa aliada para Getúlio Vargas, o que assegurou o apoio deste à candidatura de Antônio Carlos à presidência da Assembleia. Contra essa candidatura se opuseram, dentro do PP, Bias Fortes, Pedro Aleixo e Virgílio de Melo Franco, este último também candidato ao cargo. Daí em diante, Bias Fortes passou a integrar a ala dissidente do partido. Por outro lado, devido à morte de Olegário Maciel em setembro de 1933, Vargas solicitou a Antônio Carlos que indicasse, ouvidos os membros do PP, outros nomes para ocupar o cargo além dos de Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema, candidatos declarados ao governo mineiro. Na reunião que se seguiu, o partido cindiu-se, sendo elaboradas duas listas, uma da maioria e a outra da minoria, onde se incluía Bias Fortes. Entretanto, Vargas terminou por escolher o nome de Benedito Valadares, desvinculado dos grupos políticos locais e ausente das duas listas. Com isso, o Executivo estadual se subordinava à orientação de Vargas e se enfraqueciam as principais correntes da política mineira.

Bias Fortes assumiu seu mandato na Assembleia Nacional Constituinte ao se iniciarem os trabalhos em novembro de 1933. Apesar de sua posição situacionista, a bancada do PP se opôs a diversos itens do anteprojeto de Constituição de autoria do governo provisório. Acompanhando a plataforma mineira, Bias Fortes defendeu a autonomia dos municípios, combatendo a tese do deputado Gabriel Passos a favor da maior intervenção federal, em particular no âmbito administrativo. Defendeu também a manutenção do Senado e da Câmara, advogando que a representação nesta última deveria ser proporcional à população dos estados, tese combatida pelas bancadas do Norte e do Nordeste. Em fevereiro de 1934 tomou posição contra a emenda apresentada pelo líder da maioria, Antônio Garcia de Medeiros Neto, que propunha a inversão da ordem dos trabalhos a fim de se eleger o presidente da República antes de promulgada a nova Carta. Essa emenda não foi aprovada. Em 15 de julho, um dia antes do final dos trabalhos da Constituinte, realizou-se um encontro dos representantes da minoria, ao qual Bias Fortes compareceu, para a escolha do candidato do grupo a presidente constitucional da República. Indicado o nome de Antônio Augusto Borges de Medeiros pela bancada paulista, Bias Fortes apoiou essa candidatura. Entretanto, um dia após a promulgação da Constituição (16/7/1934), Vargas foi eleito presidente com 175 votos, contra 59 dados a Borges de Medeiros. Na mesma ocasião os deputados constituintes tiveram os seus mandatos prorrogados até maio de 1935, quando se iniciaria a legislatura ordinária com os representantes eleitos em outubro de 1934.

Em 1934 os perremistas disputaram as eleições legislativas na legenda PRM-Minas Autônoma, constituída para abrigar os dissidentes do PP, entre os quais Bias Fortes, Afrânio e Virgílio de Melo Franco e Otávio Campos do Amaral. Bias Fortes conseguiu reeleger-se, permanecendo na Câmara dos Deputados. Mais tarde, em junho de 1937, ingressou no Partido Nacionalista de Minas Gerais, fundado pelo governador Benedito Valadares para se opor a Antônio Carlos e apoiar a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República nas eleições marcadas para janeiro do ano seguinte. Ainda em 1937 Bias Fortes assumiu a direção do *Jornal de Barbacena* e passou a disputar o controle político de sua cidade com seu concunhado José Bonifácio Lafayette de Andrada.

Com a instauração do Estado Novo em novembro de 1937, e o consequente fechamento dos órgãos legislativos do país, Bias Fortes perdeu seu mandato de deputado e foi nomeado

prefeito de Barbacena. À frente do Executivo municipal, promoveu obras como o reforço do abastecimento de água, a construção e a melhora de estradas e avenidas, o ajardinamento de diversas praças e a construção da ponte sobre o rio das Mortes. Nessa época foi provido no cargo de oficial do Registro Civil da capital federal.

#### NA CONSTITUINTE DE 1946

Em março de 1945, durante o processo de redemocratização do país, participou em seu estado da criação do Partido Social Democrático (PSD). Fixadas em 2 de dezembro desse ano as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para o Executivo federal, Bias Fortes candidatou-se a uma cadeira de deputado na legenda do PSD, desenvolvendo ainda campanha em favor de Eurico Dutra, candidato desse partido à presidência da República. Os Andrada, por sua vez, ingressaram na União Democrática Nacional (UDN), apoiando a candidatura de Eduardo Gomes.

Com a deposição de Vargas em outubro de 1945, Benedito Valadares, que havia 12 anos governava Minas Gerais, foi destituído, sendo nomeado interventor Nísio Batista de Oliveira, presidente do Tribunal de Apelação do estado. Também em decorrência da queda do Estado Novo, Bias Fortes foi afastado da prefeitura de Barbacena.

O resultado do pleito de dezembro de 1945 deu ampla vitória ao PSD em todo o país. Eurico Dutra derrotou Eduardo Gomes por grande margem de votos, e Bias Fortes foi um dos 151 deputados federais então eleitos na legenda do partido. Participando dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte desde seu início, em fevereiro de 1946, no mês de junho seguinte Bias Fortes votou a favor da moção de Otávio Mangabeira que exaltava as forças armadas pela deposição de Vargas.

Em meados de 1946 iniciaram-se os debates em torno da sucessão mineira. Ainda em julho Benedito Valadares, presidente do diretório regional do PSD, reuniu a comissão executiva do partido, que deveria escolher seu candidato entre Carlos Luz e Bias Fortes. Embora o mais cotado fosse o último, Carlos Luz mostrou-se intransigente quanto à sua indicação, ameaçando inclusive romper com o partido. Em setembro, com o encerramento dos trabalhos constituintes e a promulgação da nova Carta (que fixou as eleições estaduais em janeiro de 1947), Bias Fortes passou a exercer seu mandato legislativo ordinário na Câmara dos Deputados.

No início de outubro de 1946 Carlos Luz, contando com o apoio de alguns líderes pessedistas, exonerou-se da pasta da Justiça, que então ocupava, para dar início à sua campanha. No entanto, após diversas reuniões realizadas no Rio de Janeiro, a chamada “ala ortodoxa” do PSD, sob a liderança de Valadares, decidiu indicar Bias Fortes. Essa atitude provocou uma cisão na comissão executiva do partido, com sete membros declarando-se partidários de Carlos Luz e a maioria apoiando Bias Fortes. Contudo, Carlos Luz reforçou sua posição promovendo acordos, conseguindo atrair alguns elementos da UDN e obtendo o apoio do Partido Republicano (PR) através de Artur Bernardes.

Como nem o nome de Bias Fortes nem o de Carlos Luz unificavam o PSD, passou-se a discutir a escolha de um *tertius*. Em 17 de outubro, os seguidores de Carlos Luz propuseram-lhe a retirada de sua candidatura em favor de Venceslau Brás. No início de novembro realizou-se a convenção da UDN que indicou Mílton Campos como candidato. A convenção do PSD realizou-se finalmente em 10 de dezembro, saindo amplamente vitoriosa a indicação de Bias Fortes, que recebeu 191 votos contra 24 dados a Venceslau. Entretanto, em virtude da fragmentação ocorrida no seio do PSD, Mílton Campos, com apoio dos dissidentes pessedistas, venceu as eleições por 448.073 votos, derrotando Bias Fortes, que recebeu 388.207. Permanecendo na Câmara, Bias Fortes participou nesse período da Comissão de Segurança Nacional.

#### NAS ELEIÇÕES DE 1950

No começo de 1949 tiveram início os debates sobre a sucessão presidencial. Os três partidos que haviam assinado o Acordo Interpartidário de apoio ao governo Dutra — o PSD, presidido por Nereu Ramos, a UDN, presidida por José Eduardo Prado Kelly, e o PR, presidido por Artur Bernardes — procuraram em princípio um candidato de união nacional. Nas primeiras conversações foi cogitado o nome de Bias Fortes, amigo pessoal de Dutra. No próprio PSD, contudo, levantou-se a oposição de Nereu Ramos, inclinado a lançar sua candidatura.

Em face das divergências, os mineiros decidiram enviar a Dutra um documento reiterando a importância de uma orientação única no processo sucessório. Inconformado com o rumo dos acontecimentos, Nereu Ramos reagiu e convocou uma reunião da comissão executiva do PSD para que sua candidatura fosse logo lançada. Rejeitada essa medida, no mês de

agosto as seções mineiras do PSD, da UDN e do PR apresentaram a chamada “fórmula mineira”, que consistia em deixar a escolha a Dutra, desde que o candidato fosse de Minas. No início de novembro Dutra estabeleceu conversações com Milton Campos, das quais resultou a revitalização da “fórmula mineira”. Foi organizada uma lista a ser submetida à consideração do presidente, com os nomes de Bias Fortes, Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu e Carlos Luz. Pouco depois, Dutra rompeu com Nereu Ramos, que renunciou à presidência do PSD.

Já no início de 1950, eliminadas todas as possibilidades de acordo, a UDN lançou a candidatura de Eduardo Gomes, o PTB apresentou Getúlio Vargas, e o PSD, por influência da seção gaúcha, indicou Cristiano Machado. Valadares concordou em apoiar Cristiano Machado — pertencente à “ala liberal” do partido, ou seja, à dissidência que havia apoiado Milton Campos em 1947 —, ganhando força, em troca, para indicar o candidato do partido à sucessão mineira.

Para as eleições estaduais, existiam dentro do PSD duas correntes: a que apoiava Juscelino Kubitschek e a que se inclinava por Bias Fortes. No dia 10 de junho de 1950 a comissão executiva do PSD mineiro promoveu uma série de reuniões para a escolha do candidato. Após intensos debates, Euvaldo Lodi, coordenador da candidatura Bias Fortes, propôs com sucesso que naquele mesmo dia fosse designada uma subcomissão de cinco membros encarregada de proceder à escolha e discuti-la no Rio de Janeiro. Presidida por Benedito Valadares e integrada ainda por Melo Viana, Euvaldo Lodi, Ovídio de Abreu e Israel Pinheiro, a subcomissão recebeu de Kubitschek e Bias Fortes a promessa de que sua decisão seria acatada.

Enquanto Juscelino recebia o apoio do PR, Bias Fortes era o candidato do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Alegando a necessidade de preservar a unidade do PSD, este último pediu aos dois postulantes que devolvessem à comissão executiva a prerrogativa de indicar o candidato oficial. Ambos concordaram, e a subcomissão foi extinta. Em 20 de julho realizou-se a reunião da comissão executiva do PSD e nela Kubitschek foi escolhido candidato por 13 votos contra dez dados a Bias Fortes.

Ainda em julho Bias Fortes teve seu nome cogitado para concorrer à vice-presidência da República na chapa encabeçada por Getúlio Vargas, mas foi preterido em favor de João Goulart. No dia 29 do mesmo mês foi nomeado por Dutra ministro da Justiça e Negócios

Interiores. Deixando então a Câmara dos Deputados, assumiu a pasta em 4 de agosto seguinte, em substituição a Adroaldo Mesquita da Costa.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950 Vargas foi eleito presidente da República e Kubitschek governador de Minas Gerais. Ao tomar posse em 31 de janeiro de 1951, o novo presidente substituiu Bias Fortes por Francisco Negrão de Lima na pasta da Justiça. Ainda nesse ano Bias Fortes foi nomeado presidente do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal.

### GOVERNADOR DE MINAS GERAIS

Em abril de 1955 a comissão executiva do PSD mineiro reuniu-se mais uma vez para a escolha do candidato à sucessão estadual. Apesar da resistência de Benedito Valadares, com quem se desentendera politicamente, Bias Fortes contava com o apoio de Kubitschek e de José Maria Alkmin, e teve seu nome indicado por unanimidade, sendo sua candidatura homologada em maio seguinte, quando da convenção do partido. Nas eleições de outubro Kubitschek elegeu-se presidente da República, e Bias Fortes, derrotando o udenista Olavo Bilac Pinto, elegeu-se governador de Minas, assumindo o mandato em 31 de janeiro de 1956.

No correr desse ano polarizaram-se os debates regionais em torno do projeto de Kubitschek de construir a usina hidrelétrica de Furnas no Rio Grande, em Altinópolis (MG), próximo à divisa com São Paulo. Em Minas, o deputado udenista Geraldo Freire, com o apoio de Bias Fortes, liderava a facção contrária ao projeto, ponderando que a existência de Furnas beneficiaria sobretudo São Paulo, e que para Minas era preferível a construção da usina de Três Marias para melhorar as condições de navegabilidade do rio São Francisco. Além disso, esse projeto sofria oposição pelo fato de a Light and Power, empresa estrangeira, ter-se associado a ele. O governo paulista, por sua vez, dava então prioridade à construção da usina de Caraguatatuba. O custeio do empreendimento seria dividido em três partes, cabendo a maior ao governo federal e sendo as demais rateadas entre os dois estados. Apesar da resistência dos governadores Bias Fortes e Jânio Quadros, decidiu-se levar a cabo essa obra, para o que se constituiu em fevereiro de 1957 a empresa mista Central Elétrica de Furnas, controlada pela União, com a participação mineira, através das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), e paulista, através da Companhia Hidrelétrica do Rio

Pardo (Cherp). A construção teve início em 1958.

Durante o governo de Bias Fortes fundou-se ainda o Instituto de Pesquisas Radioativas e completaram-se as instalações da Usina do Vale do Rio Doce e da Hidrominas. Foram também pavimentadas as rodovias que ligam Belo Horizonte a Ouro Preto, Sabará, São João del Rei, Tiradentes e Diamantina, prestando-se maior assistência aos lavradores através da distribuição de tratores e implementos agrícolas. Ao final de seu mandato, em 31 de janeiro de 1961, Bias Fortes passou o governo do estado a José de Magalhães Pinto, que, nas eleições de outubro do ano anterior, derrotara o candidato situacionista Tancredo Neves.

Apoiando o movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart, Bias Fortes assinou o manifesto redigido pelo governador Magalhães Pinto, favorável ao novo regime. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, foi um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena), tornando-se membro de seu diretório regional. Daí em diante Fortes e Andradas passaram a correligionários, filiados ao mesmo partido.

Bias Fortes exercia o cargo de diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais no Rio de Janeiro, quando faleceu nesta cidade, em 30 de março de 1971.

Casado com Francisca Tamm Bias Fortes, teve sete filhos, entre eles Crispim Jacques Bias Fortes, deputado federal de 1951 a 1975 e de 1979 a 1983, e Simão Tamm Bias Fortes, prefeito de Barbacena (1966-1970).

Deixou publicados os numerosos discursos que pronunciou ao longo de sua vida pública.

*Sílvia Pantoja*

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BENEVIDES, M. *Governo Kubitschek*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); BOMENY, H. *Estratégia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CHAGAS, P. *Esse*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; *Correio do Povo* (30/12/1930); CORRESP. ARQ. PÚBL. MINEIRO; COUTINHO, A. *Brasil*; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; FRANCO, A. *Escalada*;

*Globo* (31/4/1971); GODINHO, V. *Constituintes*; GOMES, A. *Regionalismo*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; HORTA, C. *Famílias*; *Jornal do Brasil* (22/7/76); KUBITSCHKE, J. *Meu*; LEITE, A. *Páginas*; MAGALHÃES, B. *Artur*; *Ministros da Justiça*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; *Novo dic. de história*; RACHE, P. *Outros*; *Relação dos ministros*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SILVA, G. *Constituinte*; TORRES, J. *História de Minas*.



## **FORTES, Crispim Jacques Bias**

\*gov. MG 1890 e 1891; pres. MG 1894-1898.

*Crispim Jacques Bias Fortes* nasceu em Livramento, distrito de Barbacena (MG), no dia 25 de outubro de 1847, filho de Francisco José de Oliveira Fortes e de Carlota Benedita de Oliveira Fortes. Seu pai foi capitão da Guarda Nacional.

Fez seus primeiros estudos na cidade de Barbacena e após concluí-los mudou-se para São Paulo para cursar a Faculdade de Direito. Recebeu o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1870, na mesma turma em que se formaram algumas personalidades nacionais como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Rodrigues Alves. Após a formatura retornou à terra natal, onde exerceu as funções de advogado, promotor de justiça e juiz municipal.

Em 1879 deixou a magistratura para ingressar na política, filiado ao Partido Liberal. Elegeu-se deputado provincial em 1881, para finalizar a legislatura 1880-1881, e foi reeleito para as legislaturas seguintes, exercendo o mandato até 1889. Defensor dos interesses financeiros do governo e de uma maior moralidade na administração pública, ocupou em vários momentos a presidência da Assembleia Provincial mineira. Na efervescência do movimento republicano da década de 1880, renunciou ao mandato, mas em 1889 voltou a se candidatar. Embora tivesse conseguido votação expressiva, não chegou a ser empossado, devido à proclamação da República. Àquela altura já pertencia ao Partido Republicano Mineiro (PRM), fundado em 1888.

Sob o governo de João Pinheiro da Silva (11 de fevereiro a 20 de julho de 1890), foi convidado a elaborar o anteprojeto da Constituição do estado. Em seguida, por nomeação do marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório da República, esteve ele próprio à frente do governo provisório de Minas em quatro exercícios consecutivos: de 24 de julho a 5 de agosto de 1890, de 14 de agosto a 3 de outubro de 1890, de 28 de outubro a 27 de dezembro de 1890 e de 7 de janeiro a 11 de fevereiro de 1891, quando foi substituído por Frederico Augusto Álvares da Silva. Em 25 de janeiro de 1891 foi eleito senador à Assembleia Constituinte estadual. Teve participação direta e decisiva na elaboração e

aprovação da primeira carta constitucional republicana mineira, e foi presidente do Senado Estadual de 1891 a 1893. Renunciou em 1894, após ter sido eleito de forma direta, em 7 de março, presidente de Minas, sucedendo a Afonso Pena, com mandato de 7 de setembro daquele ano a 7 de setembro de 1898.

No governo mineiro, buscou fomentar o crescimento da atividade agrícola, a partir de uma política de incentivo à imigração para atrair mão de obra para as lavouras e promover o povoamento de regiões agrestes. Reformou os ensinos agrícola e veterinário e investiu na expansão da linha férrea. Foi durante sua gestão que foi feita a transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte. As discussões referentes à mudança da capital do estado começaram no início da década de 1890 e, após estudos que averiguaram as condições de cinco localidades, foi decidido que a nova capital seria construída no antigo arraial de Belo Horizonte. Em 17 de dezembro de 1893 foi promulgada a lei que determinou a mudança, e em 12 de dezembro de 1897 Bias Fortes inaugurou a nova capital. Com a reorganização do PRM em 1897, assumiu em 1898 a presidência da comissão executiva do partido, função que exerceria até 1917. Findo o período no governo mineiro, onde foi substituído por Silviano Brandão, retornou ao Senado Estadual na legislatura 1899-1902, na vaga aberta pela saída de Caetano de Sousa e Silva. Reeleito sucessivamente, participou da Comissão de Finanças do Senado e foi novamente presidente da casa entre os anos de 1912 e 1915. Faleceu durante o exercício do mandato, em 14 de maio de 1917.

Nos últimos dez anos de sua vida pública acumulou com o mandato parlamentar o cargo de agente executivo municipal de Barbacena. Foi nesse período que solidificou as bases do domínio que a família Bias Fortes exerceria no município a partir de então.

Era casado com Adelaide de Araújo Fortes. Em sua família atuaram na política o filho José Francisco Bias Fortes e os netos Crispim Jacques Bias Fortes e Simão Tamm Bias Fortes. Recebeu várias homenagens, entre elas um monumento ao “fundador de Belo Horizonte” na praça da Liberdade, na capital mineira, e teve seu nome dado a avenidas e praças nas

idades de Belo Horizonte e Barbacena.

*Vanessa Lana*

FONTES: BARRETO, A. *Belo Horizonte*; GOV. MG. Disponível em:  
<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/crispim-jacques-bias-fortes/5794>>. Acesso em: 20/5/2010;  
MONTEIRO, N. *Dicionário bibliográfico*.

## **FORTUNA, Diogo**

\*dep. fed. RS 1899-1913; sen. RS 1913.

*Diogo Fernandes Álvares Fortuna* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 27 de novembro de 1849.

Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Depois de formado, tornou-se médico do Corpo de Saúde do Exército na cidade de Jaguarão (RS), entre os anos de 1877 e 1892, e de Porto Alegre, em 1893. Por sua carreira militar aliada à medicina tornou-se general de brigada, posto no qual se reformou. Foi também professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, na área de clínica cirúrgica

Iniciou sua vida política nas fileiras do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos. Em 1899 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta com a renúncia do deputado José de Almeida Martins Costa Júnior. Sucessivamente reeleito, renunciou à sua cadeira na Câmara em 1913 para pleitear a vaga aberta no Senado Federal com a morte do senador gaúcho Cassiano do Nascimento. Foi eleito e assumiu o mandato em 11 de abril de 1913, mas permaneceu no cargo por menos de dois meses, pois faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 2 de junho do mesmo ano.

*Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

## **FRAGA, CLEMENTINO**

\*dep. fed. BA 1921-1926; dep. fed. DF 1954-1955.

*Clementino da Rocha Fraga Júnior* nasceu em Muritiba (BA) no dia 15 de setembro de 1880, filho de Clementino da Rocha Fraga e de Córdula de Magalhães Fraga.

Fez os estudos secundários no Colégio Carneiro, em Salvador, ingressando depois na Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se diplomou em 1903. No ano seguinte iniciou a carreira docente como professor assistente da mesma faculdade. Nomeado em 1906 inspetor sanitário no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, começou a desenvolver suas atividades na área da saúde pública, iniciando nessa ocasião relações com Osvaldo Cruz e Carlos Chagas. De volta à Bahia em 1910, tornou-se professor substituto de clínica médica da Faculdade de Medicina, no ano seguinte foi nomeado delegado sanitário especial e em 1914 passou a catedrático de clínica médica. Em 1917 chefiou a Comissão Sanitária Federal incumbida de combater a febre amarela e no ano seguinte dirigiu o Hospital Deodoro, no Rio de Janeiro, durante a epidemia de gripe.

Ingressou na política ao eleger-se deputado federal pela Bahia em 1921. Em maio do mesmo ano assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e em 1924 foi reeleito. No ano seguinte transferiu-se definitivamente para a capital federal por força de suas atividades parlamentares, estabelecendo-se na Faculdade Nacional de Medicina como professor da segunda cadeira de clínica médica. Ainda em 1925 atuou como delegado sanitário especial para realizar a profilaxia da cólera a bordo do navio *Araguaia* e representou o Brasil no XVII Congresso de Medicina, em Londres.

Após encerrar seu mandato em dezembro de 1926, assumiu o cargo de diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, no exercício do qual se distinguiria em 1928 no combate à febre amarela, debelando o surto da doença que havia reaparecido no Rio de Janeiro no ano anterior. Ainda em 1927 voltou a representar o Brasil, dessa vez no Congresso Internacional de Tuberculose, realizado em Córdoba, na Argentina. Introduziu o estudo da tuberculose no país e, em 1930, criou o curso de aperfeiçoamento na citada doença, anexo à segunda cadeira de clínica médica da Faculdade Nacional de Medicina.

Voltando a exercer funções de comando na defesa sanitária do Rio de Janeiro, foi nomeado em 1937 secretário-geral de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal durante a

administração de Henrique Dodsworth (1937-1945), permanecendo no cargo até 1940. Dedicou-se também à literatura, sendo eleito em 1939 para a Academia Brasileira de Letras.

De volta à vida política, no pleito de outubro de 1950 candidatou-se a deputado federal pelo Distrito Federal na legenda da União Democrática Nacional (UDN) e obteve a segunda suplência. Assumiu o mandato em junho de 1954 e em outubro seguinte voltou a concorrer à Câmara dos Deputados, dessa vez na legenda da Aliança Popular, integrada pela UDN, o Partido Republicano (PR) e o Partido Libertador (PL). Não chegou, porém, a se eleger e ao final da legislatura, em 31 de janeiro de 1955, deixou a Câmara dos Deputados.

Como médico e professor emérito da Faculdade Nacional de Medicina e da Faculdade de Medicina da Bahia, participou de congressos internacionais de medicina e de diversas agremiações científicas, como a Academia Nacional de Medicina, a Academia de Medicina de Paris, a Academia de Medicina de Buenos Aires, a Academia de Ciências de Lisboa e a Société Française de la Tuberculose. Pertenceu também à Academia de Letras da Bahia e à Academia Fluminense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 8 de janeiro de 1971.

Era casado com Olindina da Silva Fraga, com quem teve três filhos, dois dos quais, Hélio e Clementino, também se destacaram no exercício da medicina e do magistério. Hélio Fraga foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1973 a 1977.

Entre outros trabalhos, publicou *A vontade — estudo psicofisiológico* (tese, 1903), *Fronteiras da tuberculose* (1906), *Higiene rural no Brasil* (1908), *Discursos e conferências* (1912), *Beribéri no Brasil* (1918), *Clínica médica* (1919), *Orações à mocidade* (1923), *A febre amarela no Brasil* (1929), *Ceticismo em medicina* (1930), *Noções atuais de tuberculose* (1931), *Ensino médico e medicina social* (1932), *Aspectos médico-sociais do problema da tuberculose* (1932), *Noções recentes de clínica* (em colaboração, 1933), *Doenças do fígado* (1934), *Orientação profissional e higiene pública* (1934), *Erros e preceitos de medicina social* (1936), *Medicina clínica* (1937), *Ciência e arte em medicina* (1938), *Bovarismo antes e depois de Flaubert* (1939), *Médicos-educadores* (1940), *Amores crepusculares* (1941), *Medicina e humanismo* (1942), *Doença e gênio literário* (1943), *Últimas orações* (1944), *Vocação liberal de Castro Alves* (1948), *Ricardo Jorge, médico e humanista* (1952), *Afonso Celso — educador* (1958), *Paisagens de outono* (1958), *Através*

*da medicina* (1960), *Meditações* (ensaios e excertos, 1965), *Reencontros imaginários* (memórias, 1968), *Vida e obra de Osvaldo Cruz* (póstumo, 1972), *Le foie dans le paludisme*, *Beribéri ou síndrome beribérica?*, *Carência alimentar e beribéri*, *Notes sur l'épidémie de fièvre jaune à Rio de Janeiro*, *Diagnóstico das síndromes respiratórias e Diagnóstico da tuberculose pulmonar — síndrome clínica precoce*.

FONTES: BRINCHES, V. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados*; COUTINHO, A. *Brasil; Encic. Mirador; Grande encic. Delta; Grande encic. portuguesa*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos; Jornal do Brasil* (9/1/1971); MENESES, R. *Dicionário*; SOUSA, A. *Baianos*.

## **FRAGOSO, Arlindo**

\*dep. fed. BA 1918-1923.

*Arlindo Coelho Fragoso* nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 30 de outubro de 1865, filho de Antônio Coelho Fragoso e de Bernardina de Sena Fragoso. Seu pai era um rico negociante santo-amarense.

Fez os primeiros estudos em Portugal e, retornando a Salvador, estudou no Colégio Alemão e no Colégio Sete de Setembro. Fez o curso superior na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império, concluindo-o em 1885, quando recebeu o diploma de engenheiro civil e o título de bacharel em matemática. Quando estudante foi arguido no exame de Construções Civis pelo mestre André Rebouças, que o elogiou; foi também cumprimentado por dom Pedro II. Também nessa época colaborou na *Gazeta da Tarde*, sob a direção de José do Patrocínio.

Na cidade natal fez concurso para professor da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages. Proclamada a República, principiou sua vida política fazendo parte do Conselho de sua cidade natal. Foi também diretor e proprietário do jornal *Comercial* de Santo Amaro, entre 1890 e 1895. No final do governo de Rodrigues Lima (1892-1896) foi nomeado diretor da Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas da Bahia. Por sua iniciativa foi fundado o Instituto Politécnico da Bahia em 1896 e, no ano seguinte, a Escola Politécnica, da qual foi professor e diretor. Por discordância política, em 1900 foi destituído da Secretaria de Agricultura pelo governador Severino Vieira (1900-1904). Colaborou no jornal *A Maçonaria*, de 1901 a 1902, e foi redator do *Correio da Tarde*, de 1902 a 1903. Trabalhou para que a Bahia participasse da Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro, comemorativa do centenário da Abertura dos Portos às nações amigas. Nesse período fixou residência no Rio de Janeiro, onde desenvolveu atividades como engenheiro consultor das estradas de ferro Nordeste do Brasil, Vitória a Diamantina e Goiás. Foi diretor da seção de contabilidade da Inspeção das Estradas de Ferro do Brasil de 1910 a 1912.

De volta à Bahia, com J. J. Seabra já eleito governador, foi nomeado secretário geral do



Estado, órgão que reunia as quatro secretarias até então existentes numa só. Este foi o primeiro grande impulso no processo de centralização do poder desencadeado por J. J. Seabra. Sua atuação foi de grande destaque no meio político, responsável direta pelo sucesso de Seabra no primeiro governo (1912-1916). Representou também a Bahia no 3º Congresso de Instrução, reunido em Salvador em 1913.

Em 1917, no governo de Antônio Muniz (1916-1920), fundou a Academia de Letras da Bahia, tendo sido responsável por todo o trabalho de organização da instituição. Escolheu o dia da fundação da nova entidade de modo a enraizá-la na primeira academia de letras fundada no Brasil, a Academia dos Esquecidos, instalada na Bahia em 7 de março de 1724. Para a fundação da nova academia contou com o apoio decisivo do governador e também de Xavier Marques, naquele momento o mais representativo escritor baiano radicado em sua terra. Dois critérios orientaram a escolha dos novos imortais. O primeiro se baseou na estrita isenção política, religiosa e filosófica; o segundo foi que, a exemplo da Academia Brasileira e da Academia Francesa, a nova agremiação de intelectuais poderia abrigar, além de literatos, personalidades de destaque em outros campos. Assim, políticos como J. J. Seabra, Antônio Muniz e Severino Vieira conviviam com homens de letras como os romancistas Xavier Marques e Afrânio Peixoto e o poeta Artur Sales. Ao escolher pessoalmente os 40 imortais, contudo, Arlindo Fragoso esqueceu-se de si mesmo. Para que o fundador não ficasse de fora da nova organização, criou-se uma cadeira que existiria, como só existiu, até o seu falecimento.

Elegeu-se deputado federal pela Bahia para a legislatura 1918-1920 e renovou o mandato para o período 1921-1923. Representou o estado da Bahia no Congresso de Geografia, reunido em Belo Horizonte em 1920.

Foi sócio do Clube de Engenharia e da Sociedade de Geografia da capital federal. Além dos já citados colaborou em outros jornais e revistas, usando o pseudônimo de *Davis*. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1926.

Casado com Jesuína Gomes Guimarães, teve três filhos.

Defendeu a tese *Estudos sobre a análise cinemática* (1887), e publicou *Escola Agrícola da*

*Bahia; Dois mundos* (1893); *Instrução popular; Seguro sobre a vida; Notas econômicas e financeiras* (1916); *O espírito.... dos outros* (1917); *Águas e esgotos da Bahia; e O Museu Escolar.*

*Liliane de Brito Freitas*

**FONTES:** BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 77); CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 13/6/2006; CASTRO, R. *Fundadores* (p. 96-97); COSTA, C. 105 (p. 47-50); *Democrata* (8-10/1/1926, p.1). Dr. Arlindo Fragoso; *Democrata* (8-10/1/1926, p.1). Era um belo espírito...; *Gazeta do Povo* (14/6, 14/8/1912); *Gazeta do Povo* (29/3/, 9/4/, 1912). Governo do Estado e Arlindo Fragoso; *Gazeta do Povo* (10, 12/4/1912). Assembléia Geral do Estado e Dr. Arlindo Fragoso; *Imparcial* (9/1/1926). Uma homenagem prestada à memória do dr. Arlindo Fragoso; *Jornal de Noticias* (9/4/1918). Banquete político; *Jornal de Noticias* (25/5/1916). A vaga na Câmara Alta; GUIMARÃES, A. *Escola* (p.156); *Jornal de Noticias* (18,26,31/10/1912). Dr. Arlindo Fragoso e Os automóveis; *Jornal de Noticias* (2/11/1912, 29/3, 8/4/11913). ; Dr. Arlindo Fragoso, O governo do dr. J.J. Seabra e Congresso do Estado; *Jornal do Nicsa* (set., out.,1986). Galeria de Santamarenses ilustres. Arlindo Fragoso; *Revista do Histórico e Geográfico Brasileiro* ( 263, 1964); *Tarde Cultural* (1/3/1997). Arlindo Fragoso.

## **FRAGOSO, TASSO**

\*militar; ch. Casa Mil. Pres. Rep. 1914-1917; ch. EME 1922-1929; pres. junta gov. prov. 1930; ch. EME 1931-1932; min. STM 1933-1938.

*Augusto Tasso Fragoso* nasceu em São Luís no dia 28 de agosto de 1869, filho de Joaquim Coelho Fragoso, comerciante de origem portuguesa, cônsul do seu país no Maranhão e diretor de uma pequena frota de navios, e de Maria Custódia de Sousa Fragoso. Em seus documentos oficiais consta ter nascido no ano de 1867, devido à alteração, comum na época, feita por seu pai para que pudesse iniciar mais cedo a vida militar.

Fez os estudos básicos em sua cidade natal, nos colégios do Pires e São Paulo e no Liceu Maranhense, onde concluiu o ginásio em 1883. Em março de 1885, sentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Nessa época, o pensamento positivista e o movimento pela abolição da escravidão exerciam forte influência na academia militar, onde lecionava o tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, futuro líder republicano. Influenciado por essas correntes, Tasso Fragoso foi um dos alunos que, em agosto de 1887, divulgaram na academia discursos abolicionistas de Rui Barbosa.

Promovido a alferes-aluno em janeiro de 1889, frequentou, a partir de abril, os cursos de estado-maior e de engenharia da Escola Superior de Guerra, bacharelando-se em matemática e ciências físicas e naturais. Nesse período participou das articulações do movimento pela implantação da República. No mês de outubro, quando as relações entre o imperador e o Exército estavam tensas, discursou em nome dos colegas em homenagem a Benjamin Constant, afirmando a determinação de todos em acompanhar o professor “na transformação prestes a se passar em nossa pátria”. Depois desse ato Benjamin Constant foi demitido de suas funções, e os alunos foram repreendidos.

Nas primeiras horas da noite de 14 de novembro de 1889, Tasso Fragoso foi avisado de que a 2ª Brigada de Cavalaria e os alunos da Escola Superior de Guerra, à qual continuava vinculado, estavam se preparando para sair às ruas e proclamar a República. Fardado e armado, juntou-se a outros companheiros e dirigiu-se à escola, onde todos aguardavam a chegada de Benjamin Constant e do general Manuel Deodoro da Fonseca. Durante a madrugada, Tasso Fragoso e o alferes-aluno Cândido Mariano Rondon foram encarregados

de apurar a posição do almirante Eduardo Wandenkolk diante do movimento. Após receber do almirante uma resposta favorável ao prosseguimento da revolta, Tasso Fragoso incorporou-se às tropas do 2º Regimento de Artilharia, que já se encontravam formadas em colunas e prontas para marchar em direção ao quartel-general do Exército, situado diante da atual praça da República, no Rio, onde o gabinete chefiado pelo visconde de Ouro Preto estava reunido. Depois da rendição e da renúncia dos ministros, Deodoro da Fonseca proclamou a República.

### NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Em janeiro de 1890, Tasso Fragoso foi promovido a tenente. Em setembro, contra a sua vontade, foi eleito deputado pelo Maranhão ao Congresso Nacional Constituinte que se reuniu a partir de novembro, mas renunciou ao exercício do mandato sem assistir a nenhuma sessão parlamentar. Em fevereiro de 1891, começou um estágio no Observatório de Astronomia do Rio de Janeiro, interrompido no mês seguinte para viajar com a Comissão Estratégica do Paraná e reiniciado em junho.

O fechamento do Congresso decretado em 3 de novembro de 1891 pelo presidente Deodoro da Fonseca provocou uma reação que, 20 dias depois, obrigou o chefe do governo a renunciar. Tasso Fragoso apoiou essa solução e, depois da posse do vice-presidente Floriano Peixoto, declinou do convite para assumir a prefeitura do Distrito Federal, aceitando, contudo, a chefia do Departamento de Obras e Viação Geral da capital. Exerceu intensa atividade administrativa à frente dessa repartição, especialmente no tocante à construção civil e ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade, problemas que afetavam gravemente a população do Distrito Federal.

Nesse período, teve destacada participação nas discussões travadas no Clube Militar sobre questões de interesse nacional. Em abril de 1892, propôs que a entidade expulsasse de seus quadros 13 oficiais-generais do Exército e da Armada — entre os quais o almirante Eduardo Wandenkolk — que haviam assinado um manifesto dirigido ao presidente Floriano Peixoto exigindo a imediata realização de eleições presidenciais, contrariando assim os estatutos do clube. Depois de conseguir a aprovação de sua proposta, comandou uma companhia do Batalhão Acadêmico na repressão a esses oficiais, muitos dos quais chegaram a ser presos.

Tasso Fragoso pediu exoneração do Departamento de Obras do Distrito Federal em abril de 1892, sendo enviado em missão de serviço ao Maranhão, onde permaneceu até junho. Foi então designado para integrar a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo engenheiro belga Luís Cruls e encarregada de escolher o sítio da nova capital do país. Retornou ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1893, quando passou à condição de secretário da comissão.

A partir de setembro de 1893, participou da repressão à Revolta da Armada, levante liderado pelo almirante Custódio de Melo que mobilizou a esquadra fundeada na baía de Guanabara contra o governo de Floriano Peixoto. Comandando novamente uma companhia do Batalhão Acadêmico, foi ferido no combate da Armação, ocorrido em Niterói no dia 9 de fevereiro de 1894, quando as forças legalistas impediram o desembarque dos revoltosos. Em seguida, foi promovido a capitão, por bravura. A luta terminou em março, com a vitória das tropas leais ao governo.

Tasso Fragoso passou a sofrer de enfraquecimento muscular na perna atingida e, carente de recursos para os cuidados médicos necessários, foi nomeado por Floriano Peixoto, em junho de 1894, membro da comissão militar encarregada da compra de material bélico na França e na Alemanha, onde teria condições de submeter-se a melhor tratamento. Foi também encarregado de apresentar ao Ministério da Guerra um relatório sobre a organização do serviço geodésico desses dois países. A eleição de Prudente de Moraes para a presidência da República, em março de 1894, levou-o a pedir exoneração dessas funções, concedida em maio de 1895, quando retornou ao Brasil.

Tasso Fragoso passou a servir na Diretoria de Obras Militares em setembro de 1895, sendo nomeado, em novembro, secretário da Comissão de Fortificação e Defesa do Litoral do Brasil e encarregado direto dos trabalhos de defesa da costa sul da cidade do Rio de Janeiro. No mês seguinte, casou-se com Josefa da Graça Aranha, irmã do escritor José Pereira da Graça Aranha, seu conterrâneo. Designado em junho de 1896 membro da comissão de estudos do projeto de instalação elétrica da fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, passou a integrar a 1ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME) a partir de janeiro de 1899, sendo nomeado, no mês seguinte, membro da primeira comissão de estudos para a reorganização do Exército.

Em dezembro de 1900, Tasso Fragoso foi posto à disposição do Ministério das Relações

Exteriores para servir na comissão de limites com a Bolívia, novamente sob a chefia de Luís Cruls. Teve que retornar ao Rio de Janeiro antes da conclusão dos trabalhos por motivo de doença e reapresentou-se ao EME em agosto de 1901. Em junho do ano seguinte passou a servir na 3ª Seção do EME. Nomeado em abril de 1903 ajudante da comissão encarregada do levantamento da carta geral da República, seguiu para o Rio Grande do Sul, sendo promovido a major no mês seguinte. Dispensado de suas funções por motivo de saúde, em dezembro de 1906 retornou à 3ª Seção do EME e aí permaneceu adido até outubro do ano seguinte, quando foi integrado ao estado-maior de uma divisão de manobras do 6º Distrito Militar.

Em janeiro de 1908, foi designado membro da comissão de estudo do projeto de organização e regulamentação de serviços internos nos quartéis. Em agosto, viajou para a Alemanha como membro do estado-maior do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra e candidato à presidência da República nas eleições marcadas para março de 1910. Nomeado adido militar à legação brasileira na Argentina, viajou para esse país em julho de 1909, sendo promovido a tenente-coronel em dezembro do mesmo ano. De volta ao Brasil, assumiu, em julho de 1910, o comando do 8º Regimento de Cavalaria, sediado em Uruguaiana (RS), onde permaneceu até abril de 1913. Nesse período exerceu interinamente, por diversas vezes, o comando da 2ª Brigada de Cavalaria, localizada na mesma região.

#### DE 1914 A 1930

Promovido a coronel em abril de 1914, Tasso Fragoso permaneceu na 3ª Seção do EME de junho a novembro desse ano, ocasião em que foi nomeado chefe da Casa Militar do presidente da República Venceslau Brás, empossado pouco antes. Nessa condição, desempenhou importante papel na implantação do serviço militar obrigatório e na remodelação do Exército. Em novembro de 1917, retornou à tropa como comandante do 1º Regimento de Cavalaria, no Distrito Federal.

Em janeiro de 1918, foi promovido a general de brigada e nomeado comandante da 4ª Brigada de Cavalaria. Aí permaneceu até novembro, quando tornou-se diretor de Material Bélico. Durante a estada do rei Alberto da Bélgica no Brasil em 1920, atuou como seu ajudante de ordens. Em fevereiro de 1922, recebeu a patente de general de divisão.

Em 5 de julho desse ano, foi deflagrado um levante envolvendo guarnições militares no Rio

de Janeiro e em Mato Grosso, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo presidente Epitácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta foi sufocada no mesmo dia e os oficiais envolvidos foram presos e processados. Em seguida, Tasso Fragoso recebeu um voto de louvor da Câmara dos Deputados “pela dedicação fiel e lealdade com que se colocou ao lado das autoridades constituídas em defesa da ordem” e foi encarregado do inquérito que apurou a responsabilidade dos primeiros-tenentes Eduardo Gomes e Antônio de Siqueira Campos no levante.

Tasso Fragoso foi nomeado chefe do EME em novembro de 1922, no início do governo de Artur Bernardes. Em fevereiro do ano seguinte, chefiou a missão militar que acompanhou a delegação brasileira à V Conferência Interamericana, realizada em Santiago do Chile. Como chefe do EME, teve papel de destaque no processo de remodelação do Exército, orientado pela missão militar francesa chegada ao Brasil em 1920, comandada pelo general Maurice Gustave Gamelin. Defendeu publicamente a não ingerência do Exército na política partidária, com o objetivo de preservar sua coesão e disciplina.

Em depoimento publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em junho de 1951, Tasso Fragoso se referiu a um processo de isolamento do EME dentro do Exército no período da repressão às revoltas tenentistas que se seguiram ao levante de 1922. Segundo ele, as operações foram centralizadas pelo ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho. Esse problema se agravou com o alijamento do EME em relação ao programa de reestruturação do ensino militar no país, levando-o a exonerar-se do cargo em janeiro de 1929.

Após deixar o EME, Tasso Fragoso não exerceu nenhuma outra função até outubro do ano seguinte, dedicando-se a redigir os últimos capítulos da sua *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*.

## A REVOLUÇÃO DE 1930

A vitória do candidato situacionista Júlio Prestes nas eleições presidenciais de março de 1930 foi contestada por importantes setores da Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional, que optaram pela preparação de um levante contra o governo federal chefiado por Washington Luís. Em fins de setembro desse ano, quando a

conspiração já estava bastante adiantada, Tasso Fragoso foi procurado pelos políticos gaúchos Lindolfo Collor e Sérgio de Oliveira, que o convidaram a participar da revolução. Nessa ocasião, rompeu-se parcialmente a rigorosa postura legalista até então observada pelo general, que respondeu negativamente à consulta, mas prometeu guardar segredo sobre as informações recebidas, pois “causava-lhe repugnância pegar em armas contra a legalidade, mas faltava-lhe também entusiasmo para mantê-la”.

No dia 3 de outubro a revolução foi deflagrada no Rio Grande do Sul e, em seguida, em Minas Gerais e na Paraíba. A partir desses estados, as ações militares se irradiaram para todo o país, evoluindo favoravelmente às tropas sublevadas que, nas semanas seguintes, assumiram o controle de diversas capitais. Nesse contexto, oficiais de alta patente começaram a organizar no Distrito Federal a derrubada do presidente Washington Luís. No dia 23, o principal articulador desse movimento, general João de Deus Mena Barreto, propôs a Tasso Fragoso que, na condição de oficial da ativa mais antigo do Exército, assumisse a liderança da operação militar de deposição do presidente. Concordando com a proposta, ele ficou incumbido da redação final do documento que seria entregue ao presidente, bem como dos entendimentos com os outros generais da ativa lotados no Distrito Federal.

Na noite de 23 de outubro, depois de passadas as senhas para o início do levante, Mena Barreto e Tasso Fragoso se encontraram no forte de Copacabana e coordenaram os preparativos finais, recebendo as primeiras adesões ao movimento. Na manhã seguinte dirigiram-se para o palácio Guanabara, residência oficial do presidente, a fim de intimá-lo a renunciar, apresentando-lhe garantias de respeito à sua integridade. Washington Luís se recusou a deixar o governo. Formou-se então uma junta governativa provisória, presidida por Tasso Fragoso e composta por Mena Barreto e o contra-almirante José Isaías de Noronha, que entrou em contato com o cardeal Sebastião Leme, o qual se dispôs a servir de intermediário e a conceder asilo em seu palácio para o presidente. Às cinco horas da tarde do dia 24 de outubro, Washington Luís consentiu em se retirar, mas só admitiu fazê-lo na condição de prisioneiro, sendo conduzido para o forte de Copacabana.

No mesmo dia, a junta enviou o primeiro de uma série de telegramas a Getúlio Vargas, líder nacional das forças revolucionárias, propondo a suspensão das hostilidades. O estado-maior revolucionário, estacionado em Ponta Grossa (PR), pouco seguro das intenções da



junta, enviou Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor e Herculino Cascardo para negociarem as condições da transferência do poder a Vargas e ordenou que os destacamentos rebeldes continuassem avançando em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de garantir a vitória da revolução. Ao mesmo tempo, um emissário secreto enviado pela junta constatou que os efetivos federais estacionados em Minas Gerais não apoiariam uma decisão de resistir aos rebeldes.

Tasso Fragoso manifestou-se a favor da partida do presidente deposto para o exílio antes da chegada de Vargas à capital, mas essa medida não chegou a ser efetivada pela junta. Em 28 de outubro reuniu-se no palácio do Catete com os representantes do comando revolucionário e três dias depois foi receber Getúlio Vargas na estação ferroviária, combinando com ele que a transferência de poder seria realizada no dia 3 de novembro, com a formação de um governo provisório.

Durante o curto período de tempo em que esteve à frente do país, a junta governativa nomeou um ministério provisório, dispensou os reservistas convocados nos últimos dias do governo de Washington Luís, desmilitarizou a Rede Ferroviária Sul Mineira, autorizou o reinício das operações bancárias, abriu uma linha de crédito para o combate à febre amarela e renovou parte dos comandos militares, entre outras medidas.

#### DE VOLTA AO EME

Em 31 de março de 1931, Tasso Fragoso foi nomeado pelo governo provisório chefe do EME. Nesse posto, foi um dos oficiais convocados por Vargas para discutir o combate à Revolução Constitucionalista de São Paulo, deflagrada no dia 9 de julho de 1932. Também compareceram à reunião o ministro da Guerra, general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, e o comandante da 1ª Região Militar, coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do maior contingente mobilizado para o combate aos insurretos. Góis Monteiro divergiu das propostas apresentadas por Tasso Fragoso, o qual reivindicava para o EME a responsabilidade pela coordenação das operações e manifestava preocupação em poupar a população civil paulista das violências da guerra.

Durante o conflito, embora oficialmente o EME orientasse as operações militares, Tasso Fragoso se queixava de estar alijado das decisões. O próprio Vargas, em telegrama datado de 5 de agosto, pediu a Góis Monteiro que prestigiasse aquele órgão, mantendo-o

informado da evolução do conflito. Onze dias depois, contudo, Tasso Fragoso pediu demissão, argumentando que, após a eclosão da revolta paulista, permanecera no posto por lealdade profissional e esperança de contribuir para o restabelecimento da paz, mas não podia “exercer a mínima influência” para a cessação da luta. Para substituí-lo, foi designado o general Benedito Olímpio da Silveira. O conflito militar perdurou até o início de outubro, quando foi assinado o armistício que selou a derrota dos revolucionários paulistas.

Nomeado ministro do Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (STM) em abril de 1933, Tasso Fragoso foi indicado para ocupar a vice-presidência do órgão em agosto do ano seguinte. Aposentou-se compulsoriamente, por atingir o limite de idade, em fevereiro de 1938. Embora seu estado de saúde fosse bastante precário, prosseguiu suas pesquisas históricas.

Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1945.

Entre as diversas obras técnicas e históricas que escreveu, destacam-se *Determinação da hora por alturas correspondentes de estrelas diversas* (1904), *Determinação de latitude por alturas iguais de duas estrelas (método de Stechert)* (1908), *A batalha do Passo do Rosário* (1922), *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* (1934), *A Revolução Farroupilha (1835-1845) — narrativa sintética das operações militares* (1938) e *Revolvendo o passado* (1940). Sua biografia foi escrita pelo general Tristão de Alencar Araripe: *Tasso Fragoso — um pouco de história do nosso Exército* (1960).

Renato Lemos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALMEIDA, A. *Vultos*; ARARIPE, T. *Tasso*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARBOSA, R. *História*; BLAKE, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Estadista*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; *Jornal do Brasil* (21/12/1972); *Jornal do Comércio*, Rio (21/9/1945); LAGO, L. *Conselheiros*; LAGO, L. *Generais*; LAGO, L. *Relação*; LEITE, A. *História*; LIMA, I. *Como*; MACEDO, R. *Efemérides*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN.

MAR. *Almanaque*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Personalidades*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SILVA, H. 1889; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SOUSA, J. *Índice*.

## **FRANÇA, Augusto**

\*pres. GO 1865-1867; dep. geral BA 1879-1881; dep. fed. BA 1902.

*Augusto Ferreira França* nasceu em Salvador no dia 17 de abril de 1836, filho de Eduardo Ferreira França e de Maria Justa Diniz França, e neto de Antônio Ferreira França. Seu pai e seu avô foram médicos e filósofos, catedráticos da Faculdade de Medicina.

Fez os estudos preparatórios no Liceu Provincial, no qual tanto seu avô quanto seu pai foram docentes, e em 1857 diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em maio do ano seguinte assumiu o cargo de chefe de seção da Secretaria da Presidência da província da Bahia, quando se distinguiu por seus serviços. Permaneceu nessa posição até 1861. No período seguinte foi deputado provincial.

Em dezembro de 1864 foi nomeado presidente da província de Goiás, tomando posse do cargo a 27 de abril do ano seguinte. O Brasil, nesse período, passava por difícil situação financeira decorrente da Guerra do Paraguai, o que não lhe permitiu grandes realizações materiais. No entanto, foi prestigiado por seus atos administrativos, considerados muito importantes, como, por exemplo, a reforma do Paço Municipal e o relatório apresentado à Câmara dos Deputados em 7 de janeiro de 1887, merecedores de honrosas manifestações na Câmara Municipal, na Assembleia Provincial e na imprensa, principalmente através do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, o que o levou a ser condecorado pelo governo imperial.

Assim que deixou a presidência de Goiás, em 29 de abril de 1867, dedicou-se ao direito em sua terra natal, destacando-se nas questões ligadas ao foro judicial. Teve grande repercussão na época uma causa que defendeu no Tribunal do Júri, em Salvador, na qual enfrentou o também grande orador e parlamentar Fernandes da Cunha, que pela primeira vez foi derrotado.

Em 1879 foi eleito deputado geral pela Bahia, juntamente com Rodolfo Dantas, para preencher as vagas deixadas por Manuel Pinto de Sousa Dantas e Pedro Leão Veloso, que passaram a ocupar cadeiras no Senado em substituição a Nabuco de Araújo e a Zacarias de Góis, respectivamente. Foi vereador na Câmara Municipal de Salvador no quadriênio de

1883 a 1887, período em que compôs a presidência da casa, chegando a exercer as funções de intendente do município. Nessa ocasião criou o Livro de Ouro, no qual registrava o nome dos cidadãos que concorriam para a causa do fim da escravidão.

Prestou destacados serviços quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Quando Virgílio Damásio, então governador do estado da Bahia (15 de setembro a 14 de novembro de 1890), reformou o antigo Liceu, que passou a se chamar Instituto Oficial de Ensino Secundário, foi nomeado professor da cadeira de direito comercial e economia política, passando em seguida a catedrático de economia política. Criada a Faculdade de Livre Direito em 1891, coube-lhe reger a cadeira de economia política e ciência das finanças, quando teve entre seus alunos o futuro governador Severino Vieira. Após o falecimento do desembargador João Rodrigues Chaves, em 1899, passaria a ocupar o cargo de diretor da Faculdade de Direito.

Antes disso, em 1894, foi eleito senador estadual e concorreu para a elaboração das leis complementares do estado, destacando-se pelo projeto de reforma eleitoral e outros direcionados aos interesses dos bancos agrícolas, e pelo projeto de regulamentação do trabalho, assistência pública e instituições sociais. Em decorrência da morte de Jaime Lopes Vilas-Boas, foi eleito, por indicação do Partido Republicano da Bahia, do qual era membro de destaque, para substituí-lo na Câmara dos Deputados, na capital federal. Tomou posse no início de 1902 e em 24 de junho regressou à Bahia, por conta de problemas com a saúde. Faleceu em Salvador no exercício do mandato de deputado federal em 28 de setembro de 1902, aos 66 anos.

Seu retrato foi inaugurado no Salão Nobre da Câmara Municipal em 1922, por indicação do conselheiro João Pacheco de Oliveira Júnior. Através do Decreto-Lei nº 55, em dezembro de 1941 o prefeito deu o seu nome a uma das ruas de Salvador.

*Liliane de Brito Freitas/ Consuelo Novais Sampaio*

**FONTES:** BEVILAQUA, C. *História*; BOCANERA JUNIOR, S. *Telas* (p. 161-168); BULCÃO SOBRINHO, A. *Relembrando* (p. 41-43); CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 20/2/2009; *Diário da Bahia* (30/9/1902, p.2). Dr. Augusto França; GIDI. A. *Anotações* (p.38); MATTOS, W. *Pinacoteca* (p . 81); *Notas Diversas* (28/9/1900, p. 4). Dr. Augusto França; PREF. MUN. SALVADOR. Decreto-lei nº. 55 de 22 de dezembro de 1941; *Revista do Histórico e Geográfico Brasileiro*, 263 (1964): 64; SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 61).

## **FRANÇA, GEMINIANO DA**

\*magistrado; ch. pol. DF 1919; min. STF 1922-1931.

*Geminiano Monteiro da França* nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no dia 3 de janeiro de 1870, filho de José Vicente Monteiro da França, militar, e de Virgínia Alexandrina Bastos.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. No ano seguinte foi nomeado promotor do termo de Tietê (SP) e, logo após, delegado de polícia em Niterói. Ocupou esse último posto no período conturbado pela eclosão da Revolta da Armada contra o governo de Floriano Peixoto. Sob a liderança dos almirantes Custódio de Melo e Luís Filipe Saldanha da Gama, a revolta envolveu, entre setembro de 1893 e março de 1894, a esquadra fundeada na baía de Guanabara, com importante repercussão na capital fluminense.

No decorrer de sua carreira, exerceu as funções de juiz municipal de São Francisco de Paula, atual Trajano de Moraes, e de Bom Jardim, ambas no estado do Rio de Janeiro, de delegado auxiliar da chefatura de polícia do Distrito Federal, de pretor, de juiz de direito do Distrito Federal, nomeado em 1906, e de desembargador da Corte de Apelação, em 1913.

Em 1919 foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal por indicação do presidente Epitácio Pessoa, e em 1922 tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ocupando a vaga resultante da aposentadoria de João Mendes de Almeida Júnior. Exerceu o cargo até fevereiro de 1931, quando, em decorrência da Revolução de 1930, foi aposentado discricionariamente por decreto presidencial em companhia de outros colegas daquela corte.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 18 de dezembro de 1935.

FONTES: *Almanaque da PB*; BALEEIRO, A. *Supremo*; BITTENCOURT, L. *Homens* (v.2); COSTA, E. *Grandes*; LAGO, L. *Supremo*.

**FRANÇA, José Alfredo de Campos**

\*dep. fed. BA 1912-1914.

*José Alfredo de Campos França* nasceu em Salvador no dia 19 de março de 1865, filho de Augusto Ferreira França, jurisconsulto e filósofo, e de Ricarda Amélia Campos França.

Cursou humanidades no Liceu Provincial e por algum tempo lecionou inglês e retórica. Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1889, e aí cursou o primeiro e o segundo ano. Em 1892 matriculou-se na Faculdade Livre de Direito da Bahia. Paralelamente ao curso de direito foi professor substituto da Escola Normal do Estado. Em 1894, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Em 1895 foi nomeado catedrático de história do Brasil e direito pátrio do Instituto Normal.

Foi deputado estadual em cinco legislaturas consecutivas, de 1895 a 1904. Concomitantemente foi membro do Conselho Municipal de Salvador de 1900 a 1903. Em 1904 tentou a reeleição para a Assembleia Legislativa como candidato avulso, por ter divergido da orientação política do então governador Severino Viera (1900-1904), mas não logrou êxito. Na sucessão do governador José Marcelino (1904-1908) apoiou João Ferreira de Araújo Pinho, candidato oficial, que foi eleito. Em 10 de novembro de 1908 foi eleito para a vaga de Horácio César no Senado Estadual, com mandato de 1909 a 1912. Foi líder da maioria em 1910 e 1912, e da minoria em 1911, fazendo parte das importantes comissões de Finanças e de Constituição.

Eleito deputado federal pela Bahia para a legislatura 1912-1914, tentou voltar à Câmara dos Deputados na legislatura seguinte, mas não teve sua eleição reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes. Voltou a fazer parte do Conselho Municipal de Salvador de 1916 a 1923, ocupando algumas vezes a sua liderança. Voltou também a ser eleito para o Senado Estadual, na vaga de Eugênio Tourinho, que renunciara por ter sido eleito deputado federal, e lá ocupou uma cadeira entre 1917 e 1923.



Exerceu a advocacia durante muitos anos, dedicando-se especialmente ao fórum criminal. Na Faculdade Livre de Direito da Bahia, foi professor substituto e depois professor catedrático de direito internacional e de direito civil. Foi fundador da cadeira nº 9 da Academia de Letras da Bahia e escolheu como patrono Antônio Ferreira França, diplomado em matemática, física e medicina pela Faculdade de Coimbra, e conselheiro municipal de Salvador de 1826 a 1837.

Faleceu em Salvador no dia 26 de novembro de 1923.

Publicou *Política e finanças* (discurso na Câmara dos Deputados, 1898); *Julgamento na Bahia de funcionários civis em crime de responsabilidade* (parecer, 1906); *À memória do dr. João Ferreira de Araújo Pinho* (discurso no Senado estadual, 1917).

*Liliane de Brito Freitas*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governadores* (p. 389); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 73-74); CASTRO, R. *Fundadores* (p. 33); *Diário Oficial do Estado da Bahia*; SOUZA, A. *História* (p. 372-373); *Tarde* (26/11/1923). José Alfredo de Campos França.

## **FRANCO JÚNIOR, José de Barros**

\* dep. fed. RJ 1894-1902 e 1906-1907.

*José de Barros Franco Júnior* nasceu em Petrópolis, na antiga província do Rio de Janeiro, no dia 12 de agosto de 1861, filho do comendador José de Barros Franco.

Estudou nos colégios de São Francisco de Paula e Pedro II e em 1882 diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde teve como companheiros de turma Assis Brasil, Silva Jardim, Raimundo Correia, Augusto de Lima, Brasil Silvado e Alfredo Bernardes da Silva, entre outros. De volta à cidade natal, entre os anos de 1884 e 1886 foi juiz municipal de órfãos. Ao mesmo tempo, em sua fazenda, localizada em um distrito de Petrópolis, dedicou-se à lavoura do café, sendo um dos pioneiros na adoção de métodos modernos e na utilização de mão de obra italiana. Defensor dessa colonização, influiria para que, no início da República, muitas famílias provenientes da Itália se estabelecessem em Petrópolis e imediações.

Abolicionista e republicano, foi um dos fundadores do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Lutou contra a escravidão e levantou a bandeira da República ao lado de José Tomás da Porciúncula, Hermogêneo Pereira da Silva, Francisco Soares de Gouveia, Ernesto Paixão e Inácio Barbosa dos Santos Werneck, o barão de Bemposta, entre outros. Em decorrência dessa atuação, candidatou-se e foi eleito vereador à Câmara Municipal de Petrópolis em 1º de julho de 1886. Entretanto, por ser republicano e por ser Petrópolis um município cuja vida contava com a participação ativa do imperador dom Pedro II, sua eleição causou agitação política. Partidários da situação levantaram a tese de que parte dos que lhe haviam dado seu voto pertenciam, na realidade, ao município de Paraíba do Sul, e o impediram, assim, de exercer o mandato. Tal revés não o impediu, porém, de intensificar a sua atuação política após a proclamação da República.

Chefe, em Paraíba do Sul, de uma importante facção de oposição ao presidente do estado do Rio de Janeiro Francisco Portela (1889-1891), procurou-o pessoalmente instando-o a renunciar, no que não foi atendido. Mas, com a subida à presidência da República do

marechal Floriano Peixoto (1891-1894), os presidentes de estado foram destituídos, e entre eles estava Francisco Portela. Em consequência da substituição de Portela pelo contra-almirante Baltasar da Silveira em dezembro de 1891, a Assembleia estadual foi dissolvida, e foi convocada uma nova Constituinte. Barros Franco Júnior foi eleito para compô-la, ao lado destacadas figuras políticas fluminenses. Além disso, o apoio que deu ao marechal Floriano valeu-lhe o posto de tenente-coronel honorário.

#### DEPUTADO FEDERAL

Em 1894, Barros Franco Júnior foi eleito pela primeira vez deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Concluiu o mandato em 1896, mas foi reeleito para as duas legislaturas subsequentes, permanecendo no parlamento até 1902. Nesse período, em 1897, declinou da nomeação para membro da Comissão de Marinha e Guerra. Não conseguiu renovar o mandato em 1903, mas em 1906 foi de novo sufragado deputado federal por seu estado natal. Nesse pleito, sua eleição foi contestada por Cruvelo Cavalcanti, candidato preterido que alegou fraude no processo eleitoral. Contudo, tal alegação não foi comprovada, e sua eleição foi reconhecida. Seu mandato expiraria em 1908, mas em 1907, ao regressar de uma viagem à Europa, encontrou de relações cortadas seus dois grandes amigos, Hermogêneo Silva e Pinheiro Machado, o que o levou a renunciar a fim de não romper politicamente com um deles.

Na Câmara dos Deputados, ainda em 1906 concorreu à vice-presidência da casa, mas seu nome não foi o escolhido. No ano seguinte, foi eleito membro da Comissão de Tomada de Contas. No entanto, sua atuação mais destacada ocorreu nos debates sobre questões agrícolas, em especial os relativos à cultura do café, de que era produtor. Maior exemplo dessa participação foi a defesa que fez em plenário do Convênio de Taubaté, acordo assinado em fevereiro de 1906, no município paulista que deu nome ao pacto, pelos presidentes de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os três maiores produtores nacionais do grão. O próprio Barros Franco Júnior participou como delegado na comitiva fluminense e foi um dos signatários do convênio. De acordo com o documento, os governos

dos três estados comprometiam-se a comprar o excedente da produção de café com o intuito, em um primeiro momento, de conter a queda do preço, e, posteriormente, de vendê-lo em um período de alta no mercado internacional.

Durante alguns períodos, acumulou o mandato de deputado federal com o de vereador à Câmara Municipal de Petrópolis, onde ocupou uma cadeira a partir de 1901. Influente politicamente, conseguiu melhorias para a sua região, como a construção de pontes de ferro em Pedro do Rio e em Fagundes, e da escola de Secretário, cujo terreno foi por ele doado. Contribuiu, também, para a implantação da rede transmissora de energia elétrica para Pedro do Rio, em 1905.

Chefe político local, esteve diretamente envolvido na refrega entre o presidente do estado do Rio Alfredo Backer (1906-1910) e Nilo Peçanha, antecessor deste (1903-1906) e então vice-presidente da República (1906-1909). Apesar de indicado por Peçanha, Backer passou a divergir de seu antigo aliado no curso do governo Afonso Pena (1906-1909). Pena pensava em constituir para si uma base de apoio político independente das lideranças tradicionais. Backer foi sondado para participar desse grupo, o que atingiu os interesses de Nilo Peçanha e provocou o rompimento entre os dois políticos fluminenses. Como resultado, e por ação direta de Nilo Peçanha, em 1907 a proposta de sobretaxa para o café, estipulada pelo Convênio de Taubaté e defendida por Alfredo Backer e Barros Franco Júnior, não foi aprovada pela Assembleia Legislativa. Com o agravamento da situação, os partidários de Nilo Peçanha solicitaram a intervenção federal no estado e o encurtamento do mandato de Alfredo Backer. Nessa disputa Barros Franco Júnior postou-se em apoio a Backer, mas pouco depois aderiu a Nilo Peçanha.

Com a morte de Afonso Pena em 1909, e a subida de Nilo Peçanha à presidência da República, foi extinta a influência do grupo ligado ao presidente morto, e muitos de seus partidários renderam-se à influência do novo presidente. Contudo, os embates com Backer continuaram e foram intensificados por conta das eleições municipais previstas para dezembro de 1909 e da sucessão estadual de 1910. No pleito local, Barros Franco Júnior formou chapa junto com antigos backeristas convertidos ao nilismo, como seu amigo de

toda a vida e antigo companheiro na luta pela causa republicana, Hermogêneo Pereira da Silva, e também Otto Hees, José Henrique Thyne Land, capitão Henrique Sixel, José Lourenço Pinto, Edmundo de Lacerda e Artur de Sá Earp. Embora os correligionários de Alfredo Backer figurassem no topo da lista dos campeões de votos, os partidários de Nilo Peçanha também conseguiram eleger seus representantes, entre eles Barros Franco Júnior, que retornou à Câmara Municipal. Mais uma vez reeleito vereador em Petrópolis para a legislatura de 1913-1915, assumiu a presidência da Câmara Municipal durante aqueles anos, o que significa que lhe cabia o exercício da prefeitura da cidade. Poucas vezes desempenhou tal função. Apresentando como justificativa sua residência longínqua e seus interesses particulares, passava o cargo ao substituto legal. Em 1915, candidatou-se a deputado federal, mas não teve a sua eleição reconhecida pela comissão encarregada de analisar os diplomas dos candidatos sufragados.

Com a criação da prefeitura municipal de Petrópolis, através do Decreto 1.496, de 26 de julho de 1916, pelo então novamente presidente do estado do Rio Nilo Peçanha (1914-1917), foi também criado o cargo de prefeito da cidade, para o qual foi nomeado o engenheiro Oscar Weinschenck. Weinschenck permaneceu no cargo até 1922, porém, com vários intervalos. Novamente eleito vereador para as legislaturas de 1919-1921 e 1922-1924, Barros Franco Júnior, na qualidade de presidente da Câmara Municipal, função que voltou a ocupar em 1919, 1921, 1922 e 1923, tornou a assumir a prefeitura, substituindo o titular, de 2 a 27 de julho de 1920 e de 30 de agosto de 1921 a 6 de maio de 1922. Tal situação se repetiu entre 23 de setembro de 1922 e 31 de janeiro de 1923, em função da contestação da eleição de Artur Alves Barbosa pelo concorrente Joaquim Moreira. No ano seguinte, ocorreu a dissolução da Câmara de Petrópolis. Barros Franco Júnior candidatou-se a uma vaga de senador e, posteriormente, em 1927, buscou mais uma vez eleger-se deputado federal. Contudo, nas duas vezes não obteve sucesso.

Faleceu no Rio de Janeiro, Distrito Federal, em 17 de julho de 1938.

Casado com Ana Ferraz Caldas, neta do visconde de São Bernardo, Eugênio Ferraz Abreu, chefe do Executivo municipal de Petrópolis durante o Império, teve quatro filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALVES NETTO, J. *Coronel*; ALVES NETTO, J. *Curso*; CARMO, L. *Pedro*; CARONE, E. *Primeira*; CÂM. DEP. *Anais* (1894-1902, 1906-1908, 1915, 1918, 1921); *Diário Oficial da União* (28/2/1924. Seção I, p. 5724, 29/3/1927. Seção I, p. 7410) DIAS, S. *Alfredo*; EARP, A. *Acervo*; *Encyclopedia e Diccionario Internacional* (p. 1244); Guia de Itaipava. A Vila de Secretário. Disponível em: <[http://www.guiadeitaipava.com.br/memoria/memoria\\_secretario.html](http://www.guiadeitaipava.com.br/memoria/memoria_secretario.html)>. Acesso em: 21/1/2011; *Jornal de Petrópolis* (22/10/1961, p. 6); PREF. MUN. PETRÓPOLIS. *Atas da Câmara Municipal de Petrópolis: período Império*. Disponível em: <<http://www.cmp.rj.gov.br/atasimperio/indice.htm>>. Acesso em: 6/3/2011; PREF. MUN. PETRÓPOLIS. *História da Câmara*. Disponível em: <<http://www.cmp.rj.gov.br/historia.html>>. Acesso em: 21/1/2011; VASCONCELLOS, F. *Edwiges* (1); VASCONCELLOS, F. *Edwiges* (5); VASCONCELLOS, F. *Monárquica*.

## **FRANCO, AFRÂNIO DE MELO**

\*dep. fed. MG 1906-1918; min. Viação 1918-1919; dep. fed. MG 1920-1923; emb. Bras. Liga das Nações 1924-1926; dep. fed. MG 1927-1929; rev. 1930; min. Rel. Ext. 1930-1933.

*Afrânio de Melo Franco* nasceu em Paracatu (MG) no dia 25 de fevereiro de 1870, filho de Virgílio Martins de Melo Franco e de Ana Leopoldina de Melo Franco. Era descendente de Francisco de Melo Franco, escritor e médico de renome que iniciou a tradição política e literária da família, autor da obra *O reino da estupidez*, e considerado o primeiro puericultor brasileiro. Sua avó paterna, Antônia de Melo Franco, era irmã de Manuel de Melo Franco, um dos líderes da Revolução Liberal de 1842 em Minas e deputado-geral no Império, assim como seus irmãos Bernardo e Francisco de Melo Franco. Seu avô paterno, o tenente José Martins Ferreira, era proprietário de minas já decadentes na região de Paracatu. Seus avós maternos, João Crisóstomo Pinto da Fonseca Júnior e Franklina Pimentel Barbosa, pertenciam a famílias de projeção política em Paracatu, rivais dos Melo Franco no tempo do Império. Seu pai foi magistrado em várias cidades de Minas e Goiás, deputado provincial e geral e, na República, senador estadual em Minas de 1892 a 1923. Afonso Arinos de Melo Franco, seu irmão mais velho e homônimo de seu filho, foi escritor da escola regionalista, autor de *Pelo sertão* e membro da Academia Brasileira de Letras.

Afrânio fez os estudos básicos no Colégio da Conceição, em São João del Rei, e no Colégio Abílio, em Barbacena, municípios de seu estado natal. Em 1887, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, com o nome de Afrânio Camorim Jacaúna de Otingi, seguindo, por imposição do pai, uma tradição liberal e maçônica de adoção de nomes indígenas. Na faculdade aderiu à causa republicana, junto com seu colega de turma Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, futuro presidente de Minas. Foi também membro da Bucha, organização secreta de estudantes que prosperou na Faculdade de Direito de São Paulo na segunda metade do século XIX e que teve importante papel na política paulista, inclusive na fase republicana. O nome da entidade surgiu da corruptela de *Burschenschaft*, corporação de estudantes alemã.

Iniciou sua vida pública em 1890, primeiro ano da República, quando, ainda estudante, exerceu interinamente o cargo de promotor em Ouro Preto, na época capital de Minas. Em

1891, formou-se em direito e foi nomeado promotor em Queluz, atual Conselheiro Lafaiete (MG), pelo presidente estadual José Cesário de Faria Alvim, pai de Sílvia Cesário Alvim, com quem iria casar-se dois anos mais tarde. De volta a Ouro Preto em 1892, participou da fundação da Faculdade de Direito de Minas Gerais, junto com seu pai, seu irmão Afonso Arinos e figuras destacadas da elite política mineira. Em 1894, foi removido para a promotoria de Juiz de Fora, sendo nomeado em março do ano seguinte procurador seccional da República em Minas pelo presidente Prudente de Moraes.

Em janeiro de 1896, foi designado secretário da legação do Brasil em Montevidéu, onde serviu até junho do ano seguinte. Nessa primeira fase de sua carreira diplomática, serviu também em Bruxelas, capital da Bélgica, nos últimos meses de 1897. Extinto o cargo que ocupava, retornou ao Brasil em 1898, instalando-se como advogado em Belo Horizonte, nova capital de Minas, inaugurada no ano anterior.

A eleição de Francisco Sales para a presidência de Minas em 1902 favoreceu a ascensão de Melo Franco na vida política estadual e nacional. Sales promoveu a reconciliação com os seguidores de Cesário Alvim e incluiu Melo Franco na chapa de candidatos do Partido Republicano Mineiro (PRM), dominante no estado, às eleições de 1902 para a Câmara Estadual.

Como deputado estadual, com mandato entre 1903 e 1905, Melo Franco destacou-se por seu trabalho na reforma constitucional e legislativa de Minas. As reformas colocaram a Justiça Estadual sob a dependência quase absoluta do Poder Executivo estadual (contrariamente às teses de Melo Franco) e também reduziram a autonomia dos municípios mineiros, completando o processo de consolidação da estrutura de dominação oligárquica no estado. Durante seu mandato, Melo Franco dedicou-se também ao magistério, como professor do Ginásio Mineiro e, a partir de 1904, da Faculdade de Direito de Minas.

Em 1906, foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde passou a integrar a Comissão de Diplomacia e Tratados. Na época, já se encontrava plenamente implantada a chamada “política dos governadores”, introduzida em 1900 pelo presidente Manuel de Campos Sales. Sob sua égide, Minas e São Paulo, aliados durante quase toda a Primeira República, controlaram a vida política nacional, assegurando aos governos federais o apoio disciplinado de suas bancadas no Congresso e recebendo em troca a garantia de autonomia estadual e o direito de controlar as nomeações federais nos estados.



Em 1909, Melo Franco foi reeleito deputado federal, sendo novamente reconduzido à Comissão de Diplomacia. Integrado à máquina do partido oficial de Minas, apoiou a candidatura vitoriosa do marechal Hermes da Fonseca nas eleições presidenciais de 1910. Esteve praticamente ausente do Congresso em 1911, ano em que viajou com a família pela Europa. Não obstante, foi reeleito em 1912, passando a atuar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde se posicionaria várias vezes nos anos seguintes contra as intervenções federais nos estados, notadamente nos casos do Ceará (1914), Rio de Janeiro (1916), e Piauí (1920).

Na Câmara eleita em 1915, Melo Franco foi relator-geral do projeto de Código Civil Brasileiro, de autoria de Clóvis Bevilacqua, sancionado em janeiro de 1916 pelo presidente Venceslau Brás. Em agosto de 1917, viajou a La Paz como representante do Brasil na posse do presidente da Bolívia, José Gutierrez Guerra. Terminada a missão, visitou Santiago, Buenos Aires e Montevidéu, onde foi recebido pelos governos locais. Em novembro, logo após a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, foi redator da Lei de Guerra, solicitada por Venceslau Brás ao Congresso.

#### A “REGÊNCIA MELO FRANCO” (1919) E A ELEIÇÃO DE ARTUR BERNARDES (1922)

Reeleito mais uma vez em 1918, Melo Franco renunciou ao mandato para assumir em setembro a Secretaria de Finanças do novo governo de Minas, chefiado por Artur Bernardes. Pouco depois, foi escolhido para o Ministério da Viação e Obras Públicas por Francisco Rodrigues Alves, presidente da República de 1902 a 1906, eleito pela segunda vez em 1918. Dessa vez, contudo, Rodrigues Alves não chegou a assumir a presidência por motivo de saúde. Em seu lugar, o vice-presidente eleito Delfim Moreira tomou posse, efetivando a nomeação de Melo Franco na pasta da Viação em 15 de novembro de 1918. Nesse ínterim, Melo Franco perdeu a mulher e o filho Cesário, vítimas da epidemia de gripe espanhola que assolou o Brasil.

Em janeiro de 1919, com a morte de Rodrigues Alves, foram convocadas novas eleições presidenciais. Delfim Moreira, também afetado por problemas de saúde, apoiou-se basicamente na ação de Melo Franco até o final de seu mandato interino, em julho de 1919. Foi o período chamado no Congresso de “Regência Republicana”, durante o qual Melo

Franco exerceu praticamente as funções de primeiro-ministro. Na pasta da Viação, sua gestão foi marcada principalmente pela encampação da Estrada de Ferro Teresópolis.

Com a posse do novo presidente Eptácio Pessoa, Melo Franco foi substituído por José Pires do Rio no ministério em 29 de julho de 1919, e em outubro do mesmo ano viajou a Washington como delegado do Brasil à I Conferência Internacional do Trabalho promovida pela Liga das Nações, organização internacional criada após o término da Primeira Guerra Mundial pelo Tratado de Paz de Versalhes. Em dezembro, antes de seu retorno ao Brasil, voltou a ser eleito deputado federal na vaga de João Pandiá Calógeras, convidado a ocupar o Ministério da Guerra.

No início de 1920, assumiu a liderança do PRM na Câmara, tendo como principal missão assegurar o êxito da candidatura de Artur Bernardes à sucessão presidencial de 1922. Exerceu a liderança em estreita ligação com Bernardes, atuando como mediador no conflito entre São Paulo e o governo federal a respeito da política financeira de Eptácio Pessoa. Reeleito em 1921, renunciou à liderança do PRM em maio, deixando ao senador Raul Soares a coordenação da campanha de Bernardes. A disputa pelo cargo de vice-presidente provocou a união da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul no movimento da Reação Republicana, que lançou a chapa oposicionista Nilo Peçanha-José Joaquim Seabra.

No final de 1921, Melo Franco dedicou-se a comprovar a falsidade dos documentos atribuídos a Artur Bernardes e ofensivos ao Exército, publicados em outubro no jornal carioca *Correio da Manhã*, com a finalidade de incompatibilizar o candidato com as forças armadas. Em janeiro de 1922, por sugestão de Bernardes, os documentos foram levados por Virgílio de Melo Franco, filho de Afrânio, ao exame de peritos suíços e italianos, que comprovaram a falsificação. Àquela altura já se havia cristalizado forte movimento de oposição militar a Bernardes, que, mesmo assim, foi vitorioso no pleito de março de 1922.

Em 5 de julho, irrompeu no Rio e em Mato Grosso uma rebelião militar, rapidamente sufocada, em protesto contra esse resultado, levando a Câmara a aprovar no fim do mês a proposta de Melo Franco no sentido de prorrogar o estado de sítio a fim de garantir a posse, em novembro, do presidente eleito. Bernardes governaria sob permanente estado de sítio, reprimindo duramente o movimento de oposição dos jovens oficiais revolucionários — os “tenentes” — responsáveis pela rebelião de 5 de julho de 1922. Melo Franco não se

envolveu diretamente nos acontecimentos de política interna ocorridos durante o quadriênio Bernardes, pois durante quase todo esse período esteve em missões no exterior, das quais a mais importante foi a embaixada brasileira na Liga das Nações.

#### NA CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE SANTIAGO E NA LIGA DAS NAÇÕES (1923-1926)

Em fevereiro de 1923, Melo Franco viajou a Santiago do Chile como chefe da delegação brasileira à V Conferência Pan-Americana, reunida de março a maio. Durante os trabalhos, teve um sério confronto com a delegação argentina, não chegando a um acordo sobre os termos de um tratado entre Brasil, Argentina e Chile para a limitação dos navios de guerra. Também foi adiada a discussão sobre a chamada Tese XII, de autoria do Chile, que recomendava aos países americanos a redução das despesas militares. De concreto, o único resultado alcançado pela conferência foi a aprovação do Pacto Gondra, apresentado pelo delegado paraguaio de mesmo nome, visando a submeter a investigação prévia por comissão internacional toda questão suscitada entre países americanos que não tivesse tido solução através de negociações diretas ou arbitramento. Nos debates da comissão que elaborou o Pacto Gondra, coube a Melo Franco conciliar as divergências entre vários países latino-americanos (Argentina, Chile e Uruguai) e os Estados Unidos, que, tendo retornado a uma política isolacionista após a Primeira Guerra, a princípio manifestaram-se contra o pacto.

De agosto a outubro de 1923, Melo Franco desempenhou sua primeira missão na Liga das Nações, em Genebra, como chefe da delegação brasileira à IV Assembleia da organização. Reeleito deputado federal em fevereiro de 1924, foi conduzido à presidência da Comissão de Constituição e Justiça, mas não chegou praticamente a exercer o mandato. Em junho de 1924 viajou novamente a Genebra, dessa vez na condição de embaixador permanente do Brasil junto à Liga das Nações.

Sua missão revestia-se de especial importância devido à determinação do governo brasileiro de obter um posto permanente no Conselho da Liga, do qual o Brasil vinha fazendo parte desde 1920 como membro temporário. Logo ficou demonstrada a inviabilidade dessa pretensão em virtude da falta de solidariedade dos países americanos e às injunções da política das grandes potências europeias — Inglaterra e França — em

relação à Alemanha.

A par das negociações em prol da candidatura brasileira, Melo Franco participou com destaque do debate sobre o problema da proteção das minorias nos países pertencentes à Liga. Após a guerra de 1914, os países europeus tinham estabelecido um sistema de proteção das minorias nacionais, através de uma série de tratados colocados sob a garantia da Liga. Em 1925, a Lituânia propôs a inclusão de todos os países-membros da Liga no sistema de proteção das minorias, o que contrariava a soberania de países, como o Brasil, que recebiam imigrantes. A Hungria foi ainda mais longe ao sustentar o direito das minorias de se organizar autonomamente no interior dos estados. Em setembro de 1925, o Conselho da Liga aprovou no entanto o relatório de Melo Franco, preconizando a integração dos imigrantes e sugerindo que a expressão minoria fosse aplicada apenas aos agrupamentos nacionais transferidos de uma a outra soberania. Dessa forma, Melo Franco conseguiu evitar que a situação da minoria alemã na Tchecoslováquia — os sudetos — fosse equiparada à situação dos imigrantes estabelecidos em vários países do mundo, como os alemães no Brasil.

Em dezembro de 1925, com a assinatura do Tratado de Locarno, Inglaterra e França consagraram sua política de conciliação com a Alemanha, comprometendo-se a apoiar seu ingresso na Liga das Nações na condição de membro permanente do Conselho. Em fevereiro de 1926, a Polônia, país de longa tradição de lutas de resistência contra a Alemanha, apresentou idêntica reivindicação, com o apoio da França. A Alemanha opôs-se resolutamente ao ingresso da Polônia, fechando questão em torno da criação de apenas uma nova cadeira no Conselho da Liga, o que criou um novo e mais sério obstáculo à pretensão do Brasil. A atitude da Alemanha levou o governo brasileiro a se posicionar contra seu ingresso na Liga, de nada adiantando os esforços conciliatórios de Melo Franco.

Em 18 de março, o representante brasileiro utilizou o direito de veto reservado aos membros do Conselho para rejeitar a entrada da Alemanha na organização e, em 10 de junho, seguindo recomendações expressas de Bernardes, anunciou a renúncia do Brasil a seu lugar no Conselho. Dois dias depois, o chanceler Félix Pacheco comunicou a retirada do Brasil da Liga das Nações. Ainda em 1926, a Alemanha foi recebida na Liga, tomando assento em seu Conselho.

Melo Franco retornou ao Brasil em julho de 1926. Em 1927, já no governo de Washington

Luís, foi reeleito deputado federal na legenda do PRM e reconduzido à presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

### A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Em meados de 1928, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas, decidiu aproximar-se do governo do Rio Grande do Sul com o objetivo de preparar terreno para uma candidatura de oposição nas eleições presidenciais de 1930. Àquela altura, já havia especulações nos meios políticos sobre a escolha do governador de São Paulo, Júlio Prestes, como candidato de Washington Luís à sua sucessão. Sabia-se também que a candidatura oficial deveria ser lançada o mais tarde possível a fim de representar um fato consumado. O Rio Grande do Sul transformava-se assim em peça-chave do processo sucessório, em decorrência da ruptura da aliança Minas-São Paulo — o “café-com-leite” — que vinha garantindo desde 1914 a alternância dos dois estados no poder.

Em agosto de 1928, Melo Franco fez as primeiras sondagens junto ao líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na Câmara, João Neves da Fontoura, sobre a possibilidade de uma candidatura gaúcha ao palácio do Catete. João Neves não descartou a hipótese, mas lembrou os vínculos de cooperação existentes entre o governo gaúcho e Washington Luís, deixando clara a possibilidade de isolamento de Minas.

Em fins de 1928, Melo Franco voltou a tratar do problema sucessório com o industrial gaúcho João Daudt d'Oliveira, que, apesar de alheio à política, mantinha estreitas relações com os líderes republicanos de seu estado. Foi João Daudt quem, em janeiro de 1929, transmitiu a Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, a proposta de Antônio Carlos, oferecendo apoio de Minas a uma candidatura gaúcha à presidência da República. Tendo sido ministro da Fazenda de Washington Luís de 1926 a 1928, Vargas respondeu a Antônio Carlos em termos evasivos, continuando a manifestar publicamente seu apoio ao governo federal.

Em 17 de junho de 1929, após muitas conversações e reticências, José Bonifácio de Andrada e Silva, irmão de Antônio Carlos, e Francisco Campos, secretário do Interior de Minas, assinaram com João Neves da Fontoura um pacto secreto assentando as bases de uma coligação denominada Aliança Liberal. Pelo acordo, Minas e Rio Grande do Sul assumiram como principais compromissos o veto ao nome de Júlio Prestes e a apresentação

de uma candidatura gaúcha às eleições presidenciais.

No dia 22 de julho, Melo Franco entregou a Washington Luís uma carta de Antônio Carlos anunciando oficialmente o apoio de Minas à candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Nos dias seguintes, Melo Franco tratou de obter o consentimento de Epiácio Pessoa à indicação de seu sobrinho, João Pessoa, presidente da Paraíba, como candidato da Aliança Liberal à vice-presidência da República. Segundo a versão de Laureta Raja Gabaglia, filha de Epiácio Pessoa, o ex-presidente, que se encontrava no exterior, atendeu à solicitação de Melo Franco. Nesse ínterim, Washington Luís telegrafara a todos os chefes de executivos estaduais dando conhecimento da escolha de Júlio Prestes para concorrer à sua sucessão. Em 29 de julho, João Pessoa manifestou-se contra essa candidatura, tornando-se assim o único entre os 18 governadores e presidentes estaduais consultados por Washington Luís a responder negativamente a seu telegrama. Com a adesão de João Pessoa, a Aliança Liberal ficou definitivamente constituída pelos governos de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba e as oposições dos demais estados.

Em agosto de 1929, Melo Franco renunciou à presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e passou a integrar a comissão executiva da Aliança Liberal, encarregada de coordenar a campanha eleitoral. Em 7 de setembro, escreveu a Epiácio Pessoa, que ainda se encontrava na Europa, solicitando sua intervenção junto a alguns governos do Nordeste, sobretudo o de Estácio Coimbra em Pernambuco, no sentido de que fosse tentada uma fórmula de conciliação, com a apresentação de um terceiro candidato à presidência da República. A carta, escrita a pedido de Vargas, chegou às mãos do governo e foi divulgada pela imprensa com objetivo de demonstrar a fraqueza da Aliança Liberal. A tentativa de acordo falhou em virtude da intransigência de Washington Luís em manter a candidatura de Júlio Prestes.

Em 20 de setembro, a comissão executiva da Aliança Liberal lançou oficialmente a chapa Vargas-João Pessoa e seu programa de governo, que propunha, entre outros pontos, a anistia para todos os presos políticos e processados desde julho de 1922 e a adoção do voto secreto. Em outubro, Melo Franco foi eleito membro da comissão executiva do PRM — a famosa “Tarrasca” — órgão que centralizava todas as decisões do partido situacionista mineiro. Entrou na vaga de Fernando de Melo Viana, vice-presidente da República, que rompera com o PRM em protesto contra a indicação de Olegário Maciel como candidato

oficial à sucessão de Antônio Carlos na presidência de Minas. Melo Viana tornou-se em seguida candidato ao governo do estado e o principal líder da facção dissidente do PRM que apoiou em Minas a campanha da Concentração Conservadora em prol da eleição de Júlio Prestes.

A plataforma da Aliança Liberal teve grande receptividade entre as camadas médias urbanas, como demonstraram as manifestações pró-Vargas ocorridas nas grandes cidades durante sua campanha eleitoral. No interior da coligação, uma tendência mais radical, representada principalmente por seus líderes mais jovens, como João Neves, Virgílio de Melo Franco e Osvaldo Aranha (secretário do Interior do Rio Grande do Sul), passou então a admitir a hipótese de um movimento armado, no caso, bastante provável, da derrota de Vargas.

As eleições de 1º de março de 1930 confirmaram esta hipótese. Virgílio de Melo Franco, João Neves, Osvaldo Aranha e outros partidários da solução armada reativaram os contatos com os líderes tenentistas e buscaram o apoio dos chefes da Aliança Liberal. Em abril, o movimento armado começou a ser organizado com a aquiescência de Vargas, Antônio Carlos e Epitácio Pessoa. A participação de Melo Franco na conspiração foi bastante limitada, comparada ao seu desempenho na fase eleitoral da Aliança Liberal. No final de abril, embarcou para a Europa, com a incumbência de negociar um empréstimo para Minas nos mercados financeiros de Londres e Paris. Em maio, durante sua ausência do país, a Comissão Legislativa de Reconhecimento de Poderes impugnou sua reeleição para a Câmara dos Deputados, diplomando em seu lugar um representante da Concentração Conservadora.

Melo Franco retornou ao Brasil em agosto, sem nenhuma promessa de empréstimo para Minas. Afastado da Câmara, recolheu-se a seu estado. Encontrava-se no Rio em 3 de outubro, quando foi surpreendido pela eclosão no Rio Grande do Sul, em Minas e na Paraíba do levante armado contra o governo federal. Procurado pela polícia, asilou-se na embaixada do Peru, onde permaneceu até a deposição de Washington Luís, no dia 24 de outubro, por um golpe militar que levou ao poder uma junta governativa composta pelos generais João de Deus Mena Barreto e Augusto Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías de Noronha. Nesse mesmo dia, foi nomeado ministro das Relações Exteriores, passando a acumular interinamente a partir de 26 de outubro a pasta da Justiça.

De Ponta Grossa (PR), onde se encontrava junto com o estado-maior das forças revolucionárias, Virgílio de Melo Franco telegrafou ao pai, solicitando informações sobre as reais intenções dos novos governantes. Em sua resposta, Melo Franco sugeriu a vinda de Vargas ao Rio a fim de se integrar ao governo na condição de presidente da junta. Entretanto, Vargas não pretendia partilhar o poder. Encarregou Osvaldo Aranha de negociar com a junta sua posse no governo da República e, ao mesmo tempo, ordenou às tropas rebeldes que prosseguissem seu avanço rumo à capital do país. No dia 28 de outubro, após entendimentos firmados com Aranha, a junta divulgou uma proclamação ao país, redigida por Melo Franco, anunciando a decisão de transmitir o governo a Vargas, na condição de chefe da revolução vitoriosa.

#### ATUAÇÃO NO ITAMARATI (1930-1933)

Vargas tomou posse na chefia do governo provisório em 3 de novembro de 1930. Durante as conversações para a formação de seu ministério, foi informado por Artur Bernardes e Olegário Maciel de que a eventual permanência de Melo Franco à frente do Itamarati não significaria uma representação de Minas Gerais no gabinete. Apesar dessa restrição, o ministro das Relações Exteriores foi mantido no cargo, passando a dedicar-se imediatamente a obter o reconhecimento internacional da nova situação. Os primeiros países a responder favoravelmente à continuidade dos laços diplomáticos com o Brasil foram Chile, Portugal, Uruguai, Inglaterra, Vaticano, França, Argentina e Estados Unidos. Sua primeira gestão internacional como chanceler foi o restabelecimento das relações entre o Peru e o Uruguai, assinado por representantes dos dois países no dia 19 de novembro no palácio do Catete, com a presença de Vargas. No mesmo mês, Melo Franco tratou do “caso *Baden*”, navio alemão que fora atingido por um obus durante a revolução e tivera 31 mortos entre seus tripulantes e passageiros.

Em 15 de janeiro de 1931, com o decreto de reforma administrativa do Itamarati, Melo Franco introduziu a aposentadoria compulsória, por limite de idade e tempo de serviço, e o rodízio dos funcionários que serviam no exterior, obrigando-os a passar periodicamente algum tempo no Brasil. Essa reforma foi a primeira etapa do processo de fusão das três carreiras do Itamarati (consular, diplomática e secretaria de Estado), completada em 1938 por Osvaldo Aranha.



Como chanceler, Melo Franco dispôs de uma certa autonomia de ação, pois as preocupações de Vargas durante o governo provisório (1930-1934) voltaram-se quase exclusivamente para os problemas políticos internos. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, filho de Afrânio, “Getúlio e seus companheiros gaúchos pouco entendiam de política internacional e pouco se interessaram por ela. Deixavam as mãos livres ao ocupante do Itamarati”. Na falta de um novo programa de política internacional, Melo Franco deu continuidade ao que vinha sendo feito no campo das relações externas desde o princípio do século. Segundo o historiador Ricardo Seitenfus, “a ação do Itamarati tomou duas direções pragmáticas: a primeira foi o comércio exterior; a segunda foi o pan-americanismo do início dos anos 1930”.

### A POLÍTICA COMERCIAL

Logo no início de sua gestão, Afrânio de Melo Franco empenhou-se em obter novos mercados consumidores para o café, a fim de atenuar os efeitos da queda das exportações do produto causada pela crise econômica mundial deflagrada em 1929.

Como primeiro passo, Melo Franco e José Maria Whitaker (ministro da Fazenda até meados de 1931) propuseram aos chefes de missão diplomática acreditados no Brasil a negociação de tratados bilaterais de comércio que incluíssem a cláusula incondicional e ilimitada de nação mais favorecida. Melo Franco manteve essa orientação de política comercial durante os três anos de sua gestão, opondo-se às fórmulas protecionistas já dominantes nas relações comerciais. Como observou Seitenfus, “apesar dessa situação paradoxal, o Brasil assinou 27 tratados comerciais durante os primeiros anos do governo revolucionário. Somente em 1935 o Itamarati resolveu denunciá-los por falta de reciprocidade, ao constatar que os tratados não estavam sendo secundados por medidas concretas”.

Em 1933, os Estados Unidos propuseram a assinatura de um acordo comercial de reciprocidade com o Brasil. A proposta não oferecia nenhuma vantagem ao Brasil, pois baseava-se na manutenção dos livres direitos de entrada dos principais produtos brasileiros nos Estados Unidos (café e borracha) em troca da redução de tarifas para os produtos manufaturados norte-americanos importados. Em agosto de 1933, Melo Franco assegurou ao embaixador norte-americano, Hugh Gibson, o interesse do Brasil em negociar o acordo,

procurando desfazer a impressão de que o governo brasileiro dificultava o início das conversações. O Tratado de Reciprocidade só seria firmado em 1935, depois da saída de Melo Franco do Itamarati.

### A GUERRA DO CHACO

A guerra entre a Bolívia e o Paraguai pela disputa do território do Chaco irrompeu em junho de 1932, transformando-se no mais grave conflito armado ocorrido na América no século XX. A guerra foi desencadeada pela intenção da Bolívia de conquistar no Chaco uma abertura para o rio Paraguai a fim de substituir o litoral marítimo perdido para os chilenos no final do século XIX. A intransigência dos governos de La Paz e Assunção, o apoio da Argentina ao Paraguai e os interesses de grandes companhias estrangeiras em torno de supostas reservas petrolíferas do Chaco fizeram prolongar a guerra para além da capacidade de resistência dos dois países em conflito.

A principal mediação de paz tentada por Melo Franco ocorreu no segundo semestre de 1933, após o fracasso das gestões realizadas pela Comissão dos Neutros, formada em Washington em 1928, por ocasião dos primeiros incidentes militares no Chaco. Seu plano de paz consistia num acordo preliminar na base da limitação do território reconhecido indiscutivelmente como paraguaio e evacuação da parte restante pelos dois lados, com um armistício de 45 dias. Em julho de 1933, após a dissolução da Comissão dos Neutros, Melo Franco propôs confidencialmente aos governos da Argentina, Chile e Peru que, associados ao Brasil, constituíssem um bloco de nações vizinhas (ABCP) e que este bloco solicitasse ao Conselho da Liga das Nações a adoção de sua fórmula de paz.

No início de agosto, o Conselho da Liga respondeu favoravelmente ao ABCP. Em 25 de agosto, Melo Franco e os embaixadores Martinez Ferrari (Chile), Ramón Carcano (Argentina) e Garcia Calderón (Peru), representantes do ABCP no Rio, transmitiram aos países beligerantes a proposta de paz. O plano foi aceito com ressalvas pela Bolívia e integralmente pelo Paraguai. Os dois países não aceitaram posteriormente modificar seus pontos de vista em relação ao plano de Melo Franco. Em face do impasse, o chanceler brasileiro decidiu encerrar sua mediação em 1º de outubro de 1933.

A Guerra do Chaco estendeu-se por mais dois anos, terminando em junho de 1935 com a derrota militar da Bolívia. Em julho de 1938, foi firmado o tratado de paz entre os dois

países, segundo o laudo arbitral da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai, pelo qual o Paraguai ficou com a maior parte do Chaco, comprometendo-se porém a garantir amplo e livre trânsito à Bolívia.

Sobre a Guerra do Chaco, Melo Franco publicou em 1936 o livro *Episódios da história internacional recente*, refutando as acusações feitas pelo diplomata boliviano Luis Abelli de que em agosto de 1932 teria instigado o governo de La Paz a intensificar a guerra contra o Paraguai, garantindo-lhe ampla ajuda militar brasileira.

### A QUESTÃO DE LETÍCIA

Em 31 de agosto de 1932, cerca de 250 peruanos, a maioria civis, invadiram e ocuparam o porto fluvial colombiano de Letícia, situado próximo à fronteira dos dois países com o Brasil. A região, habitada pelos peruanos por quase um século, tinha sido incorporada à Colômbia em 1922 pelo tratado de limites chamado Salomón-Lozano, em homenagem aos ministros que o negociaram. O Brasil tomara, na ocasião, atitude francamente contrária ao Tratado Salomón-Lozano, pois não desejava o acesso colombiano ao curso do rio Amazonas.

O governo do Peru não apoiou diretamente o golpe de força, mas recusou-se a tomar medidas para restituir o território à Colômbia, procurando atribuir ao episódio a conotação de uma justa reação nacionalista.

No final de dezembro de 1932, Melo Franco propôs uma fórmula preliminar de acordo que previa a entrega do território contestado ao Brasil e sua restituição à Colômbia no menor tempo possível, enquanto se abria no Rio uma conferência para a revisão do Tratado Salomón-Lozano. A proposta foi aceita em princípio pela Colômbia e o Peru, mas acabou não se efetivando em virtude das divergências entre os dois países sobre o prazo da administração brasileira sobre Letícia.

Em fevereiro e março de 1933, a Colômbia tomou medidas de represália contra o Peru, ocupando militarmente as cidades de Taparacá e Gueni. No dia 25 de março, o Conselho da Liga das Nações obteve um acordo preliminar entre os dois países beligerantes, em bases semelhantes à proposta formulada por Melo Franco no início de sua mediação. Pelo acordo, foi constituída uma comissão da Liga, incumbida de administrar Letícia durante o prazo de um ano, composta de representantes dos Estados Unidos (coronel Artur Brown), Espanha

(capitão Francisco Iglesias) e Brasil (capitão Alberto de Lemos Bastos).

Em agosto de 1933, o chanceler brasileiro foi convidado para presidir as negociações entre os dois países em conflito, iniciadas no Rio de Janeiro em outubro. Apesar do seu afastamento da chefia do Itamarati em dezembro, Melo Franco permaneceu na presidência da conferência de paz até a assinatura, em 24 de maio de 1934, do Protocolo da Amizade, que restabeleceu a soberania da Colômbia sobre Letícia e decretou a livre navegação dos rios Amazonas e Putumaio. Sua atuação nesse episódio lhe valeu, em 1935, uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz, apoiada pelos governos do Brasil e de outras 13 nações, bem como por diversas instituições e personalidades internacionais. No entanto, o prêmio foi concedido ao escritor alemão Carl von Ossietzky, militante pacifista e antinazista. O nome do ex-chanceler brasileiro foi novamente lembrado em 1936, dessa vez, segundo Afonso Arinos, sem o apoio decidido do governo brasileiro. A escolha recaiu então sobre o chanceler argentino Saavedra Lamas.

#### A POLÍTICA INTERNA DURANTE A PERMANÊNCIA NO ITAMARATI (1930-1933)

Dos membros do primeiro ministério de Vargas, formado em novembro de 1930, Melo Franco foi o que mais tempo permaneceu no cargo. Nesse período, influiu pouco nos rumos da política interna, pois ocupou-se basicamente dos assuntos de sua pasta, embora acompanhasse a evolução política nacional, particularmente a de Minas.

Em 31 de junho de 1931, Melo Franco foi designado pela comissão executiva do PRM como representante do partido junto ao governo provisório. Tratava-se de uma clara inversão da posição assumida inicialmente pelo partido, que, basicamente reduzido à facção de Bernardes, enfrentava a cerrada oposição da Legião Mineira, organização política de inspiração fascista criada em fevereiro de 1931 por Francisco Campos, ministro da Educação, Gustavo Capanema e Amaro Lanari, secretários do Interior e das Finanças do governo Olegário Maciel.

Foi, no entanto, o ministro da Justiça Osvaldo Aranha quem se destacou como principal elemento de ligação entre o governo provisório e o PRM. Como “homem da revolução”, Aranha já demonstrara seu interesse em influir politicamente em Minas ao tentar, sem êxito, em novembro de 1930, a nomeação de Virgílio de Melo Franco para interventor federal no estado em lugar de Olegário Maciel.

O conflito entre as duas forças políticas em Minas culminou no dia 18 de agosto de 1931 com a tentativa de deposição de Olegário Maciel, ocorrida durante um congresso do PRM em Belo Horizonte. O golpe, articulado por líderes perremistas e Osvaldo Aranha, com o apoio discreto de Vargas, fracassou devido à resistência da Força Pública de Minas, mobilizada por Gustavo Capanema.

Em consequência da crise, exoneraram-se em setembro da alta administração federal os perremistas Mário Brant (presidente do Banco do Brasil) e Afonso Pena Júnior (diretor de uma das carteiras do mesmo Banco), bem como o ministro da Educação Francisco Campos, fundador da Legião Mineira.

Em 13 de dezembro de 1931, com a volta de Francisco Campos para o mesmo ministério, Melo Franco pediu demissão do Itamarati. Prestigiado por Vargas, o chanceler decidiu todavia rever sua posição e permanecer no cargo.

Nos meses seguintes, Vargas conduziu habilmente as negociações para um acordo de pacificação em Minas, conseguindo não apenas obter o consenso de seu ministério sobre a fórmula de conciliação, como também recuperar a confiança de Olegário Maciel, abalada pelos acontecimentos de agosto de 1931. Surgiu assim o Acordo Mineiro, firmado em fevereiro de 1932, que implicou a dissolução da Legião e sua fusão com o PRM numa nova agremiação — o Partido Social Nacionalista (PSN). O acordo traduzia o precário equilíbrio político existente em Minas. A luta política no interior do estado convergiu nos meses seguintes para o debate em torno da convocação da Assembleia Constituinte. O governo Olegário Maciel apoiou os rumos traçados por Vargas, enquanto Bernardes e um reduzido grupo do PRM ligaram-se ao movimento constitucionalista, liderado pelas forças políticas tradicionais de São Paulo, comprometendo-se com a conspiração que ali se desenvolvia contra Vargas.

Melo Franco colocou-se resolutamente contra a Revolução Constitucionalista, deflagrada em 9 de julho de 1932 em São Paulo. Como chanceler, tratou dos incidentes diplomáticos ocorridos durante a revolução e procurou ainda desfazer a imagem positiva dada pela imprensa estrangeira ao movimento rebelde, através de uma intensa mobilização dos serviços diplomático e consular do Brasil no exterior. Logo após o início do conflito, interveio junto ao encarregado de negócios dos Estados Unidos no Rio, Walter Thurston, para protestar contra a utilização da companhia de telégrafos All American Cables na

propaganda dos insurretos no exterior e a entrada de dois navios norte-americanos no porto de Santos (SP), apesar do bloqueio decretado pelo governo provisório. A All American Cables resolveu em seguida desligar sua linha em Montevidéu para evitar seu uso pelos rebeldes que controlavam Santos.

No princípio de agosto, Melo Franco distribuiu ao corpo diplomático e fez irradiar em ondas internacionais uma nota denunciando o caráter separatista do movimento e refutando o pedido de reconhecimento de beligerância entre o governo federal e São Paulo, solicitado pelo governador paulista Pedro de Toledo. Os paulistas contavam principalmente com o reconhecimento da beligerância por parte dos Estados Unidos, devido à simpatia do cônsul norte-americano em São Paulo, Charles Cameron, pelo movimento rebelde. O governo dos EUA não atendeu porém à solicitação dos constitucionalistas, seguindo as recomendações de seu embaixador no Rio, Edwin Morgan.

Em setembro, o chanceler brasileiro recebeu, por sua vez, os protestos do embaixador Morgan contra o bombardeio de instalações da empresa concessionária de serviços públicos Bond & Share em São Paulo pela aviação legalista.

De 17 de setembro a 7 de novembro de 1932, Melo Franco exerceu também a pasta da Justiça, substituindo provisoriamente Francisco Campos. Nesse ínterim, a revolução paulista chegou ao fim com a assinatura do armistício em 2 de outubro. Embora tenha derrotado as forças constitucionalistas, o governo provisório tomou logo em seguida medidas efetivas para o retorno ao regime constitucional. Por determinação de Vargas, o novo ministro da Justiça, Francisco Antunes Maciel Júnior, nomeou em 7 de novembro os membros da Comissão Constitucional, conhecida como Subcomissão do Itamarati, encarregada de elaborar o anteprojeto da futura Constituição. Além de Melo Franco, designado seu presidente, a Subcomissão do Itamarati foi composta por Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (relator-geral), Temístocles Cavalcanti, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Antônio Carlos, José de Castro Nunes, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure, Francisco Solano Carneiro da Cunha, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e João Mangabeira.

Além da presidência dos trabalhos, Melo Franco foi também responsável pela redação do capítulo sobre o Conselho da República e da parte sobre a ordem judiciária, em colaboração com João Mangabeira. O Conselho da República, posteriormente rejeitado pela Assembleia

Constituinte, tinha como modelo o Conselho do Império, com a diferença de que poderia assumir funções executivas nos casos de grave emergência nacional.

Os trabalhos da Subcomissão do Itamarati se estenderam de novembro de 1932 a maio de 1933 quando foi aprovado o anteprojeto que tinha como pontos principais a adoção de eleições diretas para o Legislativo, composto de uma câmara única — a Assembleia Nacional — com a supressão do Senado e a criação de um Conselho Federal; a rejeição da representação de classes e a consagração da legislação trabalhista. A Assembleia Constituinte, instalada em novembro de 1933, aprovaria em grande parte o anteprojeto da Subcomissão do Itamarati, mantendo, porém, o sistema bicameral e incorporando a representação de classes.

### A DEMISSÃO DO ITAMARATI

A morte de Olegário Maciel em setembro de 1933 abriu uma disputa pelo poder em Minas que rapidamente ganhou dimensões nacionais, envolvendo diferentes facções do governo provisório. Afrânio de Melo Franco, apoiado por Osvaldo Aranha, passou a empenhar-se ativamente na nomeação do filho Virgílio, contrapondo-se assim às articulações do interventor no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, em favor de Gustavo Capanema.

No final de novembro, o *Correio da Manhã* publicou dois violentos artigos tentando envolver os nomes de Afrânio e Virgílio em supostas negociatas realizadas em torno da encampação da Estrada de Ferro Teresópolis, levada a efeito na época em que o primeiro era ministro da Viação e o segundo seu oficial de gabinete. Como a imprensa estava sob censura, Melo Franco suspeitou de alguma cumplicidade do governo e em 26 de novembro pediu exoneração do ministério. Vargas não apenas insistiu em sua permanência no Itamarati, como também lhe mostrou o decreto de nomeação de Virgílio para a interventoria em Minas. Confiante na promessa do presidente, Melo Franco viajou no início de dezembro para Montevideu como chefe da delegação brasileira à VII Conferência Pan-Americana. Entretanto, Vargas decidiu escolher um terceiro nome para o Executivo mineiro, descomprometido de qualquer facção política estadual ou nacional. Em 12 de dezembro, após entendimentos com Antônio Carlos, designou interventor Benedito Valadares, deputado relativamente obscuro na política mineira.

De Montevideú, Melo Franco telegrafou imediatamente a Antunes Maciel, colocando seu cargo à disposição. Ao regressar ao Rio, em 20 de dezembro, encontrou a crise formada no governo, pois Osvaldo Aranha tomara idêntica atitude, solicitando demissão do Ministério da Fazenda. Em 28 de dezembro de 1933, Melo Franco transmitiu a pasta a Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda, encerrando sua missão no Itamarati. Cavalcanti de Lacerda permaneceu como ministro interino das Relações Exteriores até julho de 1934, quando José Carlos de Macedo Soares assumiu o ministério. Nessa época, com a consolidação da Revolução de 1930, Vargas passou a centralizar as decisões da política externa, formulando uma orientação inovadora para as relações entre o Brasil e as grandes potências.

Nos meses seguintes, Melo Franco foi apontado frequentemente pela imprensa como possível candidato à presidência da República no pleito indireto que seria realizado no âmbito da Assembleia Constituinte. Segundo o *Diário da Manhã*, de Pernambuco, sua candidatura contava com o apoio do líder tenentista João Alberto Lins de Barros, deputado constituinte pelo Partido Social Democrático de Pernambuco. Em julho, a bancada paulista, principal força de oposição à candidatura Vargas, decidiu sufragar o nome de Borges de Medeiros. Promulgada a Constituição em 16 de julho, no dia seguinte Vargas foi eleito presidente da República pela Assembleia Constituinte. Melo Franco recebeu um voto, apesar de ter recusado publicamente sua candidatura.

#### DA CONSTITUINTE MINEIRA DE 1935 À CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE 1938

Em outubro de 1934, Melo Franco foi eleito para a Assembleia Constituinte de Minas como candidato da chapa oposicionista organizada pelo PRM. Além de Melo Franco, o PRM elegeu mais 13 candidatos contra 34 eleitos pelo Partido Progressista Mineiro (PPM), situacionista, fundado em janeiro de 1933.

Instalada a Assembleia Constituinte estadual em maio de 1935, Melo Franco foi designado, junto com José Maria Lopes Cançado, representante do PRM na comissão legislativa encarregada de elaborar o anteprojeto da nova Carta. Com a promulgação da Constituição de Minas em 30 de julho de 1935 e a transformação da Constituinte em Assembleia Legislativa ordinária, Melo Franco renunciou a seu mandato de deputado.

Em 1937, foi eleito membro titular e presidente da Comissão Internacional de



Jurisconsultos de Washington, encarregada de elaborar a codificação progressiva do Direito Internacional Americano. Em abril de 1937, participou dos trabalhos da comissão, reunida em Washington, continuando na sua presidência até a reunião de Lima, realizada em 1938, antes da VIII Conferência Pan-Americana.

No final de 1938, já sob o Estado Novo, Melo Franco foi designado por Vargas presidente da delegação brasileira à VIII Conferência Pan-Americana, convocada para o mês de dezembro em Lima. Durante o encontro, Melo Franco alinhou-se com os EUA na defesa de uma decidida política de solidariedade continental, diante do perigo de uma guerra mundial. Os EUA buscavam consolidar sua posição na América Latina, ameaçada pela crescente penetração das potências do Eixo (Alemanha e Itália), através do comércio e da propaganda. Entretanto, a Argentina opôs-se tenazmente — com êxito — à proposta norte-americana de criação de um Comitê Consultivo Interamericano Permanente. A solução provisória, incluída finalmente na Declaração de Lima, instituiu o sistema de consultas, mediante reuniões dos chanceleres americanos. Entre outras resoluções, a Conferência negou aos estrangeiros residentes nas Américas a condição de minorias étnicas, raciais ou nacionais, consagrando, assim, a tese sustentada por Melo Franco na Liga das Nações.

No final de 1939, Melo Franco foi designado pelo chanceler Osvaldo Aranha representante do Brasil na Comissão Interamericana de Neutralidade, criada em setembro, logo após o início da Segunda Guerra Mundial, pela I Reunião de Consultas dos Chanceleres Americanos, realizada no Panamá. Em janeiro de 1940, a comissão foi instalada no Rio de Janeiro e Melo Franco foi escolhido seu presidente. A comissão teve a seu encargo o exame de vários casos de violação de neutralidade americana, praticados pelos países beligerantes, como, por exemplo, a batalha naval anglo-germânica travada em Punta del Este, nas proximidades da costa uruguaia. A comissão não chegou entretanto a aprovar nenhuma resolução de peso. Naquela fase, vários governos americanos, inclusive o brasileiro, resistiam à política antialemã dos Estados Unidos.

Em janeiro de 1942, por resolução da III Reunião de Consultas dos Chanceleres Americanos, realizada no Rio, a Comissão Interamericana de Neutralidade transformou-se na Comissão Jurídica Interamericana, cuja presidência foi novamente entregue a Melo Franco. Nessa mesma ocasião, o Brasil e a maioria dos países americanos, com exceção do Chile e da Argentina, decidiram romper suas relações diplomáticas com as potências do

Eixo.

Presidente da Academia Nacional de História, membro titular do Instituto Histórico e Geográfico e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Afrânio de Melo Franco faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de janeiro de 1943.

Além de Virgílio de Melo Franco, líder revolucionário na década de 1930 e fundador da União Democrática Nacional (UDN) em 1945, teve mais nove filhos, vários dos quais se destacaram na política, na diplomacia e na literatura: Afonso Arinos de Melo Franco, deputado federal por Minas Gerais desde a Constituinte de 1946 até 1959, senador pelo Distrito Federal e depois pelo estado da Guanabara de 1959 a 1967, ministro das Relações Exteriores em 1961 e em 1962 e membro da Academia Brasileira de Letras a partir de 1958; Caio de Melo Franco e Afrânio de Melo Franco Filho, ambos diplomatas de carreira, o primeiro embaixador na França de 1953 a 1955, o segundo embaixador na Bélgica de 1963 a 1966. Sua filha Zaide casou-se com o diplomata Jaime Sloan Chermont, embaixador na Inglaterra de 1966 a 1968.

Publicou os seguintes trabalhos: *Declaração de princípios do Brasil* (discurso, 1923), *Pela fraternidade continental americana* (discurso, 1924), *Cláudio Manuel da Costa* (ensaio, 1930), *Discursos* (1932), *O Tratado de Extradicação do Brasil com a Itália* (documento, 1932), *Episódios da história internacional recente* (ensaio, 1936), *Espelho de três faces* (1937), *Minorias étnicas e O apóstolo das letras mineiras — Guido Tomas Marlière*. Seu filho Afonso Arinos de Melo Franco escreveu sua biografia: *Um estadista da República — Afrânio de Melo Franco e seu tempo* (1955).

Paulo Brandi

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BANDEIRA, L. *Presença*; BOMENY, H. *Estratégia*; CARONE, E. *República velha*; CASTRO, P. *Subdesenvolvimento*; COELHO, J. *Dicionário*.; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (4/7/1931); CORRESP. MIN. TRAB.; COSTA, S. *Diplomacia; Cronologia da Assembléia; Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; *Digesto Econômico* (3/4/1970); DONGHI, T. *História*; DULLES J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Estadista*; GABAGLIA, L. *Epitácio*; GIFFIN, D. *Normal*;

GOMES, A. *Regionalismo*; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HILTON, S. *Brasil e as grandes*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração brasileira* (7/9/1922);, M. *História*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Personalidades*; QUADROS, J.; ARINOS, A. *História*; *Relação dos ministros*; RESENDE, M. *Formação*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); ROUT JÚNIOR, L. *Politics*; SEITENFUS, R. *Difícil*; SILVA, H. 1938; SOUSA, J. *Índice*; WANDERLEY, N. *História*; *Who's who in Brazil*.

**FRANCO, Artur**

\*dep. fed. PR 1923-1930.

*Artur Martins Franco* nasceu em Nossa Senhora da Piedade do Campo Largo (PR) no dia 10 de abril de 1876, filho de Evaristo Martins Franco e de Maria Josefina de Sousa Franco.

Estudou em Curitiba até ingressar em 1895 na Escola Politécnica de São Paulo, onde obteve os diplomas de engenheiro geógrafo e engenheiro civil, além do certificado do curso de condutores de trabalho que concluiu em 1900. Começou a carreira profissional em 1902 como comissário de terras no Paraná, função que exerceu por três anos. Entre 1905 e 1907 tornou-se engenheiro chefe da seção técnica da Câmara Municipal de Curitiba. Participou também da Comissão Fundadora de Núcleo Colonial Federal nos municípios paranaenses de Ipiranga (1907-1910), Guarapuava (1910-1912) e São Mateus (1911).

De 1912 a 1916, durante o governo de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, esteve à frente da Secretaria dos Negócios da Fazenda do Paraná. Em 1919 iniciou seu primeiro mandato eletivo na Assembleia Legislativa paranaense, da qual foi líder até 1923. Nesse ano, estando em curso a legislatura 1921-1923, foi eleito deputado federal e tomou posse em maio na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Reeleito para as três legislaturas seguintes, teve o mandato interrompido em outubro de 1930 com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Entre 1934 e 1937 presidiu o Círculo de Estudos Bandeirantes e, de 1951 a 1952, o Instituto Histórico paranaense. Foi também diretor da seção histórica do Museu Paranaense e representante do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico. Além disso, trabalhou como engenheiro fiscal na Estrada de Ferro Noroeste e foi professor catedrático nos cursos de engenharia e de filosofia, ciências e letras na Universidade do Paraná.

*Luciana Pinheiro*

**Fontes:** ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em:

<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15/6/2010; FUND. BIBL. NAC. Disponível em: <[http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cardcatalog\\_pr&db=cardcatalog&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=nicolas,|maria](http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cardcatalog_pr&db=cardcatalog&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=nicolas,|maria)>; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 358-359).

**FRANCO, Dolor de Brito**

\*dep. fed. MG 1930.

*Dolor de Brito Franco* nasceu em Minas Gerais.

Advogado, foi também redator e diretor de *O Pirralho*, semanário humorístico fundado em parceria com Oswald de Andrade em agosto de 1911.

Em março de 1930 foi eleito deputado federal por Minas e tomou posse em junho. Teve o mandato interrompido em outubro seguinte em decorrência da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

*Luciana Pinheiro*

**FONTES:** CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 67); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 271); SODRÉ, N. *História*.

**FRANCO, Joaquim Pedreira**

\*dep. fed. BA 1906-1909.

*Joaquim Artur Pedreira Franco* nasceu no dia 2 de outubro de 1859 na fazenda América, município de Jacuípe (BA), filho de Ataliba Americano da Luz Franco, médico conceituado e cultor das letras, e de Amélia Pires Pedreira da Fonseca. Seu sobrinho-neto Itamar Franco foi presidente da República (1992-1994).

Fez os estudos preparatórios na Bahia e seguiu para o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso superior de engenharia na Escola Politécnica. Como estudante fez parte das redações dos jornais *Semana* e *Gazetinha*, no Rio de Janeiro. Depois de formado trabalhou nas obras hidráulicas do Ministério da Fazenda e na Estrada de Ferro no Oeste de Minas, fixando residência por certo período na cidade mineira de São João d'el Rei. Concluída a Estrada de Ferro no Oeste de Minas, passou a servir na Estrada de Ferro de Sapucaí. Sempre acompanhou o Partido Republicano, mantendo-se fiel às suas idéias. Ao lado de Sebastião Sete, republicano mineiro e fundador, em São João d'el Rei, do jornal *Pátria Mineira*, deu continuidade à vida de literato e jornalista.

Proclamada a República, embora tivesse contato com importantes republicanos históricos, como Quintino Bocaiúva e outros, rejeitou posições de destaque, com o propósito de servir à Bahia. Tornou-se assim, junto com Reis Magalhães, um dos principais assessores Virgílio Damásio, que assumiu por breve período o governo do estado. Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, apresentou sua candidatura, mas não logrou êxito. Com a derrota, voltou a trabalhar na Estrada de Ferro de Sapucaí, em Minas Gerais. Mesmo ausente do seu estado, em 1891 elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte baiana, sendo um dos mais votados. Nesse período, junto com Cosme Moreira e outros, fez oposição ao governador José Gonçalves da Silva. Orientado por seu amigo Virgílio Damásio, ocupou lugar de destaque no partido oposicionista chefiado pelo conselheiro Luís Antônio Barbosa de Almeida. Concluído seu mandato na Assembleia, voltou a exercer a profissão de engenheiro. Foi nomeado chefe de seção da

Estrada de Ferro da Bahia a São Francisco, sob a direção de Miguel de Teive e Argolo. Nessa obra ferroviária foi também chefe do ramal do Jacu e depois do ramal de Feira de Santana.

Foi eleito deputado federal pela Bahia para a legislatura 1906-1908 e exerceu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Depois disso foi nomeado fiscal da Estrada de Ferro Central da Bahia e engenheiro das obras de melhoramento do Posto Paraíba.

No governo de Antônio Muniz (1916-1920), foi secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Trabalhou para concluir algumas obras importantes, como o palácio Rio Branco e o palácio da Aclamação, a Vila Policial e o Asilo São João de Deus, e iniciou também a construção do Hospital do Isolamento, da Biblioteca Pública, da Secretária da Fazenda e do Tesouro do Estado. No interior da Bahia, concluiu e inaugurou a ponte Rio Branco sobre o rio Jacuípe; o Colégio de Feira de Santana e o de São Gonçalo dos Campos. Deu atenção especial às estradas de rodagem, como complemento das vias férreas, fluviais e marítimas. Procurou desenvolver a lavoura e para isso organizou o Mostuário Baiano e a Inspetoria de Serviço Agrônômico, instalando o Campo de Experimentação Antônio Muniz no bairro de Ondina, na capital.

Foi também professor do Ginásio da Bahia, onde lecionou várias disciplinas, inclusive o inglês.

Faleceu em Salvador no dia 24 de junho de 1926.

Casou-se com Maria Leonor Anunciação Franco, com quem teve cinco filhos.

*Liliane de Brito Freitas/Consuelo Novais Sampaio*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos* (214, 215); *Diário de Notícias* (23/5/1922, 29/10/1958). A exposição do centenário está sem sorte e Dr. Joaquim Arthur Pedreira Franco; *Diário Oficial do Estado da Bahia*. *Revista do Instituto*



*Genealógico da Bahia*. (Ano XII. n. 12, p. 195-198); SANTOS, M. *Sinopse*; *Tarde* (5/6/1916). O governo apóia e age.

## **FRANCO, Lacerda**

\*sen. SP 1924-1930.

*Antônio de Lacerda Franco*, futuro *barão de Araras*, nasceu em Itatiba (SP) no dia 13 de junho de 1853, filho de Bento de Lacerda Guimarães e de Manuela Assis de Cássia Franco. Seu pai foi fundador da cidade de Araras, vindo a se tornar o primeiro barão de Araras. Sua irmã Maria Dalmácia de Lacerda Guimarães foi a baronesa de Arari; outra irmã, Ana Lacerda Álvares Penteado, foi casada com o conde Álvares Penteado.

Residiu por vários anos em Araras, onde sua família era proprietária rural, dedicando-se à agricultura. Apesar de seu pai ser monarquista, fundou na cidade o Partido Republicano, pelo qual foi eleito vereador e presidente da Câmara Municipal em várias legislaturas. Quando da segunda visita de dom Pedro II à região, em 7 de maio de 1887, atendendo ao pedido de seu filho Antônio, libertou seus escravos. Nesse dia recebeu do imperador o título de barão de Araras.

Transferindo-se para Santos, passou a orientar a organização dos republicanos santistas e, em companhia de Antônio Carlos da Silva Teles, fundou o Partido Republicano da cidade. Entre 1887 e 1888 foi presidente da Associação Comercial de Santos. Abolicionista, alforriou espontaneamente o escravo Quintino de Lacerda, criador e chefe do Quilombo do Jabaquara, que deu origem ao bairro paulistano. Quintino de Lacerda tornou-se seu amigo e foi um dos primeiros negros a ocupar uma cadeira no Legislativo em todo o Brasil, quando foi vereador à Câmara Municipal de Santos.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi aclamada pelo povo uma junta governativa para administrar o município de Santos, e seu nome foi o primeiro escolhido. A junta governativa provisória ficou à frente da cidade até 21 de fevereiro de 1890. Quando da visita que Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo provisório da República, presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca, fez a Santos nos dias 11 e 12 de fevereiro de 1890, recebeu o estadista para almoço em sua residência. Ainda em Santos, fundou a Casa Comissária e Exportadora J. F. Lacerda & Cia., para vender para o exterior o café produzido na propriedade da família em Araras.

Passando a residir na capital do estado, tornou-se membro da comissão permanente do Partido Republicano Paulista (PRP). Em março de 1892 foi eleito senador estadual e,

depois de empossado, fez parte da Comissão de Finanças. Sucessivas vezes reeleito, continuava no Senado estadual em 1923, quando se iniciaram as discussões sobre a escolha do sucessor de Washington Luís no governo paulista. Designado pela comissão diretora do PRP para conversar com o presidente do estado, ao fim da missão, enquanto a escolha do candidato a presidente estadual recaiu sobre Carlos de Campos, acabou sendo ele próprio indicado candidato ao Senado Federal, em detrimento do senador Álvaro de Carvalho. Esse verdadeiro golpe resultou em grave cisão dentro do partido, com a renúncia de Olavo Egídio de Sousa Aranha e de Altino Arantes, também membros da comissão diretora do PRP. Apesar da crise política, foi eleito senador em 17 de fevereiro de 1924 e assumiu o mandato em 8 de maio seguinte. No Senado, foi membro da Comissão de Finanças e da Comissão de Atribuições Privativas. Com a vitória da Revolução de 1930, teve o mandato interrompido quando foram fechados os órgãos legislativos do país.

Paralelamente à política, dedicou-se a atividades empresariais. Membro da diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro desde 2 de fevereiro de 1890, tornou-se presidente da empresa em 23 de janeiro de 1928, após a renúncia do conselheiro Antônio da Silva Prado, e exerceu o cargo até a morte, quando foi substituído pelo senador Antônio de Pádua Sales. Fundador em 1890 e presidente do Banco União de São Paulo, em 1904, através de sua instituição bancária, criou a Fábrica de Tecidos Votorantim no município de Sorocaba. Em julho de 1917, em meio à maior greve de que se teve notícia até então no Brasil, o Banco União não conseguiu atender a seus compromissos e acabou tendo sua falência decretada, não mais reabrindo a fábrica. A massa falida seria adquirida pelos arrendatários no ano seguinte, e posteriormente Pereira Inácio compraria a parte do sócio e criaria as Indústrias Votorantim.

Em 2 de junho de 1902, com seu apoio e de um grupo de empresários, foi fundada a Escola Prática de Comércio, a primeira escola de comércio do Brasil, que posteriormente receberia o nome de Escola de Comercio Álvares Penteado. Por 30 anos, até sua morte, foi diretor-presidente do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, do qual foi um dos fundadores em 15 de fevereiro de 1906. Foi presidente honorário da Sociedade Hípica Paulista, fundada em 1910, e presidiu também a Sociedade Anônima Fábrica Japi, fundada em 1913 na cidade de Jundiaí. Durante anos foi diretor do *Correio Paulistano*, órgão do PRP, e proprietário e presidente do jornal *Comércio de S. Paulo*. Fundou também a

Companhia Telefônica de São Paulo, que presidiu por longos anos. Em 27 de abril de 1933, colaborou na fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, da qual foi um dos protetores. Foi presidente de honra da Ação Nacional do PRP, formada após a Revolução de 1930.

Faleceu em São Paulo no dia 19 de maio de 1936.

Foi casado com Matilde de Lacerda Franco, com quem teve quatro filhos. Seu filho Manuel de Lacerda Franco era deputado estadual em São Paulo, quando morreu vitimado por um acidente aéreo.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

FONTES: AMARAL, An. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (20/5/1936); DUARTE, P. *Obra*; *Folha da Manhã* (20/5/1936); FONSECA, A., IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo*; RIBEIRO, A. *Poder*; RODRIGUES, N. *Cia. Paulista*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*.

## **FRANCO, Pereira**

\*magistrado; pres. SE 1853; dep. geral BA 1857-1864 e 1869-1870; min. Marinha 1870-1871; dep. geral BA 1872-1875; min. Marinha 1875-1878; min. Guerra 1876-1878; min. STF 1891-1902.

*Luís Antônio Pereira Franco*, futuro *barão de Pereira Franco*, nasceu na província da Bahia no dia 19 de outubro de 1826, filho de Luís Antônio Pereira Franco e de Leonor Felisberta Pereira Franco.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de Olinda, onde recebeu o grau de bacharel em outubro de 1847. No ano seguinte iniciou sua carreira na magistratura, sendo nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Santo Amaro da Purificação, em sua província natal. Ainda em 1848, foi eleito deputado provincial à Assembleia da Bahia. Removido para o termo de Nazaré (BA) em 1850, encerrou seu primeiro mandato legislativo em 1851. Presidente da província de Sergipe em 1853, foi nomeado juiz de direito da comarca de Feira de Santana, na Bahia, em 1855.

Voltou à política em 1857, eleito deputado pela Bahia, agora para a Assembleia Geral do Império. Vitorioso na eleição seguinte, deixou o parlamento em 1864. Mais uma vez bem-sucedido nas eleições de 1869, retornou à Assembleia Geral. Ligado aos conservadores do Império, foi ministro da Marinha de 1870 até 1871, quando foi removido para a Vara de Órfãos de Salvador. Foi mais uma vez eleito em 1872, sendo depois, em 1875, removido para 1ª Vara Cível de Niterói, na província fluminense. Durante a gestão do gabinete conservador do duque de Caxias, ocupou interinamente a pasta da Marinha, entre 1875 e 1878 e, de forma efetiva, a pasta da Guerra, de 1876 até 1878. Em março de 1887, foi nomeado desembargador da Relação da Corte, cargo em que foi aposentado em maio de 1888, passando a se dedicar à política, à advocacia e aos negócios particulares. Foi agraciado por dom Pedro II com a comenda da Ordem da Rosa, em 1886, e com o título de barão de Pereira Franco, com honras de grandeza, em 1888.

Após a proclamação da República, foi nomeado subprocurador da Corte de Apelação do

Distrito Federal, a antiga Relação da Corte, para pouco depois, em 1890, ocupar novamente o lugar de desembargador daquele tribunal. Em janeiro de 1891, em substituição a Bernardino de Campos, que não aceitou a nomeação, foi designado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), corte de controle da constitucionalidade criada em outubro de 1890 pelo regime republicano nos moldes da Suprema Corte norte-americana. Personagem que, embora ligado aos conservadores do Império, conseguiu ocupar postos de relevo na administração pública republicana, não foi atingido pela pequena reforma institucional realizada no STF durante o governo Floriano Peixoto (1891-1894), que visava a afastar os juízes identificados com a monarquia.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 20 de janeiro de 1902, em pleno exercício de suas funções no STF.

*Eduardo Junqueira*

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

## FRANCO, VIRGÍLIO DE MELO

\*rev. 1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937.

*Virgílio Alvim de Melo Franco* nasceu em Ouro Preto (MG) no dia 12 de julho de 1897, filho de Afrânio de Melo Franco e de Sílvia Alvim de Melo Franco. Às famílias de seus pais pertenceram, desde o Império, várias personalidades de grande projeção na vida política de Minas Gerais e do Brasil. Seu avô paterno, Virgílio Martins de Melo Franco, foi deputado provincial no Império e senador estadual em Minas Gerais entre 1892 e 1923. Seu avô materno, Cesário Alvim, foi deputado geral por Minas e presidente da província do Rio de Janeiro durante o Império. Na República, governou Minas de 1889 a 1890 e de 1890 a 1892, foi ministro da Justiça em 1890 e prefeito do Distrito Federal de 1898 a 1900. Seu pai foi deputado estadual de 1903 a 1906, deputado federal de 1906 a 1929, ministro da Viação de 1918 a 1919, embaixador permanente do Brasil junto à Liga das Nações de 1924 a 1926 e ministro das Relações Exteriores de 1930 a 1933; foi ainda presidente da Comissão Constitucional formada em 1932 para elaborar um anteprojeto de Constituição, voltando depois a atuar na política mineira como constituinte e deputado estadual de 1935 a 1937. Seu tio Afonso Arinos de Melo Franco foi escritor da escola regionalista, autor de *Pelo sertão* e membro da Academia Brasileira de Letras. Seu irmão, também chamado Afonso Arinos de Melo Franco, foi deputado federal por Minas Gerais desde a Constituinte de 1946 até 1959, senador pelo Distrito Federal e, depois, pelo estado da Guanabara de 1959 a 1967 e ministro das Relações Exteriores em 1961 e em 1962. Escritor, tornou-se também membro da Academia Brasileira de Letras. Outro irmão seu, Caio de Melo Franco, diplomata de carreira, foi embaixador do Brasil na França de 1953 a 1955.

Virgílio passou a infância no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Estudou nos colégios dos Padres do Verbo Divino, em Juiz de Fora (MG), e Dom Viçoso, na capital mineira. Em 1910 e 1911, passou um ano letivo estudando na Suíça, juntamente com seus irmãos, no Colégio Anglo-Suíço, perto de Lausanne. Em 1912, de volta ao Rio, ingressou no Colégio Pedro II. Matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1914 e formou-se em 1918.

No início da adolescência, foi entusiasta do marechal Hermes da Fonseca quando este disputou a presidência da República com Rui Barbosa, em 1910. Findo o governo Hermes,

em 1914, já se tornara “ruísta” e acompanhou o desenrolar da Primeira Guerra Mundial como adepto ardoroso dos Aliados. Pouco depois de iniciar o curso de direito, teve seu primeiro emprego como escrevente do cartório do tabelião Duarte de Abreu. Seu primeiro cargo público foi o de chefe de gabinete de seu pai quando este ocupou a pasta da Viação no governo de Delfim Moreira (1918-1919). Em seguida acompanhou o pai, que chefiou a delegação brasileira à I Conferência do Trabalho, realizada em Washington no limiar de 1920. Durante a viagem conheceu Carlos Sampaio, que foi convidado pelo presidente Epitácio Pessoa a ser prefeito do Distrito Federal a partir de julho de 1920, e o chamou para ser seu oficial de gabinete. Exerceu o cargo durante alguns meses e nesse período começou a colaborar na imprensa, escrevendo artigos para *O Jornal*. Ainda em 1920-1921, colaborou na revista *Fon-Fon* com o pseudônimo de Gonçalo Alves.

#### AS “CARTAS FALSAS” E O “DEPUTADO SUÍÇO”

Como seu pai, Virgílio de Melo Franco apoiou a candidatura de Artur Bernardes à presidência da República nas eleições de 1922. A debilidade do apoio jornalístico a Bernardes levou à fundação de um novo matutino no Rio, *O Dia*, com capitais vindos de Minas. Juntamente com Inácio Azevedo do Amaral e Tristão da Cunha (José Maria Leitão da Cunha Filho), Virgílio foi um dos diretores de *O Dia*, que começou a ser publicado em fevereiro de 1921.

Em fevereiro de 1922, um mês antes das eleições, Virgílio de Melo Franco foi encarregado por Bernardes de viajar à Europa para obter de especialistas laudos que demonstrassem não serem de sua autoria as cartas que haviam sido publicadas no *Correio da Manhã* em outubro de 1921, com alusões ofensivas às forças armadas. Bernardes pretendia demonstrar que as “cartas falsas” tinham apenas o objetivo de incompatibilizá-lo com os militares. Após uma tentativa infrutífera em Bordéus (França), Virgílio conseguiu obter de peritos de Lausanne e Roma documentos negando autenticidade às cartas.

Voltando ao Brasil em agosto de 1922, Virgílio encontrou *O Dia* fechado: com a vitória de Bernardes, haviam-se esgotado a missão do jornal e o fluxo de recursos que o mantinha. Mesmo ausente do país, fora eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM) para completar o mandato de Garibaldi de Castro Melo, por sua vez eleito para o Congresso Nacional. Seria reeleito em 1923 e em 1927 para mandatos de três anos.



Por não ter feito campanha, pelo pouco interesse que lhe despertava a política estadual e por encurtar tanto quanto podia suas permanências em Belo Horizonte, ficou conhecido como o “deputado suíço”.

Além de deputado estadual, Virgílio trabalhou como fiscal de bancos, cargo para o qual fora nomeado por Epitácio Pessoa. Freqüentador da alta sociedade carioca e aficcionado do turfe, foi levado por seu parente e amigo Lineu de Paula Machado para a diretoria do Jockey Clube Brasileiro. Aproximou Paula Machado de Bernardes e valeu-se também de suas relações com o presidente para ajudar seu amigo Francisco de Assis Chateaubriand a comprar, em 1924, *O Jornal*, no qual continuou a colaborar. Suas relações sociais propiciaram-lhe ainda, segundo Carolina Nabuco, a realização de bons negócios. Foi o caso da compra, para os irmãos Guinle, de terras e fazendas cujo proprietário principal era o conde de Modesto Leal, amigo de seu pai. Nessas terras, localizadas no estado do Rio, os Guinle formaram a empresa Fazendas Reunidas Normandia, que passou a fornecer grande parte do leite consumido no Rio e viria a se transformar, depois da Revolução de 1930, ao passar das mãos de seus proprietários para o governo, no núcleo inicial da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL). Virgílio foi advogado e, durante curto período, diretor da empresa.

#### APOIO AO TENENTISMO E À ALIANÇA LIBERAL

Foi durante o governo de Washington Luís (1926-1930) que Virgílio de Melo Franco começou a usar seu mandato de deputado estadual para desenvolver intensa ação oposicionista, que se traduziu também em sua colaboração no *Diário Carioca* e o levou a se aproximar dos “tenentes”, a jovem oficialidade do Exército que desde a revolta de 5 de julho de 1922 estava em conflito aberto com o governo central. Essa trajetória oposicionista iria transformá-lo num dos protagonistas da Revolução de 1930.

Contra a candidatura de Júlio Prestes às eleições de março de 1930 para a presidência da República, apoiada por Washington Luís, formou-se em 1929 o movimento da Aliança Liberal, reunindo os presidentes de Minas Gerais (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada), Rio Grande do Sul (Getúlio Vargas) e Paraíba (João Pessoa) em torno das candidaturas dos dois últimos para presidente e vice-presidente, respectivamente. O programa da Aliança Liberal propunha a concessão de uma anistia ampla a todos os presos políticos, processados e

perseguidos desde o 5 de julho de 1922, e ainda, capitaneando uma série de reformas políticas, o voto secreto.

À medida que se aproximava a data das eleições, os políticos mais radicais da Aliança Liberal, entre os quais Virgílio de Melo Franco, João Neves da Fontoura e José Antônio Flores da Cunha, foram reforçando sua convicção de que Washington Luís impediria por todos os meios a vitória dos candidatos oposicionistas. Começaram eles assim a contemplar a hipótese de desencadear um movimento armado contra o governo federal. Em fins de 1929, passaram a ser procurados por oficiais revolucionários de 1922 e 1924, como Antônio de Siqueira Campos, Newton Estillac Leal, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora, Leopoldo Néri da Fonseca, Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias. Esses contatos eram feitos no Rio, sendo Virgílio o principal intermediário entre os “tenentes” e os veteranos chefes políticos. Ao mesmo tempo, no Rio Grande do Sul, Osvaldo Aranha, secretário de Justiça do governo de Vargas, recebia Luís Carlos Prestes, então chefe supremo dos “tenentes” revolucionários.

Essa primeira fase do movimento conspirativo não implicava, ainda, uma preparação para a luta armada. Os contatos eram realizados paralelamente à propaganda eleitoral da Aliança Liberal, que obtinha um apoio popular crescente. A alguns dos participantes dos contatos que Virgílio intermediava, como o presidente mineiro Antônio Carlos, repugnava a idéia de uma revolução.

### PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 1930

Com a vitória de Júlio Prestes, ganhou alento a perspectiva de um movimento armado. Em 19 de março de 1930, contudo, o chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Antônio Augusto Borges de Medeiros, deu uma entrevista reconhecendo a vitória do candidato oficial e conclamando o governo gaúcho a cooperar com o eleito.

Ao mesmo tempo, entrou em contato com Virgílio, no Rio, João Batista Luzardo, um dos dirigentes do Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul, que lhe afirmou estarem as forças políticas gaúchas dispostas a adotar o caminho armado, sob a condição de que seu estado fosse acompanhado por Minas e pela Paraíba. Em 22 de março, foram ambos a Petrópolis (RJ) para entrar em entendimentos com o ex-presidente Epitácio Pessoa. Epitácio lhes disse que, antes de se pronunciar sobre a perspectiva da rebelião aberta,

preferia aguardar a tomada de posição de Antônio Carlos. Virgílio e Batista Luzardo seguiram imediatamente para Juiz de Fora (MG), onde se entrevistaram com o presidente de Minas. Luzardo foi autorizado a declarar aos chefes políticos gaúchos e a Eptácio Pessoa que Antônio Carlos e seu estado aceitariam a solução sediciosa caso o Rio Grande do Sul a adotasse.

Em 25 e 26 de março, Luzardo se reuniu em Porto Alegre com Osvaldo Aranha, Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, todos envolvidos na conspiração, e com Getúlio Vargas. De volta ao Rio no dia 28, relatou a Virgílio o resultado de seus contatos: Borges de Medeiros havia retificado suas declarações relativas à eleição de Júlio Prestes, Getúlio não deixara dúvidas quanto à sua disposição de desencadear o movimento, e Osvaldo Aranha se encontrava em plena atividade conspiratória.

Virgílio e Luzardo refizeram então o roteiro anterior. Antônio Carlos os autorizou a convidar o coronel João Xavier de Brito para dirigir, em Minas, a preparação revolucionária. Como Xavier de Brito estivesse doente, em estado desesperador, convidaram em seu lugar o capitão Néri da Fonseca e passaram a aguardar, no Rio, a chegada de Luís Aranha, que viria do Rio Grande do Sul com plenos poderes para discutir com Minas e com a Paraíba os termos em que os três estados se comprometeriam a entrar na revolução.

No dia 12 de abril, Virgílio, Luzardo e Luís Aranha transmitiram a Eptácio Pessoa o esquema de preparação do movimento. Osvaldo Aranha acelerava a conspiração, encomendando na Tchecoslováquia cerca de 16 mil contos de réis em material bélico e munições. O Rio Grande do Sul deveria participar com a metade dessa soma, cabendo seis mil contos a Minas e dois mil à Paraíba. Os três obtiveram em seguida o apoio resolutivo de Artur Bernardes e seguiram para Belo Horizonte, onde conversaram com Antônio Carlos e seus secretários de Justiça — Francisco Campos — e da Agricultura — Djalma Pinheiro Chagas. Ficou combinado que Minas daria a contribuição estipulada e que Francisco Campos acompanharia Luís Aranha ao Rio Grande do Sul, para verificar *in loco* o andamento dos preparativos.

Francisco Campos ficou no Rio Grande do Sul entre 18 e 27 de abril, quando voltou ao Rio de Janeiro. Depois de se entrevistar com Artur Bernardes, seguiu para Minas com Virgílio e

o capitão Néri da Fonseca. Antônio Carlos autorizou o início da preparação material do movimento.

Virgílio funcionou nessa fase como agente de ligação do setor mineiro com os demais, passando todo o tempo em viagens entre o Rio, Minas e São Paulo, sempre seguido pela polícia. Além disso, como o governo mineiro estivesse sem recursos financeiros que lhe permitissem pagar os seis mil contos devidos ao Rio Grande do Sul, e como suas operações de crédito no exterior estivessem sendo vigiadas pelo governo federal, Virgílio, usando suas relações sociais e de negócios, levantou três mil contos de réis, dos quais dois mil foram imediatamente enviados aos revolucionários gaúchos.

Em 1º de junho, Vargas lançou um manifesto à nação, denunciando os procedimentos do governo federal no processo eleitoral e afirmando não estar longe “a necessária retificação, para vermos a democracia brasileira no regime que exige a felicidade pátria”.

Dias depois, Virgílio voltou a Belo Horizonte para nova conversa com Antônio Carlos, acompanhando Pedro Ernesto Batista e Néri da Fonseca. Pedro Ernesto informou então que fora escolhida a data de 16 de julho, a ser confirmada oportunamente, para a deflagração do movimento. O presidente de Minas mostrou-se hesitante e criticou o que considerava como precipitação dos revolucionários gaúchos, pedindo a Pedro Ernesto que se fizesse portador dessa opinião.

Virgílio permaneceu em Belo Horizonte, já que, no Rio, passara a ser alvo de uma vigilância policial mais cerrada. Nesse período, ele e seus companheiros adotaram a tática de dar a Antônio Carlos uma visão artificialmente otimista da preparação do movimento. Mas não puderam impedir que, em meados de junho, o presidente do estado os acusasse de o estarem envolvendo, e a Minas Gerais, numa “aventura louca”. Segundo Virgílio, Antônio Carlos se mostrava “irredutível nos seus propósitos de fazer abortar o movimento”. Essa opinião é confirmada pelo fato de, em 17 de junho, Antônio Carlos ter ordenado a Francisco Campos que mandasse a Osvaldo Aranha um radiograma (cifrado, como todas as comunicações entre os conspiradores) em que considerava o movimento inteiramente sem articulação, deficientemente preparado e sem probabilidade de sucesso. Propunha ele uma concertação entre Minas e o Rio Grande do Sul com vistas a uma campanha política. Osvaldo Aranha respondeu instando o governo mineiro a se definir em relação à luta armada.

No dia 21, Francisco Campos voltou a se comunicar com Osvaldo Aranha, reiterando que Antônio Carlos preconizava, como diretriz, uma ação exclusivamente política, e concluindo com sua opinião de que o presidente mineiro queria evitar o movimento. Dois dias depois, veio a áspera resposta de Aranha: arcava o presidente de Minas com a inteira responsabilidade da desistência. Preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos procurou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas a Olegário Maciel, presidente estadual eleito em março. Virgílio, percebendo a manobra, obteve de Cristiano Machado, responsável pela pasta do Interior no secretariado escolhido por Olegário Maciel, que enviasse a este uma mensagem sugerindo-lhe uma resposta desencorajadora das pretensões de Antônio Carlos.

Em 27 de junho, depois de entendimentos realizados com a direção do PRM, Virgílio radiografou a Osvaldo Aranha dizendo-lhe que a situação não devia ser encarada com pessimismo, de vez que o presidente mineiro estava isolado em sua posição vacilante. Achava ainda que, se o Rio Grande do Sul exigisse o cumprimento do compromisso assumido, o próprio Antônio Carlos não faltaria à palavra dada. Osvaldo Aranha respondeu-lhe no dia seguinte: “Minha convicção você e eu vítimas mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe tão fraco que desanima os próprios soldados. Minha disposição inabalável abandonar vida política.” O recuo de Antônio Carlos deu por outro lado a Getúlio o pretexto de que precisava para recuar ele próprio. Osvaldo Aranha se demitiu da secretaria de Justiça do governo gaúcho. A primeira tentativa de desencadear a revolução fracassara.

Virgílio foi ao Rio para discutir a situação com João Neves, Lindolfo Collor e Maurício Cardoso, e acompanhou este último num novo périplo de conversações. Estiveram primeiro em Viçosa (MG), onde Virgílio obteve de Artur Bernardes uma carta dirigida a Olegário Maciel: “Não vejo saída digna para nós senão pela porta da revolução — única deixada aberta pelo inimigo.” Em Belo Horizonte, estiveram com Mário Brant e Djalma Pinheiro Chagas e resolveram voltar ao Rio, onde Maurício Cardoso aguardaria a chegada de Olegário Maciel, para entrevistar-se com ele na presença de Artur Bernardes e Lindolfo Collor. Ficou resolvido que Virgílio iria para o Rio Grande do Sul, onde atuaria na preparação do movimento armado e funcionaria como representante informal dos oposicionistas mineiros. Ele chegou a Porto Alegre na manhã de 27 de julho de 1930,

poucas horas depois da notícia de assassinato de João Pessoa em Recife. Entrou imediatamente em contato com Osvaldo Aranha e Getúlio, e visitou o quartel-general revolucionário na capital gaúcha. No início de agosto, recebeu a incumbência de conversar com o comandante do 8º Regimento de Infantaria (RI), sediado em Passo Fundo (RS), tropa mais próxima da fronteira com Santa Catarina e cuja neutralização era importante para a progressão das forças rebeldes rumo à capital federal. O comandante do 8º RI era o coronel Estêvão Leitão de Carvalho, que fora auxiliar de seu pai na Liga das Nações e em outras missões no exterior. Leitão de Carvalho concordou com todas as críticas de Virgílio ao governo de Washington Luís, mas declarou-se impedido de conspirar por sua consciência de militar, comprometendo-se apenas a guardar segredo da conversa.

No Rio, Maurício Cardoso falou com Olegário Maciel, que se declarou de acordo com o movimento armado, desde que ele ocorresse ainda sob o governo de Antônio Carlos, que lhe transmitiria a presidência de Minas em 7 de setembro. No Rio Grande do Sul, a preparação revolucionária ganhou alento com o regresso, em 14 de agosto, de João Alberto, que se retirara para Buenos Aires desde o fracasso de junho.

O estado-maior revolucionário que atuava na capital gaúcha era chefiado pelo coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Ele fora chamado a desempenhar essa função depois que Luís Carlos Prestes, até então considerado, segundo Virgílio, “no consenso de todos os elementos militares, e até mesmo da nação”, o chefe supremo da revolução, declinara, em maio, dos convites para liderá-la e proclamara sua adesão ao socialismo. Integravam ainda o estado-maior Osvaldo Aranha, João Alberto, Miguel Costa e Newton Estillac Leal. Virgílio, juntamente com os tenentes Herculino Cascardo, Armando Pinheiro de Andrade e Augusto Amaral Peixoto, era um dos auxiliares do estado-maior — o “tenente civil”.

Osvaldo Aranha marcara a deflagração do movimento para 26 de agosto, mas, poucos dias antes, ele e João Alberto chegaram à conclusão de que não havia preparação suficiente para que o movimento eclodisse antes da posse de Olegário Maciel. Numa situação marcada por desconfianças recíprocas entre os conspiradores dos diferentes estados, a notícia gerou uma grande tensão.

Mário Brant, Pinheiro Chagas e Pedro Ernesto dirigiram-se aos gaúchos afirmando que o movimento só seria possível até 7 de setembro. Antônio Carlos, por seu turno, comunicou-se diretamente com Getúlio para validar a hipótese de o movimento eclodir depois daquela

data, dizendo-se autorizado por Olegário Maciel a fazê-lo.

Em 11 de setembro, finalmente, Góis Monteiro e Osvaldo Aranha declararam a seus companheiros que a preparação estava concluída. No dia 25, Vargas e Osvaldo Aranha marcaram para 3 de outubro a data da deflagração da luta armada.

A revolução começou em Porto Alegre às 17:30h do dia 3 de outubro. Às 11 da noite estavam dominadas todas as guarnições militares da capital gaúcha, à exceção do 7º Batalhão de Cavalaria, comandado pelo coronel Benedito da Silva Acauã, que opôs encarniçada resistência aos rebeldes até constatar que seria inútil prosseguir lutando. Concordeu então em assinar uma rendição condicional, negociada por Góis Monteiro e redigida por Virgílio.

No dia 5, partiu de Porto Alegre rumo ao Rio o primeiro destacamento pesado dos revoltosos. Junto com esse destacamento seguiu João Alberto, acreditado como delegado militar da revolução em Santa Catarina e no Paraná. Virgílio foi um dos integrantes de seu estado-maior, incumbido de resolver as questões políticas. Chegaram ao Paraná em 10 de outubro. Em 24 de outubro, o quartel-general comandado por João Alberto, em Curitiba, recebeu a notícia da deflagração do movimento no Rio de Janeiro e da deposição de Washington Luís.

A ofensiva que estava sendo preparada em Itararé (SP), onde se concentravam 40 mil homens das tropas revolucionárias, foi suspensa por Góis Monteiro. Virgílio, Maurício Cardoso e Luís Aranha, do estado-maior de João Alberto, foram convocados por Góis para irem a Ponta Grossa (PR), onde o chefe militar e Vargas se mostravam apreensivos quanto ao rumo dos acontecimentos na capital da República. A junta governativa que assumira o governo mantinha uma atitude ambígua e havia nomeado o general legalista Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar, interventor federal em São Paulo.

Afrânio de Melo Franco fora nomeado ministro das Relações Exteriores pela junta ainda no dia 24. Góis Monteiro encarregou Virgílio de falar com seu pai para saber o que estava acontecendo. Afrânio disse não haver o que temer. A junta fizera apenas as nomeações indispensáveis à manutenção da ordem pública e aceitava que Vargas assumisse sua presidência.

Mas os planos de Getúlio não previam a partilha do poder, e ele encarregou Osvaldo Aranha de voar de Porto Alegre para o Rio, a fim de negociar com a junta sua posse no

governo da República. Em 3 de novembro, depois que a junta cedeu diante da ameaça de as tropas rebeldes prosseguirem em seu avanço rumo à capital, Vargas tornou-se chefe do governo provisório.

Virgílio, que chegou ao Rio em 29 de outubro, depois de 99 dias de ausência, não quis aceitar nenhum dos cargos que começaram a ser distribuídos entre os vitoriosos. Pretendia ser o interventor federal em Minas Gerais. No palácio do Catete e entre os tenentes, o cargo lhe era destinado. Osvaldo Aranha, em particular, estava empenhado em sua nomeação. Minas, porém, foi o único estado a não sofrer intervenção. Getúlio curvou-se às exigências das oligarquias mineiras e permitiu que Olegário Maciel continuasse no cargo para o qual fora eleito, conservando o título de presidente estadual.

Virgílio passou o final de 1930 e o início de 1931 doente. Em abril e maio, já recuperado, redigiu seu testemunho do movimento revolucionário. Escrito com vivacidade na base dos fatos ocorridos, veemente contra Washington Luís mas sóbrio em relação à atuação do autor, *Outubro, 1930* fez grande sucesso e teve quatro edições em dois meses. Em 27 de julho de 1931, Virgílio casou-se com Dulce de Melo Franco. Dulce era viúva de Alcides de Modesto Leal, filho do conde de Modesto Leal, e sobrinha de Alberto Boavista, do banco de mesmo nome.

### O ROMPIMENTO COM VARGAS

Apesar de não ocupar qualquer cargo público, Virgílio exerceu no período pós-revolucionário grande influência na política brasileira. Continuando em contato com seus companheiros militares de conspiração, funcionava como uma espécie de representante dos “tenentes” junto aos círculos governamentais, aos quais tinha acesso pessoalmente e através de seu pai, que fora confirmado no Ministério do Exterior por Getúlio. Além de influir politicamente nos jornais *Diário Carioca*, de José Eduardo de Macedo Soares, e *O Radical*, de João Alberto, participou das negociações para a fundação de *A Nação*. A cadeia dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que já contava então com seis jornais cotidianos, recebeu instruções governamentais para ficar sob seu controle político.

Mas sua atuação estava voltada principalmente para Minas. A permanência de Olegário Maciel à frente do governo discrepava do que havia ocorrido no resto do país. Além disso, Maciel se aproximava dos 80 anos de idade. Osvaldo Aranha, nomeado ministro da Justiça,



continuava empenhado em fazer de Virgílio interventor, estimando que ele tinha todas as condições para comandar a integração de Minas nos marcos do processo revolucionário, sobrepondo-se às oligarquias ainda dominantes.

A situação no estado era marcada pelo confronto entre dois blocos de forças, ambos de extração oligárquica. De um lado, situavam-se as forças aglutinadas no PRM e lideradas por Artur Bernardes, que continuava detendo grande influência política. De outro, as forças alojadas no governo do estado, apoiadas pela Legião de Outubro, organização de caráter fascistizante fundada por Francisco Campos, Amaro Lanari e Gustavo Capanema, secretário de Justiça de Olegário Maciel.

Em agosto de 1931, o PRM realizou uma convenção em Belo Horizonte, articulada com um levante militar visando a depor Olegário Maciel e colocar Virgílio à frente do governo. O golpe contava com o apoio de Osvaldo Aranha e o beneplácito de Vargas. Artur Bernardes se deslocara para a capital mineira com vários correligionários.

A tentativa foi desfechada pelo comandante do 12º Regimento de Infantaria, o coronel Júlio Pacheco de Assis, em cumprimento a ordens transmitidas por Osvaldo Aranha. O tumulto criado pela convenção do PRM resultou na detenção de Bernardes e outros membros do partido. A ameaça de resistência da parte de Maciel e Capanema, respaldados pela Força Pública, fez com que o ministro da Justiça recuasse e ordenasse ao mesmo coronel Pacheco de Assis a defesa do governo do estado.

No fim do ano, as forças antagonistas começaram a negociar um acordo, por iniciativa de Getúlio. A ideia era fundir num só partido o PRM e a Legião de Outubro. Em fevereiro de 1932, essa aliança foi batizada de Acordo Mineiro e traduziu-se na criação do Partido Social Nacionalista (PSN). Virgílio foi um dos articuladores do PSN e integrou sua comissão diretora, ao lado, entre outros, de Venceslau Brás, Artur Bernardes e Antônio Carlos. Vargas, prosseguindo em suas tentativas de pacificação política, tentou em seguida dar-lhes cunho nacional, com o concurso da Frente Única Gaúcha (FUG) e de sua congênere paulista. Entretanto, os entendimentos nesse sentido fracassaram, e Virgílio, percebendo que o PSN não serviria de fato a propósitos de pacificação, renunciou a seu posto na direção desse partido.

Virgílio de Melo Franco apoiou Vargas e o governo de que seu pai fazia parte contra a Revolução Constitucionalista de 1932. Derrotada esta, as forças políticas iniciaram um

processo de reorganização com vista às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), marcadas para 3 de maio de 1933. Virgílio atirou-se então a uma nova tentativa partidária, tornando-se um dos articuladores da criação do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, situacionista tanto no plano federal como no estadual. O PP enfrentou e derrotou o PRM nas eleições para a Constituinte, fazendo 31 deputados, entre os quais Virgílio, contra seis do partido de Bernardes.

O sonho longamente acalentado por Virgílio pareceu poder tornar-se realidade no início de setembro de 1933, quando Olegário Maciel faleceu. Seu nome, apoiado pelos “tenentes”, apareceu contraposto ao de Gustavo Capanema, candidato dos interesses oligárquicos, na disputa pela nomeação para a interventoria em Minas Gerais. No primeiro momento, Getúlio optou por seu nome e chegou a preparar o decreto de nomeação, mostrando-o a seu pai. Recebeu, entretanto, a visita de Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul, que argumentou importar a nomeação de Virgílio no rompimento da maioria da bancada mineira na Constituinte, liderada por Antônio Carlos, com o governo.

A Constituinte iniciou seus trabalhos em 15 de novembro de 1933. Setores militares tentaram conquistar sua presidência para um constituinte simpático aos “tenentes”, cogitando de Virgílio ou do general Cristóvão Barcelos. Seria esse o passo inicial para a candidatura de Osvaldo Aranha à presidência da República, na eleição indireta que encerraria os trabalhos da Assembleia. Vargas anulou contudo a manobra, contando, em relação às pretensões de Cristóvão Barcelos, com a colaboração do próprio Virgílio, que era defensor de Antônio Carlos.

O ex-presidente de Minas foi eleito presidente da Constituinte e Virgílio substituiu-o na liderança da bancada mineira, a mais numerosa e em sua quase totalidade favorável a Capanema, que desde setembro havia assumido a interventoria em Minas em caráter provisório. Enquanto Flores da Cunha patrocinava o nome de Capanema, Osvaldo Aranha continuava a considerar Virgílio como o homem capaz de “repor Minas na revolução, política e administrativamente”.

No início de dezembro, Virgílio e Capanema fizeram um acordo mediante o qual acatariam a decisão do chefe do governo provisório, já que este manifestava a intenção de escolher um dos dois. Getúlio, para contornar esse pacto que o constrangia, resolveu, por outro lado, pedir à direção do PP que organizasse uma lista de cinco nomes. A lista, na verdade, foi

rascunhada por Antônio Carlos na presença de Vargas. Excluindo os nomes dos dois principais concorrentes, incluiu, porém, por iniciativa de Getúlio e para surpresa de Antônio Carlos, o de Benedito Valadares, deputado relativamente obscuro cuja eleição para a Constituinte fora providenciada por Olegário Maciel. Morto seu padrinho, Benedito Valadares ficara “órfão”. E foi justamente o fato de não pertencer a qualquer das duas correntes que levou Getúlio a nomeá-lo interventor, em 12 de dezembro de 1933, desagradando às oligarquias e aos “tenentes”. Em sinal de protesto, pediram exoneração dois ministros — Afrânio de Melo Franco e Osvaldo Aranha, então no Ministério da Fazenda. Vargas não aceitou os pedidos, mas Afrânio, ao regressar da IV Conferência Internacional Americana, em Montevideú, não voltou mais ao Ministério das Relações Exteriores. Osvaldo Aranha reassumiu sua pasta poucos dias depois. A comissão diretora do PP concordou em solidarizar-se com a nomeação de Benedito Valadares, contra o voto solitário de Virgílio, que renunciou à liderança do partido na Constituinte e resolveu fundar um jornal oposicionista em Belo Horizonte, a *Folha de Minas*, tendo como diretor e editorialista principal seu irmão Afonso Arinos.

Candidato à Câmara dos Deputados nas eleições de 14 de outubro de 1934, Virgílio foi eleito apenas terceiro suplente, vendo-se na contingência de fazer um acordo em Minas para assumir sua cadeira na bancada do PP. Em 1935, recebeu uma carta de Luís Carlos Prestes pedindo-lhe apoio à Aliança Nacional Libertadora (ANL), mas se manteve alheio a esse movimento.

Após a tentativa insurrecional comunista de novembro de 1935, Getúlio estabeleceu a censura aos jornais. A *Folha de Minas*, que até então vendia bem, começou a declinar, sendo Virgílio e Afonso Arinos obrigados a fechar o jornal.

Quando começou a se colocar na vida política nacional o problema da sucessão de Vargas prevista para 1938, Virgílio, juntamente com Cristiano Machado e José Francisco Bias Fortes, começou a atuar visando à escolha de um candidato mineiro. Mas, após o lançamento da candidatura do paulista Armando de Sales Oliveira, aderiu à candidatura de José Américo de Almeida. José Américo tinha o apoio proclamado de Vargas e da maioria dos deputados federais. Por incumbência do presidente da República, sua candidatura foi lançada oficialmente em São Paulo, em maio de 1937, por Benedito Valadares, que continuava à frente do Executivo mineiro.

As eleições não chegaram, contudo, a se realizar. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio comandou um golpe e estabeleceu a ditadura do Estado Novo. Fechado o Congresso Nacional, Virgílio ficou sem seu mandato e mais nenhum cargo público. Osvaldo Aranha, em protesto contra o golpe, renunciou a seu cargo de embaixador nos Estados Unidos e voltou ao Brasil. Em março de 1938, entretanto, reconciliou-se com Getúlio e assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Convidou Virgílio para assumir a embaixada brasileira em Washington, mas ele não aceitou. Estava definitivamente rompido com Vargas e com a política oficial.

### O ESTADO NOVO E O *MANIFESTO DOS MINEIROS*

Virgílio de Melo Franco passou a dedicar-se então aos negócios. O mais importante deles foi o loteamento de terrenos adquiridos do conde Modesto Leal no bairro carioca do Jardim Botânico: ao lado de Otacílio Negrão de Lima, Virgílio de Melo Franco foi um dos fundadores e o administrador da Sociedade de Terrenos Urbanos Limitada (STUL). Mais adiante, fundou com seu sócio (com quem se desentenderia nos dois empreendimentos) a Companhia Pirapora, fornecedora de energia elétrica à cidade mineira de mesmo nome. A companhia tinha ainda uma pequena linha de navegação no rio São Francisco e algumas plantações. Depois de abandonar a Companhia Pirapora, continuou na STUL. Cultivou nesse período duas grandes amizades: a de José Francisco Bias Fortes, seu vizinho em Barbacena (MG), onde possuía uma fazendola; e a do escritor francês Georges Bernanos, chegado em 1930 ao Brasil, onde viveu até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em agosto de 1942 o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália, e a maior parte das forças políticas do país tendeu a uma linha de união nacional para fazer face ao esforço de guerra. Virgílio escreveu a Vargas: “Sinto-me perfeitamente à vontade para lhe fazer meu primeiro e último pedido. Confie-me V. Exa nesta hora sagrada de união nacional uma função qualquer — de preferência militar — onde acaso meus serviços possam ser úteis ao país.” Getúlio respondeu designando-o interventor federal no Banco Alemão Transatlântico, principal agência financeira do governo de Adolf Hitler no Brasil. Virgílio aceitou o encargo, mas não a remuneração e outras vantagens pecuniárias que o posto oferecia.

Em janeiro de 1943, quando Afrânio de Melo Franco faleceu, Vargas foi ao enterro e

visitou a família. Para agradecer-lhe o gesto, Virgílio voltou ao palácio do Catete depois de muitos anos de ausência. Recomeçou também a colaborar na imprensa, principalmente em *O Jornal*.

Seu pai morrera no dia da instalação solene da Sociedade Amigos da América (1º de janeiro de 1943), de cuja diretoria fazia parte. Virgílio ocupou-lhe imediatamente o lugar na entidade, que apoiava a participação do Brasil na guerra ao lado dos Aliados e desenvolvia uma pregação de cunho liberal, sob a presidência do general Manuel Rabelo, ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM).

Em 1943, Virgílio colaborou na revista *Diretrizes* com artigos semanais, em geral sobre política europeia. Em mais de uma ocasião auxiliou financeiramente a publicação que fora fundada por Samuel Wainer e que funcionou, procurando contornar a censura, como instrumento de resistência à ditadura.

No decorrer de 1943, um grupo de políticos oposicionistas mineiros se reuniu frequentemente em almoços no Rio: Virgílio e Afonso Arinos, Luís Camilo de Oliveira Neto, Odilon Braga, Pedro Aleixo e José de Magalhães Pinto. Queriam, aproveitando a marcha vitoriosa dos Aliados na guerra que se travava na Europa — com repercussões anti-Estado Novo no Brasil —, promover uma manifestação de personalidades de Minas Gerais a favor da democratização. Definida por Afonso Arinos e Odilon Braga a forma de um manifesto, um anteprojeto foi preparado por este último e levado ao escritório de Virgílio no Banco Alemão Transatlântico, onde se encontravam ainda Dario de Almeida Magalhães e Adauto Lúcio Cardoso. Virgílio redigiu um segundo esboço e Dario um terceiro. Após várias reuniões, verificando-se a impossibilidade da adoção de um dos três textos, Virgílio se encarregou de fundi-los num só, que foi levado a Minas e recebeu modificações e acréscimos de Milton Campos e Pedro Aleixo. Finalmente retocado por Afonso Arinos, o *Manifesto dos mineiros* foi distribuído clandestinamente com a data de 24 de outubro de 1943 (13º aniversário da Revolução de 1930), trazendo 76 assinaturas, às quais se juntaram posteriormente outras 16.

“Mal algum poderá advir, para o esforço de guerra do Brasil, do estudo e da preparação de planos para a ponderada reestruturação constitucional da República”, dizia o manifesto, acrescentando: “Se lutamos contra o fascismo... para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos

os direitos que as caracterizam.”

Getúlio preferiu responder ao documento com represálias econômicas. Todos os signatários do *Manifesto dos mineiros* que ocupavam cargos públicos foram demitidos. Virgílio, exonerado da interventoria no Banco Alemão Transatlântico em 7 de dezembro e prevendo as dificuldades que seu nome poderia trazer às diversas companhias privadas de que era diretor ou conselheiro, apresentou sua renúncia à Companhia Nacional de Cimento Portland, ao Banco Brasileiro de Crédito, ao Banco Mercantil de São Paulo, à Companhia Níquel Tocantins e à Companhia Frigorífico Iguaçu, ficando apenas na STUL, de que era o maior cotista.

Em 7 de setembro de 1944, Getúlio discursou acenando com a perspectiva de eleições logo após o fim da guerra. Nas semanas seguintes, Virgílio, juntamente com Juarez Távora, José Eduardo do Prado Kelly, Juraci Magalhães e Ari Parreiras, foi um dos articuladores da candidatura de Eduardo Gomes à sucessão presidencial.

Nos últimos dias do ano, a polícia carioca efetuou algumas prisões “em caráter preventivo”, sem dar maiores explicações. Virgílio, Adauto Lúcio Cardoso, Rafael Correia de Oliveira, Austregésilo de Ataíde e Dario de Almeida Magalhães passaram o Natal e o Ano Novo recolhidos ao Regimento de Cavalaria da Polícia Militar.

No final de janeiro de 1945, foi realizado em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), onde vigorava uma aliança de liberais e comunistas contra o regime ditatorial. Virgílio, que havia sido eleito para a ABDE quando se encontrava preso, foi delegado do Distrito Federal ao congresso, que aprovou uma declaração de princípios unânime em favor da democracia, contribuindo para abreviar o desmonte do Estado Novo.

Em 8 de fevereiro, Virgílio deu a *O Globo* uma entrevista reclamando plenas liberdades para as eleições que se anunciavam e afirmando que seus resultados seriam acatados com serenidade pelos opositores. Preconizou também o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Empenhou-se em seguida na articulação de um acordo entre todos os jornais do Rio para que estampassem, num mesmo dia, uma notícia que tivesse sido vetada ou não submetida à Divisão de Censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Fez várias tentativas fracassadas, juntamente com Luís Camilo de Oliveira Neto, até que os dois obtiveram de José Américo de Almeida que desse uma

entrevista — cujo teor foi francamente antiditatorial — a Carlos Lacerda. O texto foi entregue a vários jornais, mas coube ao *Correio da Manhã* dar o golpe de misericórdia na censura à imprensa, publicando a entrevista em 22 de fevereiro, com enorme repercussão. Em sua edição do mesmo dia, à tarde, *O Globo* lançou publicamente a candidatura de Eduardo Gomes.

No dia 28 de fevereiro, Vargas assinou a Lei Constitucional nº 9, prevendo eleições gerais, cuja data de realização viria a ser marcada 90 dias depois, através de decreto-lei. O mês de março foi pontilhado de manifestações antiditatoriais — de oposicionistas, como Prado Kelly, de figuras que haviam sido ligadas ao regime, como Francisco Campos, de professores de direito, de jornalistas e de escritores. Para contra-arrestar a candidatura de Eduardo Gomes, Vargas fez com que seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, se lançasse também candidato à presidência. Coube ao interventor mineiro Benedito Valadares fazer o lançamento oficial da candidatura, em São Paulo.

### A CRIAÇÃO DA UDN E A QUEDA DE VARGAS

Em torno da candidatura de Eduardo Gomes, por outro lado, foram se aglutinando participantes dos diversos movimentos e ações anti-Estado Novo que tinham progressivamente ganhado alento desde a entrada do Brasil na guerra. Essa aglutinação tomou corpo a partir de fins de fevereiro, incorporando lideranças dos antigos partidos estaduais, e desembocou na criação da União Democrática Nacional (UDN), que realizou sua primeira convenção nacional em 7 de abril de 1945. Em 21 de abril, três dias depois da concessão da anistia aos presos políticos pelo governo, uma segunda reunião da UDN designou seu primeiro diretório nacional, de 47 membros, entre os quais se incluía Virgílio. Nesse período, Virgílio foi um dos dirigentes udenistas que não se furtavam aos contatos com oposicionistas de todos os matizes, inclusive os comunistas. Esteve com Luís Carlos Prestes, mas pouco depois considerou que o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, então chamado Partido Comunista do Brasil (PCB), passara a “prestigiar o criador do Estado Novo”, atitude que “vinha quebrar a frente das forças populares e da unanimidade das elites intelectuais que se firmara no I Congresso Brasileiro de Escritores”. Em 28 de maio, as eleições foram marcadas para 2 de dezembro. Em 16 de junho, Eduardo Gomes apresentou em São Paulo a plataforma eleitoral da UDN. Em 17 de julho, a primeira

convenção nacional do Partido Social Democrático (PSD) homologou a candidatura de Dutra. Um mês depois, o diretório nacional da UDN aprovou a redação definitiva dos estatutos do partido e designou sua comissão executiva, presidida por Otávio Mangabeira e integrada por Valdemar Ferreira, Raul Fernandes, Odilon Braga, João Carlos Machado, Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti, José Augusto Bezerra de Medeiros e Filipe Moreira Lima. Virgílio foi designado secretário-geral da UDN.

Getúlio foi derrubado do poder por um golpe de Estado militar no dia 29 de outubro de 1945, quando crescia o movimento “queremista”, favorável à sua permanência na presidência paralelamente ao funcionamento de uma assembleia nacional constituinte. Assumiu seu lugar à frente do Executivo o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares. Confirmada a realização das eleições em 2 de dezembro, Virgílio dedicou-se inteiramente à campanha de Eduardo Gomes, recusando-se a ser incluído na relação de candidatos da UDN a deputado federal constituinte e preferindo influir no sentido da inclusão dos nomes de seu irmão, Afonso Arinos, e de José de Magalhães Pinto.

Nas eleições, Dutra teve 3.251.507 votos, contra 2.039.341 dados a Eduardo Gomes: respectivamente, 54% e 34% dos votantes. O PSD elegeu 26 senadores, contra dez da UDN e dois da coligação UDN-Partido Republicano (PR), e 151 deputados federais, contra 80 da UDN e três da coligação UDN-PR. Virgílio foi particularmente atingido pela derrota de seu partido e de Eduardo Gomes, os quais considerava expressões por excelência da luta antiditatorial, e pela vitória do PSD, formado por Vargas através dos interventores e do ministro da Guerra do Estado Novo, o general Dutra.

A posse do novo presidente foi em 31 de janeiro de 1946. Em abril, Virgílio reuniu anotações e documentos sobre o processo de formação da UDN e publicou *A campanha da UDN (1944-1945)*. Nesse livro, afirmava que “a grande campanha de que emergimos não terá sido estéril se, além do reinício do jogo das instituições democráticas, tiver dado ao país o grande ‘partido de centro inclinado para a esquerda’, em que Roosevelt sintetizava seu idealismo político”.

### A OPOSIÇÃO A DUTRA

Em maio de 1946, realizou-se uma convenção nacional da UDN. Nessa ocasião, Dutra ofereceu dois ministérios de seu governo aos udenistas. Sucederam-se as discussões



no diretório nacional da UDN, com Virgílio opondo irreduzível resistência à aceitação do acordo com Dutra, que era patrocinado pelo presidente do partido, Otávio Mangabeira. Mangabeira pensava na sucessão de Dutra, em 1950. Virgílio via em seu governo a continuação do Estado Novo, o que tornava impraticável qualquer acordo.

Em dezembro, os udenistas Raul Fernandes e Clemente Mariani foram nomeados, respectivamente, ministros das Relações Exteriores e da Educação e Saúde. A aceitação dos dois ministérios, fato consumado, mas que contava com a simpatia da direção udenista, foi submetida à votação e aprovada por ampla maioria. Isto levou Virgílio a renunciar ao cargo de secretário-geral do partido, para o qual foi designado Aliomar Baleeiro. Virgílio escreveu uma carta aberta a Otávio Mangabeira afirmando que em janeiro, antes da posse de Dutra, começara a “sentir que se prenunciava uma certa tendência demissionária nas nossas hostes”. Recusou o convite de Mangabeira e Raul Fernandes para representar a UDN na missão brasileira à Conferência de Paz, realizada em Paris em fevereiro de 1947.

Em janeiro de 1947, Otávio Mangabeira foi eleito governador da Bahia e passou a presidência do partido a José Américo de Almeida, mas sua política de colaboração com Dutra prosperaria, resultando no estabelecimento do “acordo interpartidário” (PSD, UDN e PR) um ano depois. O acordo garantiu a Dutra tranquila maioria para a aprovação no Congresso das matérias de maior importância. O que importava aos três partidos era, antes de tudo, a sucessão presidencial de 1950, que muitos políticos pretendiam ver resolvida sem disputa.

Ao deixar a secretaria geral da UDN, Virgílio foi indicado presidente da seção mineira do partido, em substituição a Pedro Aleixo, convocado por Milton Campos para integrar seu secretariado. Milton Campos, udenista, fora eleito governador de Minas Gerais em janeiro de 1947 por uma coligação partidária. Virgílio contara ser chamado a auxiliá-lo no governo mineiro, mas isto não ocorreu.

Encerrado em maio de 1948 seu mandato, Virgílio foi reconduzido à presidência da UDN mineira pela convenção nacional do partido. Atuou na política de seu estado com a orientação de unificar os udenistas. No plano nacional, queria que a UDN tivesse um candidato próprio — o brigadeiro Eduardo Gomes — à sucessão de Dutra. Com vista a essas eleições, foi procurado pelo deputado federal pessedista Juscelino Kubitschek para discutir o estabelecimento de um acordo entre a UDN e o PSD mineiros. Considerava que a

iniciativa em matéria de sucessão presidencial deveria partir dos políticos interessados, sem interferência do palácio do Catete.

Sua última iniciativa na área da imprensa foi a fundação, em 1948, do semanário *Política e Letras*, de vida efêmera.

Virgílio de Melo Franco morreu assassinado em sua casa do Jardim Botânico, no Rio, em 29 de outubro de 1948. Seu assassino foi um ex-empregado doméstico, Pedro Santiago Pereira, que ele matou também ao revidar os disparos recebidos. O crime, cujas motivações reais nunca foram desvendadas, permanece envolto em mistério.

Não teve filhos de seu casamento com Dulce de Melo Franco.

Escreveu *Outubro, 1930* (1931), *A campanha da UDN (1944-1945)* (1946) e *Sob o signo da resistência* (1947). Foi biografado por Carolina Nabuco em *A vida de Virgílio de Melo Franco* (1962).

O arquivo de Virgílio de Melo Franco encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Mauro Malin

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BENEVIDES, M. *UDN*; BOMENY, H. *Estratégia*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; CONG. BRAS. ESCRITORES I; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; *Correio da Manhã* (6/7/1947); COUTINHO, L. *General*; *Cronologia da Assembléia*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. BARRETO, A.; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Mendes*; FRANCO, A. *Escalada*; FRANCO, V. *Campanha*; FRANCO, V. *Outubro*; GODINHO, V. *Constituintes*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; HORTA, C. *Famílias*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (25/10/1980); KUBITSCHKE, J. *Meu*; LEVINE, R. *Vargas*; MENESES, R. *Dic.*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945; SOUSA, J. *Índice*; TORRES, J. *História de Minas*.

## **FREIRE, ANÍBAL**

\*jornalista; dep. fed. PE 1909-1911 e 1924; min. Faz. 1925-1926; dep. fed. PE 1927-1930; consult.-ger. Rep. 1938-1940; min. STF 1940-1951.

*Aníbal Freire da Fonseca* nasceu em Lagarto (SE) no dia 7 de julho de 1884, filho de Antônio Cornélio da Fonseca e de Júlia Freire da Fonseca. Seu pai era advogado provisionado. Seu tio Laudelino Freire, filólogo e dicionarista, foi membro da Academia Brasileira de Letras e um dos redatores do anteprojeto de Constituição encomendado pelo ministro da Justiça Francisco Antunes Maciel em 1932.

Aníbal Freire fez o curso secundário no Ateneu Sergipano, em Aracaju. Coursou em seguida as faculdades de direito da Bahia, do Rio e de Recife, bacharelando-se por esta última em 1903. Começou a carreira na imprensa aos 14 anos de idade, em Aracaju, colaborando em *O Tempo* (1898 e 1899), *O Porvir* (1900) e *O Estado de Sergipe* (1899 e 1903). Colaborou também, em 1901, nos jornais cariocas *Cidade do Rio* e *Gazeta da Tarde*. Tornou-se em 1902 redator principal do *Diário de Pernambuco*, de Recife, onde ficaria até 1911. Antes mesmo de se formar em direito, serviu como promotor em Aracaju durante os períodos de férias escolares de 1902.

Em 1904, já formado e instalado como advogado em Recife, tornou-se inspetor de seguros em Pernambuco. Em 1907, fez concurso para lente substituto de economia política, finanças e direito administrativo na faculdade pela qual se formara. Tirou segundo lugar (o primeiro coube a um professor veterano, Hercílio de Sousa), mas foi escolhido pelo presidente da República Afonso Pena — a quem cabia decidir a partir de uma lista tríplice — para ocupar o posto. Tornou-se assim, aos 23 anos de idade, o mais jovem professor da Faculdade de Direito do Recife. Sua prova escrita — “Bancos e suas espécies; quais os perigos a que se expõem os bancos que comanditam diretamente as indústrias?” — foi considerada brilhante.

## **NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

No mesmo ano de 1907, foi eleito deputado à Câmara estadual de Pernambuco, da qual se tornou vice-presidente. Foi também nesse período que se casou com Maria das Dores Rosa e Silva da Fonseca, filha do ex-vice-presidente da República (1898-1902) e

então senador Francisco de Assis Rosa e Silva, homem forte da política pernambucana. Em seguida, nos anos de 1908 e 1909, foi secretário-geral do estado de Pernambuco, no governo de Herculano Bandeira de Melo, aliado de Rosa e Silva. Em julho de 1909, foi eleito deputado federal por Pernambuco, tomando posse em setembro.

Quando o marechal Hermes da Fonseca assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1910, designou para o Ministério da Guerra o general Emídio Dantas Barreto. Os adversários de Rosa e Silva na política pernambucana resolveram então lançar a candidatura de Dantas Barreto ao governo do estado. Em setembro de 1911 Herculano Bandeira de Melo renunciou, sendo substituído pelo presidente da Câmara estadual, Estácio Coimbra. Rosa e Silva e Dantas Barreto defrontaram-se nas eleições, e cada um interpretou a seu favor os resultados das urnas. Os adversários do ministro da Guerra, temendo violências, fugiram. Depois de ser reconhecido presidente do estado pela Câmara, onde predominavam seus partidários, Dantas Barreto foi empossado pela tropa federal em 19 de dezembro de 1911.

Na Câmara dos Deputados, Aníbal Freire reagiu energicamente contra a conduta seguida pelo presidente Hermes da Fonseca no episódio das eleições pernambucanas. Assim, enquanto seu sogro era deslocado de sua posição dominante em Pernambuco, entrou para o rol dos antagonistas do governo federal. Consequentemente, não foi reeleito no pleito de janeiro de 1912, afastando-se do Congresso e viajando para a Europa após o término de seu mandato.

De volta ao Brasil, ingressou em 1913 no Conselho Superior de Ensino, onde ficaria até 1923. Publicou em 1915 um livro que aumentou seu prestígio junto aos círculos políticos e acadêmicos, *Do Poder Executivo na República brasileira*. Em dezembro de 1916 foi nomeado catedrático de direito administrativo da Faculdade de Direito do Recife. No fim da década de 1910, sustentou através da imprensa, com o líder comunista Cristiano Cordeiro, uma polêmica que ficou famosa sob o título genérico de “Doutrina contra doutrina”.

Novamente no Rio, Aníbal Freire passou a colaborar no *Jornal do Brasil*, como vários outros expoentes do mundo cultural. A partir de 1922, passou a ser diretor do jornal. Acumulou também o cargo de redator-chefe até 1924, quando foi novamente eleito deputado federal por Pernambuco. Empossado em maio, passou a atuar com destaque na

Comissão de Finanças da Câmara.

Desde o início do governo de Artur Bernardes, em 1922, o ministro da Fazenda era Rafael Sampaio Vidal e o presidente do Banco do Brasil era Cincinato Braga, ambos paulistas e representantes dos interesses ligados à produção e à comercialização do café em seu estado. Sua política financeira visava à elevação do preço do café no exterior, mediante a compra do produto pelo governo federal, que para tanto era compelido a realizar emissões monetárias. Em 1923, autorizado pelo Legislativo, o ministro Sampaio Vidal firmou com o Banco do Brasil um contrato segundo o qual ficava este com o “privilégio exclusivo da emissão”. Novas emissões começaram a ser feitas em larga escala. Em 1924, a moeda brasileira estava desvalorizada, os preços subiam, e a carestia provocava a ameaça de greves nos principais centros do país. Uma missão inglesa concluiu que era imperioso equilibrar o orçamento da República.

Artur Bernardes provocou então a demissão de Sampaio Vidal e de Cincinato Braga. Para substituir o primeiro, convocou Aníbal Freire, que renunciou ao mandato parlamentar e tomou posse em 2 de janeiro de 1925. Essa nomeação concorreu para aproximar o *Jornal do Brasil*, que apoiara Nilo Peçanha no pleito presidencial de 1922, do governo Bernardes. Aníbal Freire aplicou na pasta da Fazenda uma política deflacionária e de contenção dos gastos públicos. No dia mesmo de sua posse decretou a suspensão das obras públicas, e, com a Lei de Meios de 12 de janeiro, suprimiu toda uma série de vantagens de que eram beneficiários certos segmentos do funcionalismo. Não conseguiu o equilíbrio orçamentário — e entre as razões que invocou depois para explicar esse insucesso estavam as despesas feitas pelo governo para combater as rebeliões militares eclodidas em 1924 —, mas o déficit se reduziu em 1925 a menos de 10% do montante atingindo em 1923. Até o mês de maio, centenas de milhares de contos de réis foram recolhidos à Caixa de Amortização. Ainda em 1925, as cotações da libra esterlina e do dólar foram 13% e 15% mais baixas, respectivamente, do que no início do governo de Bernardes, e o índice do custo de vida aumentou menos de 3% ao ano. Finalmente, como ministro da Fazenda, Aníbal Freire iniciou a implantação do Imposto de Renda, num sistema ainda inteiramente baseado em taxações indiretas.

Aníbal Freire deixou o cargo em 15 de novembro de 1926, quando Washington Luís assumiu a presidência da República e nomeou para a pasta da Fazenda Getúlio Vargas, até

então líder da maioria na Câmara dos Deputados. Em 1927 foi reeleito deputado federal por Pernambuco e voltou à atividade plena no *Jornal do Brasil* como diretor-secretário. Obteve nova reeleição em março de 1930, mas seu último mandato parlamentar foi interrompido pela Revolução de outubro, que levou ao fechamento do Congresso.

#### NO PÓS-1930

No primeiro momento, Aníbal Freire esteve ameaçado de ser exilado pelo governo revolucionário. O *Jornal do Brasil* foi invadido e empastelado, deixando de circular durante quatro meses. Afastado da direção do jornal em virtude de seu comprometimento com o governo deposto de Washington Luís, passou então a exercer a advocacia. A mudança do quadro político-institucional produzida pela eleição e instalação da Constituinte de 1934 permitiu entretanto sua volta ao cargo de diretor-secretário do *Jornal do Brasil*. Nesse mesmo ano, foi nomeado para o Conselho Nacional de Educação, onde permaneceria até 1940.

Em 1937, o *Jornal do Brasil* apoiou o golpe que implantou o Estado Novo, considerando-o uma alternativa válida para resolver a crise política nacional. Durante a ditadura estadonovista, o jornal manteve relações cordiais com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado da censura, e foi simpático à legislação trabalhista e à política econômica de Getúlio Vargas. Em 1938, Aníbal Freire foi nomeado consultor-geral da República, cargo que ocupou até julho de 1940, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Como ministro do STF, participou de vários julgamentos importantes. Em abril de 1945, na agonia do Estado Novo, foi o relator do *habeas-corpus* impetrado em favor de Armando de Sales Oliveira, Otávio Mangabeira e Paulo Nogueira Filho, que haviam sido condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional e estavam exilados. Seu voto, anulando o processo por vício da citação edital dos pacientes e permitindo seu retorno ao Brasil, foi acompanhado pela unanimidade dos juízes.

Em 29 de outubro de 1945, quando ficou decidido que o presidente do STF, José Linhares, assumiria a presidência da República em face da deposição de Getúlio Vargas, Aníbal Freire foi convidado a voltar ao Ministério da Fazenda. Declinou do convite de seu colega do Supremo e sugeriu-lhe que, se pretendia homenagear o *Jornal do Brasil*, oferecesse o

cargo ao ex-ministro da Viação e diretor do jornal José Pires do Rio, o que efetivamente aconteceu.

Nos últimos anos da década de 1940, mas sobretudo em 1947, foram julgados pelo STF vários mandados de segurança e representações visando à declaração de inconstitucionalidade de dispositivos das constituições estaduais aprovadas pelas assembleias legislativas de vários estados. Em alguns casos, como o do Ceará, o primeiro a ser julgado, as constituições tinham feição ou tendências parlamentaristas que foram rejeitadas pelo STF. Votando sempre com a maioria ou a unanimidade de seus colegas, Aníbal Freire reafirmou sistematicamente o caráter presidencialista do regime definido pela Constituição de 1946.

Participou também das decisões unânimes do STF que negaram: 1) o *habeas-corpus* requerido por Luís Carlos Prestes, Maurício Grabois e João Amazonas após o cancelamento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 7 de maio de 1947, do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil (o *habeas-corpus* visava a garantir a existência do PCB como sociedade civil e o acesso de seus dirigentes às sedes do partido, ocupadas pela polícia, e foi julgado em 28 de maio de 1947); 2) o recurso extraordinário do PCB contra a decisão do TSE de cancelar seu registro, julgado em 14 de abril de 1948; 3) o mandado de segurança impetrado por vários deputados federais comunistas contra a decisão da mesa da Câmara de cassar os mandatos de representação do partido, julgado em 18 de maio de 1949; 4) o mandado de segurança impetrado por Luís Carlos Prestes contra a decisão da mesa do Senado de cassar seu mandato de senador, julgado em 25 de maio de 1949.

Aníbal Freire foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em setembro de 1948, na vaga de Roberto Simonsen, tomando posse em maio seguinte. Aposentou-se do STF, a pedido, em 30 de maio de 1951, voltando à direção do *Jornal do Brasil*.

Nos últimos anos de sua atividade como diretor do jornal, encerrada em 1961, apoiou, ao lado da condessa Maurina Pereira Carneiro, presidente, e de Manuel Francisco do Nascimento Brito, também diretor, a grande reformulação introduzida na forma gráfica e no conteúdo do *Jornal do Brasil*. O processo de reformulação, iniciado em 1956 com a publicação do suplemento dominical, encontrara resistência por parte de integrantes da equipe apegados à feição tradicional do periódico.

Aníbal Freire faleceu no Rio de Janeiro em 22 de outubro de 1970.

Escreveu *Do Poder Executivo na República brasileira* (1915), *Discursos* (1934), *Pareceres e votos* (1948), *Aloções* (1948), *Filinto de Almeida e Roberto Simonsen: notas bibliográficas* (1952), *Rosa e Silva (escorço biográfico)* (1957) e *Conferências e aloções* (1958), além de numerosos artigos, discursos, conferências, ensaios e relatórios publicados na imprensa desde 1898.

Mauro Malin

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMORA, P. *Bernardes*; BALEEIRO, A. *Supremo*; BITTENCOURT, L. *Homens* (v.1); BULHÕES, A. *Ministros*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. CONSULT. GER. REP.; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, E. *Efemérides*; COSTA, E. *Grandes*; COUTINHO, A. *Brasil; Digesto Econômico* (7/1961, 7/1964, 11/1970 e 1/1971); *Encic. Mirador*; GALVÃO, F. *Fechamento; Globo* (23/10/1970); *Grande encic. portuguesa*; GUARANÁ, M. *Dic.; Jornal do Brasil* (23/10/1970); *Jornal do Comércio*, Rio (11/11/1934, 28/8/1955); LIMA, J. *Como*; MENESES, R. *Dicionário*; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1945; *Veja* (10/1970); SOUSA, J. *Índice*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário; Voz da Unidade* (22/5/1980).



**FREIRE, Antônio da Silva**

\*dep. fed. PI 1914-1917, 1919-1920 e 1927-1929.

*Antônio da Silva Freire* foi eleito deputado federal pelo Piauí em 1914, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e exerceu o mandato até dezembro de 1917. Na legislatura seguinte só voltou a assumir uma cadeira na Câmara em maio de 1919 e exerceu o mandato até dezembro do ano seguinte. Tornou a ser eleito deputado federal pelo Piauí em 1927. Permaneceu na Câmara dos Deputados de maio desse ano até dezembro de 1929, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

## **FREIRE, ARI SALGADO**

\*militar; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930.

*Ari Salgado Freire* nasceu no Rio Grande do Sul no dia 7 de agosto de 1898, filho de Claudino César Freire.

Sentou praça em maio de 1918, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Aspirante a oficial em janeiro de 1921, passou a servir em Alegrete (RS), sendo promovido a segundo-tenente em maio do mesmo ano e a primeiro-tenente em setembro de 1922.

Quando serviu em São Luís Gonzaga (RS), em outubro de 1924, ocorreu a sublevação de unidades militares gaúchas sob a liderança do capitão Luís Carlos Prestes. Desertou então do Exército e uniu-se às tropas rebeldes. Deixando o Rio Grande do Sul, em abril de 1925 os revoltosos juntaram-se no oeste do Paraná aos “tenentes” que em julho do ano anterior se haviam sublevado em São Paulo sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, e constituíram a Coluna Miguel Costa-Prestes. Liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, a coluna percorreu o interior do país através de 13 estados, dando combate às tropas legais. Tendo exercido diversas funções na coluna, Salgado Freire foi comandante do 4º Destacamento em substituição a Djalma Dutra, por ocasião da viagem deste a Paso de Los Libres, na Argentina, para encontrar-se com Isidoro Dias Lopes. Com o fim do governo de Artur Bernardes e a posse de Washington Luís, a coluna abandonou os combates em 1927, internando-se na Bolívia (fevereiro) e no Paraguai (março).

De volta ao Exército em 1928, Salgado Freire passou a servir em Bajé (RS) e depois em Bela Vista (RS). Aí se encontrava quando foi deflagrada a Revolução de 1930, durante a qual integrou as forças revolucionárias, atuando no comando do 6º Regimento de Cavalaria Independente, em Itapetininga (SP). Com a vitória do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, foi promovido a capitão em agosto de 1931, retornando ao sul do país para servir em Alegrete (RS).

Em 1932 cursou a Escola de Cavalaria, no Distrito Federal, e no ano seguinte passou a servir no gabinete do ministro da Guerra, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso. Em 1934 fez o curso de aperfeiçoamento de capitães e subalternos, e de 1935 a 1936 comandou o 2º Esquadrão da Guarnição de Castro (PR). Desse último ano a 1937 serviu na guarnição

de Três Corações (MG). Promovido a major em setembro de 1937, passou a servir no Regimento Escola de Cavalaria (Regimento Andrade Neves), no Rio de Janeiro. De 1938 a 1940 serviu em São Paulo, e em agosto de 1941 chegou a tenente-coronel. Nomeado nesse ano chefe de gabinete da Diretoria de Cavalaria, no Distrito Federal, assumiu a seguir o comando do 3º Regimento de Cavalaria Divisionária (Regimento Osório), na guarnição de Porto Alegre, e permaneceu nesse posto até 1944, quando foi promovido a coronel. Comandante do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (Dragões da Independência), no Distrito Federal, de 1945 a 1946, passou para a reserva no ano seguinte.

Foi também comandante da Guarda Civil.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 29 de janeiro de 1964.

FONTES: ENTREV. PEIXOTO, A.; MACEDO, R. *Efemérides*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1942); SILVA, H. 1926.

## **FREIRE, BRASILIANO AMERICANO**

\*militar; rev. 1922; rev. 1930; ch. Dir. Pess. Ex. 1947-1949; comte Zona Mil. Norte 1950-1951; emb. Bras. Paraguai 1951-1952.

*Brasiliano Americano Freire* nasceu em Uruguaiana (RS) no dia 26 de setembro de 1892, filho do almirante George Americano Freire e de Doralisa Botafogo Freire.

Fez seus estudos no Colégio Militar do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, e diplomou-se em 1910. Sentou praça em março de 1911, ingressando na Escola Militar do Realengo, também no Rio de Janeiro. Declarado aspirante a oficial da arma de cavalaria em janeiro de 1914, foi promovido a segundo-tenente em abril de 1916 e a primeiro-tenente em julho de 1919, sendo nomeado em 1920 instrutor do Colégio Militar e, no ano seguinte, instrutor da Escola Militar.

Comandando um pelotão de cavalaria de alunos da Escola Militar, participou da Revolta de 5 de julho de 1922, movimento deflagrado no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. A revolta envolveu, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar, e, em Mato Grosso, o contingente do Exército local, sendo debelada no mesmo dia. Preso e processado, Brasiliano Americano conseguiu escapar da prisão em 1925.

Durante a Revolução de 1930 organizou e comandou um destacamento revolucionário na cidade de Porto Novo do Cunha (MG), com o qual invadiu o estado do Rio de Janeiro, apoderando-se de vários municípios. Anistiado logo após a vitória do movimento revolucionário, foi promovido a capitão em novembro de 1930, com efeito retroativo a 1927, e nomeado secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro durante a interventoria de Plínio de Castro Casado. Permaneceu no cargo até 1931, sendo promovido a major em agosto desse ano. Nessa época, integrou o Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931, congregando as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas introduzidas pela Revolução de 1930.

Em 1932 matriculou-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Rio de Janeiro. Nesse

mesmo ano participou do combate à Revolução Constitucionalista de São Paulo, durante a qual serviu no estado-maior do destacamento do Exército Leste, sob o comando do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Deflagrado em julho, o movimento terminou em outubro com a vitória das forças legalistas.

Cursou a Escola de Estado-Maior do Exército a partir de 1933, sendo designado em 1935 para atuar junto ao estado-maior da 8ª Região Militar (8ª RM), sediada em Belém, do qual foi chefe interino a partir de 1936. Promovido a tenente-coronel em setembro do ano seguinte, exerceu em 1938 a função de subdiretor da Remonta do Exército. Foi comandante interino da 4ª Brigada de Cavalaria, em Livramento (RS), em 1939, e comandante do 5º Regimento de Cavalaria Independente, em Quaraí (RS), em 1940. Promovido a coronel em agosto desse ano, comandou o 8º Regimento de Cavalaria Independente, em Uruguaiana, e, a seguir, a 2ª Divisão de Cavalaria, com sede na mesma cidade. Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) a partir de 1942, comandou em seguida a 3ª Divisão de Cavalaria, sediada em Bajé (RS).

General de brigada em novembro de 1944, foi nomeado comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, em Santiago do Boqueirão (RS). Designado primeiro chefe da Diretoria de Pessoal (atual Departamento Geral de Pessoal) do Exército a partir de março de 1947, no ano seguinte foi promovido a general de divisão. Deixou a Diretoria de Pessoal em fevereiro de 1949, substituído pelo general Otávio Aché, e foi designado para o comando da 3ª RM, sediada em Porto Alegre. Em maio do ano seguinte foi nomeado para substituir o general Alexandre Zacarias de Assunção como comandante da Zona Militar Norte (atual IV Exército), passando a acumular os dois cargos. Em abril de 1951 transferiu o comando da Zona Militar Norte para o general Canrobert Pereira da Costa e, em dezembro, foi nomeado embaixador em comissão no Paraguai em substituição a Agberto da Silva Mafra. Permaneceu no posto até abril de 1953, quando foi substituído por Wagner Pimenta Bueno. Faleceu em 1953.

Era casado com Berta Ewerton Americano Freire, com quem teve quatro filhos.

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; COUTINHO, A. *Brasil*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; SILVA, H. 1922; TÁVORA, J. *Vida*.

## **FREIRE, Felisbelo**

\*pres. SE 1889-1890; const. 1891; dep. fed. SE 1891-1892; min. Faz. 1893-1894; dep. fed. SE 1897-1899, 1903-1905 e 1909- 1916.

*Felisbelo Firmo de Oliveira Freire* nasceu em Itaporanga (SE) em 30 de janeiro de 1858, filho do coronel Felisbelo Firmo de Oliveira Freire e de Rosa do Amarante Góis Freire.

Iniciou os estudos secundários no Ateneu Sergipense, em Aracaju, completando-os na cidade de Salvador. Prosseguiu os estudos na capital baiana, onde obteve o grau de doutor em medicina em 1882 com a tese “Das complicações cardíacas nas diversas formas de nevrite e sua patogenia”. Recém-formado, regressou à província natal e trabalhou como clínico na cidade de Laranjeiras. Colaborou na imprensa política, defendendo idéias abolicionistas e contrárias ao regime monárquico. Fez contínua propaganda republicana, tendo como companheiros Baltasar de Araújo Góis, Fausto Cardoso e Josino de Meneses. Fundou os periódicos *O Horizonte* e *O Laranjeirense*, este último, órgão do Clube Republicano local, ao qual pertencia.

Passou a viver na cidade do Rio de Janeiro meses antes da queda do gabinete do visconde de Ouro Preto e do fim da monarquia, em 15 de novembro de 1889. Voltou então para Sergipe, nomeado presidente do estado por decreto do governo provisório da República chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Tomou posse 13 de dezembro de 1889, em substituição à junta provisória formada por Baltasar Góis e Antônio José de Siqueira Meneses, e exerceu o cargo durante oito meses, até 17 de agosto de 1890. Republicano histórico, mesmo evitando maiores confrontos na implantação do novo regime, buscou superar as dificuldades do serviço público local e adaptá-lo às novas instituições políticas. Recebeu o apoio de Olímpio Campos, político oriundo das hostes do Partido Conservador, que se tornou nesse período presidente do Conselho Governativo da Intendência de Aracaju.

Tendo encontrado as finanças sergipanas com elevado déficit, mesmo nesse quadro de restrições iniciou obras de construção de diversos trechos de estradas de ferro. Reorganizou

também a Biblioteca Pública de Aracaju. Enfrentou surtos de varíola e paludismo, que lhe valeram os primeiros ataques da oposição. Forte campanha na imprensa foi feita contra o seu governo, principalmente após a decisão de diminuir o contingente da força policial e o número de funcionários públicos, a fim de reduzir gastos. Desgastado politicamente, após negar o apoio esperado ao coronel Rosa Júnior na chapa para o Senado, foi demitido pelo marechal Deodoro da Fonseca, sendo substituído pelo vice-presidente estadual Augusto César da Silva.

Eleito para a Assembleia Nacional Constituinte em setembro de 1890, tomou posse em novembro seguinte e esteve entre os participantes da Comissão dos 21, que redigiu o anteprojeto de Constituição, tendo-se incumbido do capítulo da reorganização dos estados. Enquanto representante de Sergipe, defendeu a necessidade de uma divisão mais equânime do território nacional, questionando a perda de terras de seu estado para a Bahia. Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a exercer o mandato ordinário. Deixou, porém, a Câmara dos Deputados antes do fim da legislatura para assumir o Ministério da Fazenda de abril de 1893 a agosto de 1894, durante o governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Acumulou o cargo com o de secretário dos Negócios Exteriores de abril a junho de 1893.

Após um grupo do alto oficialato da Marinha, entre os quais se incluíam os almirantes Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk e Saldanha da Gama, ter contestado a permanência do marechal Floriano no governo e liderado uma manifestação armada pela imediata convocação de eleições, conforme previa a Constituição no caso de renúncia presidencial – o que havia ocorrido com o marechal Deodoro em 23 de novembro de 1891 –, foi um dos responsáveis pelas medidas de exceção contra o movimento, conhecido como Revolta da Armada.

Após deixar o cargo de ministro, voltou a exercer a medicina e dedicou-se à pesquisa histórica e à divulgação científica. Em 1896, lançou *História do Brasil e Elementos de história natural: botânica e zoologia*, ambos para uso nas escolas primárias e com a aprovação Conselho de Instrução da capital federal. Retornou à política no ano seguinte e

reelegeu-se deputado federal para legislatura 1897-1899. Novamente candidato em 1900, não teve sucesso. Conquistou seu terceiro mandato na Câmara apenas quatro anos depois, na legislatura 1903-1905. Durante a sua trajetória, filiou-se ao Partido Republicano Sergipense e ao grupo político do monsenhor Olímpio Campos – antigo político do Império, organizador da política oligárquica em Sergipe com o apoio do presidente Campos Sales –, com o qual veio a romper mais tarde, aproximando-se, em 1906, do Partido Progressista de Fausto Cardoso. Conquistou mais três mandatos de deputado federal por Sergipe, completando-os nas legislaturas 1909-1911 e 1912-1914, e deixando o último interrompido devido à sua morte, em 7 de maio de 1916.

Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro do Instituto Arqueológico de Pernambuco.

Escreveu inúmeros artigos na imprensa e publicou, entre outros, *História de Sergipe: 1575-1855* (1891); *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (3 vols., 1895); *Noções de direito pátrio e economia política* (1896); *História territorial do Brasil* (1906); *Direitos do Amazonas sobre o território do Acre: estudo histórico e político* (1906); *História do Banco do Brasil* (1907); *Os portugueses no Brasil: estudo histórico e crítico* (1907); *Os bastidores da política no Brasil: vida íntima de D. Pedro II e os grandes homens do segundo Império* (1911).

Sérgio Montalvão

FONTES: DANTAS, J. *História*; FREIRE, A.; CASTRO, C. *Bases*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; PASSOS, A. *Primeiro*.



**FREIRE, MATIAS**

\*religioso; rev. 1930; dep. fed. PB 1935-1937.

*Matias Freire* nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no dia 21 de agosto de 1882. Após cursar o secundário no seminário de sua cidade natal, ordenou-se padre em Recife. De volta à Paraíba, além de dedicar-se à poesia e à filologia, foi professor e diretor da antiga Escola Normal e do Liceu Paraibano, e publicou na imprensa local artigos que muitas vezes provocaram crises. A partir de 1908 exerceu também vários mandatos de deputado estadual, chegando a presidir a Assembleia do estado em 1913. Nesse mesmo ano, foi escolhido pelo presidente estadual João Pereira de Castro Pinto para representar a Paraíba no V Congresso Brasileiro de Esperanto, realizado no Rio de Janeiro.

Participou da Revolução de 1930, comissionado no posto de major. Em outubro de 1934 foi eleito deputado federal pela Paraíba e cumpriu o mandato de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e sócio-fundador da Academia Paraibana de Letras.

Faleceu no dia 30 de março de 1947.

FONTES: *Almanaque da PB*; BITTENCOURT, L. *Homens* (v.2); *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; *Diário do Congresso Nacional*; FREIRE, G. *Ordem*; MAIA, S. *Crônicas*; PINTO, L. *Antologia*.

## **FREIRE, Muniz**

\*const. 1891; dep. fed. ES 1891-1892; pres. ES 1892-1896 e 1900-1904; sen. ES 1904-1915.

*José de Melo Carvalho Muniz Freire* nasceu em Vitória a 13 de julho de 1861, filho de Manuel Feliciano Muniz Freire e de Maria Emília de Melo Muniz Freire. Seu pai, engenheiro, foi deputado provincial, redator e um dos proprietários do jornal do Partido Liberal nos anos 1860. Sua mãe pertencia a uma família poderosa de Vitória.

Órfão ainda na infância, foi criado pelos avós maternos, José de Melo Carvalho e Emília Maria Pinto de Melo. Estudou em Vitória, no Ateneu Provincial, e ainda estudante participou da fundação de dois jornais literários. Em 1877 iniciou o curso da Faculdade de Direito do Recife, mas concluiu o bacharelado na de São Paulo, em 1881. Nas duas escolas continuou sua atividade jornalística, tornando-se, na última, redator-chefe do jornal dos estudantes liberais, *O Liberal Acadêmico*.

Em 1882 voltou a Vitória, já casado com Colatina Soares de Azevedo, jovem da elite paulista, neta do barão de Paranapanema. Em dezembro do mesmo ingressou na Loja Maçônica União e Progresso, da qual se tornaria membro influente. Abriu um escritório de advocacia junto com Afonso Cláudio de Freitas Rosa, e fundou, junto com Cleto Nunes, o primeiro jornal diário capixaba, *A Província do Espírito Santo* (depois *Estado do Espírito Santo*). Engajou-se na campanha abolicionista e foi eleito deputado provincial pelo Partido Liberal. Em seguida integrou a Câmara Municipal de Vitória, que chegou a presidir. Em 1885, escreveu uma série de cartas a dom Pedro II, protestando contra medidas contrárias aos interesses do Espírito Santo tomadas pelo governo central e relacionando a adoção de tais medidas à subordinação em que ficavam as províncias no regime imperial. Apelava ao imperador para que interferisse em favor do Espírito Santo. Publicadas em *A Província do Espírito Santo*, e depois em livro sob o título de *Cartas ao imperador*, as cartas tiveram grande repercussão.

Em 1888 voltou à Assembleia Provincial, onde foi um dos mais influentes deputados,

embora pertencesse à minoria. No mesmo ano participou como delegado do congresso do Partido Liberal, no qual foi um dos poucos que defenderam Rui Barbosa em suas propostas reformistas, que incluíam a autonomia das províncias. Em 1889 foi eleito deputado geral, mas a proclamação da República impediu o funcionamento do parlamento.

No governo de Afonso Cláudio (1889-1890), foi convidado para integrar a comissão encarregada de elaborar um projeto de constituição para o estado, e foi um dos principais autores desse projeto, que vigorou como Constituição provisória enquanto o partido de Afonso Cláudio esteve no governo. Quando se procedeu à reorganização partidária, em razão da dissolução obrigatória dos antigos partidos do Império, ligou-se ao Partido Republicano, que perdeu alguns de seus mais importantes membros devido à divisão ocorrida no congresso partidário realizado em maio de 1890. Muniz Freire recusou-se a participar desse congresso, mas certamente contribuiu para seu resultado, pois nos bastidores se travava uma disputa entre a sua liderança e a dos chefes de Cachoeiro de Itapemirim, Bernardo Horta e Antônio Aguirre. Os dois deixaram o partido e os cargos de vice-governador que exerciam, integraram-se a uma articulação presidida pelo barão de Monjardim, ex-chefe do Partido Liberal, e fundaram a União Republicana Espírito-Santense (URES). Por sua vez, a corrente de ex-liberais liderada por Muniz Freire, juntamente com o Partido Republicano que saíra do congresso engrossado por alguns ex-liberais e ex-conservadores, fundou o Partido Republicano Construtor (PRC), presidido por Muniz Freire, que apoiava o governo de Afonso Cláudio. A URES e o PRC travaram uma aguerrida luta política na eleição para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890, e o PRC elegeu toda a pequena bancada capixaba (dois deputados, três senadores), que incluiu Muniz Freire como deputado.

Empossado em 15 de novembro de 1890, Muniz Freire foi um parlamentar ativo em defesa da liberdade de imprensa, do Estado laico, do federalismo e do liberalismo econômico, e integrou a oposição que se formou na Constituinte ao governo de Deodoro da Fonseca, a quem apoiava no início. Quando, aprovada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, realizou-se no dia seguinte a eleição indireta do presidente da República, convenceu a

bancada capixaba, exceto o capitão Ataíde Júnior, deputado ligado a Deodoro, a votar no candidato opositorista, Prudente de Moraes. Entretanto, as ameaças de golpe caso o marechal não fosse eleito fizeram a maioria da oposição recuar e dar-lhe a vitória, ainda que marcando posição por meio da eleição do vice da chapa opositorista, Floriano Peixoto. A represália não demorou: os estados cujas bancadas haviam votado em Prudente de Moraes tiveram seus governadores depostos. Foi o caso de São Paulo, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, onde o governador Henrique Coutinho, do PRC, foi substituído em 11 de março por Antônio Aguirre, da URES. No poder, a URES alterou a correlação de forças no estado, elegeu uma Constituinte unânime e logo promoveu a eleição do barão de Monjardim, que tomou posse no governo estadual em 7 de junho.

O barão de Monjardim apoiou o chamado golpe de Deodoro, ou seja, o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891, e passou a reprimir a oposição. Entretanto, quando Deodoro renunciou, 20 dias depois, e foi substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto, enfrentou uma rebelião dirigida pelo PRC em aliança com as forças do Exército sediadas no estado. Passou então o poder a Aguirre, que foi deposto a 19 de dezembro, quando se formou uma junta governativa para dirigir o estado. A Assembleia foi dissolvida, foram convocadas eleições para uma nova Constituinte, e dessa vez foi o PRC que formou uma assembleia unânime. A nova Assembleia votou uma Constituição tendo como base o projeto de cuja elaboração participara Muniz Freire, e em 2 de maio de 1892 elegeu o próprio Muniz Freire presidente do estado.

#### NO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo atravessava então uma fase inédita de prosperidade, devida à expansão do café e à alta de seu preço, e se beneficiava do aumento substancial da receita e da autonomia obtida com a República. Muniz Freire apostou nas possibilidades que pareciam se abrir para o desenvolvimento do estado e procurou implementar um projeto nesse sentido, tendo como ponto essencial a transformação de Vitória num importante centro comercial e financeiro, para o qual convergisse a exportação de café de todo o estado

e ainda parte da de Minas Gerais. Para isso traçou um programa de ferrovias convergindo para a capital, de obras públicas para torná-la uma cidade moderna, e tentou negociar com a União a realização de um projeto existente para seu porto. Iniciou a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ligaria Cachoeiro de Itapemirim a Vitória, e assinou um convênio com o presidente de Minas para a execução da ligação ferroviária entre os dois estados. Construiu importantes prédios públicos, abriu novas vias em Vitória, deixando outras obras iniciadas, e renegociou um contrato do governo de Afonso Cláudio com a Companhia Torrens para a instalação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto, além de um aterro. Assinou um contrato com outra empresa para a iluminação pública, que era muito deficiente. Ainda visando ao desenvolvimento de Vitória, encomendou ao engenheiro sanitarista Saturnino de Brito um projeto para a expansão da cidade na direção das praias, ao norte do centro, o Novo Arrabalde.

Outro ponto do programa de Muniz Freire foi a imigração europeia. Introduziu grandes contingentes de imigrantes no estado, aliviando a falta de mão de obra nas fazendas, mas criando também núcleos coloniais de pequenos proprietários que, passadas as dificuldades iniciais, tiveram forte desenvolvimento. Promulgou a primeira lei de terras do estado, visando a facilitar a legalização das posses e o acesso à terra para pequenos proprietários.

Muniz Freire conquistou grande popularidade no estado e consideração na imprensa e na política da capital federal. Porém a apresentação de um projeto na Assembleia para permitir sua reeleição encontrou forte rejeição e, apesar de ter sido retirado, fez nascer uma dissidência no PRC. Concluiu seu mandato deixando as finanças em ordem, com um fundo destinado à construção da ferrovia, proveniente de um empréstimo contraído no exterior ainda não utilizado, e elegeu seu candidato à presidência do estado, Graciano Santos Neves, a quem transmitiu o governo em 23 de setembro de 1896.

Muniz Freire recebeu então uma missão oficial, de realizar operações financeiras referentes à dívida externa e à compra de material para a ferrovia. Logo, porém, num momento em que o Espírito Santo apenas iniciava seu desenvolvimento, teve início a baixa do preço do café no mercado mundial, desencadeando uma crise prolongada que atingiu a economia

brasileira e arruinou a economia capixaba. Frustraram-se as expectativas de Muniz Freire, e seu projeto só viria a se tornar realidade muitos anos depois.

Em 1899 Muniz freire regressou ao Espírito Santo e se dedicou à reunificação de seu partido, o PRC, em crise na sua ausência. A recomposição se deu em torno de sua candidatura a um novo mandato no governo do estado. Eleito, tomou posse em 23 de maio de 1900 e governou enfrentando as adversidades financeiras, com o preço do café em baixa e o estado sofrendo uma prolongada seca que fez cair a produção. Empenhou-se em reduzir despesas e pagar dívidas, mas não pôde cobrir uma parcela do empréstimo externo e necessitou da ajuda do governo federal, que foi muito duro com o Espírito Santo e ainda usurpou o direito do estado de cobrar o imposto de exportação das areias monazíticas, que começavam a ser exploradas.

Terminou seu governo desgastado e apoiou a candidatura de Henrique Coutinho à sua sucessão. Com a eleição deste, abriu-se uma vaga no Senado e Muniz Freire foi eleito para ocupá-la. Deixou o governo em 23 de maio de 1904 e tomou posse como senador, mas já em 1905 entrou em choque com Coutinho, que procurou cortar sua influência na política estadual. As forças políticas se dividiram entre os dois chefes e, na eleição federal de 1906, Muniz Freire apresentou uma chapa dissidente ao Congresso Nacional, tendo ele próprio como candidato ao Senado. Apesar do reconhecimento da chapa governista em âmbito estadual, os candidatos dissidentes foram os reconhecidos pelo Congresso Nacional.

Muniz Freire continuou assim no Senado até 1915. Sua influência na política capixaba declinou, porém, sobretudo com a subida ao poder de Jerônimo Monteiro (23 de maio de 1908) e o controle da oligarquia local pela família deste. No Senado, teve uma atuação destacada, participando das discussões de questões importantes, inclusive na Comissão de Finanças, onde apresentou projeto sobre a Caixa de Conversão (1910), defendeu o voto secreto sobre o qual também apresentou projeto (1913), e fez oposição a Jerônimo Monteiro, com denúncias que tiveram forte repercussão (1912) e provocaram uma polêmica entre ele e Bernardino Monteiro no plenário. Em 1912, Muniz Freire foi um dos líderes da oposição à candidatura de Marcondes Alves de Sousa a presidente do estado.

Após a dissolução do partido que fundara, o PRC, em 1908, permaneceu sem partido até 1913, quando se ligou ao Partido Liberal, de Rui Barbosa. Excelente jornalista, ao lado da atuação política manteve atividade na imprensa, no início, a capixaba, depois a da capital federal. É patrono de uma cadeira na Academia Espírito-Santense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1918. De seu casamento com Colatina teve 10 filhos.

Além de *Cartas ao imperador* (1885) e de diversos discursos, publicou *A Constituinte de 1892* (1892), *A Caixa de Conversão* (1910), *O voto secreto* (1910) e *A existência política dos estados* (1913).

Nara Saletto

FONTES: BASÍLIO, M. *Vida; Comércio do Espírito Santo* (1894-1909); *Estado do Espírito Santo* (1890-1904, 1909); *Jornal Oficial* (1905-1907); PEREIRA, A. *Homens; Cachoeirano* (1912-1913); RIBEIRO, D. *Busca*; RIBEIRO, F. *Academia*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*.

## **FREIRE, Sá**

\* dep. fed. DF 1898-1909; sen. DF 1909-1916; pref. DF 1919-1920.

*Milcíades Mário de Sá Freire* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 18 de fevereiro de 1870, filho de Luís Mário de Sá Freire e de Maria da Glória Cardoso Freire. Era parente de Nilo Peçanha, que foi constituinte de 1891, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro de 1891 a 1902, senador em 1903, presidente do estado do Rio de 1903 a 1906, vice-presidente da República de 1906 a 1909, presidente da República de 1909 a 1910, novamente senador de 1912 a 1914, presidente do estado do Rio de 1914 a 1917, ministro das Relações Exteriores de 1917 a 1918 e senador de 1921 a 1924.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891 e a partir de então passou a exercer a profissão de advogado, tendo sido companheiro de escritório de Silva Jardim, que na década anterior havia tido importante atuação nas campanhas abolicionista e republicana, sobretudo no Rio de Janeiro.

Depois de ter sido membro do Conselho de Intendência Municipal, foi deputado federal pelo Distrito Federal de 1898 a 1909. Na Câmara dos Deputados, foi primeiro-secretário e membro da comissão responsável pela discussão do Código Civil brasileiro, para cuja elaboração Clóvis Beviláquia foi contratado em 1899. Depois de muitas controvérsias o projeto seguiu para a Câmara dos Deputados e para o Senado, para discussão e proposição de emendas. Contudo, as discussões não avançaram, e somente em 1915 viria a aprovação final. A sanção sairia no dia 1º de janeiro de 1916, e o Código Civil brasileiro finalmente entraria em vigor um ano depois.

Depois de anos de atuação como deputado federal, Sá Freire foi eleito senador e ocupou uma cadeira no Senado de 24 de maio de 1909 a 7 de julho de 1916. Foi membro da Comissão de Redação e de Finanças e renunciou do término mandato devido à oposição que fazia a Irineu Machado, um dos mais importantes políticos cariocas da Primeira República.

Em 1919, foi convidado para ser prefeito do Distrito Federal pelo novo presidente da



República, Eptácio Pessoa, que tomou posse em 28 de julho. Sua gestão se estendeu de 29 de julho de 1919 a 6 de junho de 1920. Seu antecessor na prefeitura foi Paulo de Frontin, cujo curto governo foi marcado pela realização de grandes obras. Ao assumir o cargo, Sá Freire encontrou a prefeitura em péssimas condições financeiras e traçou um programa de rigorosa contenção de gastos. Revogou as reformas das repartições municipais realizadas por Paulo de Frontin, por considerar que elas implicariam aumento do número de funcionários e de seus respectivos vencimentos, e determinou cortes significativos no orçamento da Diretoria Geral de Obras e Viação. Algumas das obras que vinham sendo realizadas foram paralisadas, enquanto outras, já bastante adiantadas, foram concluídas. Foi o caso do túnel João Ricardo, obra que conquistou grande notabilidade na época. Ligando os bairros da Saúde e da Gamboa sob o morro da Providência, ou seja, interligando a zona portuária e a estação Central do Brasil, o túnel fora aberto em tempo recorde na administração de Paulo de Frontin, mas só foi inaugurado em dezembro de 1919 pelo prefeito Sá Freire, na presença do presidente da República e de altas autoridades.

Ao deixar a prefeitura, Sá Freire foi substituído por Carlos Sampaio. Ao longo da vida, também exerceu os cargos de diretor do Lóide Brasileiro, presidente do Banco do Brasil e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Faleceu no Rio de Janeiro em junho de 1947.

Escreveu o volume 2 do *Manual do código civil*, organizado por Paulo de Lacerda, e publicou o opúsculo *Empréstimos externos dos estados*, com discursos pronunciados no Senado em 1912 referentes ao projeto, não aprovado, de limitação da autonomia financeira dos estados.

*Izabel Pimentel da Silva*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. RJ. Núcleo. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia>>; BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros (1826-1976)*; CÂM. DEP. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br>>; *Grande encic. delta* ; GRINBERG, K. *Código*;  
LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* ; NUNES, C. *Alguns*; PASSOS, E. *Mesas*;  
REIS, J. *Rio de Janeiro*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>;  
*Senado*; SENADO . *Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro*); SOUSA,  
J. *Índice*.

## **FREIRE, VITORINO**

\*rev. 1930; const. 1946; dep. fed. MA 1946-1947; sen. MA 1947-1971.

*Vitorino de Brito Freire* nasceu na fazenda Laje da Raposa, em Pedra (PE), no dia 28 de novembro de 1908, filho de Vitorino José Freire, proprietário rural e pecuarista, e de Ana de Brito Freire. Seus pais descendiam de tradicionais famílias rivais que disputavam o comando político no interior do estado.

Após fazer o curso primário do Colégio Gastão Resende, em Arcoverde (PE), interessando-se em seguir a carreira militar, mudou-se em 1919 para o Rio de Janeiro, onde foi morar com um parente, o general Antônio Inácio de Albuquerque Xavier, que assumiu os custos de sua educação. Como não havia vaga no Colégio Militar, matriculou-se no Colégio Santo Alberto e, no fim do mesmo ano, no Colégio Pedro II. Ainda estudante, trabalhou no escritório do engenheiro João Proença. Nessa época tornou-se amigo da família do então coronel Eurico Dutra, amizade que se consolidou ao longo dos anos. Conheceu também oficiais que viriam a ocupar cargos de grande importância, como Alfredo Ribeiro da Costa, Augusto Tasso Fragoso, Hastínfilo de Moura, Antenor Santa Cruz, além do ex-ministro da Guerra (1914-1918) José Caetano de Faria.

Antes de terminar o ginásio, voltou a Pernambuco, matriculando-se inicialmente no Internato Rio Branco e em seguida no Ginásio Pernambucano, em Recife. Ingressou em 1928 na Faculdade de Direito do Recife e no mesmo ano foi nomeado, por solicitação do presidente estadual Estácio Coimbra (1926-1930), oficial de gabinete do secretário de Agricultura Samuel Hardmann.

### **A REVOLUÇÃO E O PÓS-1930**

Aderindo ao movimento que resultou na Revolução de 1930, Vitorino Freire não pôde concluir o curso superior. Embora sem atuar junto aos irmãos Carlos e Caio de Lima Cavalcanti, chefes civis do movimento em Pernambuco, integrou o grupo de 17 homens que, tendo à frente o capitão Antônio Muniz de Faria, ocupou em 4 de outubro de 1930 o quartel da Soledade, depósito de armas e munições da 7ª Região Militar. A ação foi decisiva para a vitória da revolução em Pernambuco, pois possibilitou aos rebeldes a distribuição de armamentos aos voluntários civis e militares identificados com sua causa.

Vitorioso o movimento, Vitorino foi comissionado no posto de primeiro-tenente e seguiu para o Rio de Janeiro, onde integrou o gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida. Em 1932 passou a servir na Diretoria de Meteorologia do Ministério da Agricultura, cujo titular era Juarez Távora. Ao eclodir em São Paulo a Revolução Constitucionalista em julho daquele ano, lutou ao lado das forças legalistas sob o comando do general Valdomiro Lima até a rendição dos revoltosos em 2 de outubro. Em 1934, quando Gustavo Capanema assumiu a pasta da Educação e Saúde, foi nomeado segundo-oficial do Departamento Nacional de Saúde Pública. Exercia esse cargo quando, em 18 de julho, foi nomeado secretário do interventor federal no Maranhão, o capitão Antônio Martins de Almeida, que havia conhecido durante a Revolução Constitucionalista. Durante a gestão desse interventor (29/3/1933 a 22/7/1935) ocorreram várias violências policiais em São Luís contra seus adversários políticos. A Associação Comercial da cidade chegou a decretar uma greve do comércio em represália à prisão de seus diretores no quartel da Força Pública. Segundo seus adversários, Vitorino passou nesse momento a comandar um bando denominado “Papai Noel”, especializado em surrar os opositores do governo.

Vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD), do Maranhão, na época uma agremiação de âmbito estadual, Vitorino foi incumbido de organizá-lo para as eleições estaduais de 1934. Em julho de 1935, a Assembleia Constituinte maranhense elegeu para o governo do estado Aquiles de Faria Lisboa, candidato das Oposições Coligadas — formadas pelo Partido Republicano (PR) e a União Republicana Maranhense (URM) —, que derrotou o candidato pessedista Tasso de Miranda.

Vitorino seguiu então para o Rio, reintegrando-se ao Ministério da Educação e Cultura. Regressaria porém ao Maranhão no ano seguinte para apoiar o movimento desencadeado pela URM, a qual, rompendo a aliança com o PR, aliou-se ao PSD e à Liga Eleitoral Católica e conseguiu que a Assembleia estadual promovesse a deposição de Aquiles Lisboa e solicitasse a intervenção federal no estado. Em 14 de junho de 1936, o major Roberto Carneiro de Mendonça foi nomeado interventor no Maranhão. Por indicação de Getúlio Vargas, no dia 18 de julho a Assembleia elegeu Paulo Ramos, que, com a implantação do Estado Novo (10/11/1937), seria nomeado interventor federal. Durante sua permanência à frente do governo do Maranhão, Paulo Ramos obteve de Getúlio a garantia de que Vitorino

não interferiria na política do estado, o que de fato aconteceu.

Em dezembro de 1936, Vitorino passou a exercer, no Rio, o cargo de oficial de gabinete do presidente da Câmara dos Deputados, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Em abril de 1937, casou-se com a maranhense Maria Helena de Oliveira, com quem teve um filho, Luís Fernando Freire. A partir de 1939, integrou o gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima.

### O PSD E O VITORINISMO

No início de 1945, com o enfraquecimento do Estado Novo, os partidos políticos se reorganizaram em termos nacionais com vistas às próximas eleições para a presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte. Seguindo para o Maranhão, Vitorino foi um dos organizadores do novo PSD naquele estado. Passou em seguida a promover a candidatura oficial de Eurico Dutra à presidência da República e a liderar a oposição a Paulo Ramos, contrário a esse candidato. Diante da violenta oposição desencadeada contra seu governo, Paulo Ramos exonerou-se do cargo de interventor, sendo substituído no mês de março por Clodomir Cardoso.

Candidato à Constituinte na legenda do PSD, Vitorino foi eleito em dezembro de 1945, no mesmo pleito em que Dutra foi escolhido presidente da República. Por indicação de Vitorino, em seguida à sua posse Dutra nomeou Saturnino Belo interventor no Maranhão. Antes de assumir seu mandato, Vitorino foi oficial administrativo do gabinete do ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani.

Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, Vitorino empenhou-se na aprovação de uma emenda de autoria do deputado udenista Manuel Novais propondo que fosse prevista na Constituição a defesa e o desenvolvimento do vale do rio São Francisco. Aprovada a emenda, foi constituída a Comissão do Vale do São Francisco, que tempos depois seria responsável pela construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso.

Com a promulgação da Carta de 18 de setembro de 1946 e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, Vitorino Freire continuou a exercer seu mandato de deputado federal. Durante a campanha para as eleições suplementares de 1947, renunciou ao mandato para concorrer ao Senado. Essa campanha foi marcada por grave divergência entre os pessedistas maranhenses, surgida quando o diretório do partido indicou Genésio Rego

como candidato a governador do estado. Vitorino, Saturnino Belo e Sebastião Archer não aceitaram essa indicação e afastaram-se do PSD, propondo a candidatura de Sebastião Archer. Vitorino organizou então a seção maranhense do Partido Proletário do Brasil (PPB), que acolheu um grupo considerável de dissidentes do PSD e, em 19 de janeiro de 1947, elegeu Sebastião Archer governador e Vitorino Freire senador. Passadas as eleições, o PPB se reorganizou, dando origem ao Partido Social Trabalhista (PST). Desinteressando-se da nova agremiação, Vitorino reaproximou-se do diretório regional do PSD.

Segundo José Ribamar Caldeiras, esses fatos mostram que nesse momento Vitorino Freire conquistou o poder político no Maranhão, “iniciando então uma política de características mandonistas — que denominou *vitorinismo* —, que cobriu todo o período 1947-1964, *grosso modo*”. Significativamente, todos os governadores eleitos nesse período seriam correligionários de Vitorino indicados por ele.

Iniciando seu mandato no Senado em abril de 1947, Vitorino participou da Comissão Especial das Leis Complementares da Constituição, da Comissão de Finanças e da Comissão Especial de Inquérito para a Indústria Têxtil.

Durante a campanha para as eleições de outubro de 1950, o PSD lançou as candidaturas de Cristiano Machado à presidência da República e do paulista Altino Arantes à vice-presidência. Contrário a esta última indicação, Vitorino decidiu, em setembro, apresentar sua própria candidatura a vice-presidente, mas esbarrou em outro obstáculo: o diretório do PSD maranhense tinha na liderança seu inimigo político Genésio Rego. Diante disso, Vitorino lançou-se como candidato avulso pelo PST. No pleito foram eleitos Getúlio Vargas para presidente e Café Filho, com 2.520.790 votos, para vice-presidente. Vitorino foi o último colocado, obtendo 524.079 votos.

Em 1953, Vitorino voltou a pertencer ao PSD, de cujo diretório nacional mais tarde chegaria a fazer parte, alijando definitivamente Genésio Rego da liderança do diretório estadual. Nas eleições de outubro de 1954, reelegeu-se senador na legenda de seu partido, iniciando novo mandato em 19 de fevereiro de 1955. Ainda em 1954, participou da Conferência da Organização Internacional do Trabalho, exercendo a mesma missão em 1957. Também nesse ano participou da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), à qual voltaria a comparecer em 1960.

A renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, provocou no país uma

crise político-militar em face do veto dos ministros militares à posse de seu substituto legal, o vice-presidente João Goulart. Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado, e outros senadores, entre os quais Vitorino Freire, condenaram inúmeras vezes a atitude dos ministros militares. A crise foi contornada com a adoção do parlamentarismo, aprovado pelo Congresso em 2 de setembro do mesmo ano, e a posse de Goulart cinco dias depois.

Nas eleições de outubro de 1962, Vitorino reeleveu-se senador pelo Maranhão na legenda do PSD, passando a exercer a liderança desse partido no Senado. Em 1963 e 1964 foi vice-líder da maioria e em 1965 exerceria de novo a liderança do PSD. Em 1964 apoiou o movimento político-militar que depôs João Goulart em 31 de março, estreitando relações com os chefes militares, entre os quais o general Humberto Castelo Branco e o general Ernesto Geisel. Durante as negociações para a escolha do presidente da República, com o apoio de uma facção do PSD, indicou o marechal Dutra, o qual foi preterido pelas demais lideranças civis e militares em favor de Castelo Branco, que assumiu a presidência em 15 de abril.

No Maranhão, além de iniciar a modernização da infraestrutura econômica e social, o governo militar realizou uma revisão eleitoral em 1965, visando a extinguir a corrupção nas eleições e a renovar a elite dirigente. Nas eleições para o governo do estado em outubro daquele ano, José Sarney, candidato de oposição ao vitorinismo, indicado e apoiado por Castelo Branco, venceu por larga margem de votos. Essa eleição registrou a primeira derrota política de Vitorino no estado: seu candidato Renato Archer foi o menos votado.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, Vitorino filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido do governo. Exerceu seu mandato de senador até o final da legislatura, em janeiro de 1971. Embora não tenha obtido da Arena uma legenda para disputar as eleições de novembro de 1974, conseguiu eleger seu filho Luís Fernando Freire suplente do senador Henrique de La Roque. Além disso, por sua influência e indicação, no mesmo ano Osvaldo da Costa Nunes Freire e José Duailibi Murad foram eleitos indiretamente governador e vice-governador do Maranhão, o que caracterizaria seu retorno à cena política do estado. A partir de 1975, Vitorino passou a integrar o diretório nacional da Arena. Em 1980, com a nomeação de Henrique de La Roque para o Tribunal de Contas da União, Luís Fernando Freire assumiu sua cadeira no Senado.

Além dos cargos públicos que ocupou, Vitorino Freire foi também diretor do *Diário de São Luís* e *A Tarde*, jornais editados na capital maranhense.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 27 de agosto de 1977. Deixou suas memórias registradas no livro *A laje da raposa* (1978).

Sílvia Pantoja

FONTES: CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Correio da Manhã* (20/7/1942); COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário do Congresso Nacional*; *Folha de S. Paulo* (28/8/1977); FREIRE, V. *Laje*; *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (27, 28 e 30/8/1977); MACEDO, N. *Aspectos*; MEIRELES, M. *História*; MOURÃO, M. *Dutra*; NÉRI, S. 16; *Rev. Bras. Estudos Pol.* (1/1978); SENADO. *Dados biográficos dos senadores*; SENADO. *Relação*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1964; *Última Hora* (28/8/1977); *Veja* (19/8/1970. 31/8/1977).



## **FREITAS, Augusto de**

\*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1896, 1900-1908, 1910-1911 e 1915-1917.

*José Augusto de Freitas* nasceu em Salvador no dia 17 de novembro de 1857, filho de José Antônio de Freitas e de Maria Benvida de Almeida Costa. Seu pai, formado pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia e escreveu a *Memória histórica da Faculdade de Medicina* relativa ao ano de 1863. Seu irmão Luís Antônio de Freitas foi intendente de Santo Amaro da Purificação (BA) de 1920 a 1921. Sua irmã Amélia de Freitas casou-se com José Joaquim Seabra, conhecido com J. J. Seabra, constituinte de 1891, deputado federal em várias legislaturas a partir de então, ministro do Interior e Justiça (1902-1906), ministro da Viação (1910-1912), duas vezes governador da Bahia (1912-1915 e 1920-1924), senador (1917-1920) e constituinte de 1934. Seu primo materno Frederico Augusto Rodrigues da Costa foi conselheiro municipal da Vila de São Francisco do Conde, intendente desse município e senador estadual (1912-1930).

Fez o curso de humanidades e os preparatórios em Salvador, e em seguida matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, recebendo o grau de bacharel em ciências sociais e jurídicas em 1879. Em 1882, três anos após a formatura, retornou à Faculdade de Direito do Recife para participar de concurso para o preenchimento da vaga de professor substituto, aberta com a promoção do professor Pinto Pessoa a catedrático. Também concorreram Tobias Barreto, Machado Portela Filho, Gomes Parente e Lomelino Drumond. Foram classificados, em primeiro lugar, Tobias Barreto e, em segundo Augusto de Freitas, ambos por unanimidade da banca examinadora.

De volta à Bahia, foi nomeado promotor público da comarca de Cachoeira e em seguida foi transferido para a comarca de Salvador. Em 20 de fevereiro de 1890 foi designado chefe de polícia pelo governador Manuel Vitorino, mas permaneceu no cargo pouco mais de um mês, até 29 de março. Em 24 de julho participou, ao lado de Almeida Couto e de Virgílio Damásio, da fundação ao Partido Nacional (PN), que surgiu como reação à lista de

candidatos organizada pelo governo às eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte. Realizadas as eleições, logrou conquistar uma cadeira de deputado pela Bahia. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e teve uma participação ativa nos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país.

Sua primeira intervenção se deu quando os deputados constituintes travavam intenso debate sobre a questão da distribuição das rendas entre a União e os estados, e o deputado Otacílio, representante de Alagoas, apresentou um requerimento para que o debate fosse suspenso e até que o Tesouro Nacional enviasse ao Congresso os mapas da arrecadação, para que, com eles, os constituintes pudessem ter uma ideia mais exata da situação financeira do país. Contra esse requerimento insurgiram-se os deputados da bancada do Rio Grande do Sul, liderada pelo senador Ramiro Barcelos, que viu no pedido uma manobra para a protelação da discussão. Augusto de Freitas foi à tribuna e, utilizando-se de vários sofismas, enfatizou a “singular contradição que deve servir de exemplo e de lição a nós, representantes dos diferentes estados, e que, simplesmente, vem atestar que, ao passo que a revolução de 15 de novembro foi uma grande conquista nos campos da democracia, aqueles que hoje neste recinto se reúnem, em nome dos direitos do povo, aqueles a quem cabe organizar a República Federativa, recuam tímidos diante da liberdade, deixando transparecer o pensamento de centralização que lhes domina o espírito, e por tal forma que, ao invés de virmos neste momento libertar o país, vimos escravizá-lo, ao invés de virmos plantar a república democrática, vimos fundar a monarquia descentralizada. Voto pelo sistema do projeto de Constituição, não porque seja este o verdadeiro sistema federativo, mas porque, quando o próprio governo não nos pode dar informações exatas sobre as finanças da União e dos estados, não é lícito sujeitar-se aos preceitos absolutos e imperiosos da ciência política a organização financeira do país”.

Em várias questões relativas ao projeto da nova Constituição, manifestou-se em total desacordo com o restante da bancada baiana. Assim fez, por exemplo, quando da discussão sobre a questão da liberdade religiosa. O projeto enviado pelo governo provisório para servir de base aos constituintes estabelecia não só a separação entre Igreja e Estado, mas

também uma série de restrições à Igreja Católica, entre as quais a proibição da eleição e do direito ao voto a sacerdotes e religiosos, e a precedência do casamento civil sobre o religioso. Contra isso se insurgiu a bancada baiana, que foi responsável pela retirada de todos esses pontos do texto constitucional. Entretanto, Augusto de Freitas manifestou-se mais uma vez em discurso na tribuna, salientado de forma tão veemente o mal que a não precedência do casamento civil poderia causar à sociedade, que os constituintes voltaram atrás e incluíram o artigo no texto da Constituição.

Foi ainda nesse mesmo discurso que atacou frontalmente a emenda apresentada por Anfilóbio de Carvalho para a organização do Poder Judiciário, segundo a qual aquele poder seria regulado por lei do Congresso Nacional e por leis dos estados, na parte que a estes competisse, tendo como órgãos de ação um Supremo Tribunal, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional, e tribunais de apelação distribuídos pelos estados e o Distrito Federal, na proporção de um tribunal para cada uma das unidades da Federação. Augusto de Freitas classificou a proposta de absurda e questionou: “Que União soberana é essa que não pode escolher os juízes para o seu mais alto tribunal; que não pode mesmo fixar os métodos de escolha, nem tampouco catalogar as condições para o alto cargo?” Frente a essa argumentação, grande parte da bancada baiana retirou sua assinatura.

Augusto de Freitas assinou a emenda do deputado José Higino, que dava à União todo o direito substantivo. Colocou-se, porém, contra a emenda de Nilo Peçanha, que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sido nomeados para essa função pelo governo provisório, que estivessem no cargo no momento do pleito, ou houvessem exercido o governo local até quatro meses antes. Em contrapartida, apresentou uma emenda em que propunha que os primeiros governadores dos estados fossem escolhidos pelos membros das respectivas bancadas na Assembleia Constituinte, e não pelos eleitores de cada lugar. Em outra emenda, propôs que os atos do presidente da República nomeando magistrados federais fossem submetidos ao Supremo Tribunal Federal. Apoiou a emenda do senador Virgílio Damásio, que propunha a

concessão de uma pensão vitalícia a dom Pedro II, e defendeu a proposta de que os atos do governo provisório só pudessem ser alterados ou revogados pelo Congresso em legislatura ordinária.

Promulgada a nova Constituição a 24 de fevereiro de 1891 e realizada a eleição indireta do marechal Deodoro da Fonseca para a presidência da República no dia 25, Augusto de Freitas passou a aguardar o início da legislatura ordinária, previsto para junho seguinte. Nesse intervalo, em 15 de abril de 1891, foi fundada a Faculdade Livre de Direito da Bahia, cuja primeira Congregação de professores integrou como catedrático de direito criminal, ao lado de outros nomes ilustres da Bahia como Anfilóbio de Carvalho, Afonso de Castro Rebelo, Inácio Tosta e Leovigildo Filgueiras.

Enfrentando dificuldades no parlamento, no dia 3 de novembro de 1891 o marechal Deodoro da Fonseca deu um golpe de Estado e dissolveu o Congresso Nacional. Entretanto, pressionado pelas forças políticas, e principalmente pelos militares, renunciou a 23 do mesmo mês, entregando o governo ao vice-presidente marechal Floriano Peixoto. Com o retorno ao pleno funcionamento do Congresso Nacional, Augusto de Freitas destacou-se como pertinaz opositor do novo governo, denunciando da tribuna as arbitrariedades cometidas. Talvez por isso, e por suas ligações com os almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Melo, o coronel Moreira César tenha ordenado, com a autorização do presidente, o fuzilamento de seu irmão, o major-médico Alfredo Paula de Freitas, na fortaleza de Santa Cruz, na ilha de Anhantomirim, em Santa Catarina, ao final da Revolta da Armada, em abril 1894.

Enquanto exercia o mandato parlamentar, tornou-se em 1892 redator da Revista da Faculdade Livre de Direito da Bahia, atividade que exerceria até 1896. Ainda em 1892, quando o Partido Nacional foi transformado, a 25 de abril, em Partido Nacional Democrata, permaneceu nessa agremiação, integrando sua primeira comissão executiva. Em 1893, quando se deu a cisão do Partido Republicano Federalista em duas facções, a do Partido Republicano Federal, liderada pelo conselheiro Luís Viana, e a do Partido Republicano Constitucional, sob a liderança de José Gonçalves, optou por incorporar-se ao grupo

“vianista”.

Concluído seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados em dezembro de 1893, foi reeleito para a legislatura 1894-1896, ao final da qual não conseguiu se reeleger. Só retornou à Câmara dos Deputados na legislatura 1900-1902, e foi reeleito para os períodos 1903-1905 e 1906-1908. Em 1906, foi indicado por Severino Vieira, que então exercia o mandato de senador pela Bahia, para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, no governo do presidente Afonso Pena (1906-1909). Entretanto, a indicação de seu nome foi preterida em favor da de Miguel Calmon Du Pin e Almeida – então com 26 anos –, feita pelo governador José Marcelino (1904-1908). Diante dessa decisão, pronunciou um discurso na tribuna da Câmara, em 21 maio, renunciando à liderança da bancada baiana e atacando a equipe de governo montada pelo presidente, a que chamou de “um verdadeiro jardim da infância”. Em resposta, discursou o deputado baiano Leovigildo Filgueiras, correligionário de José Marcelino, que afirmou ser preferível “transformar este país num jardim da infância do que convertê-lo em um mostruário de velharias.” A partir daí, Augusto de Freitas colocou-se na oposição tanto em nível federal quanto estadual. Sua posição lhe custou, quando das eleições para a legislatura 1909-1911, a não renovação do mandato.

Com a repentina morte de Leovigildo Filgueiras em 30 de janeiro de 1910, Augusto de Freitas retornou à Câmara dos Deputados, eleito no dia 29 de maio e reconhecido a 18 de novembro, para preencher a vaga surgida. Ainda no mesmo ano, quando do rompimento entre Luís Viana e Severino Vieira, acompanhou o primeiro, deixando o Partido Republicano Federal para integrar as fileiras do Partido Republicano da Bahia. Nas eleições para a legislatura 1912-1914, não obteve a renovação do mandato, em virtude da ascensão do grupo político liderado por seu cunhado J. J. Seabra, a quem fazia cerrada oposição. Nas eleições para a legislatura 1915-1917, realizadas a 30 de janeiro de 1915, foi um dos oito deputados eleitos pela união das forças de oposição lideradas por Severino Vieira, Luís Viana e José Marcelino, e capitaneadas pelo senador Pinheiro Machado. Integrou então as comissões responsáveis pela elaboração dos projetos de reforma eleitoral e a da instrução

pública.

Em paralelo à suas atividades políticas, Augusto de Freitas exerceu a advocacia e organizou as seguradoras Sul América e Anglo Sul América, das quais foi presidente.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 7 de janeiro de 1918.

Casou-se com Francisca Costa, com quem teve um casal de filhos. Sua filha Isolina Freitas casou-se com Álvaro da Silva Lima Pereira, filho de Manuel Vitorino Pereira, que foi governador da Bahia (1889-1890), senador estadual (1891-1893), senador federal (1894), vice-presidente (1894-1898) e presidente interino da República (1896-1897). Seu sobrinho José Joaquim Seabra Filho foi deputado federal pela Bahia (1918-1923).

Publicou *Dissertações e teses* (1880) e *Discursos proferidos nas sessões de 6 e 29 de janeiro de 1891* (1891).

*Jaime Oliveira do Nascimento*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos; Bahia ilustrada* (n. 2, ano II, 1918). Dr. J. A. de Freitas; BEVILAQUA, C. *História*; BLAKE, A. *Diccionario*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário Oficial do Estado da Bahia*; GIDI, A. *Anotações* (p. 38); MELLO, A. *Cartilha*; OLIVEIRA, W. *José* (p. 25-31); PRAZERES, O. *Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SANTOS, E. J. J. *Seabra*.

**FREITAS, Cesário de**

\*dep. fed. SP 1897-1899.

*Cesário Gabriel de Sousa Freitas* nasceu em Itu (SP), filho do tenente cirurgião do Exército Francisco Gabriel de Freitas e de Antônia Maria de Sousa Freitas.

Fez os primeiros estudos em sua cidade e ao término do curso de humanidades matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império. Formou-se em 1874 e retornou a Itu, onde abriu consultório. Por ter sido republicano desde jovem, sempre defendendo um novo regime para o Brasil, e por sua popularidade na região, seu nome constou na chapa republicana ainda durante o regime monárquico.

Com o advento da República em 15 de novembro de 1889, a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e a convocação das Constituintes estaduais, concorreu a uma vaga na Constituinte paulista na eleição de 30 de abril de 1891 e obteve uma suplência. Quando o presidente da República marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891, ficou com os legalistas, contra a arbitrariedade praticada. Com a renúncia de Deodoro em 23 de novembro e a posse do vice-presidente marechal Floriano Peixoto, começaram a ser destituídos os governantes estaduais aliados do primeiro. Em São Paulo, Américo Brasiliense, que havia ficado solidário a Deodoro, foi obrigado a deixar o cargo em 15 de dezembro, sendo também deposta a intendência municipal da capital, que apoiava o antigo presidente. Uma junta governativa municipal foi constituída, e dela fez parte Cesário de Freitas. A junta funcionou até 30 de setembro de 1892, quando tomou posse a nova Câmara eleita em 30 de agosto daquele ano.

Com a posse do vice-presidente do estado José Alves de Cerqueira Cesar no lugar de Américo Brasiliense, o Congresso paulista foi dissolvido, e em 7 de março de 1892 novas eleições foram realizadas. Cesário de Freitas candidatou-se e foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP), tomando posse no dia 7 de abril seguinte. No parlamento paulista, foi contrário ao projeto do deputado Francisco Fernandes de Barros Júnior, que alterava as divisas entre os municípios de Salto e Itu.

No pleito de 30 de dezembro de 1896, foi eleito deputado federal por São Paulo. Assumiu

sua cadeira na Câmara dos Deputados em 3 de maio de 1897 e participou dos debates parlamentares principalmente em questões de higiene pública. Em dezembro de 1899, ao fim de seu mandato, retirou-se da vida pública, dedicando-se exclusivamente à medicina.

Faleceu em Itu no dia 6 de agosto de 1905.

Foi casado com Maria Izaltina da Silveira Freitas.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo; Correio Paulistano* (7/8/1905).



## **FREITAS, Clodoaldo**

\*jornalista; junta gov. PI 1891.

*Clodoaldo Severo Conrado de Freitas* nasceu em Oeiras (PI) no dia 7 de setembro de 1855, filho de Belisário da Silva Conrado de Freitas e de Antônia Rosa Dias de Freitas. Seu pai lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Fez os primeiros estudos e os de humanidades em São Luís, no Seminário das Mercês e no Liceu Maranhense, concluindo-os no Liceu Piauiense, em Teresina, em 1870. Posteriormente transferiu-se para Recife, vindo a graduar-se pela Faculdade de Direito da capital pernambucana em 1880. Depois de formado retornou ao Piauí, onde foi juiz municipal em Valença do Piauí até 1882. No ano seguinte assumiu os cargos de promotor público e juiz municipal em Teresina.

Iniciou sua atuação política ainda no Império, como membro do Partido Liberal e defensor da causa abolicionista e a republicana. Após a proclamação da República (15/11/1889), a seção piauiense do antigo Partido Liberal cindiu-se, e Clodoaldo Freitas aderiu à ala liderada pelo barão de Castelo Branco, que não declarou apoio ao governador Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889-1890).

Em 1891, com a chegada de Floriano Peixoto à presidência da República, Gabriel Luís Ferreira, então governador do Piauí, foi deposto do cargo em 21 de dezembro. Assumiu seu lugar uma junta governativa presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos e integrada por Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. A junta governou até o dia 29, quando João Domingos Ramos assumiu sozinho o poder, ocupando-o até 11 de fevereiro de 1892, data em que Coriolano de Carvalho e Silva foi nomeado governador do estado.

Em 1896, Clodoaldo Freitas foi chefe de Polícia do Piauí. Em seguida, assumiu o cargo de procurador geral substituto da justiça, exercendo-o até 1900. Em 1903 candidatou-se a deputado federal e conseguiu votos para ser eleito, mas sua eleição não foi reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes. Nesse período, transferiu-se para São Luís, onde teve destacada atuação intelectual, figurando entre os fundadores da Academia Maranhense de Letras em agosto de 1908.

De volta ao Piauí, foi nomeado desembargador em 1916 e fez parte do Tribunal de Justiça do estado até o fim da vida. Foi também um dos fundadores e o primeiro presidente da Academia Piauiense de Letras, em dezembro de 1917. Teve ainda uma vasta atuação profissional em outros estados: foi chefe de Polícia do Maranhão e Mato Grosso, diretor da imprensa oficial do Maranhão, professor de direito no Pará, inspetor escolar no Amazonas, juiz de direito nas cidades de Bagagem (MG) e Campos (RJ) e juiz municipal em Carmo

(RJ). Também foi deputado estadual no Pará, enquanto residiu nesse estado.

Faleceu em Teresina, em 29 de junho de 1924.

Colaborou em diversos periódicos, entre os quais o *Diário do Piauí*, *A Imprensa*, *O Reator*, *O Abolicionista*, *A Reforma*, *O Democrata*, *O Estado*, *A República*, *A Notícia*, *O Piauí*, *O Diário*, *Revista Mensal da Sociedade União Piauiense*, *A Pátria*, *A Notícia*, *Revista da Academia Piauiense de Letras* e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí*, todos do Piauí, *A Reação*, de Pernambuco, e *Diário da Manhã* e *Diário*, do Pará.

Publicou *Fatores do Coelhado* (1892), *O Piauí* (1902), *História do Piauí* (1902), *Vultos piauienses* (1903), *Memórias de um velho* (1905), *A Pátria* (1905), *Em roda dos fatos* (1911), *Crônicas* (1911), *História de Teresina* (1912), *Contos a Teresa* (1915). Fez também as traduções de *Inferno de Dante* (1912) e *Os últimos dias de Pompéia* (1912).

*Raimundo Helio Lopes*

**FONTES:** BASTOS, C. *Dicionário*; CHAVES, J. *Apontamentos*; REGO NETO, H. *Fatos*.

## **FREITAS, Correia de**

\*dep. fed. PR 1909-1914.

*Manuel Correia de Freitas* nasceu em Paranaguá (PR) no dia 29 de maio de 1853, filho de Domingos Correia de Freitas e de Josefa Leite Bastos Correia de Freitas.

Pouco se sabe sobre sua formação intelectual, mas é certo que aos sete anos ingressou na escola primária. Maçom e fundador do Clube Literário de Paranaguá, criado em 1872, foi entusiasta da causa abolicionista, além de propagador das ideias republicanas. Em 1881 criou o jornal republicano *A verdade*, em companhia do jornalista, professor e historiador José Francisco da Rocha Pombo. Nesse mesmo ano participou da redação da *Declaração Republicana Paranaense*, considerado o primeiro documento formal de adesão ao movimento republicano no Paraná. Em 1887 foi um dos fundadores do Clube Republicano de Paranaguá. Nos anos finais da década de 1880 deu palestras e colaborou nos periódicos *Eco literário*, *A República* e *Livre Paraná*, este último fundado pelo também abolicionista e republicano Fernando Machado Simas. Nesse mesmo contexto viveu por breve período em Santa Catarina, onde participou da fundação do Partido Republicano catarinense e escreveu para os jornais *A Gazeta*, *O Globo*, *O Balão* e *Evolução*.

Às vésperas da proclamação da República residia no Rio de Janeiro. Depois de instalado o novo regime foi inquirido por Benjamin Constant e Aristides Lobo sobre a possibilidade de assumir o governo de Paraná ou de Santa Catarina, mas recusou o convite. Em 1890 já residia novamente em Curitiba, onde fundou União Republicana Paranaense em parceria com o general Cardoso Júnior. Em 1891, após a promulgação da primeira Constituição republicana (24/2), foi eleito para o Congresso Constituinte de seu estado natal, mas renunciou ao cargo meses depois por incompatibilidade com os demais congressistas.

Em 1909 foi eleito deputado federal pelo Paraná e tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano. Foi reeleito para a legislatura seguinte e exerceu o mandato até dezembro de 1914. Durante esse período propôs projetos que visavam, entre outros objetivos, à remodelação do sistema de ensino, ao combate ao alcoolismo, à concessão de lotes de terra aos necessitados, ao seguro operário e à criação de um tribunal que julgasse os conflitos internacionais.

Trabalhou também em uma empresa de exportação no Paraná, e esteve ligado à criação de

uma indústria de papel. Fundador de diversas sociedades agrícolas, foi também pecuarista em Minas Gerais. Seu nome consta na história do Paraná como criador da bandeira do estado.

*Luciana Pinheiro*

**FONTES:** CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 181); CORREA, A. *Imprensa* (p.221); FUND. BIB. NAC. Disponível em: <[http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cardcatalog\\_pr&db=cardcatalog&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=nicolas,|maria](http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cardcatalog_pr&db=cardcatalog&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=nicolas,|maria)>; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 296-297) .

**FREITAS, DIOMÍCIO**

\*rev. 1930; dep. fed. SC 1963-1967.

*Diomício Manuel de Freitas* nasceu na vila de Pindotiba, no município de Orleans (SC), em 19 de abril de 1911, filho de Manuel Delfino de Freitas e de Maria Benvinda de Freitas.

Completados os estudos primários em sua cidade natal, aos 13 anos de idade começou a trabalhar como praticante de telégrafo na Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. Mantendo-se durante 17 anos nessa companhia, passaria depois a telegrafista e a agente de estação de primeira classe.

Em 1929, participou do movimento da Aliança Liberal ao lado de Nereu Ramos. Atuou igualmente na Revolução de 1930, integrado no Batalhão Osvaldo Aranha.

No início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tornou-se gerente das empreiteiras Carbonífera Barracão e Carbonífera Ouro Fino. Em 1943, associando-se a Santos Guglielmi — no que seria a origem do grupo Freitas-Guglielmi — adquiriu a concessão da Carbonífera Caeté, sediada no município de Uruçanga (SC). No ano seguinte, adquiriu a concessão da Carbonífera Visconde de Taunay, da qual já era diretor, e cujo nome foi alterado para Carbonífera Cocal. Promoveu em seguida a fusão das duas companhias, criando a Carbonífera Criciúma.

Em 1945, afastando-se de Nereu Ramos, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN). Em 1950, visando ao transporte do carvão a partir dos portos de Santa Catarina, seu grupo criou a Navegação Catarinense (Navecal). Adquiriu também — além de empresas em ramos variados — a Carbonífera Metropolitana, detentora na época da maior reserva de carvão de Santa Catarina.

Em outubro de 1962, Diomício Freitas foi eleito primeiro suplente de deputado federal por Santa Catarina na legenda da UDN, assumindo o mandato em fevereiro de 1963. Durante a legislatura foi membro efetivo da Comissão de Transportes e suplente da Comissão de Finanças da Câmara. Em declarações prestadas na época, defendeu a intervenção moderada do Estado na economia, considerando que a ampliação do monopólio estatal só seria aceitável por imperativo da segurança nacional. Manifestou-se também favoravelmente à reforma agrária e à reforma eleitoral, defendendo a desapropriação das terras mediante indenização prévia e pregando a adoção da cédula única, a instituição dos distritos eleitorais, a redução do número de partidos e limitação dos gastos com a propaganda

eleitoral. Seu mandato encerrou-se em janeiro de 1967.

Desdobrado em 1968 o grupo Freitas-Guglielmi, a partir de 1969 o grupo Freitas — que manteve a propriedade exclusiva da Carbonífera Criciúma — adquiriu e desenvolveu diversas empresas na área da mineração, da construção, da hotelaria, do reflorestamento, da agropecuária e da indústria de cerâmica, passando a abranger 22 companhias.

Em setembro de 1978, Diomício Freitas foi eleito suplente do senador indireto por Santa Catarina, Lenoir Vargas, na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação ao regime militar instalado no país em abril de 1964. Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao partido governista, o Partido Democrático Social (PDS).

Além de presidente de várias empresas e de membro efetivo do conselho de administração das empresas de seu grupo, Diomício Freitas foi membro do conselho fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional e conselheiro da Companhia Halles de Investimentos, de São Paulo. Foi ainda vice-presidente do diretório regional da Arena em Santa Catarina e membro da Associação Comercial e Industrial de Criciúma, da Associação Nacional de Fabricantes de Azulejos e do Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão. Participou de congressos e feiras sobre o carvão e a cerâmica no Brasil no exterior.

Faleceu em Criciúma (SC) em 29 de maio de 1981, em consequência de um desastre automobilístico.

Era casado com Agripina Francioni de Freitas, com quem teve seis filhos.

FONTES: CABRAL, O. *Era*; CÂM. DEP. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; CAMPOS. Q. *Fichário*; *Estado de S. Paulo* (30/5/1981); FLEISCHER, D. *Thirty*; *Jornal do Brasil* (30/5/1981); *Súmulas*; PIAZZA, W. *Dicionário político*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (6); *Who's who in Brazil*.

## **FREITAS, Herculano de**

\* dep. fed. SP 1894-1895 e 1924-1925; min. Just. 1913-1914; min. STF 1925-1926.

*Uladislau Herculano de Freitas* nasceu em Arroio Grande, então província do Rio do Grande do Sul, no dia 25 de novembro de 1865, filho de Rogério José de Freitas Guimarães e de Joaquina Caetana de Freitas Guimarães.

Em Pelotas iniciou seus estudos na escola elementar, ainda jovem ficou órfão de pai, para ajudar em casa começou a trabalhar no comércio da cidade, juntamente com dois irmãos, a fim de auxiliarem a manutenção da mãe viúva. No tempo que tinha livre, aproveitava-o freqüentando as aulas especiais do Colégio Laquintinie. Fez assim os primeiros preparatórios nos exames anexos organizados pela Diretoria Geral da Instrução Pública na capital do Rio Grande do Sul. Entrou em 1884 para a Escola Militar de Porto Alegre, mas foi obrigado a abandonar o curso das armas, e deixar o Exército, em virtude grave enfermidade em seus olhos. Partindo em 1885, para Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianópolis) um dos seus mais dedicados amigos, Antônio Lara de Fontoura Palmeiro, nomeado presidente da Província de Santa Catarina, acompanhou-o então para aquela capital, onde adepto dos princípios republicanos que tinham no Rio Grande emitentes partidários, trabalhou pela vitória do novo regime, escrevendo artigos e também em contato com o povo através de suas palavras. Com a mudança da política, Palmeiro exonerou-se da presidência poucos meses depois, e resolveu ir visitar sua família em São Paulo, Herculano de Freitas resolveu ir junto. Na capital paulista começou a colaborar na imprensa, matriculando-se, ainda em 1885, na Faculdade de Direito de São Paulo.

Em São Paulo, manteve estreitas relações com os chefes do movimento republicano, que o estimulavam e o aplaudiam pela coragem leal e pelo seu talento. Herculano e seu colega José Francisco de Paula Novaes publicaram em 19 de outubro de 1886, um folheto intitulado *O Segundo Reinado*, onde escreveram: “Apresentamos o nosso trabalho simplesmente como uma bomba de protesto e de início, para que os cometimentos de outros apareçam, e, ativos e dedicados, lutemos todos por igual na formação do regime que felizmente advirá.” Uma semana depois, no dia 26 de outubro, faleceu o jurista, político e catedrático da faculdade de Direito conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, - O Moço, em 10 de dezembro no teatro São José foi realizada uma homenagem à sua memória, presidida por Manuel Pinto de Sousa Dantas,

o conselheiro Dantas, ex-presidente do conselho de ministros do Império e antigo ministro das pastas da Agricultura, da Justiça, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, evento que contou também com a presença de Rui Barbosa, que veio especialmente a São Paulo, honrar seu falecido professor. Herculano de Freitas foi escolhido o orador da comissão acadêmica, pronunciando em nome dos alunos um inspirado discurso.

Na cidade de Campinas, então centro das idéias republicanas, a sua palavra alcançou grande sucesso, chamando a atenção de todos. Nessa cidade casou em 1887, com a filha do chefe político local Francisco Glicério, onde fixou residência, passando a trabalhar ao lado do sogro advogado.

No final do mesmo ano, transferiu-se para a Faculdade de Direito de Recife, onde fez o quarto ano do curso, mas retornou para a Faculdade do Largo de São Francisco para concluir o curso, bacharelando-se em Ciências Sociais e Jurídicas em março de 1889. Formado foi para a cidade de Ribeirão Preto (SP), onde montou um escritório de advocacia, e participou ativamente na campanha republicana. Com a proclamação da República foi nomeado chefe de polícia do Paraná, quando presidente Serzedelo Corrêa, continuando nessa função na administração de Américo Lobo. Elaborou, a pedido de Serzedelo, o projeto que serviu de base para a Constituição do Estado, que seria discutida e aprovada pelo Congresso Constituinte paranaense em 1891. Exerceu interinamente no início do ano de 1890, o cargo de governador do Paraná. De volta a São Paulo, foi em dezembro de 1890, nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, tomando posse e recebendo o grau de doutor em 16 de janeiro de 1891. Por decreto de 21 de março de 1891, foi nomeado lente catedrático, lecionando a segunda cadeira da primeira série de notariado (explicação sucinta do direito pátrio, civil e comercial), da qual tomou posse em 27 de abril daquele ano.

Com o golpe do marechal Deodoro da Fonseca, em 3 de novembro de 1891, fechando o Congresso Nacional, e a reação, que culminou com a sua renúncia, provocou a saída do Américo Brasiliense, do governo de São Paulo, por ser partidário de Deodoro, tomando posse o vice José Alves de Cerqueira Cesar no dia 15 de dezembro de 1891, que havia permanecido ao lado da legalidade do marechal Floriano Peixoto, Herculano de Freitas foi convidado para ser secretário de governo do Estado, cargo que exerceu até ano seguinte.

Filiado ao Partido Republicano Paulista - PRP, fez toda a sua carreira política por esta agremiação partidária, no dia 7 de março de 1892, foi eleito deputado estadual, assumindo 7 de abril seguinte, para o período de 1892-1894, Nessa legislatura integrou



a Comissão Permanente de Justiça, Constituição e Poderes. Renunciou ao mandato por ter sido eleito deputado federal em 1º de março de 1894, sendo empossado em 3 de maio, mas não chegou a concluir o mandato, resolvendo retornar a São Paulo, renunciou a sua cadeira em outubro de 1895, sendo sua vaga preenchida por Edmundo Guaianaz da Fonseca. Na Câmara dos Deputados quando se discutiu o pedido de Floriano Peixoto, da prorrogação do estado de sítio, sem que fossem respeitadas as imunidades parlamentares, colocou-se em franca oposição a essa medida inconstitucional, e conseguiu ver triunfar o seu ponto de vista.

De volta a São Paulo exerceu o seu cargo de professor de Direito e da sua profissão de advogado. Foi novamente eleito deputado à Câmara estadual em 22 de junho de 1896, sendo empossado em 11 de julho, seguinte. Participou como membro da Comissão Permanente de Justiça, Constituição e Poderes no ano de 1897.

Com a cisão no Partido Republicano Paulista, entre Francisco Glicério e o presidente da República Prudente de Moraes, ficou ao lado de seu sogro, e se afastou momentaneamente da política, assumindo a direção do matutino A Nação, combateu em suas páginas o governo Campos Sales. Em 31 de dezembro de 1900, foi eleito deputado estadual para a legislatura de 1901-1903, mas renunciou ao mandato em 25 de novembro de 1902. Retornaria mais uma vez ao legislativo estadual paulista, quando foi eleito em 31 de maio de 1903, em sua própria vaga, sendo empossado em 30 de junho. Entre 1901 e 1902, fez parte da Comissão Permanente de Justiça, Constituição e Poderes, e no ano de 1903 integrou a Comissão de Fazenda e Contas. Foi também líder da bancada do PRP em 1903.

Nomeado lente catedrático de Direito Criminal, por decreto de 10 de fevereiro de 1902, passou, por permuta com José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, a lente catedrático de Direito Público e Constitucional, por decreto de 1º de maio desse ano. Tomou posse em 6 de junho dessa cadeira e nela permaneceu por longo tempo, mas por suas obrigações políticas, constantemente se afastava.

Foi reeleito deputado estadual em 1º de dezembro de 1903, para o período de 1904-1906, sendo empossado em 7 de abril de 1904. Durante toda a legislatura foi membro da Comissão de Fazenda e Contas, da qual também foi seu presidente, e líder da bancada de seu partido na Câmara dos Deputados de São Paulo.

Foi eleito senador estadual para a legislatura de 1907-1915 , em 2 de fevereiro de 1907, assumindo sua cadeira em 14 de abril seguinte. No Senado foi membro da Comissão Permanente de Fazenda e Contas, entre 1907 a 1913, e da Comissão de Redação em 1913. Em 1910, foi nomeado juntamente com seu colega José Luiz de Almeida Nogueira, para representar a Faculdade de Direito, como delegado do governo federal no Congresso Jurídico Pan-Americano, realizado em Buenos Aires, na Argentina.

Em maio de 1913, durante a aula do Direito Internacional Privado, ministrada pelo professor José Mendes, conjuntamente aos alunos do 2º e 5º ano da faculdade de Direito, um aluno do último ano, se insurgiu em nome dos demais estudantes de sua turma, reclamando que se sentiam humilhados de ser chamado à lição perante os alunos do segundo ano, e que só o fariam se fosse desdobrado em duas, uma para cada ano do curso. Outro aluno do segundo ano, respondeu que a reclamação dos quinto-anistas “provinha somente de serem desordeiros como tais eram reputados desde o primeiro ano.” Com os ânimos exaltados, o catedrático tentou acalmá-los. Terminada a aula, um conflito se travou entre os dois grupos. A Congregação se reuniu para tomar conhecimento do tumulto, Reinaldo Porchat propõe um inquérito rigoroso, que seria posteriormente arquivado, a proposta levada por Herculano de Freitas era o desdobramento da aula em duas, resolvendo assim o problema de vez, o que foi aprovada pela maioria do corpo docente da faculdade.

Renunciou ao mandato parlamentar, em agosto de 1913, quando recebeu o convite do presidente da República marechal Hermes da Fonseca para assumir o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores, exercendo no período de 12 de agosto de 1913 a 14 de novembro de 1914. Sua vaga no Senado estadual foi preenchida por Fernando Prestes de Albuquerque.

Retornando a São Paulo, foi em 4 de janeiro de 1915, eleito unanimemente pela Congregação, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo para o biênio 1915-1917, sendo por decreto de 26 de março do mesmo ano, assinado pelo presidente da República Venceslau Brás, foi nomeado diretor efetivo, tomando posse em 8 de abril.

Nas eleições de 2 de fevereiro de 1916, foi eleito novamente senador estadual, assumindo sua cadeira em 31 de março, para a legislatura de 1916-1924. Integrou entre 1916 e 1917, a Comissão Permanente de Recursos Municipais, e a Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Poderes no ano de 1918. Em 14 de dezembro desse ano, substituiu Eloi Chaves, eleito para a Câmara Federal, no cargo de secretário

da Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo, na presidência de Altino Arantes, renunciando então seu cargo no Senado paulista, sendo sua cadeira ocupada por Virgílio Rodrigues Alves. Na sua gestão, inaugurou a Penitenciária de São Paulo, estabelecimento modelar, tido como um dos mais adiantados do mundo, e lançou à pedra fundamental do Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça de São Paulo, permaneceu no governo até 1º de maio de 1920, quando assumiu Washington Luis, no governo de São Paulo, e foi substituído por Francisco Cardoso Ribeiro.

Ao deixar o governo retornou a cátedra na Faculdade de Direito, e ao seu importante Haras Santo Amaro. Em 29 de abril de 1922, foi eleito mais uma vez senador estadual, sendo empossado em 14 de julho, para o período de 1922-1930. No Senado fez parte nos anos de 1922 e 1923, da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Poderes. Mas em 17 de abril de 1924, renunciou ao cargo quando se elegeu deputado federal. No Senado de São Paulo foi substituído por Antonio Pereira do Amaral Carvalho. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, em 3 de maio, para o triênio 1924-1926, tendo sido o relator da reforma constitucional levada a efeito sob a presidência Arthur Bernardes. Na Câmara Federal foi escolhido por seus pares líder da bancada.

Foi posto em disponibilidade no cargo de professor catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, por decreto de 29 de agosto de 1925. Renunciou a cadeira na Câmara dos Deputados, quando por decreto de 7 de dezembro de 1925, do presidente Artur Bernardes, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

Jornalista foi diretor de redação do jornal Correio Paulistano órgão oficial do Partido Republicano Paulista - PRP.

Foi casado com Clotilde Glicério de Freitas, filha do general Francisco Glicério, republicano histórico, com teve seis filhos.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 14 de maio de 1926, no exercício do cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

#### FONTES:

FONSECA, Antônio S., IGNÁCIO, Antonio Pereira, BRISOLLA, C. Monteiro. *São Paulo e seus Homens no Centenário* – Obra comemorativa do 1º Centenário da

Independência do Brasil – 7 de Setembro de 1922 - 1º Volume – Empresa de Publicidade Independência Editora – Tipografia Piratininga – 1922 – São Paulo.

GALVÃO, Miguel Archanjo. Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro – 1894

RIBEIRO, José Jacintho. Chronologia Paulista – 3 Tomos - Mandado editar por Lei da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – S. Paulo, 1899, 1901 e 1903.

ABRANCHES, Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil – 1889 a 1917. São Paulo, 1918.

AMARAL, Antonio Barreto do. “Dicionário de História de São Paulo. São Paulo”: Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, Coleção Paulística, nº.19, 1981.

VAMPRE, Spencer – Memórias para a Historia da Academia de São Paulo – Edição comemorativa do Sesquicentenário da Instauração dos Cursos Jurídicos no Brasil (1827-1977) – 2 Volumes – 2ª edição – Instituto Nacional do Livro com a colaboração do Conselho Federal de Cultura – Ministério da Educação e Cultura - 1977

CALIMAN, Auro Augusto (org.). "Legislativo Paulista – Parlamentares (1835-2005)". Imprensa Oficial, São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Antônio Sérgio – Poder Legislativo do Estado de São Paulo - 1891-2007 – (Monografia) – ALESP - 2007.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Governos do Estado de São Paulo – 1889-2009 - (Monografia) – São Paulo – 2009.

Correio Paulistano – 15 de Maio de 1926 – Acervo de Antônio Sérgio Ribeiro

**FREITAS, Norival Soares de**

\* dep. fed. RJ 1918-1930.

*Norival Soares de Freitas* foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e exerceu seu primeiro mandato de 10 de maio de 1918 a 31 de dezembro de 1920. Reeleito para as legislaturas 1921-1923, 1924-1926, 1927-1929, conquistou o quinto mandato em 1930, mas deixou a Câmara dos Deputados em outubro, quando a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder extinguiu os órgãos legislativos do país.

Foi também sócio e tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 com o objetivo de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para o estudo da história e da geografia do Brasil.

*Izabel Pimentel da Silva*

Fontes: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CAMPOS, R. *Machado(s)*; INST. HIST. GEO. BRAS. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/ihgb27.php>>.

## **FREITAS, Tertuliano Teixeira de**

\*pres. PR 1894.

*Tertuliano Teixeira de Freitas* nasceu em Salvador no dia 6 de setembro de 1835, filho de Antônio Teixeira de Freitas Barbosa e de Felicidade de Santa Rosa de Lima, que receberam o título de barões de Itaparica. Seu irmão Augusto Teixeira de Freitas, reconhecido como patrono dos juristas pelo Supremo Tribunal Militar, foi eminente jurisconsulto do Império.

Fez os primeiros estudos em Salvador e transferiu-se depois para São Paulo, matriculando-se em 1854 na Faculdade de Direito. Bacharel em 1859, retornou ao Paraná. Lecionou matemática no Liceu Paranaense e em 1875 tornou-se inspetor da Tesouraria da Fazenda.

Após a promulgação da primeira Constituição da República em 24 de fevereiro de 1891, foi eleito pela União Republicana para o Congresso Constituinte do Paraná, com mandato de dois anos. Em 3 de abril de 1894, no conturbado contexto da Revolução Federalista, que causou séria instabilidade política no Paraná, assumiu o governo do estado por 15 dias, em lugar de Francisco José Cardoso Júnior. Foi então substituído por Antônio José Ferreira Braga.

Foi também chefe de polícia no Paraná.

Faleceu em Curitiba em 24 de julho de 1910.

Era casado com Helena Augusta Teixeira de Lima, sua sobrinha.

*Luciana Pinheiro*

**Fontes:** ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 14/10/2010; CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 14/10/2010; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/>>. Acesso em: 14/10/2010; Rede da Memória Virtual Brasileira. Disponível em:

<<http://bndigital.bn.br/redememoria/tesourariafazenda.html>>. Acesso em: 14/10/2010); SUP. TRIB. MIL. Disponível emL <<http://www.stm.jus.br/>>. Acesso em: 14/10/2010.

## **FRENTE ÚNICA GAÚCHA (FUG)**

Coligação entre o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Libertador (PL), também chamada Frente Única Rio-Grandense (FURG), formada em agosto de 1929 com o objetivo de dar apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, lançada pela Aliança Liberal. Desapareceu junto com os dois partidos gaúchos quando estes foram extintos pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937.



## **FROLA, Francesco**

\*jornalista; mov. antifascista.

*Francesco Frola* nasceu em Turim, na Itália, no dia 28 de junho de 1886.

Filho de família nobre, tinha o título de conde. Desde cedo desenvolveu atividade política em defesa de ideias socialistas. Emigrou para os Estados Unidos, onde trabalhou como operário, mas em 1911 voltou à Itália e ingressou no Partido Socialista Italiano (PSI). Foi eleito deputado em 1919 e candidatou-se novamente nas eleições de 1924, mas não se reelegeu. Escreveu um livro defendendo a aliança com os pequenos proprietários rurais e com o proletariado urbano. Perseguido pelos fascistas, em 1925 fugiu para a França, onde exerceu atividades antifascistas e se tornou vice-diretor do jornal *Il Corriere degli Italiani*. Em 1926, foi convidado por Antonio Piccarolo, líder do antifascismo em São Paulo, a assumir a direção do jornal *La Difesa*, fundado em abril de 1923. Por motivos pessoais, Piccarolo desejava deixar a direção do jornal. Frola aceitou o convite e embarcou para o Brasil. O governo italiano pressionou as autoridades brasileiras a não permitirem sua entrada, o que provocou intensa campanha pró-Frola entre os antifascistas na imprensa brasileira. Aceita a sua permanência no Brasil, Frola assumiu o controle da associação antifascista *Unione Democratica*, da qual *La Difesa* era o órgão oficial, e alterou seu nome para *Lega Antifascista*. Tornou-se também o novo diretor do jornal, embora Piccarolo continuasse a participar.

Frola não só dirigia *La Difesa*, como passou a fazer conferências e a organizar comícios e debates contra o fascismo por todo o Sul/Sudeste do Brasil, alterando a forma de atuação posta em prática principalmente por Piccarolo, para quem a propaganda deveria ser dirigida ao mundo intelectual. Frola passou a dar ênfase ao movimento de massa, o que teria desagradado a Piccarolo. Outra mudança que introduziu no jornal foi demonstrar maior tolerância em relação aos antifascistas ligados à esquerda. Declarou não ser comunista, mas não aceitar a discriminação contra o comunismo, e abriu as páginas do jornal para esse ativistas, assim como para os anarquistas. As divergências políticas entre Frola e Piccarolo iriam se acentuar, apesar de ambos se declararem “socialistas”. O conflito entre os dois marcou a trajetória do antifascismo italiano no Brasil, especialmente entre 1927 e 1934. A disputa os levou ao emprego de insultos, de uma linguagem agressiva e de acusações de corrupção, traição, imediatismo etc.

Em fins de 1929 Frola voltou à França na qualidade de correspondente do jornal brasileiro. Ao retornar ao Brasil, e ter o visto de entrada no país recusado, decidiu ir para Buenos Aires, onde chegou em maio de 1930. Participou da reorganização do movimento antifascista de Buenos Aires e voltou para São Paulo no início de 1931. Na década de 1930,

principalmente a partir de 1932, quando surgiu o integralismo no Brasil, a questão do fascismo passou a ter prioridade entre os grupos de esquerda, o que foi um fator de revitalização do antifascismo italiano. Defensor da formação de frentes únicas contra o fascismo, Frola tornou-se personagem importante na criação da primeira grande frente antifascista do Brasil, a Frente Única Antifascista (FUA), em 1933-1934. Perseguido e preso em 1935, e também após a instalação do Estado Novo, em 1937, decidiu abandonar o Brasil e emigrou para o México em 1938. Ali foi convidado pelo presidente Lázaro Cardenas para assessorar o governo e dar aulas na Universidade Nacional.

Com o final da guerra, voltou para a Itália em 1946. Pouco tempo depois iniciou campanha contra o novo governo italiano, que acusava de estar a serviço do imperialismo americano. Demonstrou indignação diante da proteção dos Aliados à monarquia e ao papado e da permanência de velhos fascistas no poder. Suas posições não encontraram porém ressonância nas novas forças da Itália. Isolado pela Democracia Cristã e pelos companheiros de luta antifascista, voltou ao Brasil em 31 de maio de 1954 e fixou residência no Rio de Janeiro. Participou da campanha pela nacionalização do petróleo.

Não se tem dados sobre o local e a data de sua morte, que deve ter ocorrido por volta de 1954.

Publicou romances de conteúdo social e inúmeros livros e artigos de caráter político, entre eles *Da Parigi a São Paulo (Storia documentata d'un fiasco fascista)* (1927), *A cooperação livre: a economia espontânea do povo* (1937), *O trabalho e o salário* (1937), *Recuerdos de un antifascista, 1925-1938* (1938), *El Estado corporativo fascista* (1940) e *Sangue e petróleo* (1954).

*Alzira Alves de Abreu*

FONTES: BERTONHA, J. *Antifascista* (p.213-239); HECKER, A. *Socialismo*.

## **FRONTIN, Paulo de**

\* sen. DF 1917-1918; pref. DF 1919; dep. fed. DF 1919-1920; sen. DF 1921-1930.

*André Gustavo Paulo de Frontin* nasceu na Raiz da Serra de Petrópolis, na província do Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro de 1860, filho de João Gustavo de Frontin e de Hipólita Laureça Eulália de Villan.

Estudou nos Colégios São Luís e José Ferreira da Paixão, em Petrópolis, e Pinheiro e Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, concluindo neste último os preparatórios. Em 1874 ingressou na Escola Politécnica e em 1879 formou-se em engenharia civil e geográfica. No ano seguinte obteve mais dois títulos pela mesma instituição: o de engenheiro de minas e o de bacharel em ciências físicas e matemáticas. Ainda em 1880 tornou-se professor substituto do curso de engenharia civil da Escola Politécnica e do Colégio Pedro II. Em 1882, conquistaria o título de doutor em engenharia civil e de minas. Também na década de 1880, fundou com amigos, na Politécnica, um clube abolicionista.

Seu primeiro cargo público foi o de engenheiro residente do Reservatório de Franca, na Inspetoria de Águas e Obras Públicas, entre 1880 e 1884. Amante confesso do hipismo, criou em 1885 a Sociedade Desportiva Derby Club, da qual se tornaria presidente perpétuo. Entre 1886 e 1887 trabalhou no sertão da Bahia em projetos de canalização de água. Sua projeção nacional ocorreu em março de 1889, com as obras realizadas para contornar o problema de abastecimento d'água na cidade do Rio de Janeiro. O episódio ficou conhecido como “Água em Seis Dias”, em virtude do tempo gasto na operação.

Em 1890, tornou-se catedrático do curso de ciências físicas e matemáticas da Escola Politécnica. Em parceria com Carlos Sampaio, nesse mesmo ano fundou a Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil, responsável por importantes obras de construção de trechos ferroviários no país e uma das primeiras imobiliárias a atuar na cidade do Rio de Janeiro. Em 1896, fez parte da comissão encarregada de avaliar planos e projetos de saneamento para o Rio de Janeiro, presidida por Manuel Vitorino Pereira, então vice-presidente da República. Nesse ano e no seguinte dirigiu também a Estrada de Ferro Central do Brasil. Mais adiante, nas obras de reforma urbana realizadas na cidade do Rio de Janeiro na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), foi nomeado, em 1903, chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, atual avenida Rio Branco. Também em 1903

elegeu-se presidente do Clube de Engenharia, cargo que ocuparia por três décadas, sendo agraciado pela instituição com o título de presidente perpétuo. Voltou a dirigir a Estrada de Ferro Central do Brasil entre 1910 e 1914, experiência que, somada à primeira, fez com que ampliasse sua rede de relações e acumulasse grande capital político.

De fato, paralelamente à intensa atividade profissional como engenheiro, empresário e professor, Paulo de Frontin desenvolveu uma importante trajetória política na cidade do Rio de Janeiro, transformando-se, em curto espaço de tempo, num dos principais próceres da política carioca. Sua ligação com a política foi formalizada com seu ingresso, em 1912, no Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), liderado pelo médico Augusto de Vasconcelos. A conquista do primeiro mandato parlamentar, no entanto, se daria mais adiante, em 1917, ano em que fundou a Aliança Republicana (AR). Na chefia do novo partido, que passou a ser uma das principais siglas da política carioca, Frontin garantiu uma cadeira no Senado pelo Distrito Federal, na vaga aberta por Sá Freire, destacando-se durante os trabalhos legislativos pela defesa do funcionalismo público. A conquista de um novo mandato veio nas eleições legislativas regulares, realizadas em março de 1918. Interrompeu porém sua permanência no Senado ao aceitar o convite feito pelo presidente Delfim Moreira (1918-1919) para assumir o cargo de prefeito do Distrito Federal, em substituição a Peregrino da Silva.

#### PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

Em sua curta passagem pela prefeitura do Rio de Janeiro, entre 22 de janeiro e 26 de julho de 1919, Paulo de Frontin realizou um grande número de obras de (re)configuração do espaço urbano carioca: a duplicação e pavimentação da avenida Atlântica; a abertura da avenida Meridional (atual Delfim Moreira), a qual, dando continuidade à avenida Vieira Souto, ligou o canal da Lagoa (atual Jardim de Alá) à subida da avenida Niemeyer, que foi alargada; o prolongamento da avenida Beira Mar, e a abertura do túnel João Ricardo, ligando o Campo de Santana à Gamboa – obra realizada para desviar da área mais central da cidade o movimento de mercadorias em direção ao Cais do Porto. Essa intensa atividade lhe valeu as alcunhas de “Prefeito da Varinha de Condão,” “Hércules da Prefeitura” e “Prefeito da Densidade Máxima,” como era chamado pela imprensa favorável. Já entre os setores descontentes, dos quais o *Jornal do Brasil* serviu muitas vezes de porta-voz, sua

gestão foi com frequência classificada como desastrosa, e ele próprio foi acusado de sofrer de “megalomania” e de “proporcionar pão e circo ao povo”.

No plano fiscal, Frontin desenvolveu uma política que não contrariou os interesses ligados ao grande capital da cidade. Suspendeu a cobrança do imposto territorial e não se comprometeu com a arrecadação do imposto de exportação, criado na gestão de Amaro Cavalcanti. Paralelamente, buscou estabelecer alianças com influências políticas de diferentes freguesias, sobretudo do subúrbio e da zona rural, inaugurando a prática de visitas a essas localidades.

Em relação ao operariado da prefeitura, promulgou, em 1º de maio de 1919, o Decreto Lei nº 1.329, de sua autoria, concedendo aos operários municipais com mais de dez anos de serviço direitos e regalias conferidos apenas aos funcionários públicos do município. Com o dispositivo, passou a ser chamado por alguns de “Pai do Operariado”.

Sua ação à frente do Executivo municipal gerou na imprensa especulações sobre uma futura candidatura à presidência da República, além de um movimento em defesa da sua permanência no cargo no de governo de Epitácio Pessoa, que, eleito em abril de 1919, deveria tomar posse em 28 de julho seguinte. O movimento contou com o apoio do Partido Republicano Feminino e da União dos Operários Municipais, e recebeu adesão de variados setores da sociedade. Na ocasião foram organizados diretórios para o recolhimento de assinaturas a serem enviadas ao presidente eleito, mas nenhuma dessas iniciativas surtiu efeito. Note-se que, no pleito que conferiu a vitória a Epitácio Pessoa, Frontin apoiara a candidatura dissidente de Rui Barbosa.

#### DEPUTADO E SENADOR

Ao deixar a prefeitura, onde foi substituído por Milcíades Mário de Sá Freire, Frontin foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Tomou posse na Câmara em 9 de dezembro e no ano seguinte fez parte da Comissão de Instrução Pública, até encerrar o mandato, em 31 de dezembro.

O ano de 1921 marcou sua volta ao Senado, após a disputa pela cadeira na bancada carioca com o ex-ministro e ex-prefeito do Distrito Federal Amaro Cavalcanti. Em seu terceiro mandato na Câmara Alta, Frontin destacou-se na defesa do Conselho da Intendência Municipal do Distrito Federal, órgão Legislativo da cidade do Rio de Janeiro, alvo

constante de críticas por parte tanto da imprensa quanto de parlamentares de diferentes bancadas. Comprometido com a salvaguarda das prerrogativas e competências daquela Casa, apresentou projeto de lei nº 15, de 1921, modificando a forma de avaliação dos vetos do prefeito. De acordo com o projeto apresentado, o veto do prefeito só seria aprovado caso reunisse maioria dos votos dos senadores presentes na sessão que decidiria sobre a matéria. Propugnou também pelo desenvolvimento de uma ação conjunta do governo federal e da prefeitura do Distrito Federal na resolução do problema de escassez de moradias na cidade do Rio, sustentando durante a gestão de Carlos Sampaio (1920-1922) a necessidade de construção de prédios e habitações individuais e coletivas.

No mesmo período, entre 1921 e 1922, integrou a Comissão de Instrução Pública e tomou parte nos debates sobre a sucessão presidencial. Na convenção que lançara o nome de Artur Bernardes pelas forças situacionistas, a Aliança Republicana havia decidido dar apoio à candidatura oficial. Ao longo da campanha, porém, com a divulgação de cartas supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares contendo referências desrespeitosas aos militares, episódio que ficaria conhecido como as “cartas falsas”, Frontin passou a defender a liberdade de escolha dos aliancistas em relação às eleições. Derrotada sua proposta, rompeu com a Aliança que fundara. Em discurso na tribuna do Senado em 29 de dezembro de 1921, expôs os motivos de sua saída da organização e justificou seu apoio à chapa dissidente da Reação Republicana, formada por Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra. No quadriênio de Artur Bernardes (1922-1926), Frontin se manteve em posição de equidistância entre as forças governistas e as forças oposicionistas, o que não o impediu de combater o projeto de lei de imprensa produzido pelo governo com o objetivo de limitar a ação da oposição. Num célebre pronunciamento de oito horas seguidas, na sessão de 6 de dezembro de 1922, obstruiu a pauta de votação do projeto tratando de temas variados como a questão do orçamento da Marinha, o problema dos efetivos de terra, as consequências da Grande Guerra (1914-1918) na economia mundial, a política cambial brasileira e o problema das estradas de ferro no Brasil.

A despeito de seu afastamento das lides partidárias após rompimento com a Aliança Republicana, Frontin continuou participando de debates relativos à política do Distrito Federal. Nas discussões em torno do reconhecimento do candidato eleito para o Senado em 1924, ocasião em que disputavam a vaga Irineu Machado e Mendes Tavares, este último,

líder autonomista apoiado pelo governo federal e vitorioso no processo, defendeu a eleição de Irineu Machado, cujo destino foi a “degola” devido à sua participação na Reação Republicana.

No quadriênio seguinte, de Washington Luís (1926-1930), Frontin ocupou a tribuna do Senado para defender a política de estabilização da moeda levada a cabo pelo governo como forma de conter a espiral inflacionária. Nas eleições federais de 1930, selou a aproximação ensaiada com o governo, apoiando a chapa Júlio Prestes e Vital Soares para a presidência e vice-presidência da República. Contando com a força do situacionismo e com o prestígio de seu nome, disputou com José Joaquim Seabra a reeleição para o Senado na representação do Distrito Federal. Apesar de ter saído vitorioso no pleito e no processo de reconhecimento, já eram claros os sinais de erosão do seu poder na política local. A candidatura Seabra conquistara o apoio da maioria dos intendentes do Conselho Municipal, do eleitorado independente da cidade e de políticos como Adolfo Bergamini, Maurício de Lacerda, Sales Filho, Cândido Pessoa, Leitão da Cunha, Barthlet James e Dormund Martins, além de Irineu Machado.

Deflagrado o movimento revolucionário em 3 de outubro de 1930, Frontin fez seu último discurso no Senado, defendendo a manutenção da ordem e condenando a revolução. Sua posição na ocasião e as críticas posteriormente feitas ao movimento que pôs fim ao modelo político vigente na Primeira República comprometeram sua influência política no novo governo. Pedro Ernesto, nomeado por Getúlio Vargas interventor no Distrito Federal, chegou a convidá-lo para participar da elaboração do orçamento da prefeitura nos primeiros momentos do governo provisório. Logo em seguida, porém, retiraria o convite. Frontin receberia ainda um ofício determinando sua exoneração dos quadros de professores catedráticos da Politécnica que, embora não tenha se consumado, o impediu de reger turmas a partir de então.

Afastado da atividade política, destituído de seu mandato parlamentar com o fechamento do Congresso, em entrevista concedida à imprensa carioca Frontin reafirmaria sua postura de defesa da autonomia político-administrativa do Distrito Federal, feita ao longo de toda a sua trajetória política, e seu desacordo em relação à ideia de transferência da capital, por considerá-la dispendiosa e, principalmente, prejudicial aos negócios da cidade. Em seus últimos meses de vida, já doente, experimentou o ostracismo imposto pelo novo governo.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em sua casa, na rua das Laranjeiras, no dia 15 de fevereiro de 1933.

Casado com Maria de Toledo Dodsworth, filha dos barões de Javari, teve três filhos: Maria Elisa, que se casou com Álvaro Werneck, Henrique Paulo e Maria da Glória, que se casou com Moniz Freire. Seu sobrinho Henrique Dodsworth seguiria a carreira política e seria também prefeito do Distrito Federal (1937-1945).

Publicou *O carvão nacional* (1920); *Homenagem de confraternização à França heróica e ao seu preclaro representante no Brasil, o Sr. Ministro Paul Claudel* (discurso); *Discursos pronunciados pelos srs. senadores Paulo de Frontin e Celso Bayma*; *Mecânica aplicada. Mecânica física. Cinemática aplicada. Programa da cadeira de máquinas da Escola Politécnica – 1892-1894*; *Discurso pronunciado na sessão de 27 de dezembro de 1919 na Câmara dos Deputados*. Em 2003 foi publicado o volume *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*, com organização de Américo Freire. A seu respeito, foram publicados os títulos *Paulo de Frontin, sua vida e sua obra*, de Raimundo Ataíde (1961) e *Presença de Paulo de Frontin*, de Luís Dodsworth Martins (1966).

Surama Conde Sá Pinto

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. PAULO DE FRONTIN; ATAYDE, R. *Paulo*; CÂM. DEP. *Anais* (1919-1920); FREIRE, A. *Paulo*; LIMA, J. *Figuras*; MARTINS, L. *Presença*; PINTO, S. *Elites*; REIS, J. *Rio de Janeiro* (v.3); SANTOS, N. *Esboço*; SENADO. *Anais* (1917-1930); VIEIRA, J. *Cadeia*.



## FRONTIN, PEDRO DE

\*militar; ch. EMA 1920-1922; min. STM 1926-1938.

*Pedro Max Fernando de Frontin* nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 8 de fevereiro de 1867, filho de João Gustavo de Frontin e de Eulália Hyppolite Rose de Frontin, franceses. Era irmão do engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933), que durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) notabilizou-se como um dos principais colaboradores do prefeito Pereira Passos na remodelação urbanística do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Fez seus primeiros estudos em uma escola da Instrução Pública da Corte, no externato do Colégio Pedro II e no Colégio Naval. Ingressou em 1882 na Escola Naval, tornando-se em 1884 guarda-marinha e depois segundo-tenente. Promovido a primeiro-tenente em 1886, recebeu as patentes de capitão-tenente em 1890 e capitão de corveta em 1902.

Imediato do encouraçado *Deodoro*, em novembro de 1904 participou da mobilização de forças em resposta ao levante da Escola Militar e, em seguida, da repressão à Revolta da Vacina, que a pretexto de combater a obrigatoriedade da vacinação contra a febre amarela ensejou o desencadeamento da insatisfação popular com o governo.

Nomeado comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul em maio de 1905, permaneceu no cargo até o ano seguinte, quando regressou à capital federal e assumiu a direção da Escola de Timoneiros e o comando do navio-escola *Primeiro de Março*. Em abril de 1907, foi nomeado chefe de gabinete do ministro da Marinha, almirante Alexandrino de Alencar, mas só ocupou o cargo até dezembro do mesmo ano.

Em janeiro de 1908 partiu para Glasgow, na Escócia, com a missão de trazer para o Brasil o contratorpedeiro *Piauí*, do qual havia sido nomeado comandante. Retornou ao Rio apenas em fevereiro de 1909, e em agosto do mesmo ano tornou a ser designado para a chefia de gabinete do ministro da Marinha. Em agosto de 1910 foi promovido a capitão de fragata, e em novembro deixou o ministério para assumir o comando do cruzador *Rio Grande do Sul*. Quando, no dia 22 desse mesmo mês eclodiu a chamada Revolta da Chibata, em protesto contra os castigos corporais que ainda eram impostos aos marinheiros da Armada, participou da repressão ao movimento, sufocando um motim a bordo do *Rio Grande do Sul*.

e engrossando o bombardeio à ilha das Cobras, onde se encontrava o batalhão naval insurreto.

Promovido a capitão de mar e guerra em dezembro de 1912, no mês seguinte deixou o comando do *Rio Grande do Sul* e assumiu a chefia da 1ª Seção do Estado-Maior da Armada (EMA), que ocupou apenas até maio de 1913. Em seguida, comandou o encouraçado *São Paulo* até janeiro de 1915, quando foi nomeado comandante do Corpo de Marinheiros Nacionais. Em maio foi promovido a contra-almirante, e em julho deixou o Corpo de Marinheiros para assumir o comando da 2ª Divisão Naval, composta dos cruzadores *Barroso*, *Rio Grande do Sul* e *Bahia*. No ano seguinte, foi enviado como embaixador extraordinário à posse do presidente da Argentina.

Em 1917, a 2ª Divisão Naval foi extinta, e Frontin foi designado comandante da Divisão Naval Sul. Quando, em outubro do mesmo ano, o Brasil declarou guerra ao Império alemão, foi escolhido para comandar a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG). Nomeado em janeiro de 1918, assumiu o comando da DNOG em fevereiro. Faziam parte dessa força os cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, os contratorpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, o cruzador auxiliar *Belmonte* e o rebocador *Laurindo Pita*.

As primeiras unidades da DNOG começaram a deixar o porto do Rio em maio de 1918, com destino a Freetown (Serra Leoa). Em Dacar, no Senegal, os navios foram atingidos por uma forte epidemia, que vitimou 464 homens da guarnição, composta de dois mil marinheiros e oficiais. Foi necessário enviar reforços do Rio de Janeiro para recompor a tripulação.

A DNOG, agregada à capitânia das forças navais inglesas do litoral ocidental da África, tinha como missão proteger a linha de embarcações que circulavam na área, infestada de submarinos alemães. Com a decretação do armistício em novembro de 1918, a DNOG retornou ao Brasil, onde chegou em junho de 1919 e foi dissolvida.

Em julho de 1919, Pedro de Frontin foi nomeado diretor da Escola Naval de Guerra, e ali permaneceu até janeiro de 1920, quando foi nomeado chefe do EMA. Promovido a vice-almirante em maio seguinte, foi exonerado da chefia do EMA em novembro de 1922. Em seguida, ocupou o cargo de diretor-geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Em novembro de 1926, foi nomeado ministro do Superior — então Supremo — Tribunal

Militar (STM), deixando o serviço ativo. Eleito vice-presidente do STM em 1931 e reeleito em 1932, ascendeu à presidência do tribunal em julho de 1934 com a aposentadoria do marechal José Caetano de Faria, vindo a ser reeleito em 1936.

Foi aposentado compulsoriamente em fevereiro de 1938, por ter atingido o limite de idade previsto na Constituição para o cargo. Reformado em seguida, faleceu no Rio de Janeiro, solteiro, no dia 6 de abril de 1939.

*Robert Pechman*

FONTES: ALMEIDA, A. *Dic.*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; LAGO, L. *Conselheiros*; MACEDO, R. *Efemérides*; MIN. GUERRA; *Almanaque*; MIN. MAR. *Almanaque* (1934); NOGUEIRA, F. *Supremo*; SERV. DOC. GER. MARINHA; SILVA, H. 1937.

## **FROTA, Falcão da**

\* militar; min. Guerra. 1891.

*Antônio Nicolau Falcão da Frota* nasceu em Desterro, atual Florianópolis, capital da então província de Santa Catarina, em 10 de setembro de 1834, filho Antônio José Falcão da Frota, oficial de Marinha que veio de Portugal e aderiu à independência brasileira, e de Tomásia Vemos. Seu irmão Júlio Anacleto Falcão da Frota foi governador do Rio Grande do Sul de 9 de fevereiro a 6 de maio de 1890, constituinte de 1891 e senador pelo Rio Grande do Sul de 1891 a 1909.

Assentou praça como voluntário em 18 de outubro de 1850, requerendo matrícula na Escola Militar e ficando adido ao 7.º Batalhão de Caçadores. Em 14 de junho de 1851, foi reconhecido cadete.

Em 18 de agosto daquele ano, Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, mas que na prática exercia o poder sobre todo o território da Argentina, deu início à Guerra do Prata contra o Brasil. Em aliança com Manuel Oribe, ex-presidente do Uruguai, Rosas queria dominar toda a região do rio da Prata, que além da Argentina englobava o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, e invadir a província brasileira do Rio Grande do Sul. Para o Império brasileiro não era interessante a existência de um vizinho republicano poderoso na região. Assim, com o objetivo de manter a autonomia política do Uruguai, desde maio o Brasil havia formalizado uma aliança defensiva com esse país e com as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, que se haviam rebelado contra Rosas.

O recém-reconhecido cadete Falcão da Frota fez parte do exército enviado para combater as forças de Rosas e Oribe. Os embates se estenderam até fevereiro de 1852, quando, na batalha de Monte Caseros – localidade próxima a Buenos Aires –, Rosas foi derrotado.

Em 2 de maio de 1853, por ordem do presidente da província do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o visconde de Sinimbu, Falcão da Frota matriculou-se na Escola Militar de Porto Alegre. Depois, passou para a Escola Militar do Rio de Janeiro e aí concluiu o curso de cavalaria. Em 14 de abril de 1855 foi promovido a alferes-aluno do

3.º Regimento do Corpo de Artilharia, localizado na cidade de São Gabriel (RS), e em 2 de dezembro de 1856, a alferes, passando a pertencer ao 3.º Regimento de Cavalaria Ligeira, em Porto Alegre. Em 8 de junho de 1861 seguiu para a capital do Império, para habilitar-se na Escola de Tiro de Campo Grande. Naquele mesmo ano, em 2 de dezembro, foi promovido a tenente, e em 7 de março do ano seguinte apresentou-se, de regresso, ao seu regimento.

Em 1864, em virtude das disputas políticas no Uruguai que resultaram em invasões de propriedades localizadas em solo brasileiro, das consequentes pressões dos estancieiros, e dos interesses políticos mais gerais que envolviam a região, o Império brasileiro organizou e, em 16 de outubro, iniciou a invasão do território uruguaio. Integrante das tropas destacadas para essa missão, em 30 de dezembro Falcão da Frota marchou com o Regimento de Cavalaria Ligeira em direção ao Uruguai e fez parte das forças que atacaram o departamento de Paissandu, que capitulou a 2 de janeiro de 1865.

Rapidamente o Império brasileiro atingiu seu objetivo, derrotando as tropas uruguaias, depondo o presidente daquele país, Atanasio Cruz Aguirre, em 15 de fevereiro de 1865, e assinando a Convenção de Paz com o governo provisório no dia 20 daquele mês. Contudo, o Paraguai havia reagido à invasão brasileira do território do Uruguai. Em resposta, formalizou-se a Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, com o objetivo de combater as forças paraguaias. As tropas brasileiras permaneceram no Prata e, como seu integrante, Falcão da Frota continuou na região. A 24 de julho foi nomeado assistente interino junto ao comando da 6.ª Brigada, e no dia 26 transpôs o rio Uruguai para a província de Entre Rios, na Argentina, ameaçada de invasão pelas tropas paraguaias. Em 21 de agosto passou a exercer as funções de ajudante-general junto ao comando da 3.ª Brigada. A guerra prosseguiu com o avanço dos aliados, mas a derrota sofrida quando da tentativa de tomada do forte de Curupaiti, em setembro de 1866, gerou desentendimentos entre as forças aliadas, que resultaram na substituição do marechal de campo Manuel Luís Osório pelo marechal Luís Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias, no comando das tropas brasileiras em combate. Ao assumir tal incumbência em novembro de 1866, Caxias

encontrou o Exército brasileiro praticamente paralisado. Antes de retomar o avanço sobre o território paraguaio, precisou reorganizar as forças. Feito isto, em 22 de julho de 1867 reiniciou a ofensiva. Nessa data, Falcão da Frota, que fora promovido a capitão em 1.º de junho de 1867, marchou com o 3.º Corpo do Exército do Passo da Pátria para o acampamento aliado de Tuiu Cuê, que estava sendo ameaçado por colunas paraguaias. Chegou no dia 31 e tomou parte nos combates travados em frente à vila, que terminaram com a vitória aliada. Também participou dos combates do dia 31 de agosto no arroio Hondo, e de 3 e 21 de outubro em frente a San Solano, próximo à fortaleza de Humaitá, cujo objetivo era surpreender as forças paraguaias que diariamente deixavam a fortificação para hostilizar as posições brasileiras. Depois, marchou com a força expedicionária que em 29 de outubro atacou o inimigo no Potreiro Obella, e em 2 de novembro participou da tomada de Tayi, importante conquista que, assim como a de San Solano, visava ao cercamento e posterior conquista da fortaleza do Humaitá.

Ainda durante o período em que esteve no teatro de guerra, Falcão da Frota foi, em 28 de janeiro de 1868, nomeado fiscal do 14.º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, e, em 7 de maio, major em comissão, permanecendo como fiscal do 14.º Corpo. Também em 1868, participou nos combates de 6 de setembro na ponte de Itororó e de 11 de setembro no arroio Ivaí. A seguir foi classificado no 3.º Regimento, no comando da 3.ª Divisão de Cavalaria, e em 11 de dezembro de 1868 lutou na batalha de Avaí, que fez parte da sequência de vitórias das tropas brasileiras em embates na região do Chaco conhecida como a “dezembrada”.

Em 20 de fevereiro de 1869 foi promovido a major por atos de bravura, com antiguidade de 11 de dezembro do ano anterior, e em 5 de março foi nomeado para comandar o 6.º Corpo Provisório da Guarda Nacional. Continuou na campanha contra o Paraguai até o fim do conflito e, por sua atuação nas lutas no Sul do país, o governo imperial o agraciou com os graus de cavaleiro das ordens de São Bento de Aviz, de Cristo, da Rosa e do Cruzeiro. Foi condecorado, também, com as medalhas do Mérito Militar, das campanhas do Uruguai e do Paraguai, e com a medalha da República Argentina referente à campanha do Paraguai.

Findas as operações militares, em 5 de julho de 1871 foi promovido a tenente-coronel por merecimento, com antiguidade de 13 de maio do mesmo ano. A 29 de março de 1873, foi nomeado comandante do 2.º Corpo de Cavalaria e transferido para o 2.º Regimento de Cavalaria Ligeira. Em 22 de junho de 1875 foi promovido a coronel por merecimento, e no dia 7 de julho do mesmo ano foi classificado no 3.º Regimento. Posteriormente, entre 16 de janeiro e 21 de abril de 1878, exerceu o comando da fronteira e da guarnição de Bagé (RS). Pouco depois, no dia 5 de junho, passou a comandar a fronteira e a guarnição da cidade de Jaguarão (RS), desempenhando a função até 18 de setembro do mesmo ano.

Por decreto de 26 de abril de 1879, foi transferido para a segunda classe do Exército, revertendo à primeira classe em 13 de setembro de 1880, data em que foi nomeado comandante do 1.º Regimento de Cavalaria Ligeira. A 19 de dezembro de 1883 foi designado para inspecionar o 5.º Regimento de Cavalaria e em 3 de outubro de 1885 foi escolhido comandante da guarnição e fronteira de São Borja (RS). Exerceu o comando do então 3.º Regimento de Cavalaria Ligeira entre 1885 e setembro de 1888, sendo graduado brigadeiro em 15 de maio de 1886 e efetivado em 18 de agosto de 1888. No dia 18 de setembro foi nomeado comandante da guarnição e fronteira de Santana do Livramento (RS) e em 22 de junho de 1889, da de Uruguaiana (RS).

Em 29 de novembro de 1889, poucos dias após a proclamação da República, foi escolhido pelo presidente do Rio Grande do Sul, marechal José Antônio Correia da Câmara, para exercer interinamente o comando da guarnição daquele estado, ato aprovado pelo governo em 25 de janeiro de 1890. Cinco dias depois foi promovido a marechal de campo, e em 19 de abril passou a general de divisão.

Em 22 de janeiro de 1891 tornou-se o quarto ministro da Guerra da República do Brasil, substituindo o marechal Floriano Peixoto. Permaneceu no cargo até 23 de novembro do mesmo ano, quando o presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, renunciou, passando o governo a Floriano Peixoto (1891-1894). Desse modo, foi o último ministro da Guerra do governo provisório e o primeiro do governo constitucional da República. Seu sucessor no ministério foi o general José Simeão de Oliveira.

Durante a sua gestão, foi editado o Decreto n.º 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, regulando o acesso aos postos de oficiais das diferentes armas e corpos do Exército. A partir de então, firmaram-se os princípios de merecimento e antiguidade para preenchimento das vagas nos quadros de oficiais. A exceção ficou por conta da promoção a general, para a qual foi mantido o princípio da escolha pelo chefe do governo. Além dessas alterações, ainda no tempo de sua administração, através do Decreto n.º 431, de 2 de julho de 1891, extinguíram-se os antigos comandos das armas, e o território da República foi dividido em sete distritos militares.

Reformou-se como marechal em 30 de novembro de 1891, indo residir no Rio Grande do Sul. Faleceu em 21 de março de 1900, na cidade de Pelotas (RS).

Casado com Ana do Vale e Almeida, teve duas filhas.

*Cláudio Beserra de Vasconcelos*

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v. I, p. 53-54); ARRUDA, F. *Genealogia*; BRASIL. *Decretos*; *Diário Oficial da União* (12/7/1935. Seção I, p. 15193); COL. BRAS. GENEALOGIA. *Ministros de Estado dos Presidentes da República: 1889-2006* Disponível em: <[http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_m\\_07.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_07.html)>. . Acesso em: 14/5/2011; DONATO, H. *Dicionário*; LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 28-29); LAGO, L. *Generais* (v.3, p. 277-282); LOPES, T. ; TORRES, G. *Ministros* (p. 133-134); 5.º REG. CAV. MEC. *Ex-comandantes*. Disponível em: <[http://www.5rcmec.eb.mil.br/ex\\_comandantes.html](http://www.5rcmec.eb.mil.br/ex_comandantes.html)>. Acesso em: 15/5/2011.



## **FROTA, Júlio**

\* militar; gov. RS 1890; const. 1891; sen. RS 1891-1909.

*Júlio Anacleto Falcão da Frota* nasceu na cidade de Santa Catarina (SC) em 27 de outubro de 1836, filho de Antônio José Falcão da Frota e de Tomásia Falcão da Frota. Seu irmão Antônio Nicolau Falcão da Frota foi ministro da Guerra em 1891.

Ingressou na carreira militar na década de 1850 e formou-se em matemática e ciências físicas. Em 1871, com o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança composta por Brasil, Argentina e Uruguai, participou da Comissão de Engenheiros Militares do Mato Grosso incumbida de efetuar a reorganização defensiva da região e de suas fronteiras. Também em 1871 elaborou o projeto para a construção do forte Junqueira, em Corumbá (MS), destinado a defender a fronteira com o Paraguai.

Em 1874, já com a patente de major, foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Em 1884, tornou-se membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi indicado pelo marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, para substituir o marechal José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas, no governo do Rio Grande do Sul. Em 9 de fevereiro de 1890 tomou posse do cargo, mas em 1º de maio renunciou, por ser contra a política econômica praticada pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa, que tendia ao fomento da industrialização com base na emissão de papel-moeda lastreado com títulos da dívida pública federal. No dia 6 de maio seu lugar foi ocupado pelo vice-governador Francisco da Silva Tavares.

Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul na legenda do PRR e em 15 de novembro tomou posse. Ainda em 1890 foi promovido a marechal. Com a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891 e o início, em maio, da legislatura ordinária,

tomou assento no Senado Federal. Renovando o mandato em 1894 e 1902, participou da Comissão da Marinha e da Guerra entre 1895 e 1902 e permaneceu no Senado até falecer.

Foi também comandante de Armas no Rio Grande do Sul e membro do corpo do Estado-Maior de 1ª Classe.

Faleceu em 1909 em Santa Catarina.

Casou-se em com Amélia Augusta Pereira Salgado.

*Mirna Aragão*

**Fontes:** *Federação* (6/5/1903); KUHN, F. *Breve*; LEVINE, R. *Rio Grande do Sul*; RUSSOMANO, V. *História*; SHULTZ, J. *Exércit.*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*.

## FUNDING LOANS (1898, 1914 e 1931)

O Brasil foi a única economia latino-americana a não suspender o serviço de sua dívida externa desde o lançamento do primeiro empréstimo externo, em 1824, até o começo da vigência do primeiro *funding loan* (empréstimo de consolidação), em 1898. A partir do fim da década de 1890, entretanto, seguiram-se, com regularidade, crises de balanço de pagamentos e negociações de *funding loans*. Esses sucessivos empréstimos de consolidação, em 1898, 1914 e 1931, permitiram o alívio do serviço da dívida externa, a solução de crises de liquidez e a retomada do endividamento externo no médio prazo nos dois primeiros episódios. Este verbete trata dos *fundings* de 1898 e de 1914 e, à guisa de conclusão, faz referência ao *funding* de 1931.

### O *FUNDING LOAN* DE 1898

A economia brasileira enfrentou dificuldades de balanço de pagamentos na década de 1890, depois que se esgotou o *boom* do Encilhamento. O montante da dívida externa havia aumentado substancialmente no final do Império, tornando a economia vulnerável a choques externos. Na esteira da proclamação da República, caiu o saldo da balança comercial e diminuiu a entrada de novos empréstimos. O resultado foi uma vertiginosa queda da taxa de câmbio de 27 *pence* por mil réis em 1889 para 7 *pence* em 1898. A crise financeira do Brasil estimulou a busca de soluções que atenuassem a crise cambial.

O manifesto eleitoral de Campos Sales enfatizava a prioridade no saneamento financeiro da República: “A restauração das finanças é a obra ingente que se impõe às preocupações patrióticas do governo da Republica... Muito terá feito pela República o governo que não fizer outra coisa senão cuidar das suas finanças”. Em meio à sua viagem à Europa, em seguida à vitória eleitoral (1/3/1898), Campos Sales foi informado de que Tootal, gerente do London & River Plate Bank em Paris, havia feito em nome dos credores, no Rio de Janeiro, proposta relativa a um *funding loan*. A inspiração argentina do *funding loan* era clara. No início da década de 1890, a Argentina havia sofrido a crise Barings, enfrentando

enormes dificuldades de balanço de pagamentos, e foi obrigada a renegociar o serviço da dívida externa. Negociou, no início de 1891, um *funding loan* à taxa de juros de 6%, com a finalidade de refinar integralmente os pagamentos de juros e garantias ferroviárias, por três anos, entre 1891 e 1893. Havia o compromisso de que o governo central não assumiria compromissos financeiros adicionais por três anos. O arranjo do *funding* argentino não foi, entretanto, mantido, sendo substituído pelo Arreglo Romero, que reduzia os pagamentos programados.

A proposta inicial de Tootal solicitava como garantia de um empréstimo de 10 milhões de libras, a receita de todas as alfândegas da República, da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento d'água da capital federal. Obrigava à retirada de circulação, ao câmbio de 12 *pence*/mil réis, do papel moeda equivalente, e que esta soma fosse recolhida a determinados bancos estrangeiros e incinerada publicamente. Campos Sales, na Europa, visitou os escritórios de N. M. Rothschild & Sons Limited, e teriam sido suas ponderações que possibilitaram a retirada da Central e do serviço de águas da lista inicial de garantias e um acordo final quanto a um valor de 18 *pence*/milréis, para estabelecer o montante a retirar de circulação. A emissão dos títulos do *funding loan*, à taxa de 5%, respeitado o limite de 10 milhões de libras, abarcaria o serviço de juros dos empréstimos externos federais, bem como do empréstimo interno em ouro de 1879, e as garantias ferroviárias. A garantia do empréstimo era a arrecadação das alfândegas do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, as de outros portos brasileiros. Prevvia-se a suspensão das amortizações de todos os empréstimos incluídos no *funding* por 13 anos, e durante três anos seriam lançados, a 100%, títulos do novo empréstimo à medida que maturassem juros de empréstimos e prazos de pagamentos de garantias ferroviárias. O serviço do próprio *funding* se restringiria a juros até 1911, quando seria iniciada a amortização por 50 anos. À medida que fossem lançados os títulos do novo empréstimo, o meio circulante equivalente, convertido à taxa cambial de 18 *pence*/mil réis, seria recolhido e incinerado em um dos bancos estrangeiros credenciados – London and River Plate Bank, London and Brazilian Bank e Brasilianische Bank für Deutschland – a partir de 1º de janeiro de 1899 para títulos

emitidos de 1º de julho a 31 de dezembro de 1898, e depois *pari passu*. A casa N. M. Rothschild & Sons Limited solicitou de Campos Sales sua garantia de que aprovava o “plano”, pois, “embora lamentassem profundamente uma suspensão de pagamentos em espécie”, haviam recomendado a sua aceitação por parte dos credores brasileiros. Segundo os banqueiros do Brasil, a carta dar-lhes-ia a “coragem” necessária para fazer essa gestão junto aos credores, podendo demonstrar que nada haviam negligenciado na salvaguarda de seus interesses. Campos Sales ofereceu essa garantia solicitada em termos que seriam duramente criticados pela oposição: “Posso assegurar-vos que... o governo brasileiro terá grande empenho [*la plus particulière sollicitude*] para dar [ao acordo] plena e inteira execução em todos os seus termos.” O visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros imperial, condenou taxativamente os termos da negociação do *funding loan*, especialmente a obrigação de transferência de depósitos para incineração por bancos estrangeiros e o compromisso de não lançar empréstimo pelo prazo de duração do *funding loan*. O *funding loan*, por outro lado, sofreu fortes críticas de uma parte da imprensa financeira londrina, que o classificou como “arranjo confiscatório”, mas nada que se pudesse comparar às críticas que se acumulariam no Brasil contra Murtinho e as consequências de seu programa de estabilização sobre o nível de atividade e o sistema financeiro, em especial o impacto da significativa apreciação cambial ocorrida.

#### O *FUNDING LOAN* DE 1914

Entre 1900 e 1905, dobrou o saldo em circulação dos empréstimos externos tomados pelo Brasil. Entre 1905 e 1913, esse saldo dobrou novamente. A “janela de oportunidade” que se abriu no mercado financeiro internacional permitiu significativo aumento da dívida externa, tornando a economia brasileira, a exemplo de outras economias em desenvolvimento, extremamente vulnerável a qualquer perturbação que afetasse fluxos de capital e exportações. A partir de 1912, o Brasil enfrentou uma sucessão de eventos que transformaram radicalmente a posição do seu balanço de pagamentos. O serviço da dívida havia sido retomado a partir de 1909. As exportações de café reduziram-se com a queda de

preços decorrente da venda de estoques determinada pela justiça norte-americana com base no Sherman Act. As exportações de borracha caíram rapidamente, em vista do impacto da entrada no mercado mundial da borracha plantada asiática.

Longas negociações em Londres sobre o lançamento de um grande empréstimo brasileiro foram suspensas em 27 de junho de 1914, apenas um dia antes que a Áustria-Hungria declarasse guerra à Sérvia, e se generalizasse a guerra na Europa. No início de setembro, o Brasil, em seguida à suspensão de pagamentos relativos ao serviço da dívida externa devidos a partir de 1º de agosto de 1914, comunicou que estava estudando as condições para oferecer um empréstimo de consolidação aos credores externos do governo federal. O segundo *funding loan*, que não incluía condicionalidades fiscais, teria um capital nominal máximo de 15 milhões de libras, emitido ao par, 63 anos de prazo de amortização com início de resgate em 1927, taxa de juros de 5%, e seria garantido pela receita da alfândega do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, de todas as outras alfândegas. Seriam suspensas as amortizações de todos os empréstimos federais denominados em libras ou francos até 1º de agosto de 1927, e os juros desses empréstimos que vencessem entre 1º de agosto de 1914 e 31 de julho de 1917 seriam refinanciados pelos novos títulos. Ficava vedada por três anos a emissão de novos empréstimos externos.

#### O *FUNDING LOAN* DE 1931

A partir de 1925, com a recuperação de economia e o novo *boom* no mercado internacional de capitais, houve novamente um rápido aumento do endividamento externo público brasileiro, embora menos significativo do que o ocorrido no início do século, antes de 1913. Também no caso desta outra “janela de oportunidade”, o endividamento externo excessivo não foi uma característica exclusiva do Brasil e afetou outras economias em desenvolvimento. A peculiaridade da nova onda de endividamento foi a participação dos empréstimos em dólares, que corresponderam na década a 75% das entradas de recursos externos relativos a empréstimos no Brasil. A partir de meados de 1928, as entradas de capital, que haviam sido muito substanciais desde 1925, reduziram-se significativamente,

dando início a uma violenta crise de balanço de pagamentos, depois agravada pela queda dos preços de café, em virtude do colapso do esquema de valorização, que dependia de financiamento externo e da queda da demanda mundial.

Otto Niemeyer, assessor financeiro no início do período Vargas, criticou a idéia de que a saída para a crise cambial devesse incluir um terceiro *funding loan*: alegava que “o homem que afunda três vezes em geral se afoga”, referência aos dois empréstimos de consolidação anteriores. O *funding* de 1931 foi afinal lançado em duas séries, com taxa de juros de 5%, com resgate em 20 e 40 anos, dependendo da garantia de cada empréstimo. O total do lançamento estava limitado a cerca de 18 milhões de libras para refinarçar os juros dos empréstimos federais que vencessem a partir de outubro de 1931 por três anos. O serviço dos *fundings* anteriores seria mantido inalterado.

#### TAXAS DE RETORNO

As taxas internas de retorno dos *fundings* foram marginalmente inferiores às de aplicações alternativas contrafactuais em títulos britânicos ou norte-americanos no caso dos *fundings* de 1914 e 1931, 40 anos, e significativamente maiores para os *fundings* de 1898 e 1931, 20 anos. Foram modestamente superiores às de outros empréstimos brasileiros lançados em períodos semelhantes, reflexo do tratamento privilegiado que receberam os *fundings* nos sucessivos reajustes durante os anos 1930 e 1940. A evolução declinante das taxas de retorno dos *fundings* brasileiros em relação às de seus contrafactuais é semelhante à característica dos demais empréstimos brasileiros, em vista do fato de terem sido lançados relativamente tarde no quadro da história do primeiro ciclo do endividamento externo brasileiro. As exceções são as *tranches* do *funding* de 1931, 20 anos, cujas taxas de retorno são superiores às dos respectivos contrafactuais.

Entretanto, a simples comparação de taxas internas de retorno é insuficiente como método de avaliação de rentabilidades comparadas. É razoável supor que os compradores de títulos brasileiros estivessem dispostos a comprá-los porque o maior risco envolvido no endividamento brasileiro, medido pela volatilidade das taxas de retorno anuais, seria

compensado pela sua maior rentabilidade, quando comparada a títulos “sem risco” da dívida pública britânica ou norte-americana. As taxas de retorno anuais são calculadas supondo-se que o investidor compra os títulos no início de cada ano e vende no final de cada ano, recebendo, além disso, os juros relevantes. A volatilidade das taxas anuais é medida pelo seu desvio padrão. A relação entre taxas de retorno e risco para todos os *fundings*, medido pelo desvio padrão das taxas de retorno anuais, é bem comportada, tal como havia sido determinado para os demais empréstimos brasileiros. Isto é, empréstimos brasileiros envolveram maior risco do que aplicações contrafactuais sem risco e também maiores taxas de retorno médias anuais. As médias das taxas de retorno anuais dos *fundings* tendem também a ser levemente superiores às de outros empréstimos lançados no mesmo período.

Incompatibilidades flagrantes entre a capacidade de pagamento do serviço da dívida externa e a capacidade de gerar divisas levaram, em 1898 e 1914, à fórmula de refinanciamento automático dos juros por um período relativamente curto (três anos) e protelação das amortizações por um período bastante longo (13 anos), embora só no primeiro caso envolvendo condicionalidades quanto à estabilização. A mesma fórmula foi de novo aplicada em 1931 com o refinanciamento dos pagamentos de juros, mas o elemento de diferenciação foi a limitação da suspensão das amortizações a apenas três anos. O diagnóstico de que a dívida de países como o Brasil seria impagável, a menos de substancial redução dos montantes nominais, começou a generalizar-se mesmo entre os credores. Niemeyer mostrou boa intuição na sua crença no afogamento de quem mergulhara três vezes, mas subestimou enormemente a importância da desorganização dos mercados financeiros internacionais, a duração da interrupção dos fluxos de capital para economias como a brasileira e a proliferação de acordos permanentes relativos à dívida externa dos países em desenvolvimento envolvendo substancial revisão das condições contratuais. O acordo permanente brasileiro referente à dívida contraída antes de 1930 seria negociado em 1943.



*Marcelo de Paiva Abreu*

**FONTES:** ABREU, M. *Brazil*; ABREU, M. *Funding*; CALÓGERAS, J. *Política*; FRITSCH, W. *Aspectos*; GUANABARA, A. *Presidência* ; MONTEIRO, T. *Presidente*; OURO PRETO, A. *Finanças*; SOUTO, V. *Último*.

## **FURTADO, Edmundo de Azurém**

\*dep. fed. DF 1917-1923.

*Edmundo de Azurém Furtado* nasceu em 1883.

Estudou no externato do Ginásio Nacional, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde completou o curso ginasial. Foi delegado do 26º Distrito de Polícia do Rio de Janeiro. Foi também presidente do Clube de Regatas do Flamengo, em 1912, 1914 e 1915. Em sua gestão, o clube começou a competir em torneios de futebol; em 1912, alcançou os títulos de campeão da Taça Jardim Botânico de Remo e vice-campeão carioca de futebol; em 1914 e 1915, com os jogadores vestindo pela primeira vez a camisa cobra coral, o clube conquistou por duas vezes seguidas o campeonato carioca de futebol. Além disso, venceu a regata Vasco da Gama, a Prova Clássica América do Sul, a Prova Clássica Conselho Municipal e a Prova Clássica Júlio Furtado.

Paralelamente às atividades no Flamengo, foi eleito membro do Conselho Municipal do Distrito Federal e exerceu o mandato de 1913 a 1916. Eleito em seguida deputado pelo Distrito Federal, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de 2 de julho de 1917 a 31 de dezembro de 1920. Reeleito, voltou à Casa entre 7 de maio de 1921 e 31 de dezembro de 1923.

Morreu em 1952.

Parentes seus também atuaram na vida política, como José de Azurém Furtado, que foi membro do Conselho Municipal de 1917 a 1922.

*Evelyn Morgan Monteiro Paiva*

**FONTES:** CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CONS. MUN. DF. *Anais* (1913-1916); *Diário Oficial da União* (25/1/1899, 31/1/1899, 26/02/1909); Flaestatística. Disponível em: < <http://www.flaestatistica.com>>; Flamengo virtual. Disponível em:

<<http://flamengovirtual.wordpress.com>> ; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. (1972, v. 294-295).

**FURTADO, Manuel Antônio**

\*dep. fed. SP 1895-1896.

*Manuel Antônio Furtado* nasceu em São Paulo.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e clinicou no interior paulista nas cidades de Botucatu, Franca e Ribeirão Preto. Na cidade de Batatais (SP), foi vereador.

Em 1º de abril de 1895 foi eleito deputado federal para a legislatura 1894-1896 pelo sétimo distrito do estado de São Paulo, em vaga aberta devido à renúncia de João de Faria. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio, ocupou-a até dezembro do ano seguinte, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu na cidade de Batatais no dia 5 de maio de 1909.

*Henrique Sugahara Francisco*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos; Correio Paulistano* (6/5/1909); PEREIRA, R. *Municipalismo*.